ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 50
Brasília - DF, quarta-feira, 14 de março de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Executivo ... 1
Presidência da República ... 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ... 5
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ... 7
Ministério da Cultura ... 9
Ministério da Defesa ... 14
Ministério da Educação ... 14
Ministério da Fazenda ... 18
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços ... 51
Ministério da Integração Nacional ... 51
Ministério da Justiça ... 51
Ministério da Saúde ... 52
Ministério das Cidades ... 57
Ministério das Relações Exteriores ... 60
Ministério de Minas e Energia ... 61
Ministério do Desenvolvimento Social ... 70
Ministério do Meio Ambiente ... 71
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ... 72
Ministério do Trabalho ... 190
Ministério do Turismo ... 193
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ... 193
Ministério Extraordinário da Segurança Pública ... 194
Ministério Público da União ... 195
Poder Judiciário ... 201
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 208

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.305, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a composição e as competências do Conselho de Participação do Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies e trata da integralização de cotas do Fundo Garantidor do Fies pela União.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 6º- G e art. 6º- H da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001,

D E C R E T A :

Art. 1º O Conselho de Participação do Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies - CPFG-Fies tem por finalidade orientar a atuação da União nas assembleias de cotistas do Fundo Garantidor do Fies - FG-Fies e será integrado por um representante titular e um suplente dos seguintes órgãos e instituições:

I - Ministério da Fazenda, que o presidirá;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e

IV - mantenedoras das instituições de educação superior cotistas do FG-Fies.

§ 1º Os membros, titular e suplente, representantes dos órgãos de que tratam os incisos I, II e III do **caput** serão indicados pelos respectivos Ministros de Estado e designados em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º Os membros, titular e suplente, representantes das instituições de que trata o inciso IV do **caput** serão indicados pelo Ministro de Estado da Educação e designados em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 3º Os membros, titular e suplente, representantes das instituições de que trata o inciso IV do **caput** não terão direito a voto no CPFG-Fies.

§ 4º Os membros, titular e suplente, do CPFG-Fies de que tratam os incisos I, II e III do **caput** serão indicados entre os servidores que ocupem cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, ou equivalentes:

I - de nível 4 ou superior, se titular; e

II - de nível 3 ou superior, se suplente.

§ 5º A participação no âmbito do CPFG-Fies será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 2º Compete ao CPFG-Fies:

I - examinar o estatuto do fundo e as suas modificações e emitir orientações quanto à participação da União ou a sua permanência, na condição de cotista; e

II - com a finalidade de orientar a atuação da União nas assembleias de cotistas do FG-Fies:

a) acompanhar e propor medidas que visem ao equilíbrio econômico-financeiro e atuarial do FG-Fies;

b) acompanhar as medidas adotadas pela instituição administradora do FG-Fies no que se refere ao Fundo;

c) acompanhar o desempenho do Fundo, a partir dos relatórios elaborados pela instituição administradora do FG-Fies;

d) examinar os relatórios das auditorias interna e externa do Fundo;

e) examinar a prestação de contas, os balanços anuais e as demonstrações financeiras do Fundo, a partir dos relatórios elaborados pela instituição administradora do FG-Fies; e

f) elaborar e aprovar o seu regimento interno e elaborar as atas de suas reuniões, que deverão conter as orientações referentes à atuação da União nas assembleias de cotistas do Fundo.

Art. 3º As reuniões do CPFG-Fies serão convocadas pelo seu Presidente.

Art. 4º As reuniões do CPFG-Fies ocorrerão, em caráter ordinário, anualmente, e, em caráter extraordinário, por convocação do seu Presidente ou a requerimento de qualquer membro, em decorrência do surgimento de matéria relevante.

§ 1º As reuniões ordinárias serão realizadas em data, hora e local designados com antecedência mínima de sete dias.

§ 2º As reuniões ordinárias e extraordinárias do CPFG-Fies serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.

§ 3º Poderão ser convidados, por deliberação da maioria simples dos membros do CPFG-Fies, a participar das reuniões do CPFG-Fies representantes de outros órgãos da administração pública ou da iniciativa privada para auxiliar nas discussões de temas específicos, sem direito a voto.

Art. 5º As deliberações do CPFG-Fies serão aprovadas por maioria simples e constarão das atas de suas reuniões.

§ 1º Cabe ao Presidente do CPFG-Fies, nos casos de urgência e relevante interesse, deliberar sobre as matérias de competência do Conselho, **ad referendum** do Colegiado.

§ 2º As deliberações de que trata o § 1º serão submetidas pelo Presidente ao CPFG-Fies na primeira reunião subsequente às deliberações.

Art. 6º As deliberações do CPFG-Fies a respeito do regimento interno ocorrerão por unanimidade.

Parágrafo único. O regimento interno poderá estabelecer que deliberações sobre matérias além das previstas no **caput** serão unânimes.

Art. 7º O CPFG-Fies contará com Secretaria-Executiva, que terá as seguintes competências:

I - promover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do CPFG-Fies;

II - preparar as reuniões do CPFG-Fies;

III - acompanhar a implementação das recomendações, deliberações e diretrizes estabelecidas pelo CPFG-Fies;

IV - elaborar as minutas das atas das reuniões e das orientações do CPFG-Fies; e

V - exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo CPFG-Fies.

Art. 8º A Secretaria-Executiva do CPFG-Fies será exercida pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Art. 9º Na hipótese de a União encerrar a sua participação no FG-Fies, por meio de resgate, cessão ou transferência de cotas, ficará automaticamente extinto o CPFG-Fies.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica às hipóteses de nova participação no FG-Fies.

Art. 10. Fica a União autorizada a integralizar cotas do FG-Fies, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, no montante de R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras anuais.

Parágrafo único. A integralização de cotas de que trata o **caput** deverá ser autorizada por meio de Portaria do Ministro de Estado da Fazenda, de acordo com a disponibilidade financeira.

Art. 11. Ficam revogados:

I - o art. 10 do Decreto nº 7.070, de 26 de janeiro de 2010; e

II - o art. 6º do Decreto nº 6.889, de 29 de junho de 2009.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
José Mendonça Bezerra Filho
Esteves Pedro Colnago Junior

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 133, de 13 de março de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.897.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

Processo nº: 00100.000533/2018-09
Interessado: AR REPORT
DEFIRO o pedido de alteração de endereço da IT REPORT da AR REPORT vinculada à AC VALID BRASIL e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da IT: IT REPORT
Endereço Anterior: Rua Adib Auada, n° 35, Sala 02, Bloco A, Jardim Lambreta, Cotia-SP

Endereço Atual: Rua Francisco ALves, 105, Sala 0702, Edifício Sigma Trade Center, Coelhos, Recife-PE.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA

RESOLUÇÃO Nº 135, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Aprova o Relatório de Auditoria Independente realizada no Ambiente Operacional da Autoridade Certificadora Raiz (AC RAIZ) e seu Prestador de Serviço de Suporte.

O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6°,§ 1º, inc. III, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião realizada em 08 de março de 2018, e

Considerando a competência do Comitê Gestor da ICP-Brasil para homologar, auditar e fiscalizar a AC Raiz e os seus prestadores de serviço, conforme previsto no inciso IV do art. 4º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, resolveu:

Art. 1º Aprovar os Relatórios de Conformidade e os Relatórios de Asseguração do ambiente operacional da Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz), bem como seu prestador de serviço de suporte, elaborados pela empresa de auditoria independente Ernst & Young Auditores Independentes S/S, baseada nos normativos vigentes, denominados DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02, e documentos Webtrust, em conformidade com a Resolução nº 106, de 25 de agosto de 2015, referentes ao período auditado de 09 de setembro de 2016 a 08 de setembro de 2017.

§ 1º Os documentos denominados Relatório de Asseguração Razoável, referente aos normativos ICP-Brasil DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02, e Parecer do Auditor Independente, referente aos documentos Webtrust, em suas versões em português e inglês, encontram-se disponibilizados no sítio http://www.iti.gov.br.

§ 2º O selo Webtrust encontra-se disponível em https://cert.webtrust.org/ViewSeal?id=2378.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DE AZEVEDO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

RESOLUÇÃO Nº 136, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Aprova os Procedimentos para criação do Termo de Titularidade Digital na ICP-BRASIL.

O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. III, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4°, da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária realizada em 08 de março de 2018, e

Considerando a necessidade de simplificar e disciplinar procedimentos operacionais para assinatura do termo de titularidade digital,

Considerando a busca da redução de custos relacionados à emissão de certificados ICP-Brasil, resolveu:

Art. 1º O item 1.3, do DOC-ICP-03.01, versão 2.2, passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.3 .....
.....

h) Dossiê do titular de certificado - Conjunto formado pela cópia dos documentos de identificação utilizados para emissão do certificado e pelos termos de titularidade, e pela solicitação de revogação, quando for o caso. Este dossiê poderá ser no formato de arquivo digital, em que os documentos sejam digitalizados e o termo de titularidade assinado com a chave privada do titular, após a autorização pelo agente de registro por meio de contra-assinatura no referido termo, desde que seja dada ciência e aceitação do seu conteúdo pelo seu requerente e assinado digitalmente após a geração das chaves, concomitante a requisição do certificado digital, e anterior à instalação do certificado correspondente.
.....

t) Assinatura digital do termo de titularidade - Documento eletrônico assinado digitalmente após a geração das chaves, concomitante à requisição do certificado digital e anterior à instalação do certificado correspondente, utilizando exclusivamente uma das suítes de assinatura definidas no DOC-ICP-01.01 [7], conforme definido na RFC 8017 (PKCS#1), com o hash, SHA-256 ou superior, da chave pública inserido no documento." (NR)

Art. 2º A tabela do item 9.1, do DOC-ICP-03.01, versão 2.2, passa a vigorar acrescida da seguinte linha:

"9.1.....

REF. NOME DO DOCUMENTO CÓDIGO
.....

[7] PADRÕES E ALGORITMOS DOC-ICP-01.01

CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL
"(NR)

Art. 3º O item 3.1.10.1.3, do DOC-ICP-05, versão 4.4, passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.1.10.1.3. Deverá ser feita a confirmação da identidade da organização e das pessoas físicas, nos seguintes termos:

a) apresentação do rol de documentos elencados no item 3.1.10.2;

b) apresentação do rol de documentos elencados no item 3.1.9.1 do(s) representante(s) legal(is) da pessoa jurídica e do responsável pelo uso do certificado;

c) presença física dos representantes legais e do responsável pelo uso do certificado;

d) assinatura do termo de titularidade de que trata o item 4.1.1 pelo titular ou responsável pelo uso do certificado.

NOTA 01: Poderá a AC responsável e as AR a ela vinculada solicitar uma assinatura manuscrita ao titular ou responsável pelo uso do certificado para comparação com o documento de identidade ou contrato social." (NR)

Art. 4º A alínea "c", do item 4.1.1, do DOC-ICP-05, versão 4.4, passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.1.1. .....

c) um termo de titularidade assinado pelo titular do certificado ou pelo responsável pelo uso do certificado, no caso de certificado de pessoa jurídica, conforme o adendo referente ao TERMO DE TITULARIDADE [4] específico, e, ainda, quando emissão para servidor público da ativa e militar da União pela autoridade designada formalmente pelos órgãos competentes." (NR)

Art. 5º Ficam aprovadas as novas versões dos Documentos:

I - DOC-ICP-03.01 - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE SEGURANÇA PARA AS AR DA ICP-BRASIL (versão 2.3) e

II - DOC-ICP-05 - REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DE PRÁTICAS DE CERTIFICAÇÃO DAS AUTORIDADES CERTIFICADORAS DA ICP-BRASIL (versão 4.5).

§ 1º As demais cláusulas dos referidos documentos, nas suas versões imediatamente anteriores, em sua ordem originária, integram as presentes versões e mantêm-se válidas.

§ 2º Os documentos referidos no caput encontram-se disponibilizados, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

LUIZ CARLOS DE AZEVEDO

RESOLUÇÃO Nº 137, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-BRASIL.

O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6°, §1°, inc. III, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4°, da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária realizada em 08 de março de 2018, e

Considerando o disposto no art. 3°, inciso X, do Decreto n° 6.605, de 14 de outubro de 2008, segundo o qual compete ao Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil aprovar seu regimento interno, resolveu:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 63, de 01 de abril de 2009, e demais disposições em sentido contrário.

LUIZ CARLOS DE AZEVEDO

ANEXO I

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

SEÇÃO I

O COMITÊ

Art. 1º O Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil, instituído pela Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e regulamentado pelo Decreto nº. 6.605, de 14 de Outubro de 2008, exerce a função de autoridade gestora de políticas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, vinculado à Casa Civil da Presidência da República.

Parágrafo único. O CG ICP-Brasil tem por finalidade atuar na formulação e controle da execução das políticas públicas relacionadas à ICP-Brasil, inclusive nos aspectos de normatização e nos procedimentos administrativos, técnicos, jurídicos e de segurança, que formam a cadeia de confiança da ICP-Brasil.

Art. 2º O CG ICP-Brasil é composto por 12 (doze) membros, sendo cinco representantes da sociedade civil, integrantes de setores interessados, e sete representantes dos seguintes órgãos, indicados por seus titulares:

I - Casa Civil da Presidência da República;

II - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério da Fazenda;

V - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

VI - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e

VII - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º Os membros do CG ICP-Brasil serão designados pelo Presidente da República e, em seus impedimentos ou ausências, serão substituídos pelos seus respectivos suplentes.

§ 2º Os representantes da sociedade civil serão designados para períodos de 2 (dois) anos, permitida a recondução, por iguais e sucessivos períodos.

§ 3º São convidados para participar das reuniões, em caráter permanente, 2 (dois) representantes indicados pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, sem direito a voto.

§ 4º Poderão ser convidados para participar das reuniões, a juízo do seu Coordenador ou do próprio CG ICP-Brasil, técnicos e especialistas de áreas afins.

Art. 3º A participação no CG ICP-Brasil é de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 4º O CG ICP-Brasil possui a seguinte estrutura:

I - Plenário;

II - Comissão Técnica Executiva - COTEC;

III - Secretaria Executiva.

Parágrafo único. A coordenação do CG ICP-Brasil compete ao seu Coordenador, atribuição exercida pelo representante da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 5º Compete ao CG ICP -Brasil:

I - coordenar o funcionamento da ICP-Brasil;

II - estabelecer a política, os critérios e as normas técnicas para o credenciamento das Autoridades Certificadoras - AC, Autoridades de Registro - AR, Autoridades de Carimbo de Tempo - ACT e demais prestadores de serviço de suporte e entidades integrantes da ICP-Brasil, em todos os níveis da cadeia de certificação;

III - estabelecer a política de certificação e as regras operacionais da AC Raiz;

IV - auditar e fiscalizar a AC Raiz e os seus prestadores de serviço de suporte;

V - estabelecer e aprovar diretrizes e normas técnicas para a formulação de políticas de certificado (regras operacionais), definir níveis da cadeia de certificação, credenciar e autorizar o funcionamento das AC, das AR, das ACT e demais prestadores de serviço de suporte e entidades integrantes da ICP-Brasil, bem como autorizar a AC Raiz a emitir seus certificados;

VI - identificar e avaliar as políticas de infraestruturas de certificação externas, negociar acordos de certificação bilateral, de certificação cruzada, regras de interoperabilidade e outras formas de cooperação internacional, certificar, quando for o caso, sua compatibilidade com a ICP-Brasil, observado o disposto em tratados, acordos ou atos internacionais;

VII - aprovar as normas para homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital no âmbito da ICP-Brasil;

VIII - atualizar, ajustar e revisar os procedimentos e as práticas estabelecidas para a ICP-Brasil, de modo a garantir sua compatibilidade e promover a atualização tecnológica do sistema e a sua conformidade com as políticas de segurança; e

IX - aprovar seu regimento interno e posteriores emendas.

Parágrafo único. O CG ICP-Brasil poderá delegar atribuições à Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil.

SEÇÃO II

DO COORDENADOR

Art. 6º A coordenação do Comitê Gestor da ICP-Brasil será exercida pelo representante da Casa Civil da Presidência da República.

§ 1º São atribuições do Coordenador:

I - dirigir os trabalhos do CG ICP-Brasil;

II - presidir as sessões presenciais do Plenário;

III - conduzir as deliberações e a votação, e anunciar o seu resultado;

IV - assinar as decisões do CG ICP-Brasil e determinar a sua publicação;

V - representar o Comitê perante os Poderes da República e demais autoridades;

VI - Alterar as datas das reuniões previamente aprovadas pelo Comitê, havendo motivo justificável;

VII - convocar as reuniões, ordinárias e extraordinárias;

VIII - atuar como interlocutor entre o Comitê, a sociedade civil e o governo;

IX - designar membros das comissões, quando constituídas, inclusive o responsável pelos trabalhos e seu prazo, se aplicável; e

X - delegar competências ao Secretário-Executivo, quando necessário.

§ 2º Na hipótese de ausência do Coordenador titular e de seu suplente, a coordenação será exercida pelo Secretário-Executivo do CG ICP-Brasil.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 7º Compete à Secretaria Executiva do CG ICP-Brasil:

I - prestar assistência direta e imediata ao Coordenador do CG ICP-Brasil;

II - encaminhar aos membros e demais participantes as convocações das reuniões do CG ICP-Brasil;

III - planejar, organizar e preparar as reuniões, designando, inclusive, o local de sua realização;

IV - elaborar, previamente a cada reunião, lista com a confirmação de presença dos convocados;

V - confeccionar e dar publicidade às atas das reuniões realizadas;

VI - fazer publicar, por determinação do coordenador, as deliberações do Comitê;

VII - receber as proposições dos membros do CG ICP-Brasil e encaminhá-las ao Plenário ou outros órgãos, para apreciação;

VIII - coordenar e acompanhar a implementação das deliberações e diretrizes fixadas pelo CG ICP-Brasil;

IX - prover os trabalhos de secretaria técnica e administrativa do CG ICP-Brasil;

X - coordenar os trabalhos da COTEC; e

XI - cumprir outras atribuições que lhe forem conferidas por delegação do CG ICP-Brasil ou do Coordenador.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva do Comitê Gestor da ICP-Brasil é titularizada pelo Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI, que receberá desta Autarquia todo o apoio necessário ao exercício de suas funções, inclusive no que se refere aos cargos de assessoria e ao apoio técnico e administrativo.

SEÇÃO IV

DA COMISSÃO TÉCNICA EXECUTIVA

Art. 8º O CG-ICP-Brasil será assistido e receberá suporte técnico da Comissão Técnica Executiva - COTEC.

§ 1º A COTEC será integrada por representantes, titulares e suplentes, indicados pelos membros do CG ICP-Brasil.

§ 2º Poderão ser convidados a participar das reuniões da COTEC, a juízo do seu Coordenador ou dela própria, técnicos e especialistas de áreas afins.

§ 3º A participação na COTEC é considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 9º Compete à COTEC:

I - manifestar-se previamente sobre matérias de natureza técnica a serem apreciadas e decididas pelo CG ICP-Brasil, quando solicitado pelo Plenário, pelo Coordenador ou pelo Secretário-Executivo;

II - preparar e encaminhar previamente aos membros do CG ICP-Brasil expediente contendo o posicionamento técnico dos órgãos e das entidades relacionados com as matérias que lhe forem submetidas; e

III - cumprir outras atribuições que lhe forem conferidas por delegação do CG ICP-Brasil.

Parágrafo único. O expediente a que se refere o inciso II consistirá em Nota Técnica ou Parecer, consubstanciando as discussões mantidas, as conclusões e as recomendações da COTEC, enquanto órgão colegiado, acerca da(s) matéria(s) submetida(s) a sua apreciação, devendo ser encaminhada no prazo fixado pelo CG ICP-Brasil, prorrogável a critério do CG ICP-Brasil.

Art. 10. Poderão ser convidados a participar das reuniões da COTEC, a juízo do seu Coordenador ou dela própria, técnicos e especialistas de áreas afins.

Parágrafo único. É livre a forma de convocação, devendo preferencialmente ocorrer por meio eletrônico e constar na ata da respectiva reunião o comparecimento do convocado e suas razões.

CAPÍTULO II

DAS REUNIÕES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. O Plenário do CG ICP-Brasil reunir-se-á:

I - em sessão presencial, ordinariamente, a cada 4 (quatro) meses, ou extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação com antecedência mínima de 20 dias corridos;

II - em sessão virtual (Plenário Virtual), na forma do art. 28.

§ 1° A data de cada reunião ordinária será fixada na reunião ordinária imediatamente anterior.

§ 2° Não havendo questões a serem submetidas à deliberação, a reunião ordinária poderá deixar de ser realizada na data previamente deliberada, hipótese em que o cancelamento deverá ser comunicado aos membros e participantes no prazo previsto para convocação.

Art. 12. A convocação será encaminhada aos membros e participantes pelo Secretário-Executivo, por meio eletrônico.

§ 1° Do ato convocatório constará a pauta com as matérias a serem objeto de deliberação, bem como a data e o horário de abertura da sessão e, quando se tratar de reunião presencial, o local em que ocorrerá, além de outros documentos necessários à deliberação.

§ 2° Os membros do CG ICP-Brasil deverão comunicar à Secretaria Executiva os endereços eletrônicos, e eventuais alterações, para os quais as convocações e demais comunicações serão encaminhadas.

Art. 13. Os membros do CG ICP-Brasil poderão propor matérias a serem submetidas ao Plenário, presencial ou eletrônico (virtual).

§ 1° As propostas deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva do CG ICP-Brasil, acompanhada de justificativa, contendo as razões para a proposta, e a fundamentação técnica mínima necessária à sua apreciação.

§ 2° O Secretário-Executivo opinará acerca da submissão ou não da matéria ao Plenário, podendo encaminhar a proposta aos órgãos técnicos para manifestação, submetendo, em seguida, ao Coordenador, para decisão.

§ 3° O Secretário-Executivo, o Coordenador ou o Plenário poderão submeter a proposta formulada à prévia manifestação da COTEC.

Art. 14. As sessões serão públicas, permitida a participação nas discussões apenas aos membros integrantes do CG ICP-Brasil, aos membros convidados permanentes do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e àqueles convocados na forma do § 4º do art. 2º e do art. 9º deste Regimento.

Parágrafo único. Em sessões eletrônicas, a pauta, o material analisado e o resultado serão publicados no site do ITI.

Art. 15. Terão direito a voto no CG ICP-Brasil os membros designados pelo Presidente da República, ou seus suplentes, em caso de ausência ou impedimento do titular.

Art. 16. Todas as deliberações do CG ICP-Brasil serão aprovadas por meio de resoluções.

Parágrafo único. As resoluções serão assinadas pelo Coordenador e publicadas no Diário Oficial da União.

SEÇÃO II

DA SESSÃO PRESENCIAL

Art. 17. A sessão considerar-se-á instalada, em primeira chamada, com a presença de, no mínimo, sete representantes com direito a voto. Em segunda chamada, após trinta minutos, será declarada aberta a reunião com qualquer número de presentes.

§ 1° O quórum de deliberação do CG ICP-Brasil é de sete representantes e o quórum de aprovação de deliberações é de maioria simples, em turno único.

§ 2° Para aferição do quórum, não serão computados as entidades ou órgãos sem direito a voto, ou aqueles para os quais não tiverem sido designados representantes.

Art. 18. As reuniões serão presididas pelo Coordenador, ou seu suplente e, nas suas ausências, pelo Secretário-Executivo.

Art. 19. As sessões presenciais obedecerão a seguinte ordem:

I - Abertura e pronunciamento inicial;

II - Deliberação e votação da ordem do dia;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - Questões de ordem geral; e

IV - Pronunciamento final e encerramento.

Art. 20. Na hora e local designados, e verificada a presença do quórum mínimo de membros presentes, o Coordenador declarará aberta a sessão e tecerá as considerações preliminares que julgar pertinentes acerca das questões a serem postas em votação e/ou outras matérias e avisos que entender pertinentes.

Parágrafo único. O Coordenador poderá, a seu exclusivo critério, conceder a palavra ao Secretário- Executivo, ou a qualquer dos membros que manifestem interesse em se pronunciar inicialmente.

Art. 21. Aberta a sessão e feitos os pronunciamentos iniciais, o CG ICP-Brasil passará a deliberar acerca das matérias constantes da ordem do dia.

§ 1° A deliberação das questões constantes da ordem do dia obedecerá à seguinte sequência:

I - apresentação da proposta;

II - deliberações; e

III - votação.

§ 2° A ordem dos trabalhos poderá ser invertida, bem como poderá ser retirada de pauta qualquer das matérias constantes da ordem do dia, de forma justificada, a critério do Coordenador, ou a pedido de qualquer de seus membros, mediante concordância da maioria dos membros presentes.

Art. 22. O Coordenador especificará a proposta a ser debatida e dará a palavra ao responsável pela sua apresentação.

Parágrafo único. Poderão participar da apresentação servidores do ITI, especialistas e técnicos convidados em função da matéria constante da pauta.

Art. 23. Após a apresentação, o Coordenador colocará a matéria para discussão do CG ICP-Brasil.

§ 1° Cabe ao Coordenador conceder a palavra aos membros que a requerem, bem como organizar e intermediar as discussões.

§ 2° A pedido do membro e a critério do Coordenador, poderá ser concedido direito a voz a pessoa presente à reunião do Plenário.

§ 3° A deliberação acerca da ata da sessão anterior ficará prejudicada, e não será colocada a votação, quando a ata tiver sido aprovada na própria reunião a que se referir, ou em reunião presencial ou virtual previamente realizada.

Art. 24. Findadas as discussões, o Coordenador colocará a matéria à votação, colhendo os votos de cada um dos membros presentes.

§ 1° A votação será individual e os votos serão proferidos oralmente.

§ 2° Qualquer dos membros poderá, a seu exclusivo critério e após proferir o seu voto, apresentar justificativa escrita do voto, o qual será anexado à ata da reunião.

§ 3° O membro presente à reunião que precise se retirar antes de encerrada poderá, excepcionalmente, deixar voto escrito com o Coordenador.

§ 4° Uma vez colocada a matéria à votação, o voto apresentado na forma do §3° será lido por quem o Coordenador designar, sendo contabilizado para todos os fins de direito, e será anexado à ata da reunião.

§ 5° Caso não seja possível a participação do titular e de seu suplente, o membro titular poderá indicar outro membro como seu representante, desde que outorgada procuração, assinada digitalmente, que contenha o assunto referente da pauta e o teor do voto, que constará na ata da reunião.

§ 6° Colhidos todos os votos, o Coordenador proclamará o resultado.

§ 7° O resultado constará da ata, que indicará os votos favoráveis e contrários.

Art. 25. Exauridas as matérias constantes da ordem do dia, poderão, a critério do Coordenador, ser tratadas outras matérias de caráter não deliberativo.

Art. 26. Não havendo outras discussões a serem realizadas, ou concluídas estas, o Coordenador fará o pronunciamento final e declarará encerrada a reunião.

Parágrafo único. O Coordenador poderá, a seu exclusivo critério, conceder a palavra ao Secretário-Executivo, ou a qualquer dos membros que manifestem interesse em se pronunciar.

Art. 27. Das reuniões serão lavradas atas que informarão o local e a data de sua realização, nomes dos conselheiros presentes e demais participantes e convidados, resumo dos assuntos apresentados, debates ocorridos e as deliberações tomadas.

§ 1° As atas serão confeccionadas em folhas soltas ou documento eletrônico e será assinada pelo responsável pela sua lavratura e pelo Secretário-Executivo.

§ 2° Após assinada, a ata será encaminhada, por correio eletrônico, a todos os membros do CG ICP-Brasil, para aprovação, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3° Não havendo oposição, a ata será considerada aprovada.

§ 4° Havendo oposição, o Secretário Executivo decidirá, fazendo as alterações cabíveis, no caso de acolhimento, ou consignando a impugnação, no caso de rejeição.

§ 5° A versão final da ata será assinada e encaminhada aos membros do CG ICP-Brasil, bem como publicada na página eletrônica do ITI.

SEÇÃO III

DA SESSÃO VIRTUAL (PLENÁRIO VIRTUAL)

Art. 28. As reuniões Comitê Gestor poderão ser realizadas por meio eletrônico não presencial, em sessões virtuais (Plenário Virtual), para tratar sobre as seguintes matérias:

I - emendas redacionais a documentos e resoluções do Comitê Gestor;

II - adequação de prazos e procedimentos administrativos; e

III - outras matérias de competência do Comitê.

§ 1º A convocação para a sessão virtual será encaminhada pelo Secretário-Executivo, por meio eletrônico, com antecedência mínima de 3 (três) três dias úteis, observado o disposto no art. 12.

§ 2° Os representantes do CG ICP-Brasil encaminhar-lhe-ão, também por meio eletrônico, no prazo comum de até 10 (dez) dias úteis, contados da abertura da sessão, manifestação sobre a(s) questão(ões) constante(s) da pauta, com o(s) respectivo(s) voto(s).

§ 3° Havendo manifestação de ao menos 4 (quatro) representantes pela submissão da matéria à sessão presencial, esta será automaticamente incluída em pauta na sessão presencial seguinte, restando prejudicada a deliberação ou votação virtual sobre aquele tema.

§ 4° Decorrido o prazo sem manifestações suficientes para recusa da proposta, a matéria reputar-se-á aprovada.

§ 5° O membro suplente do CG ICP-Brasil deverá deixar consignado em sua manifestação que está deliberando em razão da ausência do titular.

§ 6° Findo prazo a que se refere o §3° deste artigo, será lavrada ata contendo o resumo das deliberações e decisões tomadas, a qual será assinada e submetida pelo Secretário-Executivo aos membros participantes, para aprovação, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 7° Não havendo oposição, a ata será considerada aprovada.

§ 8º Havendo oposição, o Secretário-Executivo decidirá, fazendo as alterações cabíveis, no caso de acolhimento, ou consignando a impugnação, no caso de rejeição, e encaminhando, em qualquer dos casos, a nova versão aos membros participantes.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante deliberação da maioria de seus membros.

Art. 30. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Coordenador, ouvida a Secretaria Executiva.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 180, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto na lei 10.420, de 10 de abril de 2002 e no Decreto 4.962, de 22 de janeiro de 2004, e considerando que os pagamentos de benefícios seguem às condições vigentes na data de adesão do agricultor, conforme o artigo 9º do Decreto 4.962/2004, de 22 de janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento dos benefícios relativos a safra 2016/2017 aos agricultores (as) que aderiram ao Garantia-Safra nos municípios constante no anexo.

Art. 2º Os pagamentos serão realizados a partir do mês de março de 2018, nas mesmas datas definidas pelo calendário de pagamento de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFFERSON CORITEAC

ANEXO

(Safra 2016/2017)

UF	Município	IBGE
BA	Pilão Arcado	2924405
CE	Cascavel	2303501
PB	Bernardino Batista	2502052
PB	Bom Sucesso	2502300
PB	Marizópolis	2509156
PB	Monteiro	2509701
PB	Poço de José de Moura	2512077
PB	Riacho dos Cavalos	2512804
PB	Santana dos Garrotes	2513604
PE	Brejinho	2602506
PE	Ingazeira	2607109
PE	Arcoverde	2601201
PE	Itaíba	2607505
PE	Lagoa do Ouro	2608602
PE	Terezinha	2615102
PE	Venturosa	2616001
PI	Alagoinha do Piauí	2200251
PI	Belém do Piauí	2201572
PI	Caldeirão Grande do Piauí	2202091
PI	Itainópolis	2205003
PI	Jaicós	2205201
PI	Marcolândia	2205953
PI	Pio IX	2208205
PI	São Julião	2210300
PI	São Luis do Piauí	2210375
PI	Simões	2210706
RN	Grossos	2404408
RN	Jardim de Piranhas	2405603
RN	Jucurutu	2406106
RN	São Vicente	2413003
RN	Barcelona	2401503
RN	Bento Fernandes	2401602
RN	Caiçara do Rio do Vento	2401909
RN	Campo Redondo	2402105
RN	Coronel Ezequiel	2402808
RN	Guamaré	2404507
RN	Ielmo Marinho	2404606
RN	Jaçanã	2405009
RN	Japi	2405405
RN	Jardim de Angicos	2405504
RN	João Câmara	2405801
RN	Lagoa de Velhos	2406403
RN	Lajes Pintadas	2406809
RN	Macaíba	2407104
RN	Macau	2407203
RN	Monte das Gameleiras	2407906
RN	Pedra Grande	2409506
RN	Pedra Preta	2409605
RN	Pureza	2410405
RN	Riachuelo	2410900
RN	Ruy Barbosa	2411106
RN	Santa Cruz	2411205
RN	Santa Maria	2409332
RN	São Bento do Norte	2411601
RN	São Bento do Trairi	2411700
RN	São José do Campestre	2412302
RN	São Miguel do Gostoso	2412559
RN	São Paulo do Potengi	2412609
RN	São Pedro	2412708
RN	São Tomé	2412906
RN	Sítio Novo	2413706
RN	Taipu	2413904
RN	Tangará	2414001
RN	Touros	2414407
RN	Vera Cruz	2414803

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SEAD-CC-PR nº 137, de 7 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 8 de março de 2018, Seção 1, páginas 6 e 7, em seu Anexo que apresenta os bônus do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF) - bônus de março de 2018, com base nos preços de fevereiro de 2018,

onde se lê:

Produto	UF	Unidade	Preço Garantidor (R$ por Unid.)	Preço Mercado (R$ por Unid.)	Bônus (%)
SORGO	PI	60 kg	22,50	0,00	20

leia-se:

Produto	UF	Unidade	Preço Garantidor (R$ por Unid.)	Preço Mercado (R$ por Unid.)	Bônus (%)
SORGO	PI	60 kg	22,50	SP*	SB**

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

(*) SP - sem produção

(**) SB - sem bônus.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 6 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Artigo 44 do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, Portaria SE/MAPA nº 1231, de 09 de junho de 2017, publicada no DOU nº 114, de 16 de junho de 2017, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 703 - HABILITAR o Médico Veterinário MARCO ANTONIO MULLER DO COUTO, CRMV-PR Nº8214 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE SUÍNOS no Estado do Paraná, REVOGANDO a Portaria nº 123 de 28/03/2016, processo 21034.002370/2016-30.

Nº 704 - HABILITAR o Médico Veterinário FERNANDO CESAR BELINATO, CRMV-PR Nº7996 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE AVES no Estado do Paraná, processo 21034.002815/2018-43.

Nº 705 - HABILITAR o Médico Veterinário GEORGIA CAETANO DE ALMEIDA, CRMV-PR Nº15145 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE AVES no Estado do Paraná, processo 21034.002812/2018-18.

ALEXANDRE ORIO BASTOS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 37, DE 2 DE MARÇO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria Ministerial nº 1.756, de 10/08/2017, publicada no DOU de 11/08/2017, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo n21050. 003856/2006-15, resolve:

Art. 1º - Renovar o credenciamento nº BR-SC279, da empresa MADEIREIRA FERKALEO LTDA, CNPJ n° 05.599.453/0001-08, localizada na Rua Bororós, nº 210 - Distrito Industrial Norte, Joinvile/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar os seguintes tratamentos: Secagem em Estufa (KD) e Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até cento e vinte (120) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 39, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Habilitar a médica veterinária, GRACIELLA FERNANDA HEREK, inscrita no CRMV/SC Nº 08154 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº21050.001372/2018-75 e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 162377 do Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA N° 42, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Cancelar a pedido da CIDASC a habilitação concedida a médica veterinária, DANIELA BRUNA FERRANDIN, CRMV/SC Nº 05908, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI, 21050.001367/2018-62, no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria n°339 de 18.09.2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA N° 83, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial n° 428, de 9 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Lei n° 6894, de 16 de dezembro de 1980, no Decreto 4954, de 14 de janeiro de 2004, alterado pelo Decreto n° 8384, de 2014 e na Instrução Normativa MAPA n° 53, de 24 de outubro de 2013 e o que consta do Processo ¬¬21052.032143/2017-00, resolve:

Art. 1° Credenciar a Instituição de Pesquisa da empresa Sumitomo Chemical do Brasil Representações Limitada CNPJ n° 42.462.952/0004-10, com sede na Rodovia Mogi Mirim à Conchal, s/n°, km 06, bairro Área Rural, CEP 13.817-899, no Município de Mogi Mirim/SP, e campo experimental localizado em mesmo endereço para, na qualidade de Instituição Privada de Pesquisa, realizar ensaios de eficiência e viabilidade agronômica visando o registro de produtos novos abrangidos pelo art. 15 do regulamento da Lei n° 6894 de 1980.

Art 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉIA FIGUEIREDO PROCÓPIO DE MOURA
Substituta

PORTARIA N° 84, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial n° 428, de 9 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Lei n° 6894, de 16 de dezembro de 1980, no Decreto 4954, de 14 de janeiro de 2004, alterado pelo Decreto n° 8384, de 2014 e na Instrução Normativa MAPA n° 53, de 24 de outubro de 2013 e o que consta do Processo ¬¬21052.035954/2017-54, resolve:

Art. 1° Credenciar a Instituição de Pesquisa da empresa Eurofins Agroscience Services, CNPJ n° 15.669.842/0001-08, com sede na Rodovia Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado (SP-075), Km 57.7, s/n°, Condomínio Industriale - Prédio 1 - Marginal Norte, bairro Tombadouro, CEP 13.337-300, no Município de Indaiatuba/SP, e campo experimental localizado em mesmo endereço para, na qualidade de Instituição Privada de Pesquisa, realizar ensaios de eficiência e viabilidade agronômica visando o registro de produtos novos abrangidos pelo art. 15 do regulamento da Lei n° 6894 de 1980.

Art 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉIA FIGUEIREDO PROCÓPIO DE MOURA
Substituta

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Decisão nº 084, de 23 de novembro de 2017, publicada no DOU nº 226, Seção 1, página 41, em 27/11/2017, tornar sem efeito o deferimento da cultivar abaixo relacionada, considerando a mesma estar em procedimento de impugnação:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO DA CULTIVAR	NÚMERO DO PROCESSO
Chrysanthemum × morifolium Ramat.	Delicandy	21806.000262/2015

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL
DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 15, DE 12 DE MARÇO DE 2018

1. De acordo com o Artigo 22, §2º Inciso I, Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Sulphur Mills Limited - Plot nº 230/231/232, G.I.D.C., Panoli Dist. - Baruch, State - Gujarat - Índia, no produto Trinca Caps, registro nº 4110, conforme processo nº 21000.005527/2017-57.

2. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Fipronil Nortox TS, registro nº 8817 para a marca comercial Radix, conforme processo nº 21000.017458/2017-24.

3. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Solus Indústria Química Ltda. - CNPJ nº 21.203.489/0001-79 - Jandaia do Sul/PR, a importar o produto Acefato Fersol 750 SP, registro nº 0458294, de acordo com processo nº 21000.008776/2018-85.

4. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Solus Indústria Química Ltda. - CNPJ nº 21.203.489/0001-79 - Jandaia do Sul/PR, a importar o produto Clorpirifos Fersol 480 EC, registro nº 07097, de acordo com processo nº 21000.008775/2018-31.

5. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Atabron 50 EC, registro nº6894, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura do feijão, conforme o processo nº 21000.058799/2016-79.

6. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto Verango, processo nº 21000.058715/2016-05 para a marca comercial Verango Prime, de acordo com processo nº 21000.042706/2017-75.

7. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto Verango Prime, processo nº 21000.003660/2014-26 para a marca comercial Valente Prime, de acordo com processo nº 21000.042702/2017-97.

8. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Laboratório de Bio Controle Farroupilha S.A. para Laboratório de Bio Controle Farroupilha Ltda, permanecendo o mesmo endereço, esta alteração se aplica a todos os registros onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.008701/2018-02.

9. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Cross Link Consultoria e Comércio Ltda - CNPJ nº 67.148.692/0001-90 - Barueri/SP, Filial: CNPJ nº 67.148.692/0002-71 - Barueri/SP, a importar os produtos Cigaral registro nº 2710 e Tacora 250 EW registro nº 4210, de acordo com processo nº 21000.008470/2018-29.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 805/SEI, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.013424/2014-12, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 16.686/2017/SEI-MCTIC e n.º 1.015/2018/SEI-MCTIC, chanceladas pelos Pareceres Jurídicos nº 880/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU e n.º 109/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao MCTIC, no Despacho Interno CGPO 2652841, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 25 de junho de 2014, a concessão outorgada à Emissora Santuário Serafinense Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Serafina Corrêa, estado do Rio Grande do Sul, serviço esse outorgado originalmente por meio da Portaria n.º 143, de 22 de junho de 1984, publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho de 1989, e adaptado, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013 e do correspondente Aditivo Contratual, publicado no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2017.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 12 DE MARÇO DE 2018

Expede, aos abaixo identificados, autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Reportagem Externa e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização à:.

Nº 1.599 - Processo nº 53516.000256/2018-19: FUNDAÇÃO ALDEIA SOS DE GOIOERÊ, CNPJ nº 80.889.637/0001-10;

Expede, aos abaixo identificados, autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização à:.

Nº 1.600 - Processo nº 53516.000354/2018-48: FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DA GLORIA DE MARINGÁ, CNPJ nº 03.232.222/0001-28;

Nº 1.601 - Processo nº 53516.004556/2017-88: FUNDAÇÃO SANT'ANA, CNPJ nº 00.833.057/0001-71.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 9 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transm. de Programas à(ao):

Nº 1.546 - RÁDIO CIDADE AM DE VOTUPORANGA LTDA - ME, CNPJ nº 49.109.515/0001-13;

Nº 1.550 - RADIO CLUBE DE TANABI LTDA - ME, CNPJ nº 72.079.072/0001-87

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATOS DE 9 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.552 - Expede autorização à BRAJUR - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 23.934.050/0001-41, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.579 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à GUARDSECURE SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 42.035.097/0001-18 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

ATO Nº 1.605, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Expede autorização à CELTA SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 28.104.861/0001-39 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 1.337, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53508.000376/2018-15. Expede autorização à CIA CAMINHO AEREO PAO DE ACUCAR, CNPJ nº 33229410000168, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 1.340, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53508.000393/2018-44. Expede autorização à CONSPIRACAO FILMES S.A., CNPJ nº 02020661000104, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 13.937, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.081398/2017-59. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ 46.665.188/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Guaíra/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 14.267 - Processo nº 53500.082555/2017-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA, CNPJ 04.608.796/0001-10, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barretos/SP.

Nº 14.269 - Processo nº 53500.082557/2017-32. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Batatais/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 4 DE JANEIRO DE 2018

Nº 71 - Processo nº 53500.000307/2018-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cravinhos/SP.

Nº 72 - Processo nº 53500.000308/2018-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Jaboticabal/SP.

Nº 73 - Processo nº 53500.000310/2018-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV RECORD DE FRANCA S/A, CNPJ 46.721.148/0001-16, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ipuã/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 272, DE 14 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 53500.001425/2018-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA PAULISTA DE TELEVISAO S/A, CNPJ 46.242.004/0001-87, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rifaina/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Nº 366 - Processo nº 53500.002083/2018-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO GUAIBA LTDA, CNPJ 87.185.468/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Carlos Barbosa/RS.

Nº 368 - Processo nº 53500.002085/2018-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO GUAIBA LTDA, CNPJ 87.185.468/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Farroupilha/RS.

Nº 369 - Processo nº 53500.002086/2018-78. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO GUAIBA LTDA, CNPJ 87.185.468/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Gramado/RS.

Nº 372 - Processo nº 53500.002089/2018-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO GUAIBA LTDA, CNPJ 87.185.468/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Marcos/RS.

Nº 373 - Processo nº 53500.002090/2018-36. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO GUAIBA LTDA, CNPJ 87.185.468/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Taquara/RS.

Nº 374 - Processo nº 53500.002091/2018-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO GUAIBA LTDA, CNPJ 87.185.468/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Teutônia/RS.

Nº 375 Processo nº 53500.002092/2018-25. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO GUAIBA LTDA, CNPJ 87.185.468/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Tramandaí/RS.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 471, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 53500.002605/2018-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO GUAIBA LTDA, CNPJ 87.185.468/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Canela/RS.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Nº 584 - Processo nº 53500.002885/2018-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA, CNPJ 02.412.892/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Viamão/RS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 587 - Processo nº 53500.002889/2018-22. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CACHOEIRA DO SUL LTDA, CNPJ 89.784.037/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Três Coroas/RS.

Nº 592 - Processo nº 53500.002901/2018-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISAO, CNPJ 87.809.992/0001-80, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Taquara/RS.

Nº 594 - Processo nº 53500.002904/2018-32. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A, CNPJ 54.313.556/0001-67, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Taquara/RS.

Nº 602 - Processo nº 53500.002910/2018-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CACHOEIRA DO SUL LTDA, CNPJ 89.784.037/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Marcos/RS.

Nº 607 - Processo nº 53500.002914/2018-78. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santo Antônio da Patrulha/RS.

Nº 609 - Processo nº 53500.002916/2018-67. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO GUAIBA LTDA, CNPJ 87.185.468/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santo Antônio da Patrulha/RS.

Nº 613 - Processo nº 53500.002927/2018-47. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EVANGELICA BOAS NOVAS, CNPJ 84.541.689/0001-51, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Porto Alegre/RS.

Nº 619 - Processo nº 53500.002933/2018-02. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBS PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ 68.737.857/0001-22, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Palmares do Sul/RS.

Nº 620 - Processo nº 53500.002935/2018-93. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Nova Petrópolis/RS.

Nº 622 - Processo nº 53500.002937/2018-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A, CNPJ 54.313.556/0001-67, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Gramado/RS.

Nº 625 - Processo nº 53500.002942/2018-95. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Gramado/RS.

Nº 627 - Processo nº 53500.002944/2018-84. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOSE DE PAIVA NETTO, CNPJ 00.564.475/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Glorinha/RS.

Nº 633 - Processo nº 53500.002955/2018-64. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBS PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ 68.737.857/0001-22, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Butiá/RS.

Nº 637 - Processo nº 53500.002962/2018-66. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGÁ, CNPJ 80.289.184/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barretos/SP.

Nº 639 -Processo nº 53500.002964/2018-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO CULTURAL 'PADRE LUIZ BARTHOLOMEU', CNPJ 04.475.934/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barretos/SP.

Nº 640 - Processo nº 53500.002965/2018-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO CULTURAL 'PADRE LUIZ BARTHOLOMEU', CNPJ 04.475.934/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Batatais/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.117, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53500.005458/2018-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO MERIDIONAL DA BAHIA LTDA, CNPJ 16.284.812/0001-46, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Itabuna/BA.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.126, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53500.005562/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ELDORADO DE MINEIROS LTDA, CNPJ 02.309.979/0001-00, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Mineiros/GO.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.172, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53500.005811/2018-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO CAFÉ LONDRINA LTDA, CNPJ 77.712.206/0001-79, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Londrina/PR.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.186, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53500.019381/2012-78. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A, CNPJ/MF nº 02.359.572/0004-30, associada à autorização do Serviço Limitado Privado, na aplicação móvel privado.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.375, DE 1º DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.010749/2014-02. Autoriza, a partir de 25/04/2018, a substituição de subfaixas de radiofrequências associadas ao Direito de Exploração do satélite estrangeiro Eutelsat 3B, conferido por meio Ato nº 8.304, de 20/10/2014, à EUTELSAT S/A, cujo representante legal é a EUTELSAT DO BRASIL LTDA., CNPJ/MF nº 03.916.374/0001-40.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 2 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.377 - Processo nº 53500.005096/2018-65. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TASSIO ALMIR BENITES CORREIA DE LIMA - ME, CNPJ/MF nº 07.019.962/0001-31, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 1.380 - Processo nº 53500.015463/2015-96. Autoriza à TELESAT CANADA, por meio de seu representante legal, a Telesat Brasil Capacidade de Satélites Ltda., CNPJ nº 02.884.281/0001-18, o uso em todo território nacional de radiofrequências em acréscimo àquelas associadas ao direito de exploração do satélite estrangeiro ANIK F1, conferido por meio do Ato nº 6593, de 02/12/2015, respeitadas as condições estabelecidas, pelo prazo de 1 (um) ano contado a partir de 26/02/2018.

Nº 1.388 - Processo nº 53500.005125/2018-99. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à NV COMP TECNOLOGIC LTDA - ME, CNPJ/MF nº 07.829.408/0001-10, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 1.389 - Processo nº 53504.003057/2017-11. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à J.MUNARO & CIA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.924.822/0001-52, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 1.398 - Processo nº 53500.014171/2008-15. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à GLOBAL INFORMATICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 03.938.345/0001-89, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 8 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.498 Processo nº 53500.006692/2018-62. Expede autorização à REDE TOCANTINS DE TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 27.633.701/0001-14, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.506 - Processo nº 53500.006806/2018-74. Expede autorização à GRS AMBIENTAL SOLUCOES INTEGRADAS LTDA, CNPJ/MF nº 21.583.419/0001-93, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.509 - Processo nº 53500.006947/2018-97. Expede autorização à MARCO AURELIO RAMALHO DOS SANTOS, CNPJ/MF nº 09.137.914/0001-73, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.527 - Processo nº 53500.006632/2018-40. Expede autorização à NETCOM INFOR TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 20.681.678/0001-94, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 12 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.615 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 10/03/2018 a 10/03/2018.

Nº 1.618 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Volta Redonda/RJ, no período de 11/03/2018 a 11/03/2018.

Nº 1.619 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 14/03/2018 a 14/03/2018.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.623 - Autoriza MICO'S RACING AUTOMOBILISMO E REPRES COMERCIAIS LTDA, CNPJ nº 00.605.885/0001-52, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/03/2018 a 11/03/2018.

Nº 1.624 - Autoriza MUCA - ASSESSORIA E PROMOCOES LTDA., CNPJ nº 01.318.702/0002-61, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/03/2018 a 11/03/2018.

Nº 1.625 - Autoriza CARLOS ALVES COMPETITION TEAM , CNPJ nº 01.608.038/0001-04, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/03/2018 a 11/03/2018.

Nº 1.626 - Autoriza F. G. EVENTOS ESPORTIVOS S/C LTDA, CNPJ nº 96.493.978/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/03/2018 a 11/03/2018.

Nº 1.627 - Autoriza WOGEL MOTORSPORTS , CNPJ nº 04.388.367/0001-85, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/03/2018 a 11/03/2018.

Nº 1.628 - Autoriza A MATTHEIS MOTORSPORT S/C LTDA, CNPJ nº 00.472.205/0001-70, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/03/2018 a 11/03/2018.

Nº 1.704 - Processo nº 53500.008899/2018-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SENADO FEDERAL, CNPJ 00.530.279/0001-15, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Brasília/DF.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 596/SEI, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.005444/2018-90, resolve:

Art. 1º Consignar à UPAON-AÇU COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de São José de Ribamar/MA, o canal 36 (trinta e seis), correspondente à faixa de frequência de 602 a 608 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 238/SEI, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.073937/2017-71, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 64/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Homologar a devolução à União, a partir de 30 de novembro de 2017, da frequência 970 KHz, outorgada à Rádio Alvorada de Estrela d'Oeste Ltda, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Estrela do Oeste, estado de São Paulo.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 109/SEI, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.001073/2016-13, resolve:

Conhecer e prover o recurso administrativo interposto e aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Itaiópolis/SC, utilizando o canal n.º 266 (duzentos e sessenta e seis), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 1210/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 146/SEI, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.001561/2016-12, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO GAETA LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Guarapari-ES, utilizando o canal n.º 226 (duzentos e vinte e seis), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 1965/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 315/SEI, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.009993/2018-33, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO QUIXELÔ FM LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de QUIXELÔ/CE, utilizando o canal n.º 204 (duzentos e quatro), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 4588/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 343/SEI, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso IV, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.000999/2018-45, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 4536/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de prorrogação do prazo para instalação de estação, formulado pela FUNDAÇÃO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DE UNIÃO DA VITÓRIA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de União da Vitória-PR, mediante utilização do canal n.º 270 (duzentos e setenta), classe A4.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

RESOLUÇÃO Nº 132, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º Tornar pública a alteração do item 119.2 do Regulamento Geral do PRODAV, relativa à proporção suplementada nos Grupos Regionais dos editais de Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais, aprovada na 43ª reunião do CGFSA realizada em 02 de março de 2018, conforme abaixo:

a) Grupo A (Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste): até cinco vezes os valores aportados pelos órgãos e entidades;

b) Grupo B (Região Sul e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo): até quatro vezes os valores aportados pelos órgãos e entidades;

c) Grupo C (Estados de São Paulo e Rio de Janeiro): até três vezes os valores aportados pelos órgãos e entidades

A proporção do investimento do FSA será majorada em uma vez quando as propostas apresentadas forem de municípios que não sejam capitais.

CHRISTIAN DE CASTRO

RESOLUÇÃO Nº 133, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a disponibilização dos conteúdos produzidos pela linha de TV's Públicas para exibição nos canais legislativos após 1 (um) ano do início da distribuição aos canais comunitários e universitários, limitado ao prazo final original de exibição não onerosa, conforme deliberado pelo Comitê Gestor do FSA em sua 43ª Reunião realizada em 02 de março de 2018.

Art. 2º - A disponibilização passará a vigorar para os conteúdos produzidos a partir da 3ª edição do edital de TV´s Públicas.

CHRISTIAN DE CASTRO

RESOLUÇÃO Nº 134, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a prorrogação do prazo para destinação de recursos da Chamada PRODAV 06/2015 em 60 (sessenta) dias, fixando o prazo final em 19/06/2018, conforme aprovado pelo Comitê Gestor do FSA em sua 43ª Reunião realizada em 02 de março de 2018.

CHRISTIAN DE CASTRO

PORTARIA Nº 203-E, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto n.º, 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17, do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 64 de 09 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1° - Divulgar a relação das empresas selecionadas, regularmente inscritas, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "MIPTV", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE n.º 64 de 09 de janeiro de 2018, conforme abaixo discriminado e obedecendo a ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

AÇÃO DE APOIO À PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM EVENTOS DE MERCADO E RODADAS DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS-2018 MIPTV	
RELAÇÃO DAS EMPRESAS SELECIONADAS APTAS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Boutique Filmes e Produções Ltda.
2	Alopra Estúdio Ilustrações e Animações Ltda. - ME
3	Due Produções Produtora Cinematográfica Ltda.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

DESPACHO Nº 17-E, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual e sua análise complementar, para o qual a proponente fica autorizada o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

18-0138 - VANJA ORICO, AO ARREPIO DO TEMPO.
Processo: 01416.026302/2017-45
Proponente: VANJA ORICO FILMES EIRELI - EPP.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 19.332.605/0001-08
Valor total aprovado: R$ 1.063.998,72
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 334.807,19
Banco: 001 - agência: 4076-2 conta corrente: 19744-0
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 674, realizada em 09/01/2018.

Art. 2º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0334 - CONFISSÕES MÉDICAS.
Processo: 01416.020446/2017-98
Proponente: BOUTIQUE FILMES E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 16.729.130/0001-08
Valor total aprovado: de R$ 3.157.898,70 para R$ 2.807.743,40
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: de R$ 3.000.000,00 para R$ 2.652.356,23
Banco: 001 - agência: 0722-6 conta corrente: 52705-X
Prazo de captação: até 31/12/2019
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 679, realizada em 28/02/2018.

Art. 3º Aprovar o redimensionamento de valores do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

10-0496 - OBJETOS PERDIDOS OU A HISTÓRIA DAS DUAS ÚNICAS PESSOAS DO PLANETA TERRA.
Processo: 01580.046983/2010-90
Proponente: FILMES MAIS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 03.435.290/0001-94

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Valor total aprovado: de R$ 9.130.283,09 para R$ 15.298.666,29
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.100.000,00
Banco: 001 - agência: 3347-2 conta corrente: 5563-8
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.173.768,94 para R$ 2.900.000,00
Banco: 001 - agência: 3347-2 conta corrente: 5566-2
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3347-2 conta corrente: 5564-6
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.000.000,00 para R$ 0,00
Banco: 001 - agência: 3347-2 conta corrente: 6240-5
Prazo de captação: até 31/12/2018.
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 673, realizada em 21/12/2017.
Art. 4º As deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório nº 32 de 06/03/2018, publicada no DOU nº. 47 de 09/03/2018, Seção 1, página 17, em relação ao Art. 1º, para considerar o seguinte:
Onde se lê:
Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2018.
Leia-se:
Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

DESPACHO Nº 746-E, DE 13 DE MARÇO DE 2018

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS / SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:
Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.
18-0166 CORPO SECO
Processo: 01416.028695/2017-21
Proponente: FÁBULAS NEGRAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: Guarapari / ES
CNPJ: 09.369.796/0001-29
Valor total aprovado: R$ 1.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 50.000,00
Banco: 001 - agência: 0924-5 conta corrente: 53700-4
18-0167 UM DIA DE ZITA
Processo: 01416.000680/2018-80
Proponente: DANIELA GOUVEIA MENEGOTTO - ME.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 18.384.267/0001-95
Valor total aprovado: R$ 316.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 2817-7 conta corrente: 38016-4
18-0168 ARMANDO NOGUEIRA - A ALMA, A PALMA E CORAÇÃO DE JORNALISTA
Processo: 01416.002276/2018-41
Proponente: PUBLYTIME COMUNICAÇÃO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 27.052.323/0001-85
Valor total aprovado: R$ 1.157.894,74
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001 - agência: 2795-2 conta corrente: 89617-9
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 2795-2 conta corrente: 89618-7
18-0169 A MENINA FEITA DE ESPINHOS
Processo: 01416.002240/2018-67
Proponente: PACO HUBERTS PRODUÇÕES LTDA - ME.
Cidade/UF: Mogi Mirim / SP
CNPJ: 09.387.608/0001-95
Valor total aprovado: R$ 442.045,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 0578-9 conta corrente: 46562-3
18-0170 BOLEIRO VIRTUAL
Processo: 01416.002304/2018-20
Proponente: LOMA FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 23.723.437/0001-59
Valor total aprovado: R$ 2.152.427,01
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.028.090,12
Banco: 001 - agência: 3017-1 conta corrente: 16149-7
Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA BRASIL ROMÃO E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 35, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:
Art. 1º Autorizar a alteração de agência bancária e publicar as contas de captação dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.
16-0663 - O MISTÉRIO DE MONTEZUMA.
Processo: 01416.006780/2016-58
Proponente: ASTRO PRODUÇÕES FILMES E DOCUMENTÁRIOS LTDA. EPP.
Cidade/UF: Mauá / SP
CNPJ: 06.322.638/0001-25
Valor total aprovado: R$ 1.454.899,51
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.379.833,26
Banco: 001- agência: 04252-9 conta corrente: 49359-7
Prazo de captação: até 31/12/2019.
17-0083 - ARCA DE NOÉ.
Processo: 01416.004577/2017-28
Proponente: GULLANE ENTRETENIMENTO S.A.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Valor total aprovado: R$ 13.058.862,09
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Banco: 001- agência: 6998-1 conta corrente: 8313-5
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 6998-1 conta corrente: 8314-3
Prazo de captação: até 31/12/2019.
18-0145 - GLITTER MODEL - UMA AVENTURA CHEIA DE ESTILO.
Processo: 01416.001835/2018-03
Proponente: NUNES ANGEL PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.853.740/0001-21
Valor total aprovado: R$ 3.157.326,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.999.459,70
Banco: 001- agência: 3548-3 conta corrente: 26396-6
Prazo de captação: até 31/12/2021.
15-0424 - DIVALDO FRANCO
Processo: 01580.053872/2015-44
Proponente: LUZ PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: Fortaleza / CE
CNPJ: 00.975.333/0001-36
Valor total aprovado: R$ 5.102.040,64
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.346.000,00
Banco: 001- agência: 8076-4 conta corrente: 33916-4
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.500.000,00
Banco: 001- agência: 8076-4 conta corrente: 35600-X
Prazo de captação: até 31/12/2018.
Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual e sua análise complementar, o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.
18-0164 - 3 ANTÔNIOS & 1 JOBIM - UMA LIÇÃO DE AMOR AO BRASIL.
Processo: 01416.012162/2016-47
Proponente: ELIPSE TELEVISÃO E CINEMA LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 40.241.291/0001-24
Valor total aprovado: R$ 330.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 313.500,00
Banco: 001 - agência: 1251-3 conta corrente: 42376-9
Art. 3º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais, para o qual as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.
15-0206 - DORA E GABRIEL.
Processo: 01580.027407/2015-58
Proponente: SP FILMES DE SÃO PAULO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 59.190.843/0001-40
Valor total aprovado: de R$ 2.563.562,66 para 2.635.304,96
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.435.384,52 para R$ 1.703.539,71
Banco: 001 - agência: 2962-9 conta corrente: 21862-6
Prazo de captação: até 31/12/2018.
16-0062 - SE EU FOSSE VOCÊ 3.
Processo: 01580.062832/2015-93
Proponente: TF INTERNATIONAL PRODUTORA DE FILMES EIRELI.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 21.866.996/0001-92
Valor total aprovado: de R$ 7.594.000,00 para R$ 6.923.651,41
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 4.000.000,00 para R$ 3.577.468,84
Banco: 001 - agência: 3520-3 conta corrente: 27434-8
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3520-3 conta corrente: 27432-1
Prazo de captação: até 31/12/2019
Art. 4º Aprovar a análise complementar e autorizar a substituição do título do projeto audiovisual, para qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.
13-0345 - De "A VIAGEM" para "RAQUEL, 1:1"
Processo: 01580.021715/2013-16
Proponente: CLARALUZ PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 16.835.137/0001-04
Valor total aprovado: R$ 1.250.059,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 607.557,00 para R$ 800.000,00
Banco: 001 - agência: 4227-7 conta corrente: 7554-X
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 250.000,00 para R$ 150.000,00
Banco: 001 - agência: 4227-7 conta corrente: 7553-1
Prazo de Captação: 31/12/2018
Art. 5º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, mantidos os mecanismos já aprovados para cada projeto. Prazo de captação até 31/12/201X.
14-0214 - 1999 - A CONQUISTA DA AMÉRICA.
Processo: 01580.029211/2014-17
Proponente: CANAL AZUL CONSULTORIA AUDIOVISUAL EIRELI.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.350.398/0001-47
13-0404 - ANTES QUE EU ME ESQUEÇA.
Processo: 01580.030046/2013-65
Proponente: TITÂNIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 08.103.457/0001-33
Art. 6º Suspender a autorização de captação de recursos incentivados federais do projeto audiovisual relacionado abaixo para o exercício 2018.
16-0251 - MINHA ESTUPIDEZ.
Processo: 01416.000891/2016-51
Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3° MILÊNIO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Art. 7º. Tornar sem efeito os termos da Deliberação nº. 34, de 08/03/2018, publicada no DOU nº 47, de 09/03/2018 na pág. 18, seção 01, no que se refere à tornar ser efeito a publicação do projeto audiovisual "17-0538 - DARCI, PSICANALISTA", da proponente FORMATA PRODUÇÕES E CONTEÚDO LTDA.
Art. 8º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

DESPACHO Nº 747-E, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:
Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.
18-0106 V DE VIRGÍNIA
Processo: 01416.000966/2018-65
Proponente: RG PRODUCOES EIRELI - EPP.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 03.816.467/0001-00
Valor total aprovado: R$ 5.270.512,50
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1191-6 conta corrente: 41707-6
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 1191-6 conta corrente: 41708-4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1191-6 conta corrente: 41706-8
Art. 2º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 178, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
180417 - Arte, Cultura e Meio Ambiente
ODILA DE FATIMA DA MOTTA
CNPJ/CPF: 331.277.430-68
Processo: 01400003255201811
Cidade: Santo Ângelo - RS;
Valor Aprovado: R$ 179.835,22
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto se propõe realizar uma programação cultural e socioambiental, oferecendo atividades artísticas e culturais. Com espetáculos de teatro, dança, música instrumental e folclórica, mesclando com várias artísticas culturais e socioambientais.
180418 - CANTATA NATALINA
CONGREGACAO DE NOSSA SENHORA
CNPJ/CPF: 92.017.516/0001-67
Processo: 01400003256201866
Cidade: Passo Fundo - RS;
Valor Aprovado: R$ 690.988,50
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Neste projeto prevê-se a realização do evento Cantata Natalina, um evento público, ao ar livre, gratuito, que mescla atividades cênicas, com canto lírico e instrumental.
180384 - Cante um Conto Vol I - O Fabuloso Cordel de Contos
Vinicius Alves Sampaio e Silva
CNPJ/CPF: 334.263.398-03
Processo: 01400003017201814
Cidade: Amparo - SP;
Valor Aprovado: R$ 114.471,73
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/10/2018
Resumo do Projeto: Cante um Conto é um projeto idealizado e voltado para o público infantil apresentado em 3 formatos que exploram um mesmo tema através da música, da literatura e do teatro. Este primeiro volume, "O Fabuloso Cordel de contos", inspira-se na literatura de cordel, nos repentes sonoros e na contação de histórias. Com histórias e canções originais, o projeto contempla a publicação de um livro-cd e um espetáculo de contação e cantação para divulgação do material publicado e consolidação de um terceiro produto que seguirá posteriormente levando cultura para crianças. O livro-cd conta a história de um andarilho que troca contos por sentimentos. Em suas andanças ele narra 10 contos com temáticas variadas. Os contos produzidos serão transformados em composições musicais e por fim em espetáculo músico-teatral.
180444 - CIRANDA - VIVER É UMA BRINCADEIRA DE RODA
ATUAL CONSULTORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.320.351/0001-30
Processo: 01400003309201849
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 6.374.473,50
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Ciranda - Viver é uma brincadeira de roda" é um Musical visa à montagem de um espetáculo teatral que dará vida aos personagens das cirandas e canções que compõem o cancioneiro folclórico. Através de uma mensagem de amor, união e generosidade que irá emocionar e divertir o público adulto e infantil.
180297 - Show Viva 2018 - Arsenal: As Armas da Paz
OFICINA VIVA PRODUCOES EIRELI – ME
CNPJ/CPF: 20.835.123/0001-50
Processo: 01400002524201822
Cidade: São José dos Campos - SP;
Valor Aprovado: R$ 617.889,68
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Promover apresentação do Musical ?Arsenal ? as armas da Paz?, de forma a acessibilizar e fomentar a cultura,transmitindo valoreséticos, difundindo a música popular brasileira e discorrenedo reflexões sobre visões de mundo e temas referentes a sociedade contemporânea. ?Arsenal ? as armas da Paz? é o espetáculo da turnê Show Viva, realizado pela Oficina Viva Produções que em sua temporada 2016, teve apresentações nas cidades de São Paulo (2 apresentações), São José dos Campos (3 apresentações) e Rio de Janeiro (2 apresentações), sob Direção Geral da artista Ziza Fernandes. O Show Viva é apresentado pelos alunos do Curso de Expressão Viva (CEV) com participação de atores e artistas convidados. O roteiro é inédito e escrito por Maria Helena Alvin conta a história do Arsenal da Esperança, obra do SERMIG ? Fraternidade da Esperança nascida em Turim em 1964, que, na sua sede em São Paulo desde 1996 , acolhe 1.200 pessoas em situação de rua todos os dias.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
180473 - 3° Festival Sonido - Música Instrumental & Experimental
Associação Cultural Amazônia Independente
CNPJ/CPF: 10.511.256/0001-17
Processo: 01400003521201814
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 398.916,05
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 30/10/2018
Resumo do Projeto: Realização da terceira edição do Festival Sonido - Música Instrumental & Experimentação que apresentará a música instrumental contemporânea, em todas as suas vertentes, em especial para o gênero experimental e moderno, com shows de novos e consagrados artistas paraenses e nacionais.
180446 - 4º Quitutes e Batuques
PRUMOPRO PROJETOS E PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.540.377/0001-08
Processo: 01400003315201804
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.196.999,11
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/10/2018
Resumo do Projeto: Quitutes e Batuques é festival de artes que forma uma caravana de artistas internacionais que visitam comunidades de cidades brasileiras, durante uma semana em cada uma, realizando oficinas culturais (música instrumental, artes visuais, artes cênicas, vídeo e gastronomia) no intuito de fornecer ferramentas de produção cultura para a comunidade realizar seus próprios eventos culturais. Ao final da residência artística, os anfitriões e convidados realizam em conjunto uma festa comunitária com apresentações artísticas preparadas nas oficinas. Em 2018, o evento chega em sua 4ª edição.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
170395 - Conservação Emergencial dos Edifícios do Pátio Ferroviário de Paranapiacaba
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária
CNPJ/CPF: 49.731.466/0001-56
Processo: 01400003528201747
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 18.150.991,67
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto ?Conservação Emergencial dos Edifícios do Pátio Ferroviário de Paranapiacaba? propõe ações emergenciais com o objetivo interromper o agravamento da degradação do conjunto de edifícios e instalações, localizados no Pátio Ferroviário de Paranapiacaba, tombado pelo CONDEPHAAT/1987, COMDEPHAAPASA/2003 e IPHAN/2008. As intervenções propostas serão executadas nos edifícios descritos no Convênio 001/2005, firmado entre a extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), como segue: Casa de Máquina Fixa 5º Patamar ? Funicular; Máquina Fixa 5º Patamar - Funicular; Cabine de Manobra; Cabine Mecânica 5º Patamar; Cabine de Sinais; Depósito 5º Patamar; Garagem 5º Patamar; Sanitário 5º Patamar; Casa das Caldeiras 5º Patamar; Casa de Máquinas 5º Patamar; Máquina Fixa 4ª Patamar ? Serra Velha; Oficina Locobreque.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
180477 - A Insustentável Leveza do Ser
PEDRO WASHINGTON DE ALMEIDA JUNIOR
CNPJ/CPF: 864.539.809-59
Processo: 01400003528201828
Cidade: Pinhais - PR;
Valor Aprovado: R$ 102.895,25
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 04/12/2018
Resumo do Projeto: Pré-produção, produção, gravação e divulgação da obra musical "A insustentável leveza do ser" de autoria do jornalista, compositor e músico Pedro Almeida. Primeira obra realizada. A obra contém 14 músicas autorais, escolhindas entre 22 músicas compostas. Produção de dois vídeos clipes audivisuais. Transmissão ao vivo das gravações das músicas com livre acesso ao expectador. A obra versa sobre temas modernos e questiona as principais mudanças sociais, políticas e culturais de uma sociedade altamente conectada ao mundo virtual e eterno senso de urgência.
180470 - CD Edu Souza
SIMONE NUNES - ME
CNPJ/CPF: 14.019.827/0001-51
Processo: 01400003517201848
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 237.281,28
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Pretende-se com este projeto, realizar a gravação e prensagem do primeiro CD oficial do cantor sertanejo Edu Souza, que é natural de Brusque - Santa Catarina. O CD é constituído por 10 músicas, 6 em parceria com outros compositores. Serão prensados 2.000 unidades de CD, sendo sua distribuição gratuita. As características do produto final serão as seguintes: a) Digipack - embalagem em papelão, 4x4 cores b) Rótulo em 4x4 cores. O público-alvo são os apreciadores de música sertaneja romântica (gênero musical interpretado por Edu Souza), compostos jovens e adultos entre 15 e 60 anos.

PORTARIA N° 179, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)
17 9296 - Sinfonia das Águas 2018
RIBEIRO & MACHADO PRODUÇÃO, PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ESPETACULOS LTDA
CNPJ/CPF: 05.480.400/0001-65
SP - São José do Rio Pardo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7790 - XXII Sinos de Natal de Flores da Cunha
Associação de Amigos do Museu e Arquivo Histórico Pedro Rossi
CNPJ/CPF: 07.947.915/0001-58
RS - Flores da Cunha
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

PORTARIA Nº 180, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
1410880 - Manutenção e Modernização do Cine Teatro Anísio Teixeira
Fundação Anisio Teixeira
CNPJ/CPF: 33.967.019/0001-60
Cidade: Salvador - BA;
Valor Reduzido: R$ 12.026,99
Valor total atual: R$ 339.100,01
175871 - PORTO VERÃO ALEGRE 2018
MAIS ALÉM PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 04.653.701/0001-80
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 452.966,00
Valor total atual: R$ 2.382.416,68

PORTARIA Nº 181, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
154566 - Oficina de Educação e Cultura - 2ª Edição
Sustentabilidade e Cultura Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 19.541.589/0001-63
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 70.000,00
Valor total atual: R$ 841.950,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA N° 182, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1º - Aprovar a alteração do nome do proponente do projeto MEU SABA - PRONAC 14-7803, publicado na portaria n.º 0612 de 10/10/2017, no D.O.U de 11/10/2017:
Onde se lê: CLARISSA KAHANE
Leia-se: CLARISSA KAHANE 10716163748
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA N° 183, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADAS COM RESSALVA (S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 88 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e nos art.43 e art. 44 da Portaria 46, de 13 de março de 1998, conforme anexo II.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I - APROVADAS COM RESSALVA

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
05-1848	Um Natal Bem Brasileiro (X)	Backstage Rio Empreendimentos e Produções Artísticas e Culturais Ltda	00.591.962/0001-62	Prevê nova montagem da estrutura flutuante da árvore de Natal, a realização de dois espetáculos. Será realizado concerto com a participação da Orquestra Sinfônica Brasileira - coro e solistas e populares, regidos pelo maestro Henrique Morelenbaum no dia 26/11/2005 - Gala de inauguração. Quando a árvore é formalmente entregue à cidade do Rio de Janeiro. E no dia 26/10/2005, a participação da Turma da Mônica, espetáculo criado por Maurício de Souza e equipe para o evento. Será montado 8 telões na Orla da Lagoa Rodrigo de Freitas. Período de realização 210 dias. Não haverá cobrança de ingressos.	2.163.412,58	1.437.066,15
04-2758	Carlos Zílio	Fazer Arte Produções Artísticas Ltda	73.980.591/0001-84	O projeto visa a realização de um livro sobre a obra do artista plástico Carlos Zílio, abordar o trabalho do artista a partir de 1966 até o momento atual, abrangendo este período por meio de documentação iconográfica e textos críticos. Com tiragem de 3.000 exemplares e com 176 páginas.	150.636,40	150.636,40
05-2616	Corda Bamba	Soraia Santos Oliveira	468.600.025-49	O objetivo principal do projeto é produzir o primeiro CD solo instrumental do músico João Omar, em 12 faixas. Promover a realização de um espetáculo de lançamento do CD para convidados em Salvador (Bahia) no segundo semestre de 2005. Promover a realização de um show em Salvador (Bahia) no segundo semestre com entrada franca, direcionado a estudantes. Tiragem de 2.000 cópias e 500 ingressos o qual será distribuido gratuitamente para divulgação do CD. Distribuição: 300 patrocinador, 700 outros, 1000 venda normal, valor R$ 10,00 venda normal.Período de realização 184 dias.	65.100,00	64.695,00
01-1529	Doação de Pintura do Artista Gianguido Bonfanti ao MNBA	Paulo Vieira Branquinho	959.523.817-15	Doação de pintura do artista Gianguido Bonfati ao MNBA - Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.	59.624,40	40.512,20
06-4991	Inexistências - Introdução a Uma Velha Crítica	Humberto Brasil Ribeiro	126.912.478-13	Realizar exposição no Hall do Senado Federal, divulgando o trabalho de alunos escultores que transporam suas idéias e sentimentos através de esculturas de cabeças que representam um mundo subjetivo.	58.551,51	25.000,00
02-1334	Série Compositores do Paraná - Duo Para Piano e Voz	Lívia Haydeé de Araújo	617.704.939-72	Realizar recitais, gratuitos, de canto e piano, em cidades Paraná, enfocando a obra de compositores como Padre Penalva, Henrique de Curitiba, Bento Mussurunga, Othonio Benvenuto e outros nomes de importância na música paranaense.	63.834,28	51.067,42
06-7787	Acorde Para o Meio Ambiente - 22	Pro Cultura Marketing e Eventos Culturais	03.727.428/0001-29	O projeto tem como objetivo dar continuidade às apresentações dos concertos Acorde Para o Meio Ambiente, três concertos eruditos, sob regência do maestro Agenor Ribeiro Neto, com a Orquestra de Poços de Caldas, nos Parques de Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC e Curitiba/PR.	1.424.660,90	995.000,00
06-8456	CD Tato Taborda e Geralda - Música para Orquestra	Pretextato Taborda Junior	740.609.457-49	Gravação de um CD com o compositor erudito contemporâneo Tato Taborda e seu multi-instrumento, chamado "Geralda", com participação de músicos populares (cordas, percussão, etc) e eruditos	76.340,00	26.466,00
08-0893	Festa do Divino de Mogi das Cruzes - A Fé e o Trabalho em Três Séculos de Tradição	Emana Imagem & Cultura Ltda	04.921.493/0001-53	Pesquisas sobre a história cultural e social da Festa do Divino na cidade de Mogi das Cruzes que resultará em um livro de fotografia dividido em 2 volumes: o trabalho e a fé.	235.829,00	235.829,00
05-8301	Recuperação e Difusão do Acervo Musical da Coleção Vicente Salles, da Biblioteca do Museu da UFPA	Associação dos Amigos do Museu da UFPA	06.085.657/0001-85	O projeto tem por objetivo estimular a difusão da cultura musical da Amazônia, sua originalidade e diversidade, através do resgate, recuperação, organização e difusão do Acervo Musical da Coleção Vicente Salles da Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará . O acervo está em risco e estas medidas além de garantirem a conservação contribuirão para ampliar o cesso do público da capital e do interior do Pará a obras inéditas e/ou publicadas de relevante valor para a historia e a cultura regionais.	406.231,22	224.000,00
03-1679	Festas de Agosto - Festival Folclórico de Montes Claros	APAS - Associação de Promoção e Ação Social	21.360.821/0001-09	O objetivo á a realização da 25ª edição do festival folclórico de Montes Claros, em Minas Gerais, durante todo o mês de agosto. O evento abrange diversas expressões das culturas populares brasileiras. Participam artesãos, congadeiros, violeiros, grupos de dança do Vale São Francisco e Vale do Jequitinhonha, entre outras atividades, dentre as quais palestras e oficinas.	197.632,00	197.632,00
01-0079	Violino na MPB	Pan Eventos e Projetos Culturais Ltda	01.021.227/0001-86	Realizar 16 apresentações do violonista Leo Ortiz e sua banda, composta por cinco músicos, sendo 10 shows no Rio de Janeiro e 6 em São Paulo, para divulgar seu primeiro CD, já gravado, chamado "Exatamente Assim". O projeto prevê a produção de nova tiragem (10.000 cópias) do CD a ser divulgado, para venda nos shows e a edição de um vídeo dos ensaios e do show.	442.477,93	300.000,00
04-3120	Bild	Muovere Realizações Culturais S/S Ltda	91.574.947/0001-61	O projeto de espetáculo de dança contemporânea "BILD" beneficia a dança através de sua produção e difusão ao utilizar-se de meios de comunicação modernos inovando no formato de exibição, ou seja, em depósito equipadopara realizar o espetáculo e receber o público, instigando o interesse; promovendo a descentralização da cultura e diferenciando os aspectos da relação artista-público. A apresentação está prevista para o período de outubro a dezembro de 2004.	119.339,00	45.000,00
06-4857	Seminário Hutúz 2006	Hutuz Cultural Ltda	02.732.339/0001-08	Visa a realização de seminário, onde serão discutidas questões afetas à cultura hip hop e seus desdobramentos. Os locais de realização dos eventos serão: Canecão, Cine Odeon BR, Armazém 5 - Zona Portuária e Centro Cultural Banco do Brasil, todos na cidade do Rio de Janeiro. A programação está divida em prêmios, festival de hap, festival de filme, moda, exposição de graffitti, batalha entre Mcs, entre outras atividades.	44.953,00	20.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03-4060	Cubatão	Murilo de Andrade Lima Lisboa	018.438.838-48	Publicar um livro sobre a história do atual município de Cubatão, dando destaque ao período da implantação do pólo industrial e a grande migração populacional. Tiragem: 2.000 exemplares	211.923,27	211.923,27
07-6006	Dançando para não Dançar	Associação Dançando para não Dançar	02.859.970/0001-72	Estimular o gosto de crianças, que vivem em áreas de risco social, pela Dança e o Balé, além de preparar grupos de 08 até 12 anos de idade, para um possível ingresso na escola de dança do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Pretende-se, ainda, encaminhar 2 crianças para completarem o curso na escola de balé de Berlim, na Alemanha, ou no Balé Nacional de Havana, em Cuba.	578.400,00	422.000,00
04-1007	Viagem Musical a Terra dos Czares	Sociedade Chopin do Brasil	03.819.939/0001-70	Realizar quatro concertos envolvendo ballet, música de câmera e ópera em quatro dias do mês de julho de 2004, no Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo/SP, prevendo venda de ingressos a preços de R$3,00 (três) e R$6,00 (seis) reais.	149.118,41	117.000,00

ANEXO II - REPROVADAS

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUIDO AO FNC
04-3927	Catálogo do Artesanato do Vale do Jequitinhonha	Vilmar Oliveira de Jesus	594.725.026-87	Edição de livro que pretende a difusão das atividades artesanais desenvolvidas nas cidades mineiras do Vale do Jequitinhonha - MG, notadamente as cidades de Turmalina, Minas Gerais, Itinga e Aruçaí. Consta fotos das peças e registro dos artesãos. Texto em português, inglês e espanhol. Tiragem: 2.000 exemplares.	111.633,65	111.633,65	658,53

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 30, DE 12 DE MAR&CCEDIL;O DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar a redução de valor em favor do projeto cultural relacionado abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1° do artigo 18 da Lei n° 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n° 9.874, de 23 de novembro de 1999.

178585 - Cine Estrada - 2ª edição
Gabrieli Borges da Silva 37566128809
CNPJ/CPF: 24.954.036/0001-72
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 3.450,60
Valor total atual: R$ 586.003,40

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 3º Aprovar o projeto audiovisual, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)

180478 - 8 1/2 - Festa do Cinema Italiano - Brasil - 2018
Tommaso Mottironi 85621072049
CNPJ/CPF: 13.187.019/0001-30
Processo: 01400003552201867
Cidade: Torres - RS;
Valor Aprovado: R$ 231.333,00
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realizar no Brasil em 2018 o "8 1/2 - Festa do Cinema Italiano", já na sua 5ª edição no Brasil, contemporaneamente em várias capitais brasileiras caracterizadas por uma numerosa presença de população de origem italiana e por uma representação diplomática da Itália: Belo Horizonte, Belém, Brasília, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Vitória. O Festival consistirá na programação, em contemporâneo e durante uma semana, de uma Mostra Cinematográfica com filmes italianos, todos eles inéditos no Brasil, em pré-estreia ou sem distribuição comercial, no idioma original e legendados em Português do Brasil. Em cada cidade sede durante a Mostra serão exibidos pelo menos 7 (sete) longas-metragens, totalizando 14 sessões abertas ao público, mais 2 sessões especiais inclusivas e uma sessão para público escolar, perfazendo um total de 192 sessões cinematográficas.

180522 - Documentário - Arte e Mar
Maria Alice Baggio da Silva
CNPJ/CPF: 712.451.549-15
Processo: 01400003749201804
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 581.495,00
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Documentário sobre a relação entre o homem e o oceano. A inspiração de artistas guia o enredo da obra, que passa por vilarejos litorâneos do Atlântico e Pacifico onde existe uma grande influência na proximidade com o mar. Mitologias, descobertas, o desenvolvimento de sociedades pelo mar e o encantamento com o mar de artistas como Dorival Caymmi, Pablo Neruda e Paul Gaughin são retratados em passagens contemplativas. Duração 60min 1080P. Classificação Indicativa Livre.

180483 - ETERNA PAIXAO
EDIVALDO DA SILVA MONTEIRO PINTO
CNPJ/CPF: 858.664.402-10
Processo: 01400003628201854
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 53.734,50
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 16/09/2018

Resumo do Projeto: Este projeto se trata de uma média-metragem uma romance no trama de ficção, com tempo estipulado até 69 min., podendo ter redução de cena em caso de ultrapassar a margem (em processo de gravação). Formato MOV HD 1080.

180480 - Festival de Cinema Inclusivo
ETC SOLUCOES PARA PRODUCAO E DISTRIBUICAO DE FILMES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 26.783.615/0001-25
Processo: 01400003554201856
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 363.190,72
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto "Festival de Cinema Inclusivo" é uma iniciativa social, que tem o objetivo de difundir a cultura através do audiovisual, com sessões de filmes no cinema para deficientes visuais e auditivos. Número de títulos que serão exibidos, quantidade de sessões (dia/semana/mês); Seleção de títulos que serão exibidos: Curtindo a Vida Adoidado (Ferris Bueller´s Day Off, Paramount 1986), Titanic (Titanic, Fox, 1997), Quero Ser Grande (Big, Fox, 1988), Bonequinha de Luxo (Breakfast At Tiffany´s, Paramount, 1961), Escola de Rock (School of Rock, Paramount, 2003), E.T. O Extraterrestre (E.T. The Extra-Terrestrial, Universal, 2002), De Volta para o Futuro (Back to The Future, Universal, 1985), Carros (Cars, Disney, 2006), UP - Altas Aventuras (Up, Disney, 2009) e Wall-E (Wall-E, Disney, 2008). A duração do Festival é de dois finais de semana, com 2 sessões de filmes gratuitas às sextas-feiras, sábados e domingos de setembro de 2018, que podem ser em 14, 15 e 16/09 e 21, 22, e 23/09.

180482 - Mostra Cinema das Mulheres que Falam Português
CNPJ/CPF: 09.575.512/0001-50
Processo: 01400003623201821
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 322.529,50
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Trata-se da realização da Mostra Cinema das Mulheres que Falam Português em quatro capitais brasileiras: São Paulo, Fortaleza, Rio de Janeiro e Brasília. A Mostra consiste em um evento com foco no cinema produzido pelas mulheres dos países de expressão lusófona. Através de uma múltipla curadoria, feita por profissionais mulheres dos países-membros integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP pretendemos compor e exibir um panorama representativo das cinematografias presentes nos quatro continentes onde a língua portuguesa é falada, promovendo a interação, integração e intercâmbio cultural. Em linhas gerais, estão previstos três dias de sessões, compostas por filmes curta e longa metragem, seguidas de bate-papo com o público, perfazendo uma média de exibição de 20 filmes ao longo desse período. Também está prevista a realização de uma mesa temática de debates e de duas oficinas, sendo uma de escrita crítica cinematográfica e outra de tutoria de roteiro.

180459 - Por que Florianópolis?
Maria Alice Baggio da Silva
CNPJ/CPF: 712.451.549-15
Processo: 01400003422201824
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 526.432,50
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Documentário aborda a revolução federalista na cidade de Florianópolis, a qual iria influenciar fortemente nos traços culturais e no futuro da cidade. Lideranças libertarias foram mortas e fuziladas nas fortalezas de Anhatomirim, após este período negro a cidade toma um rumo político tido com dos mais conservadores do Brasil. 45 min./1080P Classificação Indicativa Livre.

180485 - PROJETO CINE PORTO DO ACU - CINEMA NA PRACA
CNPJ/CPF: 05.320.143/0001-02
Processo: 01400003630201823
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 874.685,64
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O PROJETO CINE PORTO DO AÇÚ - CINEMA NA PRAÇA é um festival de cinema ao ar livre que acontecerá em distritos de São João Da Barra - RJ de forma inteiramente gratuita. Serão ao todo 24 sessões de cinema gratuitas em vídeo digital com exibição de filmes nacionais, em grandes espaços abertos como praças públicas e/ou quadras esportivas. Em cada localidade o Festival de Cinema acontecerá por 04 dias consecutivos, de quinta a domingo, exibindo 04 títulos diferentes, sendo uma sessão a cada noite. Serão ao todo 06 localidades em distritos de São João da Barra como - Atafona, Cajueiro, Pipeiras, Barcelos, Praia do Açú e Chapéu de Sol.

180529 - WANDA
JEMASTE FILMES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 29.233.522/0001-15
Processo: 01400003787201859
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 198.035,20
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/08/2018

Resumo do Projeto: WANDA é um projeto que estipula a produção, finalização, divulgação e exibição de um curta metragem de ficção, com aproximadamente 15 minutos de duração com crédito, que narra a manhã na vida de uma empregada doméstica de uma família de classe média. A história será rodada em formato digital Full HD e finalizado digitalmente.

ANEXO II

180406 - Desenvolvimento e distribuição do livro-aplicativo infantil "Um Submarino no Sofá"
CAMILA FERNANDES OHL FERREIRA
CNPJ/CPF: 291.528.228-50
Processo: 01400003071201851
Cidade: São Bento do Sapucaí - SP;
Valor Aprovado: R$ 257.130,52
Prazo de Captação: 14/03/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Produção e distribuição gratuita do livro-aplicativo "Um Submarino no Sofá", contendo o texto de literatura infantil que valoriza o universo racional-imaginativo da criança. Compatível com diferentes tecnologias, para que possa ser largamente acessado pelas famílias, escolas e bibliotecas no Brasil - estará disponível nas plataformas Linux, Windows, Android e iOS. Trata-se de livro digital multimídia que irá conter o texto com opção de narração, efeitos de áudio e música, ilustrações e animações, bem como interatividades, que são atividades lúdicas que permitem ao leitor infantil brincar e interagir com a história. Além dos exemplares do livro-aplicativo, serão oferecidas 42 oficinas gratuitas que levarão o produto a escolas públicas, inclusive rurais, e espaços culturais dos municípios paulistas de São Bento do Sapucaí e Monteiro Lobato. Além de um evento de lançamento, igualmente gratuito, com apresentação musical em São Bento do Sapucaí.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

DESPACHO Nº 7/EMA, DE 9 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 61074.001798/2018-75
Interessado: Embaixada da Argentina no Brasil.
Objetivo: Visita do "Motovelero Dr. BERNARDO HOUSSAY", pertencente à Prefeitura Naval Argentina, ao porto do Rio de Janeiro-RJ, no período de 25 de março a 1º de abril de 2018.
Amparo legal: art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 281/2017, deste Estado-Maior.

VICE-ALMIRANTE MARCOS SILVA RODRIGUES.
Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

PORTARIA Nº 414/SEPESD/MD, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 4º da Portaria Normativa nº559/MD, de 3 de maio de 2005, e em conformidade com o disposto no inciso XII do art. 41 do Anexo I ao Decreto no 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 60521.000086/2017-70, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho (GT), com a finalidade de elaborar propostas para atualização do Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, e da Orientação Normativa Conjunta nº 1, de 19 de agosto de 2016.

Art. 2º O GT terá a seguinte composição:

I - quatro representantes do Departamento de Saúde e Assistência Social desta Secretaria, sendo um deles seu Diretor, que o coordenará, e respectivo suplente; e

II - quatro representantes titulares, e até quatro representantes suplentes, de cada um dos Comandos de Força Singular, representando as áreas de saúde, de pessoal, financeira e de auditoria hospitalar.

Art. 3º Os representantes das Forças Singulares no GT serão por elas indicados diretamente ao Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, que os designará.

Art. 4º Fica delegada ao Coordenador do GT competência para editar ato de substituição dos membros do GT, em caso de solicitação por parte dos Comandos de Força Singular.

Art. 5º Caberá ao GT apresentar, em até 90 (noventa) dias da data de publicação desta Portaria, propostas para atualização dos diplomas legais elencados no art. 1º.

§ 1º Na elaboração das propostas de atualização, o GT deverá buscar o consenso entre as Forças Singulares, de forma que o serviço assistencial de saúde aos militares e seus dependentes possa ser prestado com melhoria de qualidade e redução de custos.

§ 2º As propostas de atualização deverão ser encaminhadas ao Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, ao Diretor-Geral de Pessoal da Marinha, ao Chefe do Departamento-Geral do Pessoal do Exército e ao Comandante-Geral do Pessoal da Aeronáutica, para apreciação.

§ 3º O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado, em até igual período, mediante proposta devidamente fundamentada, a ser enviada pelo Coordenador do GT ao Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto.

Art. 6º O GT reunir-se-á de acordo com o plano de trabalho ou quando convocado pelo seu Coordenador.

Parágrafo único. As reuniões poderão contar com a participação de técnicos e assessores, mediante solicitação ao Coordenador.

Art. 7º A participação no GT não enseja qualquer remuneração para os seus integrantes e os trabalhos nele desenvolvidos serão considerados prestação de relevante serviço público.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MACHADO VIEIRA

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 13 DE MARÇO DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 27/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando os efeitos da Portaria SERES nº 642, de 29 de junho de 2017, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o funcionamento do curso de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade a distância, a ser oferecido pela Faculdade Capixaba da Serra - MULTIVIX SERRA, instalada na rua Barão do Rio Branco, nº 120, bairro Colina de Laranjeiras, no município de Serra, no estado do Espírito Santo, mantida pela Empresa Capixaba da Serra de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda., com sede no mesmo município, com 126 (cento e vinte e seis) vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.000315/2018-20 (Registro e-MEC nº 201403427).

MENDONÇA FILHO
Ministro

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DO PARECER CNE/CES Nº 39/2018

Reunião Ordinária dos Dias 22, 23, 24 e 25 do Mês de Janeiro/2018

Câmara de Educação Superior

e-MEC: 200903293 Parecer: CNE/CES 39/2018 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Fundação Presidente Antônio Carlos - Belo Horizonte/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Sabará (FUNEES Sabará), com sede no município de Sabará, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Sabará (FUNEES Sabará), com sede na Avenida Dr. Henrique de Melo, s/n, bairro Roça Grande, no município de Sabará, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Brasília, 13 de março de 2018.
ANDRÉA MALAGUTTI
Secretária Executiva

RETIFICAÇÃO

Na Súmula complementar referente à Reunião Ordinária de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 12/3/2018, Seção 1, pp. 26-27, no Parecer CNE/CES 91/2018, p. 27, passe a constar o assunto: "Assunto: Credenciamento da Universidade da Região de Joinville - Univille, com sede no município de Joinville, no estado de Santa Catarina, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância".

RETIFICAÇÃO

Na Súmula complementar referente à Reunião Ordinária de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 27/2/2018, Seção 1, pp. 14-15, no Parecer CNE/CES 14/2018, p. 14, onde se lê: "Assunto: ... com sede no município de Salvador, no estado da Bahia.", leia-se: "Assunto: ... com sede no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia.".

Na Súmula complementar referente à Reunião Ordinária de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 27/2/2018, Seção 1, pp. 14-15, no Parecer CNE/CES 24/2018, p. 14, onde se lê: "Assunto: ... do Faculdade UNIRB ...", leia-se: "Assunto: ... da Faculdade Unirb - Feira de Santana ...", e onde se lê: "Voto do relator: ... a ser oferecido pela Faculdade Regional da Bahia ... ", leia-se: "Voto do relator: ... a ser oferecido pela Faculdade Unirb - Feira de Santana ... ".

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PORTARIAS DE 12 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o disposto no item III, do artigo 37 da Constituição Federal; no Decreto Presidencial nº 6.944 de 21 de agosto de 2009, resolve:

Nº 231 - PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade dos Processos Seletivos Simplificados, referentes ao Edital nº 081/2017 de 07/03/2017, publicado no DOU de 08/03/2017 e do Edital de homologação nº 162/2017 de 02/05/2017, publicado no DOU de 04/05/2017, para provimento do cargo de Professor Substituto do Magistério Superior.

Nº 232 - PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade dos Processos Seletivos Simplificados, referentes ao Edital nº 035/2017 de 07/02/2017, publicado no DOU de 09/02/2017 e do Edital de homologação nº 165/2017 de 03/05/2017, publicado no DOU de 05/05/2017, para provimento do cargo de Professor Substituto do Magistério Superior.

Nº 233 - PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade dos Processos Seletivos Simplificados, referentes ao Edital nº 081/2017 de 07/03/2017, publicado no DOU de 08/03/2017 e do Edital de homologação nº 171/2017 de 08/05/2017, publicado no DOU de 11/05/2017, para provimento do cargo de Professor Substituto do Magistério Superior.

Nº 234 - PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade dos Processos Seletivos Simplificados, referentes ao Edital nº 387/2016 de 15/12/2016, publicado no DOU de 16/12/2016 e do Edital de homologação nº 103/2017 de 20/03/2017, publicado no DOU de 21/03/2017, para provimento do cargo de Professor Substituto do Magistério Superior.

Nº 235 - PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade dos Processos Seletivos Simplificados, referentes ao Edital nº 020/2017 de 24/01/2017, publicado no DOU de 26/01/2017 e do Edital de homologação nº 125/2017 de 03/04/2017, publicado no DOU de 04/04/2017, para provimento do cargo de Professor Substituto do Magistério Superior.

Nº 236 - PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade dos Processos Seletivos Simplificados, referentes ao Edital nº 387/2016 de 15/12/2016, publicado no DOU de 16/12/2016 e do Edital de homologação nº 134/2017 de 13/04/2017, publicado no DOU de 18/04/2017, para provimento do cargo de Professor Substituto do Magistério Superior.

Nº 237 - PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade dos Processos Seletivos Simplificados, referentes ao Edital nº 035/2017 de 07/02/2017, publicado no DOU de 09/02/2017 e do Edital de homologação nº 135/2017 de 13/04/2017, publicado no DOU de 18/04/2017, para provimento do cargo de Professor Substituto do Magistério Superior.

MARCO ANTONIO FONTOURA HANSEN

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL

PORTARIA Nº 11, DE 9 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO CAMPUS "AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL", no uso de suas atribuições legais e, considerando o Ato da Reitoria Nº 1785/2015, Edital Nº. 02/2018 - CAFS de 20 de fevereiro de 2018, publicado no DOU de 21 de fevereiro de 2018, Seção 3, nº 35, pág. 45-46, Processo Nº. 23111.001135/2018-76 e as Leis Nº. 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 10/12/93, 27/10/93 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo para a contratação de Professor Substituto do Curso de Bacharelado em Administração, Área Direito, Regime de Tempo Parcial TP-20 (20 horas semanais) do Campus Amílcar Ferreira Sobral, na cidade de Floriano-PI, habilitando os seguintes candidatos: THANDERSON PEREIRA DE SOUSA (1º colocado), MARLON BRITO DE SOUSA (2º colocado), MIGUEL ARCANJO DA SILVA COSTA JUNIOR (3º colocado), JAIRA NADIA CARVALHO PEREIRA (4º colocado), VANESSA GUEDES OLIVEIRA SILVA (5º colocado), THAIS GASPAR DE ARAUJO (6º colocado), INGRID MEDEIROS LUSTOSA DINIZ (7º colocado), e MARLA KELLY CARVALHO SOUSA (8º colocado), e classificando para contratação os dois primeiros colocados.

MAURO SÉRGIO CRUZ SOUZA LIMA

CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

PORTARIA Nº 25, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O Diretor do Campus Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Piauí, no uso de suas atribuições legais e, considerando:

- o Edital nº17/2017 - Campus Ministro Reis Velloso, de 25 de outubro de 2017, publicado no D.O.U. de 26 de outubro de 2017;

- o Processo nº 23111.030368/17-05 e as Leis: nºs 8.745/93; 9.849/99; e 10.667/03, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/03, respectivamente, RESOLVE retificar a Portaria nº 01/2018-CMRV, conforme o que segue:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1) Onde se lê, "Curso de Pedagogia", leia-se, "Curso de Psicologia";

2) Onde se lê, "ODETE GUIMARÃES CAJUEIRO DA SILVA NETO", leia-se "ODETE GUIMARÃES CAJUEIRO DA SILVA NETA"

.

ALEXANDRO MARINHO OLIVEIRA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 502, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O REITOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o Decreto Presidencial de 10/03/2015, publicado no DOU Nº 47, de 11/03/2015, Seção 2, pág. 2, resolve:

PRORROGAR, por 12 (doze) meses a partir de 16/03/2018, o prazo de validade do Edital de Homologação nº 002, de 08 de março de 2017, publicada no DOU nº 53, de 17/03/2017, seção 3, página 31, que trata do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto, objeto do Edital nº 001, de 23/01/2017, publicado no DOU Nº 30 de 10/02/2017, seção 3, página 37.

ANTONIO VENANCIO CASTELO BRANCO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

PORTARIA Nº 905, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, de que trata o Edital nº. 01, de 25/01/2018, publicado no Diário Oficial da União nº. 19, Seção 3, página 35, de 26/01/2018, conforme disposição abaixo:

ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHARIA DE MINAS
REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
MARCILHO JOSE DIAS VIEIRA	8,70	1,50	6,54	1º
RICHARDSON VIANA AGRA	8,40	1,50	6,33	2º
ALEXANDRE ALMEIDA FEITOSA	7,23	1,00	5,36	3º

ÁREA DE CONHECIMENTO: FÍSICA
REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA INAL	CLASSIF.
LUCAS GUIMARÃES BARROS	9,97	2,00	7,58	1º
GILVAN DE OLIVEIRA RIOS MAIA	8,90	2,40	6,95	2º
THÁRCIO ADELINO CERQUEIRA	8,27	2,00	6,39	3º
ABEL NASCIMENTO RIBEIRO SANTOS	7,77	2,00	6,04	4º
DAMON FERREIRA FARIAS	7,60	0,00	5,32	5º

ÁREA DE CONHECIMENTO: PEDAGOGIA
REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
IVANETE GOMES PEREIRA	9,57	3,50	7,75	1º
SHEILA LIDIANE JATOBÁ PEREIRA REIS	8,80	3,00	7,06	2º
LINDOVALDO FERREIRA RÊGO	7,43	0,00	5,20	3º
MONICA DOS SANTOS MAIA SANTANA	6,50	0,00	4,55	4º

ÁREA DE CONHECIMENTO: QUÍMICA
REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS

NOME DO CANDIDATO	PROVA DIDÁTICA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
PATRÍCIA SILVA OLIVEIRA	9,47	2,40	7,35	1º
THIAGO OLIVEIRA DOS SANTOS	9,27	2,80	7,33	2º
LUIZ HENRIQUE SILVA	8,23	3,00	6,66	3º
JÉSSICA BRITO DOS SANTOS LIMA	8,50	1,50	6,40	4º
HERLLE APARECIDO DA SILVA	7,97	2,60	6,36	5º
ERICA MESSIAS PAIVA	7,90	2,70	6,34	6º
FRANCÍLIO SANTOS DA CRUZ	7,27	0,00	5,09	7º
JOELEM CARVALHO DE MELO	6,93	0,50	5,00	8º
ICARO FERREIRA DE ABREU	6,03	2,00	4,82	9º
MARIA ERISFAGNA RIBEIRO DE MACEDO	6,70	0,00	4,69	10º

RENATO DA ANUNCIAÇÃO FILHO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 2.343, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

A REITORA SUBSTITUTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, designada pela Portaria IFMT nº 877, de 20.04.2017, publicada no DOU em 25.04.2017, e considerando os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 23188.019149/2016-92; RESOLVE:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa FRANÇA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.371.682/0001-28, com aplicação de multa administrativa de R$ 3.014,60 (Três Mil e Quatorze Reais e Sessenta Centavos), e suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com o IFMT por 24 (vinte) meses, a contar do registro no SICAF, com base prevista no art. 87º, inc. III, da lei nº 8.666/93.

Art. 2º A aplicação da sanção se dá em razão de a contratada descumprir com as suas obrigações contratuais, em especial, pelos constantes atrasos no pagamento de salário e encargos trabalhistas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLÁUCIA MARA DE BARROS

CAMPUS CUIABÁ - OCTAYDE JORGE DA SILVA

PORTARIA Nº 53, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO CAMPUS CUIABÁ - OCTAYDE JORGE DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT nº. 860, de 19.04.2017, publicada no D.O.U. de 20.04.2017 e considerando a Portaria nº 1.729, de 09.09.2014 de delegação de competências aos Diretores Gerais de designação e dispensa de função; resolve:

I - Extinguir a Coordenação de Projetos, código FG-04, deste Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva;

II - Criar a Coordenação de Contratos, código FG - 04, deste Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva;

III - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

CRISTOVAM ALBANO DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 54, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO CAMPUS CUIABÁ - OCTAYDE JORGE DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT nº. 860, de 19.04.2017, publicada no D.O.U. de 20.04.2017 e considerando a Portaria nº 1.729, de 09.09.2014 de delegação de competências aos Diretores Gerais de designação e dispensa de função; RESOLVE:

I - Extinguir a Coordenação de Manutenção em Tecnologia da Informação, código FG-02, deste Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva;

II - Criar a Coordenação de Projetos, código FG - 02, deste Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva;

III - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

CRISTOVAM ALBANO DA SILVA JÚNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 165, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Decide pela instauração de Processo Administrativo - Processo MEC n° 23709.000007/2018-97.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2º, 5º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 10, 11, 13, 45 a 48 e 72 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 19/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, inclusive como motivação, resolve:

Art. 1º Fica instaurado Procedimento Sancionador para aplicação de penalidade perante a Faculdade de Educação Regional Serrana - FUNPAC (cód. 1764), mantida pela Fundação Educacional "Padre Cleto Caliman" (cód. 1168), CNPJ 01.216.565/0001-73.

Art. 2º Fica instaurado Processo Sancionador para aplicação de penalidade perante a Faculdade Regional Serrana (cód. 1768), mantida pela Fundação Educacional "Padre Cleto Caliman" (cód. 1168), CNPJ 01.216.565/0001-73.

Art. 3º Seja aplicada medida cautelar de sobrestamento dos processos regulatórios nº 201801563, nº 201724313 e nº 201801568.

Art. 4º Sejam notificadas e intimadas as Instituições, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 5º Sejam efetivadas as notificações por meio da publicação desta portaria no Diário Oficial da União e por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 6º Fica designado o Titular da Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica, desta SERES/MEC, para condução do Procedimento Sancionador instaurado.

Art. 7º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 166, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização dos cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

Indeferimento do pedido de Autorização de Cursos

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201501984	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SÃO MIGUEL	SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA - ME	RUA DOM BOSCO, 1308, BOA VISTA, RECIFE/PE
2.	201607787	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNIVERSUS VERITAS DE BELO HORIZONTE	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA CAXAMBU, 83, LAGOINHA, BELO HORIZONTE/MG

PORTARIA Nº 167, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201409801	AGRONOMIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DE TANGARÁ DA SERRA	UNIC EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA VERGILIO FAVETTI, 1200, LETRA S, VILA ALTA, TANGARÁ DA SERRA/MT
2.	201601152	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE EVANGÉLICA DE GOIANÉSIA	ASSOCIACAO EDUCATIVA EVANGELICA	AVENIDA BRASIL, 1000, COVOÁ, GOIANÉSIA/GO
3.	201602664	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	121 (cento e vinte e uma)	FACULDADE CATÓLICA DE UBERLÂNDIA	SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	RUA VARGINHA, 149, PUC MINAS UBERLÂNDIA, DANIEL FONSECA, UBERLÂNDIA/MG
4.	201603243	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA	ADMINISTRADORA EDUCACIONAL NOVO ATENEU S/S LTDA	RUA CHILE, 1678, PRÉDIO, REBOUÇAS, CURITIBA/PR
5.	201606372	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE JOAO PINHEIRO	AVENIDA ZICO DORNELAS, 380, SANTA CRUZ II, JOÃO PINHEIRO/MG
6.	201607184	PSICOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE INHUMAS - FAC-MAIS	CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE INHUMAS - EPP	AVENIDA MONTE ALEGRE, 100, QUADRA 3, LOTES 11 A 37, MONTE ALEGRE, INHUMAS/GO
7.	201607344	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE UNIVERSUS VERITAS DE BELO HORIZONTE	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA CAXAMBU, 83, LAGOINHA, BELO HORIZONTE/MG
8.	201607461	GASTRONOMIA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNIVERSUS VERITAS DE BELO HORIZONTE	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA CAXAMBU, 83, LAGOINHA, BELO HORIZONTE/MG
9.	201607527	TEOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE DE QUIXERAMOBIM	INSTITUTO EDUCACIONAL INTEGRADO LTDA - ME	AV. DR. JOAQUIM FERNANDES, 661, CENTRO, QUIXERAMOBIM/CE
10.	201607824	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO IBITURUNA	FACULDADES VERDE NORTE - FAVENORTE - EIRELI	RUA LÍRIO BRANT, 511, MELO, MONTES CLAROS/MG
11.	201607916	PSICOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE ANCHIETA DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR ANCHIETA	RUA TENENTE TITO TEIXEIRA DE CASTRO, 1222, BOQUEIRÃO, CURITIBA/PR
12.	201608336	FARMÁCIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNIVERSUS VERITAS DE BELO HORIZONTE	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA CAXAMBU, 83, LAGOINHA, BELO HORIZONTE/MG
13.	201608539	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE UNIVERSUS VERITAS DE BELO HORIZONTE	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA CAXAMBU, 83, LAGOINHA, BELO HORIZONTE/MG
14.	201700463	DIREITO (Bacharelado)	70 (setenta)	FACULDADE ANCHIETA DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR ANCHIETA	RUA TENENTE TITO TEIXEIRA DE CASTRO, 1222, BOQUEIRÃO, CURITIBA/PR
15.	201701203	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS III	AGES EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA FRANCISCO ARAUJO DE SOUZA, 583, CENTRO, TUCANO/BA
16.	201702367	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS DE TIMBAÚBA	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR SANTA TEREZINHA	AV ANTONIO XAVIER DE MORAIS, 3, SAPUCAIA, TIMBAÚBA/PE
17.	201702783	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	INSTITUTO PAULISTA DE ENSINO	FASE EDUCACAO E CULTURA LTDA	R. EUCLIDES DA CUNHA, 377, CENTRO, OSASCO/SP
18.	201702787	MARKETING (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	INSTITUTO PAULISTA DE ENSINO	FASE EDUCACAO E CULTURA LTDA	R. EUCLIDES DA CUNHA, 377, CENTRO, OSASCO/SP
19.	201702951	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS DE TIMBAÚBA	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR SANTA TEREZINHA	AV ANTONIO XAVIER DE MORAIS, 3, SAPUCAIA, TIMBAÚBA/PE
20.	201708515	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE ANCHIETA DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR ANCHIETA	RUA PEDRO GUSSO, 4150, CIDADE INDUSTRIAL, CURITIBA/PR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

21.	201708963	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE CNEC ITABORAÍ	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE	RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA, 212, CENTRO, ITABORAÍ/RJ
22.	201711531	TERAPIA OCUPACIONAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS DE TRÊS LAGOAS	ASSOCIACAO DE ENSINO E CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL	AVENIDA PONTA PORÃ, 2750, DISTRITO INDUSTRIAL, TRÊS LAGOAS/MS
23.	201711753	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE RONDONÓPOLIS	UNIC EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA ARI COELHO, 829, CIDADE SALMEM, RONDONÓPOLIS/MT
24.	201711756	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE UBERLÂNDIA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA DOS VINHEDOS, 1200, MORADA DA COLINA, UBERLÂNDIA/MG
25.	201711780	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGUERA DE JUNDIAÍ	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA DO RETIRO, 3.000, - DE 1746/1747 AO FIM, VILA DAS HORTÊNCIAS, JUNDIAÍ/SP
26.	201711781	BIOMEDICINA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGUERA DE JUNDIAÍ	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA DO RETIRO, 3.000, - DE 1746/1747 AO FIM, VILA DAS HORTÊNCIAS, JUNDIAÍ/SP
27.	201711790	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	QS 01 RUA 212 LOTES 11,13 E 15, S/N, AREAL (ÁGUAS CLARAS), REGIÃO ADMINISTRATIVA III TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
28.	201712272	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE GOIÁS	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA 67-A, 216, QUADRA 140, SETOR NORTE FERROVIÁRIO, GOIÂNIA/GO

PORTARIA Nº 168, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no processo e-MEC 201601494, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso superior de graduação em Odontologia, bacharelado, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, pleiteado pela Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (3205), mantida pela UNIVICOSA - União de Ensino Superior de Viçosa LTDA, a ser ministrado na Avenida Maria de Paula Santana, 3.815, Silvestre, Viçosa/MG.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 169, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no processo e-MEC 201354934, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso superior de graduação em Enfermagem, bacharelado, com 170 (cento e setenta) vagas, pleiteado pela Faculdade JK - Unidade I - Gama (4416), mantida pela IDEA - Instituto de Desenvolvimento Educacional Avançado S/S LTDA, a ser ministrado na Área Especial Lotes 18 a 22, s/n, Setor Central Lado Leste, Gama, Brasília/DF.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

DESPACHO Nº 13, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Decide pelo arquivamento do Processo MEC nº 23000.019946/2013-78.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais expressos na legislação da educação superior e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206 e 209 da Constituição, 16 e 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Capítulo III do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 18/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina em relação ao INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NOSSA SENHORA DE SION (cód. 3479), suscedido pela UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG (cód. 1036), que:

(i)Ficam revogadas as medidas cautelares incidentais aplicadas por meio do Despacho SERES/MEC nº 196, de 2013, e pela Portaria SERES/MEC nº 138, de 2014, para não perdurar pendências cadastrais em relação à Instituição, mesmo extinta.

(ii)Seja arquivado o Processo MEC nº 23000.019946/2013-78.

(iii)Seja notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

DESPACHO Nº 14, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Decide pelo arquivamento do Processo MEC nº 23000.007606/2011-32.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais expressos na legislação da educação superior e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1º, 3º e 10 da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Capítulo III do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 20/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina em relação à FACULDADE RORAIMENSE DE ENSINO SUPERIOR - FARES (cód. 2536), que:

(i)Ficam revogadas as medidas cautelares incidentais aplicadas por meio da Portaria SERES/MEC nº 277, de 2014.

(ii)Seja arquivado o Processo MEC nº 23000.007606/2011-32.

(iii)Seja notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 27, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a aplicação de penalidade à empresa PONPEL IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO E LOGÍSTICA EIRELI - EPP.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ , no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 23075.177036/2017-69, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº36/2016. Considerando que a contratada foi notificada na forma da Lei, Notificação Nº 89/2017/UFPR/R/PRA/DSG, gerando a Portaria Nº 322/PRA de 17 de agosto de 2017, sem apresentação de defesa prévia no prazo determinado e não havendo manifestação; resolve:

I. Aplicar à Empresa PONPEL IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO E LOGÍSTICA EIRELI - EPP , CNPJ sob nº 09.443.909/0001-99 , com sede à Rodovia BR - 376, Nº 12.253, Bairro Cruzeiro - São José dos Pinhais/PR - CEP 83.010-500, o que segue a) Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da União pelo prazo de 01 (um) ano, em conformidade com o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e;

b) Multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor da ata de registro de preços que neste caso é de R$ 746.640,00 (setecentos e quarenta e seis mil seiscentos e quarenta reais), resultando na multa de R$ 149.328,00 (cento e quarenta e nove mil trezentos e vinte e oito reais)", com fundamento no item 10, subitem 10.1.3 - letra "a" da ARP nº 254/2016, em conformidade com o art. 87, inc. II da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02. II. A não quitação da multa no prazo de até 75 (setenta e cinco) dias, a partir da publicação, ensejará na inscrição em Dívida Ativa da União - DAU e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN. III. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI

PORTARIA Nº 29, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a aplicação de penalidade à empresa LINHA BRASIL PLÁSTICOS EIRELI-ME.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 23075.171355/2017-61, referente à não entrega do Empenho nº 804439, caracterizando falha na execução da Ata de Registro de Preços nº 266/2016, Pregão Eletrônico nº11/2016. Considerando que a contratada foi notificada na forma da Lei, Notificação Nº 117/2017/UFPR/R/PRA/DSG, gerando a Portaria Nº 347/PRA de 11 de setembro de 2017, sem apresentação de defesa prévia no prazo determinado e não havendo manifestação; resolve:

I. Aplicar à Empresa LINHA BRASIL PLÁSTICOS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.611/0001-40, com sede a Rua Condomínio Mônaco, Qd. 23, Lts. 04/06, Lago Sul, Brasília/DF - CEP 71.680-601, em conformidade com o art. 7º da Lei 10.520/02 as seguintes penalidades; a) Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da União, pelo prazo de 02 (dois) anos, de acordo com Item 10.1.3, letras a" e b" da ARP 266/2016 e art. 7º da Lei 10.520/02; e b) Multa de 20% sobre o valor da ARP 266/2016, que no caso é de R$ 11.410,00 (onze mil quatrocentos e dez reais), sendo a Multa de R$ 2.282,00 (dois mil duzentos e oitenta e dois reais). II. A não quitação da multa no prazo de até 75 (setenta e cinco) dias, a partir da publicação, ensejará na inscrição em Dívida Ativa da União - DAU e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN. III- Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação

MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI

PORTARIA Nº 30, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a aplicação de penalidade à empresa ARTESANAL COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI-ME.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Considerando o que consta nos Processos Administrativos nº. 23075.159298/2017-41 e 23075.161636/2017-13, que apontam irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº 053/2016. Considerando que a contratada foi notificada na forma da Lei, Notificação Nº 47/2017/UFPR/R/PRA/DSG gerando a Portaria Nº 189/PRA de 03 de maio de 2017, sem apresentação de defesa administrativa no prazo determinado e não havendo manifestação; resolve:

I. Aplicar à empresa ARTESANAL COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI-ME, CNPJ sob nº 21.511.212/0001-03, com sede à Rua do Magistério nº 435, Santa Terezinha de Itaipu/PR, CEP 85.875-000, com fulcro no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e artigos 86 a 88 da Lei nº 8666/1993: a. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 06 (seis) meses conforme artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e item 10.1, subitem 10.1.1 da ARP nº 492/2016 e, b. Multa de R$62.560,00 (sessenta e dois mil, quinhentos e sessenta reais) que corresponde a 20% (vinte por cento) em relação ao valor total da proposta constante na ARP nº 492/2016 que é de R$ 312.800,00 (trezentos e doze mil e oitocentos reais). II. A não quitação da multa no prazo de até 75 (setenta e cinco) dias, a partir da publicação, ensejará na inscrição em Dívida Ativa da União - DAU e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN. III. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 31, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a aplicação de penalidade à empresa MARCELO JACOB - ME .

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor; Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 23075.164930/2017-79, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº 122/2016. Considerando que a contratada foi notificada na forma da Lei, Notificação Nº 65/2017/UFPR/R/PRA/DSG, gerando a Portaria Nº 226/PRA de 05 de junho de 2017, sem apresentação de defesa previa no prazo determinado e não havendo manifestação, resolve:

I. Aplicar à Empresa MARCELO JACOB - ME, CNPJ nº 11.774.132/0001-97 com sede à Rua Frei Gaspar Madre de Deus nº 140, Bairro Portão - Curitiba/PR - CEP 81.070-090, a seguinte penalidade em conformidade com os artigos 86 a 88 da Lei nº 8666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/2002: a. Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 06(seis) meses, de acordo com o item 17, subitem 17.1.1, letra"a", c/c subitem 17.1.1.1 , e art. 7º da Lei 10.520/02. II. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI

PORTARIA Nº 33, DE 30 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a aplicação de penalidade à empresa REDE COMPRE BEM EIRELI-EPP.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 23075.151148/2017-90, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº 105/2015, Ata de Registro de Preços 593/2015.

Considerando que a contratada foi notificada na forma da Lei, Notificação Nº 66/2017/UFPR/R/PRA/DSG, gerando a Portaria Nº 264/PRA de 30 de junho de 2017, sem apresentação de defesa final no prazo determinado e não havendo manifestação; resolve:

I. Aplicar à Empresa REDE COMPRE BEM EIRELI- EPP CNPJ nº 04.725.386/0001-50, com sede na Rua Bernardo Vacheski nº 73, Bairro Tatuquara - Curitiba/PR - CEP 81.940-040, a seguinte penalidade: a. Multa no valor de R$ 501,60 (quinhentos e um reais e sessenta centavos), com fundamento no art. 87, inc. II da Lei 8.666/93, por falha na execução da Ata de Registro de Preços nº 593/2015. II. A não quitação da multa no prazo de até 75 (setenta e cinco) dias, a partir da publicação, ensejará na inscrição em Dívida Ativa da União - DAU e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal. III. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 86, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso III, do Decreto no 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de pagamento de que trata o Anexo II do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO I

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E AOS RESTOS A PAGAR - EMENDAS INDIVIDUAIS E EMENDAS IMPOSITIVAS - ANEXO II DO DECRETO Nº 9.276, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
71101 Encargos Financeiros da União MF	209.976	209.976	209.976	209.976	209.976	209.976	209.976	209.976	104.988	-

BANCO DO BRASIL S/A

ATIVOS S/A- SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS
CNPJ: 05.437.257/0001-29
Exercício encerrado em 31.12.2017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

O resultado alcançado no exercício foi compatível com o montante e o perfil das carteiras de crédito em cobrança.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O volume de operações recebidas de janeiro a dezembro de 2017 bem como o ganho em aplicações financeiras (renda fixa) e outras receitas operacionais propiciaram receitas efetivas no valor de R$ 644.985 mil.

O lucro líquido do período foi de R$ 135.158 mil.

O resultado acima expresso equivale ao retorno anualizado de 14,3% sobre o patrimônio líquido, correspondendo a R$ 0,21 por ação.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

De janeiro a dezembro foram realizados 984 mil acordos, os quais, na ausência de inadimplementos, acrescidos dos acordos vigentes formalizados anteriormente, poderão propiciar fluxo de recebimentos futuros, para um período de até cinco anos, da ordem de R$ 280.500 mil.

RISCOS DA CARTEIRA

Perdas

Com base em critérios aprovados pela Diretoria Executiva que levam em consideração as características das carteiras adquiridas, o tempo de cobrança e o valor da aquisição, e, as normas contábeis normalmente aceitas foi baixado do ativo (Créditos Adquiridos), no ano, o valor de R$ 213.290 mil.

Passivos Contingentes

Considerando a posição de 31/12/2017, a Ativos S.A. é parte em 22.396 ações adversas nas esferas cíveis e trabalhistas, abrangendo todas as Unidades Federativas.

Os autores das ações correspondem a 0,11% de uma carteira composta por 20.282.511 devedores que já tiveram créditos adquiridos pela Ativos S.A.

As ações têm como principais causas de pedir a baixa de restrição em órgãos de proteção ao crédito, declaração de inexistência de débitos, indenização por danos morais e revisão de cláusulas contratuais.

Em decorrência da implementação de nova metodologia de provisionamento, as reversões para passivos contingentes no exercício foram maiores que as provisões em R$ 14.296 mil, totalizando um valor acumulado de provisão em 31.12.2017 de R$ 25.165 mil. No período sob consideração, foram pagos R$ 21.210 mil referentes a demandas judiciais.

A Ativos S.A. tem como postura, independentemente da natureza dos pleitos judiciais e das medidas adotadas na defesa de seus direitos, contatar os devedores com vistas a desenvolver negociação para solução da pendência.

ESTRUTURA DE CUSTOS

Os custos da empresa foram da ordem de 79,0% sobre as receitas, compostos por 67,1% de custos variáveis e 11,9% de custos fixos. No encerramento do balanço, os custos variáveis foram da ordem de 84,9% dos custos totais.

A Diretoria Executiva prima pela administração rigorosa dos custos, com o objetivo de mantê-los em patamares compatíveis com as boas práticas de gestão, com os resultados esperados e em sintonia com as práticas do Conglomerado Banco do Brasil.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Ativos S.A. norteia suas atitudes de cobrança no respeito aos direitos dos cidadãos, orientando as equipes de recuperação de créditos a pautarem suas ações nos estritos preceitos do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis.

No desenvolvimento de seus negócios, a Ativos S.A. gera resultados que atendem às expectativas dos acionistas na remuneração de seus capitais e recuperam a cidadania de pessoas que, por alguma razão, tornaram-se inadimplentes e, ao pagar suas dívidas, podem ser novamente habilitadas a operar no mercado de crédito.

A Ativos S.A. atua em parceria com empresas cobradoras detentoras de boas práticas de responsabilidade social e, além de empregar cerca de 2.830 pessoas diretamente ou por meio das parcerias, permite adequar os desembolsos para pagamento de dívidas antigas às atuais condições econômico-financeiras dos devedores.

Em relação à contribuição financeira para a sociedade, no ano de 2017 foram apurados R$ 95.165 mil a título de impostos e contribuições, sendo:

R$ mil

Impostos Apurados	Valores
Imposto de Renda	(50.280)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(18.171)
COFINS	(22.857)
PIS/PASEP	(3.714)
Outros tributos	(143)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO CIRCULANTE		619.223	753.899
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	7.707	14.763
Instrumentos Financeiros		602.788	720.765
Aplicações financeiras	5.a	377.257	501.186
Créditos adquiridos	5.d	225.531	219.579
Outros Créditos	6	7.458	18.070

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Outros Valores e Bens	7	1.270	301
ATIVO NÃO CIRCULANTE		551.827	538.343
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		549.491	537.195
Instrumentos Financeiros		540.935	523.778
Créditos adquiridos	5.d	540.935	523.778
Outros Créditos	6	8.556	13.417
INVESTIMENTOS		9	9
Participações societárias	8	6	6
Outros investimentos		3	3
IMOBILIZADO	9	1.445	1.139
Imobilizado de uso		5.344	4.505
(Depreciação acumulada)		(3.899)	(3.366)
INTANGÍVEL	10	882	--
Ativos Intangíveis		911	--
(Amortização acumulada)		(29)	--
TOTAL DO ATIVO		1.171.050	1.292.242

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.12.2017	31.12.2016
PASSIVO CIRCULANTE		275.640	303.590
Outras Obrigações		275.640	303.590
Sociais e estatutárias	11.a	230.201	225.566
Fiscais e previdenciárias	11.b	15.799	31.530
Diversas	11.c	29.640	46.494
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		895.410	988.652
Capital	15.b	656.103	656.103
Reservas de Lucros	15.c	239.307	332.549
TOTAL DO PASSIVO		1.171.050	1.292.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	Exerc/2017	Exerc/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	530.773	477.867
LUCRO BRUTO		530.773	477.867
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(350.756)	(303.213)
Perdas na baixa de créditos adquiridos	5.e	(213.290)	(189.495)
Despesas de serviços de cobrança	13.a	(93.256)	(80.307)
Despesas administrativas	13.b	(44.617)	(29.044)
Resultado de participação em coligadas e controladas	8	3.012	6.623
Outras receitas operacionais	13.c	47.344	34.366
Outras despesas operacionais	13.d	(49.949)	(45.356)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		180.017	174.654
RESULTADO FINANCEIRO		25.487	60.585
Receitas financeiras	14.a	37.285	65.894
Despesas financeiras	14.b	(11.798)	(5.309)
RESULTADO OPERACIONAL		205.504	235.239
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		205.504	235.239
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16.a	(68.451)	(77.238)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(63.590)	(80.644)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.861)	3.406
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO		(1.895)	(1.529)
LUCRO LÍQUIDO		135.158	156.472
Número de ações		656.102.904	656.102.904
Ordinárias		328.051.452	328.051.452
Preferenciais		328.051.452	328.051.452
Lucro por ação (R$)			
Ordinária		0,20	0,23
Preferencial (1)		0,22	0,25

(1) As ações preferenciais dão direito ao recebimento de dividendos, por ação, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que atribuído a cada ação ordinária.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Exerc/2017	Exerc/2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	135.158	156.472
Outros resultados abrangentes	--	--
Efeitos dos impostos	--	--
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	135.158	156.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Nota	Exerc/2017	Exerc/2016
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro Líquido antes dos Tributos e Participações		205.504	235.239
Ajuste ao Lucro antes dos Tributos e Participações		196.544	193.375
Despesas de depreciação e amortização		562	486
Despesas de provisão para passivos contingentes	13.d	28.719	31.717
Reversão de provisão para passivos contingentes	13.c	(43.015)	(21.700)
Resultado de participação em coligadas e controladas	8	(3.012)	(6.623)
Perdas na baixa de créditos adquiridos	5.e	213.290	189.495
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		402.048	428.614
Variações Patrimoniais		(305.435)	(248.602)
(Aumento) Redução em créditos adquiridos		(236.399)	(168.946)
(Aumento) Redução em outros créditos		6.740	465
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(970)	3.966
Aumento (Redução) em obrigações fiscais e previdenciárias		(15.731)	1.412
Aumento (Redução) em outras obrigações		4.302	(17.347)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(63.377)	(68.152)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		96.613	180.012
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) Redução em aplicações financeiras		123.929	(111.968)
(Aumento) Redução de imobilizado e intangível		(1.750)	(7)
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		6.884	7.683
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		129.063	(104.292)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(232.732)	(78.676)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(232.732)	(78.676)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(7.056)	(2.956)
Início do período		14.763	17.719
Fim do período		7.707	14.763
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(7.056)	(2.956)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Capital	Reservas de Lucros		Lucros	Total
EVENTOS	Realizado	Legal	Estatutária	Acumulados	
Saldos em 31.12.2015	656.103	34.879	365.484	--	1.056.466

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lucro líquido do período	--	--	--	156.472	156.472
Destinações:					
Reservas (15d)	--	7.824	--	(7.824)	--
Dividendos (R$ 341,85/mil ações 15d)	--	--	(75.638)	(148.648)	(224.286)
Saldos em 31.12.2016	656.103	42.703	289.846	--	988.652
Mutações do período	--	7.824	(75.638)	--	(67.814)
Saldos em 31.12.2016	656.103	42.703	289.846	--	988.652
Lucro líquido do período	--	--	--	135.158	135.158
Destinações:					
Reservas(15d)	--	6.758	--	(6.758)	--
Dividendos (R$ 348,12/mil ações 15.d)	--	--	(100.000)	(128.400)	(228.400)
Saldos em 31.12.2017	656.103	49.461	189.846	--	895.410
Mutações do período	--	6.758	(100.000)	--	(93.242)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - A ATIVOS S.A. E SUAS OPERAÇÕES

A Ativos S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros (Ativos S.A.) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31.10.2002, localizada no SEPN 508, Conjunto C, 2º andar, Parte B, Asa Norte, Brasília-DF. Tem por objeto a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, realizando a gestão dos respectivos créditos e podendo, ainda, participar de outras sociedades.

O capital social da Ativos S.A. é constituído por recursos das empresas BB Banco de Investimento S.A. - BB BI e Brasilian American Merchant Bank - BAMB, empresas financeiras controladas pelo Banco do Brasil S.A.

A Ativos S.A. participa com 100% no capital social da Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, de parte da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das resoluções NBC TG.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o ativo fiscal diferido, as antecipações do imposto de renda e contribuição social, provisão para demandas cíveis e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

A Ativos S.A. não apresenta suas demonstrações contábeis de forma consolidada, em conformidade com o item 4 do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28.02.2018.

Informações para efeito de comparabilidade

No segundo trimestre de 2017, a Ativos S.A efetuou revisão da aplicação do conceito de caixa e equivalentes de caixa sobre seus instrumentos financeiros. Na revisão, a Ativos S.A identificou que o fundo de investimento BB Renda Fixa Curto Prazo Automático, por ser um fundo com liquidez imediata, cuja carteira é formada por títulos públicos federais pré e pós fixados e operações compromissadas lastreadas por títulos públicos federais, apresenta os pressupostos de vencimento original em até 90 dias e risco insignificante de mudança de valor justo. Dessa forma, esses investimentos passaram a ser considerados como equivalentes de caixa.

Adicionalmente, para melhor refletir a essência econômica das atividades da Ativos S.A., foram feitas as seguintes alterações na demonstração do fluxo de caixa: (a) apresentação dos dividendos recebidos nas atividades de investimento, os quais eram divulgados na variação de outros créditos, na seção variações patrimoniais; (b) evidenciação das perdas na baixa de créditos adquiridos como ajuste ao lucro antes dos tributos e participações. Essas perdas compunham a variação líquida dos créditos adquiridos, na seção variações patrimoniais.

Para fins de comparabilidade, seguem os impactos dos ajustes no quadro da nota de Caixa e Equivalentes de Caixa e na Demonstração de Fluxo de Caixa, conforme orientação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Nota Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2016		
	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	14.761	14.763
Caixa e depósitos bancários	2	--	2
Aplicações financeiras	--	14.761	14.761
Total	2	14.761	14.763

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	Exercício 2016		
	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Ajuste ao Lucro antes dos Tributos e Participações	3.880	189.495	193.375
Perdas na baixa de créditos adquiridos	--	189.495	189.495
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	239.119	189.495	428.614
Variações Patrimoniais	(51.424)	(197.178)	(248.602)
(Aumento) Redução em créditos adquiridos	20.549	(189.495)	(168.946)
(Aumento) Redução em outros créditos	8.148	(7.683)	465
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	187.695	(7.683)	180.012
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) Redução em aplicações financeiras	(109.012)	(2.956)	(111.968)
Dividendos a receber de coligadas e controladas	--	7.683	7.683
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(109.019)	4.727	(104.292)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(78.676)	--	(78.676)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	--	(2.956)	(2.956)
Início do período	2	17.717	17.719
Fim do período	2	14.761	14.763
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	--	(2.956)	(2.956)

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela Ativos S.A. são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, exceto aquelas receitas oriundas das operações de crédito adquiridas, que por se tratarem de créditos contingentes, referindo-se a créditos com qualidade deteriorada e, portanto, baixados para prejuízo, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro (Nota 5.d).

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

c) Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros considera a finalidade para a qual os mesmos foram contratados ou adquiridos. Os instrumentos financeiros são classificados nas categorias, abaixo relacionadas:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado - são ativos e passivos mantidos para negociação ativa e frequente, ou que são derivativos (exceto instrumento de hedge de fluxo de caixa definido como efetivo). Os ganhos ou perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado nas rubricas de receitas e despesas financeiras, por regime de competência.

As aplicações de liquidez imediata da Ativos S.A. são representadas por operações em fundos de investimentos, mensuradas a valor justo por meio de resultado, registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5.a).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Mantidos até o vencimento - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimentos definidos e para os quais a Ativos S.A. tenha a intenção positiva e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento e que são mensurados pelo custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Disponíveis para venda - são aqueles instrumentos que não são classificados nas categorias descritas acima e que em momento oportuno a Ativos S.A. possui a intenção de negociá-los. São valorizados pelo seu valor justo em contrapartida à conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Empréstimos e Recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados em mercado ativo, que a Ativos S.A. não tenha a intenção de vendê-los no curto prazo, que não foram classificados pela Securitizadora, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado ou disponíveis para venda e cujo detentor possa recuperar substancialmente o seu investimento inicial, salvo pela deterioração do crédito.

As operações de crédito adquiridas são registradas pelo seu valor de aquisição (Nota 5.d). As carteiras de créditos são conhecidas previamente à aquisição e são submetidas a um processo de due diligence e precificação pela Ativos S.A. por meio de modelo desenvolvido internamente. A metodologia busca estabelecer um fluxo futuro de recuperação dos créditos inadimplidos com base no percentual histórico de recebimento de créditos congêneres.

Em função das características das carteiras adquiridas, os ativos operacionais (carteiras adquiridas) são baixados do estoque de acordo com os critérios abaixo:

I) os ativos operacionais incobráveis por erro no cedente, como: contratos liquidados no cedente antes da cessão dos créditos, mas não contabilizados adequadamente na origem, originados de débitos indevidos oriundos de contas abertas de clientes falecidos, são apropriados em perdas imediatamente após sua identificação;

II) os ativos operacionais em que houve formalização de acordo, mas não ocorreu pagamento ou que após o pagamento ficaram inadimplidos são apropriados em perdas 6 (seis) meses após o vencimento da parcela não paga;

III) os ativos operacionais adquiridos até 10.11.2011, sem acordo, por faixa de valor, são apropriados em perdas

6 (seis) meses após o início da cobrança da carteira e sequenciando-se em ordem decrescente de valor de aquisição;

IV) para os ativos operacionais adquiridos a partir de 11.11.2011, foi adotado critério específico de baixa de operações do balanço na mesma proporção da realização de caixa.

Por se tratarem de créditos contingentes, toda receita é reconhecida somente no momento do efetivo recebimento financeiro, data de realização do crédito.

d) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários - Nota 16.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios aprovados pelo CPC 32 (R3) - Tributos sobre o Lucro, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

e) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada, em conformidade com as instruções e normas do Conselho Federal de Contabilidade.

f) Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida econômica dos bens, seguindo os parâmetros estabelecidos pela legislação tributária. A Administração julga o critério utilizado compatível com a vida útil dos bens (Nota 9).

g) Intangível

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Contemplam os gastos com aquisição de softwares e licenças de uso com prazo de amortização de 5 anos (Nota 10).

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

No mínimo anualmente, a Ativos S.A. elabora estudo para verificar se existem indícios de desvalorização dos ativos alcançados pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperado de Ativos, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Havendo indicação de possível desvalorização, a entidade elabora estimativa para mensuração do valor recuperável e o reconhecimento de perdas por imparidade.

i) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

A Ativos S.A. utiliza para fins de provisão para os passivos contingentes método massificado e estatístico de probabilidade e previsão estimada, denominado (valor esperado) (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), conforme CPC 25 (R1), item 39.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento e têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Ativos S.A. é o Real (R$).

k) Gerenciamento de Riscos

A Administração da Ativos S.A. segue a política de gerenciamento de riscos adotada pelo Conglomerado Banco do Brasil. Os instrumentos financeiros da Ativos S.A. encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldos de aplicações financeiras, créditos a receber de sociedades ligadas e créditos adquiridos de empresa ligada e não ligada.

A Ativos S.A. não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Ativos S.A. não apresenta exposição significativa a risco de crédito, uma vez que suas disponibilidades e aplicações financeiras são realizadas com o Conglomerado Banco do Brasil.

Os riscos advindos do uso de instrumentos financeiros estão relacionados a:

Risco de mercado - restringe-se a risco de taxas de juros sobre aplicações financeiras. A Ativos S.A. adota o perfil conservador, não atuando no mercado de derivativos, câmbio e com itens referenciados em moeda diferente do Real (R$). A Diretoria Executiva é responsável pela execução e acompanhamento da gestão dos investimentos, observando as melhores práticas de gestão de recursos e de prudência na assunção de riscos, bem como a política estabelecida pelo Conselho de Administração. Segundo a Política de Risco de Mercado, todos os recursos são aplicados, exclusivamente, em fundos de renda fixa de alta liquidez e baixa volatilidade, administrados pelo Conglomerado Banco do Brasil e/ou em papéis emitidos pelo Banco do Brasil S.A., e/ou em fundos em cotas subordinadas de FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, de carteiras cedidas pela Ativos S.A.

Risco de liquidez - restringe-se ao risco de descasamentos (fluxo de caixa). A Diretoria responsável pela área administrativa faz a gestão das disponibilidades de caixa, o acompanhamento dos valores realizados no orçamento e mantém a projeção de fluxo de caixa para os próximos 5 anos.

Risco operacional - relacionado às atividades operacionais, legais, regulatórias, pessoas, tecnologia e infraestrutura da Empresa, que são monitoradas através do acompanhamento gerencial e da verificação de conformidade. Visando evitar a inexecução de atividades sob responsabilidade das áreas internas e fiscais de contratos, foram desenvolvidos testes de verificação para acompanhamento operacional e de fiscalização, contendo os principais procedimentos e tarefas, sendo o gestor da área e/ou fiscal do contrato os responsáveis pela aplicação. A área de Riscos, Controles Internos e Compliance aplica testes de verificação de conformidade objetivando identificar, analisar, acompanhar, monitorar e mitigar os riscos envolvidos nos processos da Ativos S.A. para antever problemas e descobrir oportunidades de aprimoramento. Semestralmente é apresentado o Relatório de Acompanhamento com exposição de eventuais fragilidades, sendo que, na medida em que são constatadas não conformidades, as áreas são acionadas para regularização tempestiva.

l) Pronunciamentos recentemente emitidos e não adotados

Novos pronunciamentos, revisões e interpretações aprovados pelo CPC ainda não adotados pela Empresa podem alterar as regras de reconhecimento, mensuração e evidenciação estabelecidas pelos pronunciamentos contábeis já aplicados pela empresa.

Instrumentos Financeiros

Em dezembro de 2016, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou o Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros (CPC 48), que substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38).

O CPC 48 trata de três principais temas: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) metodologia de redução ao valor recuperável; e (iii) contabilização de cobertura.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: A norma estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio do resultado e (c) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais dos fluxos de caixa dos ativos financeiros. Quanto aos requerimentos de mensuração e classificação de passivos financeiros, o efeito mais significativo diz respeito à contabilização de variações no valor justo de um passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. A variação no valor justo dos referidos passivos atribuída a mudanças no risco de crédito passa a ser reconhecida em Outros Resultados Abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos de tais mudanças resulte em descasamento contábil do resultado, ou o aumente.

Metodologia de redução ao valor recuperável: Outra alteração significativa refere-se ao cálculo das perdas por redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos financeiros. De acordo com o novo requerimento, as perdas deverão ser apuradas com base em um modelo de perdas esperadas, diferentemente do atual modelo de perdas incorridas.

Contabilização de cobertura: A nova norma também incluiu um modelo de contabilidade geral de hedge, com o intuito de melhor alinhar a contabilidade de hedge com a gestão de riscos.

Para efetiva aplicação da norma a partir de 1º de janeiro de 2018, a Ativos S.A. iniciou o processo de implantação do CPC 48 durante o exercício de 2017, desenvolvendo estudos para identificação dos modelos de negócios na gestão dos ativos financeiros e das características contratuais dos fluxos de caixa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os impactos apurados não representam mudanças significativas aos processos da Ativos S.A. e não foram identificadas alterações no patrimônio ou no resultado da empresa.

Receita de Contrato com Cliente

Em dezembro de 2016, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou o Pronunciamento CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (CPC 47), que substituiu e revogou os seguintes documentos: (a) CPC 17 - Contratos de Construção; (b) CPC 30 - Receitas; (c) Interpretação A - Programa de Fidelidade com o Cliente, anexa ao CPC 30; (d) ICPC 02 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário; (e) ICPC 11 - Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes; e (f) Interpretação B - Receita - Transação de Permuta Envolvendo Serviços de Publicidade, anexa ao CPC 30.

O CPC 47 especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis. Segundo a norma, o reconhecimento de receitas deve ocorrer por meio de cinco etapas: i) identificação dos contratos com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; v) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, a empresa satisfizer uma obrigação de desempenho.

Tendo em vista que esse pronunciamento é efetivo para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018, a Ativos S.A. identificou que a norma não implica mudanças significativas aos processos da empresa. Adicionalmente, não foram identificados impactos no patrimônio ou no resultado da empresa.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.707	14.763
Caixa e depósitos bancários	5	2
Aplicações financeiras (1)	7.702	14.761
Total	7.707	14.763

(1) Correspondem à aplicação financeira no fundo de investimento BB Renda Fixa Curto Prazo Automático, cuja carteira é composta por títulos públicos federais pré e pós-fixados e em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Os fundos de investimentos são mensurados a valor justo por meio do resultado, apresentam liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor justo.

5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Aplicações Financeiras

	31.12.2017	31.12.2016
Fundos de investimento (1)	377.257	501.186
Total	377.257	501.186

(1) Corresponde à aplicação financeira efetuada no fundo de investimento BB Renda Fixa LP Corporativo 10 milhões, administrado pela BB DTVM.

b) Rendas de Aplicações Financeiras

	Exerc/2017	Exerc/2016
Rendas de aplicações em fundos de investimento	37.285	64.492
Total	37.285	64.492

c) Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Fundos de Investimento: são contabilizados pelo valor de mercado, que é representado pelo valor justo da cota, divulgado pelo Administrador dos fundos.

1Níveis de Informação Referentes a Ativos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela Ativos S.A. são as seguintes:

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver em ativo, a empresa estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

2Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	31.12.2017		31.12.2016	
	Saldo Contábil	Nível 1	Saldo Contábil	Nível 1
Ativo	377.257	377.257	515.947	515.947
Fundos de investimento (1)	377.257	377.257	515.947	515.947

(1) O valor do custo atualizado dos fundos de investimento equivale ao valor justo.

d) Créditos Adquiridos

	31.12.2017	31.12.2016
Créditos adquiridos (1)	766.466	743.357
Total	766.466	743.357
Ativo circulante	225.531	219.579
Ativo não circulante	540.935	523.778

(1) Referem-se, principalmente, às operações de CDC (empréstimos e financiamentos), Cheque Especial, Cartão de Crédito, Adiantamento a Depositantes, Giro Rápido, Desconto de Títulos, *Leasing*, Conta Garantida e outras oriundas do Banco do Brasil S.A.; e operações de Renegociação de dívida PF, Renegociação de dívida PJ e Capital de Giro oriundas de outras Instituições Financeiras.

e) Movimentação de Créditos Adquiridos

	Exerc/2017	Exerc/2016
Saldo Inicial	743.357	763.905
Aquisições no período	280.098	207.660
Banco do Brasil S.A.	164.080	166.012
Outras instituições (1)	116.018	41.648
Perdas na baixa de créditos adquiridos (2)	(213.290)	(189.495)
Baixa por pagamento	(43.699)	(38.713)
Saldo Final	766.466	743.357

(1) Referem-se a operações adquiridas dos Bancos Bradesco S.A. e Santander S.A.

(2) Referem-se à apropriação como perdas dos créditos adquiridos considerados incobráveis.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto nos períodos encerrados em 31.12.2017 e 31.12.2016.

6 - OUTROS CRÉDITOS

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições a compensar		2.549	10.766
Ativo fiscal diferido - crédito tributário	16.d	8.556	13.417
Dividendos e bonificações a receber		3.012	6.623
Outros		1.897	681
Total		16.014	31.487
Ativo circulante		7.458	18.070
Ativo não circulante		8.556	13.417

7 - OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2017	31.12.2016
Adiantamentos a terceiros (1)	1.105	153
Valores a receber de sociedades ligadas	153	137
Outros	12	11
Total	1.270	301
Ativo circulante	1.270	301

(1) Inclui custas judiciais e indenizações.

8 - PARTICIPAÇÕES SOCETÁRIAS

Movimentações em Controlada

Empresa	Saldo Contábil	Movimentações Exerc/2017		Saldo Contábil	Resultado de Equivalência Patrimonial
	31.12.2016	Dividendos	Resultado de Equivalência Patrimonial	31.12.2017	Exerc/2016
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	6	(3.012)	3.012	6	6.623

Empresa	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido	Quantidade de Ações	Participação do Capital Social %
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	5	6	3.012	5.000	100

9 - IMOBILIZADO

Imobilizado de uso	Taxa Anual de Depreciação % Saldo Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada Saldo Contábil	31.12.2017	31.12.2016
Máquinas e equipamentos	10 a 20	3.188	(2.048)	1.140	837
Imóveis de uso - benfeitorias em imóveis de terceiros (1)	54,54	1.306	(1.306)	--	--
Benfeitorias a depreciar	--	17	--	17	--
Móveis e utensílios	10	586	(299)	287	300
Instalações e outros	10	247	(246)	1	2
Total		5.344	(3.899)	1.445	1.139

(1) Taxa de depreciação conforme período de vigência do contrato de locação (22 meses).

10 - INTANGÍVEL

Intangível	Taxa Anual de Amortização % Saldo Contábil	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada Saldo Contábil	31.12.2017	31.12.2016
Licença de uso de softwares	20	911	(29)	882	--
Total		911	(29)	882	--

11 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	31.12.2017	**31.12.2016**
Dividendos a pagar	228.400	224.286
Gratificações e participações a pagar	1.095	861
Provisão para participações nos lucros	706	419
Total	230.201	225.566
Passivo circulante	230.201	225.566

b) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	12.628	28.430
Impostos e contribuições a recolher	3.171	3.100
Total	15.799	31.530
Passivo circulante	15.799	31.530

c) Diversas

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Provisão para passivos contingentes	19.b	25.165	39.461
Pagamento de clientes a processar		2.702	506
Provisão para pagamentos a efetuar		887	3.203
Valores a pagar a sociedades ligadas		855	2.515
Outros		31	809
Total		29.640	46.494
Passivo circulante		29.640	46.494

12 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Exerc/2017	Exerc/2016
Receita Bruta de Serviços	557.344	503.327
Receita de recebimento de créditos	557.344	503.327
Deduções da Receita Bruta	(26.571)	(25.460)
Despesas de PIS/Pasep e Cofins	(26.571)	(25.460)
Receita Operacional Líquida	530.773	477.867

13 - OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Despesas de serviços de cobrança

	Exerc/2017	Exerc/2016
Comissões de recebimentos de créditos (1)	(67.796)	(68.620)
Despesas gerais (2)	(25.310)	(11.532)
Reembolso por cessão de operações	(150)	(155)
Total	(93.256)	(80.307)

(1) Referem-se às comissões pagas às empresas prestadoras de serviços de cobrança, conforme critérios definidos em contratos.

(2) Referem-se às despesas vinculadas a serviços como carta boleto e cobrança receptiva.

b) Despesas Administrativas

	Exerc/2017	**Exerc/2016**
Pessoal, encargos sociais, benefícios e treinamentos	(14.489)	(12.678)
Legais e judiciais	(14.936)	(7.921)
Comunicação	(4.475)	(1.031)
Processamento de dados	(2.815)	(2.676)
Serviços técnicos especializados	(2.589)	(153)
Aluguéis - De imóveis	(2.112)	(1.248)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	(562)	(486)
Serviços de terceiros	(345)	(606)
Tributárias	(143)	(170)
Outras	(2.151)	(2.075)
Total	(44.617)	(29.044)

c) Outras Receitas Operacionais

	Exerc/2017	**Exerc/2016**
Reversão de provisão para passivos contingentes	43.015	21.700
Ressarcimento de custos - Ativos Gestão	1.886	2.235
Multas por atraso no recebimento de créditos cedidos	357	376
Reversão de provisões - Tributáveis	781	8.360
Variação monetária ativa	261	301
Outras	1.044	1.394
Total	47.344	34.366

d) Outras Despesas Operacionais

	Nota	Exerc/2017	Exerc/2016
Provisão para passivos contingentes	19.b	(28.719)	(31.717)
Demandas judiciais		(21.210)	(13.564)
Outras		(20)	(75)
Total		(49.949)	(45.356)

14 - RESULTADO FINANCEIRO

a) Receitas Financeiras

	Nota	**Exerc/2017**	**Exerc/2016**
Rendas de aplicações em fundos de investimento	5.b	37.285	64.492
Juros recebidos ou auferidos (1)		--	1.402
Total		37.285	65.894

(1) Referem-se à atualização dos valores recebidos referentes à liquidação de operações de Pronaf/Proger enquadradas no âmbito da resolução CMN 4.299/2013.

b) Despesas Financeiras

	Exerc/2017	**Exerc/2016**
Atualização monetária sobre obrigações sociais e estatutárias	(8.446)	(3.039)
Comissões e despesas bancárias	(3.352)	(2.239)
Diversos	--	(31)
Total	(11.798)	(5.309)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor Patrimonial

	31.12.2017	31.12.2016
Patrimônio líquido	895.410	988.652
Valor patrimonial por ação (R$)	1,36	1,51

b) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R$ 656.103 mil em 31.12.2017 (R$ 656.103 mil em 31.12.2016), está dividido em 656.102.904 ações, sendo 328.051.452 ações ordinárias e 328.051.452 ações preferenciais, representadas na forma escritural e sem valor nominal.

Acionistas	Ações	% Total
BB Banco de Investimento S.A. - BB BI	488.796.663	74,5
Brasilian American Merchant Bank - BAMB	167.306.241	25,5
Total	656.102.904	100

c) Reservas de Lucros

	31.12.2017	31.12.2016
Reservas de Lucros	239.307	332.549
Reserva legal	49.461	42.703
Reserva estatutária	189.846	289.846

A Reserva Estatutária tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, podendo ser constituída por até 100% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do Capital Social.

d) Dividendos e Distribuição de Lucro Líquido

	Exerc/2017	Exerc/2016
Lucro Líquido do Período	135.158	156.472
Reserva legal constituída no período	(6.758)	(7.824)
Base de cálculo	128.400	148.648
Dividendo mínimo obrigatório	32.100	37.162
Dividendo adicional	96.300	111.486
Saldo destinado ao acionista	128.400	148.648
Reserva estatutária destinada (1)	100.000	75.638
Total destinado ao acionista	228.400	224.286
Saldo do Lucro líquido após as destinações	0	0

(1) Reserva Estatutária constituída em exercícios anteriores e destinada para Dividendos a Pagar em 31.12.2017.

Os dividendos serão corrigidos com base na variação taxa Selic, da data do balanço até o dia do efetivo pagamento.

16 - TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	Exerc/2017	Exerc/2016
Valores Correntes	(63.590)	(80.644)
IR e CSLL no País	(63.590)	(80.644)
Valores Diferidos	(4.861)	3.406
Ativo Fiscal Diferido	**(4.861)**	**3.406**
Total	(68.451)	(77.238)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	Exerc/2017	Exerc/2016
Resultado antes dos tributos e participações	205.504	235.239
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (9%)	(69.871)	(79.981)
Rendas de ajustes de investimentos em coligadas e controladas	1.024	2.252
Participações no lucro - empregados	260	231
Outros valores	136	260
IR e CSLL do período	(68.451)	(77.238)

c) Despesas Tributárias

	Exerc/2017	Exerc/2016
Cofins	(22.857)	(21.901)
PIS/Pasep	(3.714)	(3.559)
Outras	(143)	(170)
Total	(26.714)	(25.630)

d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

	31.12.2016	Exerc/2017		31.12.2017
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	13.417	3.486	(8.347)	8.556
Provisões passivas	13.417	3.486	(8.347)	8.556
Total dos créditos tributários ativados	13.417	3.486	(8.347)	8.556
IR	9.865	2.563	(6.137)	6.291
CSLL	3.552	923	(2.210)	2.265

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, elaborado em 31.12.2017, sendo o valor presente apurado com base na taxa média do CDI.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2018	960	891
Em 2019	960	840
Em 2020	1.330	1.089
Em 2021	1.191	913
Em 2022	1.068	765
Em 2023	971	651
Em 2024	699	438
Em 2025	747	438
Em 2026	630	346
Total de créditos tributários em 31.12.2017	8.556	6.371

No período de 01.01 a 31.12.2017, observou-se a realização de créditos tributários na Ativos S.A. no montante de R$ 8.347 mil.

17 - PARTES RELACIONADAS

A Ativos S.A. não concede empréstimos aos seus Diretores, aos membros do seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A Ativos S.A. realiza, principalmente com o Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados). Há, ainda, contrato de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Custos com as Remunerações e Outros Benefícios de Curto Prazo da Diretoria e Conselhos

	Exerc/2017	Exerc/2016
Diretoria	2.549	2.010
Conselho de Administração	193	188
Total	2.742	2.198

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas da Ativos S.A. com as partes relacionadas em 31.12.2017 e 31.12.2016 e seus respectivos resultados nos exercícios de 2016 e 2017:

		31.12.2017			31.12.2016
	Nota	Banco do Brasil S.A.	Outras Partes Relacionadas (4)	**Total**	**Total**
Ativos					
Disponibilidades	4	3	--	3	2
Dividendos e bonificações a receber	6	--	3.012	3.012	6.623
Valores a receber de sociedades ligadas	7	--	153	153	137

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Passivos					
Dividendos a pagar	11.a	--	228.400	228.400	224.286
Valores a pagar a sociedades ligadas (1)	11.c	855	--	855	2.515

		Exerc/2017			Exerc/2016
	Nota	Banco do Brasil S.A.	Outras Partes Relacionadas (4)	Total	Total
Receitas					
Ressarcimento de custos	13.c	--	1.886	1.886	2.235
Variação monetária ativa (2)	13.c	--	261	261	301
Juros recebidos ou auferidos (3)	14.a	--	--	--	1.402
Despesas					
Despesas de pessoal		(4.053)	--	(4.053)	(3.329)
Custos de suporte Direção Geral BB		(172)	--	(172)	(169)
Custos indiretos Contadoria BB		(377)	--	(377)	(238)
Atualização monetária sobre obrigações sociais e estatutárias	14.b	--	(8.446)	(8.446)	(3.039)
Comissões e despesas bancárias	14.b	(3.352)	--	(3.352)	(2.239)

(1) Referem-se a valores a pagar ao Banco do Brasil S.A. em decorrência da utilização do mecanismo de compartilhamento dos resultados referentes à cessão de créditos das Carteiras Varejo 3, 4, 16, 17, 31 e MPE 01 e ressarcimento de custos diretos e indiretos.

(2) Referem-se à atualização dos dividendos recebidos da Ativos Gestão S.A.

(3) Referem-se à atualização de valores relativos à liquidação de operações de Pronaf/Proger enquadradas no âmbito da Resolução CMN 4.299/2013.

(4) BB BI, BAMB e Ativos Gestão.

A Ativos S.A. adquiriu do Banco do Brasil S.A. créditos oriundos de operações em prejuízo no montante de R$ 164.080 mil (R$ 166.012 mil em 2016). Essas operações estão registradas em Créditos Adquiridos (Nota 5.e).

18 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em 15.04.2014, foi celebrado convênio de disponibilidade de empregados do Banco do Brasil S.A. para a Ativos S.A., para o exercício de função estatutária. A cessão acontece na forma de disponibilidade sem ônus para o Banco.

O Banco continuará processando a folha de pagamento desses funcionários mediante ressarcimento mensal pela Empresa de todos os custos decorrentes. Essa remuneração está inclusa em Despesas de Pessoal, conforme evidenciado na Nota 17.

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração da Ativos S.A.

	31.12.2017	31.12.2016
Menor salário	1.895,33	1.771,34
Maior salário	8.423,62	7.872,54
Salário Médio	3.868,91	3.646,59
Dirigentes		
Presidente	43.246,84	36.551,77
Diretor	34.598,31	24.935,63
Conselheiros		
Conselho de Administração	3.676,04	3.015,96
Conselho Fiscal	3.676,04	3.015,96

19 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

b) Passivos Contingentes - Prováveis

Em junho de 2017, foi implementada mudança na metodologia de constituição de provisão para passivos contingentes. Conforme faculta o item 39 do CPC 25, as provisões passaram a ser tratadas de forma massificada. Foram desenvolvidos dois modelos específicos para estimar a probabilidade de sucesso ou insucesso do processo, classificando-os como provável, possível ou remoto de acordo com essa probabilidade, e também modelo para estimar o valor a ser provisionado, ponderado pela probabilidade associada. Dessa forma, constitui-se provisão para todos os processos passíveis de constituição, que são tratados de forma massificada.

A nova metodologia substituiu a antiga integralmente, não gerando impacto nos exercícios subsequentes. O efeito da mudança na metodologia à época gerou uma reversão no saldo de provisão no valor de R$ 19.594 mil, para demandas cíveis e R$ 331 mil em demandas trabalhistas, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

Cíveis:

Grupo	Provisão Novo Modelo	Provisão Modelo anterior (05/2017)
Remota	4.723	12.143
Possível	15.080	25.878
Provável	4.643	6.019
Total	24.446	44.040

Trabalhistas:

Grupo	Provisão Novo Modelo	Provisão Modelo anterior (05/2017)
Remota	45	441
Possível	214	149
Provável	--	--
Total	259	590

Ações Cíveis

As ações movidas contra a Ativos S.A. têm objeto, principalmente, em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como, na inclusão/manutenção do nome de devedores em órgãos de proteção ao crédito.

Ações Trabalhistas

Referem-se, em sua maioria, a ações oriundas de funcionários das empresas de cobrança terceirizadas, sob alegação de responsabilidade subsidiária da Ativos S.A.

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas e cíveis, classificadas como prováveis

	Exerc/2017	Exerc/2016
Demandas Trabalhistas		
Saldo inicial	496	471
Constituição	167	123
Reversão	(367)	(78)
Baixa por pagamento	(3)	(20)
Saldo final	293	496
Demandas Cíveis		
Saldo inicial	38.965	28.973
Constituição	28.552	31.594
Reversão	(24.898)	(15.134)
Baixa por pagamento	(17.747)	(6.468)
Saldo final	24.872	38.965
Total	25.165	39.461

A Administração da Ativos S.A. considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas e cíveis.

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Cíveis
Até 5 anos	258	21.888
De 5 a 10 anos	32	2.736
Acima de 10 anos	3	248
Total	293	24.872

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes - Possíveis

Ações Cíveis e Trabalhistas

As demandas cíveis e trabalhistas classificadas com risco possível são dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas trabalhistas (1)	4.704	--
Demandas cíveis (1)	282.337	57.416
Total	287.041	57.416

(1) O aumento do valor de causa das demandas classificadas como possíveis se justifica pela aplicação da nova metodologia de provisão, aplicada a partir de junho/2017.

d) Obrigações Legais

Em 31.12.2017 e 31.12.2016, a Ativos S.A. não havia registrado, em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, Obrigações Legais oriundas de perdas contingentes.

20 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Imparidade

No exercício de 2017, estudo realizado não identificou ativos com indícios de desvalorização que justificasse o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e ao Acionista da
Ativos S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros
Brasília - DF
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Ativos S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros (Ativos S.A.), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ativos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada (Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis). Somos independentes em relação à Ativos S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Ativos S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Ativos S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Ativos S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Ativos S.A. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Ativos S.A.
c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Ativos S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Ativos S.A. a não mais se manter em continuidade operacional.
e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Brasília, 28 de fevereiro de 2018
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF
João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em conformidade com o inciso V do artigo 142 da Lei 6.404, de 15/12/1976, o Conselho de Administração da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros declara que, em reunião nesta data, tomou conhecimento das contas da Diretoria Executiva e do Relatório de Administração 2017, e recomenda à Assembleia Geral dos Acionistas a aprovação das contas relativas ao exercício de 2017.
Brasília (DF), 28 de fevereiro de 2018.
Adriano Meira Ricci
Presidente do Conselho
Alexandre Souza da Conceição
Conselheiro
Djaci Vieira de Sousa
Conselheiro
Edson Pascoal Cardozo
Conselheiro
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros, ao analisar as Demonstrações Contábeis com as informações complementares recebidas da Diretoria Executiva e esclarecimentos decorrentes da reunião conjunta com o Conselho de Administração, realizada em 28 de fevereiro de 2018, emitiu o seguinte PARECER: O Conselho Fiscal da Ativos S.A Securitizadora de Créditos Financeiros, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório de Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas.
Brasília (DF), 28 de fevereiro de 2018.
Evandro Baldin Dias
Presidente do Conselho Fiscal
Fernando Avelino Boeschenstein Vieira
Conselheiro
Mariana de Lourdes Moreira Lopes Leal
Conselheira
DIRETORIA
DIRETOR PRESIDENTE
Marcel Ricardo Baraldi de Castro
DIRETORES
Daison Zuhlsdorff Siefert
Elaine dos Santos
Júlio César Ferreira de Lima
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Adriano Meira Ricci (Presidente)
Alexandre Souza da Conceição
Djaci Vieira de Sousa
Edson Pascoal Cardozo
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
CONSELHO FISCAL
Evandro Baldin Dias (Presidente)
Mariana de Lourdes Moreira Lopes Leal
Fernando Avelino Boeschenstein Vieira
CONTADORIA
Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 16.163, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 29/09/2017, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:
Auditor Independente - Pessoa Jurídica
Nova Denominação Social
RSM BRASIL CCA CONTINUITY AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CNPJ: 10.686.276/0001-29
Anterior Denominação Social
CCA CONTINUITY AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CNPJ: 10.686.276/0001-29

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÃO Nº 12, DE 7 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000071/2016-97
INTERESSADA: SOLLUTION CONSULTORIA FINANCEIRA E FOMENTO MERCANTIL EIRELI, CNPJ 22.430.910/0001-47
SESSÃO DE JULGAMENTO: 7 DE MARÇO DE 2018
RELATOR: CONSELHEIRO SÉRGIO DJUNDI TANIGUCHI
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 12, de 07/03/2018, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Fomento Comercial (Factoring) - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Sollution Consultoria Financeira e Fomento Mercantil Eireli, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais),

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 19, da Resolução nº 21, de 20 de dezembro de 2012.

Votou, também, pelo estabelecimento do prazo de 30 (trinta) dias para o saneamento da infração apontada.

Para a decisão, foi ponderado o setor de atividade e o porte da empresa, sua inércia em não efetivar seu cadastro no COAF, apesar de alertada, assim como a dosimetria aplicada pelo Plenário do COAF.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

DECISÃO Nº 13, DE 7 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000151/2016-42
INTERESSADA: PARIS BELLA VISTA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE BIJUTERIAS E PRESENTES LTDA. - ME, CNPJ 21.373.594/0001-56.
SESSÃO DE JULGAMENTO: 07 DE MARÇO DE 2018
RELATORA: CONSELHEIRA MARLENE ALVES DE ALBUQUERQUE
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 13, de 07/03/2018, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto da Relatora pela responsabilidade administrativa de Paris Bella Vista Comércio e Importação de Bijuterias e Presentes Ltda. - Me, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613/1998, pela infração ao inciso IV do artigo 10, da mesma Lei, combinado com o artigo 16 da Resolução COAF nº 23/2012.
Para a decisão, foram ponderados os precedentes adotados pelo Plenário do COAF, o pequeno porte da empresa, bem como o seu comportamento ao demonstrar descaso em atender às exigências da legislação, apesar das reiteradas solicitações.

Votou, também, pelo estabelecimento do prazo de 30 (trinta) dias para saneamento da infração apontada.

Além do Presidente do Conselho e da Relatora, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

DECISÃO Nº 18, DE 7 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000190/2016-40
INTERESSADOS: UNIQUE COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, CNPJ 13.665.751/0001-79; E POMPÍLIO OLIVEIRA ANDRADE, CPF 130.081.885-91
SESSÃO DE JULGAMENTO: 7 DE MARÇO DE 2018
RELATOR: CONSELHEIRO MARCUS VINICIUS DE CARVALHO
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 18, de 07/03/2018, e intimar as partes do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Unique Comércio de Veículos e Peças Ltda. e de Pompílio Oliveira Andrade aplicando-lhes as penalidades a seguir individualizadas:

a) para Unique Comércio de Veículos e Peças Ltda.: multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 8º da Resolução COAF nº 25, de 16 de janeiro de 2013; e

b) para Pompílio Oliveira Andrade: multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 1998, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 8º da Resolução COAF nº 25, de 16 de 2013.

Votou, também, pelo estabelecimento do prazo de 30 (trinta) dias para o saneamento da infração apontada.

Para a decisão, foram ponderados o setor de atividade e o porte da empresa, sua inércia em não se cadastrar no COAF, apesar de alertada, assim como a dosimetria aplicada pelo Plenário do COAF.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marlene Alves de Albuquerque, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, os interessados: (a) deverão efetuar o recolhimento das multas, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição dos débitos em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderão interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação dos intimados e encontra-se à disposição das partes ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

DECISÃO Nº 20, DE 7 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000150/2016-06
INTERESSADA: MADAME RIVAS JOALHEIROS LTDA. - ME CNPJ 01.889.169/0001-07
SESSÃO DE JULGAMENTO: 07 DE MARÇO DE 2018
RELATORA: CONSELHEIRA MARLENE ALVES DE ALBUQUERQUE
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 20, de 07/03/2018, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Comércio de Joias, Pedras e Metais Preciosos - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto da Relatora pela responsabilidade administrativa de Madame Rivas Joalheiros Ltda. - Me, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613/1998, pela infração ao inciso IV do artigo 10, da mesma Lei, combinado com o artigo 16 da Resolução COAF nº 23/2012.

Para a decisão, foram ponderados os precedentes adotados pelo Plenário do COAF, o pequeno porte da empresa, bem como o seu comportamento ao demonstrar descaso em atender às exigências da legislação, apesar das reiteradas solicitações.

Votou, também, pelo estabelecimento do prazo de 30 (trinta) dias para saneamento da infração apontada.

Além do Presidente do Conselho e da Relatora, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

DECISÃO Nº 21, DE 7 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000112/2016-45
INTERESSADA: REMES FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA - ME, CNPJ: 09.169.300/0001-73
SESSÃO DE JULGAMENTO: 07 DE MARÇO DE 2018
RELATOR: CONSELHEIRO SÉRGIO DJUNDI TANIGUCHI
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 21, de 07/03/2018, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Fomento Comercial (Factoring) - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Remes Factoring Fomento Mercantil Ltda. - Me, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 19, da Resolução nº 21, de 20 de dezembro de 2012.

Para a decisão, foram ponderados o setor de atividade da empresa, seu porte, o cadastramento efetuado, ainda que tardio, assim como a dosimetria aplicada por este Plenário.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento das multas, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

DECISÃO Nº 25, DE 7 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000025/2017-79
INTERESSADA: DANGUN COMÉRCIO VAREJISTA DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ 09.360.523/0001-3
SESSÃO DE JULGAMENTO: 7 DE MARÇO DE 2018
RELATOR: CONSELHEIRO TOMÁS DE ALMEIDA VIANNA
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 25, de 07/03/2018, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de, Dangun Comércio Varejista de Veículos Ltda., aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 8º da Resolução COAF nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foram ponderados o setor de atividade e o porte da empresa, a efetivação de seu cadastro no COAF, ainda que somente após a abertura do presente Processo Administrativo Punitivo, bem como a dosimetria aplicada pelo Plenário do COAF.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy e Gustavo Leal de Albuquerque.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECISÃO Nº 26, DE 7 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000033/2017-15
INTERESSADA: RANI VEÍCULOS LTDA. - EPP, CNPJ 08.201.738/0001-29
PROCURADORA: JANAÍNA KAISSY ALVES DA SILVA MORAES, OAB/PA 14.869
SESSÃO DE JULGAMENTO: 7 DE MARÇO DE 2018
RELATOR: CONSELHEIRO TOMÁS DE ALMEIDA VIANNA
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 26, de 07/03/2018, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de, Rani Veículos Ltda. - EPP, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 8º da Resolução COAF nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foram ponderados a pertinência de tratamento proporcional ao porte e setor de atividade em que a empresa atua, em que pesem julgados anteriores do COAF equiparando pequenas e microempresas e a efetivação de seu cadastro no COAF, ainda que somente após a abertura do presente Processo Administrativo Punitivo.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy e Gustavo Leal de Albuquerque.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

DECISÃO Nº 27, DE 7 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.0000036/2017-59
INTERESSADA: STAR MOTORS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ 00.163.640/0001-12
SESSÃO DE JULGAMENTO: 7 DE MARÇO DE 2018
RELATOR: CONSELHEIRO TOMÁS DE ALMEIDA VIANNA
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 27, de 07/03/2018, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de, Star Motors Comércio de Veículos Ltda., aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 8º da Resolução COAF nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foram ponderados o setor de atividade e o porte da empresa, a efetivação de seu cadastro no COAF, ainda que somente após a abertura do presente Processo Administrativo Punitivo, bem como a dosimetria aplicada pelo Plenário do COAF.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy e Gustavo Leal de Albuquerque.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

DECISÃO Nº 29, DE 7 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000070/2017-23
INTERESSADA: 3A AUTOMÓVEIS LTDA. - ME, CNPJ 09.551.316/0001-46
SESSÃO DE JULGAMENTO: 7 DE MARÇO DE 2018
RELATOR: CONSELHEIRO MARCUS VINICIUS DE CARVALHO
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 29, de 07/03/2018, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de 3A Automóveis Ltda. - Me, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 8º da Resolução COAF nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foram ponderados o setor de atividade e o porte da empresa, a efetivação de seu cadastro no COAF, ainda que somente após a abertura do presente Processo Administrativo Punitivo, assim como a dosimetria aplicada pelo Plenário do COAF.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marlene Alves de Albuquerque, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

DECISÃO Nº 21, DE 7 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000112/2016-45
INTERESSADA: REMES FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA - ME, CNPJ: 09.169.300/0001-73
SESSÃO DE JULGAMENTO: 07 DE MARÇO DE 2018
RELATOR: CONSELHEIRO SÉRGIO DJUNDI TANIGUCHI
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 21, de 07/03/2018, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Fomento Comercial (Factoring) - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Remes Factoring Fomento Mercantil Ltda. - Me, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 19, da Resolução nº 21, de 20 de dezembro de 2012.

Para a decisão, foram ponderados o setor de atividade da empresa, seu porte, o cadastramento efetuado, ainda que tardio, assim como a dosimetria aplicada por este Plenário.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marlene Alves de Albuquerque, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento das multas, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

DECISÃO Nº 33, DE 7 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000035/2017-12
INTERESSADA: ZIZO AUTOMÓVEIS LTDA., CNPJ 07.213.289/0001-76
PROCURADOR: LUIZ ANTONIO VIEIRA - OAB/SP 254.784
SESSÃO DE JULGAMENTO: 7 DE MARÇO DE 2018
RELATORA: CONSELHEIRA MARLENE ALVES DE ALBUQUERQUE
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 33, de 07/03/2018, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Zizo Automóveis Ltda, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 8º da Resolução COAF nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foram ponderados o setor de atividade e o porte da empresa, a efetivação de seu cadastro no COAF, ainda que somente após a abertura do presente Processo Administrativo Punitivo, assim como precedentes adotados pelo COAF.

Além do Presidente do Conselho e da Relatora, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

DECISÃO Nº 35, DE 7 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000055/2017-85
INTERESSADA: GESTÃO1 FOMENTO MERCANTIL LTDA. - ME, CNPJ 12.757.600/0001-88
SESSÃO DE JULGAMENTO: 7 DE MARÇO DE 2018
RELATORA: CONSELHEIRA MARLENE ALVES DE ALBUQUERQUE
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 35, de 07/03/2018, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Fomento Comercial (Factoring) - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto da Relatora pela responsabilidade administrativa de Gestão1 Fomento Mercantil Ltda. - ME, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 19, da Resolução nº 21, de 20 de dezembro de 2012.

Para a decisão, foi ponderada a primariedade da empresa, a efetivação de seu cadastro no COAF, ainda que somente após a abertura do presente Processo Administrativo Punitivo e o maior risco ao sistema de prevenção à lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo representado pelo negócio da Interessada.

Além do Presidente do Conselho e da Relatora, estiveram presentes os conselheiros Sérgio Djundi Taniguchi, André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo da Silva Dias, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na cláusula primeira do Convênio ICMS 10/18, de 20 de fevereiro de 2018, publicado no DOU de 22 de fevereiro de 2018, Seção 1, página 34, onde se lê: "...realizadas pela Petrobrás Distribuidora S/A,..."; leia-se: "...realizadas pela Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras,...".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0001-09.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13005.720322/2018-16, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0001-09, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Alemanha	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Camel Blue International Blend	3.1) R$ 6,25 / vintena	4.1) 1.450.000
2.2) Camel Double Mint & Purple	3.2) R$ 7,25 / vintena	4.2) 995.000
2.3) Camel Filters International Blend	3.3) R$ 6,25 / vintena	4.3) 600.000
2.4) Winston Purple Mint	3.4) R$ 5,25 / vintena	4.4) 390.000
5) Cigarro	King Size 84mm	
6) Embalagem	Box	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0001-09.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13005.720326/2018-96, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0001-09, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Alemanha	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Winston Blue International	3.1) R$ 5,25 / vintena	4.1) 4.100.000
2.2) Winston Classic International	3.2) R$ 5,25 / vintena	4.2) 600.000
2.3) Winston Exotic Mint	3.3) R$ 5,25 / vintena	4.3) 245.000
2.4) Camel Option Mint Capsule	3.4) R$ 6,25 / vintena	4.4) 260.000
5) Cigarro	King Size 84mm	
6) Embalagem	Box	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO

PORTARIA Nº 15, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO/MS, no uso das atribuições regimentais previstas no artigo nº 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º - Delegar aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - AFRFB lotados na Equipe de Vigilância e Repressão - EVR, as competências privativas aos AFRFB previstas no artigo 316 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

Art. 2º - Delegar aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados na Seção de Vigilância Aduaneira - Savig, na Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros - Sarad e na Seção de Despacho Aduaneiro - Sarad as competências para a concessão do regime aduaneiro especial de admissão temporária conforme previsto no artigo 316 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil e legislação que rege a matéria;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLOVIS RIBEIRO CINTRA NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, Augusto Oliveira da Silva Neto, Matrícula Siapecad 19644, no uso das atribuições delegadas pelo Delegado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Fortaleza/CE conferidas aos Auditores-Fiscais lotados na Seção de Assessoramento Técnico - SAATA, através da Portaria nº 03, de 09 de janeiro de 2018 (DOU de 12/01/2018) para decidir e expedir Ato Declaratório Executivo com vistas à inclusão de pessoas físicas no Registro de Despachante Aduaneiro e Ajudante de Despachante Aduaneiro, combinado com o § 3º, do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro - DOU de 06/02/2009), os artigos 302, inciso IX e 314, inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (DOU de 17/05/2012), declara:

Art. 1º Incluídos no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro:

NOME	CPF	PROCESSO
GERLANIA SOUSA DE OLIVEIRA	654.140.393-72	11131.720111/2018-02
BRENO HENRIQUE DE AGUIAR PEREIRA	069.852.363-67	11131.720122/2018-84
NAIARA SUHETT CAMELO	059.627.123-90	11131.720174/2018-51
THIAGO ALVES CARNEIRO	044.949.083-12	11131.720115/2018-82
ANA CLAUDIA LIMA TRENTIN	054.962.579-80	11131.721226/2017-25

Art. 2º Os Ajudantes de Despachantes Aduaneiros retromencionados deverão, também, incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - CAD-ADUANA, para sua efetivação junto ao Registro Informatizado de Despachante Aduaneiro e Ajudante de Despachante Aduaneiro, de acordo com o ADE-COANA nº 16, de 08/06/2012, publicado no DOU de 11/06/2012, alterado pelos ADE-COANA nº 27, de 17 de setembro de 2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO OLIVEIRA DA SILVA NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL

PORTARIA Nº 8, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre competências e atribuições no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Sobral - DRF/SOB e unidades de sua jurisdição.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 270, 283, 336, 340 e 341, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, combinado com os artigos 11 a 17, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

DISTRIBUIR COMPETÊNCIAS entre as seções da DRF/SOB e DELEGAR ATRIBUIÇÕES, no interesse da administração, previstas no mesmo Regimento Interno, observadas, no que couber, as demais legislações de regência referente as atividades regimentais no âmbito da jurisdição desta Delegacia:

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º À Seção de Arrecadação e Cobrança - Sarac, à Seção de Fiscalização - Safis, para, no âmbito de suas competências:

I - prestar informações solicitadas por autoridades e órgãos externos sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, como também, ao contribuinte e orientar sobre a aplicação da legislação tributária;

II - desenvolver a moral tributária, especialmente com ações de educação fiscal.

Art. 2º À Seção de Fiscalização - Safis, para:

I - administrar e distribuir selos de controle e outros instrumentos de controle fiscal e fiscalizar a sua utilização;

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º Ao Delegado-adjunto, concorrentemente com o Delegado, para:

I - providenciar a publicação de atos, inclusive declaratórios executivos, avisos, editais e despachos nos órgãos oficiais e na imprensa privada, necessários à formalização, no que couber relativo à situação cadastral e fiscal de pessoas físicas e jurídicas;

II - conceder diárias e ajudas de custo ao pessoal diretamente subordinado e ao pessoal subordinado a Unidades Administrativas que não sejam Unidades Gestoras, conforme relacionadas no Anexo XXI da Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e diárias a colaboradores eventuais;

III - expedir e assinar ofícios, memorandos e demais atos de comunicação oficial pertinentes às atividades executadas no Gabinete da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral-CE.

IV - autorizar a habilitação de servidores nos sistemas informatizados da Receita Federal do Brasil, observados os respectivos perfis;

V - autorizar pagamentos e assinar Ordens Bancárias.

VI - determinar a averbação, nos órgãos de registro competentes, de bens e direitos arrolados por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, assim como, autorizar o seu cancelamento e a sua substituição, a requerimento do sujeito passivo ou de ofício, nos termos das normas que estabelecem procedimentos para o arrolamento de bens e direitos e representação para propositura de medida cautelar fiscal.

Art. 4º Ao chefe da Seção de Arrecadação e Cobrança - Sarac e, nas suas ausências e impedimentos, ao respectivo substituto eventual para:

I - decidir sobre pedidos de parcelamentos, bem como, reincluir e excluir contribuintes optantes dos parcelamentos especiais, nos casos previstos na legislação;

II - proceder, de ofício, à inscrição de contribuintes no Cadastro de Pessoa Física - CPF, e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, nos casos previstos na legislação aplicável;

III - decidir quanto à suspensão, inaptidão e regularização de contribuintes nos cadastros da Receita Federal do Brasil RFB;

IV - analisar e acompanhar, no âmbito desta Delegacia, as ações judiciais que impliquem apuração de crédito tributário, assim como, a execução do que nelas for decidido, inclusive pedido de habilitação do crédito tributário decorrente de decisão judicial transitada em julgado;

V - autorizar o levantamento e a conversão em renda de depósitos administrativos para garantia de débitos de receita da União;

VI - decidir sobre a inclusão e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados.

VII - decidir sobre pedidos de suspensão, redução e isenção de tributos, à exceção dos relativos ao reconhecimento e suspensão de imunidades;

Art. 5º Aos chefes da Seção de Arrecadação e Cobrança - Sarac e da Seção de Fiscalização - Safis e, nas suas ausências e impedimentos, ao respectivo substituto eventual para:

I - decidir sobre pedidos de cancelamento ou reativação de declarações, no âmbito de suas competências.

II - expedir e assinar ofícios, memorandos e demais atos de comunicação oficial pertinentes às atividades executadas no âmbito de suas respectivas jurisdições, sem prejuízo da atribuição do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil de expedir e assinar ofícios, memorandos e demais atos de comunicação oficial pertinentes aos procedimentos fiscais sob sua responsabilidade.

III - assessorar ao titular desta Unidade, no que couber, quanto aos procedimentos necessários à boa e fiel gerência e execução das atividades de competência desta Unidade e do seu Dirigente, observado o preceituado pelo artigo 342 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal (RFB), aprovada pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017.

Art. 6º. Fica delegada a competência aos Agentes da Receita Federal do Brasil, no âmbito de sua jurisdição, para:

I - praticarem os atos administrativos concernentes às atividades relacionadas nos incisos I a XIV, do artigo 275, do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 430, de 9 de outubro de 2017;

II - decidirem sobre pedidos de parcelamento;

III - decidirem sobre a expedição de certidões relativas a situação fiscal e cadastral do contribuinte;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - procederem à inscrição de ofício, no Cadastro de Pessoa Física - CPF e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, nos casos previstos na legislação aplicável;

Art.7º. Fica delegada a competência aos Chefes dos Centros de Atendimento ao Contribuinte - CAC, para:

I - praticarem os atos administrativos concernentes às atividades relacionadas nos incisos I a VIII, X, XII e XIV do art. 275, do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 430, de 9 de outubro de 2017;

II - decidirem sobre a expedição de certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. As competências ora delegadas nos artigos 4º e 5º, ficam limitadas aos atos administrativos praticados pela Unidade que prescindam de expedição de atos declaratórios executivos para a sua formalização.

Art. 9º. A autoridade delegante, a seu critério, poderá avocar a decisão do ato objeto de delegação, sem que isto implique revogação parcial ou total desta Portaria.

Art. 10º. Em todos os atos praticados em função das competências e atribuições ora distribuídas e delegadas, deverão ser mencionados, após a assinatura, o número e a data da presente Portaria.

Art. 11. À autoridade indicada no artigo 3º, assim como aos Chefes de Seção e do Centro de Atendimento (CAC) desta Delegacia, e aos Agentes, atribui-se, ainda, a competência para:

I - movimentar para o arquivo eletrônico de Receita Federal do Brasil ou, se for o caso, para o arquivo físico da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Ceará, os processos e a documentação não processual afetos aos respectivos setores da Unidade, cuja fase corrente de utilização tenha-se encerrado, observados os prazos determinados pela legislação tributária e os prazos de arquivamento fixados na Tabela de Temporalidade de Documentos;

II - requisitar o desarquivamento temporário de processos físicos ou eletrônicos.

Art. 12. Fica revogada a Portarias nº 27, de 5 de novembro de 2012, publicada no DOU de 6 de novembro de 2012.

Art. 13. Ficam convalidados os atos praticados a partir de 01/01/2018 em função das competências e atribuições ora distribuídas e delegadas nesta Portaria.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO KLEBER MARTINS TIMBÓ

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 (publicada no D.O.U. de 09/05/2016).

A CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso V, da Portaria DRF Recife nº 279, de 18/12/2014, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2014, e considerando o estabelecido nos arts. 12, 40, inciso II, e 42, inciso II e § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal n° 10480.721751/2018-07, resolve:

Art. 1° - Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a empresa TECPNEUS DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA - EPP, CNPJ/MF n° 09.813.872/0001-43, por não ter sido localizada em seu endereço cadastral.

Art. 2° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos arts. 45, 46 e 47 da supracitada Instrução Normativa.

CRISTIANE SANGREMAN LIMA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 (publicada no D.O.U. de 09/05/2016).

A CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso V, da Portaria DRF Recife nº 279, de 18/12/2014, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2014, e considerando o estabelecido nos arts. 12, 40, inciso II, e 42, inciso II e § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal n° 10480.721752/2018-43, resolve:

Art. 1°- Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a empresa O P DA FONTE COMERCIO DE PNEUS - EPP, CNPJ/MF n° 10.531.120/0001-79, por não ter sido localizada em seu endereço cadastral.

Art. 2° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos arts. 45, 46 e 47 da supracitada Instrução Normativa.

CRISTIANE SANGREMAN LIMA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 18, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Declara a baixa de ofício de inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando o disposto no artigo 29, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo nº 13558.720307/2016-41, declara:

Art. 1º Baixada de Ofício a inscrição de nº 07.701.963/0001-61, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa KJ NATEL COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA, por haver sido constatado CANCELAMENTO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DE REGISTRO.

Art. 2º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desde 22/08/2016.

GEOVANIO CORREIA BRITO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 19, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Declara a baixa de ofício de inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando o disposto no artigo 29, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo nº 17179.720036/2016-40, declara:

Art. 1º Baixada de Ofício a inscrição de nº 05.892.243/0001-03, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa ITABUNA REFORMADORA DE PNEUS LTDA, por haver sido constatado CANCELAMENTO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DE REGISTRO.

Art. 2º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desde 17/06/2015.

GEOVANIO CORREIA BRITO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 20, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Declara a baixa de ofício de inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando o disposto no artigo 29, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo nº 10952.720253/2016-73, declara:

Art. 1º Baixada de Ofício a inscrição de nº 06.061.306/0001-34, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa DANN COMERCIO DE GENEROS ALIMENTENCIOS LTDA, por haver sido constatado CANCELAMENTO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DE REGISTRO.

Art. 2º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desde 17/06/2015.

GEOVANIO CORREIA BRITO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Cancela Registro Especial de Produtor de Biodiesel prevista na Lei 11.116/2005.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, considerando o disposto no art. 7º, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.053/2010, de 12 de julho de 2010 e, ainda, o que consta no processo administrativo fiscal nº 13637.000160/2006-18, resolve declarar:

Art.1º - Cancelado, de ofício, o Registro Especial de produtor de biodiesel, sob o nº BP-00009-001/2007, da empresa REFINARIA NACIONAL DE PETRÓLEO VEGETAL LTDA, CNPJ 06.948.795/0001-40, estabelecida na Rodovia BR 040, S/Nº, Km 698/699, Bairro Caiçaras, Barbacena/MG, concedido através do Ato Declaratório Executivo Cofis nº 01, de 11 de janeiro de 2007.

Art. 2º - Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Cofis nº 01, publicado na Seção 1 do DOU de 15 de janeiro de 2007.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10120.004377/1017-28, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso I, 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica QUEIROZ GALVÃO EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A, CNPJ (matriz) nº 11.253.257/0001-71, para atuar como operadora, extensivo, também, para todas as filiais, mencionadas na petição de fls. 5 a 7, do referido dossiê, até os termos finais, consignados no Anexo, que não podem ser superiores ao prazo disposto no artigo 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.026208/1117-59			
Nº DO CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
04.028.583/0001-10	Campo em exploração Bacia Sedimentar de Campos: BM C-7	48610.003887/2000 BM-C-7	27/10/2030
04.028.583/0001-10	Campo em exploração Bacia Sedimentar de Campos: Blocos C-M-529	48610.001365/2008-65 BM-C-47	24/03/2040
04.028.583/0001-10	Bloco ES-M-598, denominado sob a identificação ES-M-598_R11	48610.005475/2013-63	26/09/2040
04.028.583/0001-10	Bloco ES-M-671, denominado sob a identificação ES-M-671_R11	48610.005485/2013-07	26/09/2040
04.028.583/0001-10	Bloco ES-M-673, denominado sob a identificação ES-M-673_R11	48610.005474/2013-19	26/09/2040
04.028.583/0001-10	Bloco ES-M-743, denominado sob a identificação ES-M-743_R11	48610.005459/2013-71	26/09/2040
04.028.583/0001-10	Bloco denominado BM-S-8	48610.003883/2000	27/10/2030

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 13 DE MARCO DE 2018

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP - SIMPLES NACIONAL, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 28 e 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) a pessoa jurídica DINI E FILHOS COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - ME, CNPJ 68.457.035/0001-98, por incorrer na hipótese prevista no artigo 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme consta do Processo Administrativo nº 10855.720.507/2018-13 de Representação Fiscal para exclusão do Simples Nacional.

Art. 2º A exclusão surtirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015, consoante o que dispõe o artigo 31, inciso V, b, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto-SP, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Art. 4º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o artigo anterior, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº8, DE 13 DE MARCO DE 2018

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP - SIMPLES NACIONAL, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 28 e 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) a pessoa jurídica IZZOPLAST RECICLAGEM E COMÉRCIO EIRELI-ME, CNPJ 03.556.533/0001-42, por incorrer na hipótese prevista no artigo 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme consta do Processo Administrativo nº 10855.720.506/2018-79 de Representação Fiscal para exclusão do Simples Nacional.

Art. 2º A exclusão surtirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015, consoante o que dispõe o artigo 31, inciso V, b, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto-SP, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Art. 4º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o artigo anterior, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício da competência delegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria Delex nº 123, de 5 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa Zap Games e Entretenimento Comércio e Importação Ltda, CNPJ: 10.357.785/0001-08, com fundamento no art. 81, §5º, da Lei nº 9.430/96 c/c o art. 40, inciso II e o art. 42, inciso II, da IN RFB nº 1.634/2016, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, e tudo o mais que consta no processo administrativo 10314.720177/2018-83.

Nos termos do Art. 47, caput e § 3º, inciso I, alínea b, da IN RFB nº 1.634/2016, consideram-se inidôneos os documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE.

GERALDO HERNANDES TORRES JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque, classificado na posição 2208.30.20 da TIPI.

O DELEGADO DA DELEX, matrícula SIAPECAD nº 1292868, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no inciso I, § 1º art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, aprova:

Art. 1º O fornecimento de 13.500 (Treze mil e quinhentos) selos de controle, tipo uísque, cor amarelo, ao estabelecimento importador AURORA BEBIDAS E ALIMENTOS FINOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 61.296.646/0001-52, localizada na Rod. Anhanguera, km 15, módulo 18, Pirituba, na cidade de São Paulo, SP, inscrito no Registro Especial sob o nº 08190/003 (Importador), e sob o nº 08165/007, para esta selagem no exterior de uísques de acordo com o dossiê digital 10120.002958/0218-88, descritos na tabela abaixo:

DISCRIMINAÇÃO E CARACTERISTICAS	EMBALAGEM	UNIDADES
Whisky Blended Scotch - The Famous Grouse - 12X0,75 - 40º GL - Fabricante: Edrington Distellers Ltd.	1125 caixas	13.500 garrafas
TOTAL		13.500 garrafas

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 16, de 27 de fevereiro de 2018, publicado no DOU de 28 de fevereiro de 2018.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO RIQUE PINTO PASSOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Concede Habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresa Exportadora (RECAP)

O AUDITOR-FISCAL DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SAORT DA DRF/JOINVILLE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, (b) da Lei 10.593/2002, observado o disposto na IN RFB 605/2006 e alterações posteriores e no art. 2º, VI, da Portaria DRF/JOI 01/2018; e com base no Despacho Decisório juntado à fls. 43/46 no processo administrativo 13976.720026/2017-49, declara:

Art. 1º A pessoa jurídica Herli Indústria e Comércio de Móveis Ltda, CNPJ nº 01.619.091/0001-00, com endereço a Rua Carlos Speicher, 1085, em Rio Negrinho/SC, habilitada no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresa Exportadora (RECAP), na forma do art. 13 da Lei nº 11.196, de 2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.649/2005 e disciplinado pela Instrução Normativa SRF nº 605, de 2006.

Art. 2º O benefício do Recap será aplicado a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica habilitada (IN SRF nº 605/2006, art. 10, §1º) e o prazo para sua fruição extingue-se após decorridos 3 (três) anos contados da data da publicação do presente Ato (IN SRF nº 605/2006, art. 13, §2º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada ex officio pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ OSMIR FIORELLI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 201, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de outubro de 2017:

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
808	03.10.2017	Venda	NTN-B	15.08.2022	1	04.10.2017	4,3990	545.200	1.765.661.903,93	0	0,00
808	03.10.2017	Venda	NTN-B	15.08.2022	2	04.10.2017	4,3990	0	0,00	0	0,00
808	03.10.2017	Venda	NTN-B	15.08.2026	1	04.10.2017	4,7800	204.800	674.185.576,44	0	0,00
808	03.10.2017	Venda	NTN-B	15.08.2026	2	04.10.2017	4,7800	0	0,00	0	0,00
808	03.10.2017	Venda	NTN-B	15.05.2035	1	04.10.2017	4,9800	21.600	74.161.043,38	0	0,00
808	03.10.2017	Venda	NTN-B	15.05.2035	2	04.10.2017	4,9800	0	0,00	0	0,00
808	03.10.2017	Venda	NTN-B	15.05.2055	1	04.10.2017	5,0680	128.400	455.476.742,76	0	0,00
808	03.10.2017	Venda	NTN-B	15.05.2055	2	04.10.2017	5,0680	0	0,00	0	0,00
824	05.10.2017	Venda	LFT	01.09.2023	1	06.10.2017	0,0057	750.000	6.850.495.097,23	0	0,00
824	05.10.2017	Venda	LFT	01.09.2023	2	06.10.2017	0,0047	12.166	111.124.205,43	0	0,00
823	05.10.2017	Venda	LTN	01.04.2018	1	06.10.2017	7,0988	1.000.000	968.399.845,45	0	0,00
823	05.10.2017	Venda	LTN	01.04.2018	2	09.10.2017	7,0979	0	0,00	0	0,00
823	05.10.2017	Venda	LTN	01.10.2019	1	06.10.2017	8,0400	3.500.000	3.006.244.721,95	0	0,00
823	05.10.2017	Venda	LTN	01.10.2019	2	09.10.2017	8,0324	0	0,00	0	0,00
823	05.10.2017	Venda	LTN	01.07.2021	1	06.10.2017	9,1790	3.000.000	2.166.757.565,55	0	0,00
823	05.10.2017	Venda	LTN	01.07.2021	2	09.10.2017	9,1758	147.999	106.930.201,90	0	0,00
845	11.10.2017	Venda	LTN	01.10.2018	1	13.10.2017	7,0979	1.000.000	936.554.568,78	0	0,00
845	11.10.2017	Venda	LTN	01.10.2018	2	16.10.2017	7,0942	97.600	91.432.647,02	0	0,00
845	11.10.2017	Venda	LTN	01.10.2019	1	13.10.2017	8,0470	2.000.000	1.719.822.500,99	0	0,00
845	11.10.2017	Venda	LTN	01.10.2019	2	16.10.2017	8,0369	325.212	279.739.275,35	0	0,00
845	11.10.2017	Venda	LTN	01.07.2021	1	13.10.2017	9,2040	2.500.000	1.806.709.458,78	0	0,00
845	11.10.2017	Venda	LTN	01.07.2021	2	16.10.2017	9,1994	313.000	226.279.429,36	0	0,00
846	11.10.2017	Venda	NTN-F	01.01.2023	1	13.10.2017	9,4049	1.000.000	1.052.598.320,35	0	0,00
846	11.10.2017	Venda	NTN-F	01.01.2023	2	16.10.2017	9,4010	76.000	80.026.234,75	0	0,00
846	11.10.2017	Venda	NTN-F	01.01.2027	1	13.10.2017	9,7728	2.500.000	2.608.142.817,50	0	0,00
846	11.10.2017	Venda	NTN-F	01.01.2027	2	16.10.2017	9,7676	216.268	225.707.268,81	0	0,00
858	17.10.2017	Venda	NTN-B	15.08.2022	1	18.10.2017	4,4000	400.000	1.299.262.394,80	0	0,00
858	17.10.2017	Venda	NTN-B	15.08.2022	2	18.10.2017	4,4000	75.197	244.251.585,75	0	0,00
858	17.10.2017	Venda	NTN-B	15.08.2026	1	18.10.2017	4,7449	100.000	330.998.862,20	0	0,00
858	17.10.2017	Venda	NTN-B	15.08.2026	2	18.10.2017	4,7449	17.400	57.593.802,02	0	0,00
858	17.10.2017	Venda	NTN-B	15.05.2035	1	18.10.2017	4,9980	50.000	171.887.648,90	0	0,00
858	17.10.2017	Venda	NTN-B	15.05.2035	2	18.10.2017	4,9980	14.725	50.620.912,60	0	0,00
858	17.10.2017	Venda	NTN-B	15.05.2055	1	18.10.2017	5,0800	26.450	93.954.231,55	0	0,00
858	17.10.2017	Venda	NTN-B	15.05.2055	2	18.10.2017	5,0800	1.944	6.905.369,61	0	0,00
861	19.10.2017	Venda	LFT	01.09.2023	1	20.10.2017	0,0037	750.000	6.870.526.630,21	0	0,00
861	19.10.2017	Venda	LFT	01.09.2023	2	20.10.2017	0,0027	2.250	20.611.575,10	0	0,00
860	19.10.2017	Venda	LTN	01.04.2018	1	20.10.2017	7,0478	1.000.000	970.986.047,40	0	0,00
860	19.10.2017	Venda	LTN	01.04.2018	2	23.10.2017	7,0440	83.200	80.807.888,10	0	0,00
860	19.10.2017	Venda	LTN	01.10.2019	1	20.10.2017	8,0088	3.500.000	3.016.298.688,25	0	0,00
860	19.10.2017	Venda	LTN	01.10.2019	2	23.10.2017	8,0000	636.998	549.132.557,84	0	0,00
860	19.10.2017	Venda	LTN	01.07.2021	1	20.10.2017	9,1474	3.500.000	2.539.064.722,35	0	0,00
860	19.10.2017	Venda	LTN	01.07.2021	2	23.10.2017	9,1378	699.998	507.989.127,50	0	0,00
886	26.10.2017	Venda	LTN	01.10.2018	1	27.10.2017	7,0859	1.000.000	939.188.652,90	0	0,00
886	26.10.2017	Venda	LTN	01.10.2018	2	30.10.2017	7,0838	68.000	63.882.230,42	0	0,00
886	26.10.2017	Venda	LTN	01.10.2019	1	27.10.2017	8,0849	4.500.000	3.878.407.894,41	0	0,00
886	26.10.2017	Venda	LTN	01.10.2019	2	30.10.2017	8,0818	0	0,00	0	0,00
886	26.10.2017	Venda	LTN	01.07.2021	1	27.10.2017	9,2199	3.000.000	2.174.623.162,06	0	0,00
886	26.10.2017	Venda	LTN	01.07.2021	2	30.10.2017	9,2133	0	0,00	0	0,00
887	26.10.2017	Venda	NTN-F	01.01.2023	1	27.10.2017	9,3888	1.500.000	1.586.273.679,30	0	0,00
887	26.10.2017	Venda	NTN-F	01.01.2023	2	30.10.2017	9,3714	0	0,00	0	0,00
887	26.10.2017	Venda	NTN-F	01.01.2027	1	27.10.2017	9,7149	3.000.000	3.151.433.947,40	0	0,00
887	26.10.2017	Venda	NTN-F	01.01.2027	2	30.10.2017	9,7098	0	0,00	0	0,00
894	31.10.2017	Venda	NTN-B	15.08.2022	1	01.11.2017	4,5899	211.300	683.791.093,40	0	0,00
894	31.10.2017	Venda	NTN-B	15.08.2022	2	01.11.2017	4,5899	35.874	116.092.388,47	0	0,00
894	31.10.2017	Venda	NTN-B	15.08.2026	1	01.11.2017	4,9350	88.700	291.088.596,82	0	0,00
894	31.10.2017	Venda	NTN-B	15.08.2026	2	01.11.2017	4,9350	5.689	18.669.707,18	0	0,00
894	31.10.2017	Venda	NTN-B	15.05.2035	1	01.11.2017	5,1500	35.700	121.261.373,46	0	0,00
894	31.10.2017	Venda	NTN-B	15.05.2055	1	01.11.2017	5,2175	8.700	30.380.601,58	0	0,00

JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

RELATÓRIO

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2017

Apresentação

O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro apresenta seu Relatório da Administração de 2017, com os principais resultados e destaques do ano nas áreas de atuação da empresa.

Mensagem da Administração

O ano de 2017 foi bastante desafiador para o Serpro. Um ano para consolidar o modelo de gestão iniciado em 2016 com o lançamento de novas linhas de negócio, ampliação de mercados, consolidação de parcerias e lançamento de serviços inovadores. Além de profundas transformações na gestão empresarial e na governança, obtivemos resultados positivos na redução de custos e na melhoria da eficiência e eficácia operacional.

Foi um ano em que o Serpro saiu de uma situação de prejuízo para um cenário com o maior lucro nos últimos 11 anos. Esse resultado empenhou mais esforço do time Serpro, todos comprometidos com a recuperação financeira e já podemos perceber sinais de uma valiosa mudança da cultura empresarial.

Nosso objetivo é ganhar consistência nas estratégias adotadas e garantir a perenidade dessa grande empresa. O foco do Serpro continua sendo o de melhorar os serviços e o atendimento aos clientes, fazer uma gestão racional e mais eficiente dos recursos para entregar mais valor ao cidadão e ao Estado brasileiro. Com isso, acreditamos ser possível firmar, cada vez mais, a posição estratégica do Serpro como empresa viabilizadora da conexão entre Governo e Sociedade.

1. Ambiente econômico

Após oito trimestres consecutivos de queda do nível da atividade econômica do país, que resultou numa perda da renda per capita de 9,2% no biênio 2015-2016, o Produto Interno Bruto – PIB voltou a recuperar-se em 2017, registrando expansão da ordem de 1%.

A inflação também foi controlada, retrocedendo para o patamar de 2,95% a.a. em 2017, situando-se pela primeira vez abaixo do teto da meta anual de 3%.

Com isso, criou-se o ambiente favorável para a queda consistente da taxa básica de juros – Selic, que retrocedeu do patamar anual de 14,25%, em agosto de 2016, para 7% no final de 2017, posicionando-se como a menor da série apurada desde junho de 1996.

Assim, abriu-se espaço para o início da recuperação do consumo e dos investimentos, o que é essencial à afirmação da trajetória de recuperação da atividade econômica do país, que se iniciou no primeiro trimestre de 2017. As projeções apontam que a taxa de crescimento do PIB ganhará maior impulso ao longo de 2018, devendo se situar em torno de 3%.

No âmbito do setor externo, a balança comercial logrou saldo positivo da ordem de US$ 66 bilhões em 2017, somando-se aos investimentos diretos, que alcançaram cerca de US$ 80 bilhões, o que se traduziu na estabilidade da taxa de câmbio.

Esta última vem se mantendo em torno de R$ 3,20/US$ desde meados de 2016, devendo permanecer em um ambiente de reduzida volatilidade ao longo de 2018, refletindo também as condições vigentes na economia internacional, onde observa-se, em termos gerais, expansão da atividade econômica e estabilidade monetária, após a grande crise de 2008.

Não obstante o quadro de recuperação da atividade econômica brasileira, a inflação controlada e os resultados positivos do setor externo, ainda persistem as dificuldades no campo fiscal.

A despeito das medidas adotadas com vistas ao reequilíbrio das contas públicas, o deficit primário – embora menor do que a meta fiscal de R$ 159 bilhões, fixada para o biênio 2017/2018 – deverá situar-se na faixa de R$ 130 bilhões em 2017, o que mantém a relação dívida pública/PIB em trajetória crescente desde 2014, quando evoluiu de 56,8% para 74,4% em novembro de 2017.

A atual conjuntura observada no campo fiscal, com forte restrição orçamentária, afeta consideravelmente o Serpro, cuja fonte de recursos advém, sobretudo, do Orçamento Geral da União – OGU. Por isso, a empresa tem adotado uma estratégia empresarial voltada à diversificação de sua carteira e à geração de novos negócios com foco na redução da dependência desses clientes.

Essa estratégia já apresenta resultados positivos, haja vista a expansão dos clientes fora do OGU, cuja participação no faturamento da empresa evoluiu de apenas 3%, em 2015, para 5%, em 2016, alcançando o patamar de 7,7% em 2017. Este fato, somado ao ganho de produtividade e manutenção do nível de despesas, foi determinante para o alcance do resultado positivo da empresa.

2. Principais realizações de 2017

As principais realizações de 2017 referem-se a soluções e produtos para melhorar a gestão do Estado e a vida dos cidadãos, aumentando a capacidade de geração de receitas com novos clientes e fontes alternativas de receitas, fora do orçamento da União.

Serviços sob medida

Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – Sisdepen: solução web para mapeamento do sistema penitenciário brasileiro, centralizador das informações sobre a população carcerária e unidades prisionais;

Carteira Nacional de Habilitação – CNH Digital: documento eletrônico com o mesmo valor jurídico da versão impressa, que pode ser acessado a partir de um aplicativo móvel, disponível nas lojas App Store e Google Play. Armazena todas as informações da carteira impressa, inclusive foto, em QR Code, garantindo maior autenticidade ao documento;

Sistema de Controle de Isenção de Imposto IPI e IOF – Sisen: automatização do processo de solicitação de isenção fiscal para compra de carros para táxi ou pessoas com deficiência, reduzindo o prazo de três meses para três dias;

Portal Único de Comércio Exterior – PUCOMEX: reduz em até 40% o tempo gasto na exportação de produtos brasileiros; e

Porto sem Papel para todos os segmentos de mercado: o sistema que revolucionou a gestão portuário agora está disponível para todos os segmentos de mercado, para agilizar a análise e a liberação de mercadorias.

Serviços multiclientes

Desde 2016, o Serpro atua em todos os segmentos de mercado, oferecendo produtos e serviços de baixa customização. O ano de 2017 foi um marco na consolidação dessa estratégia.

API (Application Programming Interface, ou Interface de Programação de Aplicações) Serpro: conjunto de APIs que dá acesso a dados governamentais. Estão disponíveis para contratação APIs do Cadastros de Pessoa Física – CPF, Pessoa Jurídica – CNPJ, Nota Fiscal Eletrônica – Nfe;

API Consulta CPF: permite a integração segura de aplicativos de terceiros com o Cadastro de Pessoas Físicas para consulta das informações públicas deste cadastro;

API Consulta CNPJ: permite a integração segura de aplicativos de terceiros com o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas para consulta das informações públicas do cadastro de empresas;

API Consulta NFe: permite a integração segura de aplicativos de terceiros para consultas de dados de Notas Fiscais Eletrônicas;

Blockchain: primeira plataforma blockchain para o Governo Federal. Tecnologia de validação inviolável que tem a descentralização como medida de segurança. Cria consenso e confiança na comunicação direta entre duas partes, sem o intermédio de terceiros. O protocolo é adequado para cenários que requerem privacidade e controle de identidade e permissões;

Datavalid: API capaz de verificar mais de uma dezena de itens de cadastro, incluindo identidade e foto, direto nas fontes de informações do governo, para uso em soluções de combate a fraudes;

Estaleiro: Plataforma como Serviço (PaaS) do Serpro. Permite a criação ágil de diversos tipos de software por meio de um ambiente preparado com uma gama de ferramentas de TI. O Serpro lançou uma plataforma completa de desenvolvimento e implantação em nuvem, com funcionalidades que suportam tanto aplicativos simples como sofisticados softwares governamentais ou empresariais;

Lince: serviço que possibilita a inserção criptografada de textos e imagens em um código bidimensional que, inserido em documentos, permite que a autenticidade, confiabilidade e integridade dos dados sejam verificadas;

Radar: sistema de gestão de infrações e penalidades de trânsito para administração federal, estadual ou municipal. O poder público pode economizar até R$ 1 milhão por ano no processamento das multas de trânsito;

SerproMail: serviço de e-mail e colaboração com plataforma integrada disponível para todos órgãos públicos. É oferecido em nuvem, hospedado em centro de dados seguro, o que garante a soberania dos dados;

Sistema de Notificação Eletrônica – SNE: solução centralizada, integrada e informatizada para a gestão das notificações eletrônicas relacionadas ao trânsito. Possibilita o pagamento de multas com 40% de desconto, aumentando a efetividade e rapidez nos pagamentos.

Além de outras tantas realizações, o Serpro também lançou uma plataforma de e-commerce para apoiar a entrega desses produtos e automatizar as vendas. Desde a contratação do produto até a prestação de contas, emissão de boletos para pagamento e notas fiscais dos serviços prestados, tudo é realizado nesse portal.

3. Estratégia corporativa

Em 2015, o resultado apurado no exercício indicou um prejuízo de R$ 355 milhões (http://www.serpro.gov.br/menu/quem-somos/transparencia1/contas_anuais/2015/ano-2015). Em 2016, foi acumulada uma perda de 63% (Patrimônio líquido de 2016 comparado com o de 2014 – fonte: balanço patrimonial) no patrimônio líquido, decorrente dos prejuízos aferidos desde 2015. O nível de endividamento atingiu patamares recordes, pelo efeito do aumento do passivo total, fortemente impactado por tributos em atraso e dívidas com fornecedores.

Diante desse cenário, foi definida uma estratégia para recuperação empresarial e alcance da sustentabilidade, recuperando o resultado econômico, de forma a garantir lucro suficiente para cobrir as despesas e possibilitar a retomada dos investimentos.

Reforçou-se o direcionamento de atuar na redução de despesas, no aumento do nível de satisfação dos clientes, na diversificação da carteira de negócio, na melhoria do tempo de entrega das soluções, utilizando tecnologias inovadoras e redesenhando os processos empresariais, para oferecer soluções ágeis e que agreguem benefícios ao cidadão e às empresas.

Assim o Serpro reafirma seu compromisso com a missão de "Conectar Governo e Sociedade com Soluções Digitais" e com a visão de "Ser Líder em Soluções Digitais para Governo e Sociedade", conforme descrito nos componentes estratégicos.

Componentes estratégicos do Serpro:

Missão:

Conectar governo e sociedade com soluções digitais.

Visão:

Ser líder em soluções digitais para governo e sociedade.

Valores:

- Segurança: soluções íntegras e confiáveis
- Excelência: conhecimento do negócio para entrega de soluções integradas de qualidade
- Responsividade: entregas com agilidade
- Proatividade: antecipação de soluções
- Responsabilidade: com as informações e soluções estratégicas para o Brasil
- Orgulho: uma empresa onde as pessoas praticam os princípios da ética e da integridade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Manter uma estratégia empresarial alinhada com as mudanças do ambiente é desafiador, especialmente porque o setor de tecnologia de informação se caracteriza por grande dinamismo.

O Serpro estabeleceu em 2014 um planejamento estratégico focado em 2022 e revisa a cada ano os objetivos e metas estabelecidos, mantendo um horizonte mínimo de cinco anos.

4. Desempenho econômico-financeiro

Após dois anos consecutivos de prejuízos, o Serpro apresentou lucro líquido de R$ 123 milhões em 2017, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Comparativo econômico-financeiro 2016/2017

DISCRIMINAÇÃO	2016	2017
Resultado	**R$ milhões**	**R$ milhões**
Receita líquida	2.138	2.383
Despesa operacional	2.320	2.123
Resultado líquido	-162	123
Valores patrimoniais	**R$ milhões**	**R$ milhões**
Imobilizado e intangível	608	560
Patrimônio líquido	410	636
Principais indicadores	**%**	**%**
Liquidez corrente	0,8	1,0
Margem líquida	-7,6	5,2
Margem EBITDA	-2,1	13,3

Esse resultado foi construído pelo incremento de 11,5% da receita operacional líquida. Por outro lado, houve também um decréscimo de 8,5% das despesas operacionais resultante, basicamente, da combinação dos seguintes fatos:

a) Redução de 0,8% das despesas com pessoal e benefícios, em face da queda de 4,1% do total das remunerações, que é o principal componente das despesas. O percentual da folha de pagamento em relação à receita líquida retrocedeu de 76%, em 2016, para 68% em 2017;

b) Redução de R$ 169 milhões das despesas judiciais, resultante de melhorias implementadas na gestão das ações judiciais, inclusive quanto à efetivação de acordos trabalhistas por ocasião da liquidação de processos;

c) Recuo das despesas de locação de software e de hardware (5,1%), serviços de telecomunicações (48,9%) e serviços profissionais contratados (7,1%), que resultaram numa economia de R$ 46,5 milhões, em face de ajustes implementados no conjunto dos gastos empresariais; e

d) Resultado financeiro relativamente equilibrado, com impacto positivo de R$ 37 milhões sobre o resultado líquido.

No que se refere ao patrimônio líquido (PL), a ampliação de R$ 226 milhões deveu-se aos seguintes eventos:

i. Lucro líquido de R$ 123 milhões; e

ii. Reavaliação atuarial dos benefícios pós-emprego junto ao plano de previdência complementar, o que implicou na redução do passivo, cuja contrapartida líquida resultou na ampliação de R$ 103,1 milhões do PL.

Em termos financeiros, o índice de liquidez corrente alcançou o equilíbrio no último bimestre de 2017, o que significa que as disponibilidades de recursos, a curto prazo, tornaram-se suficientes para cobrir as obrigações a pagar no horizonte dos próximos 12 meses. Esta melhoria de liquidez deveu-se ao acréscimo, em média, das disponibilidades mensais de caixa, que tornou possível reduzir o passivo circulante, especialmente as obrigações junto aos fornecedores.

Adicionalmente, a melhoria de desempenho da margem EBITDA refletiu a expansão da receita operacional líquida, assim como a redução das despesas operacionais, em especial as de natureza judicial e serviços de comunicações.

5. Negócios e serviços

O Serpro investiu na ampliação de seus negócios com um novo posicionamento empresarial e continua como protagonista da modernização do Estado brasileiro, oferecendo soluções digitais de alto valor agregado.

Desde 2016, a empresa trabalha com portfolio de soluções estruturado em três linhas de negócios – Serviços Sob Medida, Serviços de Informação e Serviços em Nuvem. Para tanto, envida esforços com o objetivo de ampliar sua visão de mercado, manter e conquistar novos clientes, estabelecendo parcerias e desenvolvendo soluções de interesse de todos os segmentos de mercado, que agreguem benefícios para a sociedade e tragam inovação no uso dos dados de governo.

As linhas de negócio mantêm as mesmas características de segurança e confiabilidade que acompanham a marca Serpro, oferecendo soluções inovadoras e cada vez mais eficazes.

Em 2017, foi ampliada a base de clientes, passando de 1.048 para 1.569 clientes com contratos ativos. Com relação a novas fontes de receita, cabe destacar o faturamento de R$ 227 milhões referentes a serviços prestados para clientes que não são vinculados ao Orçamento Geral da União – OGU.

São listados, a seguir, os principais serviços implementados em 2017, agrupados por cliente. Os serviços multiclientes são citados no item 2. Principais realizações de 2017.

Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB

Órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, responsável pela formulação de política tributária e pelo combate à sonegação fiscal, ao contrabando e à fraude comercial, bem como atos ilícitos relacionados ao comércio internacional. Essa Secretaria também administra os tributos de competência da União, inclusive os previdenciários, e os que incidem sobre o comércio exterior.

SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Pedido de Regularização de CPF via Internet	Nova versão do Pedido de Regularização de CPF via internet no sítio da RFB. Acrescida a possibilidade de atualizar dados cadastrais de CPF, tais como nome, endereço e telefone. Incrementado também o *QR Code* nos novos modelos de comprovantes de inscrição e situação cadastral do CPF.
Pagamento do Simples Nacional por Modalidades Eletrônicas	Implantação do sistema Débito Automático da Rede Arrecadadora – DARA, parte do projeto "Sistema de Pagamento do Simples Nacional por Modalidades Eletrônicas", constante do ACT – Sebrae. O DARA é um sistema novo que permite aos contribuintes cadastrarem seus domicílios bancários que poderão ser utilizados por diversos sistemas que aceitem a modalidade de pagamento via débito automático em conta-corrente para quitação de tributos.
Pagamento Online	"Sistema de Pagamento do Simples Nacional por Modalidades Eletrônicas", constante do ACT – Sebrae. Nova versão do sistema Comprovante de Pagamento, que passou a ser apresentado para o contribuinte, de forma imediata, logo após a confirmação do débito em conta online, permitindo verificação de autenticidade no sítio da RFB.
Parcelamento MEI - ACT SEBRAE	A implantação disponibilizou duas modalidades de parcelamentos, ordinário e especial, disponível no Portal do Simples Nacional e também no Portal e-CAC. Espera-se que sejam concedidos aproximadamente 600.000 novos parcelamentos por meio desta solução. O parcelamento especial deve impactar positivamente o volume da arrecadação, com expectativa de atingir 1,3 bilhão de reais em 5 anos, assim como impedir a exclusão dos contribuintes do Simples Nacional do Microempreendedor Individual – MEI por inadimplência. Também faz parte do escopo deste produto a carga de débitos de MEI que até então não eram controlados em sistemas de cobrança da RFB (cerca de 130 milhões de débitos).
Portal Único de Comércio Exterior – Modais Marítimo e Rodoviário	Novo pacote de produtos do PUCOMEX – Portal Único do Comércio Exterior. O Programa Portal Único de Comércio Exterior é uma iniciativa de reformulação dos processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro, de forma a torná-los mais eficientes e integrados entre todos os intervenientes do Comércio Exterior. A integração dos órgãos que atuam em recintos alfandegados, em particular nas inspeções físicas, reduzindo os tempos de importações e exportações sujeitas à intervenção de mais de um deles. Com esta implantação foram disponibilizados os modais marítimo e rodoviário no Novo Processo de Exportações, e a tela da Declaração Única de Exportação.

Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Órgão que tem como missão principal gerenciar as contas públicas, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade do gasto público. É parte integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, sendo o órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Contabilidade Federal.

SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
DARF Numerado – Evolução SIAFI	Evolução no SIAFI para permitir a realização do pagamento de contribuições tributárias não-previdenciárias por meio de DARF numerado.
Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM	Sistema para envio e análise dos pleitos de operações de crédito dos entes da Federação e preenchimento do Cadastro da Dívida Pública - CDP, com vistas a dar agilidade e eficiência, transparência, segurança e confiabilidade ao processo de contratação de operações de crédito.
Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC	Evolução do CAUC, que auxilia a Secretaria do Tesouro Nacional no gerenciamento e divulgação dos dados disponíveis nos cadastros de adimplência dos entes federados, para oferecer interface moderna e responsiva.

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE

Órgão que tem como competência, delinear, coordenar e executar as ações do Ministério da Fazenda – MF, no tocante à gestão das políticas de regulação de mercados, de concorrência e de defesa da ordem econômica, de forma a promover a eficiência, o bem-estar do consumidor e o desenvolvimento econômico

SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Sistema de Controle de Promoções Comerciais – SCPC	Automatiza o processo das Promoções Comerciais, desde o cadastramento da promoção, passando pela autorização, aditamento, fiscalização, geração de multas e prestação de contas da promoção.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Órgão da estrutura do Governo Federal responsável pelas políticas de gestão da administração pública federal, com vistas a fortalecer as capacidades do Estado para promoção do desenvolvimento sustentável e do aprimoramento da entrega de resultados ao cidadão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Sistema Integrado da Administração de Recursos Humanos – SIAPE	Implantação do módulo PDV 2017, permitindo redução de jornada de trabalho, licença incentivada e demissão voluntária. Evoluções no pagamento de consignações parciais e no cálculo automático das gratificações de desempenho, bem como acertos gerais do arquivo de crédito para atender necessidades dos bancos.
Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEPE	Implantada versão do Gerenciamento Eletrônico de Documentos, que disponibiliza arquivos digitalizados armazenados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Implantação do módulo Requerimento, que informatiza o processo de requerimentos. Evoluções no módulo Posto de Trabalho e Aprendizagem para atender os regimes jurídicos Professor Temporário, Celetista, Regime Militar e Estagiário. Novas funcionalidades do SIGEPE-Mobile - simulador de consignações e autorização de consignatárias e informações sobre férias.
Sistema de Gestão do Patrimônio da União – SPU	Implantação da emissão de DARF patrimonial, consulta de dados financeiros, consulta de dados cadastrais, emissão de certidões, cálculo de laudêmio, Certidão de Autorização para Transferência – CAT.
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF	Implantação da desburocratização no cadastramento de fornecedores.
Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG	Nova versão viabilizou o controle efetivo do quantitativo limite para adesões a atas do Sistema de Registro de Preços – SRP. Possibilitou o remanejamento de itens entre participante e não participante em atas de registro de preço e fluxo de adesão dos caronas. Disponibilizado do controle de contratos com gastos plurianuais e despesas de caráter continuado no cronograma de previsão de empenho.
Sistema de Controle de Diárias e Passagens – SCDP	Implantação do módulo *round trip*, com maiores possibilidades para a seleção de voos.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda – SPOA/MF

Órgão da estrutura do Governo Federal que tem por função administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de documentação e arquivos, no âmbito do Ministério da Fazenda.

SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Sistema Integrado de Gestão do Processo Orçamentário do Ministério da Fazenda – SIGPRO	Sistema Integrado de Gestão do Processo Orçamentário do Ministério da Fazenda – SIGPRO. Atualizado com informações em D-1 do SIAFI, proporciona aos gestores visão dos Limites de Movimentação e Empenho – LME e créditos disponíveis.

Ministério da Justiça

Órgão da estrutura do Governo Federal responsável pela defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos, das garantias constitucionais, pela segurança pública, pela defesa da ordem econômica nacional e direitos do consumidor, além da prevenção e da repressão à lavagem de dinheiro.

SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Sistema de Procedimentos Policiais Eletrônicos – PPE	Implantação da solução em oito estados brasileiros. Inclusão de outros procedimentos policiais (TCO, BOC, IP, APF, AIAI, AAFAI) com possibilidade de registro e controle das investigações de todo o tipo de crime.
Sistema de Informações de Segurança Pública – INFOSEG	Implantação da Consulta por Lote, que permite a consulta por meio do *upload* de arquivo contendo grande volume de dados. Busca avançada e integração dos registros de diversas bases, como Desaparecidos, Depen-Siapen, Rais-Trabalhador e Rais-Estabelecimento.
Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN	Implantação dos módulos de Informações Penitenciárias e Segurança, módulo Custodiado, módulo de Gestão Prisional. Publicação do Tutorial do módulo de Informações Penitenciárias, Controle de Acesso e Custodiado.

Departamento de Polícia Federal – DPF/MJ

Instituição policial brasileira, subordinada ao Ministério da Justiça, cuja função, de acordo com a Constituição de 1988, é exercer a segurança pública para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, bem como dos bens e interesses da União, exercendo atividades de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, repressão ao tráfico de entorpecentes, contrabando e descaminho, e exercendo com exclusividade as funções de polícia judiciária da União.

SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Sistema Nacional de Passaportes – SINPA	Integração para validação de informações on-line com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE e com o Serviço Militar – SERMIL.
Sistema de Tráfego Internacional – STI	Adequação à nova lei de migração em novembro de 2017. Módulo de Alertas e Restrições – Integração com MRE para verificação de vistos denegados.
Sistema de Gestão Eletrônica de Segurança Privada – GESP	Implantação de mecanismo de controle de cobrança de multas e implantação de novo fluxo de processos de atos constitutivos.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN

Órgão da Administração Federal que tem como missão prover justiça fiscal e assegurar recursos à sociedade com integridade e respeito ao cidadão.

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Sistema de Parcelamento Parametrizado – SISPAR	Implementado Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (Medida Provisória 783/2017, Lei nº 13.496/2017).
Sistema de Cobrança Administrativa – COBRA	Versão 1.0 do Sistema de Cobrança Administrativa.

Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN

Órgão máximo executivo do Sistema Nacional de Trânsito, sendo uma autarquia ligada ao Ministério das Cidades – MCID. Tem como objetivo principal fiscalizar e fazer cumprir a legislação de trânsito e a execução das normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, bem como supervisionar e coordenar os órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização da execução da Política Nacional de Trânsito.

O Serpro provê ao DENATRAN a tecnologia responsável pela administração, dentre outras, de três bases de dados nacionais: o Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam, o Registro Nacional de Condutores Habilitados – Renach e o Registro Nacional de Infrações – Renainf.

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Sistema de Controle e Emissão de Certificados de Segurança Veicular – SISCSV	Sistema para realização de inspeções veiculares. Mantém os registros e as imagens das inspeções realizadas para emissão do Certificado de Segurança Veicular. Utilizado pelos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal e pelas mais de 350 empresas credenciadas pelo DENATRAN.
Registro Nacional de Infrações – Renainf 2.0	Nova versão do sistema de Registro Nacional de Infrações – Renainf, que permite o recebimento de todas as infrações de trânsito registradas pelos órgãos autuadores.
Renainf 2.0 *Batch* – Processamento de Arquivos	A pedido do Detran-SP, que possui grande volume de infrações, foi implementado processamento em lote, para reduzir o processamento de transações em horários de pico. Instrumental para adesão do Detran-SP ao Renainf 2.0.
***QR-Code* na Carteira Nacional de Habilitação – CNH**	Agregado novo item de segurança à CNH impressa: código bidimensional (*QR-Code*) com a foto do condutor, todos os dados variáveis da CNH, a assinatura do condutor e a assinatura do Emissor. Essa solução possibilita a validação da integridade dos dados e imagem da CNH por meio de um aplicativo móvel oficial, o Lince, desenvolvido pelo Serpro.
CNH Digital	Primeiro documento eletrônico do Brasil, a CNH Digital é uma solução tecnológica embarcada em um aplicativo móvel disponível para download nas plataformas Android e iOS, que permite ao cidadão portar a Carteira Nacional de Habilitação em sua forma eletrônica.
Painel de Informações de Exames Toxicológicos	Painel de Informações de Exames Toxicológicos, composto por informações estatísticas das bases de dados do DENATRAN. Ele pode ser contratado por outras entidades interessadas que precisem de acesso ao mesmo tipo de informação.
Banco de Imagens do Renainf	*Webservice* para receber imagens das infrações de trânsito autuadas por equipamentos eletrônicos, para exibição nas consultas de infrações dos sistemas do DENATRAN, especialmente o SNE.

6. Operações, infraestrutura e logística

Em continuidade ao que a empresa realizou nos anos anteriores, investiu-se em tecnologias que assegurem o pleno funcionamento do parque instalado e dos serviços para os clientes. Equipamentos de rede, como switches e balanceadores, foram substituídos no centro de dados, bem como realizados investimentos em *mainframes*, unidades de armazenamento e servidores. O segmento de segurança também foi contemplado com ferramentas que visam a proteção eficaz dos dados.

Os investimentos buscaram atender demandas prementes de manutenção de toda a empresa, mas também se destinaram à inovação e novas tecnologias que permitam que o Serpro se fortaleça como direcionador de soluções digitais para todo o Governo.

Infraestrutura operacional

Os investimentos no ambiente operacional em 2017 totalizaram cerca de R$ 98 milhões, distribuídos nos diferentes segmentos de tecnologia:

Plataforma alta (*mainframe*): atualização da capacidade produtiva da plataforma *mainframe*, nos centros de dados em Brasília e São Paulo, bem como aquisição de uma unidade de virtualização de fitas magnéticas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

OBJETO	Valor Total (milhões)
Expansão do *mainframe*	R$ 50

Plataforma baixa: aquisição de servidores para atualizar parque e atender projetos e serviços.

OBJETO	Valor Total (milhões)
Aquisição de servidores	R$ 4

Infraestrutura de rede: modernização da infraestrutura de rede, acompanhando a atualização tecnológica dos centros de dados

OBJETO	Valor Total (milhões)
Equipamentos para infraestrutura de rede	R$ 20

Armazenamento: aquisição de armazenamento de conteúdo fixo para migração de conteúdo e para atender o crescimento de serviços como o Sistema Público de Escrituração Contábil - SPED, o Escrituração Digital Contábil – EFD, e-Financeira, o Sistema de Coleta de Informações Trabalhistas, Previdenciárias e Tributárias - eSocial, o Portal Único Comércio Exterior – PUCOMEX, a Coleta Nacional – Controle de Obrigações Acessórias, o Sistema de Controle de Isenção de Imposto IPI e IOF – Sisen, Controle de Crédito PIS/COFINS-EFD, Nota Fiscal Eletrônica de Serviço, Consultar Processos Digitais – e-Processo.

OBJETO	Valor Total (milhões)
Aquisição de armazenamento em disco	R$ 5

Segurança: os investimentos em segurança da informação privilegiaram a adoção de medidas de proteção mais eficientes para o grande volume de dados sob guarda da empresa, redução do risco de prejuízos de imagem dos clientes e do Serpro, e maior confiabilidade às ações de perícia técnica em apoio a auditorias e sindicâncias.

OBJETO	Valor Total (milhões)
Soluções de segurança	R$ 10

Licenças de software: relicenciamento e contratação de novas licenças

OBJETO	Valor Total (milhões)
Licenças de Software	R$ 9

Infraestrutura logística

A atuação da área logística teve foco na prestação de serviços contínuos com custos menores e sem comprometer a qualidade. Foram adotadas ações de renegociação de preços dos processos de logística, alinhando-os à gestão de contratos terceirizados, buscando inovações e alternativas à prestação dos serviços.

Os investimentos planejados somaram R$ 4,1 milhões, sendo que o valor empenhado foi de R$ 1,7 milhões.

7. Governança corporativa

A empresa deu continuidade, em 2017, à implantação e consolidação de boas práticas de governança e gestão iniciadas em 2016. As ações concentraram-se nos mecanismos, nos processos e nas estruturas para atender às determinações dos marcos regulatórios de governança para as empresas estatais – à Lei 13.303/2016, ao Decreto 8.945/2016 e às resoluções da Comissão Interministerial de Governança e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR (Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR.), além de diretrizes estratégicas dos colegiados de governança.

Um marco relevante de governança em 2017 foi a revisão do Estatuto Social do Serpro, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em março. Dentre as principais mudanças destacam-se:

Revisão dos órgãos estatutários, com a inclusão da Assembleia Geral e do Comitê de Elegibilidade;

Alteração da nomenclatura de Conselho Diretor para Conselho de Administração, tornando mais aderente à terminologia utilizada no mercado. Revisão das competências do Conselho de Administração, para modernizar a governança da empresa e atender às determinações legais;

Revisão da composição do Conselho de Administração incluindo membros independentes e representante dos empregados; e

Determinação quanto à independência de atuação da área de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos.

A função gestão de riscos, controles internos e conformidade foi remodelada em 2016, com a criação de uma estrutura especializada e responsável por esses assuntos, bem como implantado o Comitê Estratégico de Governança, Riscos, Controles e Segurança da Informação. A Política de Gestão de Riscos, Controles e Conformidade segue o conceito das três linhas de defesa: os empregados e gestores de cada processo atuam na primeira linha, a área corporativa de gestão de riscos e controles interno atua na segunda linha e a auditoria interna atua na terceira linha de defesa. A política e a metodologia estão alinhadas com a norma internacional ISO 31.000 e as melhores práticas de mercado.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos, Controles e Conformidade, a metodologia de gestão de riscos e controles internos foi aplicada no ano de 2017 ao planejamento estratégico, aos projetos estratégicos e nos principais processos de exposição a riscos da empresa.

O Código de Ética, Conduta e Integridade do Serpro foi revisado em 2017. Para tanto, passou por processo de coleta de sugestões junto ao corpo funcional, visando ampliar o nível de conhecimento e comprometimento de empregados e gestores.

Fortalecendo o comprometimento com a integridade, a ética, a transparência e o alinhamento com as políticas públicas de governo, o Serpro aderiu ao Programa de Fomento à Integridade Pública – Profip. O programa é uma iniciativa do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU que tem o objetivo de incentivar e capacitar as entidades vinculadas ao Poder Executivo Federal a implementarem Programas de Integridade.

Para garantir a transparência das informações previstas na Lei de Acesso à Informação e na Lei 13.303/2016, o portal do Serpro (www.serpro.gov.br) foi revisado, com destaque para a publicação das atas das reuniões da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Em novembro de 2017, o Serpro conquistou o certificado Índice de Governança-SEST Nível 2. O IG-SEST é um instrumento desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que busca conformidade com as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência para as empresas estatais federais de controle direto da União. Das 48 estatais avaliadas pela SEST, o Serpro figura entre as 12 melhores empresas públicas da esfera federal.

A gestão corporativa foi aperfeiçoada com a implementação de competências e alçadas financeiras exercidas de modo compartilhado e colegiado. Outros fatos que colaboraram para melhoria da empresa fora, o aprimoramento dos normativos e do sistema de processo decisório, a definição de requisitos de designação para cargos de confiança e a implantação do orçamento gerencial.

A sistemática de remuneração atribuída aos empregados que exercem responsabilidades de natureza gerencial, de assessoramento ou de supervisão também foi revista. A nova metodologia procurou eliminar a subjetividade e a pessoalidade por meio da definição de critérios objetivos quanto à abrangência, à responsabilidade e ao risco das atividades realizadas, padronizando os valores de gratificação conforme esses critérios.

As demonstrações contábeis da empresa são elaboradas de acordo com as recomendações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as melhores práticas internacionais. Trimestralmente, as demonstrações são auditadas por uma empresa de auditoria independente e apreciadas pelos Conselhos Fiscal e de Administração.

Posteriormente, são submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e autorização para publicação.

Como destaque no âmbito de gestão de custos operacionais, foi realizado o programa de aposentadoria incentivada, que resultou na saída de mais de 900 empregados de junho de 2016 a dezembro de 2017, além de instituída a carga horária de seis horas, com adesão opcional e redução proporcional de salário. Obteve-se também uma redução de 20% da quantidade de funções comissionadas existentes em junho de 2016, sendo extintos órgãos do nível diretivo-estratégico da estrutura organizacional, o que gerou uma economia de mais de R$ 10 milhões de junho de 2016 a dezembro de 2017.

Destacam-se, ainda, outros ganhos relacionados à gestão empresarial:

Fortalecimento do foco no cliente;

Redesenho da estrutura do nível tático-operacional, revisão das responsabilidades das unidades, centralização de atribuições afins e revisão das amplitudes de comando;

Ampliação do portfólio de negócios, com investimento em novos produtos e abertura de novos mercados;

Início da implementação de uma estratégia de TI bimodal, refletidas na reestruturação das áreas de operação;

Organização das áreas de desenvolvimento de produtos multiclientes, sistemas sob medida e soluções corporativas;

Integração de áreas de gestão da transparência, ouvidoria e corregedoria, propiciando a atuação coordenada no combate de atos lesivos à gestão corporativa; e

Término da intervenção no Fundo Multipatrocinado – Serpros (entidade fechada de previdência complementar).

Além de todo o arcabouço legal que direciona e rege a atuação das empresas públicas, o Serpro segue o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

Ações educacionais em governança corporativa

O Serpro, em 2017, promoveu diversas ações educacionais referentes à temática Governança Corporativa para os gestores e para o corpo funcional.

Em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, foi ministrado, em novembro de 2017, o curso Melhores Práticas de Governança Corporativa para os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Elegibilidade.

Como parte integrante da Grade Básica do Gestor - Ciclo 2017, destinada aos ocupantes de função de confiança de natureza gerencial, de assessoramento e de supervisão, foram ministradas as seguintes palestras: Gestão de Riscos e Controles Internos, Gestão Financeira, Integridade no Serpro – Conceitos Essenciais e Conformidade Institucional – Conceitos Básicos. Para o corpo funcional, foi realizada palestra com o tema Ética e Boa Governança no Setor Público.

O Serpro, em parceria com a Alliance for Integrity (Iniciativa global fomentada pelo Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ) e implementada pela agência de cooperação alemã GIZ.) e a Corregedoria Geral do Distrito Federal - CGDF, realizou, em outubro de 2017, o evento Debates para Integridade – Diálogo Público Privado, que teve como objetivo promover e discutir a temática integridade entre os órgãos públicos e empresas, parceiros de negócios e outros atores relevantes do sistema econômico.

Destacam-se, ainda, ações de comunicação interna por meio da disponibilização de vídeos de curta duração, gravados com auditores do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU, denominados Pílulas de Integridade. Foram veiculados 12 vídeos para os empregados e terceiros que prestam serviços à empresa, buscando sensibilizá-los para a importância dessa temática.

8. Gestão de pessoas

A empresa, ao longo do ano de 2017, realizou várias ações visando o aprimoramento das práticas de gestão de pessoas. A capacitação dos empregados está sempre presente nos objetivos do Serpro, tendo sido realizadas diversas atividades, entre elas o Congresso Serpro de Tecnologia e Gestão Aplicadas ao Serviço Público – ConSerpro e a QuartaTec, um ciclo de palestras que aborda conceitos de tecnologias emergentes. Destacam-se a seguir as principais ações de gestão de pessoas em 2017.

Teletrabalho

A modalidade teletrabalho foi suspensa temporariamente para adequação às novas exigências trazidas pelas alterações da CLT (Lei Nº 13.467/2017), o que fez os empregados que aderiram a essa modalidade retornarem ao regime presencial. O novo desenho dessa modalidade está sendo reformulado, para o que foram coletadas sugestões dos empregados.

Políticas de diversidade

Realizada adequação da Política de Equidade de Gênero e Raça e Respeito à Diversidade, expandindo o escopo para abarcar ações institucionais de Respeito à Diversidade, tendo como referência o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sistemas e processos

Para cumprimento de exigências legais impostas pelo eSocial, foram implantadas adaptações dos sistemas internos e revisão cadastral dos dados do Sistemas de Gestão de Pessoas – SGP. Ainda sob o tema de regulamentação de processos, foi entregue a primeira etapa do novo Sistema de Controle de Frequência – SISCOPWEB, que abrange as regionais de Belém, Florianópolis e as áreas de gestão de pessoas das regionais de Salvador e Porto Alegre.

No ano de 2017, as principais melhorias em Gestão de Pessoas foram as seguintes:

Atualização do processo de promoção por mérito dos empregados regidos pelo Plano de Gestão de Carreiras do Serpro – PGCS;

Instituição de requisitos mínimos para acesso às funções de confiança;

Alinhamento do processo do Gerenciamento de Desempenho dos Empregados do Serpro – GDES com o cronograma da estratégia empresarial;

Ações educacionais vinculadas ao planejamento estratégico: capacitação em atendimento, comercialização e negociação;

Ciclo de Ações Educacionais com destaque para a capacitação em novas competências organizacionais e funcionais;

Criação da ferramenta "Meu Painel", acessível via Intranet, para os empregados acompanharem a evolução das ações educacionais que realizam;

Realização de edições do QuartaTec, evento relacionado ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, para ampliar o conhecimento dos profissionais de TI em tecnologias emergentes e fomentar o crescimento acadêmico;

Realização do 13º Congresso Serpro de Tecnologia e Gestão aplicadas a Serviços Públicos – ConSerpro, que dá visibilidade e oportunidade de mostrar competências internas e o potencial criativo e inovador dos empregados e equipes;

Lançamento da plataforma gamificada "Meu Serpro", para estimular a participação dos empregados no processo de planejamento estratégico.

Módulo de incentivo a Ações de Preparação para Aposentadoria – APA

O programa de incentivo à aposentadoria foi lançado para reduzir os custos fixos de mão de obra. A ação permitiu o desligamento incentivado de 333 empregados em 2017, totalizando 965 desligamentos desde o início do módulo, em 2016:

Economia APA 2017	R$ 101.209.206,11
Despesa de Pessoal	R$ 1.619.787.544,27
Despesa + Economia	R$ 1.720.996.750,38
% Economia APA 2017	5,88%

Perfil dos empregados do Serpro

		2016	2017
Empregados		10.039	9.602
	Feminino	4.137	3.897
	Masculino	5.902	5.705
Escolaridade		10.039	9.602
	Ensino fundamental	329	304
	Ensino médio	3.565	3.323
	Ensino superior	5.129	4.973
	Especialização, Mestrado e Doutorado	1.016	1.002

9. Governança e inovação em Tecnologia da Informação (TI)

Em 2017, o Serpro elaborou o Plano Estratégico de TI – PETI e o Plano Diretor de TI – PDTI, bem como formalizou o Comitê de Governança de TI, conforme orientação da Resolução CGPAR 11/2016.

O PETI permitiu definir diretrizes para suportar os objetivos estratégicos da empresa e direcionar as iniciativas de TI.

O PDTI foi elaborado para dar transparência aos principais riscos e investimentos em tecnologia, definir as áreas e a força de trabalho de TI e para transformar a lista de resultados esperados em iniciativas, projetos e programas do portfólio de TI. O Comitê de TI priorizou as iniciativas conforme o orçamento estabelecido para 2017, com atenção especial às necessidades dos clientes, modernização tecnológica e inovação.

Por fim, foi revisto o processo de desenvolvimento de soluções corporativas do Serpro, para garantir os mesmos padrões de qualidade e eficiência alcançada nas soluções de clientes.

Inovação

O Serpro prospectou e disponibilizou novas tecnologias para impulsionar o desenvolvimento de soluções digitais para governo e sociedade, com uma atuação mais proativa, antecipando necessidades e melhor atendendo os clientes.

Em 2017, o Serpro implantou a API Serpro, uma plataforma gerenciadora de API. Esta plataforma serve para disponibilizar informações governamentais públicas para o setor privado.

Na linha de inovação BigData foi entregue a Plataforma de Análise de Dados - GovData. Além do resultado comercial, o processo de construção do GovData proporcionou aos empregados especialização no tratamento de grandes fontes de dados, tanto aquelas tradicionalmente hospedadas na empresa, quanto em bases oriundas de diversos órgãos federais. Atualmente, cerca de 100 funcionários, de mais de 25 órgãos, foram capacitados na Plataforma GovData, colaborando para o avanço da administração pública.

Ainda em 2017, foram iniciados estudos para construção de serviços baseados em inteligência artificial. A proposta é criar uma camada de negócios para interação com APIs de computação cognitiva (Inteligência Artificial, Aprendizado de Máquina e Aprendizagem Profunda). As principais vantagens dessa abordagem são preservar a inteligência de negócio dentro do Serpro, o sigilo dos dados e dar independência ao Serpro e seus clientes em relação aos fornecedores de computação cognitiva.

Dentro do contexto Aprendizado de Máquina, foi criado um framework para desenvolvimento de chatbots, possibilitando ao Serpro aprimorar os serviços ofertados a seus clientes. Esse framework foi usado na execução de dois projetos-pilotos: um chatbot para microempreendedores individuais, com orientações sobre abertura de empresas, e um chatbot sobre compras governamentais.

Está em fase de prospecção tecnológica a plataforma Serpro de Internet das Coisas – IoT. A partir dessa plataforma, o Serpro será capaz de atender a novas demandas de negócios no campo de IoT governamental.

Também em 2017 foi executado o projeto Laboratório Blockchain, que teve como objetivo prospectar soluções baseadas na Tecnologia de Livro-Caixa Distribuído (do inglês Distributed Ledger Technology – DLT, é um conceito de contabilidade que registra uma transação. A tecnologia de Blockchain é uma forma de construir blocos de transações que são replicadas em uma rede. A replicação massiva garante a fidelidade dos dados, já que é virtualmente inviável fraudar todos os nós de uma rede blockchain.) para habilitar o Serpro a prover o Blockchain como Serviço (do inglês Blockchain as a Service – BaaS). A tecnologia selecionada foi a Hyperledger Fabric 1.0, uma solução DLT de categoria empresarial, de código aberto. Esta é a mesma solução adotada pela IBM e Oracle, entre outras, conferindo ao Serpro a possibilidade de integrar nós criados em seu serviço de Blockchain com nós de redes construídas por estas outras empresas.

Outra iniciativa inovadora impulsionada pelo Serpro foi o desenvolvimento de tecnologia para permitir a oferta do serviço de certificado digital em nuvem. Essa nova modalidade de certificado digital, que foi normatizada na ICP-Brasil em novembro de 2017, permitirá obter o mesmo nível de segurança dos certificados armazenados em token criptográfico, porém sem a necessidade dos mesmos. As chaves ficarão armazenadas em nuvem e a autorização de uso será feita via dispositivos móveis, como smartphones e tablets. A tecnologia virou produto e está sendo comercializada.

10. Responsabilidade social

A seguir são apresentadas as principais ações e resultados do Serpro no âmbito da Responsabilidade Social durante o ano de 2017.

Menina de TI

O projeto Menina de TI foi criado, em 2015, para estimular o conhecimento de adolescentes meninas sobre as carreiras do mercado de TI, o aumento do número de meninas que ingressam em cursos e faculdades de TI e a entrada de um número crescente de mulheres no mercado de tecnologia. A primeira turma foi executada no Serpro em junho de 2016. As meninas adolescentes matriculadas no Ensino Médio e Ensino Técnico e mulheres matriculadas em curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) são o público-alvo desse projeto, que está alinhado às políticas governamentais de inclusão de Gênero e Raça. O Serpro atualizou o projeto no ano de 2017 e iniciou uma negociação para parceria com o Governo do Distrito Federal e a Secretaria de Políticas para Mulheres a fim de implementar o projeto com esses órgãos a partir de 2018.

Telecentros

Espaço destinado a fornecer acesso à informação para que os cidadãos possam participar de políticas e programas informatizados de Governo, como o Portal do Empreendedor, ProUni, Enem, Minha Casa Minha Vida, entre outros. Em 2017 o Serpro doou 67 equipamentos, atingindo a marca de 602 telecentros distribuídos em 10 estados da Federação. A quantidade de bens disponíveis para doação aos Telecentros diminuiu em 2017 em virtude da Lei 13.019/2014, que tornou obrigatório a chamada pública para doações à Sociedade Civil.

Espaço Serpro Cidadão

Espaço nas dependências das regionais, que disponibiliza à sociedade computadores conectados à Internet e locais de estudo, com utilização orientada e supervisionada por monitores. Em 2017, esse espaço contabilizou mais de 38 mil acessos.

Escola Serpro de inclusão digital

O ambiente virtual de aprendizagem foi desenvolvido em 2011 para oferecer cursos gratuitos a qualquer cidadão com acesso à Internet.

Há cinco anos a quantidade de alunos cadastrados cresce acima de 10% ao ano. Em 2017, havia 20.407 alunos cadastrados, 15% a mais que 2016.

Ações corporativas

O Serpro conduziu inúmeras ações corporativas de responsabilidade social em 2017, dentre elas:

Descarte de resíduos eletroeletrônicos

O Serpro desenvolveu, em 2017, uma campanha de incentivo ao descarte consciente, fazendo com que a sede e regionais hospedassem postos de recolhimento dos programas municipais de descarte responsável. Esse resíduo é encaminhado a um processamento especializado. Em 2017, foram recolhidos duas toneladas de lixo.

Recolhimento de pilhas

A sede do Serpro e a regional Brasília mantêm coleta permanente deste material. As pilhas são encaminhadas periodicamente ao Ministério do Meio Ambiente, para descarte ambientalmente correto. Em 2017, foram recolhidas 5.854 unidades.

Papa-Cartão

O Serpro em Brasília (sede e regional), colocou à disposição dos empregados o equipamento Papa-Cartão, uma parceria com a Câmara dos Deputados. No total, essas duas unidades trituraram mais de 5.500 cartões, posteriormente encaminhados para reciclagem.

Campanha 1 Copo por Dia

A meta dessa campanha era reduzir o consumo de copos plásticos por meio da conscientização dos empregados. Entre julho e agosto de 2017, a campanha obteve uma redução de 42% na quantidade de copos consumidos, reduzindo-se de cerca de 475 mil copos em junho de 2017 para, aproximadamente, 273 mil copos em agosto.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e comprometimento dos empregados, administradores, conselheiros e órgãos de supervisão, bem como a confiança de nossos clientes e da sociedade.

Administradores

Conselho de Administração
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Nerylson Lima da Silva
Nina Maria Arcela
Iêda Aparecida de Moura Cagni
Igor Montezuma Sales Farias
Maria da Glória Guimarães dos Santos
Marcelo Daniel Pagotti

Diretoria-Executiva

DIRETORA-PRESIDENTE: Maria da Glória Guimarães dos Santos
DIRETOR DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES: André de Cesero
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Iran Martins Porto Júnior
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO: Antônio de Pádua Ferreira Passos
DIRETORA DE GOVERNANÇA E GESTÃO: Izabel Cristina da Costa Freitas
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO: Antonio Luiz Fuschino

Balanço Patrimonial

Em milhares de R$

Ativo	NE	2017	2016
Circulante		**726.739,0**	**621.382,6**
. Caixa e Equivalentes de Caixa	4	**232.780,5**	**252.297,8**
. Ativos Financeiros		**265,7**	**262,3**
. Créditos a Receber		**391.467,0**	**200.423,7**
Clientes	6	336.880,0	134.725,3
Ressarcimento de Pessoal	7	53.250,6	64.406,8
Créditos Diversos a Receber		1.336,4	1.291,5
. Créditos Tributários	8	**95.909,6**	**164.015,5**
. Bens e Valores em Circulação		**556,3**	**667,4**
. Despesas Antecipadas		**5.759,9**	**3.715,8**
Ativo não circulante mantido para venda *		**246,0**	**246,0**
Não Circulante		**2.861.532,5**	**3.024.411,5**
. Realizável a Longo Prazo		**2.300.836,7**	**2.416.622,8**
Depósitos Judiciais e Recursais	9	280.146,8	262.342,0
Ressarcimento de Pessoal	10	1.545.064,3	1.636.108,0
Créditos Tributários	11	415.273,6	457.701,5
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	13	60.246,8	60.366,2
Outros Ativos		105,1	105,1
. Imobilizado	14	**494.540,0**	**492.621,8**
. Intangível	15	**66.155,8**	**115.166,9**
Total do Ativo		**3.588.517,5**	**3.646.040,1**

Passivo	NE	2017	2016
Circulante		**725.540,7**	**805.023,6**
. Consignações	16	**65.997,4**	**76.626,7**
. Tributos e Encargos Sociais	17	**119.336,1**	**94.545,5**
. Depósitos Diversas Origens		**990,8**	**977,5**
. Obrigações a Pagar		**539.216,4**	**632.873,8**
Fornecedores	19	186.309,1	307.999,9
Pessoal a Pagar e Encargos Trabalhistas	20	316.089,8	280.238,6
Plano de Previdência Complementar		36.631,6	44.627,5
Outras Obrigações		185,9	7,8
Não Circulante		**2.226.405,0**	**2.430.541,7**
Fornecedores		118,0	1.455,0
Obrigações Tributárias	21	71.471,3	91.232,7
Provisões Trabalhistas e Cíveis	22	1.643.979,3	1.754.564,2
Plano de Previdência Complementar	25	509.127,8	579.397,3
Receita Diferida		1.212,5	3.396,3
Outras Obrigações		496,1	496,1
Patrimônio líquido		**636.571,8**	**410.474,8**
. Capital	23.1	**1.061.004,8**	**1.061.004,8**
. Reservas de Reavaliação	23.2	**138.214,2**	**138.214,2**
. Outros Resultados Abrangentes	30.1.5	**(376.030,8)**	**(479.133,2)**
. Lucros/Prejuízos Acumulados	23.3	**(186.616,4)**	**(309.611,0)**
Total do Passivo		**3.588.517,5**	**3.646.040,1**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas.

(*) O valor do ativo não circulante mantido para venda foi reclassificado retrospectivamente, uma vez que estava indevidamente registrado como propriedade para investimento no exercício 2016.

Demonstração do Resultado do Exercício

Em milhares de R$

	NE	2017	2016
Receita Operacional Líquida		**2.382.900,6**	**2.138.332,7**
Custo dos Serviços Prestados	24.2	**(1.113.704,2)**	**(1.118.442,7)**
Lucro Bruto		**1.269.196,4**	**1.019.890,0**
Despesas Operacionais (exceto resultado financeiro)		**(1.094.843,0)**	**(1.205.726,6)**
Despesas com Pessoal e Benefícios		(881.108,6)	(839.474,9)
Depreciação e Amortização		(50.429,9)	(44.718,5)
Locação		(24.010,5)	(19.603,8)
Manutenção		(54.924,5)	(41.694,3)
Serviços de Comunicação		-	(2.103,6)
Serviços Profissionais e Contratados		(42.890,5)	(47.242,0)
Serviços Públicos		(16.901,1)	(14.840,6)
Resultado com Créditos a Receber		(4.673,2)	(8.004,4)
Despesas Tributárias Diversas		(3.843,2)	(4.279,0)
Materiais		(5.158,8)	(4.295,7)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Demonstração do Resultado do Exercício

Em milhares de R$

	NE	2017	2016
Outras Despesas/Receitas		6.531,0	6.966,4
Resultado com Ações Judiciais		(17.433,7)	(186.436,2)
Resultado Financeiro		**641,0**	**(37.242,5)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**174.994,4**	**(223.079,3)**
Tributos sobre o lucro		**(51.880,3)**	**60.768,3**
Tributos correntes		(62.564,0)	
Tributos diferidos		10.683,7	60.768,3
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		**123.114,1**	**(162.311,0)**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Em milhares de R$

	Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2016	**1.061.004,8**	**138.214,2**	**(245.138,6)**	**(149.896,7)**	**804.183,8**
Lucros/Prejuízos Líquido			**(64.472,4)**		**(64.472,4)**
Resultado Líquido do Período			(162.311,0)		(162.311,0)
Ajustes de Passivos Atuariais			148.240,3		148.240,3
IR/CSSLL sobre ajustes de Passivos Atuariais			(50.401,7)		(50.401,7)
Outros Resultados Abrangentes				**(329.236,5)**	**(329.236,5)**
Ajustes de Instrumentos Financeiros				(519,7)	(519,7)
Ajustes de Passivos Atuariais				(498.055,7)	(498.055,7)
IR/CSSLL sobre ajustes de Passivos Atuariais				169.339,0	169.339,0
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.061.004,8**	**138.214,2**	**(309.611,0)**	**(479.133,2)**	**410.474,9**

	Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 janeiro de 2017	**1.061.004,8**	**138.214,2**	**(309.611,0)**	**(479.133,2)**	**410.474,8**
Ajuste de Exercícios Anteriores			(119,4)		(119,4)
Saldo em 01 janeiro de 2017 ajustado	**1.061.004,8**	**138.214,2**	**(309.730,5)**	**(479.133,2)**	**410.355,4**
Lucros/Prejuízos Líquido			**123.114,1**	**103.102,3**	**226.216,4**
Resultado Líquido do Período			123.114,1		123.114,1
Outros Resultados Abrangentes				**103.102,3**	**103.102,3**
Ajustes de Instrumentos Financeiros				3,4	3,4
Ajustes de Passivos Atuariais				156.210,6	156.210,6
IR/CSSLL sobre ajustes de Passivos Atuariais				(53.111,6)	(53.111,6)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**1.061.004,8**	**138.214,2**	**(186.616,4)**	**(376.030,8)**	**636.571,8**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração do Fluxos de Caixa

Em milhares de R$

	2017	2016
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	2.554.301,3	2.464.504,5
Recebimentos de Clientes – exercícios anteriores	125.931,1	386.414,9
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	276.716,0	256.145,2
Outros Recebimentos	49.295,1	36.863,1
Receita de Compensação Tributária	160.242,7	134.950,4
Tributos e Encargos – inclusive compensação tributária	(642.945,6)	(594.723,0)
Pessoal e Encargos – inclusive compensação tributária	(1.874.528,1)	(1.939.240,1)
Sentenças Judiciais	(47.742,9)	(50.817,1)
Pagamentos a Fornecedores	(486.776,0)	(370.285,8)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	**114.493,7**	**323.811,9**
Atividades de Investimentos		
Imobilizado/ Intangível	(134.011,0)	(127.051,9)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)	**(134.011,0)**	**(127.051,9)**
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b)	**(19.517,4)**	**196.760,0**
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	**252.297,8**	**55.537,9**
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	**232.780,5**	**252.297,8**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de R$

	2017	%	2016	%
Receitas	**2.923.851,15**	**119,53**	**2.592.640,62**	**134,33**
Vendas de Serviços	2.931.812,69	119,85	2.605.219,28	134,98
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.673,19)	(0,19)	(8.004,40)	(0,41)
Descontos Concedidos	(1.882,32)	(0,08)	(1.132,84)	(0,06)
Vendas Canceladas	(1.406,04)	(0,06)	(3.441,41)	(0,18)
Insumos adquiridos de terceiros	**(336.671,06)**	**(13,76)**	**(347.681,12)**	**(18,01)**
Valor adicionado bruto	**2.587.180,08**	**105,76**	**2.244.959,50**	**116,31**
Retenções	**(159.796,01)**	**(6,53)**	**(327.706,00)**	**(16,98)**
Depreciações e Amortizações	(142.362,31)	(5,82)	(141.269,78)	(7,32)
Resultados com Ações Judiciais	(17.433,70)	(0,71)	(186.436,22)	(9,66)
Valor adicionado líquido	**2.427.384,08**	**99,23**	**1.917.253,50**	**99,34**
Recebido de terceiros	**18.818,64**	**0,77**	**12.829,58**	**0,66**
Receitas Financeiras	18.818,64	0,77	12.829,58	0,66

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de R$

	2017	%	2016	%
Valor adicionado total a distribuir	**2.446.202,72**	**100,00**	**1.930.083,08**	**100,00**
Distribuição do valor adicionado				
Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)	**1.616.547,81**	**67,00**	**1.565.101,55**	**81,09**
Governo (Impostos e Contribuições)	**673.075,73**	**27,90**	**527.292,52**	**27,32**
Capitais de Terceiros	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Capital Próprio	**123.114,08**	**5,10**	**(162.310,99)**	**(8,41)**
Lucros/Prejuízos Retidos	123.114,08	5,10	(162.310,99)	(8,41)
Distribuição do valor adicionado	**2.412.737,62**	**100,00**	**1.930.083,08**	**100,00**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em milhares de R$

	2017	2016
Resultado líquido do Período	**123.114,1**	**(162.311,0)**
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	**103.102,3**	**(329.236,5)**
Ajustes de Instrumentos Financeiros	3,4	(519,7)
Ajustes de Passivos Atuariais	156.210,6	(498.055,7)
Tributos diferidos sobre cálculo atuarial	(53.111,6)	169.339,0
Resultado Abrangente no Período	**226.216,4**	**(491.547,5)**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é uma Empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, regida pelas Leis nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 13.303 de 30 de junho de 2016, e Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 21 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 27 de março de 2017. O SERPRO tem sede e foro em Brasília-DF.

A Empresa tem por objeto social desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em tecnologia da informação, prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade, bem como executar serviços de tratamento de dados e informações, inclusive mediante a disponibilização de acesso a estes e a terceiros, desde que assim autorizado pelo proprietário.

Dentre as várias soluções desenvolvidas, destacam-se o SIAFI, SPED, Sistemas Tributários, Passaporte Brasileiro, SIGEPE, SISCOMEX, Sistema de Notificação Eletrônica (DENATRAN) e Gestão de Margem Consignável.

A partir de 2016 a Empresa estruturou seu portfólio de soluções em três linhas de negócio, compostas por produtos e serviços de interesse do mercado público e privado, e que agregam benefícios para a sociedade e inovação no uso dos dados de governo:

• **Serviços sob Medida:** caracteriza-se por fornecer atendimento personalizado e abriga grande parte dos serviços já prestados para os clientes tradicionais. São soluções tecnológicas desenvolvidas para atender necessidades específicas de cada cliente;

• **Serviços de Informação:** voltada para o mercado público e privado, essa linha oferece serviços de tratamento e disponibilização de informações a partir do cruzamento de dados. Além disso, oferece serviços de governança da informação: aquisição, tratamento, armazenamento, análise, disponibilização e comunicação de informações;

• **Serviços em Nuvem:** direcionada para o mercado público e privado, essa linha de negócio tem como característica produtos padronizados ou com baixo grau de personalização, focados na disponibilização de recursos tecnológicos para comercialização em massa, por canais que propiciem o autosserviço e autogestão, que são características dos serviços em nuvem.

Em 2017, o SERPRO desenvolveu produtos e serviços para as três linhas de negócio, e que mudaram a vida do cidadão, aprimoraram a gestão pública e contribuíram para a melhoria do ambiente de negócios do país.

É possível destacar as novas implementações no eSocial e maior agilidade nos processos de exportações e importações, com novas funcionalidades do Portal Único de Comércio Exterior. O SERPRO atua também como desenvolvedor de todas as soluções para atender ao Programa Empreender Mais Simples, iniciativa do governo federal para reduzir a burocracia e melhorar o ambiente de negócios para micro e pequenos empresários. O SERPRO atuou ainda na implementação do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), solução web para garantir o mapeamento eficiente e melhorar a gestão do sistema penitenciário brasileiro. A capacidade de buscar inovações foi parte importante da estratégia da Empresa em 2017, como atestam a implementação de soluções móveis para os serviços de governo, como o lançamento da CNH Digital.

Os serviços prestados pela Empresa envolvem matérias afetas a imperativos de segurança nacional, essenciais à manutenção da soberania estatal, em especial no tocante à garantia da inviolabilidade dos dados da administração pública federal direta e indireta, bem como aquelas relacionadas a relevante interesse coletivo, orientadas ao desenvolvimento e ao emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços de maneira economicamente justificada.

Tais aspectos são fruto do modelo de planejamento estratégico, que foi revisado para suportar as mudanças do direcionamento empresarial e para oferecer indicadores consistentes para monitoramento e avaliação dos resultados. Nesse sentido, a visão da Empresa a partir do novo modelo de planejamento é "**ser líder em soluções digitais para governo e sociedade**", tendo como missão "**conectar governo e sociedade com soluções digitais**".

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 – Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis estão preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações contábeis do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2017, foi autorizada pela Diretoria da Empresa em reunião realizada em 24 de janeiro de 2018. Após a sua emissão, somente a Assembleia Geral tem o poder de alterar as demonstrações contábeis.

As demonstrações obtiveram manifestação favorável do Conselho de Administração em reunião conjunta com o Conselho Fiscal em 05 de março de 2018, e serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 – Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros constantes do ativo circulante, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido.

2.3 – Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

2.4 – Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas sobre premissas e estimativas, que possuem risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas: NE 5 – Ativos circulantes mantidos para venda; NE 6 e 12 – Créditos a receber de clientes; NE 14 – Imobilizado; NE 22 – Provisões trabalhistas e cíveis e NE 25 – Benefícios a empregados.

2.5 – Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados com diferentes níveis em uma hierarquia, baseada nas seguintes técnicas de avaliação:
i) nível 1 – preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
ii) nível 2 – preços cotados em mercados ativos e ajustados com critérios definidos e verificáveis;
iii) nível 3 – valores que não são baseados em dados observáveis de mercado.

Caso ocorram mudanças, a Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período. Informações adicionais sobre premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: NE 5 – Ativos Circulantes mantidos para a venda e NE 14 – Imobilizado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações.
Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações dos exercícios anteriores foram reclassificadas.

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa
Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com realização imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 – Imobilizado
O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais.

3.2.1 – Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são atribuíveis à aquisição do ativo.
Software adquirido, que seja parte da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte do ativo.

3.2.2 – Gastos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

3.2.3 – Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais, utilizando-se o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, excetuando-se terrenos, que não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Instalações	10 anos
Equipamentos de processamento de dados	2 – 5 anos
Máquinas e equipamentos	2 – 5 anos
Móveis e utensílios	3 – 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.2.4 – Obras em Andamento

Representam o valor bruto dos gastos relacionados a obras realizadas até a data do balanço. À medida que forem concluídas e entrarem em operação, as obras serão reclassificadas em conta específica e submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial.

3.3 – Ativos Intangíveis

Cessões de direito de uso e licenças de uso de software estão contabilizadas no grupo intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.
Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a software identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.
3.3.1 – Gastos subsequentes

São capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, inclusive manutenção e locação de software, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.3.2 – Amortização

O cálculo da amortização é realizado pelo método linear, baseado na vida útil dos itens, sendo reconhecido no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Cessão de direito de uso de software	3 – 5 anos
Licença de uso de software	1 – 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.4 – Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, se for altamente provável sua recuperação por meio de venda em vez de uso contínuo.

3.5 – Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros (bens móveis, imóveis, terrenos e ativos intangíveis) são revistos a cada data de balanço, de modo a apurar se há ou não indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para fins de apuração do valor recuperável, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa (UGC), o que se deve ao fato de que 86,4% da receita provém dos serviços de processamento de dados.

Em 2017, não houve registro de qualquer evento que possa ter comprometido os valores registrados no ativo imobilizado. Além disso, a Empresa apresentou retorno positivo na utilização de seus ativos, haja vista o lucro apurado no encerramento do exercício, somando-se ainda o fato de que não foi apontada qualquer indicação de desvalorização dos ativos de maior representatividade da Empresa.

Diante do exposto, mostrou-se dispensável a realização do teste de redução ao valor recuperável de ativos (NBC TG 01 (R3)), portanto, não houve a realização do teste de impairment.

3.6 – Aplicação de novas normas

A partir de 2018, a Empresa deverá adotar o NBC TG 47, que introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, assim como por quanto será mensurada. Essa norma substitui as atuais para o reconhecimento de receitas, incluindo o NBC TG 30 (R1) – Receitas. Na aplicação da nova norma, a Empresa utilizará o método de efeito cumulativo, que consiste em evidenciar os saldos patrimoniais de abertura impactados.

3.7 – Receita Operacional

A Empresa está envolvida, prioritariamente, na prestação de soluções digitais para o setor público e a sociedade, que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo.

As receitas com prestação de serviços, em sua maioria, advém dos serviços de processamento de dados (86,4%), tratando-se de serviços sob medida, que se caracterizam como de natureza continuada. Neste caso, o reconhecimento se dá continuamente, conforme previsão contratual. Os demais serviços, que são prestados sob demanda, a exemplo do desenvolvimento de software (7,6%) e suporte técnico e assistência técnica (5,1%), são reconhecidos à medida de sua execução.

3.8 – Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme prestação do serviço correspondente. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.9 – Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal, quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

3.10 – Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Empresa para os planos de benefício definido é calculada anualmente por uma consultoria atuarial, utilizando-se o método de crédito unitário projetado. O cálculo da obrigação de cada um dos planos é realizado com base na estimativa do valor do benefício futuro, sendo descontado a valor presente e apresentado líquido de quaisquer ativos do plano.

As remensurações da obrigação líquida, que incluem os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo, são reconhecidas imediatamente em Outros Resultados Abrangentes. Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

3.11 – Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras são compostas de juros sobre fundos investidos, juros sobre créditos tributários e descontos financeiros obtidos junto a fornecedores.

As despesas financeiras são compostas de juros e encargos sobre contratos de parcelamento de dívida com a EFPC – SERPROS e eventuais obrigações em atraso, como também juros sobre dividendos a pagar.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.12 – Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se também a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e contribuição social correntes a pagar ou a recuperar são evidenciados no balanço patrimonial pelo valor líquido, considerando-se a diferença entre valores pagos (ativo) e devidos (passivo).

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações financeiras e aqueles usados para fins de tributação. São mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias, quando essas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas decretadas até a data do balanço.

3.13 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

São constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise criteriosa das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento.

O cálculo considera as faturas vencidas, utilizando-se o critério temporal. Os valores vencidos há mais de 365 dias compõem a PECLD, salvo naqueles casos em que haja manifestação formal de pagamento por parte do cliente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.14 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Empresa elabora a DVA (NBC TG 09), que é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVO
NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão assim discriminados:

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Bancos c/ movimento	232.340,0	251.138,6
Fundo de aplicação financeira	440,5	1.159,3
Total	**232.780,5**	**252.297,8**

4.1 – Bancos Conta Movimento:

São recursos financeiros disponíveis, depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Incentivos fiscais: FINAM/ FINOR	9.864,9	9.864,9
Correção monetária - lei 8.200/91	28,9	28,9
(-) Provisão para perdas prováveis	(9.628,1)	(9.631,5)
Total	**265,7**	**262,3**

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis disponíveis para venda.

A partir de 1991, a Empresa passou a estimar as perdas prováveis (Decreto nº 101/1991), devido a considerável queda do valor das cotas, de modo a demonstrar o valor justo do ativo. Para fins fiscais, esta estimativa é indedutível.

Estes ativos representam cotas dos seguintes fundos de investimentos:

i) FINOR, com 306.290.783 cotas escriturais, sem prazo de vencimento;
ii) FINAM, com o total de 2.420.110.239 cotas, emitidas ao longo de vários exercícios, também sem vencimento definido. O valor das cotas é atualizado mensalmente pelo preço de fechamento da BOVESPA.

NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

Em 2017, os créditos a receber de clientes alcançaram R$ 360,4 milhões (R$ 153,6 milhões em 2016), sendo apresentados no balanço deduzidos da PECLD, estimada em R$ 23,5 milhões (R$ 18,9 milhões em 2016).

Em milhares de R$

Descrição	2017	%	2016	%
Créditos a receber de clientes – a vencer	69.708,5	0,19	58.525,8	0,38
Créditos a receber de clientes – vencidos	290.667,9	0,81	95.094,6	0,62
Créditos a receber	**360.376,4**		**153.620,4**	
PECLD	(23.496,4)		(18.895,1)	
Total	**336.880,0**		**134.725,3**	

6.1 – Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A perda é estimada com base no processo organizacional de cobrança de débitos de clientes e de acordo com o risco de não recebimento. Em 2017, foi avaliada em R$ 23,5 milhões (R$ 18,9 milhões em 2016). Desde 2015, os valores vencidos há mais de um ano passaram a compor a PECLD, excluídos aqueles valores que tenham expectativa de recebimento com base no relacionamento com os clientes, o que não ocorreu em 2017.

NOTA 7 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Ressarcimento PSE	46.805,7	64.406,8
Ressarcimento PSE – ACT	6.444,9	-
Total	**53.250,6**	**64.406,8**

O SERPRO possui 2.495 empregados cedidos a órgãos governamentais, em sua maioria lotados no MF. A Empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados, cabendo aos órgãos cessionários o reembolso dessas despesas.

Trata-se de valores a receber, tendo por base as Notas de Ressarcimento (NR) enviadas aos órgãos cessionários e a apropriação por competência referente ao ACT 2017/2018. Os valores totalizam R$ 53,3 milhões (R$ 64,4 milhões em 2016), dos quais R$ 8,5 milhões são referentes a exercícios anteriores.

NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo dos créditos tributários de curto prazo é de R$ 95,9 milhões (R$ 164,1 milhões, em 2016), assim distribuídos:

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
IRPJ/CSLL a compensar	94.365,9	161.890,5
PIS/ PASEP/ COFINS a compensar	1.543,7	1.543,7
IRPJ/CSLL a recuperar	-	581,3
Total	**95.909,6**	**164.015,5**

8.1 – IRPJ e CSLL a compensar

O saldo acumulado em dezembro de 2017 (R$ 94,4 milhões) representa a diferença entre as antecipações decorrentes, em sua maioria, de retenção na fonte de IRPJ CSLL efetuada por clientes (R$ 156,3 milhões) e os valores desses tributos devidos no final do período de apuração (R$ 62,0 milhões).

8.2 – PIS/PASEP e COFINS a compensar

O saldo de R$ 1,5 milhão decorre de pagamentos realizados a maior em dezembro/2007, por meio de crédito de saldo negativo de IRPJ do ano de 2007. A compensação desses créditos ainda não foi realizada, devido ao fato da RFB não ter homologado integralmente as declarações de compensação do ano-calendário de 2007..

Atualmente, o processo encontra-se no CARF, até posicionamento do recurso voluntário apresentado pelo SERPRO, que visa à disponibilidade do saldo remanescente.

8.3 – IRPJ e CSLL a recuperar

O saldo destes tributos a recuperar (R$ 581,3 mil), constituído sobre ajustes de exercícios anteriores no ano de 2015, foi baixado por ter sido classificado como não recuperável.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

NOTA 9 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Depósitos judiciais	234.621,24	221.198,44
Depósitos recursais	39.175,02	34.792,99
Ações fiscais	6.350,58	6.350,58
Total	**280.146,8**	**262.342,0**

O saldo de R$ 280,1 milhões (R$ 262,3 milhões em 2016) constitui-se como garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. No caso das ações fiscais, correspondem, em sua maioria, a depósito pela não entrega das informações à RFB no formato do MANAD, o que resultou em multa de R$ 6,2 milhões. O SERPRO interpôs recurso administrativo junto à PGFN, de modo que o valor se mantém depositado administrativamente até o julgamento final da ação (IN RFB 787/2007).

NOTA 10 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
(a) Apropriação por competência	**39.007,8**	**37.338,8**
Férias	22.433,3	22.954,8
Licença-prêmio	15.571,2	14.384,0
Acordo Coletivo 2017/2018	1.003,3	-
(b) Desembolsos sentenças judiciais (PSE)	**155.534,3**	**149.748,2**
Processo Nº 2047/1989	121.172,5	120.820,2
Processo Nº 2200-85.1993.5.02.0020	23.454,8	23.454,8
Processo Nº 0178400-37.1990.503.0015	3.395,3	3.395,3
Processo Nº 00232400-92.1991.5.03.0001	2.077,9	2.077,9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Outros Processos	5.433,8	-
(c) Provisões trabalhistas PSE	**1.350.522,2**	**1.449.021,1**
Total (a) + (b) + (c)	**1.545.064,3**	**1.636.108,1**

O saldo de R$ 1,5 bilhão refere-se aos créditos a receber junto a órgãos cessionários, distribuído da seguinte forma:

a) apropriações por competência de férias e licença prêmio (R$ 39,0 milhões), computada a apropriação por competência do ACT 2017/2018 para essas rubricas, são classificadas no ativo não circulante até a emissão das NR;

b) valores históricos de desembolsos com sentenças judiciais do quadro de PSE (R$ 155,5 milhões), que foram efetuados ao longo do tempo e serão objeto de ressarcimento após trânsito em julgado dos processos;

c) expectativa de recebimento das provisões trabalhistas relativas ao quadro externo (PSE).

NOTA 11 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Ativo fiscal diferido	894.933,9	970.851,5
Passivo fiscal diferido	479.660,3	513.149,9
Total	**415.273,6**	**457.701,6**

O saldo de R$ 415,3 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R$ 894,9 milhões) e o passivo fiscal diferido (R$ 479,7 milhões), relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (nota 18.3).

NOTA 12 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Créditos a receber de clientes	267.171,6	267.178,8
PECLD	(267.171,6)	(267.178,8)
Total	**0,0**	**0,0**

O valor de créditos a receber de clientes alcança R$ 267,2 milhões, composto em sua integridade pelos créditos em avaliação de direito, que se encontram para solução de controvérsia entre o SERPRO e clientes junto à AGU.

O saldo total é considerado como perdas estimadas (PECLD), atendendo a recomendação da CGU.

NOTA 13 – OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Créditos a receber EFPC – LFTSC	60.243,3	60.243,3
Outros créditos a receber	3,5	122,9
Total	**60.246,8**	**60.366,2**

13.1 – Créditos a Receber de EFPC – SERPROS

Trata-se de direito junto à EFPC no valor de R$ 60,2 milhões, representado por Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), já deduzidas as custas judiciais. O ativo está reconhecido pelo valor incontroverso, do qual a patrocinadora faz jus a 42,7% dos créditos. Este ativo é objeto de litígio entre a EFPC e o Estado de Santa Catarina (processo judicial nº 023.06.38548-0). O lançamento do valor incontroverso no balanço do SERPROS tomou por base parecer jurídico, concluindo não se tratar de ativo contingente.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

Em milhares de R$

Descrição	Saldo em 2017	Depreciação/ Amortização	2017	2016
Edifícios	143.090,7	(26.097,2)	116.993,6	114.614,3
Terrenos	67.029,7		67.029,7	67.029,7
Estudos e projetos	1.456,7		1.456,7	2.539,1
Obras em andamento	23.044,5		23.044,5	57.762,4
Instalações	122.841,5	(56.600,4)	66.241,1	44.542,9
Benfeitorias propriedade de terceiros	1.934,9	(1.009,6)	925,3	699,4
IPC/90	19.209,6	(2.531,0)	16.678,7	16.678,7
Bens Móveis	866.219,4	(664.048,9)	202.170,4	188.755,3
Total	**1.244.827,1**	**(750.287,1)**	**494.540,0**	**492.621,8**

14.1 – Movimentação do Imobilizado

Em milhares de R$

Descrição	Saldo em 2016	Adições	Alienações	Conclusão de obras	Baixas	Saldo em 2017
Edifícios	140.711,4			2.379,3		143.090,7
Terrenos	67.029,7					67.029,7
Estudos e projetos	2.539,1	221,0		(469,0)	(834,4)	1.456,7
Obras em andamento	57.762,4	1.194,9		(33.827,5)	(2.085,3)	23.044,5
Instalações	90.833,1	178,1		31.835,3	(5,0)	122.841,5
Benfeitorias propriedade de terceiros	1.366,4	486,6		81,9		1.934,9
IPC/90	19.209,6					19.209,6
Bens Móveis	822.639,9	84.696,8	(41.016,6)		(100,7)	866.219,4
Total	**1.202.091,7**	**86.777,5**	**(41.016,6)**	**-**	**(3.025,4)**	**1.244.827,1**

14.2 – Movimentação da Depreciação

Em milhares de R$

Descrição	Saldo em 2016	Depreciação Acumulada	Alienações	Baixas	2017
Edifícios	(26.097,2)				(26.097,2)
Terrenos	0,0				0,0
Estudos e projetos	0,0				0,0
Obras em andamento	0,0				0,0
Instalações	(46.290,2)	(10.310,2)			(56.600,4)
Benfeitorias propriedade de terceiros	(667,0)	(342,6)			(1.009,6)
Bens Móveis	(636.415,5)	(71.130,8)	40.966,3		(666.580,0)
Total	**(709.469,9)**	**(81.783,6)**	**40.966,3**	**-**	**(750.287,1)**

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela RFB.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

Em milhares de R$

Descrição	2016	Adições	2017
Software	525.503,3	11.567,7	537.071,0
(Amortização Acumulada)	(410.336,4)	(60.578,8)	(470.915,2)
Total	**115.166,9**	**(49.011,1)**	**66.155,8**

O saldo líquido do intangível no valor de R$ 66,2 milhões corresponde a licenças de software e soluções empregadas na produção de serviços. Trata-se de software de terceiros com vida útil definida, reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzidas as despesas de amortização. A vida útil dos ativos é definida pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

As unidades de Brasília e São Paulo concentram 95% do total do intangível (R$ 66,1 milhões), constituindo-se como os dois principais centros de dados da Empresa.

Em milhares de R$

Descrição	%	Saldo em 2016	Amortização Acumulada	2017	2016
Brasília	56,7	284.139,9	(246.606,1)	37.533,8	59.528,3
São Paulo	38,4	210.165,7	(184.768,3)	25.397,4	50.362,3
Outros	4,9	42.765,4	(39.540,8)	3.224,6	5.276,3
Total		**537.071,0**	**(470.915,2)**	**66.155,8**	**115.166,9**

PASSIVO
NOTA 16 – CONSIGNAÇÕES

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Previdência Social	14.100,6	14.317,5
Pensão Alimentícia	17,1	19,3
IRRF	14.395,4	14.298,9
Tributos Federais Retidos	22.956,2	32.696,0
ISS	1.544,8	2.207,3
Plano de Previdência e Assistência Médica	8.173,2	8.300,0
Empréstimos, Retenções e Consigatários	4.809,9	4.787,7
Total	**65.997,4**	**76.626,7**

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados (pensão alimentícia, entidades representativas de classe, empréstimos consignados, planos de previdência e assistência médica), além de tributos retidos de fornecedores.

NOTA 17 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Trata-se de obrigações a serem recolhidas no decorrer dos próximos doze meses, já deduzidos os tributos a recuperar.

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
ISS a Recolher	52.492,4	42.404,8
PIS-COFINS	40.573,6	28.262,5
INSS	18.206,9	15.800,6
FGTS	7.933,7	8.059,7
Outros tributos	129,5	17,9
Total	**119.336,1**	**94.545,5**

Os saldos do ISS a recolher e INSS contemplam também os valores correspondentes aos acordos de parcelamentos desses tributos, respectivamente, nos valores de R$ 31,0 milhões (R$ 26,4 milhões em 2016) e R$ 2,9 milhões (R$ 3,4 milhões em 2016), efetuados entre os exercícios de 2014 e 2017.

NOTA 18 – IRPJ e CSLL

18.1 – Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

A despesa de IRPJ e CSLL corrente confrontada com o lucro contábil do exercício (R$ 175,0 milhões) resultou em uma alíquota efetiva de 35,4%, equivalente a R$ 61,9 em virtude das adições e exclusões previstas na legislação tributária.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos, o que resultou em R$ 51,9 milhões em 2017, contrapondo-se ao valor positivo de R$ 60,8 milhões apurado no exercício anterior.

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	174.994,4	(223.079,3)
(a) Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação – 34%	**59.498,1**	**-**
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	**2.484,6**	**60.768,3**

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Incentivos fiscais	(1.986,2)	-
Redução da base	(24,0)	-
Despesas e ganhos não tributáveis	(693,7)	-
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituído em ativo fiscal diferido	(5.495,2)	-
Reversão de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL constituído em ativo fiscal diferido	(21.930,3)	-
Diferenças temporárias	32.614,0	60.768,3
Total * (a) + (b)	**61.982,7**	**-**

* Despesa de IRPJ e CSLL corrente – 35,4% (alíquota efetiva)

18.2 – Valores reconhecidos no resultado do exercício

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
(a) Despesa corrente	**(62.564,0)**	**-**
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	(61.982,7)	-
Baixa de impostos não recuperável	(581,3)	-
(b) Despesa diferida	**10.683,7**	**60.768,3**
Reversão de prejuízos fiscais e base negativa constituído em ativo fiscal diferido	(21.930,3)	
Diferenças temporárias	32.614,0	
Total * (a) + (b)	**(51.880,3)**	**60.768,3**

* Resultado de Despesas IRPJ e CSLL, liquido de diferidos

18.3 – Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

O saldo de R$ 415,3 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R$ 894,9 milhões) e o passivo fiscal diferido (R$ 479,7 milhões), relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias.

Em milhares de R$

Descrição*	Saldo em 2016	DRE	ORA	Saldo em 2017 **
(a) Ativo fiscal diferido	**970.851,5**	**(22.806,0)**	**(53.111,6)**	**894.933,9**
Provisões trabalhistas e cíveis	596.551,8	(37.598,9)	-	558.952,9
Passivo atuarial	196.959,5	29.255,6	(53.111,6)	173.103,4
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	97.265,2	1.561,9	-	98.827,1
Licença–prêmio	32.420,6	4.329,0	-	36.749,6
Provisão para acordo coletivo trabalhista 2017/2018	-	14.198,3	-	14.198,3
Plano de previdência complementar	12.450,3	(2.621,4)	-	9.828,9
Provisão para perdas prováveis	3.226,6	47,0	-	3.273,6
Multas e juros	10.047,2	(10.047,2)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa csll	21.930,3	(21.930,3)	-	-
(b) Passivo fiscal diferido	**(513.149,9)**	**33.489,6**	**-**	**(479.660,3)**
Processos trabalhistas – PSE	(492.667,2)	33.489,6	-	(459.177,6)
Provisão ativa – LFTSC	(20.482,7)	-	-	(20.482,7)
Total (a) + (b)	**457.701,6**	**10.683,7**	**(53.111,6)**	**415.273,6**

* A descrição refere-se ao fato gerador dos tributos.
** O saldo representa 34% do fato gerador.

18.4 – Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL

Em dezembro de 2017, o saldo de crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL somava R$ 544,5 milhões (R$ 625,1 milhões em 2016). Essa redução resultou da compensação de R$ 80,7 milhões do lucro tributável, o que representou um decréscimo de R$ 27,4 milhões da despesa corrente do ano.

Os créditos tributários em questão não constam do ativo, podendo ser reconhecidos quando atenderem aos aspectos regulamentares e apresentarem efetiva perspectiva de realização.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 19 – FORNECEDORES

Em milhares de R$

Descrição	2017 Circulante	2017 Não circulante	2016 Circulante	2016 Não circulante
A vencer	128.708,7	118,0	128.641,5	1.455,00
Vencidas	0,0	-	135.213,1	,00
Acordo de parcelamento	57.600,4	-	44.145,2	,00
Total	**186.309,1**	**118,0**	**307.999,8**	**1.455,0**

NOTA 20 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS

No conjunto dessas obrigações que perfazem R$ 316,1 milhões (R$ 280,2 milhões em 2016), registre-se que não há saldos a pagar no que tange aos incentivos do APA. Essas obrigações (R$ 46,8 milhões), incluindo o saldo remanescente do programa em 2016, foram inteiramente liquidados no decorrer de 2017.

Além disso, consta deste grupo de contas a apropriação por competência da quantia de R$ 49,2 milhões, referente ao ACT 2017/2018, em fase de negociação, o que foi feito com base no índice de inflação oficial. O reconhecimento tem caráter meramente contábil, uma vez que representa a melhor estimativa disponível, conforme observado nos exercícios anteriores.

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Pessoal a pagar	3.210,9	6.686,5
Apropriação por competência ACT	49.208,0	-
APA	-	21.905,7
Processo Trabalhista a Pagar	2.000,0	-
Férias	153.583,9	154.958,0
Licença Prêmio	108.087,0	96.688,4
Total	**316.089,8**	**280.238,6**

20.1 – Obrigações com Pessoal – Férias e Licença Prêmio

A apropriação dessas despesas ocorre mensalmente (NBC TG 33 (R2)). No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração.

No encerramento do exercício de 2017, estimou-se que 16,28% dos empregados gozam o período de licença-prêmio. Este percentual é considerado para a apropriação dos encargos sobre a licença-prêmio usufruída, uma vez que a conversão desse benefício em pecúnia não gera incidência de impostos e encargos sociais.

Em milhares de R$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Licença Prêmio	103.871,9	4.215,0	0,0	108.087,0
Férias	141.186,3	31.559,2	(19.161,6)	153.583,9
Total	**245.058,2**	**35.774,3**	**(19.161,6)**	**261.670,9**

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
PIS-PASEP/COFINS a Recolher	13.762,41	14.614,15
INSS Renegociado	4.298,07	8.155,56
ISS Renegociado	53.410,86	68.463,02
Total	**71.471,3**	**91.232,7**

O conjunto dessas obrigações, vincendas após 12 meses do encerramento do exercício social, alcança R$ 71,5 milhões (R$ 91,2 milhões em 2016), assim constituídas:

i) PIS-PASEP/COFINS (R$ 13,8 milhões), que se refere às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito, classificadas no ativo não circulante;

ii) INSS Patronal (R$ 4,3 milhões), que representa o saldo vincendo após 12 meses de parcelamento desse tributo, renegociado pelo prazo de 35 meses. Somando-se a isto a quantia de R$ 2,8 milhões que está classificada no passivo circulante, a dívida alcança de R$ 7,1 milhões;

iii) ISS-SP sobre a receita (R$ 53,4 milhões), que decorre de parcelamentos desse imposto pelo prazo de 60 meses. Cumpre esclarecer que a dívida consolidada perfaz R$ 84,3 milhões, da qual R$ 30,9 milhões está classificada no passivo circulante.

NOTA 22 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Processos trabalhistas	1.642.863,5	1.754.267,0
Processos cíveis	1.115,8	297,2
Total	**1.643.979,3**	**1.754.564,2**

A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis (R$ 1.644,0 milhões) são suficientes para representar, fidedignamente os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25(R1)).

Em 2017, houve inclusão de novos processos e mudança de expectativa de realização dentro da normalidade esperada. Além disso foram iniciadas tratativas de propostas de acordos, que estão sendo feitas pela administração junto aos reclamantes de algumas ações, especialmente, as ações de maiores valores, o que gerou impacto positivo para o exercício de 2017, apontando uma tendência de diminuição para 2018.

O processo n.° 0204700-25.1989.5.02.0039, insere-se no bojo dos acordos, o qual se refere à reclamação trabalhista de 564 empregados do SERPRO cedidos à RFB, que pleiteiam diferenças salariais em razão de desvio de função. O valor provisionado deste processo reduziu de R$ 1.439,1 milhões, em 2016, para R$ 1.345,2 milhões em 2017. Destaque-se que a expectativa de reembolso integral está registrada no ativo não circulante, portanto suas movimentações não geram impactos sobre o resultado empresarial, conforme entendimento expresso no Parecer nº GQ-56/1994 (http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/8235).

Também estão em curso esforços para construção de acordo para a reclamação trabalhista n.° 0132000-50.1989.5.01.0016, que foi movida por empregados do quadro interno, cujo objeto é reintegração à Empresa. A provisão associada a esse processo variou de R$ 117,1 milhões para R$ 124,4 milhões no último ano. O aumento observado foi mitigado em R$ 3,5 milhões, devido à realização de acordo parcial firmado entre o SERPRO e parte dos empregados do processo. Considerando-se que o acordo está pendente de autorização da AGU, o valor foi mantido em conta de provisão.

A apropriação das provisões trabalhistas cumpre norma contábil (NBC TG 25 (R1)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

22.1 – Processos classificados como Possíveis ou Remotos de Execução

Além dos valores constantes do passivo, a Empresa está envolvida em 697 processos judiciais, cuja classificação está avaliada como de execução possível ou remota, com estimativa total em torno de R$ 62,1 milhões, dos quais o valor de R$ 4,5 milhões refere-se ao quadro externo.

22.2 – Contingência Tributária

Existe uma litigância entre o SERPRO e a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (Processo nº 50174658710), envolvendo suposto débito tributário de ICMS no valor de R$ 250.357.047,77, de acordo com a certidão 350-01.519.608/2015.

O SERPRO ajuizou ação civil ordinária nº 2658/DF junto ao STF, que emitiu decisão favorável de tutela antecipada, concedendo a suspensão de exigibilidade do crédito tributário, objeto do Auto de Infração nº 10.275/2010. O valor não foi reconhecido no passivo pelo fato deste processo não ser classificado como de provável execução.

NOTA 23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 – Capital Social

O capital social do SERPRO perfaz R$ 1.061,0 milhões, integralmente subscrito pela União, conforme consta do Art. 5º do Estatuto Social da Empresa, publicado no DOU em 27 de março de 2017. O dividendo mínimo obrigatório, previsto no Inciso II do Art. 19 do estatuto do SERPRO, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

23.2 – Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Foi constituída com base em laudo de reavaliação, efetuada em 2005. Desde dezembro de 2010, os imóveis não sofrem depreciação contábil (NE 14.2), uma vez que o SERPRO considera que os valores contábeis das edificações atingiram seus valores residuais.

O saldo de R$ 138,2 milhões desta reserva será mantido até sua total realização de acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

23.3 – Prejuízos acumulados

Em 2017, o lucro do exercício no valor de R$ 123,1 milhões absorveu, parcialmente, o saldo de prejuízos acumulados que retrocedeu de R$ 309,7 milhões para R$ 186,6 milhões.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em milhares de R$

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (ajustado)	(309.730,5)
Lucro Líquido Acumulado	123.114,1
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(186.616,4)**

NOTA 24 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 2017, a Empresa apresentou lucro de R$ 123,1 milhões, contrapondo-se ao prejuízo de R$ 162,3 milhões em 2016. A melhoria do resultado decorreu tanto da expansão de 11,4% da receita líquida quanto da redução de 8,5% dos custos e despesas operacionais, refletindo os seguintes fatos:

i) redução de 0,8% dos gastos com pessoal, o que decorreu de ajustes no maior componente de custo e despesa da Empresa, incluindo a realização de programa de incentivo à aposentadoria (APA);

ii) decréscimo de R$ 169,0 milhões das despesas judiciais, em face à melhoria de gestão voltada à efetivação de acordos trabalhistas;

iii) redução de R$ 31,9 milhões das despesas financeiras, o que resultou da regularização de pagamentos junto ao fisco e fundo de pensão, ambos de caráter oneroso;

iv) recuo de R$ 39,9 milhões dos gastos de locação, comunicações e dos serviços profissionais e contratados, o que decorreu de ajustes implementados no conjunto dos gastos empresariais.

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Receita Operacional Líquida	**2.382.900,6**	**2.138.332,7**
Custo dos Serviços Prestados	(1.113.704,2)	(1.118.442,7)
Despesas operacionais e resultado financeiro	(1.094.202,1)	(1.242.969,1)
Créditos tributários diferidos	10.683,7	60.768,3
Provisão para IRPJ e CSLL	(62.564,0)	-
Resultado Líquido do Exercício	**123.114,0**	**(162.310,8)**

24.1 – Receita Bruta e Receita Líquida

Em 2017, a receita bruta alcançou R$ 2,9 bilhões (R$ 2,6 bilhões em 2016), da qual deduzindo-se impostos, descontos, cancelamentos e deduções de vendas, obteve-se uma receita líquida de R$ 2,4 bilhões (R$ 2,1 bilhões em 2016), o que resultou em incremento de aumento de 11,4%.

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016
Receita Bruta	**2.931.812,7**	**2.605.219,3**
(-) ISS	(143.472,9)	(127.355,4)
(-) PIS / PASEP	(44.332,0)	(38.833,5)
(-) COFINS	(204.219,5)	(178.893,9)
(-) INSS Patronal	(119.952,2)	(117.085,9)
(-) ICMS	(182,1)	(143,6)
(-) Descontos Concedidos	(1.882,3)	(1.132,8)
(-) Vendas Canceladas	(1.406,0)	(3.441,4)
(-) Outras Deduções de Vendas	(33.465,1)	-
Receita Operacional Líquida	**2.382.900,6**	**2.138.332,7**

24.2 – Composição dos gastos na DRE

Descrição	2017		
	CSP	Despesas	Total
Despesas de Pessoal	(824.724,8)	(881.108,6)	(1.705.833,4)
Depreciação/Amortização	(91.932,4)	(50.429,9)	(142.362,3)
Locação	(50.706,5)	(24.010,5)	(74.717,0)
Manutenção	(90.978,3)	(54.924,5)	(145.902,8)
Comunicação	(45.293,0)	-	(45.293,0)
Serviços Profissionais	(30.563,4)	(42.890,5)	(73.453,9)
Serviços Públicos	(12.387,4)	(16.901,1)	(29.288,5)
Créditos a Receber	-	(4.673,2)	(4.673,2)
Créditos Tributários	34.580,2	-	34.580,2
Desp. Tributárias	(0,8)	(3.843,2)	(3.844,0)
Materiais	(25,9)	(5.158,8)	(5.184,7)
Outras Despesas /Receitas	(1.672,0)	6.531,0	4.859,0
Judiciais	-	(17.433,7)	(17.433,7)
Total	**(1.113.704,2)**	**(1.094.843,0)**	**(2.208.547,2)**

Em milhares de R$

Descrição	2016		
	CSP	Despesas	Total
Despesas de Pessoal	(797.726,9)	(839.474,9)	(1.637.201,8)
Depreciação/Amortização	(96.551,2)	(44.718,5)	(141.269,7)
Locação	(59.128,8)	(19.603,8)	(78.732,6)
Manutenção	(77.229,6)	(41.694,3)	(118.923,9)
Comunicação	(73.378,9)	(2.103,6)	(75.482,5)
Serviços Profissionais	(31.889,2)	(47.242,0)	(79.131,2)
Serviços Públicos	(14.159,9)	(14.840,6)	(29.000,5)
Créditos a Receber	-	(8.004,4)	(8.004,4)
Créditos Tributários	33.256,8	-	33.256,8
Desp. Tributárias	(63,1)	(4.279,0)	(4.342,1)
Materiais	(25,1)	(4.295,7)	(4.320,8)
Outras Despesas /Receitas	(1.546,6)	6.966,4	5.419,8
Judiciais	-	(186.436,2)	(186.436,2)
Total	**(1.118.442,3)**	**(1.205.726,6)**	**(2.324.169,1)**

DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 25 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

25.1 – Plano de Previdência Complementar

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativa-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

25.1.1 – Plano SERPRO I (PS-I)

O Plano PS-I, estruturado como Benefício Definido (BD), encontra-se saldado desde 31.03.2013. Em 2017, o PS-I contava com 2.245 participantes saldados ativos e 3.752 participantes assistidos. O plano disponibiliza os seguintes benefícios:

i) participantes: suplementação da aposentadoria por invalidez, velhice e tempo de serviço; de natureza especial; aos ex-combatentes; assim como suplementação do auxílio-doença, do abono anual e benefício proporcional diferido;

ii) beneficiários: suplementação da pensão e de auxílio-reclusão; pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

O plano contava com patrimônio social de R$ 2,1 bilhões e equilíbrio técnico deficitário acumulado de R$ 79,9 milhões, conforme balancete da EFPC em 30.11.2017.

25.1.2 – Plano SERPRO II (PS-II)

Em 2017, o PS-II, estruturado na modalidade de contribuição variável, contava com 7.406 participantes ativos, definidos no regulamento como Contribuição Definida (CD) e 633 assistidos e pensionistas, definidos como Benefício Definido (BD).

Os recursos acumulados pelos participantes poderão ser convertidos em um dos seguintes benefícios: renda mensal vitalícia; resgate do saldo total e resgate parcial com conversão em renda vitalícia do saldo remanescente. O participante define sua contribuição mensal, que determina a renda futura esperada e o

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

patrocinador contribui paritariamente dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento do plano.

O objetivo deste plano é oferecer os seguintes benefícios:

i) participantes: renda de aposentadoria; benefício proporcional diferido; renda por invalidez; auxílio-doença e abono anual;
ii) beneficiários: pensão por morte; pecúlio por morte; auxílio-reclusão e abono anual;

iii) designados: pecúlio por morte.

O Plano PS-II contava com patrimônio social de R$ 3,4 bilhões e equilíbrio técnico superavitário acumulado de R$ 383 milhões, conforme balancete da EFPC em 30.11.2017.

25.2 – Benefícios pós-emprego

Em 2017, o SERPRO contratou consultoria para emissão de parecer atuarial (Resolução CFC nº 1.425/13 e NBC TG 33 (R2)), cujas conclusões, consubstanciadas em informações atuariais, contábeis e financeiras da EFPC, constam dos subitens a seguir:

25.2.1 – Com relação ao PS-I

O passivo atuarial líquido (deficit) do plano de benefício definido foi remensurado para R$ 509 milhões (R$ 579 milhões em 2016), com contrapartida negativa em outros resultados abrangentes (ORA).

O reconhecimento refere-se, exclusivamente, ao estudo atuarial realizado pelo patrocinador. O valor não se confunde com o deficit apurado pela EFPC no Plano PS-I (nota 25.1.1). Neste caso, havendo resultado negativo na EFPC, a legislação determina o equacionamento, segundo regras próprias.

Além disso, será reconhecido durante o exercício de 2018, como custo do serviço projetado ou despesas com previdência complementar, também decorrente do PS-I, o valor de R$ 31,8 milhões.

25.2.2 – Com relação ao PS-II

Em 2017, foi constatado no parecer atuarial superavit de R$ 551 milhões no Plano PS-II (BD) (R$ 461 milhões em 2016). Entretanto, considerando-se a regra do teto de ativo (asset ceiling), esse superavit não deve ser reconhecido no balanço do patrocinador.

A legislação determina que o superavit apurado em plano BD deve ser ajustado para refletir os efeitos de suas limitações de valor líquido para reconhecimento nas demonstrações financeiras. Assim, entende-se que o benefício econômico apurado somente poderá ser revertido ao patrocinador após cumpridas todas as exigências legais da previdência complementar e, posteriormente, à aprovação de todos os órgãos competentes aos quais a EFPC e o patrocinador estão subordinadas.

25.2.3 – Premissas técnicas

As hipóteses atuariais e financeiras aplicadas na reavaliação atuarial foram objeto de estudos preliminares e de verificação de consistência pela EFPC e pela consultoria atuarial. As informações geradas pela consultoria atuarial tomaram por base os demonstrativos de outubro de 2017 da EFPC, projetados até dezembro.

Premissas Biométricas e Financeiras	Plano PS - I	Plano PS - II
Calculada	10,16 anos	11,94 anos
Taxa de desconto	5,20% ao ano	5,20% ao ano
Rotatividade	Nula (participantes c/ direito adquirido)	2,5%, de 0-47 anos; 0,5%, a partir de 48 anos, por sexo.
Projeção de Crescimento Real de Salário	N/A (1)	3,2% ao ano
Tábua de mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49, por sexo	AT-49, por sexo
Fator de capacidade para benefícios e salários	97,75%	97,04%
Composição familiar	Família real do Serpro	Família real do Serpro
Inflação adotada em 2017	2,95% ao ano	2,95% ao ano
Inflação projetada em 2018 Boletim Focus (BACEN)	4,50% ao ano	4,50% ao ano
Rentabilidade esperada para os ativos financeiros	9,93% ao ano	9,93% ao ano

25.3 – Auxílio-alimentação

É concedido mensalmente aos empregados e dirigentes. No ACT 2016/2017, foi fixado em R$ 874,08 (R$ 799,82 no período 2015/2016). Para os dirigentes, o valor pago é de R$ 747,60, conforme autorizado pela SEST.

25.4 – Programa de Assistência à Saúde: PAS/SERPRO

O Plano de Assistência à Saúde do SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de autogestão, oferecido exclusivamente aos empregados e seus dependentes. Os beneficiários deste plano são divididos em dois grupos, a saber:

Grupo I – empregados ativos que tenham requerido sua adesão ao PAS/SERPRO, bem como seus dependentes. O custeio do Grupo I é de responsabilidade tanto do SERPRO (cujas contribuições são estabelecidas de acordo com a referência salarial do empregado) quanto dos próprios empregados, que contribuem com um valor fixo mensal (diferenciado por faixa etária) mais 20% de coparticipação em consultas médicas.

Grupo II – empregados inativos/agregados: os empregados ativos são transferidos do Grupo I ao Grupo II, quando do desligamento sem justa causa ou suspensão do contrato de trabalho em razão de licença sem remuneração. Os agregados também são incluídos no plano de acordo com as limitações previstas em regulamento.

Diferentemente do Grupo I, o custeio do Grupo II não conta com a participação do SERPRO, mas tão somente dos próprios beneficiários do grupo e pelo empregado responsável pelo agregado vinculado. Os valores, assim como o grupo anterior, são fixos e diferenciados por faixa etária mais 20% de coparticipação em consultas médicas.

A exemplo do benefício de previdência complementar, o PAS/SERPRO oferecido como incentivo aos empregados desligados no APA, também é classificado como benefício pós-emprego (NBC TG 33 (R2)). Assim sendo, a consultoria identificou a necessidade de avaliação deste programa, a fim de estimar atuarialmente o valor presente de suas obrigações. A avaliação e o reconhecimento dos impactos, no entanto, ocorrerão nos exercícios futuros.

25.5 – Plano Odontológico

O PAS-ODONTO/SERPRO é oferecido aos empregados e familiares, garantindo o atendimento aos empregados ativos e a seus dependentes cadastrados. O programa é custeado, de um lado, pelo SERPRO com valor fixo por beneficiário e, de outro, pelo empregado com valor fixo mensal.

NOTA 26 – SEGUROS

A Empresa contrata seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos, conforme a natureza da atividade e características dos riscos envolvidos, cujos valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Ativo	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e Bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos, Vendaval, Desmoronamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, Alagamento e Inundação, Quebra de máquinas	R$ 925.857.507,85
Vida em grupo	Morte Qualquer Causa, Indenização especial de morte por acidente (IEA), Invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	R$ 16.000,00 por vida
Veículo	Responsabilidade Civil e Facultativa	100% Tabela FIPE

NOTA 27 – PARTES RELACIONADAS

27.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes

A política salarial do SERPRO contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R$ 1.484,41 e R$ 34.109,93, considerando-se o adicional de transferência. A média salarial para esses cargos é de R$ 8.247,93.

Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R$ 4.477,77 e R$ 40.230,89, com média de R$ 15.898,73. Nos casos de cargos diretivos, a remuneração maior foi de R$ 37.683,86, sendo a menor de R$ 33.161,80 e a média de R$ 33.915,48 (Resolução CGPAR nº3).

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações (RVA), assim como outros benefícios de longo prazo e pós-emprego a seus dirigentes, que não sejam empregados.

NOTA 28 – CONTINGÊNCIA ATIVA

Os processos que representam contingência ativa, portanto, não reconhecidos contabilmente (NBC TG 25(R1)), são controlados escrituralmente em contas de controle, assim detalhados:

i) tomada de contas especial no 19863.000075/2001-58 de R$ 6.005.124,10 que trata de desvio de valores públicos;

ii) tomada de contas especial no 19863.000074/2001-11 de R$ 440.376,06, que trata de pagamento indevido, realizado no âmbito do programa de desligamento voluntário.

NOTA 29 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Empresa apresenta a DFC pelo método direto (NBC TG 03 (R3)).

NOTA 30 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES

30.1 – Balanço Patrimonial

30.1.1 – Ativo Circulante

Este grupo de contas apresentou incremento de R$ 106,2 milhões, o que decorreu das seguintes principais variações:

i) redução de 7,7% do saldo de caixa e equivalente de caixa, o que corresponde R$ 19,5 milhões (NE 04);

ii) aumento de R$ 202,2 milhões dos créditos a receber de clientes, o que não gerou a devida contrapartida no saldo de caixa (NE 06);

iii) redução de R$ 11,2 milhões dos ressarcimentos de pessoal PSE (NE 07).

iv) redução de R$ 68,1 milhões dos créditos tributários, devido ao fato das antecipações terem sido integralmente constituídas como crédito tributário no ano anterior, em face da apuração de prejuízo fiscal que não gerou tributos a pagar (NE 08);

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016	Variação	%
. Caixa e equivalentes de caixa	232.780,5	252.297,8	(19.517,4)	(7,7)
. Créditos a Receber	391.467,0	200.423,7	191.043,4	95,3
Clientes	336.880,0	134.725,3	202.154,8	150,0
Ressarcimento de Pessoal	53.250,6	64.406,8	(11.156,2)	(17,3)
Créditos Diversos a Receber	1.336,4	1.291,5	44,9	3,5
. Créditos Tributários	95.909,6	164.015,5	(68.105,9)	(41,5)
. Demais Ativos	6.581,9	4.645,6	1.936,3	41,7
Total	**726.739,0**	**621.382,6**	**105.356,4**	**17,0**

30.1.2 – Ativo Não Circulante

Este grupo de contas apresentou decréscimo de R$ 162,9 milhões, o que decorreu das seguintes principais variações:

i) redução de R$ 91,0 milhões do ressarcimento de pessoal, decorrente de desembolsos com sentenças judiciais, revisões dos processos e expectativa de reembolso das provisões trabalhistas e cíveis (NE 10);

ii) redução de R$ 42,4 milhões dos créditos tributários (IRPJ e CSLL), em face de variação das provisões para apuração do ativo e passivo fiscal diferido (NE 11);

iii) aumento de R$ 17,8 milhões de depósitos judicias como garantia de juízo, sobretudo, em ações de natureza trabalhista.

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016	Variação	%
. Realizável a longo prazo	**2.300.836,6**	**2.416.622,8**	**(115.786,2)**	**(4,8)**
Ressarcimento de Pessoal	1.545.064,3	1.636.108,0	**(91.043,7)**	**(5,6)**
Créditos tributários	415.273,6	457.701,5	**(42.427,9)**	**(9,3)**
Depósitos judiciais e recursais	280.146,8	262.342,0	**17.804,8**	**6,8**
Demais ativos realizáveis a longo prazo	60.351,9	60.471,3	**(119,4)**	**(0,2)**
. Imobilizado e Intangível	**560.695,8**	**607.788,7**	**(47.092,9)**	**(7,7)**
Total	**2.861.532,5**	**3.024.411,5**	**(162.879,0)**	**(5,4)**

30.1.3 – Passivo Circulante

Este grupo de contas apresentou decréscimo de R$ 79,5 milhões, o que decorreu das seguintes principais variações:

i) redução de R$ 10,6 milhões, a título de consignações, devido a liquidação de tributos associados as obrigações pagas a fornecedores (NE 16);

ii) aumento de R$ 24,8 milhões de tributos e encargos sociais, o que decorreu do acréscimo do faturamento (ISS, PASEP-COFINS e INSS), assim como do aumento de contas a receber de clientes, cuja liquidação do PASEP-COFINS ocorre por ocasião do recebimento das faturas (NE 17);

iii) redução de R$ 93,6 milhões das obrigações a pagar, o que se deve, de um lado, à redução da conta de fornecedores (R$ 121,5 milhões) (NE 19) e plano de previdência complementar (R$ 8,0 milhões).Por outro, houve aumento de pessoal a pagar e encargos trabalhistas no montante de R$ 35,8 milhões, face à provisão para fazer frente ao ACT 2017/2018 (NE 20);

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016	Variação	%
. Consignações	65.997,4	76.626,7	(10.629,4)	(13,9)
. Tributos e encargos sociais	119.336,1	94.545,5	24.790,6	26,2
. Depósitos diversas origens	990,8	977,5	13,3	1,4
. Obrigações a pagar	539.216,5	632.873,8	(93.657,3)	(14,8)
Fornecedores	186.309,1	307.999,9	(121.690,8)	(39,5)
Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	316.089,8	280.238,6	35.851,2	12,8
Plano de Previdência Complementar	36.631,6	44.627,5	(7.995,9)	(17,9)
Outras obrigações	185,9	7,8	178,1	2.283,3
Total	**725.540,8**	**805.023,5**	**(79.318,0)**	**(9,9)**

30.1.4 – Passivo Não Circulante

Este grupo de contas apresentou decréscimo de R$ 204,1 milhões, o que decorreu das seguintes principais variações:

i) redução de R$ 19,8 milhões das obrigações tributárias, basicamente, devido à liquidação de parcelamentos efetuados do ISS e INSS (NE 21);

ii) redução de R$ 110,6 milhões das provisões trabalhistas e cíveis, face à revisão dos processos judiciais (NE 22);

iii) redução de R$ 70, 3 milhões de obrigações junto ao plano de previdência complementar (NE 25.1).

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016	Variação	%
Fornecedores	118,0	1.455,0	(1.337,0)	(91,9)
Obrigações tributárias	71.471,3	91.232,7	(19.761,4)	(21,7)
Provisões trabalhistas e cíveis	1.643.979,3	1.754.564,2	(110.584,9)	(6,3)
Plano de previdência complementar	509.127,8	579.397,3	(70.269,5)	(12,1)
Receita diferida	1.212,5	3.396,3	(2.183,8)	(64,3)
Outras obrigações	496,1	496,1	0,0	-
Total	**2.226.405,0**	**2.430.541,7**	**(204.136,7)**	**(8,4)**

30.1.5 – Patrimônio Líquido

Este grupo de contas apresentou acréscimo de R$ 226,1 milhões, em face das seguintes variações:

i) redução de R$ 103,1 milhões do passivo atuarial, com impacto positivo sobre o PL, apropriado em outros resultados abrangentes (ORA), basicamente, devido a revisão de cálculo atuarial, conforme parecer de consultoria especializada (NE 25.1.1).

ii) redução dos prejuízos acumulados, com impacto positivo sobre o PL, em face do lucro do exercício no valor de R$ 123,0 milhões.

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016	Variação	%
. Capital	1.061.004,8	1.061.004,8	0,0	-
. Reservas	138.214,2	138.214,2	0,0	-
. Outros resultados abrangentes	(376.030,8)	(479.133,2)	103.102,3	(21,5)
. Lucros/Prejuízos acumulados	(186.616,4)	(309.611,0)	122.994,7	(39,7)
Total	**636.571,8**	**410.474,8**	**226.097,0**	**55,1**

30.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

30.2.1 – Receita Bruta e Deduções das Receitas

A receita bruta registrou expansão de 12,5%, alavancada pelos serviços de processamento de dados, que correspondem a 86,4% do faturamento. Subtraindo-se as deduções de vendas, houve expansão de 11,4% da receita líquida, com impacto positivo sobre o resultado de R$ 244,6 milhões

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016	Variação	%
Receita Bruta	**2.931.812,7**	**2.605.219,3**	**326.593,4**	**12,5**
Serviços de processamento de dados	2.534.179,3	2.193.841,5	340.337,8	15,5
Desenvolvimento de software	223.877,6	214.180,0	9.697,6	4,5
Suporte e assistência técnica	148.611,1	164.751,7	(16.140,6)	(9,8)
Demais serviços	25.144,7	32.446,1	(7.301,4)	(22,5)
Deduções	**(548.912,1)**	**(466.886,5)**	**(82.025,5)**	**17,6**
Impostos	(512.158,6)	(462.312,3)	(49.846,3)	10,8
Descontos	(1.882,3)	(1.132,8)	(749,5)	66,2
Vendas canceladas e Outras deduções	(34.871,1)	(3.441,4)	(31.429,7)	913,3
Receita Líquida	**2.382.900,6**	**2.138.332,8**	**244.567,9**	**11,4**

30.2.2 – Custos e Despesas Operacionais

O conjunto desses gastos retrocedeu 5,5%, com impacto positivo de R$ 120,0 milhões sobre o resultado, em larga medida, devido a acordos trabalhistas, que foram efetivados por ocasião da liquidação de processos judiciais, o que implicou redução de R$ 169,0 milhões das despesas judiciais.

Soma-se o recuo de locação (5,1%), serviços de comunicações (40%) e profissionais contratados (7,2%), as quais geraram, em conjunto, uma economia de R$ 39,9 milhões, o que decorreu de ajustes implementados na estrutura dos gastos empresariais, destacando-se as despesas de comunicações, cujo recuo da ordem de R$ 30,2 milhões decorreu de novas contratações com redução de preço dos circuitos.

No caso dos gastos com pessoal e benefícios, o acréscimo de 4,2% resultou, em sua maior parte, do incremento das despesas com plano de previdência complementar. Esta última foi impactada negativamente pela despesa atuarial no valor de R$ 86,0 milhões, apropriada ao longo do exercício.

Não obstante, os gastos com remunerações retrocederam 4,1%, o que resultou de desligamentos decorrentes do APA, assim como de ajustes na estrutura deste componente que representa 54% do total dos custos e despesas operacionais, com impacto positivo de R$ 49,1 milhões sobre o resultado.

30.2.3 – Resultado financeiro

Esse grupo de contas apresentou valor positivo de R$ 641 mil, contrapondo-se ao valor negativo de R$ 37,2 milhões ocorrido em 2016, o que decorreu, em ampla maioria, da queda da despesa financeira (R$ 31,9 milhões).

Com efeito, a regularização de pagamentos junto ao fisco e fundo de pensão, assim como o encerramento dos termos de acordo de instrumentos contratuais (dotação / Lei 8.020 de 1990 / aporte), ocorrido em maio de 2017, implicaram redução das despesas com juros e correção monetária que incidiam sobre essas obrigações.

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016	Variação	%
Despesas Financeiras	(18.177,7)	(50.072,1)	31.894,4	(63,7)
Receitas Financeiras	18.818,6	12.829,6	5.989,1	46,7
Total	**641,0**	**(37.242,5)**	**37.883,4**	**-**

30.2.4 – Tributos sobre o lucro (IRPJ/ CSLL)

A redução de R$ 112,6 milhões das despesas com IRPJ/CSLL foi decorrente dos seguintes fatores:

i. redução de R$ 50,1 milhões da despesa diferida, em grande parte, devido ao diferimento dos tributos sobre provisões trabalhistas ocorrido em 2016, o que gerou crédito de ativo fiscal trabalhista, líquido do passivo fiscal, no valor de R$ 43,5 milhões.

ii. apuração da despesa corrente de R$ 62,6 milhões sobre o lucro fiscal, ocorrido em 2017, contrapondo-se ao prejuízo fiscal de 2016, quando não houve registros desses impostos.

Em milhares de R$

Descrição	2017	2016	Variação	%
Despesa Diferida	10.683,7	60.768,3	(50.084,6)	(82,4)
Despesa Corrente	(62.564,0)	0,0	(62.564,0)	-
Total	**(51.880,3)**	**60.768,3**	**(112.648,6)**	**(185,4)**

O confronto entre a receita operacional líquida (R$ 2,38 bilhões) e o total dos gastos, incluindo os custos, as despesas operacionais, resultado financeiro e tributos sobre o lucro, perfazendo R$ 2,26 bilhões, resultou em lucro do exercício no montante de R$ 123,1 milhões, interrompendo dois anos de prejuízos.

Brasília, 31 de dezembro de 2017

Maria da Glória Guimarães dos Santos
Diretora- Presidente

André de Cesero
Diretor de Relacionamento Clientes

Izabel Cristina da Costa Freitas
Diretora de Governança e Gestão

Antônio Luiz Fuschino
Diretor de Desenvolvimento

Iran Martins Porto Junior
Diretor de Operações

Antônio de Pádua Ferreira Passos
Diretor de Administração

Carla Ribeiro Alves Marques
Contadora CRC–DF 015723/0-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS DE 31/12/2017

Aos
Conselheiros, Diretores e demais Administradores da
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL INDEPENDENTE DO OGU – CNPJ.: 33.683.111/0001-07
SGAN Quadra 601 – Módulo V – CEP.: 70.836-900
Brasília/DF - Site: www.serpro.gov.br

Prezados Senhores,

1) Opinião sem ressalva:
Examinamos as demonstrações contábeis individuais da SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO, ("Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao SERPRO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do SERPRO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o SERPRO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do SERPRO.
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o SERPRO a não mais se manter em continuidade operacional.
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance

planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

5 Ênfases

Ênfase nº 01 – EXPOSIÇÃO PATRIMONIAL – CORROSÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Apesar da inconteste eficácia das medidas administrativo-financeiras de redução de despesas e expansão de receitas que viabilizaram um resultado intermediário positivo, consubstanciado por um lucro líquido de R$ 123.141 decorrente de suas operações no exercício sob nosso exame, enfatizamos que o capital social de R$ 1.061.004 encontra-se significativamente consumido por (-R$ 186.616) de prejuízos já configurados, que somados aos resultados abrangentes negativos a incorrer de (-R$ 376.030), perfazem um resultado abrangente consolidado de (-R$ 562.646) que juntos representam aproximadamente 53,3% de corrosão do retro mencionado capital social. Aludida situação não modifica nossas conclusões acerca das Demonstrações Contábeis examinadas, mas sinalizam para a necessidade de manutenção do monitoramento já iniciado no exercício de 2017, bem como do seu constante equilíbrio orçamentário, associado com ações efetivas de redução da inadimplência, devolvendo a empresa sua alavancagem e viabilidade econômico-financeira, até alcançar a recomposição do precitado capital social.

Ênfase nº 02 – PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - NBC TG 33 (R2)
Sem alterar nossas conclusões acerca das Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017, enfatizamos conforme NOTA EXPLICATIVA Nº 25 – O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e de personalidade jurídica de direito privado. Em 2017, o SERPRO contratou uma consultoria para avaliação atuarial do SERPROS, em cujas conclusões acerca do Plano SERPRO-I (PS-I), demonstraram-se um saldo de passivo de R$ 509 milhões, além de estimar uma despesa de R$ 31,8 milhões para o exercício 2018.

6 Outros Assuntos

6.1 Demonstração do Valor Adicionado
Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, como informação suplementar, cuja apresentação não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras para companhias de capital fechado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

6.2 Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.
6.2.1 Relatório da Administração
A administração do SERPRO é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

6.3. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 23 de março de 2017, sem modificação de opinião decorrente de ressalvas ou ênfases.
Brasília/DF, 26 de Fevereiro de 2018

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O"S"DF
Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"DF
Sócio Sênior – CNAI 1593
Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"DF
CNAI 4747
Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"DF
CNAI 4850

PARECER COF – 01 /2018
Assunto: Demonstrações Contábeis 2017 - SERPRO

O Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelos incisos II, III e VII do Artigo n° 163, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e inciso II do artigo n° 27, do Estatuto do SERPRO aprovado em 21 de março de 2017, procedeu ao exame do relatório anual da administração e das demonstrações contábeis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.
Considerando que o relatório da administração foi elaborado com a participação das áreas que compõem a Diretoria Executiva, com o objetivo de fundamentar e divulgar as principais realizações, além dos resultados operacionais e financeiros.
Considerando que o Parecer da Auditoria Interna Sobre os Controles Internos das Demonstrações Financeiras, datado de 1º de março 2018, conclui que os controles internos examinados estão adequados, tendo em vista que não foram identificados achados relevantes que afetassem as demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 2017;
Considerando o Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, datado de 26 de fevereiro de 2018, certificando que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
Considerando o Parecer do Conselho de Administração, de 05 de março de 2018.
O Conselho Fiscal entende que o relatório da administração e as referidas demonstrações, com os parágrafos de ênfase da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, encontram-se em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10 de abril de 2018, na forma do inciso I, do artigo 9º do Estatuto Social.

Brasília, 05 de março de 2018

Manoel Joaquim de Carvalho Filho
Presidente
César Almeida de Meneses Silva
Conselheiro
Jersilene de Souza Moura
Conselheira

PARECER CA – 01 /2018
Assunto: Demonstrações Contábeis 2017 - SERPRO

O Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 18 do Estatuto do SERPRO aprovado em 21 de março de 2017, e Considerando que o Parecer da Auditoria Interna Sobre os Controles Internos das Demonstrações Financeiras, datado de 1º de março 2018, conclui que os controles internos examinados estão adequados, tendo em vista que não foram identificados achados relevantes que afetassem as demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 2017;
Considerando o parecer da Auditoria Independente Audimec Auditores Independentes S/S, sem ressalvas, datado de 26 de fevereiro de 2018, certificando que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
Considerando os debates havidos na reunião do dia 05 de março de 2018, com participação do Conselho Fiscal, registrados em ata,
Manifesta-se favoravelmente às Demonstrações Contábeis da Empresa, pertinentes ao Exercício Social iniciado em 1º de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como ao envio para aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10 de abril de 2018.
Brasília, 05 de março de 2018

Nerylson Lima da Silva
Presidente
Nina Maria Arcela
Conselheira
Iêda Aparecida de Moura Cagni
Conselheira
Igor Montezuma Sales Farias
Conselheiro
Maria da Glória Guimarães dos Santos
Conselheira
Marcelo Daniel Pagotti
Conselheiro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO

Processo nº 52000.100867/2018-03
Interessado: ABDI AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Tendo em vista o Relatório de Monitoramento relativo ao Relatório Anual de 2017 da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI (0281145), emitido pela Comissão de Orientação, Acompanhamento e Avaliação, após reunião realizada em 20/02/2018, no âmbito do Contrato de Gestão MDIC/ABDI 2018/2020, que recomenda sua aprovação, aprovo o Relatório de Gestão de 2017 da ABDI nos termos do processo SEI nº 52000.100867/2018-03.

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES
Secretário

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 65, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000224/2012-11, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de reconstrução previstos no art. 4º da Portaria n. 310, de 06 de junho de 2012, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Santa Leopoldina - ES, para ações de Defesa Civil, para até 09/06/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 66, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Queimadas	Estiagem - 1.4.1.1.0	388	16/02/18	59051.005180/2018-09
BA	Barro Alto	Estiagem - 1.4.1.1.0	158	21/02/18	59051.005149/2018-60
BA	Irará	Estiagem - 1.4.1.1.0	3087	22/02/18	59051.005181/2018-45
BA	Crisópolis	Estiagem - 1.4.1.1.0	114	26/02/18	59051.005185/2018-23
MG	Arinos	Estiagem - 1.4.1.1.0	1950	25/01/18	59051.005168/2018-96
MG	Teófilo Otoni	Deslizamentos - 1.1.3.2.1	7760	03/02/18	59051.005159/2018-03
MG	Candeias	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	2169	20/02/18	59051.005176/2018-32
MG	Jaboticatubas	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	3027	06/02/18	59051.005169/2018-31
MG	Machacalis	Inundações - 1.2.1.0.0	1058	09/02/18	59051.005164/2018-16
MG	Virgem da Lapa	Seca - 1.4.1.2.0	016	15/02/18	59051.005170/2018-65
MS	Bonito	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	33	21/02/18	59051.005145/2018-81
MS	Anastácio	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	056	21/02/18	59051.005129/2018-99
MT	Juruena	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	2772	19/02/18	59051.005160/2018-20
MT	Novo Mundo	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	015	27/02/18	59051.005162/2018-19
PA	Conceição do Araguaia	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	19	16/02/18	59051.005187/2018-12
PA	Quatipuru	Erosão de Margem Fluvial - 1.1.4.2.0	112	19/02/18	59051.005069/2018-12
PA	Tucumã	Enxurradas - 1.2.2.0.0	046	23/02/18	59051.005133/2018-57
RS	Chuvisca	Estiagem - 1.4.1.1.0	1105	09/02/18	59051.005192/2018-25
RS	Dom Feliciano	Estiagem - 1.4.1.1.0	3931	09/02/18	59051.005174/2018-43
RS	Pinheiro Machado	Estiagem - 1.4.1.1.0	610	14/02/18	59051.005178/2018-21
SC	Brusque	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	8093	26/01/18	59051.005091/2018-54

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 256, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão de Turma, realizada no dia 05 de julho de 2016, e o Despacho do Presidente nº 10/2017/DPORT/CJF/CGP/CA, no Requerimento de Anistia n.º 2006.01.55484, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial n.º 1.186, de 03 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 07 de novembro de 2016, para declarar anistiado político post mortem JESUS SILVEIRA SAPATA, filho de HILDA SILVEIRA SAPATA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 257, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão Plenária, realizada no dia 07 de novembro de 2012, e o Despacho do Presidente nº 8/2017/DPORT/CJF/CGP/CA, no Requerimento de Anistia n.º 2003.21.36109, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial n.º 933, de 15 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2013, para ratificar a condição de anistiado político post mortem de JOSÉ GERALDO SOUZA, filho de ANTONIA PINTO SOUZA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.355,00 (um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 07.11.2012 a 27.11.1998, perfazendo um total retroativo de R$ 245.638,92 (duzentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 258, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão Plenária, realizada no dia 13 de novembro de 2014, e o Despacho do Presidente nº 9/2017/DPORT/CJF/CGP/CA, no Requerimento de Anistia n.º 2007.01.57683, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial n.º 464, de 21 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2015, para dar provimento ao Recurso, e ratificar a condição de anistiado político post mortem de WILSON LOPES DA CUNHA COUTO, filho de LAURA COUTO LOPES DA CUNHA COUTO, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 13.11.2014 a 05.06.1995, perfazendo um total retroativo de R$ 182.942,73 (cento e oitenta e dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e setenta e três centavos), e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 02.09.1986 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 259, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 123ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de agosto de 2008, e o Despacho do Presidente nº 605/2017/DPORT/CJF/CGP/CA, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.04854, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial nº 1.686, de 21 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2009, para dar provimento ao Recurso, e declarar anistiada política post mortem ANA MARIA DA COSTA, filha de MARIA APARECIDA DA COSTA, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 27.08.2008 a 13.12.1996, perfazendo um total retroativo de R$ 304.266,67 (trezentos e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 12.10.1968 a 28.08.1979, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 260, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, e o Despacho do Presidente nº 629/2017/DPORT/CJF/CGP/CA, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67258, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial nº 2.290, de 30 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2014, para declarar anistiado político post mortem GERALDO PÉRES DA SILVA, filho de VICENTINA MARIA DE JESUS, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.904,20 (dois mil, novecentos e quatro reais e vinte centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 11.05.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 345.212,57 (trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e doze reais e cinquenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

TORQUATO JARDIM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 261, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de junho de 2016, e o Despacho do Presidente nº 9/2018/DPORT/CJF/CGP/CA, no Requerimento de Anistia n.º 2006.01.53841, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial n.º 1.177, de 03 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 07 de novembro de 2016, para declarar anistiado político post mortem JOÃO OZORIO MELO, filho de ANTONIA DE MORAES, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 262, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, e o Despacho do Presidente nº 2/2017/DPORT/CJF/CGP/CA, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55379, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial nº 2.212, de 29 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2015, para declarar anistiado político post mortem BERNARDINO SERAFIM DOS ANJOS, filho de JOAQUINA ALVES DA CONCEIÇÃO, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.576,00 (um mil, quinhentos e setenta e seis reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 10.12.2015 a 19.09.2001, perfazendo um total retroativo de R$ 291.481,20 (duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e vinte centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 08.10.1973 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 263, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão Plenária, realizada no dia 21 de agosto de 2014, e o Despacho do Presidente nº 7/2017/DPORT/CJF/CGP/CA, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.52316, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial nº 868, de 03 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2015, para dar provimento ao Recurso, e declarar anistiado político post mortem EDIO JANUARIO TEIXEIRA, filho de ALRELINA FRANCISCA TEIXEIRA, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 3.895,82 (três mil, oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e dois centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 21.08.2014 a 31.10.2000, perfazendo um total retroativo de R$ 699.429,55 (seiscentos e noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos), e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 16.07.1986 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

TORQUATO JARDIM

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHOS

À vista dos novos elementos constantes dos autos, e com fulcro na Portaria Interministerial nº 3, de 27 de fevereiro de 2018, que deixou de exigir a comprovação de capacidade financeira da chamante para sustentar o chamado, e considerando ainda o princípio da economia processual, acolho o pedido de reconsideração da decisão de indeferimento do recurso, para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 20/02/2018, Seção 1, pág. 23, e DEFERIR o pedido de autorização de residência, com base em reunião familiar, nos termos do art. 153, do Decreto nº 9199 de 20/11/2017, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem. Processo nº 08505.028960/2017-11 - GIUSEPPE BERTUCCI

Não conheço do Recurso, conforme disposto no art. 63, I, da Lei nº 9784, e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 15/09/2017, Seção 1, página 43. Processo nº 08506.008326/2017-52 - HASSAN ATAYA

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 25/02/2016, Seção 1, página 44. Processo nº 08505.077161/2011-83 - MAZEN JAAFAR

ANDRE ZACA FURQUIM
Diretor
Substituto

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

DEFIRO os pedidos de transformação da residência temporária em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelos respectivos requerentes, abaixo relacionados:

Processo nº 08709.002242/2017-29 - ORLANDO JOSE AVALOS FRANCO

Processo nº 08460.017247/2017-14 - MARIA GEORGINA FORERO SANCHES

Processo nº 08460.000312/2018-45 - JAIME ANDRES DUQUE BARBOSA

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 26/08/2016, Seção 1, pág. 85, e DEFERIR o pedido de autorização de residência, a título de reunião familiar, por prazo indeterminado, nos termos do art. 153 do Decreto n° 9.199 de 20/11/2017. Processo nº 08390.004750/2015-19 - OLUWAMAYOWA JAMES ALUKO

DEFIRO o pedido, para conceder a autorização de residência no País, por prazo determinado, até 15/08/2020, conforme disposto no art. 159 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

Processo nº 08505.066060/2017-72 - NGOZI FLORENCE OKOYEIGWE

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas pelo Departamento de Polícia Federal. Processo nº Processo nº 08461.007527/2017-04 - JOSEFINA VICTOR

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) interessado(a) não cumpriu integralmente a exigência formulada por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo nº 08505.073695/2017-26 - OZIOMA GOODNEWS EGBON

Processo nº 08505.072189/2017-10 - CAJETHAN TOCHUKWU OKAFOR

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão, baixo relacionados:

Processo nº 08354.002132/2017-24 - DAVID STUWAR MOSQUERA SANCHEZ

Processo nº 08505.005014/2017-05 - AMALIA MOYANO

Processo nº 08709.004973/2017-17 - JUNIOR RENE FLEITAS SOTELO

Processo nº 08506.008455/2017-41 - JIMENA PACHECO POMAHUACRE

Processo nº 08436.001612/2017-68 - MIRTA NOEMI OVELAR

Processo nº 08240.009417/2017-73 - LAURA FANAIA ARANGO NOVOA

Processo nº 08495.002902/2017-24 - CARLA JIMENA DAROCH

Processo nº 08709.006248/2017-75 - AURA MARIA JALAL OSORIO

Processo nº 08495.004234/2017-70 - MARCELO RAUL MATHIU

Processo nº 08709.009597/2016-68 - ANDRES FELIPE GARCIA PEREZ

Processo nº 08709.006588/2017-04 - VICTOR MARIO NOBLE RAMOS

Processo nº 08460.012444/2017-39 - ARGENTINA NOELIA BARRIONUEVO

Processo nº 08354.004938/2017-57 - HUMBERTO FLORES HUAMAN

Processo nº 08389.013890/2017-71 - ERNESTO ESPARZA

Processo nº 08400.013403/2017-74 - MIGUEL ANGEL LIJERON ANEZ

Processo nº 08495.004985/2017-96 - FLORENCIA AGUSTINA CASTELLO

Processo nº 08444.005658/2017-57 - LUCIANO TARGON

Processo nº 08495.005220/2017-73 - JESUS LUIS BERON

Processo nº 08386.303097/2016-18 - ANA SOFIA MENDOZA LOAIZA

Processo nº 08241.000061/2017-01 - CARLOS ENRIQUE CARDENAS GUZMAN

Processo nº 08107.001898/2017-11 - CARLOS ALBERTO VICENTIN

Processo nº 08389.014361/2017-94 - PABLO MIGUEL SILVA

Processo nº 08709.007191/2017-21 - ERMIT ALEJANDRO LEIVA

Processo nº 08389.014907/2017-15 - LEONARDO JAVIER FERNANDEZ

ISMAEL SILVA MACEDO
Chefe

DESPACHOS

DEFIRO os pedidos de renovação da autorização de residência, nos termos do art. 146 do Decreto 9.199/17, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.017223/2017-57 - EMILIO JOSE ROSADO CORDOVA, até 01/01/2019

Processo Nº 08460.017535/2017-61 - JASSIEL VLADIMIR HERNANDEZ FONTES, até 17/01/2019,

Processo Nº 08460.017805/2017-33 - INDRID MONTSERRAT VILLASBOA LUCENA, até 15/02/2019,

Processo Nº 08460.017662/2017-60 - PHYLMARLIA ANIKA LYTTLE, até 16/03/2019

Processo Nº 08460.017351/2017-09 - COURTNEY ALLEN CRUMPLER, até 20/12/2018

Determino o arquivamento dos pedidos de residência, diante do término dos respectivos cursos, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.017559/2017-10 - NIKOLA PARIZKOVA

Processo Nº 08354.006071/2016-93 - JACOBO TRONLLAN HALABE

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
Pela Delegação de Competência.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 489, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Pará e Município de Belém.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 290/SAS/MS, de 9 de abril de 2012, que habilita o Hospital Oftalmológico Dra.Cynthia Charone/Centro Especializado em Olhos Ltda - CNES 5022517, como Serviço de Alta Complexidade em Oftalmologia; e;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 4.185.450,48 (quatro milhões, cento e oitenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos), a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Pará e Município de Belém, destinados ao custeio da habilitação do Hospital Oftalmológico Dra.Cynthia Charone/Centro Especializado em Olhos Ltda - CNES, como Serviço de Alta Complexidade em Oftalmologia.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, ao Fundo Municipal de Saúde de Belém, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585- Plano Orçamentário 0000 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 559, DE 9 DE MARÇO DE 2018

Altera a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Plano de Ação de Pesquisa Clínica no Brasil.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 6º, inciso X, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre os objetivos e as atribuições do Sistema Único de Saúde - SUS no sentido de incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico, em consonância com o disposto no art. 200, inciso V, da Constituição Federal;

Considerando a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015;

Considerando a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde - PNCTIS, aprovada na 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, realizada em 2004, que tem como objetivo maior contribuir para que o desenvolvimento nacional se faça de modo sustentável, e com apoio na produção de conhecimentos técnicos e científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País;

Considerando o Anexo VII à Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede Nacional de Pesquisa Clínica - RNPC;

Considerando as Resoluções da Diretoria Colegiada - RDC da Anvisa nº 09 e 10, de 20 de fevereiro de 2015, que dispõem sobre o regulamento para a realização de ensaios clínicos com medicamentos e dispositivos médicos no Brasil, respectivamente;

Considerando a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde - CNS, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e dispõe sobre as atribuições da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep e dos Comitês de Ética em Pesquisa - CEP;

Considerando a Norma Operacional CNS nº 001/2013, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP, e estabelece que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde - SCTIE/MS exerce a função de Secretaria Executiva da CONEP/CNS; e

Considerando o art. 34 do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, que dispõe sobre as atribuições e competências do Departamento de Ciência e Tecnologia - DECIT da SCTIE/MS, resolve:

Art. 1º A Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Seção IX

Do Plano de Ação de Pesquisa Clínica no Brasil

Art. 837-A. Fica instituído o Plano de Ação de Pesquisa Clínica no Brasil, com a finalidade de aumentar a capacidade do País em desenvolver e atrair ensaios clínicos.

Parágrafo único. O Plano será disponibilizado no sítio eletrônico http://portalms.saude.gov.br/ciencia-e-tecnologia-e-complexo-industrial." (NR)

"Art. 837-B. São objetivos do Plano de Ação de Pesquisa Clínica no Brasil:

I - aperfeiçoar o sistema de análise ética em pesquisas envolvendo seres humanos;

II - apoiar a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa no aprimoramento do sistema regulatório para pesquisa clínica;

III - aprimorar a capacidade científica instalada em pesquisa clínica;

IV - promover a formação continuada de recursos humanos em pesquisa clínica;

V - aprimorar a governança da Rede Nacional de Pesquisa Clínica - RNCP; e

VI - apoiar a translação e a difusão do conhecimento em pesquisa clínica." (NR)

"Art. 837-C. O Plano de Ação de Pesquisa Clínica no Brasil está estruturado em seis eixos estratégicos:

I - regulação ética;

II - regulação sanitária;

III - fomento científico e tecnológico;

IV - formação em pesquisa clínica;

V - Rede Nacional de Pesquisa Clínica - RNPC; e

VI - gestão do conhecimento." (NR)

"Art. 837-D. Caberá ao Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde - DECIT/SCTIE/MS coordenar, implementar, monitorar e avaliar as ações que compõem o Plano de Ação de Pesquisa Clínica no Brasil.

§ 1º O DECIT/SCTIE/MS será responsável pela articulação com as demais Secretarias do Ministério da Saúde, a Anvisa, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde - CONEP/CNS, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o Ministério da Educação, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e outros órgãos e entidades da administração pública direta e indireta e da sociedade civil organizada atuantes no campo da ciência, tecnologia e inovação, para participarem das atividades do Plano, sempre que essa participação for pertinente em razão de sua área de atuação.

§ 2º Para o alcance dos objetivos do Plano, o DECIT/SCTIE/MS poderá ainda:

I - articular para promover a aproximação do setor regulado com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta; e

II - constituir grupos de trabalho para o cumprimento de finalidades específicas relacionadas ao Plano e convidar, para fazerem parte de sua composição, representantes de outros órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, da sociedade civil organizada e do setor regulado." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 571, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Dr. Antônio Jorge Abib Neto, nova) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Espírito Santo e Município de Cachoeiro de Itapemirim.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta cadastrada no SAIPS nº 15684 e aprovada em 19 de janeiro de 2018, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Dr. Antônio Jorge Abib Neto, nova), localizada no Município de Cachoeiro de Itapemirim (ES), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Espírito Santo e Município de Cachoeiro de Itapemirim.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim-ES, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP SEI	Valor do repasse anual	Gestão	Proposta
ES	Cachoeiro de Itapemirim	320120	9132813	Opção III	04 (médicos)	82.41	25000.010851/2018-29	R$ 1.200.000,00	Municipal	15684

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 13 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 476ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 11 de novembro de 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25779.003578/2015-32	Administradora Brasileira De Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	Arts. 77 e 10, inciso III da RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.607704/2014-15	Vision Med Assistência Médica Ltda	Arts. 79 e 10, inciso V, da RN nº 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25789.003860/2016-81	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77, c/c art. 7º, III, c/c art. 8º, III, c/c art. 10, V, todos da RN nº 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25782.004675/2014-11	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 c/c art. 10, V c/c art. 7º, III da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.009689/2015-33	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 77 c/c art. 10, inciso V, e art. 8º, inciso III, da RN nº 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.014284/2016-82	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico Do Rio de Janeiro	Arts.77 e 10, inciso V, da RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.033272/2013-02	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico Do Rio de Janeiro	Arts.78 c/c art. 10, inciso V, e art. 7º, inciso III, da RN nº 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.093679/2015-78	Sul America Companhia de Seguro Saúde	Art. 82-A c/c art. 10, inciso V, e art. 9º, inciso I, da RN nº 124/2006	80.240,00 (oitenta mil duzentos e quarenta reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor - Presidente
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO-RDC Nº 220, DE 9 DE MARÇO DE 2018

Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61 de 3 de fevereiro de 2016, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso VIII da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, com a nova redação dada pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, art. 53, inciso V e § 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e conforme decisão da Diretoria Colegiada em Reunião Ordinária Interna - ROI 002/2018, realizada em 27 de fevereiro de 2018, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Alterar os arts. 14,19, 21,23, 24, 25, 28, 31 e 33 do Capítulo III, do Título III, e o art. 54, do Capítulo III, do Título IV, do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 2016, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"TÍTULO III

DA DIRETORIA COLEGIADA

.....

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DA DIRETORIA COLEGIADA

.....

Seção II

Das Deliberações e do Funcionamento

.....

Subseção II

Das Reuniões e do Circuito Deliberativo

.....

Art. 14. A distribuição de matérias para os Diretores será realizada de forma equânime, por sorteio.

.....

§ 7º Nos casos de vacância do cargo de Diretor, todas as matérias que estavam sob sua relatoria serão redistribuídas por sorteio entre os Diretores em exercício, na primeira Reunião Ordinária Pública após a data da vacância.

.....

§ 9º Em caso de impedimento ou suspeição do Diretor Relator, será realizado novo sorteio da matéria.

.....

§11. O Diretor reconduzido recobrará todas as matérias de regulamentação que estavam sob sua relatoria no seu primeiro mandato, com exceção daqueles cuja Proposta de Consulta Pública tenha sido submetida à Diretoria Colegiada por outro relator.

.....

Subseção III

Das Reuniões Presenciais

.....

Art. 19. O Diretor relator apresentará relatório do caso discutido, após o que o Diretor-Presidente concederá oportunidade para manifestação ou sustentação oral, seguindo-se o debate entre os Diretores.

.....

Art. 21. Cada Diretor deverá apresentar seu voto fundamentado, por matéria, oralmente ou por escrito, devendo o Diretor-Presidente computar os votos e proclamar o resultado, conforme disposto no art. 8º deste Regimento Interno.

§ 1º. A matéria não decidida por insuficiência de quórum será incluída na pauta da Reunião subsequente.

§ 2º. Nas matérias de regulação os Votos dos Diretores serão disponibilizados no portal da Anvisa.

.....

Subseção IV

Das Manifestações Orais nas Reuniões Presenciais

Art. 23. Os interessados poderão se inscrever para manifestação oral em temas de regulação e sustentação oral em recursos administrativos, por meio do endereço eletrônico disponibilizado para esse fim, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data da reunião.

Parágrafo Único. Os inscritos para realizar sustentação oral em recursos administrativos, conforme disposto nesse artigo, deverão apresentar procuração original ou cópia autenticada de procuração da recorrente, no momento da inscrição.

Art. 24. No caso dos itens da pauta relativos a julgamento de recursos em última instância administrativa, apenas as partes interessadas ou seus representantes legais poderão realizar sustentação oral ou requerer apreciação em sigilo, em Reuniões Internas ou Públicas, nos termos deste Regimento.

Art. 25. A inscrição para sustentação oral deve especificar o item da pauta a que se refere, bem como trazer a identificação do responsável pela manifestação.

.....

Art. 28. O requerimento de apreciação em sigilo deverá ser previamente encaminhado para o endereço eletrônico disponibilizado para esse fim, até 02 (dois) dias úteis da data da reunião.

§ 1º O Requerimento deverá ser motivado e o número do item da pauta a que se refere deverá ser informado.

§ 2º O Requerimento de sigilo, quando acompanhado de inscrição para sustentação oral, deverá identificar o responsável pelo uso da palavra.

.....

Subseção VI

Dos Circuitos Deliberativos

.....

Art. 31. Poderão ser apreciadas em Circuito Deliberativo, matérias de gestão da Agência e outras definidas pela Diretoria Colegiada.

.....

Subseção VII

Da Ata

Art. 33. As atas das reuniões presenciais e do Circuito Deliberativo serão assinadas pelo Diretor-Presidente ou seu substituto legal, após aprovação da Diretoria Colegiada, com as seguintes informações:

.....

§ 1º As atas serão disponibilizadas no sítio eletrônico da Agência, em até dois dias úteis, após a aprovação em reunião da Diretoria Colegiada.

.....

TÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

.....

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DECISÓRIOS, ATOS E CORRESPONDÊNCIAS

.....

Seção II

Dos Instrumentos Decisórios e Atos do Diretor-Presidente e demais autoridades

Art. 54. O Diretor-Presidente e demais autoridades da Agência exercem as competências previstas em Lei e no presente Regimento Interno e manifestam-se pelos seguintes instrumentos decisórios:

I - Resolução (RE): ato que expressa decisão administrativa para fins autorizativos, homologatórios, prorrogação de prazo nos termos da Lei 13.411/2016, certificatórios, cancelatórios, de interdição e de imposição de penalidades previstas na legislação sanitária e afim;

.....

§ 1º As Resoluções de que trata o inciso I deste artigo serão expedidas pelo Diretor-Presidente e pelos Diretores, podendo esta atividade ser delegada aos Gerentes-Gerais e Gerentes.

....."(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ARESTO Nº 1.073, DE 12 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 005, realizada em 6 de março de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: MICARAM COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS QUÍMICOS E REPRESENTAÇÕES LTDA. - EPP
CNPJ: 03.562.756/0002-01
Processo: 25351.592474/2017-72
Expediente: 0013372/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 048/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: CENTRAL MATERIAL ORTOPÉDICO LTDA.
CNPJ: 04.044.765/0001-84
Processo: 25351.204536/2002-13
Expediente: 0029765/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 044/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: TAMURA E SILVA - COMÉRCIO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS
CNPJ: 19.581.280/0001-05
Processo: 25351.093251/2015-81
Expediente: 0034873/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 036/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: EMERSON ROBSON GUARDA LARA - EPP
CNPJ: 24.480.341/0001-70
Processo: 25351.626065/2017-87
Expediente: 0047654/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 038/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: RODRIGO PEREIRA GONÇALVES - ME
CNPJ: 27.417.764/0001-33
Processo: 25351.528535/2017-48
Expediente: 2284135/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 057/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: FARMÁCIA RONY LTDA.
CNPJ: 77.834.372/0001-48
Processo: 25351.058691/2008-47
Expediente: 2291401/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por perda do objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer de Perda de Objeto nº 001/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: A. C. M. COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS EIRELI - ME
CNPJ: 04.248.415/0001-30
Processo: 25351.555352/2017-03
Expediente: 2319536/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 025/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S. A.
CNPJ: 61.412.110/0850-45
Processo: 25351.489411/2017-30
Expediente: 2321240/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 034/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: FARMÁCIA MANIFARMA LTDA. - EPP
CNPJ: 53.763.488/0005-07
Processo: 25351533811/2017-90
Expediente: 2253296/17-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 054/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: FARMÁCIA SANTA RITA DE SANTA CRUZ LTDA.
CNPJ: 25.196.956/0001-31
Processo: 25351.547064/2017-77
Expediente: 2298879/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 058/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: FEDEX BRASIL LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA.
CNPJ: 10.970.887/0022-29
Processo: 25351.420971/2015-76
Expediente: 2242473/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 049/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: NAIRA FERREIRA DOS SANTOS CARDOSO - ME
CNPJ: 23.917.429/0001-43
Processo: 25351481327/2017-78
Expediente: 2159589/17-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 055/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A
CNPJ: 17.159.229/0001-76
Processo: 25351.605029/2017-80
Expediente: 2292078/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 024/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: LIMPADORA MAR AZUL LTDA. - EPP
CNPJ: 01.232.753/0001-95
Processo: 25767.099084/2017-01
Expediente: 0960029/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 010/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: BRASIL AMBIENTAL DEDETIZADORA EIRELI - ME
CNPJ: 23.314.547/0001-67
Processo: 25767.167377/2017-11
Expediente: 2164862/17-0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 009/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: BIOTÉCNICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 02.534.069/0001-20

Processo: 25761.636982/2017-48

Expediente: 2271830/17-3

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 011/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 43.894.609/0001-64

Processo: 25759.382344/2017-41

Expediente: 566803/17-4

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 012/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 43.894.609/0001-64

Processo: 25759.382535/2017-11

Expediente: 566825/17-5

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 015/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 43.894.609/0001-64

Processo: 25759.382543/2017-59

Expediente: 566849/17-2

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 013/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 43.894.609/0001-64

Processo: 25759.382365/2017-66

Expediente: 566868/17-9

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 014/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: RODRIGO SILVA DE SÁ

CNPJ: 18.542.536/0001-02

Processo: 25351.375027/2016-77

Expediente: 256190/16-5

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 257/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: DISK MED PÁDUA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 04.216.957/0001-20

Processo: 25351.155471/2014-93

Expediente: 0465910/14-4

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por perda do objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer de Perda de Objeto nº 053/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: SUNSTAR BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 19.678.271/0001-29

Processo: 25767.598384/2017-11

Expediente: 2181255/17-1

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 412/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: SUNSTAR BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 19.678.271/0001-29

Processo: 25767.598371/2017-34

Expediente: 2181669/17-7

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 409/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: SUNSTAR BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 19.678.271/0001-29

Processo: 25767.598381/2017-70

Expediente: 2181670/17-1

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 408/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: SUNSTAR BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 19.678.271/0001-29

Processo: 25767.598369/2017-64

Expediente: 2181679/17-4

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 413/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: SUNSTAR BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 19.678.271/0001-29

Processo: 25767.598370/2017-90

Expediente: 2181681/17-6

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 410/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: SUNSTAR BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 19.678.271/0001-29

Processo: 25767.598378/2017-56

Expediente: 2181683/17-2

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 414/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: SUNSTAR BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 19.678.271/0001-29

Processo: 25767.598373/2017-23

Expediente: 2181684/17-1

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 411/2017 - Coare/Dimon.

ARESTO Nº 1.072, DE 12 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 15, VI da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as seguintes decisões administrativas recursais:

AUTUADO: ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ/CPF: 43.426.626/0009-24

25759.476423/2008-21 - AIS:625190/08-1 - GGPAF1/ANVISA

Conhecer o recurso e dar provimento total determinando o arquivamento do processo por insubsistência, por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 004, de 20/02/2018.

AUTUADO: Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A CNPJ/CPF: 60.659.463/0029-92

25351.227368/2010-11 - AIS:298970/10-1 - GFIMP/ANVISA

Conhecer o recurso e dar provimento total determinando o arquivamento do processo por insubsistência, por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 004, de 20/02/2018.

AUTUADO: BARI IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI CNPJ/CPF: 08.034.165/0003-58

25741.121863/2015-87 - AIS:0174779/15-7 - GGPAF/ANVISA

Não conhecer do recurso, por intempestividade, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 004, de 20/02/2018.

AUTUADO: CARGO SERVICE CENTER BRAZIL AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA CNPJ/CPF: 00.321.756/0001-32

25759.367491/2007-19 - AIS:474448/07-9 - GGPAF1/ANVISA

Conhecer o recurso e negar provimento, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 004, de 20/02/2018.

AUTUADO: CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A. CNPJ/CPF: 15.578.569/0001-06

25759.743299/2013-36 - AIS:1070671/13-2 - GGPAF1/ANVISA

Não conhecer do recurso, por intempestividade, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 004, de 20/02/2018.

AUTUADO: CURADEN SWISS DO BRASIL - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. CNPJ/CPF: 07.791.616/0001-77

25759.128447/2007-95 - AIS:163333/07-3 - GGPAF1/ANVISA

Conhecer o recurso e dar provimento parcial, alterando a penalidade de multa no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para penalidade de advertência, por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 004, de 20/02/2018.

AUTUADO: Henrique Ninni Ferreira - ME CNPJ/CPF: 03.669.048/0001-85

25351.705601/2009-86 - AIS:282727/09-1 - GFIMP/ANVISA

Conhecer o recurso e negar provimento, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 003, de 06/02/2018.

AUTUADO: Hypermarcas S/A CNPJ/CPF: 02.932.074/0001-91

25351.001323/2010-53 - AIS:001822/10-8 - GGFIS1/ANVISA

Conhecer o recurso e negar provimento, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 004, de 20/02/2018.

AUTUADO: LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA CNPJ/CPF: 63.067.904/0001-54

25759.214263/2007-47 - AIS:273142/07-8 - GGPAF1/ANVISA

Conhecer o recurso e dar provimento total determinando o arquivamento do processo por insubsistência, por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 004, de 20/02/2018.

AUTUADO: LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA CNPJ/CPF: 62.011.788/0005-12

25744.067106/2013-62 - AIS:0095148/13-0 - GGPAF1/ANVISA

Conhecer o recurso e negar provimento, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 004, de 20/02/2018.

AUTUADO: PITANGUEIRAS IMP. EXP. COM. MAN. DE EQUIP. IND. LTDA CNPJ/CPF: 09.001.501/0001-67

25767.646189/2012-88 - AIS:0926399/12-3 - GGPAF1/ANVISA

Não conhecer do recurso, por exaurimento da esfera administrativa, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 004, de 20/02/2018.

AUTUADO: RECCOS COSMETICA LTDA - ME CNPJ/CPF: 14.575.637/0001-10

25759.595571/2012-34 - AIS:0856675/12-5 - GGPAF1/ANVISA

Conhecer o recurso e negar provimento, mantendo a penalidade de advertência, por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 003, de 06/02/2018.

AUTUADO: SANTA MARTA DISTRIBUIDORA DE DROGAS LTDA CNPJ/CPF: 16.010.431/0034-37

25351.200999/2011-05 - AIS:280301/11-1 - GFIMP1/ANVISA

Não conhecer do recurso, por intempestividade, determinando de ofício o arquivamento do processo por impossibilidade jurídica de prosseguimento, por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 004, de 20/02/2018.

AUTUADO: UIRAPURU TAXI AEREO LTDA CNPJ/CPF: 07.382.021/0001-68

25763.799982/2008-67 - AIS:333187/08-3 - GGPAF1/ANVISA

Conhecer o recurso e negar provimento, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 003, de 06/02/2018.

AUTUADO: VLI OPERACOES PORTUARIAS S.A CNPJ/CPF: 12.963.928/0003-12

25765.529515/2014-08 - AIS:0737906/14-4 - GGPAF1/ANVISA

Não conhecer do recurso, por intempestividade, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 004, de 20/02/2018.

AUTUADO: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.072.393/0039-06

25759.171031/2007-97 - AIS:217017/07-5 - GGPAF1/ANVISA

Conhecer o recurso e negar provimento, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), por unanimidade. Reunião Ordinária Pública - ROP nº 004, de 20/02/2018.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 1.074, DE 12 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 005, realizada em 6 de março de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Capsugel Brasil Import. e Distrib. de Insumos Farmacêuticos e Alimentos Ltda.

CNPJ: 15.068.359/0001-78

Processo: 25351.326356/2014-73.

Expediente: 0260931/17-2

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer COREA nº 43/2017 - Corea/GGALI.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ARESTO Nº 1.075, DE 12 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 005/2018, realizada em 6 de março de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Helm do Brasil Mercantil Ltda.
CNPJ: 47.176.755/0001-05
Processo: 25351.450196/2010-28
Expediente: 2271788/17-9
Decisão: por unanimidade, NÃO CONHECER do Pedido de Revisão de Ato em razão do exaurimento da esfera administrativa, nos termos do VOTO 011/2018/DIGES, que acata a sugestão do Parecer n. 037/2017/Coart/GGTOX.
Recorrente: BRA Defensivos Agrícolas Ltda
CNPJ: 07.057.944/0001-44
Processo: 25351.348064/2015-56
Expediente: 2275901/17-8
Decisão: por maioria, vencido o Diretor Renato Porto, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando o voto do relator - Relatorio e Voto nº 21/2018/Diare/ANVISA.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

DESPACHO Nº 39, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, RESOLVE prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) no Anexo.

WILLIAM DIB

ANEXO

Empresa: VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 04.718.143/0001-94
Processo: 25351.207788/2010-03
Expediente: 0006991/18-4
Nome Comercial (Produto): SISTEMA DE AQUECIMENTO E RESFRIAMENTO
Data do Protocolo: 04/01/2018
Empresa: UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
CNPJ: 60.665.981/0001-18
Processo: 25351.097228/2017-02
Expediente: 0012460/18-5
Nome Comercial (Produto): K-SEX
Data do Protocolo: 05/01/2018
Empresa: VIRION DIAGNOSTICA LTDA
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.542908/2017-93
Expediente: 0012135/18-5
Nome Comercial (Produto): HERPES SIMPLEX 1 VIRCLIA IgG MONOTEST
Data do Protocolo: 05/01/2018
Empresa: VIRION DIAGNOSTICA LTDA
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.543370/2017-34
Expediente: 0012207/18-6
Nome Comercial (Produto): ZIKA VICLIA IgG MONOTEST
Data do Protocolo: 05/01/2018
Empresa: VIRION DIAGNOSTICA LTDA
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.542989/2017-21
Expediente: 0012221/18-1
Nome Comercial (Produto): HERPES SIMPLEX 1 +2 VIRCLIA IgG MONOTEST
Data do Protocolo: 05/01/2018
Empresa: VIRION DIAGNOSTICA LTDA
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.532361/2017-18
Expediente: 0012229/18-7
Nome Comercial (Produto): MYCOPLASMA PNEMONIAE VIRCLIA IgG MONOTEST
Data do Protocolo: 05/01/2018
Empresa: VIRION DIAGNOSTICA LTDA
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.543397/2017-27
Expediente: 0012235/18-1
Nome Comercial (Produto): HERPES SIMPLEX 2 VIRCLIA IgM MONOTEST
Data do Protocolo: 05/01/2018
Empresa: VIRION DIAGNOSTICA LTDA
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.543367/2017-11
Expediente: 0012226/18-2
Nome Comercial (Produto): Zika Virclia IgM Monotest
Data do Protocolo: 05/01/2018
Empresa: VIRION DIAGNOSTICA LTDA
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.542907/2017-49
Expediente: 0012233/18-5
Nome Comercial (Produto): HERPES SIMPLEX 1 VIRCLIA IgM MONOTEST
Data do Protocolo: 05/01/2018
Empresa: VIRION DIAGNOSTICA LTDA
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.543396/2017-82
Expediente: 0012223/18-8
Nome Comercial (Produto): HERPES SIMPLEX 2 VIRCLIA IgG MONOTEST
Data do Protocolo: 05/01/2018
Empresa: VIRION DIAGNOSTICA LTDA
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.543393/2017-49
Expediente: 0012457/18-5
Nome Comercial (Produto): HERPES SIMPLEX 1 +2 VIRCLIA IgM MONOTEST
Data do Protocolo: 05/01/2018
Empresa: VIRION DIAGNOSTICA LTDA
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.532346/2017-70
Expediente: 0012232/18-7
Nome Comercial (Produto): MYCOPLASMA PNEUMONIAE VIRCLIA IgM MONOTEST
Data do Protocolo: 05/01/2018

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 618, DE 13 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando que a administração pública também obedecerá, dentre outros, os princípios da finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica e interesse público, conforme disposto no art. 2º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução-RE nº 535, de 2 de março de 2018, publicada no DOU nº 44, de 06/03/2018, seção 1, pág. 31.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 91, DE 5 DE MARÇO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 303/SGTES/MS, de 17 de outubro de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 303/SGTES/MS, de 17 de outubro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.436033/2017-71	AGUINALDO PIRES DA SILVA JUNIOR	2200501	PI	LUIS CORREIA

PORTARIA Nº 92, DE 5 DE MARÇO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 108/SGTES/MS, de 02 de maio de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 108/SGTES/MS, de 02 de maio de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.078014/2014-73	Yanisleidy Denis Menendez	3101010	MG	Campos Gerais

PORTARIA Nº 94, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 181/SGTES/MS, de 15 de abril de 2016, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 181/SGTES/MS, de 15 de abril de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.049665/2016-18	ELIDIA MARIA REYES RAMIREZ	4100924	PR	ITAUNÁ DO SUL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 95, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Divulga o resultado do processamento eletrônico da seleção de municípios pelos médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da Medicina no exterior, inscritos para a segunda fase do processo de seleção do Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do Edital SGTES/MS nº 12, de 27 de novembro de 2017

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.901, de 10 de dezembro de 2016, e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado do processamento eletrônico da seleção de municípios, pelos médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da Medicina no exterior, inscritos para a segunda fase do processo de seleção do Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do subitem 8.2.1.do Edital SGTES/MS nº 12, de 27 de novembro de 2017, conforme lista disponível no endereço eletrônico http://maismedicos.gov.br.

Art. 2º O médico cujo nome integre a lista indicada no art. 1º desta Portaria deverá acessar o SGP, no período indicado no cronograma publicado no endereço eletrônico http://maismedicos.gov.br, para confirmar a sua participação no Módulo de Acolhimento e Avaliação e preenchimento de formulário de solicitação de passagens, conforme dispõe os subitens 8.2.2 e 9.5 do Edital SGTES/MS nº 12/2017.

Parágrafo único. O médico que não confirmar o interesse na vaga nos termos que trata o subitem 8.2.2 será excluído da seleção e sua vaga será disponibilizada para a Coordenação do Projeto, conforme subitem 8.2.2.2 do Edital SGTES/MS nº 12/2017.

Art. 3º Caso o profissional não compareça ao Módulo de Acolhimento e Avaliação ou não apresente os documentos exigidos nos termos do Edital, será excluído da seleção e sua vaga será disponibilizada para a Coordenação do Projeto, conforme subitem 9.7 do Edital SGTES/MS nº 12/2017.

Parágrafo único. Somente poderão iniciar as atividades no município de alocação, os médicos aprovados no Módulo de Acolhimento e Avaliação, nos termos do subitem 8.2.4 do Edital SGTES/MS nº 12/2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Ministério das Cidades

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 216, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Especifica diretrizes para a retomada, legalização e conclusão de empreendimentos financiados no âmbito do Programa Crédito Solidário (PCS).

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993,

CONSIDERANDO o dever conjunto do Conselho Curador do FDS (CCFDS), do Órgão Gestor e Agente Operador do FDS de atuar a fim de impedir a utilização irregular dos recursos transferidos aos particulares, evitando-se, notadamente, a frustação do empreendimento;

CONSIDERANDO que deve ser assegurada a construção do imóvel em consonância com o projeto apresentado e selecionado;

CONSIDERANDO as situações atualmente existentes de paralisação das obras contratadas;

CONSIDERANDO que o CCFDS possui ampla competência para adotar as providências cabíveis, que permitam o cumprimento das finalidades do FDS, inclusive utilização de recursos para retomada das obras;

CONSIDERANDO a Resolução CCFDS nº 209, de 16 de dezembro de 2015, que estabeleceu o Plano de Metas e Diretrizes Gerais para aplicação dos recursos do FDS, no exercício de 2016, prevendo o montante de R$ 81.485.935,60 (oitenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), para utilização na retomada, legalização e conclusão de obras paralisadas;

CONSIDERANDO que tais recursos estão alocados na Conta Subsídios e não foram utilizados; e

CONSIDERANDO que persiste a necessidade de destinação de recursos para o custeio das despesas de retomada, legalização e conclusão das obras paralisadas e que esses recursos devem ser de natureza não onerosa, tampouco subsídios, resolve:

Art. 1º O Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), observados os princípios da legalidade, finalidade, razoabilidade, moralidade administrativa, interesse público e eficiência, fica autorizado a assumir despesas com a retomada, legalização e conclusão de obras, contratadas no âmbito do Programa Crédito Solidário (PCS), cuja execução encontre-se paralisada, a partir de identificação em laudo de vistoria e em parecer técnico de engenharia, ambos, emitidos pelo Agente Financeiro.

Art. 2º Fica autorizada a destinação de recursos do FDS, no montante de R$ 81.485.935,60 (oitenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), para custeio das despesas com retomada, legalização e conclusão das obras paralisadas, contratadas no âmbito do PCS.

§ 1º Os recursos de que trata o caput são os provenientes da Conta Subsídios, criada pela Resolução CCFDS nº 209, de 16 de dezembro de 2015, e deverão ser segregados em conta Custeio de Retomada de Obras a ser criada, especificamente, para cobertura das despesas com retomada, legalização e conclusão de obras paralisadas no âmbito do PCS.

§ 2º Os recursos poderão ser utilizados independentemente do exercício financeiro e serão remunerados com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), não estando vinculados ao Plano de Metas do FDS.

Art. 3º Os recursos aportados pelo FDS para pagamento de despesas com a retomada, legalização e conclusão das obras do PCS, que excederem ao valor original contratado, não comporão o valor de financiamento habitacional contratado e serão destinados, exclusivamente, à retomada, legalização e conclusão das 56 (cinquenta e seis) operações relacionadas no Anexo I.

§ 1º A retomada de obra observará as exigências do PCS sobre as condições de habitabilidade, salubridade, solidez e segurança, respeitado o projeto originalmente contratado.

§ 2º Os valores finais por unidade habitacional, valor original contratado acrescido do valor relativo às despesas com a retomada, legalização e conclusão de obras, estão limitados aos definidos na Tabela constante do Anexo II, descontado valor proporcional ao percentual de execução de obra auferido no empreendimento.

§ 3º Os casos que, porventura, necessitarem de valores que ultrapassem os limites previstos neste art. serão levados ao Conselho Curador do FDS pelo Gestor da Aplicação para deliberação quanto à continuidade ou cancelamento da operação, acompanhados de justificativas técnicas do Agente Financeiro e de manifestação do Agente Operador.

Art. 4º Cabe ao Agente Financeiro:

I - levantar as causas da paralisação das obras, apurando a responsabilidade pelos problemas detectados, por meio de vistoria e parecer da sua Área de Engenharia;

II - elencar as medidas a serem adotadas perante o responsável pela paralisação das obras, com vistas à obtenção do ressarcimento do FDS;

III - analisar os serviços e custos necessários à retomada, legalização e conclusão de obras, com parecer conclusivo sobre a viabilidade do empreendimento.

§ 1º Caso seja identificada responsabilidade da Entidade Organizadora pela paralisação das obras, esta será impedida de operar em programas de habitação do Governo Federal, o Agente Financeiro deverá notificá-la, adotando as medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive, se for o caso, notícia crime junto a Polícia Federal, para ressarcimento do prejuízo ao FDS.

§ 2º O Agente Financeiro tem o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias para, se for o caso, ajuizamento de ação contra o responsável pela paralisação das obras, contados a partir da data da notificação, sendo os custos arcados pelo FDS.

§ 3º Os valores ressarcidos ao FDS, em razão do resultado do ajuizamento de ação ou acordo contra o responsável pela paralisação das obras, serão creditados na Conta Subsidio.

§ 4º A remuneração do Agente Financeiro para levantar as causas da paralisação das obras será prevista em Resolução especifica, cujo voto a ser submetido ao Conselho Curador do FDS deverá incluir o detalhamento da composição dos custos envolvidos.

Art. 5º O aporte de recursos para retomada, legalização e conclusão de obra fica condicionado:

I - à adoção, pelos Agentes Operador e Financeiro, dos procedimentos descritos no art. 4º;

II - ao afastamento da Entidade Organizadora, com impedimento de participar como membro da Comissão de Representantes (CRE) e da Comissão de Acompanhamento de Obra (CAO), caso constatada sua responsabilidade na paralisação das obras;

III - à eleição de novas CRE e CAO promovida pelos próprios beneficiários, composta cada uma por 05 (cinco) representantes dos beneficiários, exclusivamente, não se admitindo a participação do mesmo beneficiário nas duas comissões, concomitantemente, nem dos beneficiários das comissões anteriores; e

IV - à adoção de regime de empreitada global, no caso de conclusão de obra, podendo o Agente Operador autorizar casos excepcionais a partir de solicitação do Agente Financeiro.

Art. 6º Cabe ao Agente Operador:

I - analisar e manifestar-se conclusivamente sobre a viabilidade da proposta de retomada, legalização e conclusão de obras, apresentada pelo Agente Financeiro, considerando, no mínimo, as informações de que tratam os incisos I, II e III do art. 4º;

II - autorizar o aporte de recursos do FDS para a retomada, legalização e conclusão ou o cancelamento da operação, mediante solicitação justificada pelo Agente Financeiro;

III - definir os procedimentos operacionais a serem observados pelo Agente Financeiro no processo de retomada, legalização e conclusão de obras no âmbito do PCS;

IV - disponibilizar ao Gestor da Aplicação, informações mensais sobre a aplicação dos recursos e os resultados alcançados nas ações de retomada de obra; e

V - apresentar ao Conselho Curador do FDS, caso a caso, o resultado das ações de retomada, legalização e conclusão de obras, inclusive, com a indicação das sanções aplicadas, nos termos do art. 11 da Lei nº 8.677, de 1993.

Art. 7º Os Agentes Financeiro e Operador deverão promover o início do processo de amortização dos contratos dos empreendimentos do PCS que se encontram com funcionalidade e ocupados, ainda que sem recebimento e pendente de averbação e habite-se ou serviços complementares.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY
Presidente do Conselho

ANEXO I

Retomada, legalização e conclusão das operações do Programa Crédito Solidário (PCS)

APF ORIGINAL	NOME DO EMPREENDIMENTO	NOME ENTIDADE ORGANIZADORA	CNPJ	UH	UF	MUNICÍPIO	DATA CONTRATAÇÃO	VALOR FINANCIAMENTO (R$)	DATA ÚLTIMO DESEMBOLSO
17302301	CONDOMÍNIO LEÃO DE JUDÁ	ASSOC. COMUN. LEÃO DE JUDÁ	01723365000107	113	SP	SÃO PAULO	03/10/2007	2.825.000,00	30/07/2012
17308667	NOVO HORIZONTE	COOPAMARE - COOPERATIVA DOS CATADORES AUTÔNOMOS DE PAPEL	60908308000161	63	SP	SÃO PAULO	04/11/2008	1.755.372,15	26/11/2012
17477302	CONJUNTO HABITACIONAL CEARA MIRIM II	COOPERATIVA HABITACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO NORTE - COOHSERP	03370080000165	148	RN	CEARÁ-MIRIM	23/12/2008	2.418.864,94	08/11/2011
17494135	CONDOMÍNIO CONQUISTA	COOPAMARE - COOPERATIVA DOS CATADORES AUTÔNOMOS DE PAPEL	60908308000161	27	SP	SÃO PAULO	04/11/2008	640.142,61	06/11/2012
17494804	RESIDENCIAL COLINAS DA OESTE	ASSOC. TRAB. S/ TETO ZONA NOROESTE	04998386000123	200	SP	SÃO PAULO	23/05/2008	6.000.000,00	23/09/2013
17534763	CONJUNTO RESIDENCIAL SANTA ROSA I	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE ALUGUEL DO BAIRRO SANTA CRUZ - AMABSC	03115513000136	56	MG	BELO HORIZONTE	27/06/2008	1.265.600,00	27/03/2012

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

17538869	CONJUNTO HABITACIONAL GRANJA DE FREITAS V	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FAMENG	25530239000102	200	MG	BELO HORIZONTE	15/01/2008	4.525.719,53	15/01/2008
17539332	CONJUNTO HABITACIONAL ITAIPU	ASPAMV	00088698000149	60	MG	BELO HORIZONTE	03/10/2006	1.200.000,00	25/03/2011
17539446	RESIDENCIAL MAR VERMELHO I	ASCA - ASSOC. SEM CASA BETÂNIA E REGIÃO BH	42764670000124	77	MG	BELO HORIZONTE	27/12/2006	1.540.000,00	26/09/2012
17541042	RESIDENCIAL CASTELO I	UEMP - UNIÃO ESTADUAL POR MORADIA PRÓPRIA	04187582000118	84	MG	BELO HORIZONTE	24/03/2006	1.680.000,00	14/12/2011
17541157	RESIDENCIAL CASTELO II	UEMP - UNIÃO ESTADUAL POR MORADIA PRÓPRIA	04187582000118	140	MG	BELO HORIZONTE	26/01/2007	2.800.000,00	27/11/2012

APF ORIGINAL	NOME DO EMPREENDIMENTO	NOME ENTIDADE ORGANIZADORA	CNPJ	UH	UF	MUNICÍPIO	DATA CONTRATAÇÃO	VALOR FINANCIAMENTO (R$)	DATA ÚLTIMO DESEMBOLSO
17541711	RESIDENCIAL DIAMANTE II	ASCAPAZ - ASSOCIAÇÃO MORADORES S/CASA N SRA RAINHA DA PAZ	00298267000107	80	MG	BELO HORIZONTE	02/06/2006	1.600.000,00	18/04/2011
17541825	CONJUNTO HABITACIONAL SANTA ROSA II	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE ALUGUEL BAIRRO STA CRUZ - AMABSC	03115513000136	50	MG	BELO HORIZONTE	27/02/2008	1.130.000,00	14/12/2011
17548655	PORTO LARANJEIRAS V/FEMECAM	FEMECAM - FEDERAÇÃO METROPOLITANA DE CENTROS COMUNITÁRIOS E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES	10245228000172	150	PA	BELÉM	07/12/2006	2.295.453,00	03/02/2015
17548769	PORTO LARANJEIRAS III/UMB	UNIÃO DE MULHERES DE BELÉM	10245553000168	50	PA	BELÉM	25/10/2006	765.151,00	05/11/2015
17560151	RESIDENCIAL JOÃO FLOR	SOCIEDADE DE APOIO À LUTA PELA MORADIA	00085489000141	98	MA	BURITICUPU	28/11/2007	807.499,30	17/09/2015
17560379	CIDADE NOVA III	SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DA MORADIA	03593900000188	100	MA	TIMON	28/12/2005	1.185.882,81	17/03/2010
17572874	PORTO LARANJEIRAS IV/NOVO HORIZONTE	MOVIMENTO DE LUTA E MORADIA NOVO HORIZONTE	04830322000119	50	PA	BELÉM	07/11/2006	765.151,00	04/12/2015
17707183	LOTEAMENTO PARQUE SUL I CMP	CMP/PB - CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES DA PARAÍBA	06865086000100	100	PB	JOÃO PESSOA	25/04/2006	1.578.657,90	20/12/2012
17766674	FDS - ASCASA - ASSOCIAÇÃO CIDADÃ CASA DO GUARA - DF	ASSOCIAÇÃO DOS CIDADÃOS CASA DO GUARÁ - ASCASA	00360305000104	30	GO	NOVO GAMA	17/03/2006	412.965,00	05/12/2012
17874983	PORTO LARANJEIRAS I/COMTETO	COOPERATIVA HABITACIONAL DE BELÉM - COMTETO	02069180000193	200	PA	BELÉM	13/10/2006	3.060.604,00	12/02/2016
17875022	PORTO LARANJEIRAS VI/AMOB	AMOB	15742422000199	187	PA	BELÉM	02/04/2007	2.861.664,74	05/11/2015
17875136	PORTO LARANJEIRAS II/COMTETO	COMTETO	02069180000193	200	PA	BELÉM	16/05/2007	3.060.604,00	25/11/2015
17933613	CONDOMÍNIO VILA BELLA I	CEFORTE-CENTRO DE FORMAÇÃO E CAPAC. TRABALHADOR	30197362000185	151	RJ	MESQUITA	26/05/2006	2.664.850,00	18/01/2008

APF ORIGINAL	NOME DO EMPREENDIMENTO	NOME ENTIDADE ORGANIZADORA	CNPJ	UH	UF	MUNICÍPIO	DATA CONTRATAÇÃO	VALOR FINANCIAMENTO (R$)	DATA ÚLTIMO DESEMBOLSO
18466492	CONDOMÍNIO PARIPE	ACMGA	03765962000120	206	BA	SALVADOR	28/11/2007	3.313.141,26	20/12/2012
18824381	RESIDENCIAL COOPERCASA I	COOPERCASA	06299581000190	108	PB	JOÃO PESSOA	17/08/2007	1.938.600,00	23/08/2007
19299568	LOTEAMENTO CANTO DO RIO	INSTITUTO BRASIL	01549811000109	472	BA	SALVADOR	20/04/2007	7.780.768,54	26/07/2013
19588723	CONDOMÍNIO FLORESTAN FERNANDES - MODULO I	AHBC - ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL BALNEÁRIO DE CAMBORIÚ	01667455000128	100	SC	CAMBORIÚ	22/09/2006	2.000.000,00	21/12/2012
20371415	ARSE 132 - CONSTRUINDO JUNTOS - 2A ETAPA	COMUNIDADE KOLPING DE PALMAS	01608560000196	100	TO	PALMAS	09/10/2007	1.387.002,00	03/05/2013
20828314	CONDOMÍNIO HABITACIONAL ERNESTO CHE GUEVARA - MODULO I	AHBC - ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL BRASIL CIDADÃO	01667455000128	64	SC	TIJUCAS	16/05/2008	1.536.000,00	19/02/2013
20968713	LOTEAMENTO SETOR LESTE	ASPHAPB-GO	07861813000115	150	GO	PADRE BERNARDO	24/01/2008	2.856.880,42	24/03/2015
22049969	CONDOMÍNIO FLORESTAN FERNANDES - MODULO II	AHBC-ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL BALNEÁRIO CAMBORIÚ	01667455000128	100	SC	CAMBORIÚ	06/09/2007	2.400.000,00	15/05/2012
22072830	CONJUNTO RESIDENCIAL NÍZIA FLORESTA	ASSOCIAÇÃO DE HABITAÇÃO POPULAR DO NORDESTE	06283348000110	176	RN	NATAL	08/01/2009	3.241.734,00	22/01/2016
22177080	CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL - CONDOMINIO VANGUARDA	ASSOCIAÇÃO DOS CORTIÇOS DO CENTRO	01274353000142	113	SP	SANTOS	04/11/2008	3.390.000,00	17/07/2012
22395559	COOPERATIVA DOS CONFECCIONISTAS DE TIMON - CONFECTI	COOPERATIVA DOS CONFECCIONISTAS DE TIMON/MA-CONFECTI	02833538000102	100	MA	TIMON	02/09/2008	1.139.002,99	29/01/2009
22403867	NOSSA SENHORA APARECIDA	UMMIZS-UNIÃO MOV. DE MORADIA INDEP. DA ZONA SUL DE SÃO PAULO	03695794000143	180	SP	SÃO PAULO	05/08/2008	5.399.015,35	06/05/2013
22413653	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA BARRETO E RUAS ADJACENTES	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA BARRETO E RUAS ADJACÊNCIAS	04692564000193	40	MA	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	05/08/2008	380.000,00	23/04/2014

APF ORIGINAL	NOME DO EMPREENDIMENTO	NOME ENTIDADE ORGANIZADORA	CNPJ	UH	UF	MUNICÍPIO	DATA CONTRATAÇÃO	VALOR FINANCIAMENTO (R$)	DATA ÚLTIMO DESEMBOLSO
22413767	VILA LOBÃO	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA LOBÃO	02262391000148	65	MA	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	11/04/2008	617.500,00	06/12/2013
22414459	ASSOCIAÇÃO URBANA DE ZÉ DOCA	ASSOCIAÇÃO URBANA DE ZÉ DOCA	07175024000120	160	MA	ZÉ DOCA	05/08/2008	1.519.882,96	22/12/2011
22414909	ZÉ DOCA	ASSOCIAÇÃO URBANA DE ZÉ DOCA	07175024000120	131	MA	ZÉ DOCA	11/04/2008	1.244.404,37	17/04/2012
22416629	RESIDENCIAL NOVA ERA - ETAPA I	COOPERATIVA HABITACIONAL DO GRUPO COMUNITÁRIO INDEPENDENTE	07474432000183	200	MA	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	25/07/2008	2.791.230,00	08/03/2012
22416733	RESIDENCIAL NOVA ERA - ETAPA II	COOPERATIVA HABITACIONAL DO GRUPO COMUNITÁRIO INDEPENDENTE	07474432000183	200	MA	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	05/08/2008	3.063.349,93	29/08/2011
22789953	CONJUNTO VITÓRIA REGIA	COOHAMA - COOPERATIVA HABITACIONAL DA AMAZÔNIA	04423027000148	128	PA	BELÉM	10/09/2008	2.560.000,00	06/01/2012
22812847	VILA ECOLÓGICA SOL NASCENTE	ICINOM - INSTITUTO DE CIDADANIA DO NOROESTE DE MINAS	07907962000178	140	MG	PARACATU	17/10/2007	2.520.000,00	21/12/2012

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

23151595	RESIDENCIAL OS PIONEIROS DE CAPANEMA	FESMUPA - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ	83334763000104	162	PA	CAPANEMA	12/01/2009	2.916.000,00	27/02/2012
23322526	PARIPE MODULO 2	ACMGA	03765962000120	30	BA	SALVADOR	05/12/2007	482.496,30	20/12/2012
23458056	ASSOCIAÇÃO DE MÃES DE PIRAPEMAS	ASSOCIAÇÃO DAS MÃES DE PIRAPEMAS	11318201000158	100	MA	PIRAPEMAS	03/07/2008	862.125,00	24/10/2011
23516775	PARAÍSO DO TANGUÁ	COOPERATIVA HABITACIONAL, EDUCACIONAL E DE TRABALHO SAQUAREMA - MULTICOOPER	00066817000162	100	RJ	TANGUÁ	03/04/2009	2.999.700,00	13/12/2011
23574455	EMPREENDIMENTO MORADIA DIGNA	MORADIA DIGNA NAS ÁREAS CENTRAIS	07424962000117	9	RJ	RIO DE JANEIRO	18/07/2008	143.350,69	18/07/2008

APF ORIGINAL	NOME DO EMPREENDIMENTO	NOME ENTIDADE ORGANIZADORA	CNPJ	UH	UF	MUNICÍPIO	DATA CONTRATAÇÃO	VALOR FINANCIAMENTO (R$)	DATA ÚLTIMO DESEMBOLSO
24817217	CONSTRUINDO JUNTOS 2ª ETAPA	COMUNIDADE KOLPING DE PALMAS	01608560000196	100	TO	PALMAS	22/08/2008	1.400.000,00	03/12/2013
25267023	SANTA CLARA	ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL DE ALFENAS	06295432000153	96	MG	ALFENAS	12/01/2009	1.728.000,00	27/04/2015
26954669	CONDOMÍNIO HABITACIONAL ERNESTO CHE GUEVARA - MODULO II	ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL BRASIL CIDADÃO - AHBC	01667455000128	96	SC	TIJUCAS	07/10/2008	2.304.000,00	19/02/2013
26973994	RESIDENCIAL RODOVIÁRIO I	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PIAUÍ	06647556000150	100	PI	TERESINA	16/12/2008	1.800.000,00	20/06/2012
26982546	RESIDENCIAL RODOVIÁRIO II	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PIAUÍ	06647556000150	100	PI	TERESINA	16/12/2008	1.800.000,00	10/01/2012
27026372	LOTEAMENTO JARDIM APARECIDA - FASE II	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE ALVORADA - UAMA	90052663000142	59	RS	ALVORADA	05/05/2009	1.416.000,00	11/12/2012
27098381	LOTEAMENTO MARIO CUNHA	FEGAM	08084094000136	30	RS	SÃO LEOPOLDO	18/02/2009	720.000,00	26/07/2010

ANEXO II

Valores limites por unidade habitacional

UF	Localidade	Valor por UH (R$)
DF	Capital	83.000,00
	Municípios da RIDE/DF com população maior ou igual a 50 mil habitantes	66.000,00
GO, MS e MT	Capital e respectiva região Metropolitana	66.000,00
	Municípios com população maior ou igual a 50 mil habitantes	62.000,00
	Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes	61.000,00
	Municípios com população até 20 mil habitantes	54.000,00
BA	Capital e respectiva região Metropolitana	70.000,00
	Municípios com população maior ou igual a 50 mil habitantes	66.000,00
	Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes	62.000,00
	Municípios com população até 20 mil habitantes	54.000,00
CE e PE	Capital e respectiva região Metropolitana	69.000,00
	Municípios com população maior ou igual a 50 mil habitantes	65.000,00
	Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes	61.000,00
	Municípios com população até 20 mil habitantes	54.000,00
AL, MA, PB, PI, RN e SE	Capital e respectiva região Metropolitana	67.000,00
	Municípios com população maior ou igual a 50 mil habitantes	62.000,00
	Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes	59.000,00
	Municípios com população até 20 mil habitantes	54.000,00
AC, AM, AP, PA, RO, RR e TO	Capital e respectiva região Metropolitana	68.000,00
	Municípios com população maior ou igual a 50 mil habitantes	66.000,00
	Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes	64.000,00
	Municípios com população até 20 mil habitantes	54.000,00
ES	Capital e respectiva região Metropolitana	66.000,00
	Municípios com população maior ou igual a 50 mil habitantes	64.000,00
	Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes	61.000,00
	Municípios com população até 20 mil habitantes	54.000,00
MG	Capital e respectiva região Metropolitana	71.000,00
	Municípios com população maior ou igual a 50 mil habitantes	66.000,00
	Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes	64.000,00
	Municípios com população até 20 mil habitantes	54.000,00
RJ	Capital e respectiva região Metropolitana	82.000,00
	Municípios com população maior ou igual a 50 mil habitantes	76.000,00
	Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes	66.000,00
	Municípios com população até 20 mil habitantes	54.000,00
SP	Municípios integrantes das regiões metropolitanas da Capital, de Campinas e Baixada Santista e município de Jundiaí.	83.000,00
	Municípios com população maior ou igual a 50 mil habitantes	77.000,00
	Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes	66.000,00
	Municípios com população até 20 mil habitantes	54.000,00
RS, PR e SC	Capital e respectiva região Metropolitana	70.000,00
	Municípios com população maior ou igual a 50 mil habitantes	66.000,00
	Municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes	65.000,00
	Municípios com população até 20 mil habitantes	54.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 217, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Resolução nº 214, de 15 de dezembro de 2016, que aprova o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (PMCMV - E) e dá outras providências.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº. 8.677, de 13 de julho de 1993, e o art. 6º do regulamento anexo ao Decreto nº 1.081, de 8 de março de 1994, resolve:

Art. 1º O Anexo da Resolução nº 214, de 15 de dezembro de 2016, que aprova o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (PMCMV - E), passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.OBJETIVO E MODALIDADES OPERACIONAIS

(...)

2. PARTICIPANTES E ATRIBUIÇÕES

(...)

2.2.1 As atribuições das entidades organizadoras dos grupos associativos são:

a) formação, organização e análise socioeconômica prévia dos proponentes do grupo associativo, observado o disposto no Anexo II da Portaria nº 163, de 6 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 9 de maio de 2016, Seção 1, página 117, ou outra que vier a substituí-la;

b) elaboração e estudo prévio de viabilidade da proposta;

c) elaboração dos projetos;

d) execução e conclusão dos empreendimentos; e

e) execução ou contratação de trabalho social junto aos beneficiários.

2.3 Ficam admitidos ainda como participantes do PMCMV-E:

a) empresas do ramo da construção civil, na qualidade de cogestoras dos empreendimentos, a critério das entidades organizadoras dos grupos associativos, para realizar as atividades previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 2.2.1 deste Anexo; e

(...)

3.ORIGEM DOS RECURSOS

(...)

4. ENQUADRAMENTO, HIERARQUIZAÇÃO E SELEÇÃO DE PROPOSTAS

O processo de enquadramento, hierarquização e seleção de propostas será definido pelo Órgão Gestor, podendo a execução ser delegada ao Agente Operador.

4.1 O enquadramento se destina a verificar o atendimento das propostas ao objetivo e aos atos normativos que regem o PMCMV-E.

4.2 A hierarquização se destina a ordenar, a partir do atendimento a critérios técnicos, objetivos e previamente definidos, propostas previamente enquadradas.

4.3 A seleção se destina a eleger as propostas previamente hierarquizadas até o limite dos recursos orçamentários alocados no exercício ao PMCMV-E.

4.4 O resultado da seleção deverá ser divulgado no sítio eletrônico do órgão Gestor e publicado no Diário Oficial da União, contendo os dados necessários para identificação da proposta, como unidade da federação, município, número de unidades habitacionais, nome e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Entidade Organizadora, valor referencial aportado pelo FDS, entre outros.

5. CONDIÇÕES OPERACIONAIS

(...)

5.1.1 Custos Diretos:

(...)

f) Equipamentos Públicos: valor correspondente ao custo das obras de edificação dos equipamentos complementares à habitação destinados à saúde; educação; segurança; desporto; lazer; mobilidade urbana; convivência comunitária; geração de trabalho e renda; ou assistência à infância, ao idoso, à pessoa com deficiência ou necessidades especiais ou à mulher, cujo projeto e investimento deverão corresponder, respectivamente, aos requisitos mínimos e aos valores definidos pela política setorial correlata em sua instância federal, estadual ou municipal, conforme o caso, observado o disposto em ato normativo específico do Ministério das Cidades.

f.1) Os custos de edificação dos equipamentos públicos correrão sempre à conta de contrapartida física.

g) Equipamentos Comunitários Condominiais: valor correspondente ao custo das obras de edificação dos equipamentos destinados ao desporto, lazer, convivência comunitária e sala do síndico, quando couber, edificados nas áreas comuns do empreendimento.

h) Unidades destinadas à atividade comercial: valor correspondente ao custo de produção de unidades destinadas à atividade comercial, vinculadas a empreendimentos habitacionais em edificações multifamiliares, inclusive casos de requalificação de imóveis urbanos, devendo o resultado de sua exploração ser destinado integralmente ao custeio do condomínio, vedada sua alienação;

i) Trabalho Social: valor correspondente ao custo das ações que objetivem promover o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos temas mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, e geração de trabalho e renda;

i.1) as diretrizes para execução do trabalho social serão definidas pelo Órgão Gestor.

j) Assistência Técnica: valor correspondente ao custo de acompanhamento e gerenciamento da execução do empreendimento, quando exercidos pela entidade organizadora: e

K) Administração da obra: valor correspondente ao custo de gestão da obra, quando exercida pela entidade organizadora.

5.1.2 Custos Indiretos:

(...)

b) Administração da Sede: valor correspondente às despesas com o custeio da estrutura administrativa da sede da entidade organizadora na condução e apoio à execução da obra do empreendimento, limitado a 0,50% (meio por cento) do valor da operação.

(...)

5.6 GARANTIA

Os contratos de financiamento deverão prever como garantia, em favor do FDS, a critério do Agente Operador:

a) alienação fiduciária dos imóveis; ou

b) hipoteca, somente nos casos em que as entidades organizadoras atuarem como tomadoras dos financiamentos, devendo ser substituída por alienação fiduciária quando da transferência do financiamento às pessoas físicas integrantes do grupo associativo.

5.7 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIROS

Nos termos do art. 6°, inciso VI, da Lei n° 8.677, de 13 de julho de 1993, fica o Agente Operador autorizado a debitar, ao FDS, valor destinado a cobrir as despesas relativas à contratação e administração dos financiamentos.

(...)

5.7.3 As revisões da remuneração das instituições financeiras de que trata este item serão objeto de atualização por meio de portarias interministeriais a serem editadas pelos Ministros de Estado das Cidades, da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nos termos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011.

(...)

5.9 PRAZO DE CARÊNCIA

O prazo de carência será equivalente ao prazo previsto para execução das obras e serviços, limitado a 24 (vinte e quatro) meses.

(...)

5.9.5 Os casos excepcionais poderão ser autorizados pelo Agente Operador, a partir de solicitação da Entidade Organizadora, mediante justificativa fundamentada, e manifestação técnica conclusiva dos Agentes Financeiros.

(...)

6 DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS

Os projetos no âmbito do PMCMV-E serão elaborados observando-se as seguintes diretrizes, sem prejuízo às diretrizes e especificações estabelecidas pela Portaria nº 269, de 22 de março de 2017, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União em 24 de março de 2017, Seção 1, páginas 119 a 122, ou outra que vier a substituí-la:

(...)

g) adoção preferencial do regime de construção por autogestão, bem como soluções técnicas que objetivem ganhos de eficiência e redução dos custos do empreendimento;

(...)

7 REQUISITOS PARA INÍCIO DA FASE DE CONSTRUÇÃO

(...)

8. APLICAÇÃO DE SANÇÕES

O descumprimento das regras do Programa por parte da entidade organizadora, garantida ampla defesa e contraditório, ensejará a aplicação das sanções dispostas no art. 11 da Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

8.1 As competências e os casos para aplicação de sanções serão regulamentados pelo Órgão Gestor em norma específica.

9. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

(...)"

Art. 2º O prazo de construção das operações cujo contrato referente ao pagamento de assistência técnica e despesas de legalização foi assinado anteriormente à data de publicação da Resolução CCFDS nº 214, de 2016, será de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da celebração do contrato para execução das obras, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, desde que autorizados pelo Agente Operador, a partir de solicitação da Entidade Organizadora, mediante justificativa fundamentada, e manifestação técnica conclusiva dos Agentes Financeiros.

Art. 3º O aporte adicional ou a suplementação de recursos será admitido em operações contratadas anteriormente à vigência da Resolução CCFDS n° 214, de 2016, quando comprovada esta necessidade para retomada, conclusão ou legalização do empreendimento, mediante justificativa fundamentada apresentada pela Entidade Organizadora, viabilidade técnica e parecer favorável do Agente Financeiro apresentados ao Agente Operador.

§ 1º No caso de ocorrência de fato superveniente, atestado pelo Agente Financeiro, o Agente Operador poderá autorizar a suplementação de recursos no valor constante do laudo de engenharia emitido pelo Agente Financeiro, mantidas as demais condições da operação.

§ 2º No caso de não ocorrência de fato superveniente, o Agente Operador poderá autorizar o aporte adicional de recursos, caso seja mais vantajoso para o Fundo, no valor constante do laudo de engenharia emitido pelo Agente Financeiro, condicionado a:

I - realização de novas eleições para Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE) e Comissão de Acompanhamento de Obra (CAO);

II - impedimento da Entidade Organizadora de participar como membro da CRE e CAO; e

III - adoção de regime de empreitada global no caso de conclusão de obra;

IV - levantamento dos serviços e custos necessários à retomada, legalização e conclusão de obras, com parecer conclusivo sobre a viabilidade do empreendimento comparada à alternativa de redução de metas ou distrato; e

V - no caso de obras paralisadas, apuração das causas e responsabilidade pela paralisação, por meio de vistoria e parecer da Área de Engenharia do Agente Financeiro, bem como proposição das medidas a serem adotadas perante o responsável, com vistas à obtenção do ressarcimento do FDS.

§ 3º O Agente Operador poderá autorizar casos excepcionais, que envolvam a aplicação do disposto nos incisos I, II e III do § 2º, a partir de solicitação fundamentada da Entidade Organizadora e manifestação favorável do Agente Financeiro.

§ 4º Garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações, o Agente Financeiro deverá notificar o responsável pela paralisação das obras, aplicar as sanções regulamentares e adotar as medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive, se for o caso, notícia crime junto a Polícia Federal, para ressarcimento do prejuízo ao FDS.

§ 5º Os recursos aportados pelo FDS para pagamento de despesas com a retomada, legalização e conclusão das obras, que excederem ao valor original contratado, serão considerados despesas do Fundo.

§ 6º O Agente Operador apresentará ao Órgão Gestor a relação de operações analisadas e aprovadas para suplementação ou aporte adicional de recursos.

§ 7º A formalização dos instrumentos de suplementação ou aporte adicional de recursos é condicionada à avaliação do Órgão Gestor, no que se refere à disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY
Presidente do Conselho

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBSECRETARIA-GERAL DE COMUNIDADES BRASILEIRAS E DE ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

RETIFICAÇÃO

No AJUSTE, POR TROCA DE NOTAS, publicado no DOU de 13/3/2018, Seção 1, pág. 137, na assinatura, onde se lê: Mauro Vieira - Ministro, leia-se: Mauro Vieira - Ministro de Estado das Relações Exteriores.

(p/Coejo)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO Nº 571, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 4.722, de 12 de setembro de 2017, considerando o que consta do Processo nº 48500.003807/2017-46, decide pela habilitação da seguinte proponente vencedora do Leilão nº 04/2017-ANEEL (A-4 de 2017):

	#Proponente Vencedora		CNPJ	Empreendimento	Tipo
1	Consórcio Solar do Sertão	Steelcons Empreiteira Construção Civil Ltda. - 99,99%	02.346.527/0001-06	Sertão Solar Barreiras I	UFV
				Sertão Solar Barreiras II	UFV
				Sertão Solar Barreiras III	UFV
		Sertão Brasil Energia Solar EIRELI - 0,01%	18.835.594/0001-16	Sertão Solar Barreiras IV	UFV

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 528, DE 9 DE MARÇO DE 2018

Processos nº 48500.000899/2018-93. Interessado: Máxima Energia Comercializadora e Serviços Ltda. Decisão: Autorizar a Máxima Energia Comercializadora e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.503.205/0001-09, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHOS DE 9 DE MARÇO DE 2018

Nº 531 - Processos nº 48500.001096/2018-56. Interessado: Sunco Energy Brasil 1 Participações Societárias Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Mauriti 1, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.038364-3.01, com 49.110 kW de Potência Instalada, localizada no município de Mauriti, no estado do Ceará.

Nº 532 - Processos nº 48500.001097/2018-09. Interessado: Sunco Energy Brasil 1 Participações Societárias Ltda.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Mauriti 2, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.038365-1.01, com 24.555 kW de Potência Instalada, localizada no município de Mauriti, no estado do Ceará.

Nº 533 - Processos nº 48500.001098/2018-45. Interessado: Sunco Energy Brasil 1 Participações Societárias Ltda.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Mauriti 3, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.038366-0.01, com 49.110 kW de Potência Instalada, localizada no município de Mauriti, no estado do Ceará.

Nº 534 - Processos nº 48500.001099/2018-90. Interessado: Sunco Energy Brasil 1 Participações Societárias Ltda.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Mauriti 4, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.038367-8.01, com 49.110 kW de Potência Instalada, localizada no município de Mauriti, no estado do Ceará.

Nº 535 - Processos nº 48500.001100/2018-86. Interessado: Sunco Energy Brasil 1 Participações Societárias Ltda.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Mauriti 5, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.038368-6.01, com 49.110 kW de Potência Instalada, localizada no município de Mauriti, no estado do Ceará.

Nº 536 - Processos nº 48500.001101/2018-21. Interessado: Sunco Energy Brasil 1 Participações Societárias Ltda.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Mauriti 6, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.038369-4.01, com 49.110 kW de Potência Instalada, localizada no município de Mauriti, no estado do Ceará.

Nº 537 - Processos nº 48500.001108/2018-42. Interessado: Sunco Energy Brasil 1 Participações Societárias Ltda.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Mauriti 7, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.038370-8.01, com 14.733 kW de Potência Instalada, localizada no município de Mauriti, no estado do Ceará.

Nº 538 - Processos nº 48500.001109/2018-97. Interessado: Sunco Energy Brasil 1 Participações Societárias Ltda.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Mauriti 8, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.038371-6.01, com 49.110 kW de Potência Instalada, localizada no município de Mauriti, no estado do Ceará.

Nº 539 - Processos nº 48500.001110/2018-11. Interessado: Sunco Energy Brasil 1 Participações Societárias Ltda.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Mauriti 9, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.038372-4.01, com 9.822 kW de Potência Instalada, localizada no município de Mauriti, no estado do Ceará.

A íntegra destes despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 550, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.002525/2003-82. Interessado: Sigma Energia S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH São Gonçalo, com 23.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MG.038373-2.01, localizada no rio Abaeté, integrante da sub-bacia 41, na bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no município de São Gonçalo do Abaeté, estado de Minas Gerais.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 502, de 6 de março de 2018, constante do Processo n° 48500.003027/2011-19, publicado no DOU, de 8 de março de 2018, seção 1, p. 155, v. 155, n. 46, foram retificados campos de dados da Tabela. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 547, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Processos nº 48500.005783/2017-60 e 48500.000213/2018-64. Interessada: Enel Brasil S.A. Decisão: Anuir ao pleito da Interessada para a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura com partes relacionadas na forma da minuta apresentada.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÁLISSON RODRIGUES FERREIRA COSTA
Superintendente
Substituto

DESPACHO Nº 551, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.001179/2018-45. Interessada: Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava. Decisão: decide determinar o desfazimento do Contrato de Prestação de Serviços nº 035-12 firmado entre o Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava e a CEMIG Geração e Transmissão S.A., concedendo o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir desta data, para o cumprimento desta determinação.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÁLISSON RODRIGUES FERREIRA COSTA
Superintendente
Substituto

DESPACHO Nº 558, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Documento nº 48513.043192/2017-00. Interessada: CPFL Energia S.A. Decisão: não anuir ao pleito da Interessada tendo em vista que o pleito em questão não se enquadra nos requisitos contidos na REN nº 699/2016.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÁLISSON RODRIGUES FERREIRA COSTA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.375, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo nº 48500.000259/2018-83. Interessados: Light Serviços de Eletricidade S/A. - Light, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica--CCEE, Furnas Centrais Elétricas S/A - Furnas, Light Energia S.A. e Linhas de Taubaté Transmissora de Energia - LTTE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Light Serviços de Eletricidade S/A. - Light, a vigorar a partir de 15 de março de 2018, e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.377, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005350/2017-12. Interessados: Ampla Energia e Serviços S.A. - Enel RJ, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica--CCEE, Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas, Pedras Transmissora de Energia S/A - Pedras, Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende - Ceres, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da quarta Revisão Tarifária Periódica - RTP da Ampla Energia e Serviços S.A. - Enel RJ, a vigorar a partir de 15 de março de 2018, e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 573, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Processo n. 48500.005561/2017-47. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, para o mês de MAIO de 2018. Prazo para recolhimento: até o dia 10 de ABRIL de 2018.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

DESPACHO Nº 572, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Processo n. 48500.004583/2017-90. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas referentes ao encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para o mês de JANEIRO de 2018. Prazo para recolhimento: até o dia 10 de ABRIL de 2018.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

DESPACHO Nº 568, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.001321/2017-73. Interessados: CLWP Eólica Parque I Ltda., CLWP Eólica Parque XV Ltda., CLWP Eólica Parque XVI Ltda., CLWP Eólica Parque XVIII Ltda. e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Decisão: publicar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica - TUST-RB aplicáveis às Centrais Geradoras Eólicas Campo Largo I, XV, XVI e XVIII para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 556, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.004012/2017-55. Interessados: Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista). Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 28.165.208,47 (vinte e oito milhões, cento e sessenta e cinco mil, duzentos e oito reais e quarenta e sete centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0063-0072/2012; e (ii) declarar o encerramento deste projeto.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 557, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500004172/2017-02. Interessados: CELG Distribuição - CELG-D. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 232.414,12 (duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e quatorze reais e doze centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-6072-0006/2010; e (ii) declarar o encerramento deste projeto.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 545, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.004383/2016-56. Interessados: Centrais Elétricas do Pará - CELPA e Consórcio de Energia do Pará - CEPA, constituído pelas empresas Guascor do Brasil Ltda. e Soenergy Sistemais Internacionais de Energia S.A. Decisão: Homologar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica nos Sistemas Isolados - CCESI Nº 01/16.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente

DESPACHO Nº 546, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.003260/2011-93. Interessados: Iguaçu Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., Focus Energia Ltda. e Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. Decisão: aprovar o Termo de Cessão do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do (s) produto (s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 343	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000256/2018 - 11	SUMMIT DSL-150XM	ISO 150	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18773
	48600.000403/2018 - 53	GENOIL S ULTRA	ISO 68	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18771
	48600.000257/2018 - 66	SUMMIT DSL-220XM	ISO 220	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18772
Nº 344	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - CNPJ nº 34.274.233/0001-02					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000166/2018 - 21	LUBRAX ATF	SAE N.A.	. DEXRON IID, ALLISON C4, CATERPILLAR TO-2	ÓLEO LUBRIFICANTE	4167

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 210, DE 13 DE MARÇO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011986/2013-14, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da SANTA MARIA INDÚSTRIA DE ÁLCOOL LTDA., CNPJ nº 06.046.699/0001-07, com capacidade de produção de 190 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Estrada Municipal Bairro dos Nunes, s/n, Sítio Santo Antônio, Bairro dos Nunes, Manduri - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à regularização no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público (Cadin) e apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº38, de 29/01/2014, publicada no DOU de 30/01/2014.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAUJO

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

EXTRATO DA ATA Nº 216/CA/2018, REALIZADA EM 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Extrato da Ata nº 216/CA/2018, realizada em 06.02.2018, às 10h30min, no Escritório do Rio de Janeiro da CPRM, localizado na Av. Pasteur, 404 - Urca. O Conselho de Administração da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, reuniu-se mediante prévia convocação dos Conselheiros determinada pelo Presidente do Conselho e na forma das disposições estatutárias em vigor em sua ducentésima décima sexta reunião, para deliberação sobre os assuntos constantes da Pauta, a saber: I) Avaliação da Ata da reunião anterior, de 13.12.2017; II) Eleição do Diretor-Presidente; III) Estatuto; IV) Apresentação do PAINT 2018; V) Reapresentação do PAT 2018; VI) Outros Assuntos. A reunião foi presidida pelo Conselheiro-Presidente, Otto Bittencourt Netto e contou com a presença dos Conselheiros Esteves Pedro Colnago, Cássio Roberto da Silva, Cassiano de Souza Alves, Paulo Cesar Abrão e Elmer Prata Salomão, atuando como Secretário João Batista de Vasconcelos Dias Júnior, Secretário-Geral da CPRM. O PAINT 2018 foi apresentado pelo Chefe da Auditoria Interna, Dinei Dias da Silva. Durante a reapresentação do PAT 2018 estiveram presentes na reunião a Chefe da SUPLAM, Ana Cláudia Accioly, o Diretor de Administração e Finanças, Juliano de Souza Oliveira, o Diretor de Geologia e Recursos Minerais, José Leonardo Silva Andriotti e o Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial, Antônio Carlos Bacelar Nunes. O Diretor-Presidente em Exercício, Esteves Pedro Colnago, explicou ter pedido a participação do Assessor da Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento, Fernando Pereira de Carvalho, em razão da sua profunda experiência nas questões da CPRM. Dando início à reunião, o Conselheiro Presidente agradeceu a presença de todos, passando então para os itens da pauta: I) Avaliação da Ata da reunião anterior, de 13.12.2017 - A Ata foi aprovada e assinada. II) Eleição do Diretor-Presidente - O Conselheiro-Presidente informou aos demais membros do Conselho de Administração que o Ministério de Minas e Energia , através do Ofício nº 60/2018/GM-MME, de 19.01.2018, assinado pelo Chefe de Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia, estava procedendo a indicação do Senhor Esteves Pedro Colnago, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, cargo que já ocupava de forma interina. Destacou que a presente indicação foi submetida e aprovada pela Casa Civil da Presidência da República e cumpriu todas as exigências previstas na Lei 13.303, de 30.06.2016, e no Decreto nº 8.945, de 27.12.2016. O Presidente do Conselho de Administração, com base no Estatuto Social da CPRM, submeteu aos membros do Conselho o nome de Esteves Pedro Colnago, tendo sido o mesmo declarado eleito por unanimidade para o cargo de Diretor-Presidente da CPRM. O Diretor-Presidente eleito assinou o Termo de Posse, na forma do artigo 25 do Estatuto, Termo também assinado pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e pelo Presidente do Conselho de Administração. Em seguida, como o novo Diretor-Presidente já ocupava o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento (DRI) desde 06.02.2017, o Conselho de Administração deliberou que Esteves Pedro Colnago continuará respondendo, agora de forma interina, pela Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento, até que nova indicação seja efetuada. ESTEVES PEDRO COLNAGO, natural de Itarana - ES, brasileiro, viúvo, engenheiro agrônomo, portador da Carteira de Identidade nº M/1.434.338, expedida pela SSP/MG, emitida em 17/01/1978, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 000.691.242-72, domiciliado em Brasília, Distrito Federal, na SHIS, QL 10, conjunto 11, casa 15, Lago Sul, Cep: 61.730-115, com mandato até 06.02.2020. O Conselho de Administração desejou boa sorte ao Diretor-Presidente eleito que agradeceu a confiança do Conselho. III) Estatuto - No âmbito das tratativas junto à SEST, visando reincorporar no estatuto, ou em Plano de Funções aprovado pelo Conselho, algumas restrições para a ocupação de cargos por pessoas que não sejam do quadro da CPRM, o Conselheiro Cassiano relatou a sua reunião (áudio conferência) com o Diretor de Governança e Avaliação de Estatais da SEST, Mauro Ribeiro Neto. Segundo Cassiano, o Diretor Mauro informou ser necessário esclarecer as necessidades técnicas de manutenção da proposta inicial da CPRM em relação aos critérios para ocupação dos cargos comissionados somente por empregados efetivos da empresa, estando aberto a receber uma comissão do Conselho de Administração para conversar sobre o assunto. Diante da análise do que ficou estabelecido no Estatuto aprovado, o Conselheiro Cassiano propôs que a empresa fizesse a revisão do Plano de Funções cuja aprovação se dá pelo Conselho de Administração, o que tornaria desnecessária uma alteração do Estatuto via Assembleia Geral, sendo que ambas as alternativas passam por aprovação da SEST. O Assessor da DRI Fernando Carvalho sugeriu a elaboração do Plano de Funções a partir da Norma interna já existente de funções de confiança. O Conselheiro Elmer manifestou-se pela importância de uma ação de convencimento junto à SEST. Segundo ele, sem este convencimento, a SEST entenderá o pleito como fruto de um interesse corporativista. O Conselheiro Paulo concordou com essa estratégia. Foi solicitada ao Assessor da DRI Fernando Carvalho a elaboração de uma apresentação que retrate a necessidade e importância de se impor restrições ao acesso às funções de confiança por pessoal não pertencente ao quadro de funcionários da CPRM, juntamente com uma proposta de alteração da norma interna de funções de confiança, se possível até o final do mês. IV) Apresentação do PAINT 2018 - O Chefe Interino da Auditoria Interna (AUDITE), Dinei Dias da Silva, apresentou-se ao Conselho e informou que aguarda a chegada de profissional da CGU para assumir a chefia da AUDITE, quando passará a atuar na implantação da área de Controles Internos, até o seu desligamento através do Programa de Desligamento Incentivado e Sucessão Programada (PDISP), em outubro de 2018. Dinei Dias comentou ainda sobre a necessidade de recomposição urgente da equipe da AUDITE, originalmente composta por 10 profissionais (chefia, secretária e 8 auditores) e que conta hoje com apenas 4 (chefia, secretária e 2 auditores), o que tem preocupado muito a própria CGU. Em seguida, passou a apresentar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT 2018). Neste momento, em atendimento ao art. 1º da

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

Resolução nº 03, de 31.12.2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), o Diretor-Presidente da empresa se retirou da reunião. O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna tem por objetivo definir a programação geral das atividades de auditoria para o exercício de 2018 nas Unidades Gestoras de Recursos da CPRM, devendo ser submetido, após a aprovação do Conselho de Administração, para a aprovação técnica do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU). Segundo o Chefe da AUDITE, considerando a equipe disponível, nela incluído o próprio chefe como auditor, o Plano prevê a utilização de 5.464 homens-hora em 2018, e serão auditadas 4 (quatro) das 13 unidades gestoras da CPRM, utilizando-se como critério para priorização de escolha, aquelas unidades que estão há mais tempo sem serem auditadas in loco, lembrando que o Escritório do Rio de Janeiro sempre faz parte da lista de unidades a serem auditadas. Conforme sugestão da CGU em reunião prévia com o Chefe da AUDITE, será dada ênfase nos convênios, gestão de pessoal, suprimento de fundos e gestão de aquisições e contratações. Dinei Dias informa ao Conselho que o prazo para submissão do Plano à CGU termina em 28.02.2018, assim, ficou deliberado que o PAINT 2018 será encaminhado aos Conselheiros para que estes se manifestem até o dia 20.02.2018, quando o mesmo será considerado aprovado "ad referendum" do Conselho de Administração. V) Reapresentação do PAT 2018 - A Chefe da SUPLAM, Ana Cláudia de Aguiar Accioly, inicia a reapresentação do Plano Anual de Trabalho 2018 (PAT 2018), que havia sido aprovado pelo Conselho em reunião realizada em 13.12.2017, Ata nº 215, porém com a ressalva de que fosse promovida uma redução do número de projetos, quando então deveria ser reapresentado. Ana Claudia informou que o Plano foi retrabalhado pelas Diretorias, em conjunto com a SUPLAM, visando à redução do número de projetos, conforme orientação do Conselho. Finda a apresentação, o Diretor da DGM relatou que a sua Diretoria optou por terminar vários projetos pendentes, reduzindo o número de projetos novos. Segundo o Conselheiro Elmer, a pulverização de esforços não é uma boa linha de ação, e que a CPRM deveria focar no que fosse realmente importante e de grande impacto, trabalhando as grandes províncias minerais como Carajás e Tapajós. Mencionou também que a atualização do mapa geológico ao milionésimo seria fundamental para a imagem da CPRM. O Conselheiro Cassiano questionou o uso da ferramenta Excel para o acompanhamento do PAT, sugerindo a utilização de dashboards e de ferramentas de Business Intelligence (BI). Ana Claudia informou que a SUPLAM está iniciando este processo de acompanhamento do PAT e dos Projetos, então o uso do Excel deveu-se principalmente ao fato de ser uma ferramenta conhecida por todos. O Diretor da DGM, José Leonardo Andriotti, passou a apresentar as principais ações e projetos da sua Diretoria, iniciando com a atuação nas Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM´s). O Conselheiro Cássio explicou que o termo ARIM foi cunhado pelos geólogos Vitorio Orlandi e Valter Marques para o mapa de geodiversidade. Andriotti continua a apresentação abordando as áreas com potencial para minerais estratégicos, as 4 (quatro) áreas inseridas no Programa de Parceria de Investimentos do Governo Federal (PPI), os Projetos de Novas Fronteiras, que segundo o Diretor da DGM idealmente se transformariam em novas ARIM´s, a revitalização do banco de dados da DGM, o avanço nos mapas geológicos estaduais, os convênios institucionais, a avaliação do patrimônio mineral da CPRM e a geologia marinha. O Conselheiro Elmer mencionou a importância dos levantamentos aerogeofísicos e que os mesmos deveriam ser retomados. Segundo o Conselheiro Paulo, as principais áreas ou províncias minerais já se encontram todas requeridas, e que a CPRM deveria investir no benefício geral, assim, na sua opinião, a prioridade seria dos projetos de Novas Fronteiras sobre os projetos ARIM. O Diretor da DHT, Antônio Carlos Bacelar, passou a apresentar as principais ações e projetos da sua Diretoria, começando pelas relacionadas ao Departamento de Gestão Territorial (DEGET), discorrendo sobre as metas do DEGET no PPA 2016-2019; o projeto de setorização de áreas com risco alto e muito alto de movimento de massa e inundações, que já setorizou 1.309 municípios de outubro/2011 a dezembro/2017, totalizando 12.031 setores, 961.032 moradias e 4.014.270 pessoas em situação de risco, e tendo como meta para 2018 a setorização de 72 municípios; cartas de suscetibilidade aos movimentos de massa; levantamento da geodiversidade; projeto geoparques; e o Projeto de Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina. O Conselheiro Cassiano sugeriu que o recurso para esse projeto venha através do DNPM, não pesando no orçamento da CPRM. O Diretor da DHT destacou que os países membros da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) adotaram a metodologia utilizada pela CPRM no risco geológico. O Conselheiro Cassiano ressaltou a importância disto ser noticiado e a necessidade do assunto "Comunicação" ser aprofundado no Conselho. Dando prosseguimento à sua apresentação, o Diretor da DHT passa a relatar as principais ações e projetos relacionados ao Departamento de Hidrologia (DEHID), discorrendo sobre as metas deste departamento no PPA 2016-2019; a operação da Rede Hidrometeorológica Nacional, cuja meta para 2018 é realizar 88.000 medições; a Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência, fruto da cooperação entre a Agência Nacional de Águas (ANA), o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o Serviço Geológico Americano (USGS), com meta de implantar 105 estações de referência em 2018; a Rede Integrada de Monitoramento de Águas Subterrâneas (RIMAS), com meta de alcançar 400 poços de monitoramento este ano; o Sistema de Previsão e Alerta de Eventos Críticos; o mapeamento de áreas inundáveis; estudos hidrológicos e hidrogeológicos; o Sistema de Informação em Águas Subterrâneas (SIAGAS), que possui 299.398 poços cadastrados, e meta de incluir outros 11.000 poços em 2018; e o Plano de Ação Estratégico em Recursos Hídricos no Semiárido Nordestino. VI) Outros assuntos - a) O Diretor-Presidente pediu aos demais membros do Conselho que sejam feitas gestões junto ao MME visando à confirmação dos Diretores Interinos de Administração e Finanças (DAF) e de Geologia e Recursos Minerais (DGM). O Conselheiro Elmer ponderou se este seria o melhor momento para esta ação, tendo em vista o ano eleitoral, a possível saída do Ministro de Minas e Energia, e a incerteza em relação ao seu sucessor. O Conselho de Administração decidiu por fazer gestões junto à SGM/MME visando o fim da interinidade dos Diretores da CPRM. b) Na reunião realizada em 18.10.2017, Ata nº 214, o Conselho de Administração deliberou por manter como pauta permanente o estabelecimento de um processo de seleção por chamada pública para os Diretores, semelhante ao que ocorre na EMBRAPA. Este assunto foi discutido nesta reunião e o Assessor Fernando Carvalho sintetizou um possível procedimento a ser seguido: o Conselho emitiria uma resolução informando a realização de seleção para determinada Diretoria. A partir desta resolução, seriam definidas as regras e publicado o convite à seleção. O Conselho estabeleceria um Comitê de Seleção formado por 3 (três) ou 4 (quatro) pessoas externas à CPRM, ou misto, que faria uma pré-seleção dos candidatos. A partir da lista resultante, o Conselho escolheria 3 (três) nomes que encaminharia ao Ministro de Minas e Energia, responsável pela indicação. O Diretor-Presidente observa que o Ministro continuaria sendo o responsável pela indicação, mas estaríamos fazendo uma pré-seleção dos candidatos. O assunto continuará na pauta do Conselho de Administração, devendo ser discutido previamente com o Ministério de Minas e Energia. c) O Diretor de Administração e Finanças informou que encaminhará para apreciação do Conselho uma minuta da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, a ser posteriormente publicada conforme exige a Lei 13.303/16. Não havendo mais assuntos, a reunião foi encerrada, solicitando-se ao Secretário a lavratura da presente Ata. Assinado: OTTO BITTENCOURT NETTO, Presidente; ESTEVES PEDRO COLNAGO, Vice-Presidente; CASSIO ROBERTO DA SILVA, Conselheiro; CASSIANO DE SOUZA ALVES, Conselheiro; PAULO CESAR ABRÃO, Conselheiro; ELMER PRATA SALOMÃO, Conselheiro; JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS DIAS JÚNIOR, Secretário-Geral.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 10/2018/AL

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
844.026/1994-ÁGUAS MINERAIS DO NORDESTE LTDA- Fonte Massayó,, Marca Solara, embalagens descartáveis de 300 ml, 330 ml, 510 ml e 1,5 L; embalagens de 10 L e 20 L, copos de 210 ml e 300 ml (sem gás); embalagens descartáveis de 300 ml, 330 ml e 510 ml (com gás). Marca Village embalagens de 20 L sem gás.- MACEIÓ/AL
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
844.043/2014-RICARDO CARLOS MEDEIROS- Licenciamento N°:016/2014 - Prorrogado por 09 ano(s)
844.096/2016-HUMBERTO DE BARROS CORREIA FILHO- Licenciamento N°:014/2017 - Prorrogado por 05 ano(s)
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
844.008/2016-GENIVALDO DE OLIVEIRA TEMOTEO- OF. N°43/2018
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
844.008/2017-CONSTRUTORA GUSTAVO HALBREICH LTDA.
844.036/2017-CONCRETIZA CONSTRUTORA E CONSTRUCAO LTDA
844.064/2017-MINERAÇÃO BARRETO SA
844.067/2017-CIMAPRA CIA. MERCANTIL AGRO PECUARIA PRATAGY

BRUNO FEIJÓ TEIXEIRA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 11/2018/AL

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
844.078/2017-SVC - CONSTRUÇÕES LTDA- Licenciamento N°002/2018 - Prazo: 03 ano(s)

BRUNO FEIJÓ TEIXEIRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 10/2018/AM

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Agropecuaria Asa Branca LTDA. - 880110/15 - A.I. 18/18
Alberto Alcebiades de Almeida Portella Netto - 880356/10 - A.I. 4/18
Antonio Jardson Silva de Oliveira - 880068/17 - A.I. 24/18
Cooperativa Extrativista Mineral Dos Garimpeiros de Apuí - 880123/08 - A.I. 3/18
Elane Saraiva de Souza Bandeira - 880221/13 - A.I. 8/18
Força Imobiliaria Ltda - 880197/16 - A.I. 21/18
Gean Balieiro de Souza - 880021/16 - A.I. 19/18
João Orestes Schneider Santos - 880095/14 - A.I. 11/18, 880097/14 - A.I. 12/18, 880098/14 - A.I. 13/18, 880099/14 - A.I. 14/18, 880100/14 - A.I. 15/18, 880101/14 - A.I. 16/18
Jose Aroudo Rodrigues Bandeira - 880220/13 - A.I. 7/18
Lafargi Industria de Cimento da Amazonia Ltda - 880083/14 - A.I. 10/18
Mário Carlos Sauer Araújo - 880292/11 - A.I. 5/18
mg da Amazonia Ltda - 880195/12 - A.I. 6/18
Mineração Bbx do Brasil LTDA. - 880115/08 - A.I. 1/18, 880116/08 - A.I. 2/18
Nilton Domingues de Oliveira - 880035/17 - A.I. 22/18
Paulo Roberto Viegas da Costa - 880137/14 - A.I. 17/18
Petterson Marques Vidal - 880122/16 - A.I. 20/18
t s f Comércio Atacadista de Eletrônicos - 880047/17 - A.I. 23/18
Terra & Mar Mineração Ltda Epp - 880509/11 - A.I. 25/18

CESAR NONATO ARAUJO DA ROCHA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 30/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
872.190/2016-ROMILTON MELO DE SOUZA- Alvará n°13502/2016 - Cessionario:871.761/2017-ANTONIO JOSÉ DE SOUZA- CPF ou CNPJ 215.390.145-68
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
871.223/2015-JAKSON SOUZA SILVA
871.224/2015-JAKSON SOUZA SILVA
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
870.021/2013-MARIA JACY PEREIRA- Cessionário:872.261/2014-MINERAÇÃO ROCHA ELEITA LTDA EPP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
871.451/2010-MINERAÇÃO MELO LTDA ME- Cessionário:MINERAÇÃO SANTA BARBARA- CPF ou CNPJ 21.850.766/0001-35- Alvará n°16577/2010
871.452/2010-MINERAÇÃO MELO LTDA ME- Cessionário:MINERAÇÃO SANTA BARBARA- CPF ou CNPJ 21.850.766/0001-35- Alvará n°16578/2010
871.453/2010-MINERAÇÃO MELO LTDA ME- Cessionário:MINERAÇÃO SANTA BARBARA- CPF ou CNPJ 21.850.766/0001-35- Alvará n°16579/2010
872.318/2011-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA- Cessionário:SRA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 14.633.624/0001-50- Alvará n°7446/2015
874.419/2011-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA- Cessionário:SRA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 14.633.624/0001-50- Alvará n°8444/2015
874.604/2011-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA- Cessionário:SRA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 14.633.624/0001-50- Alvará n°9084/2015
874.756/2011-MÁRIO SÉRGIO GOMES DE LISBOA- Cessionário:EL DOURADO MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 26.263.138/0001-77- Alvará n°9139/2015
874.937/2011-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA- Cessionário:SRA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 14.633.624/0001-50- Alvará n°8388/2015
870.111/2012-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA- Cessionário:SRA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 14.633.624/0001-50- Alvará n°8420/2015
870.245/2012-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA- Cessionário:SRA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 14.633.624/0001-50- Alvará n°8510/2015
870.309/2012-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA- Cessionário:SRA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 14.633.624/0001-50- Alvará n°8532/2015
870.866/2012-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA- Cessionário:SRA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 14.633.624/0001-50- Alvará n°8720/2015
871.793/2015-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME- Cessionário:LEANDRO FORNAZIER EIRELI ME- CPF ou CNPJ 18.268.330/0001-28- Alvará n°134/2016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

872.206/2015-JOSÉ WALTERNEY MIRANDA NUNES- Cessionário:CANAÃ MÁRMORES E GRANITOS LTDA EPP- CPF ou CNPJ 28.493.045/0001-64- Alvará nº5641/2017

870.516/2017-EXÓTICA STONE GRANITOS E MARMORES LTDA ME- Cessionário:MONTE ROSA IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI- CPF ou CNPJ 01.615.775/0001-34- Alvará nº5094/2017

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 32/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
872.190/2015-RED GRANITI MINERAÇÃO LTDA- DOU de 26/01/2018
Retificação de despacho(1387)
870.458/2006-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA - Publicado DOU de 25/09/2017, Relação nº 171, Seção I, pág. 95- Onde se lê: " G&S MINERAÇÃO LTDA, CNPJ 22.182.714/0001-19", leia-se "...G&S MINERAÇÃO LTDA, CNPJ 22.182.714/0001-09".

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 30/2018/CE

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
800.332/2003-NORDESTE MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº185/2018, 186/2018, 187/2018, 188/2018
800.205/2005-FAPRESE FABRICA DE PREMOLDADOS,SERRALHARIA E BRITAGEM LTDA-OF. Nº068/2017
Indefere o Licenciamento(740)
800.291/2012-M.N. DA SILVA TELES - Licenciamento nº 1413/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
800.908/2011-ANTONIO FERNANDES DE SOUSA MENDES ME- Cessionário:INDÚSTRIA DE CERÂMICA FLORES DO VALE LTDA- CNPJ 29.376.973/0001-01- Licenciamento nº1346/2013- Vencimento do Licenciamento: 25/01/2023
800.036/2014-FRANCISCO DAMAZIO DE AZEVEDO- Cessionário:F. DAMÁZIO DE AZEVEDO EXTRAÇÃO ME- CNPJ 26.157.080/0001-87- Licenciamento nº1471/2014- Vencimento do Licenciamento: 19/10/2020
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
800.205/2005-FAPRESE - FÁBRICA DE PREMOLDADEOS, SERRALHERIA E BRITAGEM LTDA- AI Nº002/2018
Homologa renúncia do licenciamento(784)
800.882/2012-VICTOR LUCIANO CARVALHO BEZERRA DE MENEZES ME
800.008/2016-VICTOR LUCIANO CARVALHO BEZERRA DE MENEZES ME
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
800.332/2003-NORDESTE MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº189/2018
800.205/2005-FAPRESE FABRICA DE PREMOLDADOS,SERRALHARIA E BRITAGEM LTDA-OF. Nº065/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.254/2011-C.C. GOMES MORORO-OF. Nº369/2018
800.613/2016-BRAVO MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-OF. Nº197/2018
800.087/2017-INDÚSTRIA DE BRITAGEM IGUATÚ LTDA ME-OF. Nº153/2018
800.134/2017-MILTON SALDANHA JUNIOR ME-OF. Nº149/2018
800.135/2017-SÃO PEDRO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. Nº194/2018
800.159/2017-CASTRO & MACEDO LTDA ME-OF. Nº195/2018
800.247/2017-CERÂMICA SOBARRO LTDA EPP-OF. Nº196/2018
800.262/2017-CRISTAL CERAMICA E ENGENHARIA LTDA ME-OF. Nº336/2018
800.265/2017-F ALBERI DE FREITAS ME-OF. Nº362/2018
800.266/2017-F ALBERI DE FREITAS ME-OF. Nº361/2018
800.287/2017-LEWTON ALMEIDA FERNADES ME-OF. Nº396/2018
800.315/2017-LUIZ HENRIQUE RODRIGUES RIBEIRO ME-OF. Nº255/2018
800.321/2017-F. AMORIM P. DE CARVALHO ME-OF. Nº387/2018
800.326/2017-GLAYCIANE FARIAS MUNIZ-OF. Nº307/2018
800.327/2017-V M DE SOUSA TERRAPLANAGEM ME-OF. Nº331/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
800.317/2010-INDÚSTRIA DE BRITAGEM DO CARIRI S A-OF. Nº321/2018, 322/2018 e 323/2018
800.208/2014-M.N. DA SILVA TELES-OF. Nº281/2018
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
800.668/2011-RAIMUNDO RODRIGUES MACIEL LOCAÇÃO
800.878/2011-LEYZ DE AZEVEDO NOBERTO
800.762/2012-LUZARDO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA EPP
800.774/2015-O. M. DE FREITAS LIMA ME
800.778/2015-O. M. DE FREITAS LIMA ME
800.779/2015-O. M. DE FREITAS LIMA ME
800.090/2017-L F L DE OLIVEIRA & CIA LTDA ME
800.237/2017-DARIO GOMES CIRIACO & CIA LTDA ME
800.244/2017-ALEXANDRE COSTA LANDIM
800.250/2017-MANOEL SOUSA E SILVA
800.328/2017-FOROSOJA INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ME
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
800.167/2017-PAULO CEZAR DE OLIVEIRA MONTEIRO
800.220/2017-GLAYCIANE FARIAS MUNIZ
800.245/2017-IMOBILIÁRIA JÚLIO JORGE VIEIRA LTDA
800.253/2017-C SOUSA FURTADO
800.254/2017-C SOUSA FURTADO
800.311/2017-F MATIAS BEZERRA ME
800.431/2017-CERAMICA SAO JORGE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME
800.436/2017-SANTA FÉ EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS LTDA ME

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 33/2018/CE

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito declaração de prioridade a disponibilidade ART 26(537)
800.347/2010-C. FERNANDO R.DA PAZ E CIA LTDA e ITINGA MINERAÇÃO LTDA-DOU de 05/03/2018
800.533/2013-C. FERNANDO R. DA PAZ E CIA LTDA, MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA E VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-DOU de 05/03/2018
800.639/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A e SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA-DOU de 05/03/2018
800.641/2013-C. FERNANDO R. DA PAZ E CIA LTDA e ITINGA MINERAÇÃO LTDA-DOU de 05/03/2018
800.011/2014-FRANCISCO GENILDO BEZERRA-DOU de 07/03/2018
800.209/2014-MARCEL MINERAÇÃO LTDA e VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-DOU de 12/03/2018

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 28/2018/GO

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Aleixo Mendes de Carvalho - 861040/12 - Not.18/2018 - R$ 6.965,66, 861041/12 - Not.20/2018 - R$ 5.332,21, 861722/12 - Not.22/2018 - R$ 1.083,87, 861723/12 - Not.24/2018 - R$ 2.618,62
Brom s a - 860292/10 - Not.7/2018 - R$ 5.907,50, 860293/10 - Not.9/2018 - R$ 5.425,36
Charles Antonio do Amaral - 861472/15 - Not.53/2018 - R$ 1.815,04, 861478/15 - Not.55/2018 - R$ 1.731,20
Daniel Barbosa Procopio - 861224/10 - Not.11/2018 - R$ 1.079,62
Edivan Enes Oliveira da Silva - 861643/12 - Not.32/2018 - R$ 293,63
Edson de Araujo Dutra - 860852/16 - Not.68/2018 - R$ 299,19
Fabio Cardoso Carneiro - 860977/16 - Not.70/2018 - R$ 7.956,37
Gilson Gonçalves de Almeida - 860123/12 - Not.16/2018 - R$ 4.298,33
Gilvan Sebastião Santos - 860292/12 - Not.28/2018 - R$ 7.616,77
Gold Mineração Extração e Comercialização Ltda - 861212/15 - Not.47/2018 - R$ 4.194,35
Gregório Vassilive Ferreira - 861201/16 - Not.147/2018 - R$ 6.250,53
Ivair Gonçalves da Silva - 861280/12 - Not.30/2018 - R$ 1.591,15
Jair Rodrigues de Paulo - 861045/16 - Not.132/2018 - R$ 918,30
Juliano Xavier Frausino Barnabe - 860717/16 - Not.61/2018 - R$ 7.816,83
Leandro Alcantara Ferreira - 860733/16 - Not.63/2018 - R$ 153,11
Mauro Sousa de Oliveira - 860780/13 - Not.40/2018 - R$ 4.005,08
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 860816/13 - Not.42/2018 - R$ 7.795,36
Moacir Pires da Silva - 860028/12 - Not.26/2018 - R$ 300,58
Nair Maria da Silva Porto - 860821/16 - Not.65/2018 - R$ 1.256,68
Natanael Rodrigues da Silva - 861972/12 - Not.36/2018 - R$ 8.010,23
Odelio Fernandes Junior - 861726/12 - Not.34/2018 - R$ 5.788,15
Rodrigo Tietzmann e Silva - 861172/16 - Not.145/2018 - R$ 3.387,26
Ronaldo Gonçalves Peixoto - 862019/11 - Not.13/2018 - R$ 811,15
Sandro Ferreira Costa - 861248/15 - Not.49/2018 - R$ 1.491,26
Solon Vieira - 860331/16 - Not.59/2018 - R$ 3.460,55
Walter Negri - 861148/16 - Not.143/2018 - R$ 7.926,68
Whinter Borges do Nascimento Filho - 861040/16 - Not.74/2018 - R$ 1.927,99, 861041/16 - Not.76/2018 - R$ 2.769,65, 861042/16 - Not.126/2018 - R$ 3.061,87, 861043/16 - Not.128/2018 - R$ 2.330,15, 861044/16 - Not.130/2018 - R$ 2.393,91

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 29/2018/GO

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Aleixo Mendes de Carvalho - 861040/12 - Not.19/2018 - R$ 7.876,58, 861041/12 - Not.21/2018 - R$ 7.876,58, 861722/12 - Not.23/2018 - R$ 7.876,58, 861723/12 - Not.25/2018 - R$ 7.876,58
Areias Cdr Ltda me - 860850/16 - Not.67/2018 - R$ 3.938,29
Brom s a - 860292/10 - Not.8/2018 - R$ 3.938,29, 860293/10 - Not.10/2018 - R$ 3.938,29
Charles Antonio do Amaral - 861472/15 - Not.54/2018 - R$ 3.938,29, 861478/15 - Not.56/2018 - R$ 3.938,29
Daniel Barbosa Procopio - 861224/10 - Not.12/2018 - R$ 3.938,29
Edivan Enes Oliveira da Silva - 861643/12 - Not.33/2018 - R$ 3.938,29
Edson Antonio Gomes - 860811/14 - Not.125/2018 - R$ 3.934,81
Edson de Araujo Dutra - 860852/16 - Not.69/2018 - R$ 3.938,29
Elton de Almeida - 861131/15 - Not.46/2018 - R$ 3.938,29
Fabio Cardoso Carneiro - 860977/16 - Not.71/2018 - R$ 3.938,29, 861000/16 - Not.72/2018 - R$ 3.938,29, 861002/16 - Not.73/2018 - R$ 3.938,29
Gilson Gonçalves de Almeida - 860123/12 - Not.17/2018 - R$ 3.938,29
Gilvan Sebastião Santos - 860292/12 - Not.29/2018 - R$ 7.876,58
Gold Mineração Extração e Comercialização Ltda - 861212/15 - Not.48/2018 - R$ 3.938,29
Gregório Vassilive Ferreira - 861201/16 - Not.148/2018 - R$ 3.953,51
Ivair Gonçalves da Silva - 861280/12 - Not.31/2018 - R$ 3.938,29
Jair Rodrigues de Paulo - 861045/16 - Not.133/2018 - R$ 3.953,51
Jeová Mariano da Silva - 860606/13 - Not.39/2018 - R$ 7.876,58
José Leoncio de Araújo - 862691/11 - Not.15/2018 - R$ 7.876,58
Juliano Xavier Frausino Barnabe - 860717/16 - Not.62/2018 - R$ 3.938,29
Leandro Alcantara Ferreira - 860733/16 - Not.64/2018 - R$ 3.938,29
Mauro Sousa de Oliveira - 860780/13 - Not.41/2018 - R$ 3.938,29
Mhp Representações Ltda - 860896/15 - Not.45/2018 - R$ 3.938,29
Mineração Diamantina Ltda - 860600/14 - Not.44/2018 - R$ 3.938,29
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 860816/13 - Not.43/2018 - R$ 3.938,29
Mirom Osito Ribeiro - 861295/15 - Not.51/2018 - R$ 3.938,29
Moacir Pires da Silva - 860028/12 - Not.27/2018 - R$ 3.938,29

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nair Maria da Silva Porto - 860821/16 - Not.66/2018 - R$ 3.938,29
Natanael Rodrigues da Silva - 861972/12 - Not.37/2018 - R$ 7.876,58
Nelson Zene Júnior - 860293/16 - Not.57/2018 - R$ 3.938,29, 860294/16 - Not.58/2018 - R$ 3.938,29
Odelio Fernandes Junior - 861726/12 - Not.35/2018 - R$ 3.938,29
ps Assessoria e Consultoria Empresarial Eireli me - 861046/16 - Not.134/2018 - R$ 3.953,51, 861047/16 - Not.135/2018 - R$ 3.953,51, 861048/16 - Not.136/2018 - R$ 3.953,51, 861049/16 - Not.137/2018 - R$ 3.953,51, 861050/16 - Not.138/2018 - R$ 3.953,51, 861130/16 - Not.139/2018 - R$ 3.953,51, 861131/16 - Not.140/2018 - R$ 3.953,51, 861132/16 - Not.141/2018 - R$ 3.953,51, 861141/16 - Not.142/2018 - R$ 3.953,51
Rafael Serafim Lopes - 861362/15 - Not.52/2018 - R$ 3.938,29
Rodrigo Tietzmann e Silva - 861172/16 - Not.146/2018 - R$ 3.953,51
Ronaldo Gonçalves Peixoto - 862019/11 - Not.14/2018 - R$ 3.938,29
Sandro Ferreira Costa - 861248/15 - Not.50/2018 - R$ 3.938,29
Solon Vieira - 860331/16 - Not.60/2018 - R$ 0,00
Vemar Rio Piloes Ltda - 860133/13 - Not.38/2018 - R$ 7.876,58
Walter Negri - 861148/16 - Not.144/2018 - R$ 3.953,51
Whinter Borges do Nascimento Filho - 861042/16 - Not.127/2018 - R$ 3.953,51, 861043/16 - Not.129/2018 - R$ 3.953,51, 861044/16 - Not.131/2018 - R$ 3.953,51, 861040/16 - Not.75/2018 - R$ 3.938,29, 861041/16 - Not.77/2018 - R$ 3.938,29

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 35/2018/GO

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
860.330/2011-OSVALDO PONTES DE CARVALHO
860.409/2013-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
862.064/2013-EDSON DA SILVA -Alvará N°3860/2014
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
860.582/2011-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
860.583/2011-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
860.844/2014-TRIUNFO MINERAÇAO LTDA EPP
861.481/2014-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.
860.147/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.148/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.455/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.456/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.459/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.460/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.461/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.462/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.463/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.464/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.465/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.466/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.467/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.468/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.469/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.470/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.472/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
860.474/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
861.464/2015-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA
860.456/2016-TRIUNFO MINERAÇAO LTDA EPP
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
861.374/2016-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.-ALVARÁ N°2919/2017
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
860.112/2015-ARARAS MINERAÇÃO S A-ALVARÁ N°10132/2015
860.113/2015-ARARAS MINERAÇÃO S A-ALVARÁ N°10133/2015
860.114/2015-ARARAS MINERAÇÃO S A-ALVARÁ N°10134/2015
860.437/2015-BORGES E HORI MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°944/2016
861.372/2015-ELETROTELLES CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA EPP-ALVARÁ N°3894/2016
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
860.290/2009-JULIANA DOS REIS MARTINS-ALVARÁ N°6660/2009
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
861.288/2009-MINERAÇÃO GNB LTDA-AI N°237/2018
860.436/2010-LGV MINERAÇÃO LTDA-AI N°238/2018
860.947/2010-MINERAÇÃO GOIÁS VELHO LTDA-AI N°239/2018
861.828/2010-EDIMINAS MINERAÇÃO LTDA-AI N°240/2018
861.833/2010-JOÃO MEIRELES DE OLIVEIRA-AI N°241/2018
862.761/2011-MATHEUS MATIAS ARRUDA-AI N°242/2018
862.941/2011-MATHEUS MATIAS ARRUDA-AI N°243/2018
860.181/2013-EDWARD MAGALHÃES CHAVES-AI N°244/2018
860.294/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-AI N°245/2018
861.156/2014-TRIMINING MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°246/2018
860.513/2015-DONIZETTI MARIA RIBEIRO-AI N°247/2018
860.844/2015-CALCARIO URUAÇU LTDA-AI N°248/2018
860.868/2015-GIOVANNA ENVASADORA DE ÁGUA MINERAL E REFRIGERANTES LTDA-AI N°249/2018
860.889/2015-MSF MINERAÇÃO S.A.-AI N°250/2018
861.181/2015-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA-AI N°251/2018
861.217/2015-REGINA CÉLIA SEIXO DE BRITO DE FLEURY-AI N°252/2018
861.238/2015-AREIA GOIÁS MINERAÇÃO LTDA-AI N°253/2018
861.366/2015-RONY FELIX RODOVALHO-AI N°254/2018
861.447/2015-LAGOA EMPREENDIMENTOS LTDA.-AI N°255/2018
861.450/2015-CARLOS HENRIQUE PINHEIRO-AI N°257/2018
861.496/2015-COOPERATIVA BRASILEIRA DE DIAMANTES-AI N°256/2018
860.058/2016-INVEST RENDA, MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO-AI N°258/2018
860.600/2016-CARLOS DIVINO VIEIRA RODRIGUES-AI N°259/2018
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
806.201/1976-SAÚDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA.- Fonte: São José; Marca: Nativa (Paróquia Santo Antônio); Embalagem: 500 mL (com gás).-HIDROLÂNDIA/GO
Nega provimento ao recurso interposto(479)
860.256/2005-MANOEL AIRES FILHO & CIA LTDA

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 38/2018/GO

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Ademir Martins Costa - 861625/13 - Not.80/2018 - R$ 5.040,17, 861748/13 - Not.107/2018 - R$ 2.429,47
Areal Dois Irmãos Ltda me - 860357/14 - Not.99/2018 - R$ 3.287,58, 860358/14 - Not.100/2018 - R$ 3.073,33
Areia Goiás Mineração Ltda - 860697/14 - Not.106/2018 - R$ 29,20, 860723/14 - Not.114/2018 - R$ 9,39, 860724/14 - Not.115/2018 - R$ 79,02, 860725/14 - Not.116/2018 - R$ 49,12, 860726/14 - Not.117/2018 - R$ 92,69, 860727/14 - Not.118/2018 - R$ 62,83, 860728/14 - Not.119/2018 - R$ 27,23, 860731/14 - Not.120/2018 - R$ 93,71, 860732/14 - Not.121/2018 - R$ 20,72, 860733/14 - Not.122/2018 - R$ 84,85, 860734/14 - Not.123/2018 - R$ 50,78, 860735/14 - Not.124/2018 - R$ 76,35
Arenan Extração e Comércio de Areia Ltda - 860254/14 - Not.97/2018 - R$ 29,82
Cleber Araujo Mamedes - 860040/14 - Not.89/2018 - R$ 1.793,83
Cooperbrita Desenvolvimento e Gestão Mineral Ltda me - 860345/14 - Not.92/2018 - R$ 541,60, 861452/13 - Not.82/2018 - R$ 1.126,54
Cultivar Comercial Agricola Formosa Ltda - 860772/12 - Not.78/2018 - R$ 145,01
Domingos Fernando Mouro - 861938/13 - Not.109/2018 - R$ 146,60
Edson da Silva - 861330/13 - Not.84/2018 - R$ 2.963,34
Eduardo da Fonseca Melo - 861737/13 - Not.85/2018 - R$ 172,22
F.G. Vidigal & Cia Ltda - 860382/14 - Not.101/2018 - R$ 152,52
Francisco Calzada Machado - 860046/14 - Not.108/2018 - R$ 48,08
Hosana Maria Martins Silva - 861501/13 - Not.87/2018 - R$ 1.073,56
Itamar Luiz Meireles Sachetto - 860423/14 - Not.94/2018 - R$ 143,47
Jaime de Melo Reis - 860518/14 - Not.111/2018 - R$ 1.848,56
jm Mineração e Transporte Ltda - 860624/14 - Not.105/2018 - R$ 44,42
João Meireles de Oliveira - 861637/13 - Not.79/2018 - R$ 3.327,41
Lider Agropecuaria Pesquisa e Mineração Ltda me - 860578/14 - Not.103/2018 - R$ 169,45, 860581/14 - Not.104/2018 - R$ 172,11, 860580/14 - Not.96/2018 - R$ 155,86, 860577/14 - Not.113/2018 - R$ 181,23
Lília Karla Carpim - 860263/14 - Not.98/2018 - R$ 159,87
Mineração Diamantina Ltda - 860285/14 - Not.110/2018 - R$ 225,25
Mineração Rio Claro Ltda - 861738/13 - Not.88/2018 - R$ 169,73
Mineradora Serra Geral Ltda - 862106/13 - Not.112/2018 - R$ 915,37
Otacilio Ramalho Dos Santos Filho - 861536/13 - Not.81/2018 - R$ 2.382,92
Rildo Martins me - 860372/14 - Not.93/2018 - R$ 172,15
v & a. Extração e Comércio de Areia e Cascalho Ltda - 860501/14 - Not.95/2018 - R$ 92,29, 860244/14 - Not.91/2018 - R$ 115,19
Valdomiro Poliselli Junior - 860180/14 - Not.90/2018 - R$ 3.388,35
Welington Rodrigues Guerra - 861418/13 - Not.83/2018 - R$ 3.282,82
Weuler Valério Terencio - 861299/13 - Not.86/2018 - R$ 169,07
Wolney Luiz de Moura - 860488/14 - Not.102/2018 - R$ 170,49

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 91/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.435/2003-DIAMANTE BRASIL LTDA.-OF. N°54/2018-ERPM-Superindetência da ANM/MG
831.063/2011-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°413/2018-FISC-DNPM/MG
831.484/2012-MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA.-OF. N°415/2018-FISC-DNPM/MG
831.964/2012-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-OF. N°410/2018-FISC-DNPM/MG
831.965/2012-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-OF. N°411/2018-FISC-DNPM/MG
834.239/2012-VALE S A-OF. N°412/2018-FISC-DNPM/MG
830.110/2014-ARGEMIRO C. DE OLIVEIRA JÚNIOR-OF. N°419/2018-FISC-DNPM/MG
831.132/2014-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°416/2018-FISC-DNPM/MG
831.815/2014-MINERAR LTDA EPP-OF. N°414/2018-FISC-DNPM/MG
830.259/2016-ALDO MESSIAS PINTO-OF. N°60/2018-ERPM-Superindetência-DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.981/1988-PIETRE PEDRAS & GEMAS LTDA-OF. N°207/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.583/2004-CENIBRA LOGÍSTICA LTDA-OF. N°209/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.404/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°153/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.900/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°282/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.541/2004-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°242/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.721/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°160/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.765/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°158/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.766/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°162/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.835/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°166/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.837/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°161/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.838/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°159/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.841/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°157/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.845/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°156/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.508/2014-AREIAS SAO GONÇALO LTDA-OF. N°236/2018-DGTM/DNPM/MG
831.601/2014-CERAMICA PARAENSE LTDA-OF. N°237/2018-DGTM/DNPM/MG
833.471/2014-HELENO VILELA LIMA-OF. N°238/2018-DGTM/DNPM/MG
831.806/2015-RODRIGO ANTONIO DA SILVA-OF. N°239/2018-DGTM/DNPM/MG
832.037/2016-BRASMATEC MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°240/2018-DGTM/DNPM/MG
832.038/2016-MVE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES LTDA-OF. N°241/2018-DGTM/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

831.159/1988-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°271/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.981/1988-PIETRE PEDRAS & GEMAS LTDA-OF. N°208/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.961/2003-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-OF. N°272/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.030/2006-COMERCIAL DE AREIA PALMARES LTDA-OF. N°211/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.780/2006-UNIR COMERCIO DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. EPP-OF. N°212/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
003.664/1942-CSN MINERAÇÃO S.A.- AI N° 916/2017-DNPM/MG, Nacional Minérios SA
830.745/1982-CERAMICA SAFFRAN SA- AI N° 144/2018-Superindetência-DNPM/MG
830.838/2000-ÁGUA MINERAL AGUAÍ LTDA- AI N° 442/2018-FISC-DNPM/MG
830.872/2001-EMPREITEIRA SUL BRASIL LTDA- AI N° 143/2018-FISC-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
801.351/1978-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°58/2018-ERPM-Superindetência-ANM/MG
830.745/1982-CERAMICA SAFFRAN SA-OF. N°235/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.838/2000-ÁGUA MINERAL AGUAÍ LTDA-OF. N°384/2018-FISC-DNPM/MG
830.872/2001-EMPREITEIRA SUL BRASIL LTDA-OF. N°236 e 237/2018-FISC-DNPM/MG
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
003.664/1942-CSN MINERAÇÃO S.A.- AI N°462,463 e 464/2018-FISC-DNPM/MG
000.139/1951-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS- AI N°447 e 448/2018-FISC-DNPM/MG
001.374/1955-SETA AGRO MINERAÇÃO LTDA- AI N°465;466 e 467/2018-FISC-DNPM/MG
808.651/1975-EMF MINERAÇÃO LTDA- AI N°459/2018-FISC-DNPM/MG
830.566/1988-MINERAIS HERCULANO LTDA- AI N°432;433;434;435 e 436/2018-FISC-DNPM/MG
831.933/1997-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA- AI N°437;438;439 e 440/2018-FISC-DNPM/MG
830.016/2001-ÁGUA MINERAL VARGINHA LTDA.- AI N°460/2018-FISC-DNPM/MG
831.829/2001-EMPRESA HÍDRICA MINERAL PURALVA- AI N°454;455;456;457 e 458/2018-FISC-DNPM/MG
831.927/2003-ÁGUA MINERAL SERENA LTDA.- AI N°445 e 446/2018-FISC-DNPM/MG
831.751/2004-BOCAINA ÁGUA MINERAL LTDA.- AI N°461/2018-FISC-DNPM/MG
830.230/2005-ÁGUAS MINERAIS BELO VALE LTDA.- AI N°449;450;451;452 e 453/2018-FISC-DNPM/MG
831.294/2005-ÁGUA MINERAL SERENA LTDA.- AI N°443 e 444/2018-FISC-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
830.872/2001-EMPREITEIRA SUL BRASIL LTDA-OF. N°235/2018-FISC-DNPM/MG
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
830.094/2011-NEIVA GONTIJO QUEIROZ DE ARAÚJO COSTA-OF. N°143/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.768/2013-MINERADORA VALE DO CAPARAO LTDA ME-OF. N°382/2018-FISC-DNPM/MG
832.309/2015-FERDINANDO MARTINS CAETANO FI-OF. N°59/2018-ERPM-Superindetência-DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 92/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
832.084/2016-MARIA INEZ CASTRO MOREIRA
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Licenciamento(744)
834.002/2012-FRANCISCO XAVIER FRANÇA
834.004/2012-FRANCISCO XAVIER FRANÇA
834.005/2012-FRANCISCO XAVIER FRANÇA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
830.908/2011-CERÂMICA CAMARGOS LTDA ME

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 93/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1777)
830.604/2010-MANUEL JOAQUIM MOTA PINTO RODRIGUES- Guia de Utilização N°73/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)
830.770/2008-MINASILICIO GMA MINERADORA LTDA- Guia de Utilização N°130/2017

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 94/2018/MG

Fase de Requerimento de Lavra
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
831.981/1988-PIETRE PEDRAS & GEMAS LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 95/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
832.418/2012-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA
830.544/2013-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
831.341/2013-LUCIANO SARTORI FIORI
830.510/2016-VALE GRANITOS LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 26/2018/PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
851.362/2017-TITÂNIO MINERAÇÃO E COMÉRCIO EIRELI ME
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.607/2016-MINERAÇÃO MARAVAIA LTDA.
850.830/2017-JOSÉ TADEU PACHECO BIANCHI
850.973/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.001/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.002/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.004/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.136/2017-CAMILA CASTRO DAIBES
851.274/2017-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA
851.296/2017-A T M SABAT MINÉRIOS EIRELI EPP
851.352/2017-ALVINO RODRIGUES DE SIQUEIRA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.278/2017-MATHEUS SOARES FILHO-OF. N°1.612/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.929/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.607/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.930/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.607/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.936/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.607/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.946/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.607/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.962/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.607/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.979/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.607/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.009/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.608/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.010/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.608/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.011/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.608/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.013/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.608/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.014/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.608/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.015/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.608/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.016/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.608018 - Superintendência do DNPM/PA
851.018/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.609/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.020/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.609/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.021/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.609/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.022/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.609/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.024/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.609/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.030/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.609/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.032/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.609/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.034/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.6102018 - Superintendência do DNPM/PA
851.035/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.6102018 - Superintendência do DNPM/PA
851.036/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.6102018 - Superintendência do DNPM/PA
851.037/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.6102018 - Superintendência do DNPM/PA
851.040/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.610/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.042/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.610/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
850.549/2017-MULTICOMM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Nega provimento ao recurso interposto(187)
851.074/2012-MINERAÇÃO BURITIRAMA S A
Da provimento ao recurso interposto(188)
850.498/2017-ERVICK CLEON GOMES LIMA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.728/2014-GILVA GONCALVES LAMAS SPARKS
850.591/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.592/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.593/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.418/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.422/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.431/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.436/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.449/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.741/2014-OTONIEL REIS DA SILVA
850.158/2017-CARLOS ANDRÉ ALMADA DE MELO
850.596/2017-COOMASPA COOPERATIVA AGRO MINERAL DE SANTA LUZIA PA
850.707/2017-COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA AGROFLORESTAL E MINERAL
851.270/2017-BENTO CARLOS LIEBL
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
850.574/2017-L. S. BARBOSA ENGENHARIA EIRELI-Licenciamento N°24/2018 - Prazo: Validade: 09/04/2019 ano(s)
851.113/2017-FABIO MALICHESKI-Licenciamento N°21/2018 - Prazo: Validade: 13/09/2022 ano(s)
850.124/2018-CLIVAMIR FRASSETO-Licenciamento N°23/2018 - Prazo: Validade: 01/02/2020 ano(s)
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
851.366/2017-MARIA JOSÉ MARTINS DOS SANTOS
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere de Plano o Requerimento de Registro de Extração(821)
850.090/2018-RAIMUNDO PINTO DE MESQUITA

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 34/2018/PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
850.164/2018-CHESTHER GOMES PEDRO
850.165/2018-CHESTHER GOMES PEDRO
850.166/2018-CHESTHER GOMES PEDRO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.923/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.613/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.998/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°1.613/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
850.260/2017-ADRIANO SALOMÃO COSTA DE CARVALHO- Alvará n°3.431/2017 - Cessionario:850.150/2018-COOPERATIVA DOS EXTRATORES DE MINÉRIOS DO SUL DO PARÁ- CPF ou CNPJ 07.715.130/0001-50
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
851.035/2014-PEDRO & VIANA LTDA EPP-Cessionário:850.164/2018, 850.165/2018 e 850.166/2018.-CHESTHER GOMES PEDRO
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

851.196/2012-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.-Alvará N°13.035/2015
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.082/2012-VALDINEI MAURO DE SOUZA-Cessionário:MINERAÇÃO DO PARÁ LTDA- CPF ou CNPJ 12.431.395/0001-66- Alvará n°13.055/2015
850.083/2012-VALDINEI MAURO DE SOUZA-Cessionário:MINERAÇÃO DO PARÁ LTDA- CPF ou CNPJ 12.431.395/0001-66- Alvará n°12.996/2015
850.183/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA-Cessionário:MINERAÇÃO DO PARÁ LTDA- CPF ou CNPJ 12.431.395/0001-66- Alvará n°15.819/2015
850.492/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA-Cessionário:MINERAÇÃO DO PARÁ LTDA- CPF ou CNPJ 12.431.395/0001-66- Alvará n°14.146/2015
850.697/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA-Cessionário:MINERAÇÃO DO PARÁ LTDA- CPF ou CNPJ 12.431.395/0001-66- Alvará n°14.148/2015
851.059/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA-Cessionário:MINERAÇÃO DO PARÁ LTDA- CPF ou CNPJ 12.431.395/0001-66- Alvará n°15.899/2015
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
850.972/2010-JOELCIO CAMILO DA SILVA-AI N°1.148/2016
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
850.063/2009-MARIA BENILDE CARVALHO LIMA-Substância Aprovada:Minério de ouro
850.034/2014-BRASILSOLLA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- Substância Aprovada:MINÉRIO DE MANGANÊS
Classificação das propostas técnicas do procedimento de disponibilidade(2088)
850.063/2009- EDITAL DISPONIBILIDADE N°29/2016-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: SEGUNDO CLASSIFICADO: FALCON METAIS LTDA (21 PONTOS); TERCEIRO CLASSIFICADO: JRK TRANSPORTE E MINERAÇÃO LÇTDA ME (17 PONTOS)
850.034/2014- EDITAL DISPONIBILIDADE N°025/2016-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: SEGUNDO CLASSIFICADO:EMFX MINERAÇÃO LTDA (18 PONTOS)
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.090/2011-JOÃO FILHO DE SOUZA SILVA
850.903/2014-COOPERATIVA MINERADORA DOS GARIMPEIROS DE ARIQUEMES
850.577/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.578/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.582/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.583/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.584/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.585/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.587/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.588/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.589/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.590/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.594/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.595/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.596/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.598/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.788/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO
850.399/2016-COOPERMINERIOS COOPER. MISTA DE EXP. MINERAL E EXTRATIVISMO VEGETAL DE NOV. PROG
850.408/2016-COOPERATIVA MINERADORA DOS GARIMPEIROS DE ARIQUEMES
850.583/2016-COOGAMIBRA COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DO BRASIL
850.160/2017-FRANCISCO PEREIRA VIEGAS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
854.717/1997-PAULO ALVES DA SILVA-OF. N°3.348/2017 - Superintendência do DNPM/PA
850.611/2016-JOÃO EVANGELISTA ALVES-OF. N°3.377/2017 - Superintendência do DNPM/PA
850.612/2016-JOÃO EVANGELISTA ALVES-OF. N°3.377/2017 - Superintendência do DNPM/PA
850.613/2016-JOÃO EVANGELISTA ALVES-OF. N°3.377/2017 - Superintendência do DNPM/PA
850.144/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA AMAZONIA-OF. N°3.378/2017 - Superintendência do DNPM/PA
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.749/2017-GEDONILSON SOUSA DE MACÊDO
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
850.097/1999-SANTARÉM ÁGUAS LTDA-OF. N°1.631/2018 - DNPM/PA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.011/2016-E S PINHO DA SILVA EPP-OF. N°1.638/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.209/2017-KENNIA AZEVEDO DE SOUSA-OF. N°1.636/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.840/2017-JARI CELULOSE S.A.-OF. N°1.639/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
850.367/2017-CERÂMICA R.M. LTDA ME
850.368/2017-CERÂMICA R.M. LTDA ME
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.535/2010-SERAFIM INDÚSTRIA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
851.371/2017-CONSTRUFOX CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
850.047/2018-JOÃO JOSÉ PAULINO NETO
850.086/2018-MANOEL CUNHA RODRIGUES
850.087/2018-GUILHERME CUNHA RODRIGUES
850.088/2018-RAIMUNDO CUNHA DE SOUZA
850.091/2018-VALDEMIR DA SILVA SANTOS

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 11/2018/PI

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
803.028/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.320/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.321/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.322/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.323/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.324/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.325/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.326/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.327/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.328/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.329/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.330/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.406/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.407/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.408/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.409/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.410/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.411/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.412/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.413/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.414/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.415/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.460/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.461/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.463/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.464/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.465/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
800.040/1989-JOSÉ MARQUES DE MEDEIROS E FILHOS LTDA- AI N° 91/2018 (inobservância ao inciso XIII, art. 54, do RCM)
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
800.040/1989-JOSÉ MARQUES DE MEDEIROS E FILHOS LTDA- AI Nº 1/2015 (inobservância ao inciso XIII, art. 54, do RCM)
Nega aprovação do rótulo de água mineral(480)
803.017/2001-M.C.S. SALSA LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
803.155/2017-MINERADORA ANGELIM LTDA-Licenciamento N°05/2018 - Prazo: 2 ano(s)
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
803.061/2002-MINERAÇÃO GRAÚNA LTDA.-OF. N°141/2018
803.062/2002-MINERAÇÃO GRAÚNA LTDA.-OF. N°141/2018
803.137/2006-MINERAÇÃO GRAÚNA LTDA.-OF. N°141/2018
803.138/2006-MINERAÇÃO GRAÚNA LTDA.-OF. N°141/2018
803.007/2007-CERÂMICA CAMPO MAIOR LTDA-OF. N°148/2018
803.027/2007-MINERAÇÃO GRAÚNA LTDA.-OF. N°141/2018
803.028/2007-MINERAÇÃO GRAÚNA LTDA.-OF. N°141/2018
803.505/2011-CERÂMICA CAMPO MAIOR LTDA-OF. N°141/2018
803.253/2013-CERÂMICA CAMPO MAIOR LTDA-OF. N°148/2018
803.349/2013-NARITA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°138/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
803.153/2009-SIMPLÍCIO FERREIRA DE CARVALHO NETO-OF. N°149/2018
803.025/2014-M. J. BANDEIRA MOURA DA ROCHA EIRELI ME-OF. N°147/2018

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 14/2018/RN

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
848.195/2017-AMEX MINÉRIOS LTDA
848.019/2018-CARAMURU MINERAÇÃO EIRELI ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.017/2018-HELDER LINCOLN DA SILVA-OF. N°073/2018-SUPERINTENDÊNCIA-RN/DNPM
848.018/2018-MINERAÇÃO POTIGUAR LTDA ME-OF. N°072/2018-SUPERINTENDÊNCIA-RN/DNPM
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.210/2013-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.006/2018/RN/FISC/SUP/DNPM/RN
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.763/2010-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.- Área de 1.907,96ha para 909,33ha-Xisto (ornamental) e Pegmatito (ornamental)
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1736)
848.210/2013-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.008/2018/RN/FISC/SUP/DNPM/RN
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.276/2017-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°100/2018-SGTM/DNPM/RN
848.280/2017-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°94/2018-SGTM/DNPM/RN
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
848.044/2006-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA-OF. N°023/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
005.790/1955-MINERAÇÃO BARRA VERDE LTDA-ME-OF. N°017/2018/RAL
800.158/1968-MINERAÇÃO BOCA DE LAJE LTDA-OF. N°019/2018/RAL
801.616/1970-MINERAÇÃO BOCA DE LAJE LTDA-OF. N°019/2018/RAL
811.669/1974-MINERAÇÃO BOCA DE LAJE LTDA-OF. N°019/2018/RAL
840.030/1987-MINERAÇÃO TERRA BRANCA LTDA-OF. N°022/2018/RAL
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
005.790/1955-MINERAÇÃO BARRA VERDE LTDA-ME-OF. N°018/2018
800.158/1968-MINERAÇÃO BOCA DE LAJE LTDA-OF. N°020/2018
Fase de Lavra Garimpeira
Declara a nulidade da Permissão de Lavra Garimpeira(713)
848.096/2010-JOSIMAR ARCANJO DE ARAUJO JUNIOR-PLG N°06/2014, DOU de 03/11/2014
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1730)
848.597/2008-ARY GONÇALVES DE ANDRADE-OF. N°016/2018
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
848.022/2018-ALEXANDRE DA GAMA FERNANDES VIEIRA MINERAÇÃO EPP
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
848.671/2011-MINERAÇÃO JOÃO CÂMARA LTDA EPP-OF. N°027/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
848.120/2017-ANTONIO VICENTE FERREIRA FILHO

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº Nº 27/2018/RO

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 986.417/2017 Notificado Tecplan Com. de Areia e Seixo Ltda. CNPJ/CPF 63.796.130/0001-00
NFLDP nº 406/2017 Valor: R$ 46.515,65

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 20/2018/RO

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Torna sem efeito exigência(569)
886.250/2017-JOSÉ ROSNE DE SOUZA-OF. N°17/2018-DOU de 20/02/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração -TAH(636)
886.050/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- AI N°597/2016
886.125/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- AI N°192/2017
886.242/2012-SILVANO GOMES DA CRUZ- AI N°53/2016
886.371/2014-MINERAÇÃO TARAUACA INDUSTRIA E COMERCIO S A- AI N°331/2016
886.374/2014-MINERAÇÃO TARAUACA INDUSTRIA E COMERCIO S A- AI N°193/2017
886.375/2014-MINERAÇÃO TARAUACA INDUSTRIA E COMERCIO S A- AI N°225/2016
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
886.200/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- AI N°152/2016

ANDREIA MORESCHI DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 25/2018/RO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
886.022/2006-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-OF. N°283/2018
886.040/2006-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-OF. N°282/2018
886.574/2011-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-OF. N°250/2018
886.176/2013-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-OF. N°252/2018
886.175/2015-M L R EDUARDO LTDA ME-OF. N°253/2018
886.221/2015-ORANDI SANTOS DO PRADO-OF. N°255/2018
886.224/2015-MINERAÇÃO CACOAL LTDA EPP-OF. N°251/2018
886.064/2016-MPM MADRE PAULINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°248/2018
886.078/2016-MERIDIAN MINERAÇÃO JABURI S.A.-OF. N°247/2018
886.082/2016-THIAGO LAKHDARI PINTO-OF. N°254/2018
886.089/2016-MERIDIAN MINERAÇÃO JABURI S.A.-OF. N°261/2018
886.166/2016-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-OF. N°262/2018
886.201/2016-ESTANHO DE RONDONIA S A-OF. N°271/2018
886.202/2016-ESTANHO DE RONDONIA S A-OF. N°270/2018
886.203/2016-ADELVANI MACHADO-OF. N°264/2018
886.006/2017-ESDRAS GABRIEL PEREA-OF. N°263/2018
886.017/2017-VAGNER DA SILVEIRA CORTES-OF. N°272/2018
886.024/2017-MERIDIAN MINERAÇÃO JABURI S.A.-OF. N°273/2017
886.103/2017-ANTÔNIO VIEIRA CORDEIRO-OF. N°275/2018
886.196/2017-NEW FRONTIER GOLD MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°278/2018
886.198/2017-NEW FRONTIER GOLD MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°277/2018
886.199/2017-NEW FRONTIER GOLD MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°276/2018
886.202/2017-FAUSTO MENDES GUIMARÃES ABREU JUNIOR-OF. N°274/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
886.480/2014-C.G. GADELHA-OF. N°281/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
886.248/2012-M.L.B. DE NOGUEIRA MINERAÇÃO-Cessionário:MERIDIAN MINERAÇÃO JABURI S.A- CPF ou CNPJ 07.324.592/0001-46- Alvará n°4.762/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
886.418/2005-DIEGO ALVES BARBOSA-OF. N°242,243,244/2018
886.262/2009-AREAL PORTO SULAMERICA LTDA ME-OF. N°209,235,236/2018
886.267/2013-JOÃO BOSCO SILVA TEIXEIRA-OF. N°241/2018
886.267/2013-JOÃO BOSCO SILVA TEIXEIRA-OF. N°240/2018
886.267/2013-JOÃO BOSCO SILVA TEIXEIRA-OF. N°239/2018
886.267/2013-JOÃO BOSCO SILVA TEIXEIRA-OF. N°238/2018
886.267/2013-JOÃO BOSCO SILVA TEIXEIRA-OF. N°237/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
814.214/1973-PRIMECO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°280/2018
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
814.214/1973-PRIMECO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA- AI N°69/2018
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
886.256/2017-IR INVESTMENTS PARTICIPAÇÕES LTDA
886.289/2017-IR INVESTMENTS PARTICIPAÇÕES LTDA
886.290/2017-IR INVESTMENTS PARTICIPAÇÕES LTDA
886.291/2017-IR INVESTMENTS PARTICIPAÇÕES LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2113)
886.110/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA-OF. N°240/2018
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
886.306/2015-BRITAMAR EXTRAÇÃO DE PEDRAS E AREIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°260/2018

ANDREIA MORESCHI DA SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 5/2018/RR

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
884.070/2017-AMAZON STONE S.A-OF. N°033/2018
884.071/2017-AMAZON STONE S.A-OF. N°033/2018
884.072/2017-AMAZON STONE S.A-OF. N°033/2018
884.073/2017-AMAZON STONE S.A-OF. N°033/2018
884.074/2017-AMAZON STONE S.A-OF. N°033/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Arquiva o relatório final de pesquisa - inexistência de jazida(319)
884.068/2013-VAPTISTIS ANASTASE PAPOORTZIS
884.069/2013-VAPTISTIS ANASTASE PAPOORTZIS
884.070/2013-VAPTISTIS ANASTASE PAPOORTZIS
884.071/2013-VAPTISTIS ANASTASE PAPOORTZIS
884.072/2013-VAPTISTIS ANASTASE PAPOORTZIS
884.074/2013-VAPTISTIS ANASTASE PAPOORTZIS
884.075/2013-VAPTISTIS ANASTASE PAPOORTZIS
884.076/2013-VAPTISTIS ANASTASE PAPOORTZIS
884.077/2013-VAPTISTIS ANASTASE PAPOORTZIS
884.078/2013-VAPTISTIS ANASTASE PAPOORTZIS
884.080/2013-VAPTISTIS ANASTASE PAPOORTZIS
884.081/2013-VAPTISTIS ANASTASE PAPOORTZIS
884.082/2013-VAPTISTIS ANASTASE PAPOORTZIS
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
884.004/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
884.005/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
884.006/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
884.007/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
884.008/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
884.009/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
884.010/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
884.011/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
884.012/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
884.013/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
884.014/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
884.015/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
884.016/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
884.017/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
884.019/2018-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA-OF. N°025/2018
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
884.016/1998-BOA VISTA MINERAÇÃO LTDA.-Licenciamento N°:143 - Prorrogado por 04 ano(s)

EUGÊNIO PACELLI TAVARES
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 41/2018/SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.262/2017-JAZIDA ECKERT LTDA-OF. N°706/2018
815.363/2017-MIGUEL SOMMARIVA JUNIOR-OF. N°917/2018
815.721/2017-INCORPORADORA MIAMI EIRELI LTDA-OF. N°914/2018
815.730/2017-AREMIX MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA.-OF. N°938/2018
815.737/2017-CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA-OF. N°915/2018
815.739/2017-MARCOS HEINZ MAAHS ME-OF. N°913/2018
815.775/2017-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME-OF. N°916/2018
815.780/2017-TRIANGULO INDÚSTRIA DE TIJOLOS LTDA EPP-OF. N°939/2018
815.782/2017-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-OF. N°936/2018
815.783/2017-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-OF. N°912/2018
815.790/2017-CONSTRUTEC COMERCIO DE ARGAMASSAS E REJUNTES-OF. N°918/2018
815.796/2017-PEDRITA PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°940/2018
815.798/2017-VEGETAL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICÊUTICOS E NUTRACÊUTICOS LT-OF. N°911/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.204/2001-IFC INDÚSTRIA DE FOSFATADOS CATARINENSE LTDA-OF. N°920/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
815.269/2016-CONSBRITA LTDA EPP-CAPÃO ALTO/SC - Guia n° 023/2018-50.000t-BASALTO (PEDRA BRITADA)-Validade:08/03/2019
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.290/2015-JOSE SEVERIANO DA SILVA- Área de 60,83 ha para 49,85 ha-AREIA
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.055/2008-ACQUALEVE - APROVEITAMENTO DE RECURSOS NATURAIS LTDA-Areia
Fica sobrestada a decisão sobre o relatório de pesquisa(320)
815.384/2003-VALE FOSFATADOS S A-Fosfato- Prazo de 03 (três) anos
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.675/2007-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA-OF. N°910/2018
815.759/2008-TERRAPLANAGEM WIPPEL LTDA EPP-OF. N°909/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.577/2005-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-PORTO UNIÃO/SC - Guia n° 25/2018-50.000toneladas-Areia (Agregado)- Validade:07/03/2019
815.832/2011-LANDO TERRAPLANAGEM LTDA ME-PORTO BELO/SC - Guia n° 24/2018-14.400toneladas/ano-Saibro-Validade:07/03/2019
815.118/2012-ARGASENS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARGAMASSA PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP-IMBITUBA/SC - Guia n° 22/2018-50.000t-Areia-Validade:06/03/2019
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
804.466/1971-MINÉRIOS AZAMBUJA LTDA- AI Nº 17/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
804.466/1971-MINÉRIOS AZAMBUJA LTDA-OF. N°931/2018
Fase de Licenciamento
Aprova Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(707)
815.197/2014-CNS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Determina arquivamento do Auto de Infração(762)
815.071/2010-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME- AI N°01/2018
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação(920)
815.723/2017-MUNICIPIO DE ANITAPOLIS- Registro de Extração N°21/2018 de 05/03/2018
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
815.786/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE- Registro de Extração N°22/2017 de 08/03/2018
815.792/2017-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-Registro de Extração N°23/2017 de 08/03/2018

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 19/2018/SP

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
821.058/2012-MURILO SEGURA-OF. N°340/18-DFISC/DNPM/SP - 28.02.18
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
820.185/2005-NOVOLOL MIMOTO-OF. N°343/18-DFISC/DNPM/SP - 02.03.18
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
820.748/2010-PORTO DE AREIA ITAJU LTDA ME- Área de 869,54 para 47,10-areia (construção civil)
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
820.601/2012-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA. - Alvará N°1.231/2013
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
821.181/2002-ALVARO FREITAS TULHA MINERAÇÃO ME-areia (construção civil)
820.633/2005-MINERAÇÃO FRONTEIRA LTDA.-Filito (industrial)
820.389/2008-MINTERCOL MINERAIS, TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.-areia (construção civil) e argila (cerâmica vermelha)
820.388/2009-EMPRESA MINERADORA BOA SORTE LTDA-filito (industrial) e arenito (construção civil)
820.146/2010-CERÂMICA RODRIGUES GIMENES LTDA. ME-argila (cerâmica vermelha)
820.405/2011-PAUPEDRA PEDREIRAS, PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.-granito (britado-construção civil)
821.326/2011-SONIA GARCIA DANTAS MARTINS-areia (construção civil) e argila (cerâmica vermelha)
820.282/2012-EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA.-filito (industrial) e arenito (construção civil)
820.524/2012-EMPRESA MINERADORA BOA SORTE LTDA-Filito (industrial)
820.977/2012-MURILO SEGURA-areia (construção civil) e cascalho (construção civil)
820.978/2012-MURILO SEGURA-areia (construção civil) e cascalho (construção civil)
821.373/2013-ALVARO FREITAS TULHA MINERAÇÃO ME-areia (construção civil)
820.128/2014-MINERAÇÃO CAMPO VERDE ROSEIRA LTDA.-filito (industrial) e arenito (construção civil)
820.295/2014-MINERAÇÃO CAMPO VERDE ROSEIRA LTDA.-filito (industrial) e arenito (construção civil)
821.261/2014-ALVARO FREITAS TULHA MINERAÇÃO ME-areia (construção civil)
821.057/2015-ALVARO FREITAS TULHA MINERAÇÃO ME-areia (construção civil)
821.087/2015-ALVARO FREITAS TULHA MINERAÇÃO ME-areia (construção civil)
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
820.870/1988-ÀGUAS PETRÓPOLIS PAULISTA LTDA-Fonte Santa Catharina - Marca: Alka + 9,1 - embalagem de 500 ml, 1L e 1,5L (sem gás) e Marca: Benjamin - embalagem de 500 ml (sem gás)- SÃO PAULO/SP
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
802.495/1968-CERÂMICA IBETEL LTDA- AI Nº 262/17-DFISC/DNPM/SP - 02.03.18
809.548/1974-INDUSTRIA DE CALCÁRIO ELITE LTDA- AI Nº 24 e 25/17-DFISC/DNPM/SP - DOU 20.02.2017
821.285/1995-MINERADORA DELFIM MOREIRA LTDA EPP- AI Nº 785, 786, 787 e 788/17-DFISC/DNPM/SP - 02.03.18
820.437/1997-SÃO BENTO EXTRAÇÃOL, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS LTDA- AI Nº 642, 643 e 644/17-DFISC/DNPM/SP - 01.03.18
820.161/2000-MINERAÇÃO KALFILLER LTDA- AI Nº 520/2017-DFISC/DNPM/SP - DOU de 03/08/2017
820.609/2000-AGROPECUÁRIA TUIUTI S.A.- AI Nº 712/18-DFISC/DNPM/SP - 02.03.18
820.474/2002-MINERADORA TABARANA LTDA.- AI Nº 279 e 280/17-DFDISC/DNPM/SP - 01.03.18
820.559/2007-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO AREIA E ARGILA VALLIM LTDA ME- AI Nº 524/17-DFISC/DNPM/SP - 02.03.18
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
802.495/1968-CERÂMICA IBETEL LTDA-OF. N°371/18-DFISC/DNPM/SP - 02.03.18
804.148/1969-EMPRESA DE MINERAÇÃO CREMASCO LTDA EPP-OF. N°451/18-DFISC/DNPM/SP - 07.03.18
820.450/1982-FONTE SONJA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°381/18-DFISC/DNPM/SP - 02.03.18
820.870/1988-ÀGUAS PETRÓPOLIS PAULISTA LTDA-OF. N°447/18-DFISC/DNPM/SP - 06.03.18
820.143/1989-MINERADORA SANTA ANA LTDA-OF. N°449/18-DFISC/DNPM/SP - 07.03.18
820.267/1992-JOSÉ BAUER DE ATAYDE & CIA LTDA EPP-OF. N°445/18-DFISC/DNPM/SP - 06.03.18
820.164/1994-NIJHUS MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°385/18-DFISC/DNPM/SP - 06.03.18
820.306/1997-CELESTINO JOAQUIM PINTO COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL EPP-OF. N°344/18-DFISC/DNPM/SP - 02.03.18
820.601/1997-DISK BASE EXTRAÇÃO DE AREIA E COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°356/18-DFISC/DNPM/SP - 02.03.18
820.540/1998-VIVIAN NUNES PALONE FAUVEL ME-OF. N°445/18-DFISC/DNPM/SP - 07.03.18
821.059/2002-SERRANA INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA. ME-OF. N°441/18-DFISC/DNPM/SP - 06.03.18
821.059/2002-SERRANA INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA. ME-OF. N°441/18-DFISC/DNPM/SP - 06.03.18
821.059/2002-SERRANA INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA. ME-OF. N°441/18-DFISC/DNPM/SP - 06.03.18
820.898/2008-WELPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS EIRELI-OF. N°351/18-DFISC/DNPM/SP - 02.03.18
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
810.312/1974-EMPRESA DE MINEAÇÃO SANTANA DE SERRA NEGRA LTDA-OF. N°446/18-DFISC/DNPM/SP - 06.03.18
820.450/1982-FONTE SONJA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°382/18-DFISC/DNPM/SP - 02.03.18
820.143/1989-MINERADORA SANTA ANA LTDA-OF. N°450/18-DFISC/DNPM/SP - 07.03.18
820.437/1997-SÃO BENTO EXTRAÇÃOL, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°355/18-DFISC/DNPM/SP - 01.03.18
820.609/2000-AGROPECUÁRIA TUIUTI S.A.-OF. N°377/18-DFISC/DNPM/SP - 02.03.18
820.222/2001-EMPRESA DE MINERAÇÃO SERRA DO CRISTAL LTDA ME-OF. N°444/18-DFISC/DNPM/SP - 06.03.18
Nega provimento a defesa apresentada(476)
802.495/1968-CERÂMICA IBETEL LTDA
820.161/2000-MINERAÇÃO KALFILLER LTDA
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(1104)
821.059/2002-SERRANA INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA. ME-OF. N°1042/15-DFIS/DNPM/SP - DOU de 16/04/15
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
820.182/1992-DIEGO DE OLIVEIRA ME- AI N°543/2017-DFISC/DNPM/SP
820.621/1995-PORTO DE AREIA JACAREÍ LTDA- AI N°516/2017-DFISC/DNPM/SP
820.749/1995-PORTO DE AREIA JACAREÍ LTDA- AI N°517/2017-DFISC/DNPM/SP
821.096/1995-TERCÍLIO ANTONIO DALL'AGNOL EPP-AI N°297/2017-DFISC/DNPM/SP, 298/2017-DFISC/DNPM/SP e 299/2017-DFISC/DNPM/SP
821.127/1999-MINERAÇÃO ÁGUA VERMELHA LTDA.-AI N°519/2017-DFISC/DNPM/SP
821.688/1999-R.D.O.MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA EPP- AI N°316/2017-DFISC/DNPM/SP
820.213/2004-FONTE JARDIM COMERCIO DE AGUA LTDA ME- AI N°281/2017-DFISC/DNPM/SP

VICENTE ROSOLIA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 20/2018/SP

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
820.524/2012-EMPRESA MINERADORA BOA SORTE LTDA- AI N°251/18-DFISC/DNPM/SP - 28.02.18
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
820.310/2009-EXTRABASE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRASNPORTES LTDA.-AI N°289/2018-DFISC/DNPM/SP
820.360/2009-MINERAÇÃO COLOZZO & VALENTIM LTDA ME-AI N°320/2018-DFISC/DNPM/SP
820.687/2010-EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA.-AI N°321/2018-DFISC/DNPM/SP
820.110/2011-MINERPAV MINERADORA LTDA.-AI N°290/2018-DFISC/DNPM/SP
820.288/2012-SP MINÉRIOS LTDA-AI N°291/2018-DFISC/DNPM/SP
820.316/2012-MINERAÇÃO MOGI GUAÇU LTDA EPP-AI N°322/2018-DFISC/DNPM/SP
820.377/2012-SONIA REGINA SCHIAVUZZO CAZELATO-AI N°271/2018-DFISC/DNPM/SP
820.523/2012-TOTI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-AI N°292/2018-DFISC/DNPM/SP
820.546/2012-DORVACI DE OLIVEIRA SOBRINHO-AI N°323/2018-DFISC/DNPM/SP
820.551/2012-LUIS CLAUDIO SQUILACE-AI N°293/2018-DFISC/DNPM/SP
820.552/2012-SP MINÉRIOS LTDA-AI N°294/2018-DFISC/DNPM/SP
820.553/2012-MARCO ANTONIO SILVEIRA PEDREIRA-AI N°295/2018-DFISC/DNPM/SP
820.563/2012-MINERAÇÃO COLOZZO & VALENTIM LTDA ME-AI N°296/2018-DFISC/DNPM/SP
820.564/2012-MINERAÇÃO COLOZZO & VALENTIM LTDA ME-AI N°297/2018-DFISC/DNPM/SP
820.571/2012-PEDREIRAS MIGLIATO LTDA EPP-AI N°298/2018-DFISC/DNPM/SP
820.601/2012-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.-AI N°299/2018-DFISC/DNPM/SP
820.606/2012-OLIMPIO DOMINGUES DE LIMA-AI N°300/2018-DFISC/DNPM/SP
820.646/2012-CERÂMICA BLOCO FORTE LTDA EPP-AI N°301/2018-DFISC/DNPM/SP
820.649/2012-WALDIRLEI APARECIDO FERNANDES-AI N°302/2018-DFISC/DNPM/SP
820.671/2012-RODOLFO SEBASTIÃO CARVALHO-AI N°303/2018-DFISC/DNPM/SP
820.772/2012-CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEÚTICOS LTDA-AI N°324/2018-DFISC/DNPM/SP
820.842/2012-EMERSON NUNCIATO-AI N°325/2018-DFISC/DNPM/SP
820.849/2012-CARLOS HENRIQUE GIANFRANCESCO-AI N°326/2018-DFISC/DNPM/SP
820.850/2012-ROGÉRIO JOSÉ FRARE-AI N°327/2018-DFISC/DNPM/SP
820.851/2012-THIAGO DE ASSIS MATHAR-AI N°328/2018-DFISC/DNPM/SP
820.854/2012-CRISTINA PINTO DE SOUZA SAWAIA-AI N°329/2018-DFISC/DNPM/SP
820.856/2012-CERÂMICA BARROBELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP-AI N°330/2018-DFISC/DNPM/SP
820.858/2012-MILTON CARLOS BONATO-AI N°331/2018-DFISC/DNPM/SP
820.859/2012-MILTON CARLOS BONATO-AI N°332/2018-DFISC/DNPM/SP
820.861/2012-CERÂMICA CIRINEU LTDA EPP-AI N°333/2018-DFISC/DNPM/SP
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
809.548/1974-INDUSTRIA DE CALCÁRIO ELITE LTDA- AI N° 266/18-DFISC/DNPM/SP - 05.03.18
820.450/1982-FONTE SONJA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA EPP- AI N° 270/18-DFISC/DNPM/SP - 02.03.18
820.306/1997-CELESTINO JOAQUIM PINTO COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL EPP- AI N° 252/18-DFISC/DNPM/SP - 01.03.18
820.161/2000-MINERAÇÃO KALFILLER LTDA- AI N° 268 e 269/18-DFISC/DNPM/SP - 02.03.17
820.609/2000-AGROPECUÁRIA TUIUTI S.A.- AI N° 265/18-DFDISC/DNPM/SAP - 02.03.18
821.059/2002-SERRANA INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA. ME- AI N° 304/18-DFISC/DNPM/SP- 06.03.18
820.559/2007-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO AREIA E ARGILA VALLIM LTDA ME- AI N° 267/18-DFISC/DNPM/SP - 02.03.18
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
820.945/1988-PEDREIRA FAZENDA VELHA LTDA-OF. N°342/18-DFISC/DNPM/SP - 01.03.18
Fase de Licenciamento
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
820.897/1993-MINERAÇÃO OURO BRANCO SALTO DE PIRAPORA LTDA ME- AI N°253/2018-DFISC/DNPM/SP, 254/2018-DFISC/DNPM/SP, 255/2018-DFISC/DNPM/SP, 256/2018-DFISC/DNPM/SP, 257/2018-DFISC/DNPM/SP, 258/2018-DFISC/DNPM/SP, 259/2018-DFISC/DNPM/SP, 260/2018-DFISC/DNPM/SP, 261/2018-DFISC/DNPM/SP, 262/2018-DFISC/DNPM/SP, 263/2018-DFISC/DNPM/SP e 264/2018-DFISC/DNPM/SP

VICENTE ROSOLIA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 22/2018/SP

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Basalto Pedreira e Pavimentação Ltda - 820853/12 - A.I. 314/18
Carlos Henrique Gianfrancesco - 820849/12 - A.I. 311/18
Cerâmica Barrobello Industria e Comércio Ltda Epp - 820856/12 - A.I. 316/18
Cerâmica Bloco Forte Ltda Epp - 820646/12 - A.I. 286/18
Cerâmica Cirineu Ltda Epp - 820861/12 - A.I. 319/18
Cristalia Produtos Químicos Farmaceúticos Ltda - 820772/12 - A.I. 309/18
Cristina Pinto de Souza Sawaia - 820854/12 - A.I. 315/18
Dorvaci de Oliveira Sobrinho - 820546/12 - A.I. 308/18
Emerson Nunciato - 820842/12 - A.I. 310/18
Empresa de Mineração Fiori do Taboão LTDA. - 820687/10 - A.I. 306/18
Extrabase Extração, Comércio e Trasnportes LTDA. - 820310/09 - A.I. 274/18
Luis Claudio Squilace - 820551/12 - A.I. 278/18
Marco Antonio Silveira Pedreira - 820553/12 - A.I. 280/18
Milton Carlos Bonato - 820858/12 - A.I. 317/18, 820859/12 - A.I. 318/18
Mineração Colozzo & Valentim Ltda me - 820360/09 - A.I. 305/18, 820563/12 - A.I. 281/18, 820564/12 - A.I. 282/18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Mineração Grandes Lagos LTDA. - 820601/12 - A.I. 284/18
Mineração Mogi Guaçu Ltda Epp - 820318/12 - A.I. 272/18, 820316/12 - A.I. 307/18
Minerpav Mineradora LTDA. - 820110/11 - A.I. 275/18
Olimpio Domingues de Lima - 820606/12 - A.I. 285/18
Pedreiras Migliato Ltda Epp - 820571/12 - A.I. 283/18
Rodolfo Sebastião Carvalho - 820671/12 - A.I. 288/18
Rogério José Frare - 820850/12 - A.I. 312/18
Silvio Antonio Dos Santos - 820650/12 - A.I. 273/18
sp Minérios Ltda - 820552/12 - A.I. 279/18, 820288/12 - A.I. 276/18
Thiago de Assis Mathar - 820851/12 - A.I. 313/18
Toti Engenharia e Construções Ltda - 820523/12 - A.I. 277/18
Waldirlei Aparecido Fernandes - 820649/12 - A.I. 287/18

VICENTE ROSOLIA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 13/2018/SE

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
878.089/2015-TAICOCA MINERAÇÃO TRANSPORTES LTDA-OF. N°09/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
878.006/2017-PEDREIRA SANTA CRUZ LTDA-LARANJEIRAS/SE - Guia n° 01/2018-12.000toneladas-Calcário-Validade:24/04/2019
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
878.193/2014-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Área de 900,94 para 232,15-Argila
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
870.182/1984-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°24/2018/SUPER-SE/DNPM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
878.017/2017-JOSELITA BRASILEIRO MORAIS AREIA ME-Licenciamento N°156/2018 - Prazo: 1,5 ano(s)
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
878.153/2007-CERÂMICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS LTDA ME- Licenciamento N°:11/2008 - Prorrogado por 05 ano(s)

GEORGE EUSTAQUIO SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 24/2018/TO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
864.203/2017-FERMAC2010 MINERAÇAO LIMITADA
864.211/2017-REJANE AGUIAR BITTENCOURT ME
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
864.220/2013-MARIO THOME BRILHANTE FILHO
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(126)
864.085/2017-NILO ROBSON JUNIOR
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.334/2015-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°12/2018 - DNPM/TO
864.024/2016-PEDRO BARBOSA DE MIRANDA-OF. N°13/2018 - DNPM/TO
864.103/2016-JOAQUIM FLORÊNCIO VIANA-OF. N°64/2018 - DNPM/TO
864.176/2016-MOACIR MOREIRA DE MIRANDA-OF. N°70/2018 - DNPM/TO
864.188/2016-LAURIVALDO DIAS-OF. N°73/2018 - DNPM/TO
864.189/2016-LAURIVALDO DIAS-OF. N°74/2018 - DNPM/TO
864.241/2016-GEOMAM ENGENHARIA LTDA-OF. N°75/2018 - DNPM/TO
864.290/2016-LUIZ RODRIGUES NETO-OF. N°83/2018 - DNPM/TO
864.313/2016-LORIVAN JOSÉ COLTRO-OF. N°86/2018 - DNPM/TO
864.053/2017-ROGÉRIO BARBOSA DOS REIS-OF. N°92/2018 - DNPM/TO
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(166)
864.165/2017-FRANCISCO RONALDO DOS SANTOS ALVARENGA
864.019/2018-AWALIAR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
864.831/2008-AYAS MINERAÇÕES S A
864.832/2008-AYAS MINERAÇÕES S A
864.833/2008-AYAS MINERAÇÕES S A
864.834/2008-AYAS MINERAÇÕES S A
864.835/2008-AYAS MINERAÇÕES S A
864.836/2008-AYAS MINERAÇÕES S A
864.837/2008-AYAS MINERAÇÕES S A
864.839/2008-AYAS MINERAÇÕES S A
864.840/2008-AYAS MINERAÇÕES S A
864.841/2008-AYAS MINERAÇÕES S A
864.842/2008-AYAS MINERAÇÕES S A
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
861.889/2012-MINERADORA VALE DO PARANA LTDA ME-PARANÃ/TO, CAVALCANTE/GO - Guia n° 02/2018-50.000TONELADAS-MINERIO DE OURO- Validade:23/03/2019
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
864.305/2008-CERÂMICA NOVA OLINDA LTDA-Licenciamento N°:02/2010 - Prorrogado por 16/02/2022 ano(s)
864.043/2017-MINERAÇÃO BELO MONTE LTDA-Licenciamento N°:30/2017 - Prorrogado por 29/01/2019 ano(s)
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.132/2017-HEITOR ALVES PARANHOS-OF. N°15/2018 - DNPM/TO
864.168/2017-ANTONIO MACEDO DE OLIVEIRA-OF. N°14/2018 - DNPM/TO

FABIANO PINEIRO MIRANDA
Superintendente

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 73, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, resolve:

Processo nº 48500.005925/2017-99. Interessada: Eldorado Brasil Celulose S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.401.436/0002-12. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Geração de Energia Elétrica, correspondente a Portaria MME nº 477, de 27 de setembro de 2016, da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Onça Pintada, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UTE.FL.MS.035085-0.01, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA Nº 74, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, resolve:

Processo nº 48500.006085/2017-81. Interessada: Central Geradora Hidrelétrica Forquilha Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.297.578/0001-45. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Geração de Energia Elétrica, correspondente a Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.517, de 25 de julho de 2017, da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Forquilha IV - Luciano Barancelli, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: PCH.PH.RS.034057-0.01, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA Nº 75, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, resolve:

Processo nº 48500.000849/2018-14. Interessada: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.611/0001-04. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.788, de 19 de dezembro de 2017, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

RETIFICAÇÃO

No art. 4º da Portaria MME nº 72/SPE, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 48, de 12 de março de 2018, Seção 1, página 68, onde se lê: "... Fica revogada a Portaria SPE/MME nº 169, de 6 de setembro de 2016. ...", leia-se: "Fica revogada a garantia física de energia, no valor de 5,47 MW médios, da PCH Piarucum, estabelecida no Anexo I da Portaria SPE/MME nº 169, de 6 de setembro de 2016".

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 9 DE MARÇO DE 2018

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: Fundação Cultura Artística de Londrina-FUNCART
CNPJ: 81.884.439/0001-26
Município: Londrina/PR
Processo nº: 71000.066080/2016-80

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

DESPACHOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: Grupo Espírita Batuíra
CNPJ: 61.989.000/0001-50
Município: São Paulo/SP
Processo nº: 71000.055597/2010-58

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: Lar dos Idosos Sagrado Coração de Jesus
CNPJ: 05.924.221/0001-70
Município: Desterro de Entre Rios/MG
Processo nº: 71000.084742/2016-01

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: Fundação Barbosa Rodrigues
CNPJ: 15.529.019/0001-05
Município: Campo Grande/MS
Processo nº: 71000.052565/2015-13

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: Centro Hípico Sapucaí de Minas Gerais
CNPJ: 11.683.322/0001-07
Município: Santa Rita do Sapucaí/MG
Processo nº: 71000.096153/2015-87

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: Centro de Assistência Social de Santa Cruz da Conceição
CNPJ: 47.743.323/0001-39
Município: Santa Cruz da Conceição/SP
Processo nº: 71000.003338-2015-56

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

ÁREA DE REGULAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATOS DE 5 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução ANA nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 691ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de março de 2018, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir outorga de direito de uso de recursos hídricos ao:

Nº 274 - Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, rio Jaguari, Municípios de Campinas e Pedreira/São Paulo, Reservatório (Barragem Pedreira).

Nº 277 - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia - CERB, rio Vaza Barris, Município de Coronel João Sá/Bahia, Reservatório (Barragem Gasparino).

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ATOS DE 5 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução ANA nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 691ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de março de 2018, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu indeferir os pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos de:

Nº 275 - Anorino Alves Bandeira, rio Pardo, Município de São João do Paraíso/Minas Gerais, irrigação e reservatório.

Nº 276 - Aroldo Teixeira do Nascimento, rio Pardo, Município de Cândido Sales/Bahia, irrigação.

O inteiro teor dos Indeferimentos de Pedidos de Outorgas, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

DESPACHOS

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, Resolução nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, e com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, torna público que, no período de 5 a 11/03/2018, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Adilson Zavarise Bis, rio Cotaxé ou Braço Norte do Rio São Mateus, Município de Boa Esperança/Espirito Santo, irrigação.

Antônio Manoel Da Silva Junior, UHE Porto Colômbia, rio Grande, Município de Miguelópolis/São Paulo, irrigação.

Associação Esperança de Pescadores Profissionais e Artesanais do Pontal do Paranapanema, Reservatório da UHE Rosana, Município de Euclides da Cunha Paulista/São Paulo, aquicultura.

Associação sol Nascente Orla, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, consumo humano.

Centrais Elétricas Barcarena S.A - CELBA, Baía de Marajó, Município de Barcarena/Pará, termelétrica.

Centrais Elétricas Barcarena S.A. - Celba, baía de Marajó, Município de Barcarena/Pará, termoelétrica.

Cesar Augusto Rodrigues Fonseca, rio Paraguai, Município de Cáceres/Mato Grosso, termoelétrica.

Cimento Tupi S.A., rio Paraíba do Sul, Município de Volta Redonda/Rio de Janeiro, indústria, alteração.

Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, rio Preto, Município de Dores do Rio Preto/Espírito Santo, esgotamento sanitário.

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, rio São Francisco, Município de Sobradinho/Bahia, barramento, aproveitamento hidroelétrico.

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, UHE Luiz Gonzaga, rio São Francisco, Município de Petrolândia/Pernambuco, barramento, aproveitamento hidroelétrico.

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, UHE Moxotó/Apolônio Sales, rio São Francisco, Município de Delmiro Gouveia/Alagoas, barramento, aproveitamento hidroelétrico.

Companhia HidroElétrica do São Francisco, UHE Paulo Afonso I, II e III, rio São Francisco, Município de Paulo Afonso/Bahia, barramento, aproveitamento hidroelétrico.

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, UHE Paulo Afonso IV, rio São Francisco, Município de Paulo Afonso/Bahia, barramento, aproveitamento hidroelétrico.

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, UHE Paulo Afonso IV, rio São Francisco, Município de Paulo Afonso/Bahia, barramento, aproveitamento hidroelétrico.

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, UHE Xingó, rio São Francisco, Município Canindé de São Francisco/Sergipe, barramento, aproveitamento hidroelétrico.

Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, rio Paraíba do Sul, Município de Porto Real/Rio de Janeiro, indústria.

Concremax - Concreto Engenharia E Saneamento Ltda, rio Cuiabá, Município de Cuiabá/Mato Grosso, indústria.

Ed Jean Freire Mororo de Carvalho, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Elismar Batista De Oliveira, ribeirão Roncador, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Elismar Batista de Oliveira, ribeirão Roncador, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A, rio São Francisco, Município de Muquém de São Francisco/Bahia, abastecimento público, alteração.

Eraldo Gonçalves de Matos, rio
São Marcos, Município de Cristalina/Goiás, irrigação.

Evilasio Lacerda Pereira, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Fabrício Miranda Souza, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Fazenda Colina Do Sol Empreendimentos Imobiliários - SPE LTDA, UHE Estreito, Município de Pedregulho/São Paulo, consumo humano.

Francisco Ivanor Ertal, rio Preto, Município de Dom Bosco/Minas Gerais, irrigação.

Haroldo Araujo Leite, UHE Furnas, Município de Carmo do rio Claro/Minas Gerais, irrigação.

Isaias Caliman, rio Cotaxé ou Braço Norte do Rio São Mateus, Município de Boa Esperança/Espirito Santo, irrigação.

Jean Vitor Larios de Oliveira, UHE Água Vermelha, Município de Riolândia/São Paulo, esgotamento sanitário.

Jose Jerônimo Moscardo De Souza, UHE Batalha, Município de Cristalina/Goiás, irrigação.

Jose Lima de Souza, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/Pernambuco, irrigação.

José Nilson da Silva, rio São Francisco, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

José Ribeiro de Mendonça, UHE Volta Grande e UHE Igarapava, Município de Conquista/Minas Gerais, irrigação.

Josivaldo Ferreira da Silva, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Julio De Freitas Machado Junior, rio São Francisco, Município de Traipu/Alagoas, consumo humano.

Juscilene da Silva Nunes, rio São Francisco, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação, transferência.

Klabin S/A, rio Capibaribe-Mirim, Município de Goiana/Pernambuco, indústria.

Locadora Transposição Ltda, Deurilan Borges Pimentel, Jomar Borges De Sá, tio Tocantins, Município de Tocantinópolis/Tocantins, mineração.

Luiz Fernando Borges, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Mabelle Criações Infantis Ltda - EPP, rio Pomba, Município de Astolfo Dutra/Minas Gerais, outros usos.

Marcelo Lara Matte, rio Paraíba do Sul, Município de São José dos Campos/São Paulo, irrigação.

Marcos Carneiro, rio Preto, Município de Dom Bosco/Minas Gerais, irrigação.

Marina Siqueira de Almeida-Me, rio Jequitinhonha, Município de Coronel Murta/Minas Gerais, mineração.

Nogueira Extração e Comércio de Areia Ltda-ME, rio Paraíba do Sul, Município de Rio das Flores/Rio de Janeiro, mineração.

Otacílio Jose da Conceição, rio Vaza-Barris, Município de Sitio do Quinto/Bahia, irrigação.

Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda, rio Paraíba do Sul, Município de Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro, indústria.

Rancho das Águas Santa Maria Ltda, rio Cuiabá, Mu8nicípio de Cuiabá/Mato Grosso, consumo humano.

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP, Reservatório da UHE Caconde/Graminha, Município de Caconde/São Paulo, aquicultura, preventiva.

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP, Reservatório da UHE São Simão, Município de Gouvelândia/Goiás, aquicultura, preventiva.

Vale do Rio Pardo Empreendimento Imobiliário SPE-Ltda, rio Pardo, Município de São José do Rio Pardo/São Paulo, esgotamento sanitário.

Vinícius Marinho Vilela, UHE Furnas, Município de Carmo do Rio Claro/Minas Gerais, irrigação.

Walter Sebastião Dos Santos, rio Jequitinhonha, Município de Bocaiúva/Minas Gerais, mineração.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 195, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Sítio Armil. (Processo nº 02070.010984/2017-95)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, pela Portaria nº 2.154 da Casa Civil em 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 08 de novembro de 2016.

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta o SNUC; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009 e considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA nº 02070.010984/2017-95, resolve:

Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN ARMIL, de interesse público e em caráter de perpetuidade, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Sítio Xique-Xique, situado no município de São Mamede/PB, matriculado sob a matrícula nº 1.574, registro 01 em 15 de agosto de 2017, registrado no registro geral de imóveis da comarca de São Mamede/PB.

Art. 2º A RPPN Armil tem área total de 5,10 ha, cinco hectares e dez aries, definida no imóvel referido no art. 1º.

§1º A RPPN Armil inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V0l, de coordenadas N 9.244.095,659m e E 700.440,944m. Deste segue com azimute 167°06'34" e distância de 136,88m, limitando-se com João Leal Eulalio, até o vértice V02, de coordenadas N 9.243.962,226m e E 700.471 ,481m. Deste segue com azimute 257º06'29" e distância de 372,56m, limitando-se com Espolio de Liberato Lopes Tavares, até o vértice V03, de coordenadas N 9.243.879,102m e E 700.108,309m. Deste segue com azimute 347º06'14" e distância de 136,87m, limitando-se com João Leal Eulalio, até o vértice V04, de coordenadas N 9.244.012,522m e E 700.077,761m. Deste segue com azimute 77°06'23" e distância de 372,58m, limitando-se com João Leal Eulalio, até o vértice V01 ponto inicial da descrição deste perímetro.

§2º Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central n° 39 WGr, tendo como datum o SAD69. Os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 3º A RPPN Armil será administrada pelos proprietários João Leal Eulálio e Maria Josirene Camelo Eulalio.

Parágrafo único. Os proprietários referidos no caput serão responsáveis pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criada sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS

CNPJ Nº 33.657.248/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - SISTEMA BNDES - 2017

Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração do Sistema BNDES relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O cenário internacional continua mostrando um quadro bastante benigno para o nível de atividade, tanto para economias avançadas, quanto para emergentes. Esse fato vem tendo consequências positivas nos influxos de capitais líquidos para economias emergentes. Os preços de *commodities* continuam se comportando de maneira favorável aos exportadores, com destaque para a recuperação no preço do petróleo. Enquanto isso, os prêmios de risco vêm apresentando queda em todo o mundo, inclusive em países emergentes, como o Brasil.

O cenário doméstico caracterizou-se, ao longo do segundo semestre do ano, pela recuperação da atividade econômica. O PIB apresentou crescimento de 0,1% no 3º trimestre em relação ao 2º trimestre de 2017, na série com ajuste sazonal. Foi a terceira alta consecutiva do PIB na margem. Embora a taxa tenha sido menor do que nos dois trimestres anteriores, o resultado se destacou pelo crescimento da demanda doméstica: marcou, por exemplo, a primeira alta do investimento em 15 trimestres. O consumo das famílias também cresceu mais do que o PIB, mantendo a recuperação observada desde o início do ano, baseada fortemente na melhora do mercado de trabalho.

A taxa de desemprego passou a cair, atingindo 11,8% nos dados de dez/17 (a nona queda seguida), embora a maioria dos empregos gerados seja de pior qualidade (setor informal). A queda da inflação trouxe impactos positivos no rendimento real, elevando a massa salarial e, consequentemente, o poder de compra das famílias. A continuidade da recuperação, no entanto, passa pela melhoria das condições no mercado de crédito, o que vem acontecendo lentamente.

Este contexto macroeconômico, de recuperação lenta e gradual, continua influenciando os indicadores de desempenho do BNDES. Os desembolsos do Banco acumularam R$ 70,8 bilhões em 2017, uma contração de 20% frente a 2016. O destaque positivo no ano se refere aos desembolsos da linha BNDES Giro, destinada ao financiamento de capital de giro das empresas, que totalizou R$ 7,1 bilhões em desembolsos no ano, alta nominal de 164% em relação a 2016.

A inflação corrente, bem como as expectativas inflacionárias para 2018 e para os próximos anos, foi beneficiada, no curto prazo, tanto pelo choque positivo de oferta advindo dos preços dos alimentos, como também pelo comportamento dos preços mais sensíveis ao ciclo econômico (preço dos serviços). Nesse sentido, o Banco Central deu continuidade, em 2017, ao ciclo de flexibilização monetária iniciado em 2016, com uma redução total de 725 pontos básicos da taxa básica de juros, entre outubro de 2016 e dezembro de 2017. As expectativas indicam que a taxa de juros ficará em baixo patamar por um tempo razoável, favorecendo a continuidade da recuperação econômica.

No cenário fiscal, a Reforma da Previdência, vital para sustentação do teto de gastos, continua no centro das atenções. Após as sucessivas tentativas de aprovação em 2017, a matéria ficou para 2018, fato que deverá provocar grande volatilidade nos mercados. Do ponto de vista conjuntural, a arrecadação federal iniciou recuperação no fim de 2017, enquanto as despesas continuam pressionadas por gastos com aposentados e funcionários públicos. A dívida bruta do governo geral encerrou o ano em 74,0% do PIB, ante 70,0% em dez/16.

Por fim, as contas externas continuam a mostrar um bom desempenho, especialmente no que tange à balança comercial, que fechou 2017 com um superávit recorde, de US$ 67 bilhões. Os investimentos diretos no país são mais que suficientes para o financiamento do déficit em conta corrente, tornando negativa a necessidade de financiamento externo do país.

2. DESTAQUES DE 2017

2.1. Transparência

Canal do Desenvolvedor MPME

Lançamento do Canal do Desenvolvedor MPME, nova plataforma do BNDES com micro, pequenos e médios empresários, por meio do qual micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) podem postular crédito, via internet, em qualquer lugar, 24 horas por dia, nos sete dias da semana, sem a necessidade de ir a um agente repassador de recursos para solicitar apoio financeiro para seus projetos com recursos do BNDES. O canal pode ser acessado por meio de dispositivos móveis (celulares e *tablets*). Produtores rurais, microempreendedores individuais (MEIs) e transportadores autônomos de cargas (caminhoneiros) também podem utilizar a ferramenta. Para mais detalhes sobre essa iniciativa, vide a seção "BNDES Transparente - Sítio do BNDES e Presença nas Redes Sociais".

BNDES no Linkedin

Ativação da página empresarial do BNDES na rede social Linkedin, onde são divulgados artigos, publicações, textos para discussão, infográficos, memória institucional, entre outras publicações. Para mais detalhes sobre essa iniciativa, vide a seção "BNDES Transparente - Sítio do BNDES e Presença nas Redes Sociais".

Sistema Auditar

O sistema desenvolvido pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e compartilhado com as unidades de auditoria interna da Administração Pública Federal direta e indireta apoiará as atividades da Auditoria Interna do Sistema BNDES e sua interlocução com os órgãos externos de controle.

Visa atender à necessidade de maior disponibilidade de informações e à comunicação tempestiva ao Conselho de Administração e à Diretoria do Banco sobre as auditorias realizadas e seus desdobramentos, além de maior agilidade no processo de acompanhamento dos apontamentos e dos planos de ação definidos pelos gestores dos processos auditados.

Livro Verde

Lançamento do Livro Verde - *Nossa história tal como ela é*, que apresentou à sociedade brasileira o conjunto de temas controversos que cercaram o BNDES nos últimos anos e, de forma integrada e abrangente, sua atuação no período entre 2001 e 2016.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo

Realização do seminário Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo, em que o presidente Paulo Rabello de Castro discursou sobre a importância da adoção de novas técnicas, ferramentas e abordagens no combate à corrupção.

O evento debateu a visão dos órgãos reguladores e da unidade de inteligência financeira quanto ao tema e apresentou boas práticas adotadas por bancos nacionais e internacionais e contou com a participação de representantes da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), do KfW Development Bank, o banco de desenvolvimento, além da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU). Ainda foi realizado um treinamento *on-line* sobre esse tema com todos os funcionários do BNDES.

2ª Semana de Ética e Integridade

Com objetivo de reforçar a cultura de ética e integridade no BNDES, foi realizado, entre os dias 4 e 8 de dezembro, a 2ª Semana de Ética e Integridade (SEI), na qual foram destaque o seminário "Integridade para pequenos negócios", com a participação do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) e da Alliance for Integrity, e o debate "Governança e Integridade", que reuniu vários executivos do BNDES e representantes da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) e da KPMG, para discutir temas como necessidade de ações conjuntas interdepartamentais, integridade como valor reputacional e função da governança no processo de integração da ética.

2.2. Prêmios

Prêmio ALIDE 2017

O projeto GeoBNDES, que oferece soluções de gestão do território e incorpora ferramentas de inteligência geográfica para apoiar as operações do Banco, foi vencedor da categoria "Gestão e Modernização Tecnológica" do Prêmio ALIDE 2017, concedido durante a 47ª Assembleia Geral da *Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras para el Desarrollo* (ALIDE), realizada de 31/05 a 02/06/17, em Santiago, no Chile.

O acompanhamento de projetos por imagens de satélite visa qualificar e quantificar as alterações ocorridas no território dos projetos entre períodos pré-selecionados. As informações obtidas a partir da análise das imagens fornecem aos técnicos uma ferramenta auxiliar para analisar e acompanhar o andamento dos projetos.

Prêmio "Deal of the Year (2016)" da Infrastructure Journal and Project" Finance Magazine/ Euromoney

O BNDES foi vencedor na categoria "*Project Finance* de Portos na América Latina" pela estruturação da operação Hidrovias do Brasil, em conjunto com outras instituições financeiras cofinanciadoras do projeto, que teve como destaque a estrutura customizada de garantias e o compartilhamento de riscos entre os vários credores.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O apoio do BNDES envolveu o financiamento de um novo terminal portuário privado por meio de uma operação mista do BNDES Finem, com participação de outras instituições financeiras, e o apoio à construção de cinquenta embarcações fluviais graneleiras, com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM). As operações fazem parte do projeto de implantação de um sistema de transporte de carga pela Região Norte.

Medalha do Exército

Empregados da Área de Mercado de Capitais receberam a Medalha do Exército pelo trabalho em iniciativas do BNDES de apoio a institutos militares para fomento à inovação. O Banco atua na criação de uma agenda conjunta com o Instituto Militar de Engenharia (IME) para o fortalecimento da cultura empreendedora e de inovação no Brasil.

Prêmio Internacional por Operações em Títulos Verdes

O BNDES fez uma das três melhores operações em *green bonds* (títulos verdes) na América Latina em 2017. O reconhecimento foi concedido pela renomada Global Capital, do Grupo Euromoney. As escolhas foram feitas por meio de votação de especialistas, profissionais e investidores do mercado - o que confere maior credibilidade ao trabalho do Banco.

O sucesso da oferta de *green bonds* proporciona uma série de benefícios, entre eles, reforçar a prioridade que o Banco dá ao tema da sustentabilidade socioambiental, promover a difusão das melhores práticas de gestão socioambiental, incentivar o acesso de outros emissores brasileiros ao mercado de *green bonds* e construir um novo ponto de referência em sua estrutura a termo de taxa de juros internacionais.

Medalha Mário de Andrade

O BNDES recebeu a Medalha Mario de Andrade, concedida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por sua atuação como financiador do restauro do patrimônio histórico e cultural brasileiro, iniciada em 1997.

Em vinte anos ininterruptos de apoio, o Banco destinou R$ 565 milhões para a preservação de 182 monumentos nas cinco regiões brasileiras, entre os quais se incluem espaços públicos e arqueológicos, religiosos, bibliotecas e academias, muitos deles em parceria com o próprio IPHAN.

Selo de Qualidade de Gestão do Ministério do Planejamento

O BNDES recebeu nota 9,5, num total de 10, na primeira Certificação do Indicador de Governança das Estatais (IG-SEST) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que indica a qualidade da gestão das estatais. As empresas estatais federais alcançaram nota média de 4,02.

Medalha João Velloso

O BNDES recebeu, na Câmara Municipal de Ouro Preto, em Minas Gerais, a Medalha João Velloso, que homenageia pessoas e entidades que se destacaram na preservação e recuperação do patrimônio histórico e cultural do município. Há mais de 20 anos o BNDES apoia o patrimônio cultural brasileiro como instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Prêmio Rio + Empreendedor 2017

Por sua eficiência e excelência, o BNDES foi o eleito vencedor do Prêmio RIO+ Empreendedor 2017, na categoria "Área Financeira", promovido pelo movimento empresarial LIDE Rio de Janeiro, com o apoio da Prefeitura da Cidade.

Ordem do Mérito Cultural 2017

O BNDES recebeu a Ordem do Mérito Cultural 2017, condecoração em reconhecimento por suas contribuições à cultura brasileira.

2.3. Memorandos, Acordos e Parcerias

Memorando de Entendimento com a International Finance Corporation (IFC)

Assinatura de Memorando de Entendimento com a IFC, com prazo de dois anos, visando alcançar uma reflexão conjunta e aprendizado sobre como os Padrões de Desempenho da IFC poderiam ser utilizados no aprimoramento das políticas socioambientais do BNDES, considerando a sua realidade de banco nacional de desenvolvimento. A IFC, membro do Grupo Banco Mundial, é a maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento.

Memorando de Entendimento para Implantação de Fábrica de Chips

Assinatura de Memorando de Entendimento com a *Qualcomm Technologies Inc.*, a *Advanced Semiconductor Engineering Inc.* (ASE), o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e a Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (Investe São Paulo) para implantação de planta de encapsulamento de semicondutores em São Paulo.

O empreendimento é dedicado a pesquisa, desenvolvimento, manufatura e comercialização da próxima geração de semicondutores com multicomponentes em uma mesma placa (ACSIP), para incorporação em smartphones e outras aplicações, incluindo equipamentos com funcionalidade em internet das coisas.

Acordo para Ampliação da Cooperação Técnica entre o BNDES e a Controladoria Geral da União (CGU)

Ampliação de acordo de cooperação técnica assinado com a CGU em março de 2016 para intensificar a troca de informações e experiências entre os profissionais das duas instituições sobre iniciativas de promoção do direito à participação social e o acesso à informação. Entre as ações conjuntas previstas no acordo estão a capacitação de gestores e empregados, a realização de eventos, o aprimoramento de mecanismos de atendimento ao cidadão e o compartilhamento de documentos e normas de execução e fiscalização. O acordo é válido por cinco anos, prorrogável por igual período.

Acordo de Cooperação Técnica com a Embrapii

O BNDES e a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) assinaram acordo de cooperação técnica para promover e incentivar projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em áreas estratégicas como saúde, internet das coisas (IoT) e manufatura avançada, e possibilitar que o BNDES e a Embrapii se aproximem cada vez mais dos empresários que buscam apoio à Inovação.

Memorando de Entendimento entre o BNDES e a Agência Francesa de Desenvolvimento (*Agence Française de Développement*, "AFD")

Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Banco e a AFD, que contempla as seguintes propostas: diálogo, planejamento estratégico e o papel e o futuro dos bancos de desenvolvimento, diálogo, apoio e compartilhamento de experiências em finanças verdes, linha de crédito e co-financiamento com foco na adaptação e/ou mitigação climática, inovação financeira para o apoio a projetos de infraestrutura, principalmente por meio de PPPs, nos setores de energia, iluminação pública, transportes, água e saneamento, e educação, a fim de melhor mobilizar o financiamento privado e desenvolver o mercado de capitais e diálogo no âmbito do *International Development Finance Club* (IDFC) sobre apoio e promoção do desenvolvimento com baixo carbono e resiliência.

Acordo BNDES e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

O BNDES e a FAPESP assinaram acordo de cooperação técnica visando ampliar as possibilidades de apoio a pequenas empresas inovadoras e incentivar investimentos em inovação no país, principalmente nas áreas estratégicas de manufatura avançada e internet das coisas (IoT).

Ampliação de Parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

O BNDES e a SUDENE decidiram ampliar parceria e elaborar um diagnóstico da região, com propostas voltadas para o desenvolvimento local.

2.4. Gestão

Mudança na Presidência do BNDES

Em 1º de junho, o economista Paulo Rabello de Castro assumiu a presidência do BNDES.

Paulo Rabello de Castro é formado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), e doutor em economia pela Universidade de Chicago. Fundador da SR Rating, primeira empresa brasileira de classificação de riscos de crédito, é também autor de mais de dez livros, solo ou em co-autoria. Ex-presidente do Lide Economia, coordenou, até junho de 2016, o Movimento Brasil Eficiente. Em julho de 2016, assumiu a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do qual se desligou para assumir a presidência do BNDES em junho de 2017.

2.5. Legislação e Regulação

Medida Provisória nº 777, de 26 de abril de 2017 - Criação da Taxa de Longo Prazo (TLP)
Em 31 de março de 2017, o Governo anunciou a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) que substituirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) utilizada na remuneração dos contratos de financiamento concedidos pelo BNDES, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A TLP será definida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescido da taxa de juro real da NTN-B de cinco anos, sendo sua convergência para a taxa de juro real da NTN-B gradativa, no prazo de cinco anos. Em 1º de janeiro de 2018, a primeira TLP será igual à TJLP vigente na mesma data. Para tal, será estabelecido um percentual da taxa de juro real da NTN-B de cinco anos, o qual será válido por um ano e que será ajustado progressivamente até 2023.

A TJLP será mantida até o fim da vigência dos contratos de operações enquadradas ou aprovadas pela Diretoria do BNDES e dos contratos firmados e em fase de desembolso, inclusive operações por meio de agentes financeiros, antes de 1º de janeiro de 2018, e dos projetos associados a leilões passados de concessões ou cujas condições sejam anunciadas antes de 1º de janeiro de 2018. Para manter a competitividade das empresas brasileiras nos mercados internacionais, as operações de exportações não terão suas condições alteradas.

A taxa real de juros da TLP para os novos contratos do BNDES será anunciada mensalmente pelo Banco Central. A partir da vigência dos contratos em TLP, a parcela de juro real será fixa ao longo do contrato, variando apenas o componente da inflação (IPCA). Após o quinto ano, quando finalizada a convergência da taxa, o Banco Central continuará divulgando mensalmente a taxa real de juro da TLP que balizará os contratos do BNDES.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Decreto nº 8.957, de 16 de janeiro de 2017 - Ampliação do Rol de Atividades dos Bancos Públicos

O Decreto 8.957/2017 ampliou o rol de atividades em que os bancos públicos, como o BNDES, podem financiar empresas constituídas no Brasil, independentemente de seu controle ser ou não estrangeiro, fomentando a atividade econômica, o investimento no país e a geração de emprego local.

Novo Estatuto Social

O BNDES foi a primeira empresa estatal a adaptar seu Estatuto às mudanças decorrentes da Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) e do Decreto 8.945/2016. As principais mudanças foram a criação da Assembleia Geral, ampliação de competências, modificações na composição e estabelecimento de critérios de elegibilidade e prazo de gestão para os membros dos colegiados, criação de Comitês de Remuneração e de Elegibilidade e incorporação da Política de Dividendos negociada em 2016.

2.6. Outros

Lançamento do "Prêmio BNDES de Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais"

Em parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o BNDES anunciou o "Prêmio BNDES de Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais", uma iniciativa que pretende contribuir para que as práticas de agricultura tradicional do Brasil concorram, pela primeira vez, a um importante reconhecimento internacional da FAO.

Até quinze Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs) brasileiros receberão prêmios em dinheiro, capacitação da Embrapa e orientação para se candidatarem a receber o título de "Sistema Agrícola Tradicional Globalmente Importante" (*Globally Important Agricultural Heritage System*, GIAHS).

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Política Operacional

Ao longo de 2017 foram mantidas as Políticas Operacionais aprovadas na revisão geral ocorrida em dezembro de 2016. Naquela revisão foram definidas como diretrizes para revisão a seletividade no uso da TJLP, privilegiando projetos com maior retorno social, independentemente do setor em que se originam. As novas condições passaram a refletir atributos dos projetos apoiados, refletindo uma atuação mais horizontal do BNDES.

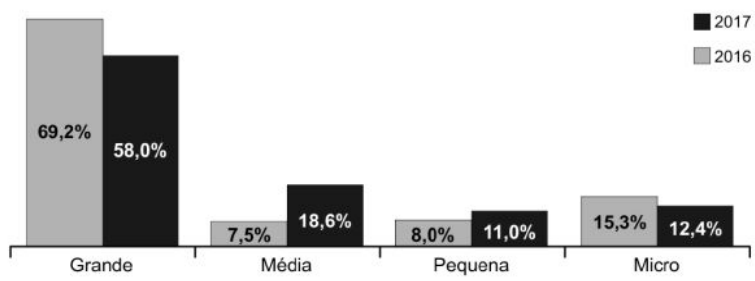
Ainda naquela revisão, dentre outras alterações, as Políticas Operacionais expandiram de R$ 90 milhões para R$ 300 milhões o teto da Receita Operacional Bruta (ROB) de empresas classificadas como MPMEs. Como principal consequência desse aumento, empresas com ROB entre R$ 90 milhões e R$ 300 milhões passaram a ter acesso ao Cartão BNDES, que também teve seu limite ampliado de R$ 1 milhão para R$ 2 milhões. Destaca-se que no BNDES Automático, as MPMEs tem acesso a financiamento com 80% de participação de TJLP independentemente do setor. Já no FINAME, houve ampliação do prazo de financiamento de 5 para 10 anos.

Em dezembro de 2017, a Diretoria do BNDES aprovou novas Políticas Operacionais, com foco na transição da TJLP para a TLP, como Referencial de Custo Financeiro do BNDES. As participações nas Linhas foram ampliadas, ficando mantida, contudo, a orientação de utilização preferencial de debêntures para a parcela adicional de apoio financeiro em projetos de infraestrutura.

Como destaque, o Programa BNDES Giro teve a vigência renovada, acompanhada de aumento de dotação. Esse Programa tem grande relevância no momento atual, ao suprir a necessidade de capital de giro das empresas, de modo a garantir a continuidade de suas operações e apoiar a manutenção ou criação de postos de trabalho.

3.2. Perfil dos Desembolsos

Desembolsos por Porte
(R$ milhões)



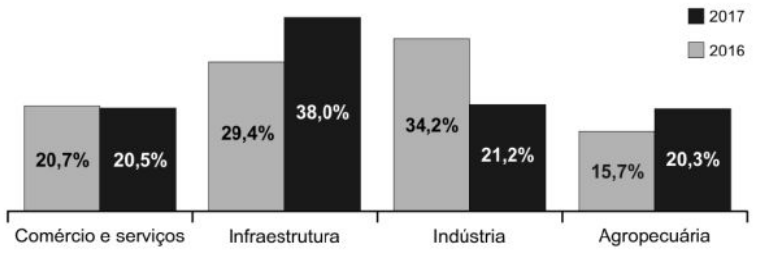
Classificação por porte*:
Micro: menor ou igual a R$ 360 mil
Pequena: maior que R$ 360 mil e menor ou igual a R$ 3,6 milhões
Média: maior que R$3,6 milhões e menor ou igual a R$ 300 milhões
Grande: maior que R$ 300 milhões

* Classificação conforme a receita operacional bruta de clientes pessoas jurídicas ou conforme a renda anual de clientes pessoas físicas.

A classificação de acordo com o porte do cliente permite ao BNDES uma atuação adequada às características de cada segmento, através da oferta de linhas, programas e condições específicas. O apoio às micro, pequenas e médias empresas, por exemplo, é considerado prioritário pelo BNDES, oferecendo condições especiais com o intuito principal de facilitar o acesso destas empresas ao crédito.

Em 2017, foram realizadas 383.839 operações com micro, pequenas, médias e grandes empresas, um volume 35,8% menor ao de 2016, reflexo da crise econômica nas perspectivas de investimento das empresas.

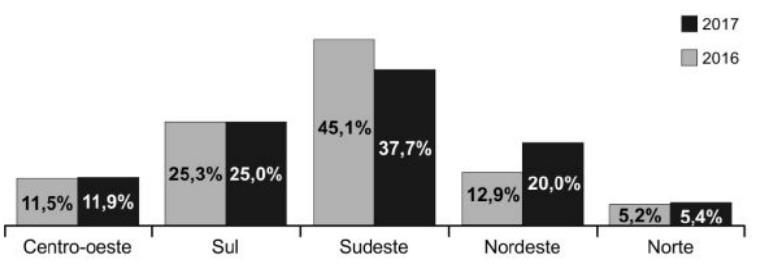
Desembolsos por Setor
(R$ milhões)



Em 2017, destacam-se, no setor industrial, os desembolsos aos segmentos de material de transporte (34,1%), alimentos e bebidas (16,2%) e mecânica (12,4%), enquanto no setor de infraestrutura, destacam-se os segmentos de energia elétrica (51,5%) e transportes* (38,2%).

* Inclui transportes rodoviário (terrestre de carga e passageiro), aquaviário, aéreo, metroviário e ferroviário, e concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Desembolsos por Região
(R$ milhões)



Em 2017, destaque, em suas respectivas regiões, para os Estados do Mato Grosso (40,6%), Paraná (40,6%), São Paulo (57,5%), Bahia (30,4%) e Pará (56,4%).

4. FINANCIAMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insumo-produto para a economia brasileira, que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais e da Matriz Insumo-Produto de 2005 divulgados pelo IBGE. É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume médio de emprego necessário para viabilizar os investimentos.

O volume de emprego estimado pode ser decomposto em dois tipos:

- emprego direto - aquele que ocorre no setor que fornece produtos da formação bruta de capital fixo para os projetos apoiados pelo Banco, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e no comércio; e
- emprego indireto - corresponde aos postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelos investimentos apoiados.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Emprego Gerado ou Mantido na Implantação de Investimentos Apoiados pelo BNDES

(desembolsos e aumento de demanda final em R$ milhões correntes e emprego em milhares de postos de trabalho)

Período	Desembolso	Aumento de demanda final[1]	Direto	Emprego Indireto	Total
2S/16	48.131	34.321	385	385	770
2016	88.257	66.879	755	579	1.334
2S/17	37.236	31.748	345	267	612
2017	70.751	58.553	654	495	1.149

Fontes: BNDES, IBGE e FGV.
Autoria: BNDES, RJ, 2018.

[1] Consiste em uma estimativa da parcela de recursos desembholsados que representam aumento de demanda de setores para a implantação dos investimentos. Volume de recursos que alimenta o MGE.

Em 2017 os desembolsos do Sistema BNDES somaram cerca de R$ 70,8 bilhões e representaram cerca de R$ 58,5 bilhões de aumento de demanda final durante a implantação dos projetos de investimento. O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi de cerca de 654 mil. Comparando-se esse resultado do indicador de emprego com o resultado de 2016, nota-se que, enquanto os desembolsos totais caíram cerca de 20%, as estimativas de emprego recuaram menos, 14%. Em 2017 o BNDES desembolsou proporcionalmente um pouco mais para tipos de gasto que têm potencial de geração de emprego do que em 2016.

Em relação à composição por tipo de emprego, o ano de 2017 apresentou resultados muito similares aos de 2016, com 57% compostos por empregos diretos e 43% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia subiu de 15,1 em 2016 para 16,2 em 2017, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados foi um pouco mais concentrada em setores trabalho-intensivo e/ou que possuem maior poder de encadeamento de demanda de fornecedores.

Os setores que concentram as estimativas de emprego durante a fase de implantação dos investimentos apoiados pelo BNDES são: (i) construção civil; (ii) comércio; (iii) agricultura, silvicultura e exploração florestal; (iv) pecuária e pesca; (v) serviços prestados às empresas; (vi) máquinas e equipamentos; e (vii) transporte, armazenagem e correio. Somados, os empregos nesses setores corresponderam, em 2017, a cerca de 74% do total estimado para os recursos do BNDES.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Sistema BNDES registrou lucro líquido de R$ 6,183 bilhões em 2017, no mesmo patamar do lucro líquido de R$ 6,392 bilhões em 2016.

O lucro líquido de 2017 foi marcado principalmente por: (i) crescimento de R$ 8,561 bilhões (249,5%) do resultado com participações societárias; (ii) redução de R$ 2,454 bilhões (26,8%) da despesa com provisão para risco de crédito; (iii) redução de R$ 10,877 bilhões (42,1%) do produto de intermediação financeira; e (iv) aumento de 15,1% das despesas tributárias e redução de 6,3% de outras despesas, líquidas.

O ativo total alcançou R$ 867,517 bilhões em 31/12/17, uma redução de R$ 8,620 bilhões (1,0%) no ano, provocada principalmente pela redução de R$ 62,880 bilhões da carteira de crédito e repasses decorrente de liquidações em volume superior aos desembolsos no exercício e pela redução de R$ 7,391 bilhões (7,9%) dos títulos e valores mobiliários em razão, especialmente, da parcela do pagamento antecipado de dívida com o Tesouro Nacional paga em títulos públicos federais (R$ 15,0 bilhões), atenuadas pelo aumento das disponibilidades em R$ 57,778 bilhões (105,5%).

Em 2017, o Tesouro Nacional e o FAT/PIS-Pasep permanecem como as principais fontes de recursos do Sistema BNDES, respondendo por 48,0% e 32,0% do passivo total, respectivamente. Não houve novas captações de recursos do Tesouro e foram captados R$ 16,326 bilhões do FAT. No mercado externo, foram captados R$ 3,185 bilhões por meio da primeira emissão de *green bonds* do BNDES e R$ 2,027 bilhões com instituições multilaterais.

O crescimento de R$ 7,660 bilhões (13,9%) do patrimônio líquido no ano decorreu do ajuste positivo de avaliação patrimonial, líquido de tributos, de R$ 5,071 bilhões, e do lucro líquido de R$ 6,183 bilhões em 2017, parcialmente atenuado pelo pagamento de dividendos complementares relativos ao lucro de 2016 e provisionamento de juros sobre capital próprio mínimos obrigatórios de 2017, no valor de R$ 3,594 bilhões.

O capital social alcançou R$ 42,349 bilhões em 31/12/17, um crescimento R$ 6,008 bilhões decorrente da reversão das reservas de futuro aumento de capital e de equalização de dividendos.

A queda do lucro líquido e o crescimento do patrimônio líquido em 2017 responderam pela redução do retorno sobre patrimônio líquido.

5.1. Principais Indicadores Econômico-Financeiros

Resultado (R$ milhões)	2017	2016	Δ (%)	2S/17	2S/16	Δ (%)
Lucro Líquido	**6.183**	**6.392**	**(3,3)**	**4.838**	**8.566**	**(43,5)**
Produto da Intermediação Financeira	14.969	25.846	(42,1)	6.632	13.611	(51,3)
Provisão para Risco de Crédito	(6.702)	(9.156)	(26,8)	(1.933)	(4.718)	(59,0)
Participações Societárias	5.130	(3.431)	(249,5)	3.712	1.494	148,5
Despesas Tributárias	(4.189)	(3.638)	15,1	(1.923)	83	(2.416,9)
Outras Despesas, líquidas	(3.025)	(3.229)	(6,3)	(1.650)	(1.904)	(13,3)
Posição Financeira (R$ milhões)	**dez/17**	**dez/16**	**Δ (%)**	**dez/17**	**jun/17**	**Δ (%)**
Ativo Total	**867.517**	**876.137**	**(1,0)**	**867.517**	**883.640**	**(1,8)**
Carteira de Crédito e Repasses, líquida (CCR)	548.037	610.917	(10,3)	548.037	583.082	(6,0)
Títulos e Valores Mobiliários [1]	85.976	93.367	(7,9)	85.976	103.435	(16,9)
Participações Societárias	81.672	78.247	4,4	81.672	70.070	16,6
Sociedades Não Coligadas	66.777	64.336	3,8	66.777	55.304	20,7
Sociedades Coligadas	13.244	12.465	6,2	13.244	13.166	0,6
Fundos de Investimentos em Participações	1.651	1.446	14,2	1.651	1.600	3,2
Créditos perante o Tesouro Nacional	4.027	5.560	(27,6)	4.027	4.713	(14,6)
Disponibilidades	112.549	54.771	105,5	112.549	86.669	29,9
Outros Ativos	35.257	33.274	6,0	35.257	35.670	(1,2)
Passivo Total	**867.517**	**876.137**	**(1,0)**	**867.517**	**883.640**	**(1,8)**
Recursos de Terceiros	**804.681**	**820.961**	**(2,0)**	**804.681**	**833.470**	**(3,5)**
Tesouro Nacional [2]	415.988	439.763	(5,4)	415.988	452.672	(8,1)
FAT/PIS-PASEP	277.949	267.701	3,8	277.949	276.792	0,4
Outras Fontes Governamentais	30.338	30.532	(0,6)	30.338	30.219	0,4
Captações Externas	39.857	39.612	0,6	39.857	41.994	(5,1)
Debêntures BNDESPAR	1.891	2.675	(29,3)	1.891	1.823	3,7
Outras Obrigações	38.658	40.678	(5,0)	38.658	29.970	29,0
Patrimônio Líquido (PL)	**62.836**	**55.176**	**13,9**	**62.836**	**50.170**	**25,2**
PL/AT	7,2%	6,3%	0,9	7,2%	5,7%	27,6
Limites Prudenciais (%)	**dez/17**	**dez/16**		**dez/17**	**jun/17**	
Índice de Basileia	27,5%	21,7%		27,5%	22,7%	
Índice de Capital Principal	18,3%	14,5%		18,3%	15,2%	
Índice de Capital Nível I	18,3%	14,5%		18,3%	15,2%	
Índices de Crédito (%)	**dez/17**	**dez/16**		**dez/17**	**jun/17**	
Índice de Inadimplência (30 dias) [3]	2,12%	2,81%		2,12%	2,45%	
Índice de Inadimplência (90 dias) [3]	2,08%	2,43%		2,08%	2,15%	
Provisão / Carteira de Crédito e Repasses	2,27%	2,08%		2,27%	2,85%	
Índice de Cobertura (30 dias) [4]	107,0%	29,6%		107,0%	44,3%	
Índice de Cobertura (90 dias) [4]	109,3%	34,2%		109,3%	50,4%	
Índice de Renegociação [5]	3,62%	6,34%		3,62%	5,78%	
Rentabilidade (%) [6]	**2017**	**2016**		**2S/17**	**2S/16**	
Retorno s/ Ativos (LL / ATmédio)	0,72%	0,71%		0,56%	0,95%	
Retorno s/ PL (LL / PLmédio)	12,99%	14,78%		10,21%	20,05%	

[1] Exceto investimentos em sociedades não coligadas e em fundos de investimentos em participações, classificados em "Participações Societárias".
[2] Inclui repasses e instrumentos elegíveis a capital principal.
[3] Créditos inadimplentes/carteira total.
[4] Provisão/Créditos inadimplentes.
[5] Créditos renegociados nos últimos 12 meses / carteira total.
[6] O cálculo dos retornos considera como média dos ativos e do patrimônio líquido a soma dos saldos iniciais e finais dos respectivos períodos dividida por 2, excluídos os ajustes a valor justo das participações em sociedades não coligadas, líquido de efeitos tributários no caso do retorno s/ PL.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

5.2. Posição Financeira

Operações de Crédito e Repasses

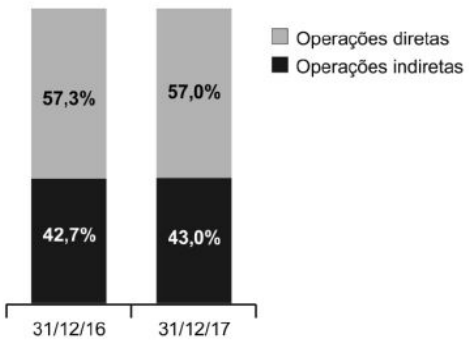
Compreende os financiamentos concedidos pelo BNDES de forma direta, designadas operações de crédito, ou de forma indireta, por meio de instituição financeira credenciada, designadas operações de repasses.

A carteira de operações de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito, no montante de R$ 12,727 bilhões, totalizou R$ 548,037 bilhões em 31/12/17, o equivalente a 63,2% do ativo total na mesma data.

A redução de R$ 62,880 bilhões (10,3%) da carteira líquida em 2017 foi influenciada pelas liquidações das operações, que superaram em R$ 99,387 bilhões os desembolsos no ano em razão da redução da demanda por crédito.

Perfil da Carteira Bruta de Crédito e Repasses

Perfil da Carteira Bruta de Crédito e Repasse

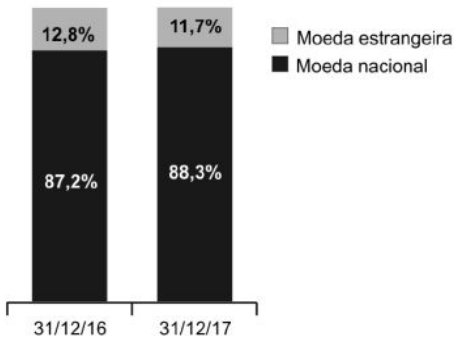


Sobre as operações de repasses não é cobrado spread de risco, mas sim uma taxa de intermediação financeira de 0,4%.* Nessas operações, o risco é da instituição financeira repassadora dos recursos do BNDES.

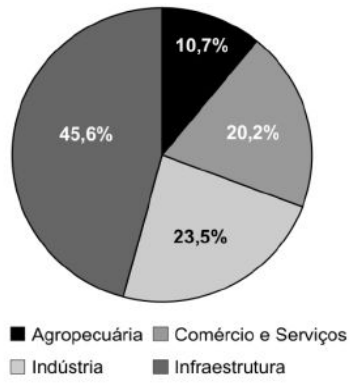
* Taxa de 0,23% para as operações enquadradas a partir de outubro/17.

TJLP e Dólar são os principais indexadores da carteira de crédito, respondendo, respectivamente, por 94,1% da carteira em moeda nacional e 94,3% da carteira em moeda estrangeira em 31/12/17.

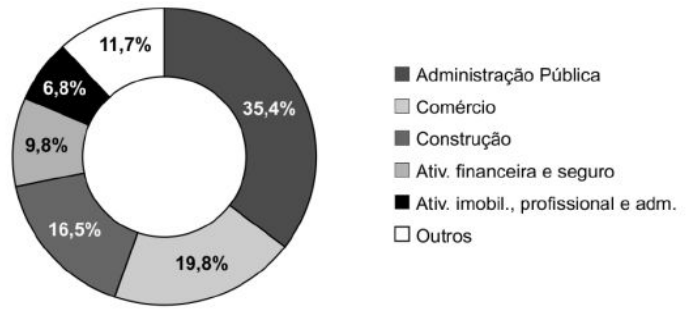
* Inclui operações equalizadas pelo TN.



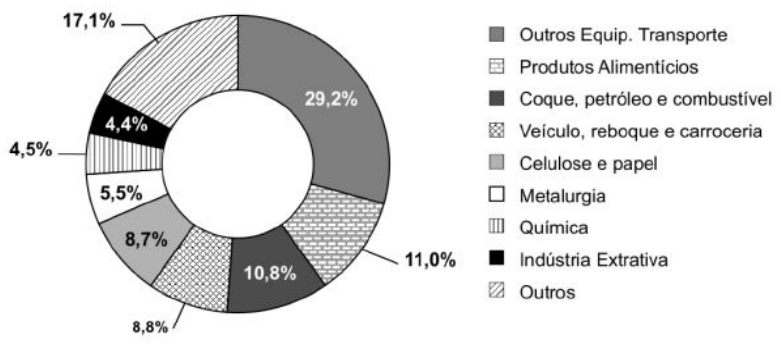
Distribuição por Setor



Comércio e Serviços

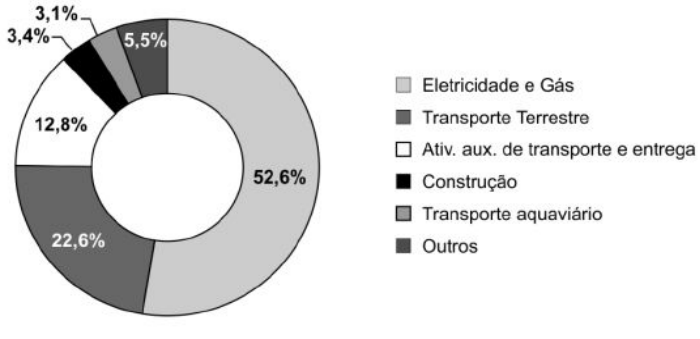


Indústria



Carteira Bruta de Crédito e Repasses por Setor

Infraestrutura



Qualidade da Carteira de Crédito e Repasses

O BNDES monitora continuamente a qualidade de sua carteira de crédito, com a finalidade estratégica de aperfeiçoar sua gestão de riscos e retornos. Os financiamentos concedidos são objeto de acompanhamento permanente e demandam garantias que cubram a posição devedora ao longo da vida dos contratos.

A classificação da carteira de crédito e repasses por nível de risco segue a Resolução CMN 2.682/99, que determina a classificação dos créditos entre os níveis AA, menor risco, e H, maior risco, e o percentual de provisão a ser constituído para cada nível. Em 31/12/17, a provisão para risco de crédito atingiu R$ 12,727 bilhões, mantendo-se no mesmo patamar de 31/12/16.

O índice de cobertura, "colchão" que representa o número de vezes que a provisão para risco de crédito cobre os créditos inadimplentes (30 dias), apresentou melhora no ano, passando de 74% em 31/12/16 para 107,0% em 31/12/17.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

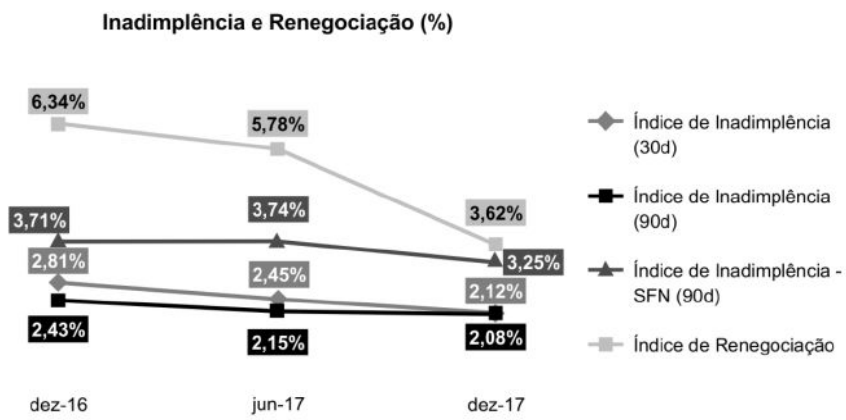
Classificação de Risco da Carteira de Crédito e Repasses
31 de dezembro de 2017

Classificação de Risco	Sistema BNDES	SFN [1 2 3]	Instituições Financeiras Privadas [2 3]	Instituições Financeiras Públicas [2 3]
AA - C	95,8%	89,8%	88,6%	90,8%
D - G	3,7%	6,9%	7,3%	6,6%
H	0,5%	3,3%	4,1%	2,6%
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

[1] Sistema Financeiro Nacional
[2] Fonte: BACEN
[3] Em 30 de setembro de 2017. Última informação disponivel

Os créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, responderam por 95,8% da carteira total em 31/12/17. Essa posição, superior à média de 89,8% do SFN em 30/09/17, revela uma pequena deterioração do risco em relação à 30/06/17 (96,2%) e à 31/12/16 (96,4%).

Inadimplência e Renegociação (%)



O índice de inadimplência do BNDES mantém-se abaixo do índice do SFN, refletindo a gestão e a qualidade da carteira de crédito e repasses, a consistência das políticas operacionais e, sobretudo, o papel do BNDES como banco de desenvolvimento: a concessão de financiamento com taxas de juros e prazos compatíveis aos projetos de longa maturação. Nos períodos apresentados, todos os índices de inadimplência do BNDES se encontram abaixo do índice de inadimplência do SFN.

Desconsideradas as operações cujas prestações são integralmente garantidas pela União, o índice de inadimplência do BNDES passaria para 0,90% (30 dias) e 0,85% (90 dias).

O índice de renegociação, que apresentou queda em 2017, considera todas as operações de crédito e repasses renegociadas nos últimos 12 meses, cujas alterações resultaram em modificações em seus fluxos de caixa, independente das motivações.

Títulos e Valores Mobiliários

Compreende, basicamente, debêntures e títulos públicos federais, que representavam 16,4% e 81,0%, respectivamente, da carteira em 31/12/17.

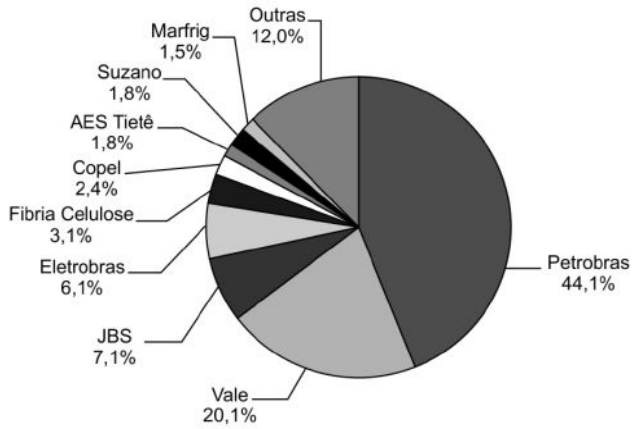
A redução de R$ 7,391 bilhões (7,9%) dos títulos e valores mobiliários em 2017 decorreu principalmente da utilização de parte dos títulos públicos federais para pagamento antecipado de dívida com o Tesouro Nacional, no valor de R$ 15,0 bilhões, e pela conversão de debêntures da Marfrig, no valor de R$ 986 milhões, em ações da companhia.

Participações Societárias

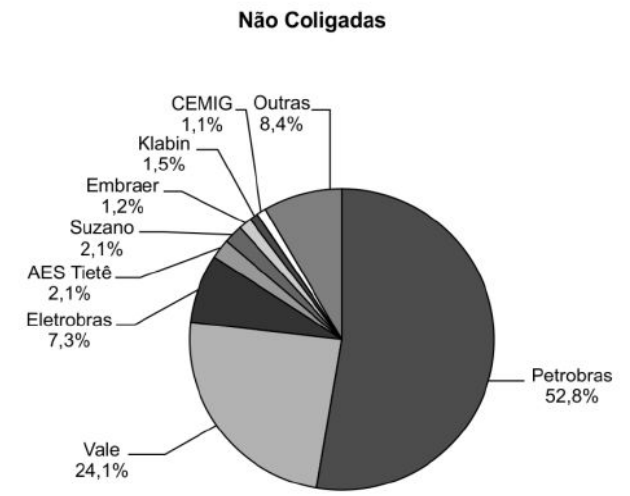
A carteira de participações societárias compreende investimentos em sociedades coligadas e não coligadas, realizados por meio de investimento direto no âmbito de oferta pública ou emissão privada ou pela integralização de capital do BNDES pelo Tesouro Nacional no início dos anos 80 e em 2009, e fundos de investimento em participações societárias administrados por gestores de mercado escolhidos através de rigoroso processo de seleção.

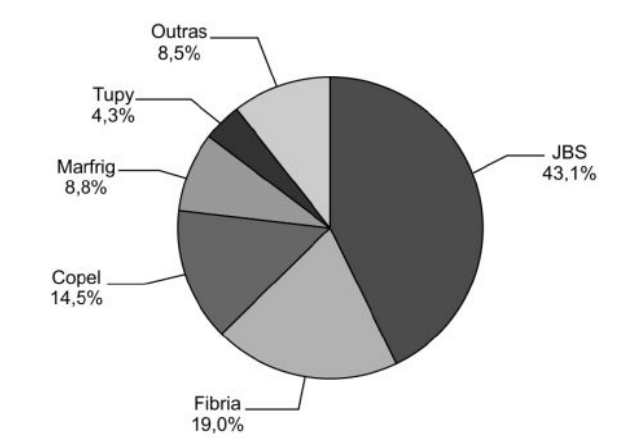
Do total da carteira em 31/12/17, 81,8% representavam investimentos em sociedades não coligadas, 16,2% em sociedades coligadas, e os 2,0% restantes investimentos em fundos mútuos de investimentos em participações.

Carteira de Participações Societárias
31 de dezembro de 2017



* Participações em coligadas + não coligadas





A carteira de participações societárias, líquida de provisão para perdas, alcançou R$ 81,672 bilhões em 31/12/17, um crescimento de R$ 3,425 bilhões (4,4%) no ano devido à valorização, da ordem de R$ 9,239 bilhões, da carteira de participações em sociedades não coligadas, especialmente dos investimentos na Vale e Petrobras, e ao investimento na Marfrig (R$ 1,172 bilhão) decorrente da conversão de debêntures em ações, parcialmente atenuado pelo resultado com alienações, de R$ 3,675 bilhões.

A provisão para perdas alcançou R$ 628 milhões em 2017, uma redução de R$ 4,689 bilhões (88,2%) diante de 2016.

Os fundos de investimentos nos quais o BNDES, através da BNDESPAR, detém participação são apresentados na Nota Explicativa nº 6.4 às Demonstrações Financeiras BNDES 2017.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Disponibilidades

As operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais representavam 99,4% das disponibilidades em 31/12/17.

O crescimento de R$ 57,778 bilhões (105,5%) em 2017 refletiu principalmente a entrada de recursos oriundos das liquidações de operações de crédito e repasses, que ultrapassaram os desembolsos em R$ 99,387 bilhões em 2017, e das alienações de participações societárias, no valor de R$ 3,675 bilhões, parcialmente atenuado pelo pagamento antecipado de dívida com o Tesouro Nacional em dinheiro, no valor de R$ 35 bilhões, e pelo pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio complementares referentes a 2016, no valor de R$ 2,125 bilhões.

Créditos perante o Tesouro Nacional (TN)

Referem-se basicamente a valores a receber do TN decorrentes da equalização da remuneração de programas incentivados pelo governo federal, entre eles Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e, principalmente, Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que foi encerrado em 31/12/15.

A redução de R$ 1,533 bilhão (27,6%) no ano reflete o pagamento de R$ 9,217 bilhões pelo TN no primeiro semestre, atenuada pelo reconhecimento de créditos a receber de R$ 7,684 bilhões. Os pagamentos de equalização pelo TN ocorrem semestralmente, em julho e janeiro de cada ano.

Do saldo remanescente de R$ 4,027 bilhões, 66,1% se referem a créditos de equalização de operações do PSI e 86,7%, a créditos de equalização de competência de 2017.

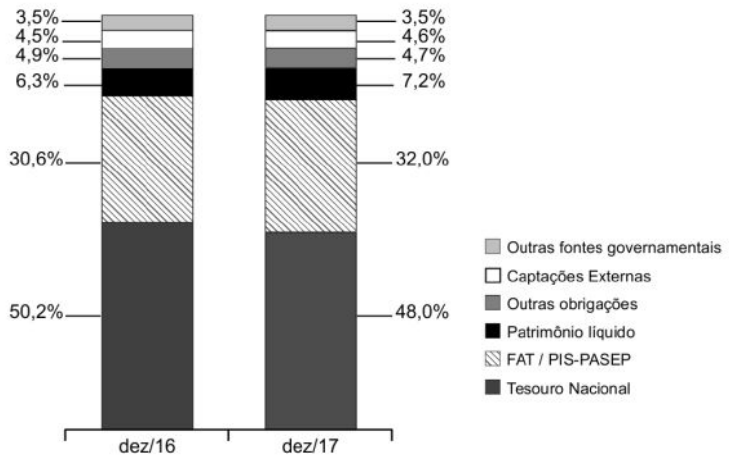
Outros Ativos

Compreendem, em 31/12/17, principalmente, créditos tributários (R$ 20,846 bilhões) e direitos a receber Eletrobras/Itaipu (R$ 9,371 bilhões).

O aumento de R$ 1,983 bilhão (6,0%) no ano decorre basicamente do aumento de R$ 2,025 bilhões nos créditos tributários reconhecidos, basicamente, sobre a despesa com provisão para risco de crédito.

Fontes de Recursos

Na composição de suas fontes de recursos, o BNDES conta com 7,2% de recursos próprios e 92,8% de recursos de terceiros, com destaque para as fontes governamentais, que representam 83,5% do passivo total em 31/12/17.



Tesouro Nacional (Repasses e Instrumentos Elegíveis a Capital Principal)

Desde 2010, com o crescimento dos repasses de recursos, o Tesouro Nacional se tornou a principal fonte de recursos do BNDES, responsável por 48,0% do passivo total em 31/12/17.

Do passivo total com o TN em 31/12/17, R$ 36,111 bilhões (8,7%) correspondem a instrumentos elegíveis a capital principal, que compõe o Patrimônio de Referência e cuja remuneração está atrelada a fatores como a existência de lucro contábil e o montante de dividendos pago ao acionista, e R$ 379,877 bilhões (91,3%) correspondem a operações de repasses, sendo, desse total, 98,5% atreladas à TJLP.

A redução de R$ 23,775 bilhões (5,4%) do passivo com o TN em 2017 decorre do pagamento antecipado de dívida de R$ 50,0 bilhões (R$ 15,0 bilhões pagos com títulos públicos federais e R$ 35 bilhões com disponibilidades), parcialmente atenuada pela apropriação de juros e correção monetária a pagar. Em 2017 não houve captação de recursos com o TN.

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo PIS-Pasep

O saldo de recursos do FAT totalizou R$ 250,250 bilhões em 31/12/17. Desse total, R$ 238,802 bilhões constituíam saldo do FAT Constitucional e R$ 11,448 bilhões, saldo do FAT Depósitos Especiais.

No ano, ingressaram R$ 16,326 bilhões de novos recursos do FAT, volume 4,8% superior ao de 2016. Do total captado em 2017, 100% são recursos do FAT Constitucional.

Em 31/12/17, o passivo com o Fundo PIS-Pasep totaliza R$ 27,699 bilhões destinados à aplicação em programas de desenvolvimento econômico e social. Desde a criação do FAT em 1988, o Fundo PIS-Pasep não recebe novos aportes de recursos.

A redução de R$ 7,270 bilhões (20,8%) dos recursos do Fundo PIS/Pasep em 2017 decorre principalmente da liquidação antecipada de R$ 9,290 bilhões em outubro de 2017, em cumprimento à Medida Provisória 797/17, atenuada pela correção do saldo a pagar.

Outras Fontes Governamentais

Compreendem recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) e de outros fundos financeiros e de desenvolvimento. O FMM representava 66,4% do saldo em 31/12/17.

Captações Externas

Representadas por repasses de instituições multilaterais, empréstimos e emissão de *bonds*.

Em maio de 2017, o BNDES captou R$ 3,185 bilhões (US$ 1,0 bilhão) por meio da emissão no mercado internacional de *green bonds*, a primeira emissão de um banco nesse mercado. Em 2017 foram captados ainda R$ 2,027 bilhões junto a instituições multilaterais como Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (R$ 1,658 bilhão), *Japan Bank for International Cooperation* - JBIC (R$ 327 milhões) e *Agence Française de Développement* - AFD (R$ 42 milhões).

Emissão de *Green Bonds*

Os *green bonds* tem características similares aos *bonds* convencionais, porém os recursos captados devem ser destinados a financiar projetos ambientalmente sustentáveis, atestados por uma empresa verificadora, especializada na área ambiental. No caso do BNDES, os recursos captados serão investidos em projetos de geração eólica ou solar, novos ou já existentes na carteira do Banco.

A operação resultou em uma taxa de retorno ao investidor de 4,80% a.a., o que representa prêmio de 269,3 pontos-base sobre as taxas dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos e cerca de 60 pontos-base sobre os títulos externos da República Federativa do Brasil.

Debêntures BNDESPAR

Referem-se a ofertas públicas de debêntures simples, da espécie quirografária, realizadas no âmbito de três Programas e seis emissões.

A redução de R$ 784 milhões (29,3%) no ano decorre basicamente da liquidação integral, no vencimento, de debêntures simples (série indexada ao IPCA) da Primeira Oferta no âmbito do Terceiro Programa (2010), no valor de R$ 835 milhões.

Outras Obrigações

Do total das outras obrigações em 31/12/17, 41,3% se referem a obrigações tributárias (tributos correntes e diferidos).

O crescimento de R$ 2,020 bilhões em 2017 resulta de novas operações compromissadas realizadas a partir de agosto de 2017, nas quais o BNDES atua como dealer do Banco Central (BACEN) ao realizar a intermediação das operações, captar recursos de uma instituição financeira e repassar ao BACEN.

Fundo Amazônia

Em 2017, o Fundo Amazônia recebeu novas doações de R$ 273,1 milhões, dos quais R$ 271,2 milhões do governo da Noruega e do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW) e o restante da Petrobras para apoio a projetos de combate ao desmatamento e de conservação da Floresta Amazônica.

Os aportes de recursos dos doadores estão diretamente vinculados à redução da emissão de gases oriundos de desmatamento e da degradação florestal - ou seja, as doações dependerão dos resultados dos esforços de redução da taxa anual de desmatamento.

Patrimônio Líquido

O crescimento de R$ 7,660 bilhões (13,9%) do patrimônio líquido em 2017 reflete os efeitos do ajuste de avaliação patrimonial positivo, líquido de tributos, que alcançou R$ 5,071 bilhões no ano, e do lucro líquido de R$ 6,183 bilhões no exercício, parcialmente atenuado pelo pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio complementares relativos ao lucro líquido de 2016 (R$ 2,125 bilhões), e pelo provisionamento dos juros sobre capital próprio obrigatórios relativos ao lucro líquido de 2017 (R$ 1,469 bilhão).

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Aumento de capital

O capital do BNDES alcançou R$ 42,349 bilhões em 31/12/17 com a integralização de R$ 6,008 bilhões realizada com a utilização das reservas de futuro aumento de capital (R$ 4,536 bilhões) e de equalização de dividendos (R$ 1,472 bilhão). Não houve emissão de novas ações.

Distribuição do Resultado de 2017

A distribuição do lucro líquido de R$ 6,183 bilhões em 2017 contempla:

- 5%, correspondentes a R$ 309 milhões, para a constituição da Reserva Legal;
- 25% após constituição da Reserva Legal, equivalentes a R$ 1,468 bilhão, a título de dividendos mínimos obrigatórios, na forma de juros sobre capital próprio;
- 35% após constituição da Reserva Legal, no valor de R$ 2,056 bilhões, para a constituição de Reserva para Margem Operacional; e
- R$ 2,350 bilhões, equivalentes ao saldo remanescente do lucro acumulado no exercício, para a constituição da Reserva para Futuro Aumento de Capital.

Para informações sobre a Política de Dividendos do BNDES, que define as condições para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, vide a seção 6 - "Remuneração ao Tesouro Nacional".

5.3. Resultado

Resultado da Intermediação Financeira

É o produto da intermediação financeira líquido da provisão para risco de crédito.

A redução de R$ 8,423 bilhões (50,5%) do resultado da intermediação financeira em 2017 decorreu da queda do produto de intermediação financeira, parcialmente atenuada pela redução da despesa com provisão para risco de crédito.

Produto da Intermediação Financeira

É o resultado das aplicações em disponibilidades e nas carteiras de crédito e repasses e de títulos e valores mobiliários.

O produto da intermediação financeira alcançou R$ 14,969 bilhões em 2017, uma queda de R$ 10,877 bilhões (42,1%) em relação a 2016 em consequência, da redução da rentabilidade média da carteira de títulos e valores mobiliários, e da redução do resultado com operações de crédito e repasses decorrente da redução do volume da carteira média de operações de crédito, com a redução da demanda por desembolsos.

Provisão para Risco de Crédito

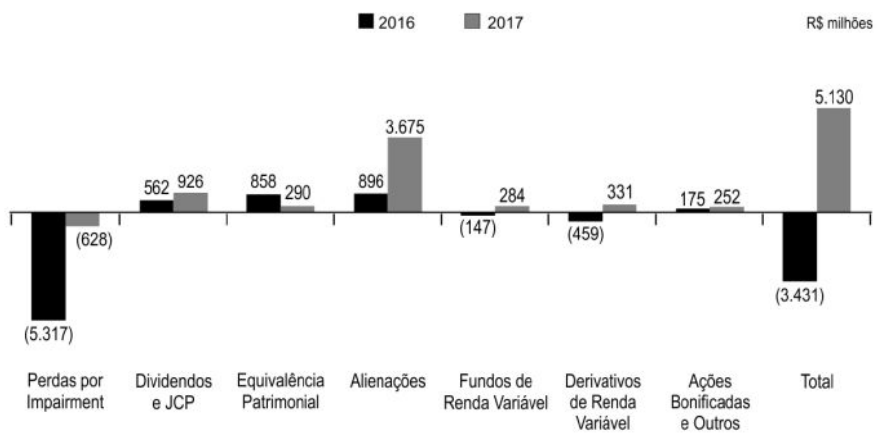
A queda de R$ 2,454 bilhões (26,8%) da despesa com provisão para risco de crédito no ano decorre, principalmente, da redução da provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução CMN 2.682/99, constituída em 2016 visando à cobertura de riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico atual, que passou de uma despesa de R$ 1,306 bilhão em 2016 para uma receita de R$ 85 milhões em 2017, e do menor volume de créditos com *rating* rebaixado, conforme determinado pela Resolução CMN 2.682/99.

A constituição de provisão obedece aos critérios previstos na Resolução CMN 2.682/99. Quando identificada a necessidade de cobertura de riscos adicionais, é constituída provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução.

Os créditos recuperados atingiram R$ 473 milhões em 2017, um crescimento de R$ 143 milhões (43,3%) diante de 2016.

Resultado com Participações Societárias

Compreende receita com dividendos e juros sobre capital próprio, resultados com equivalência patrimonial, alienações, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, provisão para perdas em investimentos (*impairment*) e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.



A melhora em 2017 do resultado com participações societárias em R$ 8,561 bilhões decorre, especialmente, do crescimento do resultado com alienação de investimentos em R$ 2,779 bilhões, do aumento da receita com dividendos e juros sobre capital próprio associada a esses ativos em R$ 364 milhões e da queda da despesa com *impairment* em R$ 4,689 bilhões. As demais rubricas do resultado também apresentaram melhora em 2017, exceto o resultado com equivalência patrimonial e a despesa com amortização de ágios.

Despesa com provisão para perdas em investimentos (*impairment*)

O reconhecimento das perdas com *impairment* é realizado com base em modelo de avaliação econômico-financeira e motivado pelo fato das respectivas ações terem atingido parâmetros indicativos de perdas permanentes previstos na Política de Participações Societárias.

Dos R$ 628 milhões registrados em 2017, 97% se referem a perdas na carteira de coligadas e 3%, a perdas na carteira de não coligadas. Vide Notas Explicativas nº 7.1.1 e 7.2.5 às Demonstrações Financeiras BNDES 2017.

Alienação de investimentos

O resultado com alienações de investimentos alcançou R$ 3,675 bilhões em 2017, um aumento de R$ 2,779 bilhões (310,2%) no ano.

Os principais desinvestimentos realizados em 2017 foram de ações da Petrobras, CPFL Energia, Vale e Rumo S.A., que geraram resultado de R$ 3,181 bilhões, o equivalente a 86,6% do total. Após essas alienações, o BNDES, através da BNDESPAR, passou a não ter mais participação na CPFL Energia e na Rumo S.A., enquanto a participação na Vale ficou em 7,60% tanto no capital votante quanto no capital total. Na Petrobras, o Sistema BNDES (BNDES + BNDESPAR) ficou com participação de 16,54% no capital total e de 10,02% no capital votante.

As principais alienações em 2016 foram de ações da AES BEH II, Klabin e da Braskem, que responderam por 84% do resultado.

Dividendos e juros sobre capital próprio

A receita com dividendos e juros sobre capital próprio cresceu 64,8%, passando de R$ 562 milhões em 2016 para R$ 926 milhões em 2017.

Vale, Valepar, AES Tietê e CEG responderam por 76,1% da receita total em 2017, com destaque para a Vale, cuja receita passou de R$ 45 milhões em 2016 para R$ 415 milhões em 2017. Em 2016 os destaques ficaram para Vale, AES Tietê e CEMIG, que responderam por 58,7% da receita total.

Resultado com derivativos de renda variável

O resultado com derivativos de renda variável reflete a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos isolados vinculados a participações societárias e embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis.

O resultado em 2017 foi um lucro de R$ 331 milhões, contra um prejuízo de R$ 459 milhões em 2016. Essa melhora foi impulsionada, principalmente, pela recuperação do resultado com derivativos embutidos em debêntures, que passou de um prejuízo de R$ 440 milhões em 2016 para um lucro de R$ 254 milhões em 2017.

Outras receitas/despesas com participações societárias

As outras receitas/despesas operacionais alcançaram R$ 327 milhões em 2017, um crescimento de 85,8% no ano decorrente principalmente do ganho de R$ 308 milhões oriundo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil das ações da Marfrig apurado na reclassificação do investimento de participações em sociedades não coligadas para sociedades coligadas, motivada pelo reconhecimento de influência significativa da BNDESPAR na Marfrig.

Resultado com fundos de renda variável

O resultado com fundos de renda variável reflete as valorizações ou desvalorizações das cotas dos fundos. Em 2017, o resultado foi um lucro de R$ 284 milhões, contra um prejuízo de R$ 147 milhões em 2016.

Despesas Tributárias

Representam, em quase sua totalidade, tributos federais como PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social, inclusive tributos sobre o resultado ajustado antes dos impostos.

O crescimento de R$ 551 milhões das despesas tributárias em 2017 reflete a redução dos tributos diferidos, em consequência da redução das provisões para perdas em investimentos e para risco de crédito no ano.

Outras Despesas, líquidas

Compreende atualização monetária de ativos e passivos, despesas administrativas e com pessoal, provisões trabalhistas e cíveis, entre outras.

Não houve variação relevante nas outras despesas, líquidas no ano.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

5.5. Informação por Segmento

Os ativos e resultado por segmento de negócios do BNDES foram definidos em função de suas atividades de: (i) renda fixa (financiamento a empresas); (ii) renda variável (mercado de capitais); e (iii) tesouraria (gestão das disponibilidades financeiras).

Composição dos Segmentos

- **"Renda Fixa"**: inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, às carteiras de operações de crédito e repasses e de debêntures;
- **"Renda Variável"**: inclui ativos, receitas e custos de captação atrelados à carteira de renda variável, que inclui participações societárias e fundos de investimento em renda variável; e
- **"Tesouraria"**: inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, à gestão das disponibilidades.

O resultado não alocado é composto, basicamente, por despesas tributárias, despesas administrativas, provisões trabalhistas e cíveis e impostos sobre o lucro.

O BNDES avalia o desempenho de seus segmentos com base no resultado alocado. As receitas operacionais se originam integralmente de clientes externos, não havendo operações entre os segmentos.

Resultado e Ativos por Segmento

Segmento	2016				2017			
	Ativos		Resultado		Ativos		Resultado	
	R$ bilhões	%	R$ bilhões	%	R$ bilhões	%	R$ bilhões	%
Renda Fixa	641,569	75,0%	9,344	66,9%	573,353	67,9%	5,655	40,3%
Renda Variável	79,790	9,3%	(3,971)	-28,4%	83,633	9,9%	4,417	31,5%
Tesouraria	133,641	15,7%	8,593	61,5%	187,715	22,2%	3,961	28,2%
Alocado	855,000	100,0%	13,966	100,0%	844,701	100,0%	14,033	100,0%
Não alocado	21,137		(7,574)		22,816		(7,850)	
Total	876,137		6,392		867,517		6,183	

Em 2017, não obstante o crescimento da carteira de tesouraria, observa-se queda da rentabilidade destes ativos devido à redução da remuneração dos mesmos, que foi maior que a queda do custo (TJLP) no ano.

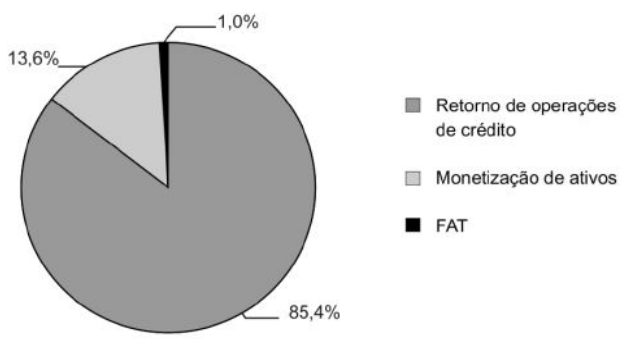
A redução no resultado do segmento de renda fixa em 2017 decorre da queda da carteira média, provocada pela redução da demanda por desembolsos, atenuada pela queda na despesa com provisão para risco de crédito em 2017.

A recuperação do segmento de renda variável em 2017 decorre, principalmente, da menor despesa com provisão para perdas em investimentos e do crescimento do resultado com alienações de investimentos.

5.6 Fluxo de Caixa

Pelas características de longuíssimo prazo das principais fontes de recursos do BNDES, expressivamente superior ao giro médio dos ativos da carteira de crédito, o retorno das operações de crédito (recebimento de serviços de crédito) representou o principal fluxo de entrada de recursos para o atendimento ao orçamento de desembolsos em 2017, a exemplo do observado em 2016.

Fluxo de caixa por fontes de recursos



O BNDES deseja contribuir com o máximo possível ao atendimento das diversas demandas governamentais, desde que assegurada a capacidade de atendimento às obrigações contratadas e em perspectiva, observados os limites prudenciais de gestão da atividade bancária.

Além de contribuir com essas demandas, também é obrigação do BNDES dar transparência à sociedade sobre a capacidade de fazer frente às mesmas. Para explicitar as restrições do BNDES para fazer frente ao que lhe é demandado, sem perder de vista seus compromissos assumidos e sua missão, o Fluxo de Caixa do BNDES para 2017 e 2018 é apresentado nessa seção.

Para 2018, são apresentados dois cenários de fluxo de recursos: (A) um que considera a liquidação antecipada de R$ 130 bilhões de passivos do BNDES junto ao Tesouro Nacional (TN), somada ao atendimento integral das demais demandas do governo, como a devolução integral do saldo do PIS-Pasep e amortização extraordinária de parcela do passivo junto FAT; e (B) outro que considera o desembolso do BNDES conforme a projeção atual de demanda por operações de crédito e destaca o quanto ainda seria possível liquidar antecipadamente de passivos do BNDES junto ao TN, além da devolução integral do saldo do PIS-Pasep e amortização extraordinária de parcela do passivo junto FAT.

Destaca-se na tabela que, para o período de 2017/2018, há a expectativa de saídas extraordinárias de até R$ 19 bilhões para atender despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e até R$ 36 bilhões de pagamentos ao PIS/PASEP para lidar com os termos da Medida Provisória nº 813/2017, de 26/12/2017.

A expectativa de saídas extraordinárias para atender às diversas demandas governamentais é, portanto, a soma da solicitação de R$ 180 bilhões da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em 2017 e 2018, além dos valores acima. Logo, significa montante que pode superar R$ 235 bilhões.

Fluxo de Recursos - R$ Milhões			
Emissão: 10/1/2018	**2017**	**2018 [A]**	**2018 [B]**
1) Saldo Inicial	117.526	170.062	170.062
2) Entrada de Recursos	224.943	167.172	167.172
. Retorno	173.168	122.286	122.286
. Frustrações de Retorno		13.385	13.385
. Equalização de Juros	9.210	5.962	5.962
. FAT	16.326	17.673	17.673
. Recursos Vinculados	2.389	2.978	2.978
. Captações[1]	5.172	7.914	7.914
. Carteira de Renda Variável	7.996	10.359	10.359
. Outras Entradas (inclui receitas financeiras)	10.684	0	0
3) Saídas de Recursos	188.484	304.355	256.750
. Saídas Financeiras	102.029	200.122	152.516
. Saídas Extraordinárias Tesouro Nacional	50.000	130.000	82.395
. Amortização Extraordinária FAT	0	18.621	18.621
. Devolução ao PIS-Pasep	9.134	14.466	14.466
. Desembolsos	70.751	94.059	94.059
. Despesas Tributárias	9.939	4.224	4.224
. Despesas de Pessoal e Administrativas	1.960	2.723	2.723
. Dividendos	3.805	3.228	3.228
4) Entradas - Saídas de Recursos [2-3]	36.459	-137.183	-89.578
(+) Valorização da Carteira de TPF	16.077	0	0
5) Saldo Final	170.062	32.879	80.484
6) Carteira Requerida	58.778	42.777	42.777
. REDE	38.501	23.263	23.263
. Ajuste de Risco de Mercado	20.277	19.515	19.515
7) Saídas Contingentes		29.820	29.820
. Devolução Adicional ao PIS-Pasep		13.070	13.070
. Compromisso Fundo Brasil-China[2]		16.750	16.750
8) Recursos de Terceiros[3]	9.010	7.887	7.887
9) Folga Projetada	102.275	-47.605	0

[1] Captações de mercado interno e externo e captações externas juntos a instituições multilaterais.
[2] Contrapartida do Brasil aos investimentos realizados no âmbito do Fundo Brasil-China de Cooperação.
[3] Fundo Amazônia, FAT - Depósitos Especiais, FMM, FNMC, Fundo PIS-PASEP, FSA e FT.

O Cenário A, que prevê o atendimento integral as demandas governamentais, além da liquidação antecipada de R$ 130 bilhões de passivos junto ao TN resulta em uma insuficiência de caixa de R$ 47,6 bilhões, o que significa que o BNDES não conseguiria atender integralmente a demanda por desembolsos, que estariam, então, limitados a R$ 46,5 bilhões. Por sua vez, no Cenário B, que tem como premissa o atendimento integral da demanda por desembolsos, a insuficiência de caixa é contornada limitando a liquidação antecipada pelo BNDES de passivos junto ao Tesouro Nacional a R$ 82,4 bilhões, ainda assim resultando no atendimento as demandas governamentais no montante de R$ 187,7 bilhões, no biênio 2017 e 2018.

Finalmente, os valores previstos são revistos mensalmente. A mudança de premissas ou das perspectivas de realização das diversas linhas afeta o valor apurado das disponibilidades. As disponibilidades previstas refletem o valor máximo, observada a exigida prudência, que uma instituição bancária estima dispor. Afinal, compromissos e obrigações são cumpridos com valores observados, não com promessas ou expectativas.

Descreve-se a seguir, em detalhe, as linhas do Fluxo de Caixa apresentado na tabela:

1. O Saldo Inicial reflete a posição da Tesouraria do BNDES no início do período analisado e contempla a carteira de Títulos Públicos Federais somada às aplicações em operações compromissadas, ao saldo disponível em caixa[1] e ao saldo dos fundos GAIA, GAIA II[2] e Juno.

Vale destacar que parte dos recursos de Tesouraria, os quais são explicitados na rubrica Recursos de Terceiros, não são de livre aplicação do BNDES por se tratarem de recursos do patrimônio de fundos dos quais o BNDES é somente o agente aplicador, quais sejam: Fundo Amazônia, FAT - Depósitos Especiais, Fundo da Marinha Mercante (FMM), Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), Fundo PIS-PASEP, Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FT). Cada fundo tem legislação própria que define a destinação e as condições específicas de aplicação dos respectivos recursos[3].

[1] Desde a entrada do BNDES no Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB) esse valor se tornou irrisório.
[2] Os recursos do Fundo Amazônia estão depositados nos fundos GAIA e GAIA II, do Banco do Brasil, para remunerar e manter a atualização monetária das parcelas doadas e efetivamente ingressadas no país.
[3] Decreto nº 6.527, de 1/8/2017, Lei nº 8.352, de 28/12/1991, Lei nº 10.893, de 13/7/2004, Lei nº 12.114, de 9/12/2009, Lei Complementar nº 26, de 11/9/1975 e Decreto nº 4.751, de 17/6/2003, Lei nº 11.437, de 28/12/2006, Lei Complementar nº 93, de 4/2/1998 e Decreto nº 4.892, de 25/11/2003.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

2. A linha Retorno reflete os recursos recebidos e esperados em decorrência do pagamento do serviço da dívida das operações de crédito realizadas pelo BNDES, extraído do sistema de projeção de contratos de crédito, descontado das Frustrações de Retorno projetadas que consolidam: i. o montante de recebimentos previstos decorrentes de créditos incertos, ou seja, subcontratos selecionados pela Área de Crédito dentre as maiores Provisões Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) de maneira a refletir os maiores riscos presentes na carteira ativa do BNDES[4], excluindo os subcontratos com fianças bancárias e/ou da União e/ou outras situações específicas; e ii. o montante correspondente aos recebimentos previstos decorrentes dos contratos com Entes Públicos enquadráveis na renegociação de dívidas aprovada pelo Congresso Nacional[5].

3. A rubrica Equalização de Juros espelha o montante de recursos recebidos e esperados em decorrência do pagamento, pelo Tesouro Nacional, de equalização de encargos sobre operações de crédito e repasses realizados pelo BNDES no âmbito dos programas previamente autorizados pelo Ministério da Fazenda.

4. Na linha FAT são consolidados os recebimentos observados e esperados tanto de recursos ordinários do FAT, previstos no Art. 239 da Constituição Federal, quanto dos depósitos especiais, decorrentes de disponibilidades financeiras do FAT.

5. A rubrica Recursos Vinculados explicita os recursos recebidos e esperados com destinação específica, sendo o FMM o mais relevante, e com efeito nulo sobre as disponibilidades uma vez que os recursos são recebidos pelo BNDES à medida que os desembolsos são efetuados.

6. As Captações correspondem ao montante de recursos recebidos e esperados decorrentes de captações no mercado doméstico utilizando os diferentes instrumentos financeiros disponíveis tais como Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), debêntures, Letras Financeiras etc., somadas ao montante de recursos recebidos e esperados decorrentes de captações no mercado internacional realizadas tanto por meio de emissão de títulos, quanto de contratação de empréstimos junto a instituições multilaterais, agências financeiras oficiais internacionais e instituições financeiras privadas.

Uma consideração importante sobre as captações de mercado, interno ou externo, é que, em geral, elas ocorrem com custo financeiro superior às fontes institucionais acessadas pelo BNDES. Por repetidas vezes as Leis de Diretrizes Orçamentárias, como a Lei 13.242/2015 (LDO 2016), trazem capítulos referentes à Política de Aplicação dos Recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento:

"Art. 112. Os encargos dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências não poderão ser inferiores aos respectivos custos de captação e de administração, ressalvado o previsto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989."

Ou seja, o BNDES e outras agências não podem captar em mercado e repassar por taxa usualmente utilizada em operações de crédito com origem em fontes públicas.

A implicação desse dispositivo vai além da impossibilidade de fazer novas captações para financiar novas operações repassando custo inferior ao da captação, é importante destacar que também está vedado ao BNDES captar em mercado para liquidar antecipadamente passivos de origem institucional, logo lastro de ativos de crédito em condições preestabelecidas, como os recursos captados junto ao Tesouro Nacional.

Isso ocorre, pois ao longo do tempo o BNDES constituiu uma carteira de crédito com rentabilidade compatível com as fontes institucionais e uma liquidação antecipada ao Tesouro Nacional não mudaria o quanto o BNDES recebe nos contratos de seus clientes e como não haveria fonte em mercado com custo compatível, o BNDES estaria em desacordo com o referido artigo da LDO, além de poder ser acusado de prática de gestão temerária.

Além disso, o Acórdão 3297-2015 (Processo TC nº 021.643/2014-8 - TCU) ao tratar das operações conhecidas posteriormente como Pedaladas Fiscais, registrou que:

"(...) a União optou por se endividar junto ao banco estatal, que acabou tendo que se valer do seu próprio patrimônio para suportar o ônus dos financiamentos subsidiados."

Portanto, o BNDES também estaria impedido de assumir passivos mais caros do que os com o Tesouro Nacional ou outra fonte pública, sob o risco de responsabilização de dirigentes do BNDES e de autoridades federais.

8. A linha Carteira de Renda Variável soma os recebimentos observados e esperados decorrentes de dividendos e juros sobre o capital da carteira da BNDESPAR e do BNDES, bem como resgates de fundos e debêntures e alienações de ações. São informações prestadas mensalmente pela Área de Acompanhamento de Mercado de Capitais (AAMC) e pela Área de Investimentos de Mercado de Capitais (AIMC), unidades responsáveis pela gestão da carteira de renda variável. O valor esperado de monetização de ativos reflete sempre a avaliação mais recente de esforço de venda dentro de cenários de preços minimamente aceitáveis e da contínua preocupação de que a ação da BNDESPAR seja promotora do desenvolvimento do mercado, não motivo para movimentos prejudiciais ao conjunto de investidores.

9. As Saídas Financeiras refletem os pagamentos observados e esperados do serviço da dívida do BNDES, tanto decorrentes de captações internas quanto externas. Os valores são extraídos dos sistemas de controles financeiros. Nessa rubrica está considerada a devolução de recursos pelo BNDES ao PIS-Pasep para honrar os compromissos decorrentes da Medida Provisória nº 813/2017, de 26/12/2017, no montante previsto pelo Ministério do Planejamento, atualmente R$ 14 bilhões[6].

10. A linha Desembolsos corresponde aos desembolsos realizados e previstos do Sistema BNDES e consolida informações de produtos não automáticos e automáticos. As previsões de desembolsos do primeiro grupo, de produtos não automáticos, consolidam as previsões de cada área operacional do BNDES, capturadas no sistema de registro de operações (OPE), para os projetos em carteira e para o pipeline de projetos que tendem a ser financiados pelo Banco, avaliando-se o grau de maturidade de cada projeto. Já no grupo de operações automáticas, a previsão de desembolso se utiliza de modelos econométricos e de formação de carteira que consideram: variáveis econômicas, variáveis de política operacional e do histórico de operações realizadas nos produtos e linhas. As informações são apuradas mensalmente pela Área de Planejamento e Pesquisa (APP).

11. Os itens Despesas Tributárias e Despesas de Pessoal e Administrativas representam a soma de todas as demais saídas de caixa observadas e/ou previstas, sendo o segundo, a consolidação das projeções de despesas informadas mensalmente pela Área de Administração e Recursos Humanos (AARH) e pela Área de Desestatização (AD).

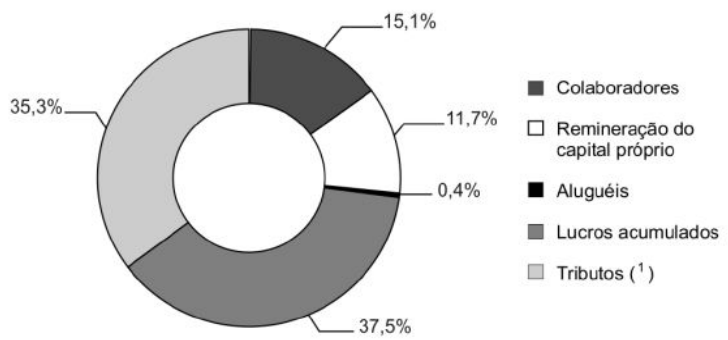
12. Dividendos significa o valor pago ou previsto de remuneração ao acionista nos termos da Política de Dividendos ora vigentes.

13. A Valorização da Carteira de TPF apura o crescimento da carteira de títulos públicos decorrente da valorização dos títulos, isto é, excluídas as variações decorrentes de compras ou vendas de títulos. Finalmente, a Folga Projetada é igual ao montante estimado do Saldo Final subtraído do montante da Carteira Requerida e dos Recursos de Terceiros.

Nos termos da Política Financeira vigente, a Carteira de Tesouraria Mínima Requerida (Carteira Requerida) do BNDES tem o objetivo de assegurar a liquidez necessária para honrar compromissos assumidos e administrar a exposição das aplicações do caixa aos riscos de mercado e crédito[7]. A Carteira Requerida é igual à Reserva de Estabilização de Desembolsos (REDE), somada ao ajuste de Risco de Mercado (ARM), que por sua vez é igual à soma dos seguintes componentes: Ajuste a Valor de Mercado (AVM) da Carteira de Títulos Públicos Federais (TPF); Ajuste de Hedge[8]; e Prêmio de Liquidez[9]. A REDE tem como objetivo evitar variações significativas nos montantes disponíveis para desembolsos[10] ou mesmo interrupções e seu montante mínimo deverá ser igual a três vezes o valor do desembolso médio mensal somado à saída máxima mensal do horizonte de 12 meses subtraído da entrada mínima mensal do horizonte de 12 meses[11]. Por sua vez, os componentes do ARM estão relacionados ao quanto se pode contar para fazer frente às obrigações do Sistema BNDES, seja por potenciais perdas de valor de mercado de ativos, chamadas de margem de derivativos de bolsa ou prêmio de liquidez em um cenário de necessidade de monetização rápida de ativos.

Em complemento à Carteira de Tesouraria, na rubrica Saídas Contingentes são previstos os impactos decorrentes das saídas de recursos extraordinárias esperadas: i. Devolução Adicional ao PIS-Pasep que explicita a expectativa de devolução pelo BNDES do total do saldo de recursos do PIS-Pasep para honrar os compromissos decorrentes da Medida Provisória nº 813/2017, de 26/12/2017; e ii. Compromisso Fundo Brasil-China representa reserva de recursos para atender o objetivo do Governo Federal de viabilizar o referido fundo. O valor é a contrapartida potencial do BNDES ao aporte de USD 20 bilhões por parte de *China Latin America Investment Fund* - CLAIFUND.

5.7. Geração e Distribuição de Valor



(1) Inclui tributos municipais, estaduais e federais.

[4] A seleção atual considera a posição de janeiro e fevereiro de 2017.
[5] Lei Complementar nº 156, de 28/12/2016, disciplinada pela Resolução do Senado Federal nº 10, de 21/06/2017.
[6] http://www.planejamento.gov.br/noticias/mp-que-amplia-saque-do-pis-pasep-para-pessoas-a-partir-de-60-anos-e--publicada

[7] Res. nº 3.107/2017-BNDES, Art. 23.
[8] O Ajuste de Hedge é a reserva prudencial necessária para fazer frente a eventuais chamadas de margem de derivativos cambiais e de juros.
[9] O Prêmio de Liquidez corresponde a 5% do montante da Carteira de Tesouraria (descontado o AVM dos Títulos Públicos Federais) e busca compensar um eventual deságio no preço em caso de necessidade de rápida monetização desses ativos, supondo restrita a opção de monetização por meio de operações compromissadas.
[10] Res. nº 3.107/2017-BNDES, Art. 19.
[11] REDE = N*(D-E+S), onde N é o número de meses de cobertura, D é o desembolso médio mensal, E é a entrada mensal mínima de recursos no horizonte de 12 meses e S é a saída máxima mensal de recursos no horizonte de 12 meses, conforme Res. nº 2.231/2012-BNDES.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

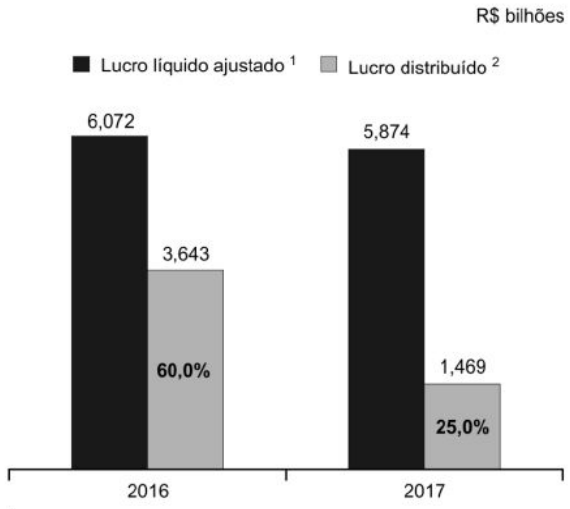
Importante indicador de avaliação do papel social, a demonstração do valor adicionado (DVA) apresenta, segundo uma visão global de desempenho, o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES em 2017 foi de R$ 12,558 bilhões, superior aos R$ 12,040 bilhões gerados e distribuídos em 2016 devido à redução nas despesas com perdas em investimentos e com provisão para risco de crédito.

Do total distribuído pelo BNDES em 2017, 46,8% foram destinados à União, dos quais, 11,7% na forma de remuneração do capital próprio (dividendos obrigatórios sobre o lucro de 2017) e 35,1% na forma de tributos federais.

6. REMUNERAÇÃO AO TESOURO NACIONAL

De acordo com a Política de Dividendos do BNDES aprovada em 2017, o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio ao Tesouro Nacional é limitado a 60% do lucro líquido ajustado, já contemplados os dividendos mínimos obrigatórios de 25%, previstos pela Lei Societária, o que, por consequência, limita o pagamento de dividendos complementares a 35% do lucro. A política determina ainda que o pagamento de dividendos complementares está condicionado a projeções internas que atestem que o pagamento não comprometerá o cumprimento dos limites prudenciais aos quais o Banco está sujeito, o que traz maior segurança ao seu funcionamento.



[1] Lucro líquido deduzido da reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido.
[2] Inclui dividendos e juros sobre capital próprio obrigatórios e complementares.

Durante o exercício de 2017 foram pagos R$ 2,125 bilhões a título de dividendos e juros sobre capital próprio relativos ao lucro de 2016, atingindo, então, o limite de 60% previsto na Política de Dividendos.

Em relação ao lucro de 2017, foram provisionados os juros sobre capital próprio obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido passível de distribuição, no total de R$ 1,469 bilhão.

7. GERENCIAMENTO DE RISCOS

No âmbito das atividades de apoio ao aprimoramento do gerenciamento de riscos do Sistema BNDES em 2017, destacaram-se:

7.1. Gestão Integrada

- Elaboração da Declaração de Apetite ao Risco do Sistema BNDES;
- Elaboração da Política de Monitoramento de Riscos Integrados (PMRI) com a definição dos limites integrados de riscos; e
- Desenvolvimento do Programa de Testes de Estresse individuais e integrados do Sistema BNDES.

7.2. *Compliance*

- Diagnóstico de práticas de conformidade, que irão integrar o Programa de Conformidade;
- Aprovação da norma de apuração interna;
- Implementação de *checklist de compliance* prévio à aprovação de operações de apoio financeiro;
- Aprimoramento do Programa Agentes de Conformidade;
- Implementação de iniciativas para ampliar a disseminação da cultura de *compliance*, com destaque para a produção e divulgação do Guia de Conduta e Integridade;
- Obtenção do nível 1 de governança como resultado da avaliação da SEST sobre a conformidade das estatais à Lei 13.303/16, denominado IG-SEST 2017;
- Desenvolvimento de metodologia de diligência de integridade de clientes;
- Aprimoramento das medidas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT); e
- Fortalecimento da cultura de *compliance*, com destaque para a realização de Seminário de PLD/CFT para bancos de desenvolvimento com a participação de instituições internacionais, produção e divulgação do Guia de PLD/CFT e promoção de treinamento sobre o tema para todos os empregados.

7.3. Processos

- Mapeamento dos macroprocessos da cadeia de valor do BNDES a fim de identificar, de forma inequívoca para cada processo, responsabilidades e inter-relação entre processos, bem como normas, unidades organizacionais, sistemas de apoio, riscos e controles associados. Com previsão de conclusão em fevereiro de 2018, o escopo contempla 24 macroprocessos, sendo 22 concluídos e dois em andamento. Os processos estão armazenados em uma base de dados e disponibilizados para todos os empregados da instituição; e
- Projetos de melhoria em processos da instituição, com foco na eficiência, redução de riscos e simplificação das atividades.

7.4. Segurança da Informação

- Elaboração e aprovação do Plano Estratégico de Segurança da Informação (2017-2018);
- Aprovação e divulgação da nova versão da Política Corporativa de Segurança da Informação;
- Automação de rotinas para tratamento de incidentes, identificação de casos suspeitos e notificação;
- Evolução do sistema piloto para monitoração de eventos de Segurança da Informação;
- Novo processo para revisão de acessos por gestores na mudança de lotação implantado para todo Banco;
- Campanhas de conscientização sobre segurança da informação;
- Avaliação sobre a suscetibilidade a risco de fraude cibernética por *phishing* via e-mail;
- Autoavaliação sobre controles de segurança do programa de proteção da rede SWIFT; e
- Análises de riscos de segurança da informação em processos de negócio.

7.4. Risco Operacional e Controles Internos

- Realização do ciclo de identificação e avaliação dos principais riscos operacionais e controles internos, envolvendo todo o Banco;
- Início da aplicação da metodologia de identificação e avaliação de riscos de fraude em processos específicos;
- Implementação de abordagem para avaliar a aderência do Sistema de Controle Interno aos requisitos do COSO 2013;
- Desenvolvimento de ações para aperfeiçoamento dos critérios da Análise de Impacto nos Negócios, que determina a priorização de processos no âmbito do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios;
- Elaboração de novas estratégias para mitigação de riscos associados à interrupção de processos críticos para continuidade de negócios;
- Divulgação dos processos judiciais para avaliação de possíveis medidas de mitigação por parte das unidades com atividades relacionadas a tais processos;
- Aplicação do piloto do *framework* de apetite a risco operacional e proposição de limites para 2018;
- Avaliação da aplicação da Ficha de Avaliação de Riscos Operacionais (FARO) e proposição de abordagem para identificação dos riscos de fronteira entre o Risco Operacional e o Risco de Crédito;
- Aprimoramento da comunicação sobre riscos operacionais e controles internos: implementação de Informes Trimestrais para colegiados e Informes Semestrais por Área; e
- Desenvolvimento de metodologia para a identificação, avaliação e tratamento do risco reputacional.

7.5. Riscos de Mercado e de Liquidez

- Implantação do Teste de Estresse *Bottom-Up* (TEBU);
- Implantação de limites de giro financeiro para as carteiras *trading* e *banking*;

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

- Criação e aprimoramento de rotinas de validação interna para fins de verificação do cálculo de apreçamento dos instrumentos financeiros;
- Elaboração de estudo de impacto da nova RBAN (Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária);
- Implementação de base de dados única com resultados das métricas de risco;
- Elaboração de metodologia de apreçamento de operações indexadas à TLP;
- Elaboração dos programas de *backtest* e de teste de estresse de risco de mercado;
- Elaboração do manual de metodologias de risco de mercado e liquidez; e
- Revisão dos limites gerenciais de risco de mercado.

7.6. Risco de Crédito

- Desenvolvimento de metodologia para estimação de provisionamento de acordo com cenários macroeconômicos, para uso no Teste de Estresse *Bottom-Up* do BACEN;
- Aprimoramento das metodologias e inclusão de autoavaliação de capital econômico no relatório ICAAP;
- Aprimoramento contínuo da série histórica usada para as estimativas dos parâmetros de risco estatísticos;
- Consolidação de metodologias de estimação de parâmetros de risco, como matrizes de transição de *ratings* e de correlações de ativos;
- Desenvolvimento de metodologias adicional de capital econômico referente a risco de concentração individual;
- Aprimoramento da estimação do custo de recuperação para uso em estimativas de Perdas Dado o Descumprimento (LGDs);
- Estabelecimento de metodologia para acompanhamento das maiores exposições da carteira, visando antecipar possíveis problemas de risco de concentração;
- Aprimoramentos realizados na geração de informações para o Sistema de Informações de Crédito (SCR) do BACEN; e
- Implementação e monitoramento de limites por Unidade Operacional definidos no âmbito da estrutura de apetite a risco da Instituição, sob a ótica do capital regulatório e aprimoramento da metodologia.

7.6. Gestão de Riscos em Números

Em 31/12/17, o BNDES apresentou valores confortáveis para os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil: o Índice de Basileia ficou em 27,51%, enquanto os Índices de Capital Principal e de Capital de Nível I, em 18,34%, acima dos valores mínimos exigidos pelo regulador.

R$ milhões, exceto percentuais

Recursos próprios e Basileia	Basileia III				
	2013	2014	2015	2016	2017
Patrimônio de Referência - PR	**108.669**	**97.851**	**94.997**	**135.620**	**146.368**
= Capital Nível I (NI)	72.446	65.234	63.331	90.413	97.579
(+) Capital Principal (CP)	60.418	65.234	63.331	90.413	97.579
(+) Capital Complementar (CC)	12.028	–	–	–	–
(+) Capital Nível II	36.223	32.617	31.666	45.207	48.789
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)*	**580.237**	**615.706**	**644.332**	**624.850**	**532.011**
= Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	545.944	575.861	601.621	534.199	478.161
(+) Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	23.257	28.055	16.981	58.312	18.465
(+) Risco Operacional (RWA_{OPAD})	11.036	11.790	25.730	32.339	35.385
Risco de Juros da Carteira Bancária (R_{ban})	2.278	2.383	3.568	3.450	4.141
Índice de Basileia / Índice de PR (PR/RWA)	**18,73%**	**15,89%**	**14,74%**	**21,70%**	**27,51%**
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	**10,41%**	**10,59%**	**9,83%**	**14,47%**	**18,34%**
Índice de Capital Nível I (NI/RWA)	**12,49%**	**10,59%**	**9,83%**	**14,47%**	**18,34%**

O aumento do Índice de Basileia é explicado pela queda dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) de R$ 92.839 milhões (14,9%) e pelo aumento do Patrimônio de Referência (PR) de R$ 10.748 milhões (7,9%), quando comparado a dezembro de 2016.

Informações adicionais são divulgadas no Relatório de Gestão de Riscos, disponível na página de Relações com Investidores do BNDES.

8. GESTÃO DA ÉTICA

A gestão da ética no BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e por sua Secretaria-Executiva (SECET/BNDES).

O Código de Ética do Sistema BNDES e o Regimento Interno da CET/BNDES, além de outros normativos internos e externos, orientam a gestão da ética por meio de ações de natureza educativa e preventiva, da atualização e aperfeiçoamento de normas e da apuração e aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

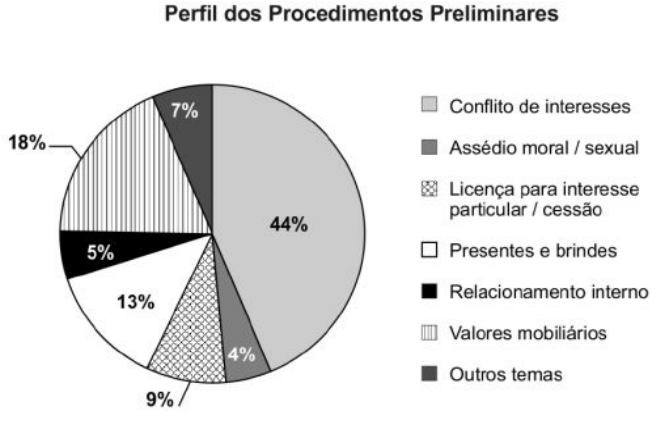
Dentre as atividades conduzidas pela Comissão de Ética em 2017, destacamos o início dos trabalhos na coordenação do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, cujo mandato 2017-2019 foi assumido conjuntamente pelo BNDES e pela BR Distribuidora. A assunção de tal posição de relevo no Sistema da Gestão da Ética do Poder Executivo Federal fez parte do planejamento estratégico da CET/BNDES para que os temas que são relevantes e fazem parte da realidade da Instituição fossem inseridos na agenda das discussões perante a Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), fortalecendo a gestão da ética no BNDES e a segurança na atuação da CET/BNDES.

Merece destaque, ainda, a colaboração da CET/BNDES para a elaboração do Guia de Conduta e Integridade do BNDES, lançado pela unidade de *compliance* no 2º semestre de 2017, consolidando as principais regras e diretrizes a serem consideradas para uma tomada de decisão alinhada com os preceitos éticos que regem o BNDES.

A CET/BNDES se empenhou em 2017 em aprimorar as ações educativas, valendo observar que tais atividades preventivas ganham cada vez mais destaque, pois uma de suas missões primordiais consiste justamente em prevenir a ocorrência de desvios éticos. São apontados, a seguir, alguns exemplos de iniciativas realizadas em 2017: (i) divulgação de campanhas de comunicação contínuas sobre diversos temas; (ii) realização de cursos; e (iii) organização de debates, painéis e palestras.

Em 2017, a CET/BNDES procedeu à abertura de 93 Procedimentos Preliminares, assim distribuídos:

Perfil dos Procedimentos Preliminares



9. OUVIDORIA

A Ouvidoria proporciona ao público do BNDES, e à sociedade em geral, um canal de comunicação ativo junto à Administração do Banco. Visando auxiliar a melhoria das práticas da Instituição, a Ouvidoria analisa de forma quantitativa e qualitativa as manifestações que acolhe, provendo a mediação entre as partes e com vistas a sugerir medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos, rotinas, normas e da atuação das empresas do Sistema BNDES.

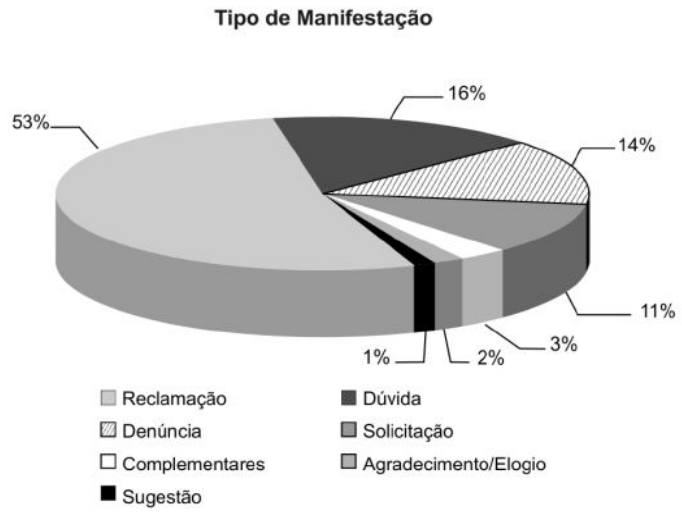
Em 2017, a Ouvidoria recebeu e deu tratamento, em estreita colaboração com as diversas áreas do Banco, a 1.440 manifestações, um aumento de 4,7% em relação a 2016.

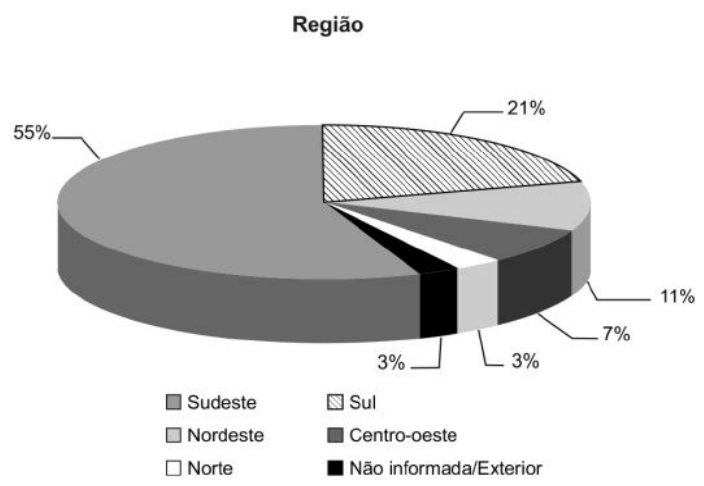
(continua)

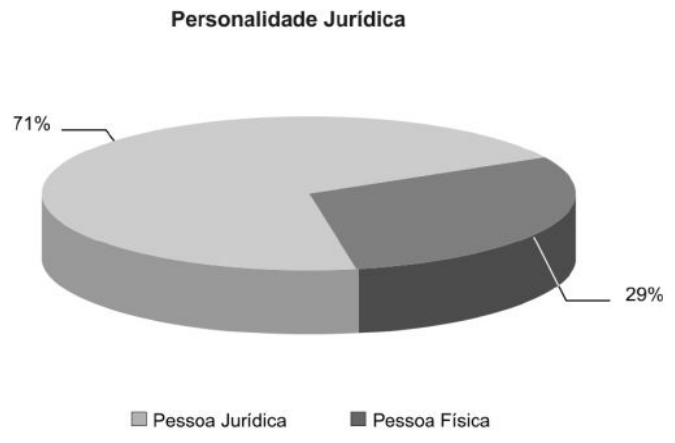
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)







10. BNDES TRANSPARENTE

Na manutenção do seu firme compromisso com a transparência de sua atuação, o BNDES busca estreitar seu relacionamento com seus diversos públicos através das seguintes iniciativas:

10.1. Canais de Atendimento

Central de Atendimento

Atendimento ao público externo quanto aos assuntos relacionados aos produtos, serviços e demais questões sobre as atividades do Sistema BNDES pelos canais: 0800 702-6337, correspondência e formulário eletrônico disponível em www.bndes.gov.br\faleconosco.

Em 2017 foram realizados cerca de 324.400 atendimentos, sendo 87% por meio telefônico. Em pesquisa de satisfação realizada pós-atendimento, 95% dos respondentes consideraram o atendimento EXCELENTE ou BOM. Esses números evidenciam a preferência do público externo pelo meio telefônico e sua satisfação com o serviço prestado.

A Central também realizou cerca de 15.000 contatos ativos, apoiando processos de credenciamento, ativação de produtos e captura de pedidos no Cartão BNDES. Os contatos ativos também são utilizados para campanhas de fomento, como a realizada para novos fornecedores da indústria têxtil para o Cartão BNDES e no apoio a pesquisas de clientes, com destaque à pesquisa realizada para o Planejamento Estratégico do BNDES.

Atendimento Presencial

Canal de diálogo direto com clientes e público em geral, que presta orientação empresarial nos escritórios de Belém, Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2017 foram realizados 916 atendimentos presenciais.

Desse total, 38% dos atendimentos foram realizados no escritório do Rio de Janeiro, com a maioria do público identificado como micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais e pessoas físicas. Dentre as linhas de financiamento recomendadas, destacam-se o Cartão BNDES, o BNDES Giro e o BNDES Microcrédito, além do BNDES Automático e do BNDES Finame. Em pesquisa de satisfação realizada no pós-atendimento, 98% dos respondentes consideraram o atendimento presencial um importante canal no esclarecimento de dúvidas. O serviço prestado pela equipe responsável pelo atendimento também foi bem avaliado na pesquisa, com um índice de satisfação acima de 99%.

Ainda em 2017, o BNDES participou com estande próprio em 16 feiras de negócios, prestando 4.842 atendimentos ao público visitante. Destaque para a Feira do Empreendedor realizada na cidade de São Paulo, que atraiu 2.704 visitantes para as palestras realizadas pela equipe técnica do Banco.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Responsável pelo tratamento dos pedidos recebidos no âmbito da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), o SIC (www.bndes.gov.br/sic) oferece atendimento presencial, no escritório do Rio de Janeiro (Avenida República do Chile, 100, Centro), telefone (0800-887-6000), por correspondência, via e-mail (sic@bndes.gov.br) ou através do Sistema e-SIC, da Controladoria Geral da União (CGU) no website www.acessoainformacao.gov.br/sistema/.

Em 2017, o SIC do BNDES recebeu 673 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais. Desses pedidos, apenas 3,7% foram reapresentados como recursos em 1ª instância.

Sitio de Relações com Investidores

O BNDES disponibiliza ao público interessado o site http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/, onde são divulgadas informações financeiras, gerenciais, de risco, *rating*, entre outras, do Sistema BNDES, e o e-mail ri@bndes.gov.br para encaminhamento de dúvidas/sugestões sobre esses temas.

Também mantém um cadastro dos interessados em receber, por e-mail, informações financeiras do Sistema BNDES como demonstrações financeiras, informes econômico-financeiros, apresentações institucionais, entre outras. Ao final de 2017, o cadastro contava com 1.140 inscritos.

10.2. Palestras Institucionais

O BNDES recebe a visita de delegações e de grupos de estudantes de instituições de ensino, nacionais e estrangeiras, para a realização de palestras sobre a economia brasileira e sobre atuação do BNDES, o que evidencia a relevância do Banco como um dos principais atores no desenvolvimento nacional. Em 2017 foram realizadas 21 apresentações institucionais para um público de 445 visitantes.

10.2. Palestras "O BNDES Mais Perto de Você"

Realização de eventos em parceria com postos de informações e também com outras instituições, cujo objetivo é a divulgação das formas de financiamento do BNDES oferecidas ao segmento de micro, pequenas e médias empresas. O projeto teve início em 2005 e, desde então, mais de 34 mil pessoas já assistiram às palestras realizadas em dezenas de cidades de todas as regiões do País.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Em 2017 foram realizadas 17 palestras, distribuídas em nove Estados, atingindo um público de 2.116 presentes. Uma pesquisa voluntária de avaliação da palestra questionou a probabilidade de recomendação da palestra para outra pessoa e o resultado, numa escala de 0 a 10, alcançou a média de 8,82, com 64% das notas médias concentradas nas gradações 9 e 10, que pode ser considerado um público essencialmente promotor do evento e comprovado o êxito da iniciativa.

10.3. Sítio do BNDES e Presença nas Redes Sociais

Em 2017, o portal teve 5 milhões de visualizações de páginas contra 4,3 milhões no ano anterior, com um tempo médio de permanência 15% maior e uma taxa de rejeição 28% menor (31,9% de rejeição). Após o lançamento do novo site no final de 2016, vem sendo realizado um esforço contínuo de melhorias em conteúdo, forma e arquitetura da informação, de forma a aumentar a atração e retenção de usuários.

Boa parte do fluxo adicional de usuários em 2017 adveio de campanha publicitária institucional realizada no 4º trimestre: a *landing page* da campanha teve quase 1,1 milhão de visitas.

Em junho, o site passou a abrigar o Canal do Desenvolvedor MPME (www.bndes.gov.br/canalmpme), plataforma online voltada a MPMEs, por meio da qual podem identificar as linhas de crédito mais adequadas ao seu empreendimento, simular financiamentos, apontar os agentes financeiros intermediários de sua preferência e encaminhar online manifestação de interesse de crédito.

Ampliamos nossa presença digital com o início da atuação no *LinkedIn*, em junho, que chegou a mais de 20 mil seguidores até o fim de 2017. Sem perder de vista as demais redes sociais, continuamos trabalhando para aumentar a nossa audiência na web. Na *fan page* no *Facebook*, foram 70 mil curtidas, um aumento de 30% em relação ao ano anterior. A base de seguidores cresceu 33%, de 53 mil para 71 mil - com impulso da campanha publicitária institucional ocorrida em dezembro.

No *Twitter*, o número de seguidores deu um salto de 116 mil para 124 mil, um crescimento de 6,9%. Já no *YouTube*, alcançamos mais pessoas, com alta de 60% no número de inscritos no nosso canal e de 74% nos compartilhamentos de vídeos em comparação com 2016.

Investimos ainda mais em conteúdo audiovisual para engajar nosso público. Demos continuidade às transmissões ao vivo e divulgamos diferentes vídeos, desde entrevistas com nossos funcionários até peças publicitárias sobre a importância da nossa atuação para o desenvolvimento de projetos que transformam a vida dos brasileiros.

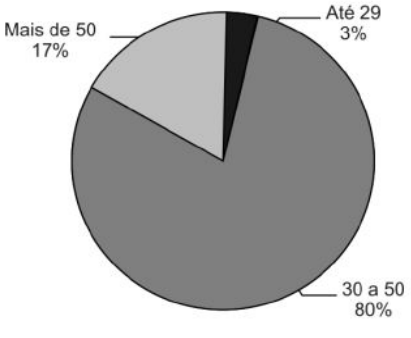
Também estabelecemos parcerias com outras entidades para produção e disseminação de conteúdo. Participamos, por exemplo, de conversas com perfis da administração pública em ações de comunicação do governo federal. Mas o maior destaque foi um vídeo feito em parceria com a Cresol, sistema de cooperativas de crédito rural e agente financeiro credenciado, sobre a plataforma BNDES On-line e seu impacto na concessão de crédito para produtores rurais na região sul. O vídeo foi publicado em agosto no *Facebook* e obteve a maior audiência do ano, com 14 mil visualizações.

11. GESTÃO DE PESSOAS

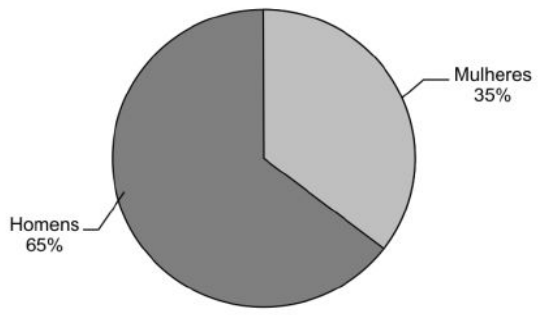
O BNDES encerrou o ano de 2017 com 2.693[12] empregados(as) e, devido às suas políticas de benefícios e de desenvolvimento de pessoal, continuou apresentando baixas taxas de rotatividade. Somente 3% dos(as) empregados(as) se desligaram no ano.

11.1. Perfil do Corpo Funcional

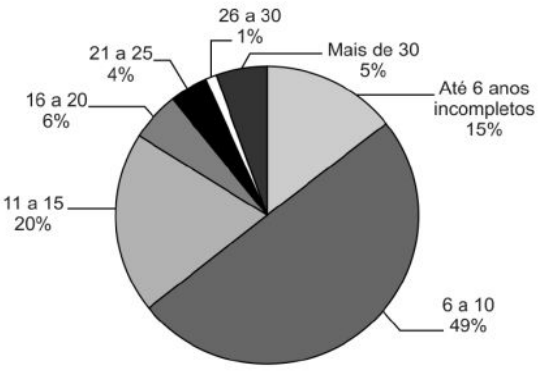
Faixa etária (Em anos)



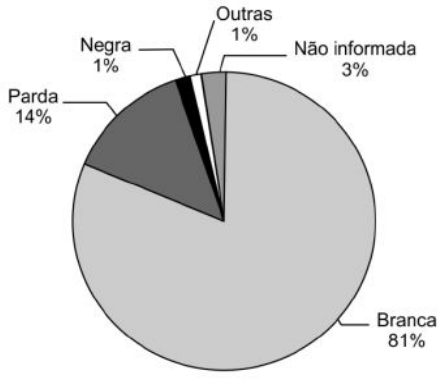
Gênero



Tempo de serviço (Em anos)



Raça



11.2. Aprendizado e Conhecimento

Em 2017, o BNDES deu continuidade às ações de desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados. Nesse período, tendo em vista a necessidade de promover o desenvolvimento de competências para atender as demandas da organização, o Banco investiu aproximadamente R$ 11,3 milhões em treinamentos, programas de certificação e de idiomas, além de cursos de pós-graduação, totalizando 149.497 horas de treinamento, média de 54,7 horas de treinamento por empregado, com destaque para 57 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação.

No âmbito dos treinamentos internos customizados, foram ofertadas 129 turmas presenciais referentes a 43 cursos diferentes. Ao todo, foram computadas nesse segmento 23.350 horas de treinamento, com 2.259 inscrições e uma média de 10,3 horas de treinamento por empregado. Destaca-se a ampliação dos treinamentos com instrutores internos e a oferta de novos cursos com metodologias alternativas de aprendizagem, como o curso Formação de Instrutores no Método do Caso e o curso Práticas de Gestão, ambos baseados em discussão de casos de Harvard.

[12] Não foram computados(as) empregados(as) afastados(as), transitórios(as), cedidos(as) e mandatários(as).

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) concluiu sua oitava turma, totalizando a participação de 276 gerentes. O curso, com duração de 100 horas, ofereceu uma abordagem prática, incluindo temas como cultura organizacional, sustentabilidade, gestão pública, ética, estratégia e gestão de pessoas.

Nesse período, o BNDES também deu início ao seu programa interno de ensino a distância, produzindo em caráter piloto seis cursos e 13 tutoriais em vídeo-aulas, todos com instrutores internos. Esse material foi hospedado numa plataforma de aprendizagem e disponibilizado para o corpo funcional a partir setembro de 2017. Até o final do ano foram computadas 3.401 participações nos treinamentos online ofertados.

11.3. Programa de Estágio e Programa Jovem Aprendiz

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior de variadas formações. A seleção dos estagiários é realizada por um agente de integração, parceiro na administração do Programa, que conta atualmente com 364 estagiários, que cumprem jornada de 4 horas diárias. O Programa oferece, além da bolsa-auxílio, auxílio-transporte, auxílio-refeição e assistência à saúde (médica e odontológica).

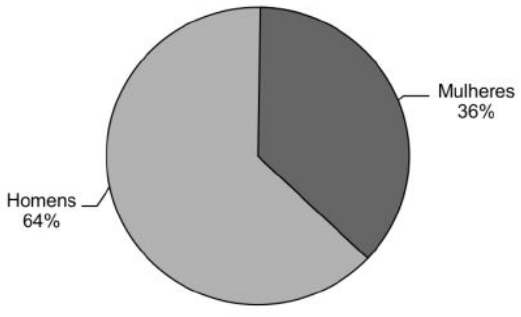
Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. Os aprendizes devem ser maiores de 14 e menores de 18 anos e estar matriculados, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental.

Atualmente o Programa conta com 20 jovens aprendizes, distribuídos em diversos postos de trabalho, tais como Setor de Cópias, Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, dentre outros.

11.4. Valorização da Diversidade

O BNDES tem compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação em seu ambiente de trabalho e nas instituições de sua cadeia de relacionamento.

Tal compromisso encontra-se em sua Missão, em sua Declaração de Valores, em seu Código de Ética e em sua Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade. Ser reconhecido como uma empresa inclusiva, capaz de compreender e atender às necessidades da sociedade constitui uma das principais diretrizes dessa Política.



A distribuição das funções gratificadas entre os empregados do Sistema BNDES está em linha com o perfil de gênero de seu quadro de colaboradores, evidenciando tratamento equânime na distribuição dessas funções.

Como ações específicas desenvolvidas ao longo de 2017, destacam-se:

- Promoção de campanha de conscientização sobre equidade de gênero durante o mês de março em menção ao Dia Internacional da Mulher incluindo divulgação de material informativo e de um quiz sobre direitos das mulheres nos canais institucionais internos (intranet e TV dos elevadores), exibição de vídeo da ONU Mulheres nos eventos realizados no Auditório Arino Ramos e programação do Espaço Cultural BNDES prestigiando artistas mulheres;
- Divulgação do "*Guia de Orientações para uma Gestão Pautada em Equidade de Gênero - Foco no retorno da Licença Maternidade*" direcionado a gestores (as) de empregadas em retorno de licença maternidade;
- Realização de reuniões com gestores (as) de empregadas em retorno de licença maternidade para sensibilizá-los (as) sobre ações a serem implementadas no âmbito da gestão em prol da construção de um ambiente corporativo pautado na equidade de gênero;
- Realização do primeiro Grupo de Gestantes do BNDES oferecendo oportunidade para troca de experiências, para reflexões a respeito de questões de trabalho relacionadas à maternidade e ainda buscando facilitar o planejamento pelas gestantes de seu retorno ao trabalho pós-licença;
- Elaboração de cartilha informativa sobre direitos e benefícios garantidos às gestantes do BNDES;
- Aquisição de livros com temáticas de equidade de gênero e raça e de valorização da diversidade, compondo setor específico em seu acervo;
- Adoção de linguagem inclusiva de gênero nos modelos de formulários de Recursos Humanos bem como na divulgação de processos de seleção interna.
- Distribuição aos(às) colaboradores(as) do CEDSERJ da cartilha informativa "Gênero e raça: questões para pensar" orientando sobre como cada um pode contribuir para a eliminação de desigualdades entre mulheres e homens e para a erradicação da discriminação racial.
- Realização de palestra de sensibilização, na semana do Dia da Consciência Negra, sobre o valor da diversidade racial e o combate ao preconceito e à discriminação, entre outros.
- Programação do Espaço Cultural BNDES prestigiando artistas negros(as) no mês do Dia da Consciência Negra.
- Campanha de sensibilização com depoimentos de empregados(as) com deficiência destacando as atitudes e comportamentos que podem contribuir para o aprimoramento contínuo do ambiente inclusivo no BNDES.
- Implantação de um Projeto Piloto de Teletrabalho Parcial, que permitirá adesões por 1 (um) ano, voltado para empregados(as) em retorno de licença maternidade e paternidade possibilitando-os(as) trabalharem à distância por 2 (dois) meses, 2 (duas) vezes na semana.

12. *RATING*

Agência de Rating	Emissão de longo prazo em moeda estrangeira		Emissão de longo prazo em moeda local	
	Rating escala global	Perspectiva	*Rating* escala global	Perspectiva
Moody's	Ba2	Negativa	Ba2	Negativa
S&P	BB-	Estável	BB-	Estável

13. CIRCULAR BACEN 3.068/2001

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados como "Mantidos até o Vencimento" em 31/12/17, no montante de R$ 8,878 bilhões, o equivalente a 5,6% da carteira líquida de títulos e valores mobiliários.

14. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

(continua)

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		**232.714.601**	**188.695.385**	**267.690.850**	**232.602.908**
DISPONIBILIDADES		**447**	**2.777**	**490**	**22.436**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	**4**	**108.937.125**	**51.300.856**	**112.548.040**	**54.748.832**
Aplicações em moedas estrangeiras	4.1	396.026	11.414.864	623.610	11.882.566
Aplicações em operações compromissadas	4.1	108.541.099	39.885.992	111.924.430	42.866.266
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**6**	**50.010.091**	**54.839.860**	**47.717.592**	**56.404.627**
Cotas de fundos de investimento	6.1 e 6.3	3.545.571	3.193.043	–	–
Títulos públicos	6.1	44.232.446	51.123.791	44.263.081	51.143.062
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	1.261.114	5	1.392.029	173.548
Ações	6.1 e 7.1	–	–	174.489	2.057.240
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.5.1	731.468	501.615	1.340.203	3.006.815
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.5.2	41.358	16.365	159.364	18.933
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.5.2	(414)	(164)	(596)	(176)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.6	198.548	5.205	198.548	5.205
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.6	–	–	190.474	–
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**5**	**25.441.649**	**24.271.217**	**56.049.214**	**59.223.241**
Créditos vinculados		–	49	–	49
Repasses interfinanceiros	5	25.511.903	24.322.625	56.270.865	59.432.632
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(70.254)	(51.457)	(221.651)	(209.440)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**5**	**43.895.884**	**54.005.368**	**45.527.854**	**55.970.341**
Operações de crédito	5	45.600.312	55.916.019	47.249.779	57.901.649
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(1.704.428)	(1.910.651)	(1.721.925)	(1.931.308)
OUTROS CRÉDITOS		**3.110.880**	**2.701.752**	**4.528.135**	**4.658.876**
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	–	–	26.952	358.223
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	–	–	(7.717)	(66.960)
Direitos recebíveis	5.9	1.660	1.439	36.428	2.933
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9	(43)	(41)	(34.810)	(576)
Créditos tributários	15.2	1.992.540	1.408.406	2.978.072	2.513.159
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	15.3	4.718	4.829	243.375	653.571
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		576.481	751.657	275.229	161.700
Devedores por depósito em garantia		103.907	97.019	115.453	117.821
Pagamentos a ressarcir		125.321	140.319	38.983	21.119
Diversos		306.296	298.124	856.170	897.886
OUTROS VALORES E BENS	**9**	**1.318.525**	**1.573.555**	**1.319.525**	**1.574.555**
Outros valores e bens		1.315.970	1.571.124	1.315.972	1.571.126
Despesas antecipadas		2.555	2.431	3.553	3.429
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**628.741.445**	**678.875.888**	**599.826.210**	**643.533.675**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**534.625.210**	**592.149.955**	**586.308.108**	**630.788.033**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**6**	**48.216.254**	**47.435.845**	**106.686.628**	**102.745.062**
Ações	6.1 e 7.1	17.050.642	17.272.294	66.602.299	62.278.303
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.5.1	3.684.781	3.744.315	6.318.941	6.816.978
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.5.2	2.593.899	3.115.048	7.457.091	8.357.314
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.5.2	(15.029)	(16.853)	(1.164.714)	(226.228)
Títulos públicos	6.1	24.581.924	23.016.187	24.581.924	23.016.187
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	320.037	290.915	320.037	290.915
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.6	–	13.939	–	13.939
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.6	–	–	919.713	751.350
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	6.4	–	–	1.651.337	1.446.304
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**5**	**215.503.919**	**249.738.824**	**183.734.827**	**206.179.058**
Repasses interfinanceiros	5	216.096.593	250.268.292	184.656.111	207.065.147
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(592.674)	(529.468)	(921.284)	(886.089)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**5**	**250.667.645**	**276.947.703**	**262.725.185**	**289.544.368**
Operações de crédito	5	260.400.791	286.745.808	272.587.602	299.466.693
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(9.733.146)	(9.798.105)	(9.862.417)	(9.922.325)
OUTROS CRÉDITOS		**20.237.392**	**18.027.583**	**33.161.468**	**32.319.545**
Créditos tributários	15.2	9.132.701	7.374.822	17.867.975	16.307.565
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	–	–	1.078.635	977.642
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	–	–	(308.841)	(187.485)
Direitos recebíveis	5.9	12.023	11.414	48.898	176.126
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9	(327)	(345)	(37.203)	(166.015)
Créditos perante o Tesouro Nacional	19.2.1	1.538.401	1.877.938	4.027.194	5.560.062
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	8.1	9.371.002	8.579.958	9.371.002	8.579.958
Incentivos fiscais		176.183	178.683	408.494	416.316
Devedores por depósitos em garantia		–	–	697.030	649.647
Diversos		7.409	5.113	8.284	5.729
INVESTIMENTOS	**7**	**93.984.053**	**86.588.875**	**13.385.920**	**12.607.414**
Participações em controladas e coligadas	7.2	93.841.907	86.446.729	13.243.774	12.465.268
Participações em outras empresas	7.3	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	7.4	42.146	42.146	42.146	42.146
IMOBILIZADO DE USO		**108.783**	**110.052**	**108.783**	**111.222**
INTANGÍVEL		**23.399**	**27.006**	**23.399**	**27.006**
TOTAL DO ATIVO		**861.456.046**	**867.571.273**	**867.517.060**	**876.136.583**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE		**44.548.206**	**52.340.427**	**35.615.157**	**47.285.566**
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		**1.466.165**	**1.590.027**	**1.466.165**	**1.590.027**
Depósitos especiais - FAT	11.2	1.465.714	1.589.702	1.465.714	1.589.702
Diversos		451	325	451	325
CAPTAÇÕES NO MERCADO		**16.834.041**	**8.964.283**	**5.296.589**	**–**
Obrigações por operações compromissadas	12	16.834.041	8.964.283	5.296.589	–
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		**279**	**3.215**	**279**	**3.215**
Recursos em trânsito de terceiros		279	3.215	279	3.215
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO	**14**	**2.226.665**	**5.974.716**	**2.288.396**	**6.852.755**
Debêntures	14.1	548.793	555.152	610.524	1.433.191
Letras de Crédito do Agronegócio	14.2	1.677.872	5.419.564	1.677.872	5.419.564
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	**10**	**9.691.308**	**9.520.240**	**9.691.308**	**9.520.240**
Empréstimos no país	10.1	421.288	423.619	421.288	423.619
Empréstimos no exterior	10.1	3.596.854	4.180.488	3.596.854	4.180.488
Empréstimos sindicalizados e outros		–	1.309.698	–	1.309.698
Bônus		3.596.854	2.870.790	3.596.854	2.870.790
Repasses no país		3.286.863	2.775.422	3.286.863	2.775.422
Tesouro Nacional	10.1 e 20.2	1.457.256	1.519.084	1.457.256	1.519.084
Fundo da Marinha Mercante	10.1	1.829.454	1.255.528	1.829.454	1.255.528
Outros		153	810	153	810
Repasses no exterior - Instituições multilaterais	10.1	2.386.303	2.140.711	2.386.303	2.140.711
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**14.329.748**	**20.499.070**	**16.872.420**	**23.530.453**
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13	8.599.466	10.715.840	8.632.866	10.746.119
Fundo PIS/PASEP	13.1	1.735.548	4.391.980	1.735.548	4.391.980
Outros		6.863.918	6.323.860	6.897.318	6.354.139
Impostos e contribuições sobre o lucro	16.1	1.919.001	5.142.724	2.880.631	6.084.874
Outros impostos e contribuições		156.120	206.103	222.625	246.705
Provisões trabalhistas e cíveis	16	–	435	–	434
Passivo atuarial - FAPES	17	72.734	50.320	95.588	67.112
Vinculadas ao Tesouro Nacional	19.2	72	–	2.683	890
Impostos e contribuições diferidos	15.2	117.031	553.962	1.397.959	996.303
Passivo atuarial - FAMS	17	35.551	39.507	57.132	57.242
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.6	284.459	897.790	284.459	897.790
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.6	–	–	54.511	1.466.277
Obrigações por depósitos a apropriar	13.2	186.175	68.829	237.224	99.766
Diversas		1.490.576	1.305.541	1.535.168	1.348.922
DÍVIDAS SUBORDINADAS		**–**	**5.788.876**	**–**	**5.788.876**
FAT constitucional	11.1	–	5.788.876	–	5.788.876
Outras dívidas subordinadas		–	5.788.876	–	5.788.876
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**754.071.535**	**760.054.803**	**769.065.598**	**773.674.974**
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		**9.982.281**	**11.492.155**	**9.982.281**	**11.492.155**
Depósitos especiais - FAT	11.2	9.982.281	11.492.155	9.982.281	11.492.155
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO	**14**	**3.186.159**	**5.202.386**	**5.015.802**	**6.999.151**
Debêntures	14.1	2.586.250	3.110.840	4.415.893	4.907.605
Letras de Crédito do Agronegócio	14.2	599.909	2.091.546	599.909	2.091.546
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	**10**	**434.249.348**	**457.718.118**	**434.249.348**	**457.718.118**
Empréstimos no país	10.1	3.651.651	4.045.613	3.651.651	4.045.613
Empréstimos no exterior	10.1	16.372.142	15.790.077	16.372.142	15.790.077
Bônus		16.372.142	15.790.077	16.372.142	15.790.077
Repasses no país		396.723.886	420.381.596	396.723.886	420.381.596
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2	378.419.990	401.993.642	378.419.990	401.993.642
Fundo da Marinha Mercante	10.1	18.302.893	18.386.794	18.302.893	18.386.794
Outros		1.003	1.160	1.003	1.160
Repasses no exterior - Instituições multilaterais	10.1	17.501.669	17.500.832	17.501.669	17.500.832
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**31.741.096**	**35.530.496**	**44.905.516**	**47.353.902**
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13	26.120.827	30.755.929	26.120.827	30.755.929
Fundo PIS/PASEP	13.1	25.963.459	30.576.995	25.963.459	30.576.995
Outros		157.368	178.934	157.368	178.934
Passivo atuarial - FAPES	17	2.390.855	2.417.687	2.941.497	2.926.493
Provisões trabalhistas e cíveis	16	51.805	57.274	1.348.453	1.269.616
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.6	395.340	708.683	395.340	708.683
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.6	–	–	68.751	129.518
Passivo atuarial - FAMS	17	2.099.940	1.589.266	2.581.625	1.994.268
Impostos e contribuições diferidos	15.2	680.277	–	11.446.971	9.562.085
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		–	–	–	5.653
Diversas		2.052	1.657	2.052	1.657
DÍVIDAS SUBORDINADAS		**238.802.053**	**213.861.226**	**238.802.053**	**213.861.226**
FAT Constitucional	11.1	238.802.053	213.861.226	238.802.053	213.861.226
Outras dívidas subordinadas		189.423.219	168.209.390	190.012.591	168.654.591
Elegível a capital		49.378.834	45.651.836	48.789.462	45.206.635
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL	**19.2.3**	**36.110.598**	**36.250.422**	**36.110.598**	**36.250.422**
Secretaria do Tesouro Nacional		36.110.598	36.250.422	36.110.598	36.250.422
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**18**	**62.836.305**	**55.176.043**	**62.836.305**	**55.176.043**
Capital social		42.349.381	36.340.506	42.349.381	36.340.506
Reservas de lucros		8.201.869	11.621.111	8.201.869	11.621.111
Reserva legal		3.478.567	3.169.396	3.478.567	3.169.396
Reserva de incentivos fiscais		201.355	201.355	201.355	201.355
Reserva para futuro aumento de capital		2.349.700	3.018.705	2.349.700	3.018.705
Reserva para margem operacional		–	5.231.655	–	5.231.655
Reserva de equalização de dividendos		2.172.247	–	2.172.247	–
Ajustes de avaliação patrimonial		12.285.055	7.214.426	12.285.055	7.214.426
De ativos próprios		12.587.528	7.470.520	12.587.528	7.470.520
De ativos de coligadas e controladas		(302.473)	(256.094)	(302.473)	(256.094)
TOTAL DO PASSIVO		**861.456.046**	**867.571.273**	**867.517.060**	**876.136.583**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

		BNDES			CONSOLIDADO		
	Nota Explicativa	2º semestre de 2017	2017	2016	2º semestre de 2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**29.239.159**	**61.416.971**	**60.225.223**	**31.239.667**	**65.569.020**	**65.274.937**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros							
. Moeda nacional		18.827.176	38.799.998	44.251.279	18.058.159	36.785.949	39.996.075
. Moeda estrangeira		750.516	2.604.950	(13.234.019)	906.171	2.934.626	(12.947.945)
Resultado com títulos e valores mobiliários		7.928.215	16.364.087	24.663.075	8.356.283	17.295.852	26.390.307
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		1.309.813	2.781.009	3.536.948	3.495.615	7.685.666	10.828.560
Rendas com administração de fundos e programas		423.439	866.927	1.007.940	423.439	866.927	1.007.940
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(25.469.838)**	**(55.968.569)**	**(47.399.052)**	**(26.540.604)**	**(57.301.672)**	**(48.584.784)**
Captação no mercado - financiamentos e repasses							
. Moeda nacional		(22.450.135)	(45.275.092)	(53.850.752)	(22.646.873)	(45.692.209)	(54.367.200)
. Moeda estrangeira		(850.334)	(3.476.260)	12.457.729	(850.334)	(3.476.471)	12.316.844
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.6.3	(1.102.626)	(1.235.320)	2.973.480	(1.102.626)	(1.235.320)	3.012.972
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(2.321)	(4.095)	(4.542)	(5.599)	(9.076)	(5.507)
Resultado de provisão para risco de crédito	5.9	(1.061.914)	(5.788.712)	(8.581.846)	(1.932.503)	(6.701.911)	(9.156.177)
Reversão (constituição) de provisão		(1.237.114)	(6.203.843)	(8.838.445)	(2.110.584)	(7.174.951)	(9.486.182)
Recuperação de créditos baixados		175.200	415.131	256.599	178.081	473.040	330.005
Resultado da carteira de câmbio		(2.508)	(189.090)	(393.121)	(2.669)	(186.685)	(385.716)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**5.10**	**3.769.321**	**5.448.402**	**12.826.171**	**4.699.063**	**8.267.348**	**16.690.153**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**1.288.040**	**1.678.153**	**(3.516.181)**	**1.877.307**	**1.457.859**	**(7.690.081)**
Resultado com equivalência patrimonial	7	2.541.080	4.330.320	213.057	220.204	290.081	857.741
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		410.415	675.269	736.964	434.849	689.542	773.024
Amortização de ágios		–	–	–	(71.413)	(75.016)	(49.677)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	7	–	–	(798.714)	(250.740)	(628.201)	(5.316.683)
Receita de dividendos	7	–	1.235	–	108.436	244.332	400.266
Receita de juros sobre o capital próprio	7	–	29.836	–	240.897	681.756	161.716
Resultado com alienações de títulos de renda variável	7	41.390	41.390	–	2.946.174	3.675.173	896.444
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.6.2	–	–	–	363.381	331.124	(458.650)
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		–	–	–	133.802	283.537	(146.915)
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		–	–	–	21.537	327.225	225.153
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	16	(1.738)	13.878	(37.588)	(42.638)	(82.159)	(154.180)
Despesas tributárias		(268.121)	(578.987)	(958.544)	(521.658)	(983.764)	(1.264.295)
Despesas com pessoal		(714.970)	(1.439.143)	(1.181.833)	(905.054)	(1.792.351)	(1.695.360)
Despesas administrativas		(181.875)	(354.428)	(382.896)	(223.991)	(439.335)	(525.088)
Outras receitas operacionais		5.663	21.665	42.901	29.527	110.998	123.520
Outras despesas operacionais		(543.804)	(1.062.882)	(1.149.528)	(606.006)	(1.175.083)	(1.517.097)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**5.057.361**	**7.126.555**	**9.309.990**	**6.576.370**	**9.725.207**	**9.000.072**
Imposto de renda	15	(722.935)	(1.681.416)	(3.799.463)	(1.735.187)	(3.151.777)	(4.810.479)
Contribuição social	15	(630.727)	(1.432.384)	(3.184.671)	(1.101.295)	(2.166.522)	(3.805.138)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	15	1.400.357	2.436.226	4.227.697	1.434.760	2.112.665	6.241.834
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		**5.104.056**	**6.448.981**	**6.553.553**	**5.174.648**	**6.519.573**	**6.626.289**
Participação nos resultados		(265.559)	(265.559)	(161.895)	(336.151)	(336.151)	(234.631)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		**4.838.497**	**6.183.422**	**6.391.658**	**4.838.497**	**6.183.422**	**6.391.658**
Quantidade de ações		6.273.711.452	6.273.711.452	6.273.711.452			
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		**0,771234**	**0,985608**	**1,018800**			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	Reserva de equalização de dividendos	Próprios	De coligadas e controladas	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2016	**36.340.506**	**2.849.813**	**201.355**	**2.107.894**	**1.779.222**	**–**	**(12.986.468)**	**700.965**	**–**	**30.993.287**
Reversão de reserva para margem operacional	–	–	–	–	(190.812)		–	–	190.812	–
Juros sobre o capital próprio complementar - 2015	–	–	–	–	–	–	–	–	(190.812)	(190.812)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n.º 18)	–	–	–	–	–	–	20.456.988	(957.059)	–	19.499.929
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	6.391.658	6.391.658
Destinação do resultado (Nota Explicativa n.º 18)										
. Reserva legal	–	319.583	–	–	–	–	–	–	(319.583)	–
. Reserva para futuro aumento de capital	–	–	–	910.811	–	–	–	–	(910.811)	–
. Reserva para margem operacional	–	–	–	–	3.643.245	–	–	–	(3.643.245)	–
. Juros sobre o capital próprio intermediários	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.518.019)	(1.518.019)
Em 31 de dezembro de 2016	**36.340.506**	**3.169.396**	**201.355**	**3.018.705**	**5.231.655**	**–**	**7.470.520**	**(256.094)**	**–**	**55.176.043**
Mutações no exercício	–	319.583	–	910.811	3.452.433	–	20.456.988	(957.059)	–	24.182.756
Em 1º de janeiro de 2017	**36.340.506**	**3.169.396**	**201.355**	**3.018.705**	**5.231.655**	**–**	**7.470.520**	**(256.094)**	**–**	**55.176.043**
Reversão de reserva para futuro aumento de capital	–	–	–	1.518.020	(5.231.655)	3.713.635	–	–	–	–
Aumento de capital	6.008.875	–	–	(4.536.725)	–	(1.472.150)	–	–	–	–
Juros sobre o capital próprio complementares - 2016	–	–	–	–	–	(1.327.966)	–	–	–	(1.327.966)
Dividendos complementares - 2016	–	–	–	–	–	(797.260)	–	–	–	(797.260)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n.º 18)	–	–	–	–	–	–	5.117.008	(46.379)	–	5.070.629
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	6.183.422	6.183.422
Destinação do resultado (Nota Explicativa n.º 18)										
. Reserva legal	–	309.171	–	–	–	–	–	–	(309.171)	–
. Reserva para futuro aumento de capital	–	–	–	2.349.700	–	–	–	–	(2.349.700)	–
. Reserva de equalização de dividendos	–	–	–	–	–	2.055.988	–	–	(2.055.988)	–
. Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
. Juros sobre o capital próprio propostos	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.468.563)	(1.468.563)
Em 31 de dezembro de 2017	**42.349.381**	**3.478.567**	**201.355**	**2.349.700**	**–**	**2.172.247**	**12.587.528**	**(302.473)**	**–**	**62.836.305**
Mutações no exercício	6.008.875	309.171	–	(669.005)	(5.231.655)	2.172.247	5.117.008	(46.379)	–	7.660.262
Em 1º de julho de 2017	**40.877.231**	**3.169.396**	**201.355**	**–**	**–**	**1.588.409**	**3.514.918**	**(526.593)**	**1.344.925**	**50.169.641**
Aumento de capital	1.472.150	–	–	–	–	(1.472.150)	–	–	–	–
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n.º 18)	–	–	–	–	–	–	9.072.610	224.120	–	9.296.730
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	–	–	–	4.838.497	4.838.497
Destinação do resultado (Nota Explicativa n.º 18)										
. Reserva legal	–	309.171	–	–	–	–	–	–	(309.171)	–
. Reserva para futuro aumento de capital	–	–	–	2.349.700	–	–	–	–	(2.349.700)	–
. Reserva de equalização de dividendos	–	–	–	–	–	2.055.988	–	–	(2.055.988)	–
. Juros sobre o capital próprio propostos	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.468.563)	(1.468.563)
Em 31 de dezembro de 2017	**42.349.381**	**3.478.567**	**201.355**	**2.349.700**	**–**	**2.172.247**	**12.587.528**	**(302.473)**	**–**	**62.836.305**
Mutações no semestre	1.472.150	309.171	–	2.349.700	–	–	9.072.610	224.120	(1.344.925)	12.666.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	BNDES		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	7.126.555	9.309.990	9.725.207	9.000.072
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	2.096.505	9.778.042	7.368.856	15.866.603
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	5.788.712	8.581.846	6.701.911	9.156.177
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	(13.878)	37.588	82.159	154.179
Resultado de participações em coligadas	(4.330.320)	(213.057)	(290.081)	(857.742)
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	–	–	(308.245)	(159.618)
Amortização de ágios	–	–	75.016	49.677
Juros e atualização monetária e juros das obrigações por emissão de debêntures	632.083	1.353.167	784.311	1.721.259
Depreciação	19.908	18.498	26.708	27.338
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos	–	–	628.201	5.316.683
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	–	–	(331.124)	458.650
Variação de ativos e obrigações	**38.415.548**	**(13.495.057)**	**32.439.036**	**(17.900.756)**
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	63.664.457	77.531.045	56.470.405	74.916.348
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	5.322.338	14.426.096	9.754.165	16.033.463
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(809.708)	787.867	1.276.782	1.911.294
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(26.038.219)	(93.460.564)	(26.035.098)	(93.492.142)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	7.869.758	2.057.769	5.296.589	–
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(1.127.540)	(1.563.420)	(2.468.046)	(2.747.405)
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(4.150.786)	(8.001.909)	(4.150.786)	(7.986.176)
. IR e CSLL pagos	(6.314.752)	(5.271.941)	(7.704.975)	(6.536.138)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**47.638.608**	**5.592.975**	**49.533.099**	**6.965.919**
Atividades de investimentos				
. Adições ao imobilizado	(13.331)	(15.899)	(13.331)	(16.095)
. Baixa imobilizado BNDESPLC	213.430	–	(338)	–
. Adições ao intangível	(7.029)	(13.129)	(7.029)	(13.129)
. Baixas do imobilizado	33	–	33	–
. Compra de investimento	–	–	(8.294)	(90.939)
. Venda de investimentos	–	–	(41.988)	463.461
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas	851.293	350.292	299.833	530.118
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	**1.044.396**	**321.264**	**228.886**	**873.416**
Atividades de financiamentos				
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	19.151.951	13.798.783	19.151.951	13.798.783
. Dividendos pagos	(3.804.654)	(217.455)	(3.804.654)	(217.455)
. Captações por emissão de letras de crédito do agronegócio	–	3.981.026	–	3.981.026
. Amortização das obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	(5.650.666)	(4.017.549)	(5.650.666)	(4.017.549)
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(745.696)	(768.632)	(1.681.354)	(2.016.218)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	**8.950.935**	**12.776.173**	**8.015.277**	**11.528.587**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**57.633.939**	**18.690.412**	**57.777.262**	**19.367.922**
Início do período				
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	51.303.633	32.613.221	54.771.268	35.403.346
Final do período				
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	108.937.572	51.303.633	112.548.530	54.771.268
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**57.633.939**	**18.690.412**	**57.777.262**	**19.367.922**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	BNDES				CONSOLIDADO			
	2017		2016		2017		2016	
RECEITAS	**56.366.584**		**52.423.241**		**64.235.288**		**57.728.878**	
Intermediação financeira	61.416.971		60.225.223		65.569.020		65.274.937	
Outras receitas	738.325		779.864		5.368.179		1.610.118	
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	(5.788.712)		(8.581.846)		(6.701.911)		(9.156.177)	
DESPESAS	**(51.228.862)**		**(40.004.322)**		**(51.882.592)**		**(41.347.103)**	
Intermediação financeira	(50.179.857)		(38.817.206)		(50.599.761)		(39.428.607)	
Outras despesas	(1.049.005)		(1.187.116)		(1.282.831)		(1.918.496)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(288.674)**		**(1.105.453)**		**(983.652)**		**(5.734.140)**	
Materiais, energia e outros	(48.967)		(60.380)		(57.121)		(73.363)	
Serviços de terceiros	(239.707)		(246.359)		(298.330)		(344.094)	
Perda de valores ativos	–		(798.714)		(628.201)		(5.316.683)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**4.849.048**		**11.313.466**		**11.369.044**		**10.647.635**	
RETENÇÕES	**(19.908)**		**(18.498)**		**(26.708)**		**(27.338)**	
Depreciação	(19.908)		(18.498)		(26.708)		(27.338)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**4.829.140**		**11.294.968**		**11.342.336**		**10.620.297**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**4.361.391**		**213.057**		**1.216.169**		**1.419.723**	
Resultado de equivalência patrimonial	4.330.320		213.057		290.081		857.741	
Dividendos e juros sobre capital próprio	31.071		–		926.088		561.982	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**9.190.531**	**100,0%**	**11.508.025**	**100,0%**	**12.558.505**	**100,0%**	**12.040.020**	**100,0%**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**9.190.531**	**100,0%**	**11.508.025**	**100,0%**	**12.558.505**	**100,0%**	**12.040.020**	**100,0%**
Pessoal e encargos	1.257.152	13,7%	1.037.198	9,0%	1.560.561	12,4%	1.481.260	12,3%
- Remuneração direta	818.956		675.990		1.005.883		957.952	
- Benefícios	376.377		310.709		476.426		450.121	
- FGTS	61.658		50.332		78.048		72.945	
- Outros	161		167		204		242	
Impostos, taxas e contribuições	1.449.314	15,8%	3.872.404	33,6%	4.433.389	35,3%	3.866.228	32,1%
- Federais	1.428.909		3.853.355		4.410.964		3.843.945	
- Estaduais	13		19		16		27	
- Municipais	20.392		19.030		22.409		22.256	
Aluguéis	35.084	0,4%	44.870	0,4%	44.982	0,4%	66.243	0,6%
Participação nos resultados	265.559	2,9%	161.895	1,4%	336.151	2,7%	234.631	1,9%
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.468.563	16,0%	1.518.019	13,2%	1.468.563	11,7%	1.518.019	12,6%
Lucros retidos	4.714.859	51,2%	4.873.639	42,4%	4.714.859	37,5%	4.873.639	40,5%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(continua)

(continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e supervisionada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Devido a sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificados na Nota Explicativa n.º 24 ou por meio do site www.bndes.gov.br.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras individuais do BNDES estão sendo apresentadas conjuntamente às demonstrações financeiras consolidadas, que incluem suas subsidiárias integrais e os fundos de investimento financeiros sob controle do BNDES.

2.1. Aprovação para emissão e moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Demonstrações Financeiras") foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 26 de fevereiro de 2018. O Conselho de Administração do BNDES manifesta-se posteriormente a emissão das demonstrações financeiras e possui o poder de alterá-las.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES é o Real (R$), e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BNDES foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e CMN, e, com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, Lei n.º 13.303/2016, Decreto n.º 8.945/2016 e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM para fins de consolidação, quando não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

No âmbito do processo de convergência contábil internacional, iniciado no Brasil em 2007 com a publicação da Lei n.º 11.638/2007, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém a maioria ainda não foi homologada pelo CMN e não existe previsão de quando e como isso ocorrerá. Desta forma, na elaboração das demonstrações financeiras, foram adotados os seguintes pronunciamentos recepcionados pelo CMN:

a) CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil- Financeiro;

b) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;

c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;

d) CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa;

e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível;

f) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas;

g) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações;

h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros;

i) CPC 24 - Eventos Subsequentes;

j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;

k) CPC 27 - Ativo Imobilizado; e

l) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas Demonstrações Financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do BNDES.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que esta possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as demonstrações financeiras no período corrente

– Crescimento das aplicações financeiras devido às liquidações da carteira de crédito e repasses em volume superior aos desembolsos e ao recebimento de créditos de equalizações pagos pelo Tesouro Nacional (TN), a despeito do pagamento antecipado de dívida com o TN realizado em moeda corrente;

– Redução da carteira de títulos públicos em decorrência da utilização de parte desses títulos para pagamento antecipado de dívida com o TN;

– Redução da carteira de debêntures, explicada principalmente pela conversão de debêntures em ações da carteira de sociedades coligadas e pelo crescimento da provisão para redução ao valor recuperável;

– Crescimento da carteira de ações devido à valorização da carteira de sociedades não coligadas;

– Redução da carteira de crédito e repasses decorrente de liquidações em volume superior aos desembolsos no exercício;

– Queda dos direitos a receber do TN relativos à equalização de programas incentivados pelo Governo Federal em razão do pagamento pelo TN, atenuada pelo reconhecimento de direitos a receber;

– Crescimento dos créditos tributários devido à constituição de tributos diferidos sobre o lucro;

– Crescimento das obrigações tributárias diferidas decorrente da valorização da carteira de títulos disponíveis para venda;

– Crescimento dos investimentos em sociedades coligadas em razão de conversão de debêntures em ações;

– Crescimento das obrigações por operações compromissadas decorrente de novas operações, realizadas a partir do terceiro trimestre, nas quais o BNDES atua como *dealer* do BACEN, realizando a intermediação de operações compromissadas;

– Redução das obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio (LCA) devido às liquidações realizadas no exercício;

– Queda dos fundos financeiros e de desenvolvimento devido à liquidação antecipada de dívida com o Fundo PIS/PASEP;

– Redução do saldo de repasses no País decorrente do pagamento antecipado de dívida com o TN no exercício, sendo parte em moeda corrente e parte em títulos públicos federais;

– Crescimento dos recursos do FAT Constitucional proporcionado pelas captações realizadas no exercício;

– Aumento do patrimônio líquido em função do crescimento do saldo de ajuste de avaliação patrimonial, reflexo da valorização do valor justo da carteira de títulos disponíveis para venda, e do lucro liquido do exercício. Tais efeitos foram parcialmente atenuados pela distribuição de resultados à União (pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio complementares relativos ao exercício de 2016);

– Aumento do capital social mediante incorporação da reserva de lucros;

– Queda do produto de intermediação financeira no exercício decorrente da redução dos resultados com operações de crédito e repasses em função basicamente da redução da carteira média no exercício; e da redução na rentabilidade da carteira de títulos e valores mobiliários;

– Menor constituição de provisão para risco de crédito no exercício; e

– Aumento no resultado com participações societárias no exercício em virtude do melhor resultado com alienações de títulos de renda variável, da receita com dividendos e juros sobre capital próprio associados a esses ativos, e do resultado com derivativos de renda variável. Adicionalmente, a redução, no exercício, da despesa com provisão para ajuste de investimentos (*impairment*) também contribuiu para a recuperação do resultado com participações societárias.

Informações adicionais estão divulgadas no Relatório da Administração do BNDES.

2.4. Critérios de relevância da Administração

As notas explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas demonstrações financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

– O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das demonstrações financeiras;

– É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou

– Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

2.5. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As notas explicativas do BNDES, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado - CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

Práticas contábeis e estimativas gerais significativas podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 26 deste relatório.

3. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os critérios de consolidação estão listados na Nota Explicativa n.º 25.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

- BNDES Participações S.A. - BNDESPAR;
- Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME;
- BNDES Limited - BNDES Ltd.;
- Fundo BB Juno - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo BB Gaia - Fundo de Investimento de Renda Fixa; e
- Fundo BB Gaia II - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Disponibilidades	447	2.777	490	22.436
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	108.937.125	51.300.856	112.548.040	54.748.832
Total	**108.937.572**	**51.303.633**	**112.548.530**	**54.771.268**

(*) Considerados como caixa e equivalentes de caixa somente para fins da demonstração do fluxo de caixa.

4.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

4.1.1. Aplicações em moedas estrangeiras

O saldo dessas operações no circulante totaliza R$ 396.026 e R$ 623.610 no BNDES e Consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 (R$ 11.414.864 e R$ 11.882.566 no BNDES e Consolidado, respectivamente, 31 de dezembro de 2016).

4.1.2. Aplicações em operações compromissadas

O BNDES realizou operações de compra de títulos com compromisso de revenda (mercado de balcão), lastreadas em títulos públicos federais. O saldo dessas operações no circulante totaliza R$ 108.541.099 e R$ 111.924.430 no BNDES e Consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 (R$ 39.885.992 e R$ 42.866.266 no BNDES e Consolidado, respectivamente, 31 de dezembro de 2016).

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSES INTERFINANCEIROS

O tratamento contábil das operações de crédito e repasses interfinanceiros e da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD segue os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999. Para detalhes, vide Nota Explicativa n.º 26.5.

5.1. Composição das operações

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Operações de crédito	**306.001.103**	**342.661.827**	**319.837.381**	**357.368.342**
Circulante	45.600.312	55.916.019	47.249.779	57.901.649
Não circulante	260.400.791	286.745.808	272.587.602	299.466.693
Repasses Interfinanceiros	**241.608.496**	**274.590.917**	**240.926.976**	**266.497.779**
Circulante	25.511.903	24.322.625	56.270.865	59.432.632
Não circulante	216.096.593	250.268.292	184.656.111	207.065.147
Total	**547.609.599**	**617.252.744**	**560.764.357**	**623.866.121**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Operações de crédito	**(11.437.574)**	**(11.708.756)**	**(11.584.342)**	**(11.853.633)**
Circulante	(1.704.428)	(1.910.651)	(1.721.925)	(1.931.308)
Não circulante	(9.733.146)	(9.798.105)	(9.862.417)	(9.922.325)
Repasses interfinanceiros	**(662.928)**	**(580.925)**	**(1.142.935)**	**(1.095.529)**
Circulante	(70.254)	(51.457)	(221.651)	(209.440)
Não circulante	(592.674)	(529.468)	(921.284)	(886.089)
Total	**(12.100.502)**	**(12.289.681)**	**(12.727.277)**	**(12.949.162)**

5.2. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por moedas

	BNDES					
	2017			2016		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	89.125.035	13.879.728	103.004.763	115.384.787	14.707.534	130.092.321
Outras	393.123.633	51.481.203	444.604.836	422.181.541	64.978.882	487.160.423
Total	**482.248.668**	**65.360.931**	**547.609.599**	**537.566.328**	**79.686.416**	**617.252.744**

	Consolidado					
	2017			2016		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	–	–	–	–	–	–
Outras	495.323.659	65.440.698	560.764.357	544.003.136	79.862.985	623.866.121
Total	**495.323.659**	**65.440.698**	**560.764.357**	**544.003.136**	**79.862.985**	**623.866.121**

5.3. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Setor público				
Administração pública	62.157.948	59.544.672	62.161.273	59.615.217
Atividades empresariais				
Indústria	22.548.915	33.021.023	22.548.915	33.021.023
Intermediação financeira	178.127.033	216.099.863	102.146.131	119.793.585
Outros serviços	4.092.122	5.834.203	4.092.170	5.834.249
	266.926.018	**314.499.761**	**190.948.489**	**218.264.074**
Setor privado				
Rural	3.218.630	3.542.905	3.218.630	3.542.905
Indústria	110.084.358	125.005.549	110.084.358	125.005.549
Comércio	3.022.252	3.209.711	3.022.252	3.209.711
Intermediação financeira	56.605.913	58.163.351	131.905.248	146.308.226
Outros serviços	107.752.428	112.831.467	121.585.380	127.535.656
	280.683.581	**302.752.983**	**369.815.868**	**405.602.047**
Total	**547.609.599**	**617.252.744**	**560.764.357**	**623.866.121**

5.4. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por vencimento

BNDES				Consolidado			
2017		2016		2017		2016	
Vencido:	650.518	Vencido:	2.839.382	Vencido:	667.289	Vencido:	2.839.382
A vencer:		A vencer:		A vencer:		A vencer:	
2018	70.461.697	2016	77.399.262	2018	102.853.355	2016	114.494.899
2019	55.322.469	2017	65.481.952	2019	74.941.607	2017	94.247.446
2020	47.568.418	2018	55.341.813	2020	60.022.538	2018	70.429.278
2021	41.393.493	2019	50.071.090	2021	49.347.113	2019	57.877.906
2022	35.783.172	2020	41.783.420	2022	40.395.362	2020	45.449.431
Após 2022	296.429.832	Após 2020	324.335.825	Após 2022	232.537.093	Após 2020	238.527.779
Total	**547.609.599**	**Total**	**617.252.744**	**Total**	**560.764.357**	**Total**	**623.866.121**

5.5. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	BNDES							
	2017				2016			
	Operações de crédito	%	Repasses Inter-financeiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Inter-financeiros	%
Maior cliente	16.002.751	5,2%	103.004.762	42,6%	15.430.876	4,5%	129.539.030	47,2%
10 seguintes maiores clientes	58.969.074	19,3%	119.313.061	49,4%	75.207.425	21,9%	122.994.950	44,7%
20 seguintes maiores clientes	53.306.418	17,4%	17.765.858	7,4%	57.296.432	16,7%	19.968.629	7,3%
50 seguintes maiores clientes	59.140.916	19,3%	1.523.740	0,6%	64.851.441	18,9%	2.083.529	0,8%
100 seguintes maiores clientes	53.582.533	17,5%	1.075	0,0%	61.709.323	18,0%	4.779	0,0%
Demais clientes	64.999.411	21,3%	–	–	68.166.330	20,0%	–	–
Total	**306.001.103**	**100,0%**	**241.608.496**	**100,0%**	**342.661.827**	**100,0%**	**274.590.917**	**100,0%**

(continua)

(continuação)

	Consolidado							
	2017				2016			
	Operações de crédito	%	Repasses Inter-financeiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Inter-financeiros	%
Maior cliente.....	16.002.751	5,0%	47.073.902	19,5%	15.430.876	4,3%	57.164.859	21,5%
10 seguintes maiores clientes.	62.273.415	19,5%	144.759.094	60,2%	76.680.682	21,6%	152.899.494	57,3%
20 seguintes maiores clientes.	56.927.998	17,8%	42.951.989	17,8%	61.952.755	17,3%	48.964.198	18,4%
50 seguintes maiores clientes.	62.292.383	19,5%	6.107.662	2,5%	68.366.423	19,1%	7.424.078	2,8%
100 seguintes maiores clientes.	55.791.332	17,4%	34.329	0,0%	64.100.340	17,9%	45.150	0,0%
Demais clientes..	66.549.502	20,8%	–	–	70.837.266	19,8%	–	–
Total.....	**319.837.381**	**100,0%**	**240.926.976**	**100,0%**	**357.368.342**	**100,0%**	**266.497.779**	**100,0%**

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.430, em 30 de março de 2017 o BNDES encontrava-se acima do limite de 25% do Patrimônio de Referência com relação a um cliente de sua carteira. O BNDES não realizará novas operações com este cliente até sua completa adequação, que segue um cronograma de adequação, com eliminação de 20% do excesso até 1º de julho de 2018; 35% até 1º de julho de 2021 e o saldo remanescente até 1º de julho de 2024. Até que este calendário tenha sido cumprido, o BNDES será considerado como enquadrado para fins de limites prudenciais.

5.6. Composição da carteira e da provisão para crédito de liquidação por nível de risco

A Administração do BNDES constituiu provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/1999, visando à cobertura de riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico atual, entendidas pela Administração como necessárias.

Assim, as provisões para créditos adimplentes e inadimplentes relativas a operações de crédito e repasses interfinanceiros foram as seguintes:

a) Operações de crédito

			BNDES							
			2017				2016			
				Provisão				Provisão		
Nível de Risco	% Provisão	Situação	Operações de Crédito	Requerida(1)	Complementar(2)	Total	Operações de Crédito	Requerida(1)	Complementar(2)	Total
AA	0,0	Adimplente	36.150.446	–	–	–	43.369.886	–	5.280	5.280
AA	0,0	Inadimplente	6.847.678	–	–	–	7.113.421	–	–	–
A	0,5	Adimplente	88.719.957	443.600	126.956	570.556	95.712.262	478.561	167.181	645.742
B	1,0	Adimplente	114.719.020	1.147.190	–	1.147.190	141.909.178	1.419.093	255.601	1.674.694
C	3,0	Adimplente	38.651.489	1.159.545	704.392	1.863.937	31.845.449	955.363	378.277	1.333.640
C	3,0	Inadimplente	–	–	–	–	372.467	11.174	–	11.174
D	10,0	Adimplente	3.356.911	335.691	256.192	591.883	5.834.569	583.457	168.779	752.236
D	10,0	Inadimplente	68.231	6.823	–	6.823	1.680.971	168.097	330.535	498.632
E	30,0	Adimplente	12.000.648	3.600.194	249.677	3.849.871	6.027.999	1.808.400	–	1.808.400
E	30,0	Inadimplente	2.885.891	865.767	–	865.767	3.444.089	1.033.227	–	1.033.227
F	50,0	Adimplente	56.274	28.137	–	28.137	209.068	104.534	–	104.534
F	50,0	Inadimplente	37.782	18.891	–	18.891	155.744	77.872	–	77.872
G	70,0	Adimplente	–	–	–	–	115.117	80.582	–	80.582
G	70,0	Inadimplente	40.857	28.600	–	28.600	3.962.875	2.774.011	–	2.774.011
H	100,0	Adimplente	456.854	456.854	–	456.854	117.686	117.686	–	117.686
H	100,0	Inadimplente	2.009.065	2.009.065	–	2.009.065	791.046	791.046	–	791.046
Total			**306.001.103**	**10.100.357**	**1.337.217**	**11.437.574**	**342.661.827**	**10.403.103**	**1.305.653**	**11.708.756**
Circulante			45.600.312	–	–	1.704.428	55.916.019	–	–	1.910.651
Não circulante			260.400.791	–	–	9.733.146	286.745.808	–	–	9.798.105

			Consolidado							
			2017				2016			
				Provisão				Provisão		
Nível de Risco	% Provisão	Situação	Operações de Crédito	Requerida(1)	Complementar(2)	Total	Operações de Crédito	Requerida(1)	Complementar(2)	Total
AA	0,0	Adimplente	36.154.390	–	–	–	43.405.873	–	5.280	5.280
AA	0,0	Inadimplente	6.847.678	–	–	–	7.113.421	–	–	–
A	0,5	Adimplente	89.374.816	446.874	126.956	573.830	96.738.199	483.691	167.181	650.872
B	1,0	Adimplente	127.567.218	1.275.673	–	1.275.673	155.548.155	1.555.482	255.601	1.811.083
C	3,0	Adimplente	38.975.475	1.169.265	704.392	1.873.657	31.847.774	955.433	378.277	1.333.710
C	3,0	Inadimplente	–	–	–	–	372.467	11.174	–	11.174
D	10,0	Adimplente	3.356.911	335.691	256.192	591.883	5.834.569	583.457	168.779	752.236
D	10,0	Inadimplente	68.231	6.823	–	6.823	1.680.971	168.097	330.535	498.632
E	30,0	Adimplente	12.000.648	3.600.194	249.677	3.849.871	6.027.999	1.808.399	–	1.808.399
E	30,0	Inadimplente	2.885.891	865.767	–	865.767	3.444.089	1.033.227	–	1.033.227
F	50,0	Adimplente	56.274	28.137	–	28.137	209.068	104.534	–	104.534
F	50,0	Inadimplente	37.782	18.891	–	18.891	155.744	77.872	–	77.872
G	70,0	Adimplente	–	–	–	–	115.117	80.582	–	80.582
G	70,0	Inadimplente	40.857	28.600	–	28.600	3.962.876	2.774.012	–	2.774.012
H	100,0	Adimplente	462.145	462.145	–	462.145	120.974	120.974	–	120.974
H	100,0	Inadimplente	2.009.065	2.009.065	–	2.009.065	791.046	791.046	–	791.046
Total			**319.837.381**	**10.247.125**	**1.337.217**	**11.584.342**	**357.368.342**	**10.547.980**	**1.305.653**	**11.853.633**
Circulante			47.249.779	–	–	1.721.925	57.901.649	–	–	1.931.308
Não circulante			272.587.602	–	–	9.862.417	299.466.693	–	–	9.922.325

1. A provisão requerida corresponde ao percentual mínimo estabelecido por nível de risco pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

2. A partir de setembro de 2016, o BNDES passou a constituir provisão complementar, para fazer face a eventuais perdas prováveis na realização dos créditos, conforme previsto no Artigo 6º da Resolução CMN n.º 2.682/1999.

(continua)

(continuação)

b) Repasses interfinanceiros

			BNDES				Consolidado			
			Repasses interfinanceiros		Provisão		Repasses interfinanceiros		Provisão	
Nível de Risco	% Provisão	Situação	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
AA	0,0	Adimplente	177.897.805	210.882.465	–	–	108.707.653	124.819.455	–	–
A	0,5	Adimplente	50.336.266	46.079.301	251.682	230.396	113.361.168	107.661.969	566.808	538.309
B	1,0	Adimplente	8.474.708	12.392.418	84.747	123.924	12.469.141	26.968.274	124.691	269.683
C	3,0	Adimplente	3.358.515	5.132.424	100.755	153.973	3.735.526	6.919.342	112.065	207.581
D	10,0	Adimplente	1.413.825	22.132	141.382	2.213	2.514.119	22.155	251.411	2.215
E	30,0	Adimplente	61.450	16.797	18.435	5.039	73.442	41.204	22.033	12.361
H	100,0	Adimplente	65.927	65.380	65.927	65.380	65.927	65.380	65.927	65.380
Total			**241.608.496**	**274.590.917**	**662.928**	**580.925**	**240.926.976**	**266.497.779**	**1.142.935**	**1.095.529**
Circulante			25.511.903	24.322.625	70.254	51.457	56.270.865	59.432.632	221.651	209.440
Não circulante			216.096.593	250.268.292	592.674	529.468	184.656.111	207.065.147	921.284	886.089

5.7. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

a) Operações de crédito

	BNDES					
	2017			2016		
	Requerida[1]	Complementar[2]	Total	Requerida[1]	Complementar[2]	Total
Saldo no início do exercício	(10.403.103)	(1.305.653)	(11.708.756)	(3.752.402)	–	(3.752.402)
(Constituição) reversão líquida	(6.091.846)	(31.564)	(6.123.410)	(7.402.785)	(1.305.653)	(8.708.438)
Baixas contra provisão	6.394.592	–	6.394.592	752.084	–	752.084
Saldo no final do exercício	**(10.100.357)**	**(1.337.217)**	**(11.437.574)**	**(10.403.103)**	**(1.305.653)**	**(11.708.756)**

	Consolidado					
	2017			2016		
	Requerida[1]	Complementar[2]	Total	Requerida[1]	Complementar[2]	Total
Saldo no início do exercício	(10.547.980)	(1.305.653)	(11.853.633)	(3.819.873)	–	(3.819.873)
(Constituição) reversão líquida	(6.093.777)	(31.564)	(6.125.341)	(7.480.200)	(1.305.653)	(8.785.853)
Baixas contra provisão	6.394.632	–	6.394.632	752.093	–	752.093
Saldo no final do exercício	**(10.247.125)**	**(1.337.217)**	**(11.584.342)**	**(10.547.980)**	**(1.305.653)**	**(11.853.633)**

1. A provisão requerida corresponde ao percentual mínimo estabelecido por nível de risco pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.
2. A partir de setembro de 2016, o BNDES passou a constituir provisão complementar, para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, conforme previsto no Artigo 6º da Resolução CMN n.º 2.682/1999.

b) Repasses interfinanceiros

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(580.925)	(451.683)	(1.095.529)	(867.132)
(Constituição) reversão líquida	(82.023)	(129.242)	(47.426)	(228.399)
Baixas contra provisão	20	–	20	2
Saldo no final do exercício	**(662.928)**	**(580.925)**	**(1.142.935)**	**(1.095.529)**

O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 5.10.

5.8. Movimentação e renegociação na carteira de crédito

	BNDES			Consolidado		
	2º semestre de 2017	2017	2016	2º semestre de 2017	2017	2016
Créditos transferidos para prejuízo	5.623.205	6.394.612	752.084	5.623.283	6.490.398	819.573
Créditos recuperados	175.200	415.131	256.599	178.081	473.040	330.005
Créditos renegociados	8.627.922	20.148.362	39.412.641	8.627.922	20.148.362	39.399.823

A movimentação no quadro acima segue os critérios estabelecidos na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

5.9. Outros créditos - Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e Direitos recebíveis

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Venda a prazo de TVM	–	–	1.105.587	1.335.865
Provisão	–	–	(316.558)	(254.445)
	–	–	789.029	1.081.420
Direitos Recebíveis	13.683	12.853	85.326	179.059
Provisão	(370)	(386)	(72.013)	(166.591)
	13.313	**12.467**	**13.313**	**12.468**
Total	**13.313**	**12.467**	**802.342**	**1.093.888**
Circulante	1.617	1.398	20.853	293.620
Não circulante	11.696	11.069	781.489	800.268

5.9.1. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Setor público	13.683	12.853	11.967	133.438
Setor privado				
Indústria	–	–	968.461	1.059.823
Outros serviços	–	–	210.485	321.663
	–	–	1.178.946	1.381.486
Total	**13.683**	**12.853**	**1.190.913**	**1.514.924**

5.9.2. Distribuição da carteira bruta por vencimento

BNDES				Consolidado			
2017		2016		2017		2016	
A vencer:		A vencer:		A vencer:		A vencer:	32.887
2018	1.660	2017	1.439	2018	63.380	2017	328.269
2019	1.602	2018	1.382	2019	61.167	2018	20.500
2020	–	2019	1.382	2020	19.517	2019	57.246
2021	1.602	2020	–	2021	20.527	2020	19.507
2022	1.602	2021	1.382	2022	18.221	2021	45.290
Após 2022	7.217	Após 2021	7.268	Após 2022	1.008.101	Após 2021	1.011.225
Total	**13.683**	**Total**	**12.853**	**Total**	**1.190.913**	**Total**	**1.514.924**

(continua)

(continuação)

5.9.3. Composição da carteira bruta por nível de risco e provisão para crédito de liquidação duvidosa

a) Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários

			Consolidado*							
			2017				2016			
Nível de Risco	% Provisão	Situação	Venda a prazo de TVM	Provisão Requerida(1)	Complementar(2)	Total	Venda a prazo de TVM	Provisão Requerida(1)	Complementar(2)	Total
A	0,5	Adimplente	164.478	822	–	822	38.576	193	–	193
B	1,0	Adimplente	–	–	–	–	294.871	2.949	–	2.949
C	3,0	Adimplente	16.365	491	–	491	174.083	5.222	–	5.222
D	10,0	Adimplente	28.286	2.829	–	2.829	824.453	82.445	159.754	242.199
E	30,0	Adimplente	896.458	268.938	43.478	312.416	–	–	–	–
H	100,0	Adimplente	–	–	–	–	1.246	1.246	–	1.246
		Inadimplente	–	–	–	–	2.636	2.636	–	2.636
Total			**1.105.587**	**273.080**	**43.478**	**316.558**	**1.335.865**	**94.691**	**159.754**	**254.445**
Circulante			26.952			7.717	358.223			66.960
Não circulante			1.078.635			308.841	977.642			187.485

* O BNDES não possui operações de Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários nos períodos apresentados.

1. A provisão requerida corresponde ao percentual mínimo estabelecido por nível de risco pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

2. A partir de setembro de 2016, por conservadorismo, o BNDES passou a constituir provisão complementar, para fazer face a eventuais perdas prováveis na realização dos créditos, conforme previsto no Artigo 6º da Resolução CMN n.º 2.682/1999.

b) Direitos Recebíveis

			BNDES				Consolidado			
			2017		2016		2017		2016	
Nível de Risco	% Provisão	Situação	Direitos Recebíveis	Provisão	Direitos Recebíveis	Provisão	Direitos Recebíveis	Provisão	Direitos Recebíveis	Provisão
A	0,5	Adimplente	1.225	6	–	–	1.225	6	–	–
B	1,0	Adimplente	490	5	–	–	490	5	–	–
C	3,0	Adimplente	11.968	359	12.853	386	11.968	359	12.854	386
H	100,0	Adimplente	–	–	–	–	71.643	71.643	69.825	69.825
		Inadimplente	–	–	–	–	–	–	96.380	96.380
Total			**13.683**	**370**	**12.853**	**386**	**85.326**	**72.013**	**179.059**	**166.591**
Circulante			1.660	43	1.439	41	36.428	34.810	2.933	576
Não circulante			12.023	327	11.414	345	48.898	37.203	176.126	166.015

5.9.4. Movimentação da provisão sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

	Consolidado (*)					
	2017			2016		
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	Requerida(1)	Complementar(2)	Total	Requerida(1)	Complementar(2)	Total
Saldo no início do exercício	(94.691)	(159.754)	(254.445)	(8.474)	–	(8.474)
(Constituição) reversão líquida	(178.389)	116.276	(62.113)	(86.217)	(159.754)	(245.971)
Saldo no final do exercício	**(273.080)**	**(43.478)**	**(316.558)**	**(94.691)**	**(159.754)**	**(254.445)**

* O BNDES não possui operações de Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários nos períodos apresentados.

	BNDES		Consolidado	
Direitos recebíveis	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(386)	(407)	(166.591)	(90.699)
(Constituição) reversão líquida	16	21	(1.168)	(143.370)
Baixas contra provisão	–	–	95.746	67.478
Saldo no final do exercício	**(370)**	**(386)**	**(72.013)**	**(166.591)**

5.10. Composição do resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	BNDES				Consolidado		
	2º Semestre de 2017	2017	2016		2º Semestre de 2017	2017	2016
Reversão (constituição) líquida sobre:				Reversão (constituição) líquida sobre:			
Operações de crédito	(1.764.846)	(6.123.410)	(8.708.438)	Operações de crédito	(1.744.452)	(6.125.338)	(8.785.853)
Operações de repasses interfinanceiros	526.963	(82.023)	(129.242)	Operações de repasses interfinanceiros	507.358	(47.426)	(228.399)
Debêntures	767	1.574	(786)	Debêntures	(930.457)	(938.906)	(82.588)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	–	–	–	Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	57.566	(62.113)	(245.971)
Direitos recebíveis	2	16	21	Direitos recebíveis	(599)	(1.168)	(143.371)
Recuperação de créditos baixados do ativo	175.200	415.131	256.599	Recuperação de créditos baixados do ativo	178.081	473.040	330.005
Receita (despesa) líquida apropriada	**(1.061.914)**	**(5.788.712)**	**(8.581.846)**	Receita (despesa) líquida apropriada	**(1.932.503)**	**(6.701.911)**	**(9.156.177)**

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

5.11. Resultado da intermediação financeira

O quadro a seguir apresenta a abertura do efeito das operações de crédito sobre o resultado, além de incluir os demais fatores que compõem o resultado da intermediação financeira, principal objeto de negócio do BNDES.

	BNDES			Consolidado		
	2017		2016	2017		2016
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	**29.239.159**	**61.416.971**	**60.225.223**	**31.239.667**	**65.569.020**	**65.274.937**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	19.577.692	41.404.948	31.017.260	18.964.330	39.720.575	27.048.130
.Moeda nacional	18.827.176	38.799.998	44.251.279	18.058.159	36.785.949	39.996.075
Juros/comissões	17.934.226	36.677.760	41.247.987	17.500.437	35.473.219	38.468.585
Atualização monetária	892.950	2.122.238	3.003.292	557.722	1.312.730	1.527.490
.Moeda estrangeira	750.516	2.604.950	(13.234.019)	906.171	2.934.626	(12.947.945)
Juros/comissões	976.779	2.133.400	4.770.799	1.139.639	2.472.618	5.117.727
Variação cambial	(226.263)	471.550	(18.004.818)	(233.468)	462.008	(18.065.672)
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	7.928.215	16.364.087	24.663.075	8.356.283	17.295.852	26.390.307
.Moeda nacional	7.906.916	16.322.460	24.698.504	8.330.700	17.244.861	26.270.449
Juros/comissões	3.329.963	7.147.904	11.192.382	3.563.999	7.613.772	12.036.822
Atualização monetária	4.058.837	7.796.598	10.389.859	4.247.782	8.249.196	11.085.834
Resultados na alienação	744.782	1.044.445	800.240	744.782	1.044.445	800.240
Ajustes ao valor de mercado	(226.666)	333.513	2.316.023	(225.863)	337.448	2.347.553
.Moeda estrangeira	21.299	41.627	(35.429)	25.583	50.991	119.858
Juros/comissões	4.210	10.485	3.457	8.685	20.000	14.392
Variação cambial	8.601	22.654	(38.671)	8.410	22.503	105.681
Resultados na alienação	–	–	(216)	–	–	(216)
Ajustes ao valor de mercado	8.488	8.488	1	8.488	8.488	1
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.309.813	2.781.009	3.536.948	3.495.615	7.685.666	10.828.560
Juros/comissões	1.309.225	2.779.407	3.522.072	3.494.838	7.682.054	10.804.613
Atualização monetária	588	1.602	14.876	777	3.612	23.947
Rendas com administração de fundos e programas	423.439	866.927	1.007.940	423.439	866.927	1.007.940
Despesas da intermediação financeira	**(25.469.838)**	**(55.968.569)**	**(47.399.052)**	**(26.540.604)**	**(57.301.672)**	**(48.584.784)**
Captação no mercado - financiamentos e repasses	(23.300.469)	(48.751.352)	(41.393.023)	(23.497.207)	(49.168.680)	(42.050.356)
.Moeda nacional	(22.450.135)	(45.275.092)	(53.850.752)	(22.646.873)	(45.692.209)	(54.367.200)
Juros/comissões	(22.443.784)	(45.234.661)	(53.698.522)	(22.559.771)	(45.446.358)	(53.778.100)
Atualização monetária	(6.351)	(40.431)	(152.230)	(87.102)	(245.851)	(589.100)
.Moeda estrangeira	(850.334)	(3.476.260)	12.457.729	(850.334)	(3.476.471)	12.316.844
Juros/comissões	(913.592)	(2.018.702)	(2.320.233)	(913.592)	(2.018.913)	(2.397.966)
Variação cambial	63.258	(1.457.558)	14.797.125	63.258	(1.457.558)	14.733.973
Outros	–	–	(19.163)	–	–	(19.163)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	(1.102.626)	(1.235.320)	2.973.480	(1.102.626)	(1.235.320)	3.012.972
Receitas	579.921	1.943.529	6.852.336	579.921	1.943.529	6.893.001
Despesas	(1.682.547)	(3.178.849)	(3.878.856)	(1.682.547)	(3.178.849)	(3.880.029)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(2.321)	(4.095)	(4.542)	(5.599)	(9.076)	(5.507)
Resultado de provisão para risco de crédito	(1.061.914)	(5.788.712)	(8.581.846)	(1.932.503)	(6.701.911)	(9.156.177)
Reversão (constituição) de provisão	(1.237.114)	(6.203.843)	(8.838.445)	(2.110.584)	(7.174.951)	(9.486.182)
Recuperação de créditos baixados	175.200	415.131	256.599	178.081	473.040	330.005
Resultado da carteira de câmbio	(2.508)	(189.090)	(393.121)	(2.669)	(186.685)	(385.716)
Operações de câmbio	19.924	(145.439)	(156.714)	19.924	(145.438)	(156.713)
Variação Cambial	(22.432)	(43.651)	(236.407)	(22.593)	(41.247)	(229.003)
Resultado bruto da intermediação financeira	**3.769.321**	**5.448.402**	**12.826.171**	**4.699.063**	**8.267.348**	**16.690.153**

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários representam o segundo maior grupo de ativos no BNDES. O detalhamento de sua classificação e tratamento contábil pode ser encontrado na Nota Explicativa n.º 26.6.

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos para negociação:				
Cotas de fundos de investimento	3.201.236	2.877.949	–	–
Títulos públicos	44.180.020	50.824.459	44.210.655	50.843.730
Títulos de renda fixa no exterior	6	5	130.921	173.548
	47.381.262	**53.702.413**	**44.341.576**	**51.017.278**
Títulos disponíveis para venda:				
Cotas de fundos de investimento	344.335	315.094	–	–
Debêntures	4.416.249	4.245.930	7.659.144	9.823.793
Ações	17.050.642	17.272.294	66.776.788	64.335.543
Títulos públicos	24.634.350	23.315.519	24.634.350	23.315.519
Títulos de renda fixa no exterior	320.037	290.915	320.037	290.915
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	–	–	1.651.337	1.446.304
	46.765.613	**45.439.752**	**101.041.656**	**99.212.074**
Títulos mantidos até o vencimento:				
Títulos de renda fixa no exterior	1.261.108	–	1.261.108	–
Debêntures	2.635.257	3.131.413	7.616.455	8.376.247
	3.896.365	**3.131.413**	**8.877.563**	**8.376.247**
Instrumentos financeiros derivativos (Privados) (Nota Explicativa n.º 6.6)	198.548	19.144	1.308.735	770.494
Total Títulos e Valores Mobiliários	**98.241.788**	**102.292.722**	**155.569.530**	**159.376.093**
(–) Provisão para risco de crédito - Debêntures	(15.443)	(17.017)	(1.165.310)	(226.404)
Total	**98.226.345**	**102.275.705**	**154.404.220**	**159.149.689**

(continua)

(continuação)

6.1. Composição por natureza e prazo de vencimento

	BNDES								
	2017								2016
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Total
Livres:									
Títulos para negociação:									
Público:									
Cotas de fundos de investimento	3.201.236	–	–	–	–	–	–	3.201.236	2.877.949
Títulos públicos									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	29.953.187	–	–	–	–	–	29.953.187	33.204.655
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	3.378.944	–	–	–	–	–	3.378.944	4.077.819
Notas do Tesouro Nacional - Série B– NTN-B	–	1.282.333	–	–	–	–	–	1.282.333	2.130.280
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	–	1.031.823	–	–	–	–	–	1.031.823	2.981.207
Títulos de renda fixa no exterior	–	6	–	–	–	–	–	6	5
	3.201.236	**35.646.293**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**38.847.529**	**45.271.915**
Títulos disponíveis para venda:									
Público:									
Cotas de fundos de investimento	344.335	–	–	–	–	–	–	344.335	315.094
Debêntures	–	43.104	–	67.326	421.346	226.756	–	758.532	770.012
Ações (Nota Explicativa n.º 7.1)	16.789.520	–	–	–	–	–	–	16.789.520	17.124.092
Títulos públicos									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	–	1.065.970	–	–	–	1.065.970	–
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	–	–	–	1.859.840	2.420.596	1.778.189	5.136.430	11.195.055	10.950.031
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	–	52.426	–	–	323.486	3.469.622	–	3.845.534	3.474.380
Título da Dívida Agrária - TDA	–	–	–	–	–	–	–	–	1.814
Privado:									
Títulos de renda fixa no exterior	–	–	–	–	249.341	70.696	–	320.037	290.915
Debêntures	–	651.011	37.353	485.816	137.063	2.346.474	–	3.657.717	3.475.918
Ações (Nota Explicativa n.º 7.1)	261.122	–	–	–	–	–	–	261.122	148.202
	17.394.977	**746.541**	**37.353**	**3.478.952**	**3.551.832**	**7.891.737**	**5.136.430**	**38.237.822**	**36.550.458**
Títulos mantidos até o vencimento:									
Público:									
Debêntures	–	–	41.358	206.844	498.242	800.522	–	1.546.966	1.824.678
Privado:									
Títulos de renda fixa no exterior	–	–	1.261.108	–	–	–	–	1.261.108	–
Debêntures	–	–	–	–	1.088.291	–	–	1.088.291	1.306.735
	–	**–**	**1.302.466**	**206.844**	**1.586.533**	**800.522**	**–**	**3.896.365**	**3.131.413**
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos para negociação (Títulos públicos)									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	8.533.733	–	–	–	–	–	8.533.733	8.430.498
Títulos disponíveis para venda (Títulos públicos)									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	–	368.271	–	–	–	368.271	–
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	–	–	–	–	2.384.567	77.826	482.819	2.945.212	702.041
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	–	–	–	–	–	–	–	–	7.597
Vinculados à prestação de garantias:									
Títulos disponíveis para venda (Títulos públicos)									
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	–	–	–	–	98.043	–	5.116.265	5.214.308	8.179.656
Instrumentos financeiros derivativos	–	192.878	5.670	–	–	–	–	198.548	19.144
TOTAL	**20.596.213**	**45.119.445**	**1.345.489**	**4.054.067**	**7.620.975**	**8.770.085**	**10.735.514**	**98.241.788**	**102.292.722**
Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Público								(10.001)	(10.449)
Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Privado								(5.442)	(6.568)
								(15.443)	(17.017)
Total								**98.226.345**	**102.275.705**
Circulante								50.010.091	54.839.860
Não circulante								48.216.254	47.435.845

(continua)

(continuação)

	Consolidado								
	2017								2016
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Total
Livres:									
Títulos para negociação:									
Público:									
Títulos públicos									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	29.953.187	–	–	–	–	–	29.953.187	33.204.655
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	3.409.579	–	–	–	–	–	3.409.579	4.097.090
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	–	1.282.333	–	–	–	–	–	1.282.333	2.130.280
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	–	1.031.823	–	–	–	–	–	1.031.823	2.981.207
Títulos de renda fixa no exterior	–	130.921	–	–	–	–	–	130.921	173.548
	–	**35.807.843**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**35.807.843**	**42.586.780**
Títulos disponíveis para venda:									
Público:									
Debêntures	–	43.104	–	67.326	421.346	226.756	–	758.532	770.012
Ações (Nota Explicativa n.º 7.1)	40.883.712	–	–	–	–	–	–	40.883.712	41.384.500
Títulos públicos									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	–	1.065.970	–	–	–	1.065.970	–
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	–	–	–	1.859.840	2.420.596	1.778.189	5.136.430	11.195.055	10.950.031
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	–	52.426	–	–	323.486	3.469.622	–	3.845.534	3.474.380
Título da Dívida Agrária - TDA	–	–	–	–	–	–	–	–	1.814
Privado:									
Títulos de renda fixa no exterior	–	–	–	–	249.341	70.696	–	320.037	290.915
Debêntures	–	791.599	505.500	2.630.919	626.120	2.346.474	–	6.900.612	9.053.781
Cotas de fundos mútuos de investimentos e de participações	1.651.337	–	–	–	–	–	–	1.651.337	1.446.304
Ações (Nota Explicativa n.º 7.1)	25.893.076	–	–	–	–	–	–	25.893.076	22.951.043
	68.428.125	**887.129**	**505.500**	**5.624.055**	**4.040.889**	**7.891.737**	**5.136.430**	**92.513.865**	**90.322.780**
Títulos mantidos até o vencimento:									
Público:									
Debêntures	–	–	69.231	275.254	1.048.797	1.330.545	–	2.723.827	3.102.333
Privado:									
Títulos de renda fixa no exterior	–	–	1.261.108	–	–	–	–	1.261.108	–
Debêntures	–	–	90.133	2.085.080	1.478.548	1.238.867	–	4.892.628	5.273.914
	–	**–**	**1.420.472**	**2.360.334**	**2.527.345**	**2.569.412**	**–**	**8.877.563**	8.376.247
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos para negociação (Títulos públicos)									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	8.533.733	–	–	–	–	–	8.533.733	8.430.498
Títulos disponíveis para venda (Títulos públicos)									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	–	368.271	–	–	–	368.271	–
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	–	–	–	–	2.384.567	77.826	482.819	2.945.212	702.041
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	–	–	–	–	–	–	–	–	7.597
Vinculados à prestação de garantias:									
Títulos disponíveis para venda (Títulos públicos)									
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	–	–	–	–	98.043	–	5.116.265	5.214.308	8.179.656
Instrumentos financeiros derivativos	**–**	**192.878**	**196.144**	**909.064**	**10.649**	**–**	**–**	**1.308.735**	**770.494**
TOTAL	**68.428.125**	**45.421.583**	**2.122.116**	**9.261.724**	**9.061.493**	**10.538.975**	**10.735.514**	**155.569.530**	**159.376.093**
Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Público								(17.618)	(17.340)
Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor Privado								(1.147.692)	(209.064)
								(1.165.310)	(226.404)
Total								**154.404.220**	**159.149.689**
Circulante								47.717.592	56.404.627
Não circulante								106.686.628	102.745.062

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

6.2. Valores de custo e mercado e composição por emissor

	BNDES				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Livres	**81.103.846**	**80.966.273**	**85.786.875**	**84.936.769**	**114.170.448**	**136.033.961**	**125.979.899**	**141.059.403**
Títulos para negociação:								
Público:								
Cotas de fundos de investimento	3.201.236	3.201.236	2.877.949	2.877.949	–	–	–	–
Letras do Tesouro Nacional - LTN	29.085.075	29.953.187	32.489.173	33.204.655	29.085.075	29.953.187	32.489.173	33.204.655
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.379.805	3.378.944	4.083.830	4.077.819	3.410.440	3.409.579	4.103.101	4.097.090
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	1.282.226	1.282.333	2.115.502	2.130.280	1.282.226	1.282.333	2.115.502	2.130.280
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	1.031.384	1.031.823	2.951.665	2.981.207	1.031.384	1.031.823	2.951.665	2.981.207
Títulos de renda fixa no exterior	6	6	5	5	130.921	130.921	173.548	173.548
	37.979.732	**38.847.529**	**44.518.124**	**45.271.915**	**34.940.046**	**35.807.843**	**41.832.989**	**42.586.780**
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Cotas de fundos de investimento	344.335	344.335	315.094	315.094	–	–	–	–
Debêntures	819.241	758.532	878.254	770.012	819.241	758.532	878.254	770.012
Ações	18.895.871	16.789.520	19.047.664	17.124.092	36.947.254	40.883.712	37.971.746	41.384.500
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.030.848	1.065.970	–	–	1.030.848	1.065.970	–	–
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	10.814.275	11.195.055	10.850.185	10.950.031	10.814.275	11.195.055	10.850.185	10.950.031
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	3.605.267	3.845.534	3.418.160	3.474.380	3.605.267	3.845.534	3.418.160	3.474.380
Título da Dívida Agrária - TDA	–	–	1.814	1.814	–	–	1.814	1.814
Privado:								
Títulos de renda fixa no exterior	307.199	320.037	289.677	290.915	307.199	320.037	289.677	290.915
Debêntures	3.127.975	3.657.717	3.207.118	3.475.918	6.211.678	6.900.612	8.657.888	9.053.781
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	–	–	–	–	1.651.337	1.651.337	1.446.304	1.446.304
Ações	298.181	261.122	146.389	148.202	10.131.050	25.893.076	12.483.039	22.951.043
	39.243.192	**38.237.822**	**38.154.355**	**36.550.458**	**71.518.149**	**92.513.865**	**75.997.067**	**90.322.780**
Títulos mantidos até o vencimento: (1)								
Público:								
Debêntures	1.546.966	1.546.966	1.824.678	1.824.678	2.723.827	2.723.827	3.102.333	3.102.333
Privado:								
Títulos de renda fixa no exterior	1.261.108	1.261.108	–	–	1.261.108	1.261.108	–	–
Debêntures	1.088.291	1.088.291	1.306.735	1.306.735	4.892.628	4.892.628	5.273.914	5.273.914
	3.896.365	**3.896.365**	**3.131.413**	**3.131.413**	**8.877.563**	**8.877.563**	**8.376.247**	**8.376.247**
Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor público	(10.001)	(10.001)	(10.449)	(10.449)	(17.618)	(17.618)	(17.340)	(17.340)
Provisão para risco de crédito - Debêntures - Setor privado	(5.442)	(5.442)	(6.568)	(6.568)	(1.147.692)	(1.147.692)	(209.064)	(209.064)
Total Provisão para risco de crédito - Debêntures	**(15.443)**	**(15.443)**	**(17.017)**	**(17.017)**	**(1.165.310)**	**(1.165.310)**	**(226.404)**	**(226.404)**
Instrumentos financeiros derivativos (Privados) (Nota Explicativa n.º 6.6)	**196.801**	**198.548**	**17.892**	**19.144**	**196.801**	**1.308.735**	**17.892**	**770.494**
Não Livres	**17.438.777**	**17.061.524**	**18.584.170**	**17.319.792**	**17.438.777**	**17.061.524**	**18.584.170**	**17.319.792**
Vinculados a compromissos de recompra								
Títulos para negociação (Público):								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.148.618	8.533.733	8.258.058	8.430.498	8.148.618	8.533.733	8.258.058	8.430.498
Títulos disponíveis para venda (Público):								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	356.818	368.271	770.795	702.041	356.818	368.271	–	–
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	2.984.286	2.945.212	7.775	7.597	2.984.286	2.945.212	770.795	702.041
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	–	–	–	–	–	–	7.775	7.597
Vinculados à Prestação de Garantias								
Títulos disponíveis para venda (Públicos):								
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	5.949.055	5.214.308	9.547.542	8.179.656	5.949.055	5.214.308	9.547.542	8.179.656
Total	**98.739.424**	**98.226.345**	**104.388.937**	**102.275.705**	**131.806.026**	**154.404.220**	**144.581.961**	**159.149.689**

(1) Os títulos mantidos até o vencimento estão registrados contabilmente por seu valor de custo, acrescido dos rendimentos. Relativamente aos valores de mercado divulgados, as debêntures representam uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, conforme descrito na Nota Explicativa n.º 26.6, por esta razão seu valor de mercado é igual ao seu custo corrigido.

	BNDES				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
Resumo por emissor (líquido de provisão):	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Público	92.465.311	91.444.964	99.427.694	97.041.359	108.301.917	113.324.379	116.622.311	119.572.302
Privado	6.274.026	6.781.381	4.961.243	5.234.346	23.504.109	41.079.841	27.959.650	39.577.387
Total	**98.739.424**	**98.226.345**	**104.388.937**	**102.275.705**	**131.806.026**	**154.404.220**	**144.581.961**	**159.149.689**

(continua)

(continuação)

6.3. Cotas de fundos de investimentos

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fundos exclusivos (Circulante)	3.545.571	3.193.043	–	–
Fundos mútuos de investimento e de participações (Não circulante)	–	–	1.651.337	1.446.304
Total	**3.545.571**	**3.193.043**	**1.651.337**	**1.446.304**

6.3.1. Fundos Exclusivos

O BNDES e suas controladas possuem investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Banco do Brasil que estão classificados como títulos para negociação e disponíveis para venda, de acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001. Os fundos de investimento exclusivos são apresentados de forma consolidada.

As carteiras dos fundos são compostas basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC.

6.4. Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço.

Fundo	Administrador	2017	2016
- Fundo de Invest Em Part Brasil Energia	Banco Bradesco S.A.	323.819	345.313
- Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	Banco Bradesco S.A.	145.326	138.097
- Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	102.405	39.573
- FIP Brasil Sustentabilidade	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	143.928	102.656
- Pátria Infraestrutura III - FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	125.669	39.349
- Fd Infra Brasil Fundo de Investimentos em Participações	Mantiq Investimentos Ltda.	81.848	98.271
- FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica	INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA	–	124.715
-Brasil Agronegócio - Fd de Investimento em Participações	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	96.386	77.041
- FIP Performa Key De Inovação em Meio Ambiente	Lions Trust Administradora de Recursos Ltda.	101.027	38.341
- Fundo BBI Financial I - FMIEE	BBI Financial Gestão de Recursos S.A.	60.304	27.357
Outros		470.625	415.591
Total		**1.651.337**	**1.446.304**
Circulante		–	–
Não circulante		1.651.337	1.446.304

6.5. Debêntures

6.5.1. Debêntures disponíveis para venda

As características e o tratamento contábil das debêntures disponíveis para venda estão descritos na Nota Explicativa n.º 26.6.

	2017	2016
Saldos do BNDES	4.416.249	4.245.930
Saldos da BNDESPAR	3.242.895	5.577.863
Total	**7.659.144**	**9.823.793**

6.5.2. Debêntures mantidas até o vencimento

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento. Em função das características destes títulos, estes são avaliados de acordo com a Resolução CMN n.º 2.682, conforme política estabelecida na Nota Explicativa n.º 26.5.

6.5.2.1 Composição das debêntures mantidas até o vencimento

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor bruto	2.635.257	3.131.413	7.616.455	8.376.247
Provisão para risco de crédito	(15.443)	(17.017)	(1.165.310)	(226.404)
Valor líquido	**2.619.814**	**3.114.396**	**6.451.145**	**8.149.843**
Circulante	40.944	16.201	158.768	18.757
Não circulante	2.578.870	3.098.195	6.292.377	8.131.086

6.5.2.2. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Setor público	1.546.965	1.824.678	2.723.826	3.102.333
Setor privado				
Indústria	–	–	1.516.227	1.683.530
Outros serviços (*)	1.088.292	1.306.735	3.376.402	3.590.384
	1.088.292	**1.306.735**	**4.892.629**	**5.273.914**
Total	**2.635.257**	**3.131.413**	**7.616.455**	**8.376.247**

(*) Inclui mineração e telecomunicações.

6.5.2.3. Distribuição da carteira bruta por vencimento

BNDES				Consolidado			
2017		2016		2017		2016	
2018	41.358	2017	16.365	2018	159.365	2017	16.365
2019	98.203	2018	95.471	2019	98.203	2018	98.039
2020	108.641	2019	145.731	2020	2.262.131	2019	382.853
2021	1.199.146	2020	147.508	2021	1.493.470	2020	147.508
2022	387.387	2021	1.424.030	2022	1.033.875	2021	3.484.152
Após 2022	800.522	Após 2021	1.302.308	Após 2022	2.569.411	Após 2021	4.247.330
Total	**2.635.257**	**Total**	**3.131.413**	**Total**	**7.616.455**	**Total**	**8.376.247**

6.5.2.4. Composição da carteira bruta e da provisão para crédito de liquidação duvidosa por nível de risco

			BNDES				Consolidado			
			Debêntures		Provisão		Debêntures		Provisão	
Nível de risco	% Provisão	Situação	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
AA	0,0	Adimplente	–	–	–	–	90.132	180.341	–	–
A	0,5	Adimplente	2.457.937	2.859.445	12.290	14.297	4.919.438	5.720.141	24.598	28.600
B	1,0	Adimplente	108.333	271.968	1.083	2.720	896.572	942.040	8.965	9.421
C	3,0	Adimplente	68.987	–	2.070	–	97.719	–	2.932	–
D	10,0	Adimplente	–	–	–	–	–	1.446.197	–	144.619
F	50,0	Adimplente	–	–	–	–	–	87.528	–	43.764
G	70,0	Inadimplente	–	–	–	–	1.612.594	–	1.128.815	–
Total			**2.635.257**	**3.131.413**	**15.443**	**17.017**	**7.616.455**	**8.376.247**	**1.165.310**	**226.404**
Circulante			41.358	16.365	414	164	159.364	18.933	596	176
Não circulante			2.593.899	3.115.048	15.029	16.853	7.457.091	8.357.314	1.164.714	226.228

(continua)

(continuação)

6.5.2.5. Movimentação da provisão sobre debêntures

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(17.017)	(16.231)	(226.404)	(143.816)
(Constituição) reversão líquida	1.574	(786)	(938.906)	(82.588)
Saldo no final do exercício	**(15.443)**	**(17.017)**	**(1.165.310)**	**(226.404)**

O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 5.10.

6.6. Instrumentos Financeiros Derivativos

O BNDES realiza operações de derivativos com os objetivos de gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 26.10.

6.6.1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

		BNDES				
		2017			2016	
			Valor de mercado		Valor de mercado	
	Vencimentos	Valor de referência	Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Contratos *swap*						
Cambiais:						
Euro x USD	jan/19	(379.108)	–	(340.767)	–	(1.451.271)
R$ x USD	jul/19	(33.913)	–	(33.986)	–	(79.712)
R$ x Libra esterlina	set/18 a dez/20	(39.328)	5.670	(65.479)	2.093	(22.763)
USD x Euro	jun/22	(12.757)	–	(16.599)	17.051	
Taxas de juros em US$:						
Flutuante x Fixa	set/20 a ago/21	(5.744)	–	(30.071)	–	(52.727)
Subtotal		**(470.850)**	**5.670**	**(486.902)**	**19.144**	**(1.606.473)**
Contratos futuro (*)						
DI (posição comprada)	jul/18 a jan/27	1.280.213	–	–	–	–
DI (posição vendida)	jan/18 a jul/21	29.397.917	–	–	–	–
USD (posição comprada)	jan/18 a fev/18	2.728.694	–	–	–	–
DDI (posição comprada)	fev/18 a jan/19	17.169.446	–	–	–	–
DDI (posição vendida)	jan/18	(1.837.448)	–	–	–	–
Subtotal		**48.738.821**	**–**	**–**	**–**	**–**
Contratos a termo						
Título	jan/18	490.639	192.878	(192.897)	–	–
Subtotal		**–**	**192.878**	**(192.897)**	**–**	**–**
Total		**–**	**198.548**	**(679.799)**	**19.144**	**(1.606.473)**

		Consolidado				
		2017			2016	
			Valor de mercado		Valor de mercado	
	Vencimentos	Valor de referência	Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Contratos *swap*						
Cambiais:						
Euro x USD	jan/19	(379.108)	–	(340.767)	–	(1.451.271)
R$ x USD	jul/19	(33.913)	–	(33.986)	–	(79.712)
R$ x Libra esterlina	set/18 a dez/20	(39.328)	5.670	(65.479)	2.093	(22.763)
USD x Euro	jun/22	(12.757)	–	(16.599)	17.051	–
Taxas de juros em US$:						
Flutuante x Fixa	set/20 a ago/21	(5.744)	–	(30.071)	–	(52.727)
Subtotal		**(470.850)**	**5.670**	**(486.902)**	**19.144**	**(1.606.473)**
Contratos futuro (*)						
DI (posição comprada)	jul/18 a jan/27	1.280.213	–	–	–	–
DI (posição vendida)	jan/18 a jul/21	29.397.917	–	–	–	–
USD (posição comprada)	jan/18 a fev/18	2.728.694	–	–	–	–
DDI (posição comprada)	fev/18 a jan/19	17.169.446	–	–	–	–
DDI (posição vendida)	jan/18	(1.837.448)	–	–	–	–
Subtotal		**48.738.822**	**–**	**–**	**–**	**–**
Contratos a termo						
Título	jan/18	490.639	192.878	(192.897)	–	–
Subtotal		**–**	**192.878**	**(192.897)**	**–**	**–**
Opções	**Tipo**					
Opções venda de ações (ativo)	Simulação de Monte Carlo	–	388.771	–	309.240	–
Opções de compra e subscrição de ações (ativo)	Black & Scholes e Árvore Binomial	–	11.096	–	13.125	–
Subtotal		**–**	**399.867**	**–**	**322.365**	**–**
Derivativos embutidos						
Título			710.320	(123.262)	428.985	(1.595.795)
Subtotal		**–**	**710.320**	**(123.262)**	**428.985**	**(1.595.795)**
Total		**–**	**1.308.735**	**(803.061)**	**770.494**	**(3.202.268)**

(*) Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados na rubrica "outros créditos - diversos".

(continua)

(continuação)

6.6.2. Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	BNDES				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Contratos de *swaps*	5.670	–	5.205	13.939	5.670	–	5.205	13.939
Contratos a termo	192.878	–	–	–	192.878	–	–	–
Contratos de opções	–	–	–	–	375	399.492	–	322.365
Derivativos embutidos	–	–	–	–	190.099	520.221	–	428.985
Total	**198.548**	**–**	**5.205**	**13.939**	**389.022**	**919.713**	**5.205**	**765.289**
Passivo								
Contratos de *swaps*	(91.562)	(395.340)	(897.790)	(708.683)	(91.562)	(395.340)	(897.790)	(708.683)
Contratos a termo	(192.897)	–	–	–	(192.897)	–	–	–
Derivativos embutidos	–	–	–	–	(54.511)	(68.751)	(1.466.277)	(129.518)
Total	**(284.459)**	**(395.340)**	**(897.790)**	**(708.683)**	**(338.970)**	**(464.091)**	**(2.364.067)**	**(838.201)**

6.6.3. Resultado com derivativos

	BNDES			Consolidado		
Receitas (despesas):	**2º Semestre de 2017**	**2017**	**2016**	**2º Semestre de 2017**	**2017**	**2016**
Contratos de *swaps*	267.065	592.395	295.420	267.065	592.395	334.912
Contratos de futuro	(1.369.638)	(1.827.696)	2.678.060	(1.369.638)	(1.827.696)	2.678.060
Contratos a termo	(53)	(19)	–	(53)	(19)	–
Contratos de opções	–	–	–	75.243	77.502	(18.771)
Derivativos embutidos	–	–	–	288.138	253.622	(439.879)
Total	**(1.102.626)**	**(1.235.320)**	**2.973.480**	**(739.245)**	**(904.196)**	**2.554.322**
Câmbio e taxa de juros	(1.102.626)	(1.235.320)	2.973.480	(1.102.626)	(1.235.320)	3.012.972
Renda variável	–	–	–	363.381	331.124	(458.650)

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste do cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros - com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante - trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

6.6.4. Derivativos cambiais e de taxa de juros em mercado de balcão

Os quadros seguintes descrevem as operações ativas realizadas no mercado de balcão em 31 de dezembro de 2017. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Valor Nocional	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
EURO 650 milhões (1)	Euro - USD	jan/2019	Santander e Bank of America Merrill Lynch
US$ 70,5 milhões (1)	USD - Euro	jun/2022	Santander
R$ 33,0 milhões (1)	R$ - USD	jul/2019	Santander e Deutsche Bank
US$ 181,4 milhões	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	entre set/2020 e ago/2021	Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Bradesco
R$ 364,9 milhões	R$ - GBP	entre set/2018 e dez/2020	Bradesco e Santander

(1) Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R$ 587.741 e não houve recebimento de títulos recebidos em garantia.

7. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é composta, em sua maior parte, por ativos classificados como instrumentos financeiros, representados por ações de emissão de empresas sobre as quais o BNDES e suas controladas, BNDESPAR e FINAME, não exercem influência significativa, avaliadas pelo valor justo. Também é composta por investimentos em empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Influência significativa é definida como o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

Para detalhes sobre a política contábil dessas categorias de ativos, vide Nota Explicativa n.º 26.7.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias, segregadas em "Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda" e "Investimentos Permanentes". Nessa última categoria estão incluídas as participações detidas pelo BNDES no Fundo Garantidor para Investimentos - FGI.

	BNDES		Consolidado	
Balanço patrimonial	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Títulos e Valores Mobiliários - Ações e Bônus de subscrição - Circulante	–	–	174.489	2.057.240
Títulos e Valores Mobiliários - Ações e Bônus de subscrição - Não circulante	17.050.642	17.272.294	66.602.299	62.278.303
Investimentos - Participações em Controladas	93.841.907	86.446.729	–	–
Investimentos - Participações em Coligadas	–	–	13.243.774	12.465.268
Investimentos - Outras participações societárias	100.000	100.000	100.000	100.000
Total da carteira de participações societárias	**110.992.549**	**103.819.023**	**80.120.562**	**76.900.811**

	BNDES		
Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações - DRE	**2º Semestre de 2017**	**2017**	**2016**
Disponíveis para venda (Nota Explicativa n.º 7.1.1)	–	–	(798.714)
Coligadas (Nota Explicativa n.º 7.2.3)	–	–	–
Total	**–**	**–**	**(798.714)**

	Consolidado		
Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações - DRE	**2º Semestre de 2017**	**2017**	**2016**
Disponíveis para venda (Nota Explicativa n.º 7.1.1)	–	(21.628)	(4.440.392)
Coligadas (Nota Explicativa n.º 7.2.3)	(250.740)	(606.573)	(962.832)
Total	**(250.740)**	**(628.201)**	**(5.403.224)**

(continua)

(continuação)

7.1. Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda

Esta categoria de ativos está contabilizada a valor justo, sendo a contrapartida deste registro reconhecida no Patrimônio Líquido.

Para detalhes sobre sua contabilização, vide Nota Explicativa n.º 26.7.2.

	31/12/2017			Valor contábil			
	Quantidade (mil) de ações possuídas			BNDES		Consolidado	
Empresas investidas	Ordinárias	Preferenciais	% de participação no capital total	2017	2016	2017	2016
NÍVEL 1 – Empresas Listadas							
PETROBRAS [a]	745.903	1.411.650	16,54	14.984.479	14.766.323	35.282.725	34.524.750
VALE [c]	401.458	–	7,60	–	–	16.114.514	6.894.376
ELETROBRÁS [b]	216.303	36.954	18,72	1.805.041	2.170.962	4.882.494	5.884.121
AES TIETÊ ENERGIA (ex. Brasiliana) – UNITS	111.478	445.910	28,33	–	–	1.430.258	1.561.801
SUZANO	75.910	–	6,86	–	–	1.403.576	1.060.462
EMBRAER	39.762	–	5,37	–	–	802.805	630.633
KLABIN - UNITS	42.573	170.292	4,45	–	–	750.564	746.307
CEMIG	54.343	26.221	6,40	–	–	528.777	630.162
AES ELETROPAULO [d]	31.350	–	18,73	–	–	509.443	205.391
LIGHT	19.141	–	9,39	–	–	317.546	330.179
GERDAU	–	24.926	1,45	–	–	307.335	256.415
ECORODOVIAS	21.000	–	3,76	–	–	259.770	171.360
TOTVS	7.445	–	4,49	–	–	223.201	178.977
ENGIE BRASIL ENERGIA (ex Tractebel)	6.225	–	0,95	–	–	222.362	217.382
LINX	9.675	–	5,82	–	–	208.488	166.790
COPASA	4.387	–	3,46	–	–	189.717	158.660
OURO FINO SAÚDE ANIMAL	6.657	–	12,34	–	–	158.640	186.670
OI	38.255	–	4,63	–	–	140.395	100.227
IOCHPE	695	–	0,05	–	–	15.848	100.385
CPFL [e]	–	–	–	–	–	–	1.731.265
MARFRIG [f]	–	–	–	–	–	–	675.558
RUMO [e]	–	–	–	–	–	–	650.118
LOJAS AMERICANAS [e]	–	–	–	–	–	–	191.643
EQUATORIAL [e]	–	–	–	–	–	–	178.512
BRASKEM S.A. [e]	–	–	–	–	–	–	141.723
Subtotal Nível 1				**16.789.520**	**16.937.285**	**63.748.458**	**57.573.867**
Outras empresas - Nível 1				–	–	699.021	580.112
Total Nível 1				**16.789.520**	**16.937.285**	**64.447.479**	**58.153.979**
NÍVEL 2 – Empresas listadas, mas com cotação ajustada e empresas *holdings* não listadas [c]				–	186.808	1.293.164	5.267.040
NÍVEL 3 – Empresas não listadas; e listadas sem liquidez cujo valor justo é determinado a partir de fluxo de caixa descontado (Valor Justo)				261.122	1.812	1.036.145	637.499
Empresas não listadas (Valor de Custo)				–	146.389	–	277.025
TOTAL				**17.050.642**	**17.272.294**	**66.776.788**	**64.335.543**
Circulante				–	–	174.489	2.057.240
Não circulante				17.050.642	17.272.294	66.602.299	62.278.303

[a] Do total da participação de 16,54%, 6,87% são detidas diretamente pelo BNDES (com 734.203 mil ações ordinárias e 161.597 mil preferenciais) e 9,67% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 11.700 mil ações ordinárias e 1.250.053 mil preferenciais).

[b] Do total da participação de 18,72%, 6,86% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 11,86% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 141.758 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).

[c] Em agosto de 2017 a Vale incorporou a Valepar, empresa na qual a BNDESPAR também possuía investimento classificada no Nível 2.

[d] Em 31 de dezembro de 2016 as ações ordinárias da Eletropaulo sofreram ajuste de liquidez e por isso o investimento estava demonstrado no Nível 2. Já as ações preferenciais estavam apresentadas no Nível 1. Em novembro de 2017 as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias, como parte do plano da empresa que consiste em migrar para o Novo Mercado, e em 31 de dezembro de 2017 todas as ações da Eletropaulo estão classificadas como Nível 1.

[e] Ações alienadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

[f] Em janeiro de 2017 o investimento na Marfrig foi reclassificado da categoria de disponível para venda para investimento em coligada. A BNDESPAR passou a exercer influência significativa após a conversão em ações das debêntures da 5ª emissão, que elevou sua participação no capital votante da empresa de 19,61% para 33,81%.

(continua)

(continuação)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as empresas do Sistema BNDES efetuaram reclassificações do Nível 2 para o Nível 1 referente a investimento em ações de empresas listadas que apresentaram maior liquidez do ativo e em decorrência da reestruturação societária do Grupo Vale. A seguir são apresentadas as movimentações do Nível 2, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldos no início do exercício Nível 2 (*)	5.267.040	2.540.433
Aquisições	–	151.793
Transferência Nível 2 para Nível 3 (*)	(151.793)	–
Transferência do Nível 2 para Nível 1 (*) (**)	(4.447.597)	–
Transferência do Nível 1 para Nível 2 (*) - empresas com ajuste de liquidez	–	136.617
Ajuste ao valor justo	625.514	2.438.197
Saldos no final do exercício Nível 2 (*)	**1.293.164**	**5.267.040**

(*) Valores líquidos de provisão para redução ao valor recuperável.

(**) Inclui R$ 4.308.628 cuja transferência decorre da reestruturação do Grupo Vale.

A movimentação do saldo do investimento em ações avaliadas ao valor justo, classificado no Nível 3 do Consolidado, é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldos no início do exercício	637.499	415.018
Aquisições	13.688	29.781
Transferência do "Custo" para Nível 3, líquido de provisão para redução ao valor recuperável	277.025	221.175
Transferência Nível 2 para Nível 3	151.793	–
Impairment	(6.339)	–
Ajuste ao valor justo	(37.521)	(28.475)
Saldo no final do exercício	**1.036.145**	**637.499**

7.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda - consolidado

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a Administração realizou análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, baseando-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, nas características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos.

Com base nessa avaliação, a Administração identificou que alguns investimentos em ações classificados como disponíveis para venda passaram a apresentar declínio significativo ou prolongado em relação ao seu custo de aquisição, configurando assim uma evidência objetiva de perda. Combinada com uma análise qualitativa desses ativos, ajustes negativos até então registrados diretamente no Patrimônio Líquido como outros resultados abrangentes (ORA), foram reconhecidos no resultado como ajuste de reclassificação por redução ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável para determinado investimento apuradas após tal reclassificação foram reconhecidas diretamente no resultado.

Os efeitos no resultado do exercício, reconhecidos na rubrica "Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos", estão demonstrados na tabela a seguir:

	2º Semestre de 2017	2017	2016
. Ajuste de reclassificação de ORA para resultado	–	(6.339)	(956.339)
. Perda reconhecida diretamente no resultado	(1)	(15.290)	(3.484.053)
Total de provisão para perdas com ações classificadas como disponível para venda	**(1)**	**(21.629)**	**(4.440.392)**

7.1.2. Efeito da Resolução CMN n.º 4.175/2012

A Resolução CMN n.º 4.175/2012 estabelece que o ajuste a valor de mercado de certas ações recebidas pelo Sistema BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria "disponível para venda" deve ser apresentado em conta destacada no patrimônio líquido, denominada ajuste de avaliação patrimonial, incluindo as perdas que forem consideradas permanentes, e transitarem pelo resultado apenas quando da venda ou transferência.

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as empresas do Sistema BNDES possuíam ações da Petrobras, Vale e Eletrobrás, com parte dessas ações enquadradas pela Resolução n.º 4.175/2012. O efeito da aplicação desta Resolução até 31 de dezembro 2017 é o seguinte.

	Consolidado	
	2017	2016
Valores Brutos - antes de tributos:		
Efeito no resultado (*)	(162.543)	969.046
Efeito no Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.360.490	12.523.033
Valores Líquidos de Tributos:		
Efeito no resultado (*)	(107.278)	554.972
Efeito no Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.233.220	7.340.498

(*) Em 31/12/2017 refere-se ao efeito decorrente da venda de ações da Vale

7.1.3. Resultado com alienação de investimentos em ações disponíveis para venda - consolidado

O resultado com alienação de títulos de renda variável é apurado pela receita de vendas deduzida de custos e despesas incorridas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi apurado no Consolidado o resultado no valor de R$ 3.675.173 (R$ 896.444 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). Deste total, 98% (77% em 2016) correspondem ao resultado com alienação de ações classificadas como "Disponível para Venda".

7.1.4. Dividendos e JSCP recebidos de investimentos em ações disponíveis para venda - consolidado

A seguir estão demonstrados os proventos de Dividendos e Juros sobre o capital próprio referentes a empresas listadas em bolsa evidenciados na Demonstração do Resultado:

	Consolidado			
	2017		2016	
	Dividendos	JSCP	Dividendos	JSCP
AES TIETÊ ENERGIA S.A.	76.281	14.072	216.812	16.444
BRASKEM	–	–	26.575	–
CEG	43.802	28.042	12.303	26.649
CEMIG	6.386	–	27.786	24.330
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A	–	60.371	–	–
CPFL ENERGIA S.A.	14.945	–	13.842	–
ECORODOVIAS	8.869	–	5.530	–
ENGIE BRASIL ENERGIA (ex Tractebel)	12.861	–	–	–
KLABIN S/A	23.577	–	21.700	–
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	26.585	13.892	21.543	–
VALE S.A. (1)	–	540.369	–	72.668
Subtotal	**213.306**	**656.746**	**346.091**	**140.091**
Outras empresas	31.026	25.010	54.175	21.625
Total	**244.332**	**681.756**	**400.266**	**161.716**

(1) Em 31/12/2017 inclui R$124.966 de JSCP destinados pela Valepar, empresa incorporada pela Vale em agosto de 2017 (R$ 27.342 em 31/12/2016).

7.2. Investimentos Permanentes

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Em controladas				
- Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	93.841.907	86.446.729	–	–
Em coligadas				
- Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	–	–	13.243.774	12.465.268
Outras participações societárias	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	42.146	42.146	42.146	42.146
Total	**93.984.053**	**86.588.875**	**13.385.920**	**12.607.414**

(continua)

(continuação)

7.2.1. Controladas - BNDES

Controladas	Data-base	Patrimônio líquido	Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	Resultado de equivalência patrimonial 2017	Resultado de equivalência patrimonial 2016	Reflexos dos ajuste no patrimônio líquido das controladas [a]	Valor contábil do investimento 2017	Valor contábil do investimento 2016
. Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME	31/12/2017	13.961.238	1.011.370	1.011.370	1.318.697	(131.384)	13.961.238	13.553.702
. BNDES Participações S.A. - BNDESPAR [b]	31/12/2017	79.656.051	3.312.033	3.312.033	(953.269)	14.306.624	79.656.051	72.417.734
. BNDES limited [c]	31/12/2017	224.618	6.917	6.917	(152.371)	17.376	224.618	475.293
Total	–	–	–	**4.330.320**	**213.057**	**14.192.616**	**93.841.907**	**86.446.729**

[a] Saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial em 31 de dezembro de 2017, vide Nota Explicativa n.º 18.

[b] O patrimônio líquido, o resultado e os outros resultados abrangentes da BNDESPAR foram ajustados às práticas contábeis adotadas pelo BACEN, conforme demonstrado no quadro a seguir.

[c] Subsidiária constituída sob as leis do Reino Unido como uma sociedade limitada, com capital autorizado de £50.000.000,00 (cinquenta milhões de libras esterlinas), totalmente integralizado.

O percentual de participação no capital das sociedades controladas é de 100%.

Conciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados pela BNDESPAR e aqueles utilizados no cálculo do investimento do BNDES nesta subsidiária:

	2017 Resultado	2017 Outros Resultados Abrangentes	2017 Patrimônio líquido	2016 Patrimônio líquido
Resultado / ORA / Patrimônio líquido divulgados pela BNDESPAR	3.778.047	22.328.830	81.330.129	74.006.013
Ajustes de práticas contábeis:				
. Perda por redução do valor recuperável de ações disponíveis para venda [1]	(440.010)	(7.981.271)	–	–
. Perda por redução do valor recuperável de participações em coligadas [2]	346.874	–	346.874	–
. Ganho na compra vantajosa [3]	(122.029)	–	(2.266.004)	(2.143.975)
. Outros	(250.849)	(40.935)	245.052	555.696
Resultado / ORA / Patrimônio líquido ajustado para fins de equivalência patrimonial	**3.312.033**	**14.306.624**	**79.656.051**	**72.417.734**

[1] Resolução CMN n.º 4.175, emitida pelo BACEN em 27 de dezembro de 2012 e diferença entre a Circular BACEN n.º 3.068/2001 (Perdas de caráter permanente) e CPC 38 (Perdas com declínio significativo ou prolongado). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o movimento no resultado do período refere-se à realização de efeito da diferença entre Circular n.º 3.068/2001 e CPC 38 pela venda parcial de ações preferenciais da Petrobras e à realização dos efeitos da Resolução CMN n.º 4.175 pela venda parcial de ações ordinárias da Vale. Para efeito da aplicação desta Resolução, vide Nota Explicativa n.º 7.1.2.

[2] Ajuste da provisão para perda por redução ao valor recuperável constituída em coligadas que possuem deságio como conta redutora do ativo (item 3), em função das mesmas apresentarem menor valor do ativo objeto do teste de *impairment*.

[3] A BNDESPAR, seguindo o CPC 15 - Combinação de Negócios reconhece o "ganho por compra vantajosa" na aquisição de coligadas no resultado do período em que a operação ocorre. Para fins de consolidação e apuração do resultado de equivalência patrimonial do BNDES, tal ganho é mantido no ativo como "deságio" reduzindo o valor do investimento, sendo realizado por alienação.

7.2.2. Participações em coligadas - consolidado

Para detalhes sobre a classificação e o tratamento contábil destes ativos, vide Nota Explicativa n.º 26.7.

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR, quando necessário.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro abaixo, já contemplam esses efeitos.

	Valor Contábil - Data-base: 31/10/2017										2017
Coligadas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Lucros (prejuízos) de operações em descontinuidade	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total	Valor de mercado [2]
COPEL [1]	645.590	17.594.325	1.182.118	1.678.359	15.379.438	1.292.188	932.295	–	(112.485)	819.810	1.494.656
Fibria	5.285.422	27.978.435	3.413.481	15.439.393	14.410.983	6.982.039	452.239	–	(23.883)	428.356	7.709.417
Granbio	291.265	464.922	16.572	112.277	627.338	558	(131.176)	–	5.052	(126.124)	
JBS	8.325.985	44.995.041	12.594.449	15.349.673	25.376.904	27.141.291	995.548	–	622.365	1.617.913	5.682.829
Marfrig	4.317.401	14.637.900	3.175.117	12.308.910	3.471.274	5.894.626	(590.848)	(9.229)	(159.488)	(759.565)	1.517.855
Tupy [1]	1.340.507	2.933.313	691.316	1.570.282	2.012.222	2.015.819	144.651	–	10.224	154.875	740.559
Subtotal	**20.206.170**	**108.603.936**	**21.073.053**	**46.458.894**	**61.278.159**	**43.326.521**	**1.802.709**	**(9.229)**	**341.785**	**2.135.265**	
Outras coligadas	2.358.405	7.419.049	2.899.556	2.369.452	4.508.446	1.717.926	305.861	195.798	33.996	535.655	
Total	**22.564.575**	**116.022.985**	**23.972.609**	**48.828.346**	**65.786.605**	**45.044.447**	**2.108.570**	**186.569**	**375.781**	**2.670.920**	

[1] Os Lucros e Prejuízos foram ajustados para refletir a parcela da realização dos Outros Resultados Abrangentes (Adoção Inicial CPC) reconhecidos pela coligada em Lucros Acumulados.

[2] Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

(continua)

(continuação)

O quadro abaixo apresenta informações detalhadas das participações que individualmente representam cerca de 93% da carteira de investimentos em coligadas da BNDESPAR em 2017:

	2017 (1)									2016	
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação sobre o capital (3)								
Coligadas (2)	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Valor patrimonial do investimento	Ágio expectativa de rentabilidade futura	(Provisão)/ Reversão perdas	Deságio	Total	Total	Natureza das atividades do negócio da coligada
COPEL	38.299	27.282	23,96	26,41	3.685.639	–	(1.455.085)	(313.525)	1.917.029	1.960.495	Apoio financeiro ao setor elétrico
Fibria	161.083	–	29,12	29,12	4.196.966	–	–	(1.677.736)	2.519.230	2.508.837	Apoio financeiro ao setor de papel e celulose
Granbio	15.094	–	15,00	15,00	94.101	469.806	(54.743)	–	509.164	570.273	Apoio financeiro ao setor de energia (etanol e química verde)
JBS	581.661	–	21,48	21,48	5.452.084	479.821	(217.786)	–	5.714.119	5.695.291	Apoio financeiro ao setor de alimentos
Marfrig (4)	209.648	–	33,76	33,76	1.171.934	–	–	(122.029)	1.049.905	–	Apoio financeiro ao setor de alimentos
Tupy	40.645	–	28,20	28,20	567.433	–	–	–	567.433	637.270	Apoio financeiro ao setor de metalurgia e siderurgia
Subtotal					**15.168.157**	**949.627**	**(1.727.614)**	**(2.113.290)**	**12.276.880**	**11.372.166**	
Outras coligadas					1.108.386	402.937	(391.715)	(152.714)	966.894	1.093.102	
Total					**16.276.543**	**1.352.564**	**(2.119.329)**	**(2.266.004)**	**13.243.774**	**12.465.268**	

(1) Data-base de 31/10/2017 do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

(2) Empresas com sede no Brasil.

(3) % de participação sobre o capital - ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

(4) Valor patrimonial líquido de *impairment* apurado quando o investimento estava classificado como Disponível para Venda.

7.2.3 Movimentação dos investimentos em coligadas

Os quadros a seguir mostram, por coligada, as principais movimentações ocorridas durante os exercícios findos de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Coligadas	Saldo em 01/01/2017	Aquisições	Dividendos/ JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas (2)	Reversão (constituição) de provisão p/redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de/ para TVM	Saldo em 2017
COPEL	1.960.495	–	(113.681)	232.816	–	(26.957)	(135.644)	–	1.917.029
Fibria	2.508.837	–	(114.423)	129.248	2.517	(6.949)	–	–	2.519.230
Granbio	570.273	–	–	(7.124)	–	758	(54.743)	–	509.164
JBS (4)	5.695.291	–	(19.182)	105.373	14.901	135.522	(217.786)	–	5.714.119
Marfrig	–	–	–	(218.291)	(38.571)	(53.852)	–	1.360.619	1.049.905
Tupy	637.270	–	(42.288)	(30.387)	(45)	2.883	–	–	567.433
Subtotal	**11.372.166**	**–**	**(289.574)**	**211.635**	**(21.198)**	**51.405**	**(408.173)**	**1.360.619**	**12.276.880**
Outras coligadas (2)	1.093.102	8.294	(10.259)	78.446	(10.896)	6.606	(198.399)	–	966.894
Total	**12.465.268**	**8.294**	**(299.833)**	**290.081**	**(32.094)**	**58.011**	**(606.572)**	**1.360.619**	**13.243.774**

Coligadas	Saldo em 01/01/2016	Aquisições	Dividendos/ JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas (2)	Reversão (constituição) de provisão p/redução ao valor recuperável	Vendas/Resgate de ações/Redução de capital (2)	Entrada (baixa) por cisão realizada por coligada (3)	Efeitos da transferência de/para TVM	Saldo em 2016
COPEL	3.028.540	–	(147.976)	365.169	–	34.203	(1.319.441)	–	–	–	1.960.495
Fibria	1.849.927	–	(87.293)	748.808	–	(2.605)	–	–	–	–	2.508.837
Granbio	577.592	–	–	(848)	–	(6.471)	–	–	–	–	570.273
JBS	6.683.574	–	(235.840)	(281.452)	253.909	(724.900)	–	–	–	–	5.695.291
Tupy	673.538	–	(28.292)	31.085	–	(39.061)	–	–	–	–	637.270
Subtotal	**12.813.171**	**–**	**(499.401)**	**862.762**	**253.909**	**(738.834)**	**(1.319.441)**	**–**	**–**	**–**	**11.372.166**
Outras coligadas	1.401.599	90.940	(30.716)	(5.021)	(50.263)	(149.039)	356.609	(42.621)	(638.004)	159.618	1.093.102
Total	**14.214.770**	**90.940**	**(530.117)**	**857.741**	**203.646**	**(887.873)**	**(962.832)**	**(42.621)**	**(638.004)**	**159.618**	**12.465.268**

(1) Inclui os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas e da amortização da Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ocorreu realização por venda de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido de R$ 41.989 devido a alienação de coligada 100% provisionada, sem efeito na movimentação do ativo, cujo investimento se encontrava na linha de Outras coligadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a realização por venda do Ajuste de Avaliação Patrimonial totalizou R$ 3.525, cujo efeito está incluído na coluna "Vendas/Resgate de ações/Redução de Capital".

(3) Inclui realização de ORA no valor de R$ 193.612.

(4) O resultado de equivalência patrimonial da JBS inclui a movimentação da reserva de capital reconhecida pela coligada em decorrência de transações de capital.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

7.2.4 Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	2017	2016
Passivo a descoberto nas coligadas - % BNDESPAR	205.362	332.928
Perdas não reconhecidas no resultado	**7.581**	**63.529**

7.2.5 Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os efeitos desse procedimento foram reconhecidos na rubrica "Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos" na demonstração do resultado e estão demonstrados nos quadros da Nota Explicativa n.º 7.2.3:

Principais perdas por redução ao valor recuperável para um ativo individual no exercício:	**2017**	**2016**
Ativo 1 (1)		
Valor contábil do investimento (sem provisão para redução ao valor recuperável)	3.326.036	3.279.936
Valor recuperável apurado	1.870.951	2.274.020
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.455.085)	(1.319.441)
Provisão para redução ao valor recuperável constituída no exercício	(135.644)	(1.319.441)
Ativo 2 (2)		
Valor contábil do investimento (sem provisão para redução ao valor recuperável)	6.272.878	5.695.291
Valor recuperável apurado	6.055.092	6.653.538
Provisão para redução ao valor recuperável constituída no exercício	(217.786)	–

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o cálculo do valor em uso do Ativo 1 foi efetuado com base nas demonstrações contábeis de 31 de março de 2017, atualizadas para setembro de 2017. A análise qualitativa do investimento não indicou a necessidade de atualização do valor em uso para 31 de dezembro de 2017, tendo em vista a ausência de evidências objetivas de perdas que justificassem uma nova avaliação do valor justo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o cálculo utilizou as demonstrações de setembro, atualizadas para dezembro de 2016.

Para a apuração do valor em uso do Ativo 1 foi utilizado o método de Soma das Partes, calculados por unidade de negócio, no qual se busca apurar o valor do equity (ações) de uma Companhia através da soma dos valores das divisões/subsidiárias que a compõem. Foram considerados os seguintes segmentos: distribuição, geração e transmissão de energia elétrica, e telecomunicações. Em 30 de setembro de 2017 no seguimento de geração foram considerados na projeção do fluxo de caixa tanto as usinas hidroelétricas como as termoelétricas e as eólicas, representando um detalhamento em relação ao cálculo de 31 de dezembro de 2016 que considerada das térmicas e eólicas como ativos acessórios. Os fluxos de caixa livres da firma foram projetados para períodos específicos para cada unidade de negócio, sendo os principais projetados até 2045, 2046 e 2050, não sendo considerada perpetuidade, e descontados com base no custo médio ponderado de capital estimado em 11,39% em 30 de setembro de 2017 (11,04% em 31 de dezembro de 2017). As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando-se principalmente premissas baseadas em dados observáveis no mercado, desempenho histórico da investida e expectativas econômicas futuras.

Para a unidade de negócio de Distribuição, foi calculada a elasticidade-renda do consumo do setor no período de 2004 a 2014 e a partir desta elasticidade, aplicou-se a variação esperada do PIB pelo BNDES (Área de Pesquisa Econômica). Na unidade de negócio da Geração, a projeção dos fluxos de caixa observou a garantia física de cada ativo até a data de vencimento de cada concessão, obtendo-se, assim, a energia disponível para comercialização no período projetado, considerando-se um índice de perdas técnicas para cada unidade geradora.

Análise do valor recuperável da JBS S/A

No terceiro trimestre de 2017 a Administração da BNDESPAR entendeu que houve uma redução das principais incertezas que a impediram de no trimestre anterior efetuar uma estimativa confiável do valor recuperável do seu investimento na JBS, e o valor recuperável desse investimento foi estimado em R$ 6.055.092, com o consequente reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável de R$ 217.786. Esse montante foi apurado com base no valor em uso obtido através do fluxo de caixa descontado construído pela projeção do fluxo de caixa livre da firma ("FCFF"), através da consolidação dos fluxos projetados de diferentes segmentos de negócio. Para descontar o fluxo de caixa da firma, estimou-se o custo médio ponderado de capital ("WACC") em três moedas: Reais nominais, Dólares nominais e Libras nominais, em uma média de 11,5%, 6,0% e 5,2%, respectivamente. A estrutura de capital utilizada no modelo foi variável ano a ano no período da projeção (de 2017 a 2025), refletindo a geração de caixa da Companhia ao longo desse período.

As projeções de receita foram realizadas utilizando-se principalmente premissas baseadas em previsões de variação de volume dos produtos elaborados pelo MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, FIESP e pelo *U.S. Department of Agriculture* e premissas macroeconômicas; a projeção dos custos e despesas se baseou em uma análise vertical histórica por unidades de negócios, refletindo os ciclos de cada unidade de negócio; o capex se baseou tanto na reposição da depreciação e amortização quanto em investimento por expansão; e o investimento em capital de giro se baseou em uma análise dos prazos médios operacionais históricos.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor em uso do investimento foi atualizado para R$ 6.281.940, calculado considerando as demonstrações financeiras auditadas da JBS e atualização de premissas, sem alteração no valor da provisão dado que: (i) o mesmo é superior ao valor do investimento em 31 de dezembro de 2017; e (ii) apesar do aumento no valor recuperável em relação ao terceiro trimestre, há incertezas que justificam a manutenção da provisão, conforme descrito no parágrafo a seguir.

A Administração da BNDESPAR entende que o cenário atual ainda apresenta um grau de incerteza que justifica a perda por redução a valor recuperável reconhecida no montante de R$ 217.786 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, relacionada a diversos fatos tais como: incertezas financeiras de curto prazo, incertezas sobre gestão, governança, qualidade e imagem dos produtos, bem como fatos relacionados ao funding e plano de desinvestimentos e os possíveis impactos das delações na Companhia, conforme acordo de leniência celebrado com o Ministério Público.

7.3. Outras participações societárias

	Quantidade (mil) de ações possuídas			Valor Contábil (1)			
				BNDES		Consolidado	
Empresas investidas	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**% de participação no capital**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
FGI (1)	84.344	–	14,90	100.000	100.000	100.000	100.000
Total				**100.000**	**100.000**	**100.000**	**100.000**

(1) Investimento em cotas classe A, subscritas em 01/02/2010

7.4. Outros investimentos

	Valor contábil (1)			
	BNDES		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Títulos patrimoniais	296	296	296	296
Obras de arte	244	244	244	244
Participação Empreendimentos - VALE: Projeto 118...	41.606	41.606	41.606	41.606
Total	**42.146**	**42.146**	**42.146**	**42.146**

(1) Valor contábil líquido de provisões no valor de R$ 3.502.

8. OUTROS CRÉDITOS

8.1. Direitos a receber - Sistema Eletrobras

Em 28 de dezembro de 2012, ao amparo do art. 7º da Medida Provisória n.º 600, da mesma data, convertida na Lei n.º 12.833/2013, o BNDES adquiriu créditos detidos pela União contra a Itaipu Binacional, ao preço de R$ 6.001.807. A aquisição foi liquidada mediante a entrega, à União, de uma carteira de ações de emissão de sociedades anônimas, no montante de R$ 5.998.585, e com o pagamento, em 31 de dezembro de 2012, de R$ 3.222 em moeda corrente. Os referidos créditos, de valor econômico equivalente e correspondente a um fluxo de pagamentos em moeda nacional descrito no pertinente contrato, são garantidos, quanto à sua existência e liquidação, pela União, a qual se obrigou a honrá-los incondicionalmente. O vencimento dos recebíveis ocorre entre março/2020 e fev/2023 (pagamentos mensais) e a Taxa Interna de Retorno é de 9,34%. Esses créditos, atualizados para 31 de dezembro de 2017 correspondem a R$ 9.371.002 (R$ 8.579.958 em 31 de dezembro de 2016).

9. OUTROS VALORES E BENS

	BNDES		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Bens não de Uso Próprio	**1.051**	**1.051**	**2.049**	**2.049**
Imóveis	479	479	479	479
Outros	2.957	2.957	3.955	3.955
Provisão para desvalorizações	(2.385)	(2.385)	(2.385)	(2.385)
Material em estoque	**1.504**	**1.380**	**1.504**	**1.380**
Subtotal de outros valores e bens	**2.555**	**2.431**	**3.553**	**3.429**
Despesas antecipadas	**1.315.970**	**1.571.124**	**1.315.972**	**1.571.126**
Prêmio de seguro	525.717	725.474	525.718	725.476
Comissão de agente	21.398	25.730	21.398	25.730
Prêmio de seguro financiado	768.855	819.920	768.856	819.920
Total de outros valores e bens	**1.318.525**	**1.573.555**	**1.319.525**	**1.574.555**

(continua)

(continuação)

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os contratos de empréstimos e repasses não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar as demonstrações financeiras do BNDES.

10.1. Composição

a) Empréstimos no país

	BNDES e Consolidado	
	2017	**2016**
Obrigações por aquisição de títulos federais	3.299.584	3.644.151
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação - FGE	773.355	825.081
Total	**4.072.939**	**4.469.232**
Circulante	421.288	423.619
Não circulante	3.651.651	4.045.613

Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES, para pagamento em 2008 de dividendos e juros sobre o capital próprio referentes aos exercícios de 2006 e 2007 para seu acionista único, adquiriu, mediante financiamento, títulos públicos federais junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R$ 3.299.584 em 31 de dezembro de 2017 - R$ 378.065 no circulante e R$ 2.921.519 no não circulante - (R$ 3.644.151, sendo R$ 377.212 no circulante e R$ 3.266.939 no não circulante em 31 de dezembro de 2016) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

b) Empréstimos no exterior

b.1) Bônus

				BNDES e Consolidado	
Valor da emissão	**Vencimento**	**Taxas de captação**	**Agente pagador**	**2017**	**2016**
USD 1 bilhão	16/06/2018	6,369%	Bank of New York	3.308.000	3.259.100
USD 1 bilhão	10/06/2019 (3)	6,500%	Bank of New York	2.663.618	2.624.244
USD 1 bilhão	12/07/2020 (2) (3)	5,500%	Bank of New York	2.111.374	2.080.163
USD 1,75 bilhão (1)	26/09/2023 (2) (3)	5,750%	Bank of New York	3.629.784	3.565.680
EUR 750 milhões	15/09/2017	4,125%	Bank of New York	–	2.540.978
EUR 650 milhões	21/01/2019	3,625%	Bank of New York	2.538.996	2.200.576
USD 1 bilhão	14/04/2019 (2) (3)	4,000%	Bank of New York	2.128.192	2.098.137
USD 1 bilhão	09/05/2024	4,750%	Bank of New York	3.299.060	
Juros provisionados				289.972	291.989
Total				**19.968.996**	**18.660.867**
Circulante				3.596.854	2.870.790
Não circulante				16.372.142	15.790.077

(1) Saldo composto pela emissão original realizada em setembro de 2013 no valor de USD 1,250 bilhão e pela reabertura deste título, realizada em abril de 2014 no valor adicional de USD 500 milhões.

(2) Entre 16 e 20 de novembro de 2015, foram recomprados, por meio de oferta pública os seguintes valores de face: USD 158,2 milhões do título com vencimento em 14/04/2019, USD 165,6 milhões do título com vencimento em 12/07/2020 e USD 309,8 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

(3) Entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, foram cancelados USD 356,2 milhões do título com vencimento em 14/04/2019, USD 161,6 milhões do título com vencimento em 10/06/2019, USD 305,1 milhões do título com vencimento em 12/07/2020 e USD 655,9 milhões do título com vencimento em 26/09/2023. Em outubro de 2016 foram cancelados USD 33,2 milhões do título com vencimento em 10/06/2019, USD 56,6 milhões do título com vencimento em 12/07/2020.

b.2) Empréstimos sindicalizados e outros empréstimos no exterior

				BNDES e Consolidado	
Valor da emissão	**Vencimento**	**Taxas de captação**	**Agente**	2017	2016
USD 500 milhões (1)	28/04/2017	Libor 6M + 110 bps	Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ	–	1.303.640
Juros provisionados				–	6.058
Total				**–**	**1.309.698**
Circulante				–	1.309.698
Não circulante				–	–

(1) USD 400 milhões destinados ao BNDES e USD 100 milhões destinados à BNDES Ltd.

(continua)

(continuação)

c) Repasses no país - Tesouro Nacional

Vide Nota Explicativa n.º 19.2.2.

d) Repasses no Exterior - Instituições Multilaterais

			BNDES e Consolidado	
Instituição	Moeda	Vencimento médio (em anos)	2017	2016
Japan Bank for Internacional Cooperation - JBIC	YEN/US$	7,15	2.650.154	2.651.369
Inter-American Development Bank - BID	US$	12,19	11.619.350	11.040.201
Nordic Investment Bank - NIB	US$	3,83	406.755	537.286
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	US$	11,61	2.321.165	2.400.491
China Development Bank - CDB	US$	5,04	1.033.750	1.222.163
Ab Svensk Exportkredit	US$	1,82	330.800	325.910
Agence Française de Développment	US$	9,00	681.448	628.120
El Instituto de Crédito Oficial - ICO	US$	12,38	754.356	743.205
Juros provisionados			90.194	92.798
Total			**19.887.972**	**19.641.543**
Circulante			2.386.303	2.140.711
Não circulante			17.501.669	17.500.832

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 1,65 e 5,44 % a.a. em 31 de dezembro de 2017 (1,334 e 5,74 % a.a. em 31 de dezembro de 2016). A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	BNDES e Consolidado	
	2017	2016
Taxas de captação:		
Até 3%	12.535.757	12.464.868
De 3,1 a 5%	6.083.546	5.515.434
De 5,1 a 7%	1.178.475	1.568.442
Juros provisionados	90.194	92.799
Total	**19.887.972**	**19.641.543**

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado - empréstimos bancários e emissão de eurobônus - como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandam garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto Nordic Investment Bank - NIB, até o ano de 2010 e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como Japan Bank for International Cooperation - JBIC, Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, China Development Bank - CDB, Agence Française de Développement - AFD, Swedish Export Credit Corporation - SEK, El Instituto de Crédito Oficial - ICO, incluindo a operação celebrada com o NIB em julho de 2015, não demandaram garantia formal da União.

e) Fundo da Marinha Mercante - FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de recursos do FMM disponíveis junto ao BNDES e de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R$ 20.132.347 (R$ 19.642.322 em 31 de dezembro de 2016).

10.2. As obrigações por empréstimos e repasses, por ano de vencimento, estão discriminados a seguir

	2017					
	BNDES			Consolidado		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
A vencer:						
2018	3.708.151	5.983.157	9.691.308	3.708.151	5.983.157	9.691.308
2019	2.159.219	9.956.831	12.116.050	2.159.219	9.956.831	12.116.050
2020	2.625.577	4.219.062	6.844.639	2.625.577	4.219.062	6.844.639
2021	2.161.148	1.945.340	4.106.488	2.161.148	1.945.340	4.106.488
2022	2.141.287	1.815.361	3.956.648	2.141.287	1.815.361	3.956.648
Após 2023	391.288.306	15.937.217	407.225.523	391.288.306	15.937.217	407.225.523
Total	**404.083.688**	**39.856.968**	**443.940.656**	**404.083.688**	**39.856.968**	**443.940.656**

	2016					
	BNDES			Consolidado		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
A vencer:						
2017	3.199.041	6.321.199	9.520.240	3.199.041	6.321.199	9.520.240
2018	2.476.673	5.481.641	7.958.314	2.476.673	5.481.641	7.958.314
2019	2.246.819	9.463.073	11.709.892	2.246.819	9.463.073	11.709.892
2020	2.310.778	4.118.182	6.428.960	2.310.778	4.118.182	6.428.960
2021	2.057.376	1.879.186	3.936.562	2.057.376	1.879.186	3.936.562
Após 2021	415.335.563	12.348.827	427.684.390	415.335.563	12.348.827	427.684.390
Total	**427.626.250**	**39.612.108**	**467.238.358**	**427.626.250**	**39.612.108**	**467.238.358**

11. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS

Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, constituído basicamente pelo produto da arrecadação da Contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 40% daquela arrecadação.

Para maiores informações sobre o FAT, vide Nota Explicativa n.º 26.16.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias:

11.1. FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 40% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT - TJLP) e por taxas de juros do mercado internacional (FAT-Cambial).

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o seguro-desemprego e o abono salarial, em montantes e situações previstas em lei.

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica "Dívidas Subordinadas" e tem a seguinte composição:

	BNDES e Consolidado	
	2017	2016
FAT - TJLP - Principal	208.456.175	188.280.768
FAT - Cambial - US$ [1]	24.103.960	25.580.459
	232.560.135	213.861.227
Juros provisionados	6.241.918	5.788.875
Total	**238.802.053**	**219.650.102**
Circulante	–	5.788.876
Não circulante	238.802.053	213.861.226

[1] até 50% dos recursos oriundos do FAT Constitucional poderão ser aplicados em projetos destinados à produção/comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional (Resolução CODEFAT nº 320, de 29.04.2003).

A Resolução CMN n.º 4.192/13, que revogou a Resolução CMN n.º 3.444/07, em seu Art. 23, parágrafo 2º, menciona os recursos autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) das Instituições Financeiras, com destaque para a Lei nº 7.998/90, que regula o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Para efeitos de utilização como Capital de Nível II, em qualquer data-base, a partir de outubro de 2013, é adotado como base 50% do Nível I do Patrimônio de Referência, equivalente a R$ 49.378.834 e R$ 48.789.462 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 45.651.836 e R$ 45.206.635 em 31 de dezembro de 2016) no BNDES Individual e no Consolidado, respectivamente.

11.2. FAT - Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os depósitos especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

O saldo devedor do FAT - Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica "Depósitos especiais - FAT" pelos seguintes programas:

FAT - Depósitos especiais	BNDES e Consolidado	
	2017	2016
Fomentar	4.762.727	5.686.262
Pronaf	2.685.676	2.460.285
Infraestrutura	3.987.736	4.885.273
Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	11.856	50.037
Total	**11.447.995**	**13.081.857**
Circulante	1.465.714	1.589.702
Não circulante	9.982.281	11.492.155

(continua)

(continuação)

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa:

Programa/Linha de Crédito Especial/Destaque da Programação de Depósitos Especiais	31/12/2017										
		Remuneração (Apropriação)			Recolhimento				Saldo		
	Entradas (1)	SELIC	TJLP	Total	SELIC	TJLP	Principal	Total	Disponível	Aplicado	Total
FAT INFRAESTRUTURA	**–**	**6.271**	**303.027**	**309.298**	**5.742**	**310.443**	**890.649**	**1.206.834**	**145.570**	**3.842.166**	**3.987.736**
Econômica-TADE n.º 06/2005	–	6.271	303.027	309.298	5.742	310.443	890.649	1.206.834	145.570	3.842.166	3.987.736
PRONAF:	**660.000**	**1.515**	**172.303**	**173.818**	**1.379**	**172.344**	**434.704**	**608.427**	**1.275**	**2.684.401**	**2.685.676**
Investimento-TADE n.º 19/2005	660.000	1.515	172.303	173.818	1.379	172.344	434.704	608.427	1.275	2.684.401	2.685.676
FAT FOMENTAR:	**–**	**28.705**	**335.312**	**364.017**	**26.474**	**345.452**	**915.626**	**1.287.552**	**562.863**	**4.199.864**	**4.762.727**
Micros e Pequenas Empresas-TADE n.º 21/2005	–	28.272	309.178	337.450	26.070	318.729	849.054	1.193.853	562.681	3.846.861	4.409.542
Médias e Grandes Empresas-TADE n.º 22/2005	–	433	26.134	26.567	404	26.723	66.572	93.699	182	353.003	353.185
FAT PNMPO:	**–**	**644**	**856**	**1.500**	**1.032**	**2.027**	**36.623**	**39.682**	**1.946**	**9.910**	**11.856**
PNMPO-TADE n.º 01/2013	–	644	856	1.500	1.032	2.027	36.623	39.682	1.946	9.910	11.856
Total	**660.000**	**37.135**	**811.498**	**848.633**	**34.627**	**830.266**	**2.277.602**	**3.142.495**	**711.654**	**10.736.341**	**11.447.995**

(1) Os remanejamentos entre programas autorizados pelo CODEFAT para execução da Programação de Depósitos Especiais 2016, foram realizados do programa FAT INFRAESTRUTURA para os programas FAT FOMENTAR MEPE e PRONAF INVESTIMENTO, não havendo, portanto, ingresso de novos recursos.

A movimentação do saldo do FAT Constitucional e do FAT - Depósitos Especiais durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 foi a seguinte:

	Constitucional		Depósitos	
	TJLP	Cambial	Especiais	Total
Saldo no início do exercício	193.881.304	25.768.798	13.081.857	232.731.959
. Ingresso de Recursos (1)	16.325.537	–	660.000	16.985.537
. Variação Cambial	–	298.696	–	298.696
. Provisão de Juros	11.820.588	281.371	–	12.101.959
. Juros s/ Depósitos Especiais	–	–	848.633	848.633
. Amortizações de Depósitos Especiais	–	–	(2.277.603)	(2.277.603)
. Capitalização de Juros	2.074.676	–	–	2.074.676
. Pagamento de Juros	(11.258.567)	(390.350)	(864.892)	(12.513.809)
. Retorno do Cambial	(2.628.108)	2.628.108	–	–
Saldo no fim do exercício	**210.215.430**	**28.586.623**	**11.447.995**	**250.250.048**

(1) Os remanejamentos entre programas autorizados pelo CODEFAT para execução da Programação de Depósitos Especiais 2017, foram realizados do programa FAT INFRAESTRUTURA para os programas FAT FOMENTAR MEPE e PRONAF INVESTIMENTO, não havendo, portanto, ingresso de novos recursos.

12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

O Sistema BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado a seguir:

Títulos	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.269.454	8.273.157	4.698.052	–
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	3.564.587	683.212	598.537	–
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-F	–	7.914	–	–
Total	**16.834.041**	**8.964.283**	**5.296.589**	**–**
Circulante	16.834.041	8.964.283	5.296.589	–
Não circulante	–	–	–	–

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1. Fundos Financeiros e de Desenvolvimento - Fundo de Participação PIS/PASEP

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fundo de Participação PIS/PASEP	27.699.007	34.968.975	27.699.007	34.968.975
Outros	7.021.286	6.502.794	7.054.686	6.533.073
Total	**34.720.293**	**41.471.769**	**34.753.693**	**41.502.048**

O risco das operações contratadas até 31 de dezembro de 1982 é do Fundo PIS-PASEP. Sobre esta parcela da carteira, da ordem de 0,1% do total em 31 de dezembro de 2017, o BNDES recebe comissão de administração de 0,5% ao ano, paga pelo Fundo. Nas operações contratadas após aquela data, o risco é do BNDES, que está autorizado a cobrar do mutuário comissão de administração de até 0,5% ao ano e comissão de risco de até 1,5% ao ano.

Os saldos dos recursos do Fundo PIS-PASEP que geram risco e são administrados pelo BNDES são:

	2017	2016
PIS-PASEP	27.686.466	34.942.248
Fundo de Participação Social - FPS	12.541	26.727
Total	**27.699.007**	**34.968.975**
Circulante	1.735.548	4.391.980
Não circulante	25.963.459	30.576.995

Movimentação das operações de crédito do Fundo PIS-PASEP:

	2017			2016		
	Risco BNDES	Risco PIS-PASEP	Total	Risco BNDES	Risco PIS-PASEP	Total
Saldo no início do exercício	34.942.248	3.157	34.945.405	33.720.689	22.008	33.742.697
Resultado (*)	2.499.218	5.957	2.505.175	2.691.559	(18.851)	2.672.708
Liquidação contratos risco PIS-PASEP	–	–	–	–	–	–
Devoluções	(9.774.000)	–	(9.774.000)	(1.470.000)	–	(1.470.000)
Transferências do FPS	19.000	–	19.000	–	–	–
Saldo no final do exercício	**27.686.466**	**9.114**	**27.695.580**	**34.942.248**	**3.157**	**34.945.405**

(*) Desconsiderando o saldo da rubrica "Despesas de Atualização de Obrigações Diversas" da Demonstração do Resultado do PIS/PASEP.

13.2. Outras obrigações - depósitos a apropriar

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos para liquidação de operações de crédito	129.829	17.818	180.878	48.755
Depósitos do AFRMM - conta especial	52.068	46.733	52.068	46.733
Outros	4.278	4.278	4.278	4.278
Total	**186.175**	**68.829**	**237.224**	**99.766**
Circulante	186.175	68.829	237.224	99.766
Não circulante	–	–	–	–

13.3. Outras obrigações - Diversas

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Provisão de desembolso - Fundo Social	522.870	455.445	522.870	455.445
Provisão de desembolso - FUNTEC	269.024	331.592	269.024	331.592
Provisão de desembolso - Fundo Cultural	32.761	36.152	32.761	36.152
Operações financeiras a liquidar	51.230	198	51.230	198
Participação Resultado - empregados	318.588	221.424	333.123	232.081
Participação Resultado - dirigentes	2.268	2.167	2.268	2.167
Fornecedores	20.929	35.673	33.779	50.086
Obrigações trabalhistas (pessoal)	213.890	204.544	227.739	218.276
Outras	59.016	18.346	62.374	22.925
	1.490.576	**1.305.541**	**1.535.168**	**1.348.922**
Não circulante				
Participação Resultado - dirigentes	2.052	1.657	2.052	1.657
	2.052	1.657	2.052	1.657
Total	**1.492.628**	**1.307.198**	**1.537.220**	**1.350.579**

(continua)

(continuação)

14. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E DE LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Debêntures	3.135.043	3.665.992	5.026.418	6.340.796
Letras de Crédito do Agronegócio	2.277.781	7.511.110	2.277.781	7.511.110
Total	**5.412.824**	**11.177.102**	**7.304.199**	**13.851.906**
Circulante	2.226.665	5.974.716	2.288.396	6.852.755
Não circulante	3.186.159	5.202.386	5.015.803	6.999.151

14.1. Emissões de debêntures

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Emissão Privada (BNDES)	3.135.043	3.665.992	3.135.043	3.665.992
Emissão Pública (BNDESPAR)	–	–	1.891.375	2.674.804
Total	**3.135.043**	**3.665.992**	**5.026.418**	**6.340.796**
Circulante	548.793	555.152	610.524	1.433.191
Não circulante	2.586.250	3.110.840	4.415.894	4.907.605

14.1.1. Emissão privada - BNDES

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R$ 10, na data da emissão. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal - CEF.

A remuneração foi fixada em 6% a.a., com pagamentos mensais. O saldo devedor é atualizado no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial - TR. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

Montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures pelo BNDES:

	2017	2016
3º emissão de debêntures simples do BNDES [1]		
1ª série		
Principal corrigido (TR)	670.243	783.393
Juros provisionados (6% a.a.)	1.552	2.177
2ª série		
Principal corrigido (TR)	670.243	783.393
Juros provisionados (6% a.a.)	1.552	2.177
3ª série		
Principal corrigido (TR)	670.243	783.393
Juros provisionados (6% a.a.)	1.552	2.177
4ª série		
Principal corrigido (TR)	670.243	783.393
Juros provisionados (6% a.a.)	1.552	2.177
5ª série		
Principal corrigido (TR)	446.829	522.262
Juros provisionados (6% a.a.)	1.034	1.450
Total	**3.135.043**	**3.665.992**
Circulante	548.793	555.152
Não circulante	2.586.250	3.110.840

14.1.2. Emissão pública - BNDESPAR

O quadro abaixo apresenta as emissões públicas de debêntures realizadas pela BNDESPAR com saldos a vencer:

Ano	Programa	Oferta	Série	Remuneração	Valor unitário	Valor principal	Vencimento	Atualização monetária e juros	Datas de pagamento dos juros
2012	Terceiro	Sexta	Terceira	Indexada ao IPCA	1	1.289.000	15/05/2019	IPCA + 5,3999%	15/05/2014; 15/05/2015; 15/05/2016; 15/05/2017; 15/05/2018; e 15/05/2019

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

	Vencimentos	2017	2016
1º distribuição - Terceiro Programa			
3ª série	15.01.2017		
Principal corrigido (IPCA)		–	787.816
Juros provisionados (6,2991% a.a)		–	47.598
		–	835.414
2º distribuição - Terceiro Programa			
3ª série	15.05.2019		
Principal corrigido (IPCA)		1.829.644	1.778.984
Juros provisionados (5,3999% a.a)		61.731	60.406
		1.891.375	1.839.390
Total		**1.891.375**	**2.674.804**
Circulante		61.731	878.039
Não circulante		1.829.644	1.796.765

14.2. Letras de crédito do agronegócio

O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

	BNDES e Consolidado		
	Vencimentos	2017	2016
Valores de emissão (Principal)			
	2017	–	4.681.653
	2018	1.380.136	1.377.652
	2019	498.037	497.198
Juros provisionados		399.608	954.607
Total		**2.277.781**	**7.511.110**
Circulante		1.677.872	5.419.564
Não circulante		599.909	2.091.546

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. O BNDES e suas controladas estão sujeitas às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15 % + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL [1]	20%
Contribuição para o PIS/PASEP [2]	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS [2]	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

[1] Alíquota aplicada às instituições financeiras, desde 01.09.2015 (até 31.08.2015 a alíquota era de 15%). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.
[2] Para as empresas não financeiras optantes pelo lucro real, e que seguem o método não cumulativo, a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65%, e da COFINS é de 7,6%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Detalhes sobre legislação e contabilização de tributos estão na Nota Explicativa n.º 26.17.

(continua)

(continuação)

15.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	BNDES		
	2º semestre de 2017	2017	2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro	5.057.361	7.126.555	9.309.990
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%..	(2.275.813)	(3.206.950)	(4.189.496)
Ajustes	**2.322.508**	**2.529.376**	**1.433.059**
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos(1)	625.054	(502.814)	1.254.951
· Majoração da alíquota da CSLL	(243.234)	(289.799)	(698.579)
· Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	1.144.042	1.949.200	95.876
· Diferença de alíquota da CSLL (Não-Financeiras)	–	–	–
· Juros sobre o capital próprio	660.853	1.258.438	768.974
· Participações no resultado	119.501	119.501	–
· Outras diferenças permanentes e incentivos fiscais	16.292	(5.150)	11.837
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	**46.695**	**(677.574)**	**(2.756.437)**
· Tributos Correntes	(1.353.662)	(3.113.800)	(6.984.134)
· Tributos Diferidos	1.400.357	2.436.226	4.227.697
Alíquota Efetiva	**-0,9%**	**9,5%**	**29,6%**

	Consolidado		
	2º semestre de 2017	2017	2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro	6.576.370	9.725.207	9.000.072
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%..	(2.959.366)	(4.376.343)	(4.050.032)
Ajustes	**1.557.644**	**1.170.709**	**1.676.249**
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos(1)	537.151	(663.149)	1.521.683
· Majoração da alíquota da CSLL	(247.611)	(296.284)	(715.328)
· Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	117.915	214.355	469.962
· Diferença de alíquota da CSLL (Não-Financeiras)	348.021	551.556	(224.205)
· Juros sobre o capital próprio	660.853	1.258.438	768.974
· Participações no resultado	147.200	147.200	–
· Outras diferenças permanentes e incentivos fiscais	(5.885)	(41.407)	(144.837)
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	**(1.401.722)**	**(3.205.634)**	**(2.373.783)**
· Tributos Correntes	(2.836.482)	(5.318.299)	(8.615.617)
· Tributos Diferidos	1.434.760	2.112.665	6.241.834
Alíquota Efetiva	**21,3%**	**33,0%**	**26,4%**

(1) Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.
(2) Refere-se, principalmente, a outras diferenças permanentes.

15.2. IR e CSLL Diferidos

(a) Saldo dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

	BNDES		Consolidado		
Ativo	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**Fundamento para realização**
Contrapartida no resultado:					
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.695.331	5.230.946	8.467.232	5.661.163	Recebimento ou efetivação da perda
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	2.327.678	2.311.481	6.572.031	6.957.449	Alienação de títulos
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	4.981	10.976	4.981	10.976	Alienação de títulos
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	20.722	24.650	461.743	437.425	Decisão judicial definitiva
. Participação dos empregados no lucro	118.425	72.662	145.875	100.186	Pagamento
. Ágio amortizado	–	–	47.589	113.281	Alienação de títulos
. Outros	123.062	152.107	171.553	201.243	
Subtotal	**10.290.199**	**7.802.822**	**15.871.004**	**13.481.723**	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - disponíveis para venda	812.260	973.527	4.923.822	5.311.762	Alienação de títulos
. Perda atuarial - FAMS	22.782	6.879	51.221	27.239	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	**835.042**	**980.406**	**4.975.043**	**5.339.001**	
Total dos créditos tributários diferidos	**11.125.241**	**8.783.228**	**20.846.047**	**18.820.724**	
. Circulante	1.992.540	1.408.406	2.978.072	2.513.159	
. Não circulante	9.132.701	7.374.822	17.867.975	16.307.565	

	BNDES		Consolidado		
Passivo	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**Fundamento para realização**
Contrapartida no resultado:					
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(604.560)	(553.409)	(1.070.154)	(759.461)	Alienação de títulos
. Outros	–	–	(9.116)	(34.354)	
Subtotal	(604.560)	(553.409)	(1.079.270)	(793.815)	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - disponíveis para venda	(192.748)	(553)	(11.765.660)	(9.764.573)	Alienação de títulos
Subtotal	**(192.748)**	**(553)**	**(11.765.660)**	**(9.764.573)**	
Total dos débitos tributários diferidos	**(797.308)**	**(553.962)**	**(12.844.930)**	**(10.558.388)**	
. Circulante	(117.031)	(553.962)	(1.397.959)	(996.303)	
. Não circulante	(680.277)	–	(11.446.971)	(9.562.085)	

(continua)

(continuação)

(b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

Ativo	BNDES			
	2016	Constituição	Realização	2017
Contrapartida no resultado:				
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.230.946	7.006.401	(4.542.016)	7.695.331
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	2.311.481	16.197	–	2.327.678
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	10.976	11.736	(17.731)	4.981
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	24.650	7.318	(11.246)	20.722
. Participação dos empregados no lucro	72.662	118.425	(72.662)	118.425
. Outros	152.107	111.693	(140.738)	123.062
Subtotal	**7.802.822**	**7.271.770**	**(4.784.393)**	**10.290.199**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - disponíveis para venda	973.527	–	(161.267)	812.260
. Perda atuarial - FAMS	6.879	15.903	–	22.782
Subtotal	**980.406**	**15.903**	**(161.267)**	**835.042**
Total dos créditos tributários diferidos	**8.783.228**	**7.287.673**	**(4.945.660)**	**11.125.241**

Passivo	BNDES			
	2016	Constituição	Realização	2017
Contrapartida no resultado:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(553.409)	(175.456)	124.305	(604.560)
Subtotal	**(553.409)**	**(175.456)**	**124.305**	**(604.560)**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - disponíveis para venda	(553)	(192.195)	–	(192.748)
Subtotal	**(553)**	**(192.195)**	**–**	**(192.748)**
Total dos débitos tributários diferidos	**(553.962)**	**(367.651)**	**124.305**	**(797.308)**

Ativo	Consolidado			
	2016	Constituição	Realização	2017
Contrapartida no resultado:				
. Provisão para risco de crédito	5.661.163	7.544.404	(4.738.335)	8.467.232
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	6.957.449	4.352.181	(4.737.599)	6.572.031
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	10.976	11.736	(17.731)	4.981
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	437.425	57.613	(33.295)	461.743
. Participação dos empregados no lucro	100.186	145.875	(100.186)	145.875
. Ágio amortizado	113.281	–	(65.692)	47.589
. Outros	201.243	122.703	(152.393)	171.553
Subtotal	**13.481.723**	**12.234.512**	**(9.845.231)**	**15.871.004**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - disponíveis para venda	5.311.762	–	(387.940)	4.923.822
. Perda atuarial - FAMS	27.239	23.982	–	51.221
Subtotal	**5.339.001**	**23.982**	**(387.940)**	**4.975.043**
Total dos créditos tributários diferidos	**18.820.724**	**12.258.494**	**(10.233.171)**	**20.846.047**

Passivo	Consolidado			
	2016	Constituição	Realização	2017
Contrapartida no resultado:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(759.461)	(653.001)	342.308	(1.070.154)
. Outros	(34.354)	(3.139)	28.377	(9.116)
Subtotal	**(793.815)**	**(656.140)**	**370.685**	**(1.079.270)**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - disponíveis para venda	(9.764.573)	(2.001.087)	–	(11.765.660)
Subtotal	**(9.764.573)**	**(2.001.087)**	**–**	**(11.765.660)**
Total dos débitos tributários diferidos	**(10.558.388)**	**(2.657.227)**	**370.685**	**(12.844.930)**

(c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos:

	BNDES						
	31/12/2015	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/12/2016	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/12/2017
Créditos tributários diferidos	11.934.737	4.773.690	(7.925.199)	8.783.228	2.487.377	(145.364)	11.125.241
Débitos tributários diferidos	(82.970)	(545.993)	75.001	(553.962)	(51.151)	(192.195)	(797.308)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	11.851.767	4.227.697	(7.850.198)	8.229.266	2.436.226	(337.559)	10.327.933

	Consolidado						
	31/12/2015	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/12/2016	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/12/2017
Créditos tributários diferidos	20.964.346	5.709.126	(7.852.748)	18.820.724	2.389.281	(363.958)	20.846.047
Débitos tributários diferidos	(3.710.989)	538.409	(7.385.808)	(10.558.388)	(285.455)	(2.001.087)	(12.844.930)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	17.253.357	6.247.535	(15.238.556)	8.262.336	2.103.826	(2.365.045)	8.001.117

(d) Créditos tributários diferidos não reconhecidos:

Em 31 de dezembro de 2017, não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R$ 2.312.214 (R$ 1.873.380 em 31 dezembro de 2016) e no Consolidado R$ 2.884.799 (R$ 2.643.189 em 31 de dezembro de 2016), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

(e) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários diferidos:

	BNDES					Consolidado				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2018	1.992.540	17,9%	(117.031)	14,7%	1.875.509	2.978.074	14,3%	(1.401.100)	10,9%	1.576.974
2019	1.048.146	9,4%	(398.611)	50,0%	649.535	2.121.948	10,2%	(1.630.834)	12,7%	491.114
2020	991.004	8,9%	(276.531)	34,7%	714.473	1.935.409	9,3%	(1.530.354)	11,9%	405.055
2021	1.119.502	10,1%	–	–	1.119.502	2.055.989	9,8%	(1.218.298)	9,5%	837.691
2022	1.835.585	16,5%	–	–	1.835.585	3.227.867	15,5%	(1.218.297)	9,5%	2.009.570
2023 a 2027	4.138.464	37,2%	–	–	4.138.464	8.518.355	40,8%	(5.283.025)	41,1%	3.235.330
Após 2027 [3]	–	–	(5.135)	0,6%	(5.135)	8.405	0,1%	(563.022)	4,4%	(554.617)
Total	**11.125.241**	**100%**	**(797.308)**	**100,0%**	**10.327.933**	**20.846.047**	**100,0%**	**(12.844.930)**	**100,0%**	**8.001.117**
Valor Presente	**8.208.095**	**(684.665)**	**7.523.430**	**15.340.217**	**(9.315.443)**	**6.024.774**				

[3] Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.059/2002.

(continua)

(continuação)

15.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IRPJ/CSLL a compensar	–	–	148.475	576.347
Imposto de renda retido na fonte	4.483	4.209	90.696	75.373
Outros	235	620	4.204	1.851
Total no Ativo Circulante	**4.718**	**4.829**	**243.375**	**653.571**

16. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e política do sistema BNDES para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 26.18.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, estão apresentadas no quadro abaixo:

	Processos trabalhistas		Processos cíveis	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
2018	–	–	–	–
2019	22.029	31.798	8	8
2020	4.667	5.107	2.471	4.949
2021	4.705	4.930	–	28
2022	6.686	6.731	9.079	1.292.741
2023	431	431	1.100	1.100
2024	629	630	–	–
Total	**39.147**	**49.627**	**12.658**	**1.298.826**

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	2017			
	Processos trabalhistas		Processos cíveis	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
2018	–	–	–	–
2019	22.029	31.798	8	8
2020	4.667	5.107	2.471	4.949
2021	4.705	4.930	–	28
2022	6.686	6.731	9.079	1.292.741
2023	431	431	1.100	1.100
2024	629	630	–	–
Total	**39.147**	**49.627**	**12.658**	**1.298.826**

a) Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 112 processos judiciais em andamento (128 no consolidado) referentes, principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária e complementação de aposentadoria.

Movimentação da provisão trabalhista no período:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	45.356	44.257	65.792	61.961
Pagamentos	(1.902)	(27.706)	(3.634)	(28.050)
Constituições	17.250	35.437	20.705	39.887
Reversões	(21.557)	(6.632)	(33.236)	(8.006)
Saldo no final do exercício	**39.147**	**45.356**	**49.627**	**65.792**

Em 31 de dezembro de 2017, havia 36 processos judiciais em andamento (60 no Consolidado), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 5.464 (R$ 8.163 no Consolidado).

b) Provisões cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 10 processos (17 no Consolidado), cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização - PND, além daqueles acerca de questões contratuais. No Consolidado, os pleitos são similares, sendo o principal uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989, onde a sentença de 1º grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.

Movimentação das provisões cíveis no período:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	12.353	3.696	1.204.258	1.082.085
Constituições	1.836	9.320	146.518	126.925
Reversões	(1.531)	(663)	(51.950)	(4.752)
Saldo no final do exercício	**12.658**	**12.353**	**1.298.826**	**1.204.258**

Em 31 de dezembro de 2017, havia 36 processos judiciais em andamento (55 no Consolidado) classificados na categoria de risco possível com montante estimado de R$ 232.852 (R$ 1.560.171 no Consolidado).

17. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDES e suas subsidiárias podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 26.14.

17.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Passivo atuarial - FAPES	2.463.589	2.468.007	3.037.085	2.993.605
Passivo atuarial - FAMS	2.135.491	1.628.773	2.638.757	2.051.510
	4.599.080	4.096.780	5.675.842	5.045.115
Circulante				
FAPES	72.734	50.320	95.588	67.112
FAMS	35.551	39.507	57.132	57.242
	108.285	89.827	152.720	124.354
Não circulante				
FAPES	2.390.855	2.417.687	2.941.497	2.926.493
FAMS	2.099.940	1.589.266	2.581.625	1.994.268
	4.490.795	4.006.953	5.523.122	4.920.761

17.1.1. Plano Básico de Benefícios - PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, com base nos dados de novembro de 2017 e atualizada até 31 de dezembro de 2017:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor presente da obrigação atuarial	11.184.161	10.252.163	13.784.822	12.741.775
Valor justo dos ativos do plano	(8.720.572)	(7.784.156)	(10.747.737)	(9.748.170)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	**2.463.589**	**2.468.007**	**3.037.085**	**2.993.605**

Em 29/12/2016 foi validado pelo Conselho Deliberativo da FAPES, após aprovação pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), o Plano de Equacionamento do Déficit do PBB. O valor a ser equacionado é de R$ 953.523 e serão pagos 50% pelos Patrocinadores e 50% pelos participantes ativos e assistidos. O pagamento será através de contribuição extraordinária, que teve o seu início a partir de março de 2017 e duração prevista de 25 anos.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor presente no início do exercício	10.252.163	8.204.578	12.741.775	10.341.882
Custo do serviço corrente	403.876	351.607	410.112	358.197
Custo de juros	1.094.516	1.150.192	1.360.305	1.449.818
Contribuição dos participantes do plano	74.893	69.943	77.520	72.606
Perdas (ganhos) atuariais	(113.169)	976.458	(122.710)	1.170.000
Mudança de premissas (tabuas atuariais)	8.023	–	8.807	–
Mudança de premissas (taxa de desconto)	678.324	1.341.291	796.843	1.599.103
Ajuste de experiência	(799.516)	(420.872)	(928.360)	(486.452)
Mudança de premissas (crescimento salarial)	–	56.039	–	57.349
Benefícios pagos	(528.118)	(500.615)	(682.180)	(650.728)
Valor presente no fim do exercício	**11.184.161**	**10.252.163**	**13.784.822**	**12.741.775**

(continua)

(continuação)

As mudanças no valor justo dos ativos do PBB são as seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor justo no início do exercício	7.784.156	6.874.689	9.748.170	8.665.554
Receita de juros	831.033	963.756	1.040.709	1.214.816
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	370.923	184.636	341.487	219.971
Contribuições recebidas do empregador (*)	187.685	191.747	222.031	225.951
Contribuições recebidas dos participantes	74.893	69.943	77.520	72.606
Benefícios pagos	(528.118)	(500.615)	(682.180)	(650.728)
Valor justo no fim do exercício	**8.720.572**	**7.784.156**	**10.747.737**	**9.748.170**

(*) Correspondem a contribuições para ativos, assistidos e contrato de dívida

A contribuição estimada com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para o próximo ano, é de aproximadamente R$ 196.131 (R$ 232.022 para o consolidado).

A duração média da obrigação atuarial é de 17,89 anos em 31 de dezembro de 2017 (17,27 anos em 31 de dezembro de 2016).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2017 para os próximos anos:

Plano PBB	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES	609.518	624.702	1.942.894	56.372.743	59.549.857
Consolidado	792.931	810.348	2.507.977	60.796.940	64.908.196

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e taxa de crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

	BNDES		Consolidado	
Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 1% a.a.	(1.361.222)	(12,17%)	(1.602.545)	(11,63%)
Redução de 1% a.a.	1.723.855	15,41%	2.011.020	14,59%
Tábua de mortalidade				
Aumento de 1 ano na idade	187.179	1,67%	230.214	1,67%
Redução de 1 ano na idade	(192.156)	(1,72%)	(236.592)	(1,72%)
Taxa de crescimento salarial				
Aumento de 1% a.a.	461.592	4,13%	466.937	3,39%
Redução de 1% a.a.	(399.369)	(3,57%)	(404.477)	(2,93%)

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	BNDES		
	2º Semestre de 2017	2017	2016
Custo do serviço corrente	222.148	403.876	351.607
Custo dos juros da obrigação	561.133	1.094.516	1.150.192
Receita de juros dos ativos	(426.051)	(831.033)	(963.756)
Total	**357.230**	**667.359**	**538.043**

	Consolidado		
	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Custo do serviço corrente	225.526	410.112	358.197
Custo dos juros da obrigação	697.397	1.360.305	1.449.818
Receita de juros dos ativos	(533.548)	(1.040.709)	(1.214.816)
Total	**389.375**	**729.708**	**593.199**

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo do início do exercício	935.835	144.013	1.216.768	266.739
Perdas (Ganhos) atuariais	(113.169)	976.458	(122.710)	1.170.000
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(370.923)	(184.636)	(341.487)	(219.971)
Saldo no final do período	**451.743**	**935.835**	**752.571**	**1.216.768**

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

	BNDES							
	2017				2016			
Ativos por categoria	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	1.727.152	3.037.297	3.144.402	7.908.851	1.408.128	2.820.334	2.757.564	6.986.026
Renda fixa	1	–	–	1	1	–	–	1
Ações	1.477.504	–	–	1.477.504	1.225.143	–	–	1.225.143
Multimercado	249.647	3.037.297	2.841.524	6.128.468	182.984	2.820.334	2.513.560	5.516.878
Empresas emergentes	–	–	15.103	15.103	–	–	9.021	9.021
Participações	–	–	287.775	287.775	–	–	234.983	234.983
Imóveis[1]	–	634.752	–	634.752	–	638.800	–	638.800
Locados a terceiros	–	600.008	–	600.008	–	603.878	–	603.878
Locados aos patrocinadores	–	34.744	–	34.744	–	34.922	–	34.922
Empréstimos e financiamentos	–	–	295.330	295.330	–	–	285.050	285.050
Subtotal	**1.727.152**	**3.672.049**	**3.439.732**	**8.838.933**	**1.408.128**	**3.459.134**	**3.042.614**	**7.909.876**
Outros ativos não avaliados a valor justo[2]				50.655				45.547
Outras deduções[3]				(189.838)				(171.267)
Total 30/11/2017 e 30/11/2016				**8.699.750**				**7.784.156**
Atualização de data-base[4]				20.822				–
Total 31/12/2017 e 31/12/2016				**8.720.572**				**7.784.156**

(1) O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R$ 21.729 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 21.740 em 31 de dezembro de 2016).

(2) Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

(3) Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

(4) Projeção do valor justo dos ativos do plano para 31/12/2017. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Taxa Selic vigente em 31/12/2017.

(continua)

(continuação)

	Consolidado							
	2017				2016			
Ativos por categoria	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Fundos de investimento	2.129.562	3.744.957	3.877.018	9.751.537	1.763.411	3.531.930	3.453.320	8.748.661
Renda fixa	2	–	–	2	1	–	–	1
Ações	1.821.748	–	–	1.821.748	1.534.257	–	–	1.534.257
Multimercado	307.812	3.744.957	3.503.572	7.556.341	229.153	3.531.930	3.147.752	6.908.835
Empresas emergentes	–	–	18.622	18.622	–	–	11.296	11.296
Participações	–	–	354.824	354.824	–	–	294.272	294.272
Imóveis[1]	–	782.643	–	782.643	–	799.974	–	799.974
Locados a terceiros	–	739.804	–	739.804	–	756.241	–	756.241
Locados aos patrocinadores	–	42.839	–	42.839	–	43.733	–	43.733
Empréstimos e financiamentos	–	–	364.139	364.139	–	–	356.971	356.971
Subtotal	**2.129.562**	**4.527.600**	**4.241.157**	**10.898.319**	**1.763.411**	**4.331.904**	**3.810.291**	**9.905.606**
Outros ativos não avaliados a valor justo[2]				62.457				57.038
Outras deduções[3]				(234.069)				(214.474)
Total 30/11/2017 e 30/11/2016				**10.726.707**				**9.748.170**
Atualização de data base[4]				21.030				–
Total 31/12/2017 e 31/12/2016				**10.747.737**				**9.748.170**

[1] O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R$ 26.791 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 27.225 em 31 de dezembro de 2016).
[2] Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.
[3] Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.
[4] Projeção do valor justo dos ativos do plano para 31/12/2017. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Taxa Selic vigente em 31/12/2017.

Contas a Pagar FAPES - Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contratos de 2002 [a]	621.728	593.361	794.577	758.324
Contratos de 2004 [b]	41.875	50.485	57.713	69.578
Total	**663.603**	**643.846**	**852.290**	**827.902**

[a] Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.
[b] Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão do Tribunal de Contas da união - TCU (TC-029.845/2016-5), de 18 de julho de 2017, encontram-se suspensos, junto à FAPES, os pagamentos das contribuições correspondentes aos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004.

A FAPES, através de pleito administrativo, solicitou junto aos patrocinadores do PBB o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes em função de interpretação e reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30 de dezembro de 2014, a Administração manifestou-se em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Planejamento.

Em 21 de julho de 2016, a FAPES ingressou, na Justiça Federal do Rio de Janeiro, com ação de cobrança. Em 26 de julho de 2016, o SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

O BNDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e nesse sentido o valor em litígio não foi provisionado.

17.1.2. Plano de Assistência e Saúde - PAS (FAMS)

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor presente das obrigações	2.135.491	1.628.772	2.638.757	2.051.510
Passivo líquido	2.135.491	1.628.772	2.638.757	2.051.510

A movimentação no saldo da obrigação durante o período é demonstrada a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	1.628.773	1.174.745	2.051.510	1.447.274
Custo do serviço corrente	132.910	102.019	136.679	105.166
Custo de juros da Obrigação	171.674	164.687	216.231	202.892
Perdas (Ganhos) atuariais	260.990	237.279	311.577	364.943
Mudança de premissas (taxa de desconto)	132.307	293.545	153.434	354.654
Ajuste de experiência	128.683	(56.266)	158.143	10.289
Benefícios pagos	(58.856)	(49.957)	(77.240)	(68.765)
Saldo no final do período	**2.135.491**	**1.628.773**	**2.638.757**	**2.051.510**

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	BNDES		
	2º Semestre de 2017	2017	2016
Custo do serviço corrente	72.409	132.910	102.019
Custo dos juros da obrigação	87.987	171.674	164.687
Total	**160.396**	**304.584**	**266.706**

	CONSOLIDADO		
	2º Semestre de 2017	2017	2016
Custo do serviço corrente	74.413	136.679	105.166
Custo dos juros da obrigação	110.823	216.231	202.892
Total	**185.236**	**352.910**	**308.058**

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo do início do exercício	69.382	(167.897)	204.688	(160.255)
Perdas (Ganhos) atuariais	260.990	237.279	311.577	364.943
Saldo no final do exercício	**330.372**	**69.382**	**516.265**	**204.688**

O BNDES espera contribuir com a concessão de benefício pós-emprego de assistência e saúde para o próximo ano, em aproximadamente R$ 61.939 e R$ 86.207 no Consolidado.

A duração média da obrigação atuarial é de 24,63 anos em 31 de dezembro de 2017 (21,04 anos em 31 de dezembro de 2016).

(continua)

(continuação)

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base em 31 de dezembro de 2017 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES	61.939	66.314	223.179	19.755.990	20.107.422
Consolidado	86.207	92.061	310.067	21.026.941	21.515.276

Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

	BNDES		Consolidado	
Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 1% a.a.	(355.162)	(16,63%)	(413.254)	(15,66%)
Redução de 1% a.a.	477.116	22,34%	549.163	20,81%
Tábua de mortalidade				
Aumento de 1 ano na idade	79.214	3,71%	97.207	3,68%
Redução de 1 ano na idade	(78.441)	(3,67%)	(96.218)	(3,65%)
Taxa aumento dos custos médicos				
Aumento de 1% a.a.	474.189	22,21%	545.811	20,68%
Redução de 1% a.a.	(359.411)	(16,83%)	(418.226)	(15,85%)

17.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000 basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30%	Álvaro Vindas
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,36% a.a	3,36% a.a.
Grupo Apoio	3,34% a.a.	3,34% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	8,01% a.a	10,08% a.a.
Grupo Apoio	7,99% a.a.	10,06% a.a.
Taxa de desconto nominal	10,18% a.a	12,79% a.a.
Taxa de inflação	4,5% a.a.	6,5% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,18%a.a	12,79% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a	5,00%a.a.

17.4. Processos Judiciais e Contingências

		PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	16.510	–
	Quantidade	9	–
Classificação: Possível	Valor	87.796	233
	Quantidade	97	15

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R$ 16.510 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas-extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista.

Conforme Resolução CMN n.º 3.823/2009, para as perdas possíveis a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R$ 87.796 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria relacionados ao Regulamento do Plano Básico de Benefícios, especialmente interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS esses processos totalizam R$ 233 e referem-se a inclusão de dependente; atendimento *Home Care* e cancelamento do Plano de saúde.

17.5. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

	BNDES			Consolidado		
	2º Semestre de 2017	2017	2016	2º Semestre de 2017	2017	2016
Vale-transporte	1.608	3.009	3.515	2.036	3.809	4.773
Vale-refeição	24.781	48.249	59.115	31.368	61.075	80.481
Assistência Educacional	8.797	17.205	19.962	11.136	21.779	27.137
Total	**35.186**	**68.463**	**82.592**	**44.540**	**86.663**	**112.391**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DESTINAÇÃO DE RESULTADO

O tratamento contábil dos itens componentes do patrimônio líquido estão descritos na Nota Explicativa n.º 26.19.

Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o capital social subscrito do BNDES estava representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

Destinação do Resultado

	2017	2016
Resultado do exercício	6.183.422	6.391.658
Valores destinados	6.183.422	2.748.413
Destinações		
Reserva legal - 5% (1)	309.171	319.583
Remuneração ao acionista	1.468.563	1.518.019
Remuneração ao acionista mínima obrigatória - 25% (2)	1.468.563	1.518.019
Reserva para futuro aumento de capital	2.349.700	910.811
Reserva para margem operacional	–	3.643.245
Reserva para equalização de dividendos	2.055.988	–
Remuneração ao acionista proposta	1.468.563	1.518.019
Juros sobre o capital próprio	1.468.563	1.518.019

(1) Limitado a 20% do capital social, ou , a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.
(2) 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais.

Política de Dividendos

Em 21 de dezembro de 2016 o BNDES obteve aprovação para sua Política de Dividendos, requerida no âmbito da Lei n.º 13.303/2016. Em termos gerais, a Política de Dividendos dá a seguinte destinação ao Lucro Líquido Ajustado:

	%
Dividendo mínimo obrigatório	25,0
Reserva para futuro aumento de capital	40,0
Reserva para equalização de dividendos	35,0

A Reserva de lucros para futuro aumento de capital foi incorporada à conta Capital social durante o exercício de 2017.

A Reserva para equalização de dividendos pode ser utilizada para pagamento de dividendos complementares desde que projeções para os três anos subsequentes indiquem que tal pagamento não viria a provocar qualquer descumprimento nos limites prudenciais. Esta Reserva sucede a Reserva de margem operacional, que teve seu saldo transferido para a nova Reserva durante o exercício de 2017.

Adicionalmente, a Política indica que eventuais antecipações de resultado só podem ocorrer na modalidade de Antecipação de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP), nos termos previstos por Lei.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Ajustes de avaliação patrimonial

	2017	2016
Ajuste - acumulado de conversão - próprios	17.376	–
Ajuste - acumulado de conversão - reflexo de coligada	145.752	43.542
Ajuste - outros resultados abrangentes - reflexo de coligada	(447.828)	(236.954)
Ajuste - outros resultados abrangentes - próprios	(759.333)	(998.338)
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda[1]	13.329.088	8.406.176
De títulos próprios	13.329.485	8.468.858
De ativos de empresa controlada (BNDESPAR)	(397)	(62.682)
Total	**12.285.055**	**7.214.426**

[1] Para efeito da Resolução CMN n.º 4175, vide Nota Explicativa n.º 7.1.2.

Pagamento de dividendos

Durante o exercício de 2017, o BNDES efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme descrito a seguir:

Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago (*)	Meio de pagamento
JSCP	2016	1.518.019	1.564.147	Dinheiro
JSCP complementar	2016	1.327.965	1.400.000	Dinheiro
Dividendo complementar	2016	797.260	840.507	Dinheiro
Total		**3.643.244**	**3.804.654**	

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

19. PARTES RELACIONADAS

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico n.º 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.750/2009.

19.1. Transações com controladas

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e foram as seguintes:

	2017				2016			
	Finame	Bndespar	Bndes Ltd	Total	Finame	Bndespar	Bndes Ltd	Total
Ativo								
Operações de repasses								
Moeda nacional	89.125.035	–	–	89.125.035	114.831.496	553.293	–	115.384.789
Moeda estrangeira	13.879.728	–	–	13.879.728	14.707.534	–	–	14.707.534
	103.004.763	**–**	**–**	**103.004.763**	**129.539.030**	**553.293**	**–**	**130.092.323**
Dividendos a receber	576.482	–	–	576.482	751.657	–	–	751.657
Passivo								
Operações compromissadas								
Moeda nacional	349.044	11.188.408	–	11.537.452	5.002.411	3.961.872		8.964.283

	2º semestre de 2017				2017				2016			
	Finame	Bndespar	Bndes Ltd	Total	Finame	Bndespar	Bndes Ltd	Total	Finame	Bndespar	Bndes Ltd	Total
Receitas:												
Operações de repasses	2.954.042	–	–	2.954.042	6.645.055	17.477	–	6.662.532	6.257.360	48.683	–	6.306.043
Despesas:												
Operações compromissadas	(59.571)	(295.588)	–	(355.159)	(230.636)	(573.231)	–	(803.867)	(1.003.474)	(382.434)	–	(1.385.908)
Empréstimos e repasses	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	52.312	52.312

19.2. Transações com o Tesouro Nacional - acionista único do BNDES

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Títulos públicos federais (Nota Explicativa n.º 6)	68.814.370	74.139.978	68.845.005	74.159.249
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota Explicativa n.º 19.2.1)	1.538.401	1.877.938	4.027.194	5.560.062
Passivo				
Operações de repasses	379.877.246	403.512.726	379.877.246	403.512.726
Outras obrigações com STN	72	–	2.683	890
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa n.º 19.2.3)	36.110.598	36.250.422	36.110.598	36.250.422

	BNDES		
	2º semestre de 2017	2017	2016
Resultado:			
Resultado com títulos públicos federais	3.862.716	8.624.037	14.156.373
Receitas com outros créditos - equalização	1.309.813	2.781.009	3.536.948
Despesas com operações de repasses e instrumento elegível ao capital principal	(13.516.428)	(28.103.635)	(35.407.981)
Despesas com outras obrigações - equalização	(2.321)	(4.095)	(4.542)

	Consolidado		
	2º semestre de 2017	2017	2016
Resultado:			
Resultado com títulos públicos federais	3.864.717	8.630.294	14.190.410
Receitas com outros créditos - equalização	3.495.615	7.685.666	10.828.560
Despesas com operações de repasses e instrumento elegível ao capital principal	(13.516.428)	(28.103.635)	(35.407.981)
Despesas com outras obrigações - equalização	(5.599)	(9.076)	(5.507)

19.2.1. Créditos Específicos - Vinculados ao Tesouro Nacional

São valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento - PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários).

Para detalhes sobre estes créditos, vide Nota Explicativa n.º 26.20.

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	1.447.355	1.795.677	3.936.148	5.477.801
Outros créditos	91.046	82.261	91.046	82.261
Total	**1.538.401**	**1.877.938**	**4.027.194**	**5.560.062**

(continua)

(continuação)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a composição dos saldos é a seguinte:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valores Apurados em:				
2017	1.305.338	–	3.491.163	–
2016	533	1.654.228	746	5.033.571
2015	550	545	771	829
2014	578	572	800	791
2013	744	727	971	951
2012	599	592	826	816
Anteriores a 2012	139.013	139.013	440.871	440.843
Total	**1.447.355**	**1.795.677**	**3.936.148**	**5.477.801**

As movimentações desta rubrica em 2017 e 2016 foram as seguintes:

	BNDES					
	2017			2016		
	PSI	Demais programas	Total	PSI	Demais programas	Total
Saldos no início do exercício	975.754	819.923	1.795.677	1.082.211	2.443.064	3.525.275
.Valores apurados no período	1.508.872	1.261.747	2.770.619	2.114.402	1.342.063	3.456.465
. Atualização Monetária	–	1.604	1.604	2.332	14.076	16.408
. Recebimentos	(1.802.668)	(1.318.393)	(3.121.061)	(2.223.191)	(2.980.363)	(5.203.554)
. Outras	–	516	516	–	1.083	1.083
Saldos no fim do exercício	**681.958**	**765.397**	**1.447.355**	**975.754**	**819.923**	**1.795.677**

	Consolidado					
	2017			2016		
	PSI	Demais programas	Total	PSI	Demais programas	Total
Saldos no início do exercício	4.184.810	1.292.991	5.477.801	4.934.240	2.881.885	7.816.125
.Valores apurados no período	6.014.411	1.658.856	7.673.267	9.095.573	1.643.433	10.739.006
. Atualização Monetária	–	1.898	1.898	10.041	15.437	25.478
. Recebimentos	(7.536.675)	(1.680.867)	(9.217.542)	(9.855.044)	(3.249.058)	(13.104.102)
. Outras	–	724	724	–	1.294	1.294
Saldos no fim do exercício	**2.662.546**	**1.273.602**	**3.936.148**	**4.184.810**	**1.292.991**	**5.477.801**

19.2.2 Repasses no país - Tesouro Nacional

O quadro a seguir apresenta o passivo com repasses do Tesouro Nacional.

Moeda / Taxas de Captação	Vencimento médio (em anos)	BNDES e Consolidado 2017	2016
US$	19,61	688.195	757.442
US$ + 1,58%	21,39	3.774.031	3.891.105
TJLP (*)	40,65	374.261.522	397.590.500
Reais	–	1.642	1.642
Juros provisionados		1.151.856	1.272.037
Total		**379.877.246**	**403.512.726**
Circulante		1.457.256	1.519.084
Não circulante		378.419.990	401.993.642

(*) O BNDES liquidou antecipadamente os contratos n.º 703 (vencimento em dezembro de 2051) e n.º 738 (vencimento em julho de 2052) integralmente e o contrato n.º 755/PGFN/CAF (vencimento em novembro de 2052) parcialmente, totalizando o montante de R$ 50.000.000 em setembro e outubro de 2017.

19.2.3. Instrumentos elegíveis ao capital principal

Em 31 de dezembro de 2017, existem quatro contratos de dívida celebrados com a União que compõem o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal:

(i) Contrato n.º 867/PGFN/CAF - Contrato de financiamento celebrado em junho de 2013 entre o BNDES e a União, para concessão de crédito ao BNDES no valor de R$ 15.000.000, mediante a emissão de títulos da dívida pública federal interna.

(ii) Contratos n.º 963 e 964/PGFN/CAF - Instrumentos de novação e confissão de dívida celebrados em junho de 2014 entre o BNDES e a União, nos valores de R$ 8.731.760 e R$ 6.807.216, respectivamente.

(iii) Contrato n.º 1018/PGFN/CAF - Instrumento de desmembramento de dívida celebrado em dezembro de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R$ 5.000.000.

Esses contratos não possuem vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do BACEN.

A partir de 30 de junho de 2013 (Contrato n.º 867/PGFN/CAF), de 30 de junho de 2014 (Contratos n.º 963 e n.º 964/PGFN/CAF) e de 31 de dezembro de 2014 (Contrato n.º 1018/PGFN/CAF), estes instrumentos foram considerados como elegíveis ao Capital Principal pelo BACEN e passaram a compor o PR do BNDES, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Composição e movimentação dos instrumentos:

Remuneração	N.º do contrato (STN)	2016	Juros e atualização monetária	Pagamentos de juros	2017
Variável, limitada à TJLP....	867/PGFN/CAF	15.300.282	301.131	(360.147)	15.241.266
Variável, limitada à TJLP....	963/PGFN/CAF	8.906.558	175.293	(209.647)	8.872.204
Variável, limitada à TJLP....	964/PGFN/CAF	6.943.488	136.658	(163.440)	6.916.706
Variável, limitada à TJLP....	1018/PGFN/CAF	5.100.094	100.377	(120.045)	5.080.422
Total		**36.250.422**	**713.459**	**(853.283)**	**36.110.598**
Circulante		–			–
Não circulante		36.250.422			36.110.598

19.2.4. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

19.3. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Petrobras, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, Fundo de Participação PIS/PASEP, Fundo da Marinha Mercante - FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
Fundos, debêntures, operações de crédito e repasses, dividendos e JSCP e outros créditos a receber	103.679.321	108.426.051	131.600.575	137.901.477
Provisão para risco de crédito	(377.710)	(392.500)	(379.932)	(396.526)
Passivos				
Depósitos e Repasses	333.015.293	318.959.284	333.048.693	318.988.566

19.4. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES

As transações com o plano básico de benefício de assistência médica, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na Nota Explicativa n.º 17:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Passivo				
Contas a pagar - FAPES - Previdência	2.463.589	2.468.007	3.037.085	2.993.605
Passivo atuarial - FAMS - Assistência	2.135.491	1.628.773	2.638.757	2.051.510
Patrimônio líquido				
Ajuste de avaliação patrimonial - FAPES - Previdência	(451.743)	(935.835)	(451.743)	(935.835)
Ajuste de avaliação patrimonial - FAMS - Assistência	(330.372)	(69.383)	(330.372)	(69.383)

	BNDES			Consolidado		
	2º semestre de 2017	2017	2016	2º semestre de 2017	2017	2016
Despesas						
Plano de Previdência	(269.051)	(523.229)	(436.361)	(282.237)	(564.886)	(485.549)
Plano de Assistência	(128.180)	(245.729)	(216.747)	(144.088)	(275.670)	(239.293)

19.5. Transações com coligadas

O BNDES por meio de sua subsidiária BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 7.2.2. Além dos aportes de capital nas investidas e o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
Direitos recebíveis	3.459.175	18.477.503	3.459.175	18.643.442
Provisão	(18.162)	(254.981)	(18.162)	(420.920)
Dividendos a receber de coligadas	–	–	92.174	99.239

19.6. Remuneração de empregados e dirigentes

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Sistema BNDES: Diretores, membros dos Conselhos de Administração, Comitê de Auditoria e Conselhos Fiscais:

	BNDES		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Benefícios de curto prazo:				
Salários e encargos	12.131	12.247	13.858	13.760

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário mensal, sem encargos) pagas a administradores e empregados no período:

	BNDES				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	87,39	71,94	87,39	67,28	87,39	71,94	87,39	67,28
Menor Salário	8,01	3,33	7,08	2,94	8,01	3,33	7,08	2,94
Salário Médio	35,88	25,44	33,83	23,15	24,68	25,69	23,72	23,43

A partir de 1º de junho de 2017, com o encerramento das atividades da sua última unidade internacional, o BNDES passou a não mais possuir empregados expatriados, enquanto em 31 de dezembro de 2016 eram dois funcionários alocados no Reino Unido.

O Sistema BNDES não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração.

Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro das empresas do Sistema BNDES.

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da gestão. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob regulamentação do BACEN.

19.7. Participação nos lucros

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos lucros e resultados (empregados e administradores), decorrentes de pagamentos, ajustes e novos provisionamentos:

	BNDES				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Saldo no início do exercício	3.825	221.424	2.891	280.162	3.825	232.081	2.891	295.175
Ajuste do valor provisionado	61	8.879	53	(1.465)	61	9.315	53	(1.487)
Pagamentos realizados	(2.204)	(230.303)	(1.766)	(278.697)	(2.204)	(241.396)	(1.766)	(293.688)
Ajuste provisão RVAs diferida (*)	(389)	–	98	–	(389)	–	98	–
Provisão do exercício	3.027	318.588	2.549	221.424	3.027	333.123	2.549	232.081
Saldo no fim do exercício	**4.320**	**318.588**	**3.825**	**221.424**	**4.320**	**333.123**	**3.825**	**232.081**

(*) O ajuste dos valores diferidos decorre por 3 motivos: i) reajustamento dos honorários dos Dirigentes; ii) diferença na apuração dos indicadores, com base no relatório da auditoria interna; e iii) redução do montante a ser pago com base na variação do lucro líquido do ano de referência do pagamento frente ao exercício anterior.

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN n.º 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados da Diretoria é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Cronograma de pagamentos da Remuneração Variável Anual (RVA) dos dirigentes do Sistema BNDES:

	BNDES e Consolidado	
RVA	2017	2016
2017	–	2.167
2018	2.268	829
2019	1.185	574
2020	564	255
2021	303	–
Total	**4.320**	**3.825**

(continua)

(continuação)

20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Os critérios e políticas relacionados à informação por segmento estão descritos na Nota Explicativa n.º 26.15.

As informações por segmento de negócios foram analisadas e são demonstradas a seguir:

	BNDES 2017				
	Renda Fixa (financiamento a empresas)	Renda Variável (mercado de capitais)	Tesouraria (gestão das disponibilidades financeiras)	Não alocado	Totais
Receitas de intermediação financeira	**45.647.011**	**–**	**15.769.960**	**–**	**61.416.971**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros					
. Moeda nacional	38.799.998	–	–	–	38.799.998
. Moeda estrangeira	2.604.950	–	–	–	2.604.950
Resultado com títulos e valores mobiliários	594.127	–	15.769.960	–	16.364.087
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	2.781.009	–	–	–	2.781.009
Rendas com administração de fundos e programas	866.927	–	–	–	866.927
Despesas de intermediação financeira	**(43.140.186)**	**(713.459)**	**(12.114.924)**	**–**	**(55.968.569)**
Captação no mercado - financiamentos e repasses					
. Moeda nacional	(34.645.152)	(713.459)	(9.916.481)	–	(45.275.092)
. Moeda estrangeira	(2.513.137)	–	(963.123)	–	(3.476.260)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	–	–	(1.235.320)	–	(1.235.320)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(4.095)	–	–	–	(4.095)
Resultado de provisão para risco de crédito	(5.788.712)	–	–	–	(5.788.712)
Resultado da carteira de câmbio	(189.090)	–	–	–	(189.090)
Resultado bruto da intermediação financeira	**2.506.825**	**(713.459)**	**3.655.036**	**–**	**5.448.402**
Outras receitas (despesas) operacionais	**674.825**	**4.402.781**	**–**	**(3.399.453)**	**1.678.153**
Resultado com equivalência patrimonial	–	4.330.320	–	–	4.330.320
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC	674.825	–	–	444	675.269
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	31.071	–	–	31.071
Resultado com alienação de títulos de renda variável	–	41.390	–	–	41.390
Reversão (constituição) provisões trabalhistas e cíveis	–	–	–	13.878	13.878
Despesas tributárias	–	–	–	(578.987)	(578.987)
Despesas pessoal e administrativas	–	–	–	(1.793.571)	(1.793.571)
Outras receitas (despesas) operacionais	–	–	–	(1.041.217)	(1.041.217)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**3.181.650**	**3.689.322**	**3.655.036**	**(3.399.453)**	**7.126.555**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	–	–	–	(677.574)	(677.574)
Resultado antes da participação sobre o lucro	**3.181.650**	**3.689.322**	**3.655.036**	**(4.077.027)**	**6.448.981**
Participação dos empregados no lucro	–	–	–	(265.559)	(265.559)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**3.181.650**	**3.689.322**	**3.655.036**	**(4.342.586)**	**6.183.422**
ATIVOS	**550.473.271**	**115.168.668**	**183.942.219**	**11.871.888**	**861.456.046**

	BNDES 2016				
	Renda Fixa (financiamento a empresas)	Renda Variável (mercado de capitais)	Tesouraria (gestão das disponibilidades financeiras)	Não alocado	Totais
Receitas de intermediação financeira	**36.278.222**	**–**	**23.947.001**	**–**	**60.225.223**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros					
. Moeda nacional	44.251.279	–	–	–	44.251.279
. Moeda estrangeira	(13.234.019)	–	–	–	(13.234.019)
Resultado com títulos e valores mobiliários	716.074	–	23.947.001	–	24.663.075
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	3.536.948	–	–	–	3.536.948
Rendas com administração de fundos e programas	1.007.940	–	–	–	1.007.940
Despesas de intermediação financeira	**(30.967.029)**	**(540.520)**	**(15.891.503)**	**–**	**(47.399.052)**
Captação no mercado - financiamentos e repasses					
. Moeda nacional	(40.104.107)	(540.520)	(13.206.125)	–	(53.850.752)
. Moeda estrangeira	12.274.465	–	183.264	–	12.457.729
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	5.842.122	–	(2.868.642)	–	2.973.480
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(4.542)	–	–	–	(4.542)
Resultado de provisão para risco de crédito	(8.581.846)	–	–	–	(8.581.846)
Resultado da carteira de câmbio	(393.121)	–	–	–	(393.121)
Resultado bruto da intermediação financeira	**5.311.193**	**(540.520)**	**8.055.498**	**–**	**12.826.171**
Outras receitas (despesas) operacionais	**736.895**	**(585.657)**	**–**	**(3.667.419)**	**(3.516.181)**
Resultado com equivalência patrimonial	–	213.057	–	–	213.057
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC	736.895	–	–	69	736.964
Reversão (constituição) provisões para perdas em investimentos	–	(798.714)	–	–	(798.714)
Reversão (constituição) provisões trabalhistas e cíveis	–	–	–	(37.588)	(37.588)
Despesas tributárias	–	–	–	(958.544)	(958.544)
Despesas pessoal e administrativas	–	–	–	(1.564.729)	(1.564.729)
Outras receitas (despesas) operacionais	–	–	–	(1.106.627)	(1.106.627)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**6.048.088**	**(1.126.177)**	**8.055.498**	**(3.667.419)**	**9.309.990**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	–	–	–	(2.756.437)	(2.756.437)
Resultado antes da participação sobre o lucro	**6.048.088**	**(1.126.177)**	**8.055.498**	**(6.423.856)**	**6.553.553**
Participação dos empregados no lucro	–	–	–	(161.895)	(161.895)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**6.048.088**	**(1.126.177)**	**8.055.498**	**(6.585.751)**	**6.391.658**
ATIVOS	**620.238.140**	**107.725.832**	**129.980.461**	**9.626.840**	**867.571.273**

(continua)

(continuação)

	Consolidado 2017				
	Renda Fixa (financiamento a empresas)	Renda Variável (mercado de capitais)	Tesouraria (gestão das disponibilidades financeiras)	Não alocado	Totais
Receitas de intermediação financeira	**49.492.829**	**–**	**16.076.191**	**–**	**65.569.020**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros					
. Moeda nacional	36.785.949	–	–	–	36.785.949
. Moeda estrangeira	2.934.626	–	–	–	2.934.626
Resultado com títulos e valores mobiliários	1.219.661	–	16.076.191	–	17.295.852
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	7.685.666	–	–	–	7.685.666
Rendas com administração de fundos e programas	866.927	–	–	–	866.927
Despesas de intermediação financeira	**(44.473.289)**	**(713.459)**	**(12.114.924)**	**–**	**(57.301.672)**
Captação no mercado - financiamentos e repasses					
. Moeda nacional	(35.062.269)	(713.459)	(9.916.481)	–	(45.692.209)
. Moeda estrangeira	(2.513.348)	–	(963.123)	–	(3.476.471)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	–	–	(1.235.320)	–	(1.235.320)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(9.076)	–	–	–	(9.076)
Resultado de provisão para risco de crédito	(6.701.911)	–	–	–	(6.701.911)
Resultado da carteira de câmbio	(186.685)	–	–	–	(186.685)
Resultado bruto da intermediação financeira	**5.019.540**	**(713.459)**	**3.961.267**	**–**	**8.267.348**
Outras receitas (despesas) operacionais	635.495	5.130.011	–	(4.307.647)	1.457.859
Resultado com equivalência patrimonial	–	290.081	–	–	290.081
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC	635.495	–	–	54.047	689.542
Amortização de ágios	–	(75.016)	–	–	(75.016)
Reversão (constituição) provisões para perdas em investimentos	–	(628.201)	–	–	(628.201)
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	926.088	–	–	926.088
Resultado com alienação de títulos de renda variável	–	3.675.173	–	–	3.675.173
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	–	331.124	–	–	331.124
Resultado com fundos de investimento em participações societárias	–	283.537	–	–	283.537
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	–	327.225	–	–	327.225
Reversão (constituição) provisões trabalhistas e cíveis	–	–	–	(82.159)	(82.159)
Despesas tributárias	–	–	–	(983.764)	(983.764)
Despesas pessoal e administrativas	–	–	–	(2.231.686)	(2.231.686)
Outras receitas (despesas) operacionais	–	–	–	(1.064.085)	(1.064.085)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**5.655.035**	**4.416.552**	**3.961.267**	**(4.307.647)**	**9.725.207**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	–	–	–	(3.205.634)	(3.205.634)
Resultado antes da participação sobre o lucro	**5.655.035**	**4.416.552**	**3.961.267**	**(7.513.281)**	**6.519.573**
Participação dos empregados no lucro	–	–	–	(336.151)	(336.151)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**5.655.035**	**4.416.552**	**3.961.267**	**(7.849.432)**	**6.183.422**
ATIVOS	**573.353.302**	**83.633.505**	**187.714.727**	**22.815.526**	**867.517.060**
Investimentos em coligadas (MEP)	–	13.243.774	–	–	13.243.774

	Consolidado 2016				
	Renda Fixa (financiamento a empresas)	Renda Variável (mercado de capitais)	Tesouraria (gestão das disponibilidades financeiras)	Não alocado	Totais
Receitas de intermediação financeira	**40.790.458**	**–**	**24.484.479**	**–**	**65.274.937**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros					
. Moeda nacional	39.996.075	–	–	–	39.996.075
. Moeda estrangeira	(12.947.945)	–	–	–	(12.947.945)
Resultado com títulos e valores mobiliários	1.905.828	–	24.484.479	–	26.390.307
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	10.828.560	–	–	–	10.828.560
Rendas com administração de fundos e programas	1.007.940	–	–	–	1.007.940
Despesas de intermediação financeira	**(32.152.761)**	**(540.520)**	**(15.891.503)**	**–**	**(48.584.784)**
Captação no mercado - financiamentos e repasses					
. Moeda nacional	(40.620.555)	(540.520)	(13.206.125)	–	(54.367.200)
. Moeda estrangeira	12.133.580	–	183.264	–	12.316.844
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	5.881.614	–	(2.868.642)	–	3.012.972
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(5.507)	–	–	–	(5.507)
Resultado de provisão para risco de crédito	(9.156.177)	–	–	–	(9.156.177)
Resultado da carteira de câmbio	(385.716)	–	–	–	(385.716)
Resultado bruto da intermediação financeira	**8.637.697**	**(540.520)**	**8.592.976**	**–**	**16.690.153**
Outras receitas (despesas) operacionais	**706.043**	**(3.430.605)**	**–**	**(4.965.519)**	**(7.690.081)**
Resultado com equivalência patrimonial	–	857.741	–	–	857.741
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC	706.043	–	–	66.981	773.024
Amortização de ágios	–	(49.677)	–	–	(49.677)
Reversão (constituição) provisões para perdas em investimentos	–	(5.316.683)	–	–	(5.316.683)
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	561.982	–	–	561.982
Resultado com alienação de títulos de renda variável	–	896.444	–	–	896.444
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	–	(458.650)	–	–	(458.650)
Resultado com fundos de investimento em participações societárias	–	(146.915)	–	–	(146.915)
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	–	225.153	–	–	225.153
Reversão (constituição) provisões trabalhistas e cíveis	–	–	–	(154.180)	(154.180)
Despesas tributárias	–	–	–	(1.264.295)	(1.264.295)
Despesas pessoal e administrativas	–	–	–	(2.220.448)	(2.220.448)
Outras receitas (despesas) operacionais	–	–	–	(1.393.577)	(1.393.577)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**9.343.740**	**(3.971.125)**	**8.592.976**	**(4.965.519)**	**9.000.072**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	–	–	–	(2.373.783)	(2.373.783)
Resultado antes da participação sobre o lucro	**9.343.740**	**(3.971.125)**	**8.592.976**	**(7.339.302)**	**6.626.289**
Participação dos empregados no lucro	–	–	–	(234.631)	(234.631)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**9.343.740**	**(3.971.125)**	**8.592.976**	**(7.573.933)**	**6.626.289**
ATIVOS	**641.568.892**	**79.790.038**	**133.640.910**	**21.136.743**	**876.136.583**
Investimentos em coligadas (MEP)	–	12.465.268	–	–	12.465.268

O formato de apresentação das informações por segmentos demonstradas acima já inclui a reconciliação dos valores de itens (receitas, despesas, resultados, ativos, etc.) dos segmentos operacionais divulgados com os valores respectivos totais divulgados nas demonstrações financeiras. Esta reconciliação está apresentada na coluna "não alocado".

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL E CONTROLE INTERNO

21.1. Gerenciamento de Riscos e Controle Interno

Compõem a estrutura de gerenciamento de risco e de controle interno do BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; Comitê de Gestão de Riscos; Subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional e Controles Internos; e unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos.

Nos tópicos a seguir é apresentada a variação observada nas informações quantitativas relativas à gestão dos riscos de crédito, mercado e operacional entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

- **Risco Operacional e Controle Interno**

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Controles internos são procedimentos adotados para mitigar riscos, presentes em todos os níveis da Instituição.

Mensuração do Risco Operacional

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWAOPAD), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BACEN n.º 3.640/13.

A parcela dos ativos ponderados para o risco operacional passou de R$ 32.338.860, em 31 de dezembro de 2016, para R$ 35.384.881, em 31 de dezembro de 2017. O aumento da parcela ocorreu principalmente pela alteração do Fator F de 9,875%, em dezembro/2016, para 9,250%, em dezembro/2017. Esta alteração foi efetivada de acordo com o Artigo 4º da Resolução CMN n.º 4.193/2013.

- **Risco de Mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Mensuração do Risco de Mercado e Governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira de não negociação corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação. As técnicas de gerenciamento de riscos podem variar conforme essa classificação de risco.

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). O valor do risco de taxa de juros da carteira de não negociação para fins regulatórios, obedecendo a diretrizes explicitadas na Circular BACEN n.º 3.365/2007 e suas alterações posteriores, é resultado de uma ponderação entre os valores apurados pelo EVE e pelo NII. Por fim, as medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante dos ativos ponderados pelo risco referente à parcela do risco de mercado (RWAMPAD) totalizou R$ 18.465.044, frente ao montante de R$ 58.311.613 apurado em 31 de dezembro de 2016. No que se refere ao risco de taxa de juros da carteira de não negociação (RBAN), observou-se aumento ante o valor de 31 de dezembro de 2016, passando de R$ 3.449.838 para R$ 4.141.098 em 31 de dezembro de 2017. Os componentes da parcela de risco de mercado e os valores da RBAN são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento RWA_{MPAD}	2017	2016
RWA_{JUR1}	1.319.442	941.017
RWA_{JUR2}	1.533.553	832.735
RWA_{JUR3}	2.133.571	3.315.803
RWA_{CAM}	13.478.478	53.222.058
Total parcela RWA_{MPAD}	**18.465.044**	**58.311.613**
RBAN	**4.141.098**	**3.449.838**

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações (RWA_{ACS}) e de *commodities* (RWA_{COM}) foram nulos ao final dos trimestres analisados, visto que o BNDES não possui exposições a ações em sua carteira de negociação e não possui exposição a *commodities*.

- **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro *buffer* de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa em um cenário de estresse de 30 dias corridos. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o LCR3, estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 3 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

Indicadores de Risco de Liquidez	2017	2016
Liquidity Coverage Ratio (LCR)	31,1	27,4
Liquidity Coverage Ratio 3 months (LCR3)	1,3	8,8
Net Stable Funding Ratio (NSFR)	1,4	1,4

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

- **Risco de Crédito**

Em 31 de dezembro de 2017, o valor da parcela RWA_{CPAD} foi calculado com base no Conglomerado Prudencial do BNDES. A parcela apresentou um valor de R$ 478.160.751, impactado, principalmente, pela redução de R$ 31.659.841 nas Operações de Crédito e de R$ 12.430.169 nas Operações Indiretas.

Detalhamento do RWA_{CPAD}	2017	2016
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	84.771.099	84.516.045
Relações Interfinanceiras	113.241.720	125.671.889
Operações de Crédito	227.143.760	258.803.601
Investimento e Imobilizado de Uso	12.591.053	11.988.758
Compromissos de Crédito	12.087.647	12.328.121
Saldos a Liberar	16.029.778	17.749.224
Demais Direitos	2.407.317	3.343.388
Créditos Tributários	8.001.117	12.164.090
Outros	1.887.260	7.633.883
TOTAL Parcela RWA_{CPAD}	**478.160.751**	**534.198.999**

Garantias e política de mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado a seguir:

	Posição Mitigada	
Descrição do Mitigador	2017	2016
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional ou pelo BACEN	56.676.816	61.103.751
Garantia prestada pelo Fundo de Garantia a Exportação - FGE	25.848.575	29.026.708
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM)	13.522.860	15.932.225
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN	20.472.504	17.516.299
Títulos Públicos Federais, caso não haja descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro	844.581	–
Total	**117.365.336**	**123.578.983**

Exposição ao Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, passou de R$ 897.100.043 em 31 de dezembro de 2016, para R$ 816.301.845 em 31 de dezembro de 2017. Observando-se no período reduções nas exposições em Operações de Crédito, de Repasse Interfinanceiro e em Compromissos a Liberar.

	2017	2016
Itens *On Balance*		
Ativos financeiros mantidos para negociação	44.341.576	51.017.278
Ativos financeiros disponíveis para venda	97.560.957	95.118.136
Ativos financeiros designados a valor justo pelo resultado	3.480.699	4.093.937
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	6.451.146	8.149.842
Operações de crédito	319.837.380	357.368.341
Operações de repasse interfinanceiro	240.926.977	266.497.779
Outros Créditos	1.190.913	1.514.925
Itens *Off Balance*		
Compromissos a Liberar	102.512.197	113.339.805
Total	**816.301.845**	**897.100.043**

21.2. Gestão de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.193/2013.

	Fórmulas	2017	2016
I- Fator "F" do PR	**PR / RWA**	**9,250%**	**9,875%**
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%	6,0%
II- Adicional de Capital Principal (ACP)	**ACP / RWA**	**1,250%**	**0,625%**
Conservação	ACP Conservação / RWA	1,250%	0,625%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%	0,0%
Fator "F" do PR + ACP	**(PR + ACP) / RWA**	**10,5%**	**10,5%**
Capital Principal + ACP	**(Capital Principal + ACP) / RWA**	**5,750%**	**5,125%**
Nível I + ACP	**(Nível I + ACP) / RWA**	**7,250%**	**6,625%**

Mensuração do Capital Regulamentar

O Capital Regulamentar do Conglomerado Prudencial apurado em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é apresentado a seguir:

CAPITAL REGULAMENTAR - CONSOLIDADO (1)	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR = Nível I + Nível II)	146.368.386	135.619.905
Patrimônio de Referência Nível I (PR_I = CP + CC)	97.578.924	90.413.270
Capital Principal - CP	97.578.924	90.413.270
Capital Social	42.349.381	36.340.506
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	8.201.870	11.621.111
Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de *Hedge* de Fluxo de Caixa	12.387.624	7.214.428
Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	36.110.598	36.250.422
Deduções do Capital Principal Exceto Ajustes Prudenciais	102.568	–
Ajustes Negativos ao Valor de Mercado de Derivativos	102.568	–
Ajustes Prudenciais Exceto Part Não Consolidadas e Crédito Tributário	1.367.981	1.013.197
Ajuste Prudencial I - Ágios Pagos	912.351	747.431
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	18.367	14.176
Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução 4.277/13	437.263	251.590
Total de Investimentos Inferiores em Assemelhadas	1.059	555
Total de Investimentos Superiores	2.446	3.149
Total de Créditos Tributários Decorrentes de Diferenças Temporárias Líquidos de Obrigações Fiscais	–	2.601.169
Total de Créditos Tributários Decorrentes de Diferenças Temporárias	12.378.815	13.159.558
Obrigações Fiscais Diferidas Passíveis de Compensação	12.844.930	10.558.389
Participações Superiores e Créditos Tributários de Diferença Temporária não Deduzidos	2.446	2.604.318
Participações Superiores não Deduzidas	2.446	3.149
Créditos Tributários de Diferença Temporária não Deduzidos	–	2.601.169
Patrimônio de referência Nivel II	**48.789.462**	**45.206.635**

	2017	2016
Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) (2)	**532.010.675**	**624.849.472**
Risco de crédito (RWA_{CPAD})	478.160.750	534.198.999
Risco de mercado (RWA_{MPAD})	18.465.044	58.311.613
Risco operacional (RWA_{OPAD})	35.384.881	32.338.860
Risco bancário (RBAN) / (Fator F (3) + ACP (4))	39.439.031	34.935.067
Ativos Ponderados por Risco (RWA) + Rban	**571.449.706**	**659.784.539**

	2017		2016	
Requerimentos Mínimos de Capital (3)	**Índice**	**Margem**	**Índice**	**Margem**
Requerimento Mínimo de PR (Fator F (3) + ACP (4)) * Montante RWA	27,51%	90.507.265	21,70%	70.010.711
Requerimento Mínimo Nível I (6% + ACP (4)) * Montante RWA	18,34%	59.008.150	14,47%	49.016.993
Requerimento Mínimo Capital Principal (4,5% + ACP (4)) * Montante RWA	18,34%	66.988.310	14,47%	58.389.735
Requerimento Mínimo de PR + Rban PR / (Montante RWA + (Rban / (Fator F (3) + ACP (4))))	25,61%	86.366.167	20,56%	66.342.528

Adicional de Capital Principal - ACP	2017	2016
ACP Conservação (4): 0,625% ou 1,25% * Montante RWA	6.650.133	3.905.309
ACP Contracíclico (5): limitado a 0,625% ou 1,25% do Montante RWA	–	–

(1) Apuração conforme Circular CMN n.º 4.192/2013 e alterações posteriores.
(2) Apuração conforme Circular CMN n.º 4.193/2013, exceto índice.
(3) O requerimento mínimo de PR corresponde à aplicação dos seguintes fatores ao montante RWA: 9,875% até dezembro de 2016 e 9,25% a partir de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2017.
(4) Instituído pela Resolução CMN n.º 4.443/2015 e alterações posteriores. Aplicação do fator 0,625% até dezembro de 2016 e 1,25% a partir de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2017.
(5) Apuração conforme Circular CMN n.º 3.769/2015 e alterações posteriores. Até 31 de dezembro de 2016 limitado ao percentual de 0,625% do Montante RWA e a partir de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2017 limitado ao percentual de 1,25% do Montante RWA.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio de Referência do Conglomerado aumentou em R$ 10.748.481. Esse aumento se deve principalmente ao efeito dos Ajustes de Avaliação Patrimonial e ao resultado do exercício, além dos impactos no Patrimônio de Referência Nível II.

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), composto do somatório das parcelas de risco de crédito (RWA_{CPAD}), mercado (RWA_{MPAD}) e operacional (RWA_{OPAD}), apresentaram uma redução de R$ 92.838.797 (15%), principalmente devido à redução do RWA_{CPAD} e do RWA_{MPAD}.

Atendendo às diretrizes dispostas na Circular BACEN n.º 3.678/2013 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BNDES divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos, que se encontra disponível para acesso no endereço a seguir. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras.

http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/relatorios-de-gestao-de-riscos/relatorio-gestao-riscos

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1. Gestão de programas

Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia, criado pela Resolução BNDES n.º 1.640, de 3 de setembro de 2008, tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, nos termos do Decreto n.º 6.527, de 1º de agosto de 2008.

Os saldos dos recursos oriundos de doações ao Fundo Amazônia, administrados pelo BNDES em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	2017	2016
Doações recebidas (*)	3.201.229	2.877.949
Aplicação em operações não reembolsáveis (**)	876.242	652.481
Ressarcimento de despesas administrativas (**)	13.711	12.592

(*) inclui os rendimentos auferidos pela aplicação dos saldos disponíveis

(**) Total desembolsado desde a criação do fundo

Fundo de Garantia à Exportação - FGE

Através da Lei n.º 9.818/1999, foi criado o Fundo de Garantia à Exportação - FGE, de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Fazenda e administrado pelo BNDES, destinado a dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores das garantias prestadas totalizavam R$ 32.178.038.

22.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal, por sua atuação nas operações "Greenfield", "Sépsis", "Cui Bono" (Lava Jato) e "Carne Fraca", e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos, o total de R$ 10.300.000 mil, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades lesadas, o montante de R$ 1.750.000 mil. O pagamento dos valores totais previstos (R$ 10.300.000 mil) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R$ 50.000 mil, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020.

A Administração está avaliando o respectivo acordo, a luz das informações recentes sobre suspensão e ou revisão dos benefícios previstos no documento. Dessa forma esses valores não estão sendo reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício de 2017, mas divulgados.

22.3. Transações não envolvendo caixa

Durante os exercícios de 2017 e 2016 não houve atividades relevantes não envolvendo caixa.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes entre a data destas demonstrações financeiras e a data em que foi autorizada a emissão dessas demonstrações.

24. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES

24.1. Objetivos e atuação

O Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

A estrutura do BNDES, voltada para promoção do desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais, prioriza o (a):

- Expansão dos investimentos em infraestrutura com apoio à infraestrutura econômica, social e urbana;
- Aumento da competitividade das empresas brasileiras com o apoio a investimentos que as tornem mais capazes de explorar oportunidades e superar os desafios de seus mercados;
- Contribuição à inclusão social e econômica através de produtos que ampliem o acesso ao crédito;
- Apoio ao desenvolvimento de instituições públicas e à estruturação de projetos associados a concessões públicas e parcerias público-privadas; e
- Estímulo à inovação, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento regional nos projetos apoiados.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua, também, por meio de suas três subsidiárias integrais:

- BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que investe por meio da compra de ações, subscrição de debêntures e de fundos de venture capital e *private equity* com objetivos, entre outros, de apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias, e de contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais;
- Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, que apoia a expansão e modernização da indústria brasileira através do financiamento, também por meio de agentes financeiros intermediários, à compra de máquinas e equipamentos de produção nacional e o financiamento de importações e exportações de máquinas e equipamentos; e
- BNDES Limited - BNDES Ltd, empresa sediada em Londres, Inglaterra, como *investment holding company*. A Diretoria do BNDES determinou, em agosto de 2016, o início dos procedimentos para a dissolução da BNDES Limited. O Conselho de Administração, em novembro de 2016, manifestou-se favoravelmente à decisão da diretoria do BNDES pela dissolução da BNDES Limited. Em 08 de junho de 2017, a subsidiária BNDES Public Limited Company (Plc) foi transformada em BNDES Limited.

25. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações de:

(i) participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;

(ii) operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;

(iii) receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições;

(iv) tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

26. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDES:

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

26.1. Regime de apuração do resultado

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

26.2. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

26.3. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, apurado pelo maior valor entre: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou; (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, deve ser reconhecida uma perda no resultado do período.

26.4. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração do BNDES entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do BNDES para o período apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota Explicativa
Títulos e valores mobiliários e participações societárias	n.º 6 e 7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	n.º 5 e 6
Provisão para perdas em investimentos	n.º 7
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 15
Provisões trabalhistas e cíveis	n.º 16
Benefícios a empregados	n.º 17

26.5. Operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e provisão para créditos de liquidação

As operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerados a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito e repasses interfinanceiros vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas por, no mínimo, cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que estabelece a sistemática para a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa, com a definição de classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais. Historicamente, a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída pelo BNDES de acordo com a classificação de risco de suas operações se mostrou suficiente para cobrir as perdas esperadas com a carteira de crédito.

26.6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados e contabilizados de acordo com o estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.068/2001 e pela Lei n.º 11.638/2007. As classificações são em três categorias: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Os critérios de reconhecimento de perda permanente previstas no artigo 6º da Circular BACEN n.º 3.068/2001 não se aplicam a algumas ações recebidas pelo BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria de "títulos disponíveis para venda", conforme determinado pela Resolução CMN n.º 4.175/2012.

Na análise de perda permanente em ações classificadas na categoria "títulos disponíveis para venda", o BNDES avalia o declínio significativo ou prolongado no valor justo dos instrumentos por meio de parâmetros quantitativos e qualitativos. Os parâmetros quantitativos levam em consideração as características de atuação do BNDES e principalmente o perfil da carteira de participações societárias da BNDESPAR, compatíveis com o papel institucional do Banco. Adicionalmente, a avaliação de declínio no valor de mercado abaixo do custo é realizada individualmente, permitindo a análise minuciosa do percentual e do período da queda, das características de cada instrumento patrimonial, tais como risco do ativo, volatilidade da ação, estimativa de prêmio de controle quando aplicável, segmento de atuação, situação do ambiente macroeconômico, análises qualitativas e outros fatores relevantes.

Neste sentido, não obstante o atingimento dos parâmetros quantitativos, a Administração do BNDES verifica, na etapa conclusiva da análise, a existência de outros fatores que possam afetar o julgamento sobre a definição de declínio significativo ou prolongado, para fins de reconhecimento de perda permanente nos termos do artigo 6º da Circular BACEN n.º 3.068/2001.

As aplicações em fundos de investimentos são registradas ao custo de aquisição ajustado, diariamente, pela variação do valor das cotas informado pelos administradores dos respectivos fundos, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

A avaliação e a classificação dos instrumentos financeiros derivativos seguem os critérios da Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Debêntures disponíveis para venda

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e devem ter as seguintes características:

- Participação limitada a 15% da oferta;
- Setores apoiados pelo BNDES;
- Recursos captados destinados a financiar:
  - investimentos fixos;
  - capital de giro;
  - gastos em P&D ou em outros ativos intangíveis;
  - fusões e aquisições (nos casos em que os ganhos de escala são importantes para impulsionar a expansão das atividades da empresa);
  - reestruturação financeira, se for considerada passo necessário para viabilizar investimentos ou parcerias subsequentes.
- Adoção de práticas de distribuição e negociação que privilegiem a dispersão dos títulos no mercado, a liquidez, inclusive com participação do formador de mercado, a padronização das cláusulas e as boas práticas de governança corporativa.

A atuação no mercado secundário deverá seguir os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que as mesmas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

As debêntures com derivativos embutidos, registradas na BNDESPAR foram reconhecidas no Sistema BNDES com base na Circular BACEN n.º 3.082/2002 que requer a separação dos derivativos do instrumento principal. O instrumento principal é designado como disponível para venda e o derivativo é avaliado a valor justo com o efeito reconhecido no resultado.

26.7. Investimentos

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo. A maior parte destes investimentos está registrada nas demonstrações financeiras da BNDESPAR.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

As demonstrações financeiras da BNDESPAR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são preparadas de acordo com as interpretações e orientações do CPC aprovados pela CVM. Para a aplicação do método de equivalência patrimonial e para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas do BNDES, as demonstrações financeiras da BNDESPAR foram ajustadas considerando as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e excluindo os efeitos de orientações dos seguintes CPCs ainda não referendadas pelo BACEN: Pronunciamento n.º 15 - Combinação de Negócios, especificamente no que se refere ao deságio; e Pronunciamento n.º 18 - Investimento em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, especificamente no que se refere à perda por redução ao valor recuperável.

A composição das empresas controladas, bem como os ajustes realizados no patrimônio da controlada BNDESPAR para adequação de práticas contábeis aceitas pelo CMN, e outros investimentos, encontram-se descritos na Nota Explicativa n.º 7.

26.7.1. Investimentos em coligadas e controladas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais é exercida influência significativa, entendida como o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas pela BNDESPAR que representam mais de 20% do capital votante da investida não conferem influência significativa, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detêm menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras.

Nos termos da Lei n.º 11.941/2009, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação do BNDES e do Sistema BNDES nos lucros ou prejuízos de suas controladas / coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as demonstrações financeiras das controladas apuradas na mesma data-base. Já sua controlada BNDESPAR, utiliza as demonstrações financeiras das coligadas com defasagem de 60 dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de demonstrações financeiras na mesma data-base. Isso decorre do fato das coligadas serem independentes do Sistema BNDES, com contabilidade não integrada, e, consequentemente, cronogramas diversos de elaboração das demonstrações financeiras, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, é avaliada a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total em cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou sempre que houver indicação de perda de valor do investimento.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados por controladas e/ou coligadas são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao valor justo ou pelo custo de aquisição são creditados diretamente no resultado do exercício.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição. O ágio é apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Os ágios, cujos fundamentos econômicos não são identificados, são amortizados integralmente. Os ágios decorrentes de expectativa de resultados futuros são submetidos ao teste de recuperabilidade conforme a Resolução CMN n.º 3.566/2008.

Os deságios decorrentes de aquisição de investimentos cujo fundamento econômico não é identificado (outras razões econômicas) são baixados quando ocorrem as alienações dos investimentos.

26.7.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: a) pelo preço de cotação da B3, deduzidos de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa; ou b) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos dividendos e juros sobre o capital próprio esperados, acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada.

Quando a participação nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo que na essência constituam parte do investimento na coligada, não são reconhecidas perdas adicionais, a menos que existam obrigações legais ou construtivas de fazer pagamentos por conta da coligada.

26.7.2. Investimentos em ações disponíveis para venda

Quando inicialmente reconhecidas, as empresas do Sistema BNDES mensuram as ações classificadas como "Disponível para Venda" pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na alienação. As mudanças no valor justo das ações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das empresas do Sistema BNDES, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados sob a concepção de resultado abrangente.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como "Disponível para Venda", as empresas do Sistema BNDES utilizam a hierarquia a seguir:

- Nível 1: aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência;
- Nível 2: aplicado para (a) empresas com ações listadas em bolsa, mas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título sofreu algum tipo de ajuste para o cálculo do valor justo, devido a fatores como, por exemplo, a baixa liquidez das ações; e (b) empresas de participações (*holding*) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso; e
- Nível 3: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado; e para empresa com ações listadas mas sem liquidez, cujo valor justo é determinado a partir de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, em algumas poucas situações o investimento é mensurado pelo custo ("Valor de Custo"). É o caso de empresas cujas ações não são listadas em bolsa e que apresentam um intervalo amplo de valores justos possíveis de serem aceitos para a data de referência no âmbito do esforço de avaliação estabelecido no Nível 3, sem que se possa determinar a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, para as quais é atribuído o custo de aquisição.

26.7.2.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda - consolidado

Ao final de cada semestre, a Administração realiza a análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, baseando-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, as características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos.

A participação em empresas avaliadas pelo método do valor justo está apresentada no subgrupo de "Títulos e Valores Mobiliários", na rubrica "Ações", na categoria definida pelo CPC 38 como "Disponível para Venda" e a participação societária em empresas coligadas da carteira da BNDESPAR está apresentada no subgrupo de Investimentos, na rubrica "Participação em Coligadas".

Para detalhamento desta carteira, vide Nota Explicativa n.º 7.1.

26.8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significante de mudança de valor.

As operações de curto prazo são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

26.9. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(continua)

(continuação)

26.10. Instrumentos Financeiros Derivativos

26.10.1. Derivativos cambiais e de taxa de juros

Os derivativos cambiais e de taxas de juros são utilizados para gerenciamento da exposição a riscos de mercado de ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos.

26.10.1.1. Operações de bolsa

O BNDES realiza operações com contratos futuros de dólares norte-americanos, de cupom cambial e de taxa média de depósitos interfinanceiros de um dia na B3 dentro de limites aprovados por sua governança interna de gestão de riscos.

26.10.1.2. Operações de balcão

Assim como nas operações de bolsa, as operações de balcão também são contratadas pelo BNDES com o objetivo de gerenciar os descasamentos cambiais e de taxas de juros. Além disso, também são realizadas para gerenciar a composição do produto "cesta de moedas", objeto de repasse aos clientes. Dessa forma, as perdas potenciais nesses instrumentos causadas por variação dos fatores de risco tendem a ser compensadas por ganhos em ativos ou reduções de passivos associados a cada operação.

Nas operações de balcão de taxas de juros e câmbio, o BNDES recebe integralmente o montante a ser pago no ativo-objeto protegido. Assim, o grau de proteção é próximo a 100%.

O gerenciamento da composição do produto "cesta de moedas", têm por objetivo tornar o produto de crédito, que é representativo da composição da exposição cambial externa do BNDES, mais atrativo aos tomadores de recursos. Por orientação de sua política financeira, o BNDES busca transferir a seus tomadores de recursos os riscos de natureza cambial e de taxa de juros, inclusive aqueles decorrentes de operações de derivativos.

Por meio das operações de derivativos cambiais e de taxa de juros, busca-se aumentar o peso do dólar na cesta de moedas e minimizar o impacto desfavorável que a volatilidade das outras moedas fortes possa causar aos tomadores de recursos na unidade monetária vinculada à "cesta de moedas" do BNDES, bem como reduzir o risco associado a um eventual descasamento de moedas no balanço do BNDES.

Todas as operações de proteção financeira realizadas no mercado doméstico de balcão são registradas na B3. A fim de mitigar o risco de crédito envolvido, a aceitabilidade das contrapartes é determinada com base na análise de crédito realizada pelo BNDES, podendo haver, inclusive, a exigência de garantias formais para a sua aceitação.

26.10.2. Opções e derivativos embutidos

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos com características de renda variável que resultam na geração de derivativos isolados ou derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos geralmente são opções de compra, de venda, de conversão de debêntures (em ações da emissora) ou de permuta de debêntures (em ações de outra empresa), não tendo, como finalidade, proteção patrimonial (*hedge*). A mensuração e o registro desses derivativos são feitos a valor justo.

26.11. Outros valores e bens

Composta basicamente por bens não destinados a uso, representados, principalmente, por imóveis os quais são ajustados pela constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes e por despesas antecipadas, que representam aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos seguintes, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

26.12. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

26.13. Intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear.

26.14. Benefícios a empregados

a) Plano de aposentadoria complementar - Plano Básico de Benefícios - PBB

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados um plano de aposentadoria complementar financiado por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos a um fundo fiduciário. O plano é de benefício definido. Em maio de 2017 foi iniciado o processo de fechamento do Plano a novas adesões.

A Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES, instituída em 1975, é uma entidade fechada de previdência complementar. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A gestão e a fiscalização da FAPES são realizadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FAPES, responsável pela política geral de administração da Entidade, seus planos de benefícios, orçamento anual e suas alterações e planos de aplicação do patrimônio. É constituído de seis membros, sendo três indicados pelos patrocinadores e três eleitos pelos participantes ativos e assistidos, conforme estabelece o Estatuto.

Entre os riscos relevantes associados ao plano, têm-se:

- a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 5.531,31 por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano; e
- a possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os patrocinadores a um risco concentrado.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios - PBB é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido.

É prevista a concessão dos seguintes benefícios:

a) complementação de aposentadoria;

b) complementação de pensão;

c) complementação de auxílio-reclusão;

d) complementação de abono anual (13º salário);

e) complementação de auxílio-doença; e

f) pecúlio por morte.

Estrutura regulatória na qual o plano opera

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria SPC n.º 2.598, de 06 de novembro de 2008, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

- **Resolução CGPAR n.º 9/2016**, que estabelece as diretrizes e estratégias relacionadas à atuação de estatais patrocinadoras de planos de benefícios; e
- **Resolução CGPC nº 26/2008**, e suas alterações, que dispõem sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas EFPCs na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-á de forma paritária entre participantes e patrocinador.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente pelo Regime de Capitalização. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 28 de dezembro de 2017, com vencimento em 2035, que correspondeu a 5,44% ao ano.

A Resolução MPS/CNPC n.º 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados por atuário externo, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente por atuários externo, usando o Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tem prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

b) Plano de assistência médica - PAS (FAMS)

O BNDES e suas subsidiárias oferecem benefícios de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado até a idade de aposentadoria e/ou conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o tempo de serviço, seguindo a mesma metodologia contábil usada para o plano de pensão de benefício definido.

O PAS é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e tem como beneficiários empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do beneficiário titular, direito ao Plano por um período de até 25 meses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2017, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de 30 de novembro 2017 e atualizada até 31 de dezembro de 2017, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro são reconhecidos no resultado do período.

O Plano de Assistência e Saúde - PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social - FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo Sistema BNDES com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde - RAS, aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde - ANS.

c) Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão, comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

d) Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "Participação dos Empregados no Lucro" na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

26.15. Informações por Segmento

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados pela Alta Administração para a tomada de decisões estratégicas. Estas decisões são tomadas pela Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de operacionais.

O BNDES analisa seu negócio de acordo com a natureza de seus produtos e serviços, a saber: (i) "Renda Fixa" (financiamento a empresas); (ii) "Renda Variável" (mercado de capitais); e (iii) "Tesouraria" (gestão das disponibilidades financeiras).

O apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa compreende basicamente as operações de financiamentos, representadas, majoritariamente, por operações de crédito e repasses e por operações de aquisição / subscrição de debêntures.

O apoio financeiro através de operações de renda variável engloba operações envolvendo participações societárias, sejam em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) sejam em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre os quais não há influência significativa), e derivativos embutidos em debêntures.

A gestão das disponibilidades financeiras, representada pelos recursos excedentes aos aplicados nos segmentos de "Renda Fixa" e de "Renda Variável" e que inclui majoritariamente títulos públicos federais e aplicações em DI, compõe o segmento "Tesouraria".

Os ativos corporativos e os ativos e passivos tributários não são alocados a nenhum dos segmentos acima, sendo classificados como "Não Alocados".

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas. As receitas são totalmente oriundas de clientes externos, portanto não há operações entre os segmentos operacionais. As despesas tributárias não são alocadas a nenhum segmento.

Os custos de captação são alocados aos segmentos operacionais segundo as seguintes premissas:

• Segmento "Renda Variável" (mercado de capitais): financiado, primeiramente, pelo Patrimônio Líquido, e, de forma complementar, pelos Instrumentos de Dívida Elegíveis ao Capital Principal .

• Segmento ""Renda Fixa" (financiamento a empresas): financiado por recursos notadamente indexados à TJLP (oriundos principalmente do FAT Constitucional e Tesouro Nacional).

• Segmento "Tesouraria" (gestão das disponibilidades financeiras): os custos deste segmento representam a diferença entre o custo de captação total e os custos alocados aos segmentos "Renda Variável" e "Renda Fixa". Destacam-se os custos de mercado (taxa Selic, IPCA e DI), e, de forma complementar, os recursos indexados à TJLP, quando o montante dos mesmos for superior ao dos ativos de "Renda Fixa".

26.16. FAT - Dívida Subordinada e Depósitos Especiais

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, constituído basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 40% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias:

26.16.1. FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 40% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT - TJLP) e por taxas de juros do mercado internacional (FAT - Cambial). Para a parcela de recursos que integrará a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos terão seu contravalor em reais e poderão ser determinados com base em duas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres - *LIBOR* - ou pela taxa de juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América - "*Treasury Bonds*"; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo na moeda euro ou pela taxa representativa da remuneração média de títulos de governos de países da zona econômica do euro - "*euro area yield curve*".

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a variação da TJLP limitada a 6% ao ano. A diferença entre TJLP e o limite de 6% ao ano é incorporada ao saldo devedor.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o seguro-desemprego e o abono salarial, em montantes e situações previstas em lei.

26.16.2. FAT - Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos dos Depósitos Especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

26.17. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R$ 20 no mês (R$ 240 no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para o BNDES e FINAME, foi constituída à alíquota de 20% a partir de 1º de setembro de 2015 e à alíquota de 9% para a BNDESPAR.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não registrados estão descritos na Nota Explicativa n.º 15.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando às alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, exceto para os créditos fiscais constituídos anteriormente à Resolução CMN n.º 3.059/2002, que são reconhecidos independentemente de possuírem expectativa de realização acima de 10 anos.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os critérios para constituição, manutenção e baixa determinados pela Resolução CMN n.º 3.059/2002.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Em função da majoração da alíquota da CSLL, para as instituições financeiras e equiparadas, a partir de setembro/2015, vigente até dezembro de 2018, o BNDES registrou esse acréscimo nos seus ativos e passivos fiscais diferidos, considerando as diferenças temporárias realizáveis no período de vigência da alíquota majorada.

26.18. Provisões trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil n.º 25, emitido pelo CPC.

Assessores jurídicos internos e externos avaliam a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável, fase processual, e a possibilidade de ocorrência de perdas para a classificação dos processos em três categorias de risco:

Risco Mínimo - são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e aquelas que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, obtiveram decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio - são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo - são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo BNDES com as normas descritas anteriormente, tem-se:

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
Risco mínimo	Remota	Sem exigência de divulgação e provisionamento
Risco médio	Possível	Divulgação
Risco máximo	Provável	Provisionamento e divulgação

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do BNDES, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

26.19. Patrimônio Líquido

Dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. No caso da BNDESPAR, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para compatibilização de práticas contábeis. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

Reservas de Lucros

O estatuto social do BNDES contempla a constituição de Reserva de Lucros para Futuro Aumento de Capital, Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares e Reserva de Incentivos Fiscais.

A Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares corresponde à aplicação do percentual de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado.

A Reserva para Futuro Aumento de Capital tem a finalidade de assegurar o fortalecimento da estrutura de capital do BNDES, é e constituída no percentual de 40% (quarenta por cento) do lucro líquido ajustado.

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/2007, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros - de incentivos fiscais.

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo.

26.20. Créditos Específicos - Vinculados ao Tesouro Nacional

Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros

São valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento - PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários). Trata-se da diferença entre o custo de captação em TJLP mais remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final. De acordo com a Portaria nº 950, de 24 de dezembro de 2015 os valores de equalização serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Esteves Pedro Colnago Junior – Presidente

Carlos Márcio Bicalho Cozendey

Daniel Sigelmann

Jorge Saba Arbache Filho

Mansueto Facundo de Almeida Junior

Natália Marcassa de Souza

Walter Baere de Araujo Filho

William George Lopes Saab

Juan Pedro Jensen Perdomo

CONSELHO FISCAL:

Christianne Dias Ferreira

Marcos Jorge de Lima

Vinícius Mendonça Neiva

Francisco Arruda Vieira de Melo Filho – Suplente

Andre Proite – Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA:

Attilio Guaspari

Eustáquio Coelho Lott

Paulo Roberto Vales de Souza

DIRETORIA:

Paulo Rabello de Castro – Presidente
Carlos Alexandre Jorge da Costa
Carlos Thadeu de Freitas Gomes
Cláudia Pimentel Trindade Prates
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
Marcelo de Siqueira Freitas
Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos
Ricardo Luiz de Souza Ramos

SUPERINTENDENTE DE CONTROLADORIA

Vânia Maria da Costa Borgerth - CRC-RJ 064817/O-3

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELATÓRIOS SOCIETÁRIOS

Alexandre Cordeiro de Andrade - CRC-RJ 080694/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), identificadas como BNDES e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

PARECER CONSELHO FISCAL N.º 01/2018

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (CNPJ: 33.657.248/0001-89 e NIRE 535.0000.0372), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 25, III e V, do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, II, III, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2017 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 8/3/18, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES em 31/12/17, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou a proposta de destinação do lucro do exercício, de R$ 6.183.421.898,24 (seis bilhões, cento e oitenta e três milhões, quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), já contemplada nas demonstrações financeiras, com a qual concorda, a seguir discriminada:

a) 5%, correspondentes a R$ 309.171.094,91 (trezentos e nove milhões, cento e setenta e um mil, noventa e quatro reais e noventa e um centavos), para a constituição da Reserva Legal;

b) 25%, após constituição da Reserva Legal, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R$ 1.468.562.700,83 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, setecentos reais e oitenta e três centavos);

c) 40%, após constituição da Reserva Legal, no valor de R$ 2.349.700.321,33 (dois bilhões, trezentos e quarenta e nove milhões, setecentos mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e três centavos), para a constituição de Reserva para Futuro Aumento de Capital; e

d) R$ 2.055.987.781,17 (dois bilhões, cinquenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e oitenta e um reais e dezessete centavos), equivalentes ao saldo remanescente do lucro acumulado no exercício, para a constituição de Reserva para Equalização de Dividendos Complementares.

Rio de Janeiro (RJ), 13 de março de 2018

Christianne Dias Ferreira

Francisco Arruda Vieira de Melo Filho

Vinícius Mendonça Neiva

(continua)

(continuação)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1 - INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto nº 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Por último, em Assembleia Geral Extraordinária, de 20 de fevereiro de 2017, o BNDES alterou novamente seu estatuto, para adaptá-lo ao que dispõe a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que dispõem sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Entre as alterações ocorridas, no estatuto, estão aquelas que dizem respeito a adaptar o Comitê de Auditoria à citada legislação.

Conforme faculta o caput do artigo 11, da Resolução nº 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, é composto por três membros, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

2 - ATIVIDADES

Durante o exercício de 2017, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias que foram ou vêm sendo tratadas no âmbito do Comitê, destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Riscos, desempenhadas por uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Riscos, bem como pelo Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a da plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à aplicação das normas internacionais de elaboração de demonstrações financeiras International Financial Reporting Standards (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico;
- estrutura da rentabilidade das operações do Sistema, tanto no que diz respeito às operações de empréstimos e financiamentos como nas operações no mercado de capitais;
- acompanhamento dos trabalhos relativos à estrutura de gerenciamento de capital e ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Internal Capital Adequacy Assessment Process - Icaap*), conforme previsto na Resolução BACEN nº 3.988, de 30 de junho de 2011;
- acompanhamento dos estudos relacionados ao Patrimônio de Referência e das variáveis e políticas, como a distribuição de dividendos, que afetam esse Patrimônio, bem como os riscos de não cumprimento do cronograma de enquadramento ao limite de exposição por cliente, em particular da Petrobras, nos termos da Resolução CMN nº 4.430/15;
- operações de financiamento de bens e serviços no exterior;
- acompanhamento dos resultados das Comissões Parlamentares de Inquérito, no âmbito do Congresso Nacional, que tiveram por objeto o BNDES, instaladas a partir de 2015; e
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes das auditorias independentes, KPMG (responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do BNDES e da subsidiária FINAME) e Grant Thornton (responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da subsidiária BNDESPAR a partir de 2017). Nessas ocasiões foram analisados e discutidos os relatórios e pareceres emitidos pelas empresas de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A - BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, bem como dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões com os auditores independentes ocorreram quando da análise das demonstrações do exercício findo em 2016, bem como quando da análise das demonstrações trimestrais (primeiro e terceiro trimestres), do primeiro semestre e do exercício de 2017.

Desde 2010, a BNDESPAR apresenta suas demonstrações financeiras segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS, de conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em atenção ao que dispõem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, individual e consolidada, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Ocorre que o BACEN ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis. Adicionalmente, o BNDES tem obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras anuais segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS. Essa divulgação se dá no site do BNDES.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, trouxe, como mudança mais significativa, a alteração do critério de contabilização do investimento em participações societárias que não se caracterizem como investimentos em coligadas. Entre os títulos constantes dessa carteira, destacam-se as ações da Petrobras, do Grupo Vale e da Eletrobras.

Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, no grupo de Títulos e Valores Mobiliários, e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo, com contrapartida das variações em conta do Patrimônio Líquido - PL. Essa mudança acarretou, no exercício de sua adoção (2010), uma grande majoração no valor da carteira (R$ 43,3 bilhões) e no PL (R$ 29,4 bilhões), e, para os exercícios seguintes, uma volatilidade nas contas envolvidas.

No exercício de 2015, esta carteira sofreu uma desvalorização de R$ 8,8 bilhões acompanhando as cotações da Bolsa de valores, contribuindo assim, para uma redução de R$ 5,2 bilhões, líquidos dos efeitos tributários, no Patrimônio Líquido, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Por outro lado, no exercício de 2016, como reflexo da recuperação do mercado de renda variável, a carteira de Investimentos em não coligadas sofreu uma valorização acumulada de R$ 28,1 bilhões, contribuindo para um aumento de R$ 17,5 bilhões no Patrimônio Líquido, já expurgados os efeitos tributários, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

No exercício de 2017, a carteira de Investimentos em não coligadas também sofreu aumento em seu valor justo, apresentando uma valorização acumulada de R$ 9,2 bilhões no exercício, contribuindo para um aumento de R$ 6,6 bilhões no Patrimônio Líquido, já expurgados os efeitos tributários, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

O parecer da Grant Thornton sobre as Demonstrações Financeiras da subsidiária BNDESPAR referente ao exercício de 2017 foi emitido com ressalva por limitação de escopo relacionada ao investimento mantido em JBS, tendo em vista que as Demonstrações Financeiras da investida utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial não foram revisadas por eles e nem por outros auditores independentes.

O parecer da KPMG sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do BNDES referente ao exercício de 2017 foi emitido sem ressalvas.

No exercício de 2017, destacam-se os seguintes aspectos:

a) Ativo Total do Sistema BNDES de R$ 867,5 bilhões, composto por: R$ 548,0 bilhões (63,2%), em Operações de Créditos e Repasses; R$ 167,8 bilhões (19,3%) em Títulos e Valores Mobiliários, incluindo Participações Societárias, R$ 112,6 bilhões (13,0%) em Disponibilidades e R$ 39,1 bilhões (4,5%) em Outros Ativos. O Patrimônio Líquido, de R$ 62,8 bilhões, corresponde a 7,3% do Ativo Total.

b) O Resultado Líquido do exercício foi um lucro de R$ 6,2 bilhões, o que equivale a um retorno positivo de 0,72% do Ativo Total Médio e 12,97% do Patrimônio Líquido Médio. Este resultado ficou no mesmo patamar do resultado apurado em 2016, que foi de R$ 6,4 bilhões, embora tenha havido uma significativa redução no Resultado de Intermediação Financeira (R$ 8,4 bilhões) decorrente da redução da rentabilidade e da demanda por desembolsos. Essa redução foi compensada com o aumento no Resultado com Participações Societárias, seja pelo aumento de R$ 2,8 bilhões no resultado com alienações, seja pela redução nas despesas com *impairment*, no valor de R$ 4,7 bilhões.

c) No exercício de 2017 houve o registro de perdas por *impairment* na carteira de Títulos e Valores Mobiliários, no valor bruto de R$ 0,6 bilhão, com reflexo líquido no Resultado (descontados os tributos) de R$ 0,4 bilhão.

   Durante o exercício de 2016, as perdas por *impairment* atingiram o valor de R$ 5,3 bilhões que, líquidos dos efeitos tributários, correspondiam a R$ 3,5 bilhões. Desse último total, R$ 2,0 bilhões foram decorrentes de investimentos na Petrobras.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Durante o exercício de 2015, essas perdas foram de R$ 9,7 bilhões que, líquidos dos efeitos tributários, corresponderam a R$ 6,4 bilhões. Desse último total, R$ 4,9 bilhões foram decorrentes de investimentos na Petrobras.

d) No exercício de 2017 foram registradas Provisões para Risco de Crédito no valor de R$ 6,7 bilhões. No exercício anterior, as provisões foram de R$ 9,2 bilhões. As provisões registradas estão concentradas em seis clientes, que respondem por 88,1% do total. Adicionalmente, houve reversão da provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução CMN 2.682/99, no valor de R$ 0,1 bilhão, destinada à cobertura de riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico, devido ao aumento da provisão regulamentar requerida.

Em 2016 foram constituídas provisões, sobre operações de crédito e outros ativos, no valor de R$ 9,2 bilhões, montante bastante superior aos valores históricos. O saldo de Provisões para Risco de Crédito, especificamente sobre as operações de crédito, passou de R$ 4,7 bilhões para R$ 12,9 bilhões. As provisões registradas no exercício de 2016 estavam concentradas em oito clientes, que respondiam por 62,2% do total, e também foram impactadas pela provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução CMN 2.682/99, no valor de R$ 1,3 bilhão.

No exercício de 2015, a despesa com provisão foi no valor total de R$ 1,5 bilhão e estava pulverizada em diversas empresas, acompanhando o crescimento da carteira.

e) A partir de setembro de 2016, o BNDES passou a reconhecer os créditos tributários sobre provisão para risco de crédito de operações com realização prevista no prazo de 10 anos. Naquele exercício, foram reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o saldo da provisão para risco de crédito do Sistema BNDES, no valor total de R$ 5,3 bilhões.

No exercício de 2017, os créditos diferidos oriundos da constituição de provisão para risco de crédito sofreram acréscimo de R$ 2,8 bilhões, como decorrência da despesa reconhecida no semestre.

f) Desde o exercício de 2015, inclusive, não houve novas captações de recursos junto ao Tesouro Nacional, sendo que no período de 2008 a 2014 foram captados R$ 438,5 bilhões.

g) Os Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal, que até dezembro de 2014 eram apresentados no Patrimônio Líquido, estão computados, apenas para efeito de apresentação, em uma conta do Passivo, conforme determinado pelo Ofício BCB/Desup nº 6.323/2015, de 29 de abril de 2015.

h) Em janeiro de 2017, foi aprovada a Política de Dividendos do BNDES, limitando o pagamento de dividendos a 60% do lucro líquido ajustado, sendo 25% referentes aos Dividendos Obrigatórios e 35% referentes aos Dividendos Complementares, sendo que estes últimos poderão não ser distribuídos caso haja previsão de descumprimento dos limites mínimos de capital e demais limites operacionais. O novo Estatuto Social do BNDES, que inclui os termos da Política de Dividendos, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 20/02/2017.

i) No exercício de 2017, houve pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de R$ 1,5 bilhão e dividendos complementares de R$ 2,1 bilhões, relativos ao lucro líquido apurado no exercício de 2016. Adicionalmente, foi reconhecida remuneração dos Instrumentos Elegíveis a Capital Principal, referente ao mesmo período, no valor de R$ 713 milhões.

No exercício de 2016, houve pagamento de remuneração ao acionista no valor de R$ 191 milhões, a título de dividendos complementares, relativos ao lucro apurado no exercício de 2015. Adicionalmente, foi reconhecida remuneração dos Instrumentos Elegíveis a Capital Principal, referente ao mesmo período, no valor de R$ 541 milhões.

Em 2015 ocorreu o pagamento de remuneração ao acionista no valor de R$ 4,8 bilhões, dos quais R$ 3,3 bilhões a título de dividendos intermediários sobre o lucro apurado no balanço de 30/06/2015 e R$ 1,4 bilhão a título de dividendos complementares relativos ao lucro apurado no exercício de 2014. Adicionalmente, foi paga a remuneração dos Instrumentos Elegíveis a Capital Principal - IECP, referente ao exercício de 2014, no valor de R$ 1,0 bilhão.

Esses pagamentos, líquidos dos efeitos tributários (quando aplicáveis), tiveram impacto negativo sobre o Capital regulatório do BNDES e, consequentemente, sobre o limite de exposição por cliente.

j) Conforme já relatado, a carteira de Títulos e Valores Mobiliários, que em 2015 havia sofrido uma desvalorização de R$ 8,8 bilhões, em função das cotações na Bolsa de Valores, apresentou recuperação nos exercícios seguintes, valorizando-se R$ 28,1 bilhões em 2016 e R$ 9,2 bilhões em 2017. Os resultados dessas variações, deduzidos os efeitos tributários, afetam diretamente o Patrimônio Líquido, não transitando pelas contas de Resultado.

k) Receita com dividendos e Juros sobre o capital próprio de R$ 0,9 bilhão em 2017, um aumento de 65% em relação à 2016, com destaque para JSCP da Vale, no valor de R$ 0,6 bilhão.

l) No exercício de 2017, o resultado com alienação de investimentos foi de R$ 3,7 bilhões, com destaque para CPFL ENERGIA, VALE, RUMO e PETROBRAS, que contribuíram com 86,6% do resultado com alienação.

Em 2016 o resultado com alienação de investimentos foi de R$ 0,9 bilhão, com destaque para BRASKEM, BRASILIANA e KLABIN, que contribuíram com 84,0% do resultado com alienação.

m) No exercício de 2017, ocorreu o recebimento, do Tesouro Nacional, de encargos de equalização de juros, no valor de R$ 9,2 bilhões, sendo R$ 3,1 bilhões pelo BNDES e R$ 6,1 bilhões pela Finame.

Em 2016 ocorreu o recebimento, do Tesouro Nacional, de encargos de equalização de juros, no valor de R$ 13,1 bilhões, sendo R$ 5,2 bilhões pelo BNDES e R$ 7,9 bilhões pela Finame.

No exercício de 2015, esses recebimentos atingiram R$ 30,6 bilhões, sendo R$ 8,6 bilhões pelo BNDES e R$ 22,0 bilhões pela Finame;

n) Em 2017, o BNDES antecipou o pagamento de R$ 50 bilhões ao Tesouro Nacional, sendo R$ 35 bilhões em disponibilidades e R$ 15 bilhões em títulos públicos.

Em dezembro de 2016, o BNDES antecipou o pagamento de R$ 100 bilhões ao Tesouro Nacional, sendo R$ 60 bilhões em disponibilidades e R$ 40 bilhões em títulos públicos.

Em 2015, o BNDES negociou com o Tesouro Nacional a liquidação antecipada de dívidas no montante de R$ 28,3 bilhões, visando a redução do seu endividamento com a União. Deste montante, R$ 15,8 bilhões foram pagos em dezembro de 2015 e R$ 12,5 bilhões em janeiro de 2016.

Para 2018, está prevista a devolução de R$ 130 bilhões adicionais, cujo cronograma deverá observar tanto as necessidades do controlador como os compromissos de liberação de recursos por parte do Sistema BNDES.

o) Em 05 de junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. firmou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal, por sua atuação, com atos ilícitos, nas operações "Greenfield", "Sépsis", "Cui Bono" (Lava Jato) e "Carne Fraca". Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos, o total de R$ 10,3 bilhões, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades lesadas, o montante de R$ 1,75 bilhão. A Administração está avaliando o respectivo acordo, à luz das informações recentes sobre suspensão e ou revisão dos benefícios previstos no documento. Dessa forma, esses valores não estão sendo reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício de 2017, mas informados em Notas Explicativas.

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 95,8% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 89,8% no Sistema Financeiro Nacional - SFN.

Em 31/12/2017, o índice de inadimplência para 30 dias ficou em 2,12%, patamar inferior aos 2,81% registrados em 31/12/2016. Já o índice de inadimplência para 90 dias ficou em 2,08%, abaixo do índice de 2,43% de 31/12/2016 e dos 3,25% registrados pelo Sistema Financeiro Nacional. Desconsiderando o saldo das operações cujas prestações estão sendo honradas integralmente pelo garantidor (União), os índices de inadimplência de 31/12/2017 seriam reduzidos para 0,90% (30 dias) e 0,85% (90 dias).

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: índice de Basiléia de 27,5% em 31 de dezembro de 2017 (contra 21,7% 14,7%, 15,9%, 18,7%, 15,4% e 20,6%, em dezembro de 2016, 2015, 2014, 2013, 2012 e de 2011, respectivamente), quando o mínimo é 10,5%; Índice de Exposição Cambial de 2,1% quando o teto é de 30%; índice de Exposição ao Setor Público de 17,5% (17,9%, 28,3%, 26,2%, 17,5%, 21,2% e 16,3% em dezembro de 2016, 2015, 2014, 2013, 2012 e 2011, respectivamente), contra um limite superior de 45%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 8,6% sendo que o limite máximo é 50%.

A esse respeito, vale registrar que, em março de 2016, foi aprovada a Política de Monitoramento de Suficiência de Capital do Sistema BNDES - PMSC, que determina o processo de acompanhamento dos limites, estabelece procedimentos em caso de suas extrapolações e define responsabilidades referentes à instituição e ao monitoramento desses limites. Na mesma ocasião, foram estabelecidos os limites para os índices de capitalização do Sistema BNDES, nos montantes de: 15%, para o Índice de Basiléia; 10%, para o Índice do Capital de Nível 1; e 8,0%, para o Índice do Capital Principal.

As atividades meio das empresas integrantes do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e Finame) são compartilhadas, o que faz com que seus controles internos sejam assemelhados, quando não os mesmos.

Consultados sobre a avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos das integrantes do Sistema, as empresas de auditoria independente, KPMG e Grant Thornton, já citadas, manifestaram-se no sentido de que os referidos controles continuam sendo avaliados como robustos o suficiente, não apresentando deficiências significativas, conforme vem sendo atestado pelos relatórios que são emitidos nos termos da Circular BACEN nº 3.467, de 15 de setembro de 2009, e normativos complementares.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente, não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda aos Conselhos de Administração e órgãos assemelhados, das empresas integrantes do Sistema BNDES, a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2017.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2018.

Paulo Roberto Vales de Souza	Attilio Guaspari	Eustáquio Coelho Lott
Coordenador	Membro	Membro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

CNPJ N.º 00.383.281/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2017

Ao acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

1. BNDESPAR

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cujos objetivos são realizar operações visando à capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, observados os planos e políticas do BNDES; apoiar empresas que reúnam condições de eficiência econômica, tecnológica e de gestão e, ainda, que apresentem perspectivas adequadas de retorno para o investimento, em condições e prazos compatíveis com o risco e a natureza de sua atividade; apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias; contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, por intermédio do acréscimo de oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital de empresas; e administrar carteira de valores mobiliários, próprios e de terceiros.

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O cenário internacional continua mostrando um quadro bastante benigno para o nível de atividade, tanto para economias avançadas, quanto para emergentes. Esse fato vem tendo consequências positivas nos influxos de capitais líquidos para economias emergentes. Os preços de *commodities* continuam se comportando de maneira favorável aos exportadores, com destaque para a recuperação no preço do petróleo. Enquanto isso, os prêmios de risco vêm apresentando queda em todo o mundo, inclusive em países emergentes, como o Brasil.

O cenário doméstico caracterizou-se, ao longo do segundo semestre do ano, pela recuperação da atividade econômica. O PIB apresentou crescimento de 0,1% no 3º trimestre em relação ao 2º trimestre de 2017, na série com ajuste sazonal. Foi a terceira alta consecutiva do PIB na margem. Embora a taxa tenha sido menor do que nos dois trimestres anteriores, o resultado se destacou pelo crescimento da demanda doméstica: marcou, por exemplo, a primeira alta do investimento em 15 trimestres. O consumo das famílias também cresceu mais do que o PIB, mantendo a recuperação observada desde o início do ano, baseada fortemente na melhora do mercado de trabalho.

A taxa de desemprego passou a cair, atingindo 11,8% nos dados de dez/17 (a nona queda seguida), embora a maioria dos empregos gerados seja de pior qualidade (setor informal). A queda da inflação trouxe impactos positivos no rendimento real, elevando a massa salarial e, consequentemente, o poder de compra das famílias. A continuidade da recuperação, no entanto, passa pela melhoria das condições no mercado de crédito, o que vem acontecendo lentamente.

A inflação corrente, bem como as expectativas inflacionárias para 2018 e para os próximos anos, foi beneficiada, no curto prazo, tanto pelo choque positivo de oferta advindo dos preços dos alimentos, como também pelo comportamento dos preços mais sensíveis ao ciclo econômico (preço dos serviços). Nesse sentido, o Banco Central deu continuidade, em 2017, ao ciclo de flexibilização monetária iniciado em 2016, com uma redução total de 725 pontos básicos da taxa básica de juros, entre outubro de 2016 e dezembro de 2017. As expectativas indicam que a taxa de juros ficará em baixo patamar por um tempo razoável, favorecendo a continuidade da recuperação econômica.

No cenário fiscal, a Reforma da Previdência, vital para sustentação do teto de gastos, continua no centro das atenções. Após as sucessivas tentativas de aprovação em 2017, a matéria ficou para 2018, fato que deverá provocar grande volatilidade nos mercados. Do ponto de vista conjuntural, a arrecadação federal iniciou recuperação no fim de 2017, enquanto as despesas continuam pressionadas por gastos com aposentados e funcionários públicos. A dívida bruta do governo geral encerrou o ano em 74,0% do PIB, ante 70,0% em dez/16.

Por fim, as contas externas continuam a mostrar um bom desempenho, especialmente no que tange à balança comercial, que fechou 2017 com um superávit recorde, de US$ 67 bilhões. Os investimentos diretos no país são mais que suficientes para o financiamento do déficit em conta corrente, tornando negativa a necessidade de financiamento externo do país.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Ano de 2017

O lucro líquido da BNDESPAR alcançou R$ 3,778 bilhões em 2017, uma melhora diante do prejuízo líquido de R$ 1,002 bilhão em 2016, que foi motivada, basicamente, pela recuperação do resultado com participações societárias.

O resultado trimestral também apresentou recuperação em 2017, passando de um lucro líquido de R$ 413 milhões no 4T16 para um lucro líquido de R$ 1,188 bilhão no 4T17, um crescimento de 187,7%. Assim como o resultado anual, o resultado trimestral também foi positivamente impactado pela recuperação do resultado com participações societárias.

O ativo total da BNDESPAR atingiu R$ 89,114 bilhões em 31/12/17, um aumento de R$ 8,715 bilhões (10,8%) no ano, proporcionado pelo retorno das operações, aplicado em operações compromissadas.

O patrimônio líquido alcançou R$ 81,330 bilhões em 31/12/17, um crescimento de R$ 7,324 bilhões (9,9%) no ano devido aos reflexos do ajuste de avaliação patrimonial positivo, no valor de R$ 3,546 bilhões, e do lucro líquido do exercício.

3.1. PRINCIPAIS INDICADORES

Resultado (R$ milhões)	2017	2016	Δ (%)	4T/17	4T/16	Δ (%)
Resultado com Participações Societárias (RPS)	5.398	(2.811)	292,0	2.339	723	223,5
Resultado com Operações Financeiras	900	1.329	(32,3)	(71)	43	(265,1)
Outras Despesas, líquidas	(565)	(607)	(6,9)	(280)	(178)	57,3
Tributação sobre o Lucro	(1.918)	1.132	(269,4)	(763)	(130)	486,9
Participação dos Empregados no Lucro	(37)	(45)	(17,8)	(37)	(45)	(17,8)
Lucro (prejuízo) Líquido	**3.778**	**(1.002)**	**477,0**	**1.188**	**413**	**187,7**

Posição Financeira (R$ milhões)	DEZ/17	DEZ/16	Δ (%)	DEZ/17	SET/17	Δ (%)
Ativo Total (AT)	**89.114**	**80.399**	**10,8**	**89.114**	**85.704**	**4,0**
Disponibilidades	11.188	3.962	182,4	11.188	7.401	51,2
Debêntures	8.226	9.613	(14,4)	8.226	8.743	(5,9)
Participações Societárias (PS)	66.501	63.084	5,4	66.501	66.082	0,6
Não Coligadas	*49.698*	*47.029*	*5,7*	*49.698*	*48.874*	*1,7*
Coligadas	*15.152*	*14.609*	*3,7*	*15.152*	*15.600*	*(2,9)*
Fundos de Participações de Renda Variável	*1.651*	*1.446*	*14,2*	*1.651*	*1.608*	*2,7*
Outros Ativos	3.199	3.740	(14,5)	3.199	3.478	(8,0)
Passivo Total	**89.114**	**80.399**	**10,8**	**89.114**	**85.704**	**4,0**
Obrigações por Emissão de Debêntures	1.891	2.675	(29,3)	1.891	1.851	2,2
Obrigações de Mútuos com o BNDES	–	553	(100,0)	–	–	–
Outras Obrigações	5.893	3.165	86,2	5.893	4.996	18,0
Patrimônio Líquido (PL)	81.330	74.006	9,9	81.330	78.857	3,1

Indicadores Financeiros (%)	DEZ/17	DEZ/16	DEZ/17	SET/17
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT)	91,27%	92,05%	91,27%	92,01%
Participações Societárias/Ativo Total (PS / AT)	74,62%	78,46%	74,62%	77,10%

Rentabilidade (%)	2017	2016	4T/17	4T/16
Retorno s/ Ativos (LL / $AT_{médio}$) [1]	7,06%	-1,78%	8,72%	3,19%
Retorno s/ PL (LL / $PL_{médio}$) [1]	6,62%	-1,79%	8,14%	3,01%
Retorno sobre Participações Societárias (RPS / $PS_{médio}$)	16,09%	-7,57%	28,05%	8,39%

[1] O cálculo do retorno considera como média dos ativos, patrimônio líquido e participações societárias a soma dos saldos iniciais e finais dos respectivos períodos dividida por 2, excluídos os ajustes a valor justo das participações em sociedades não coligadas.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400137

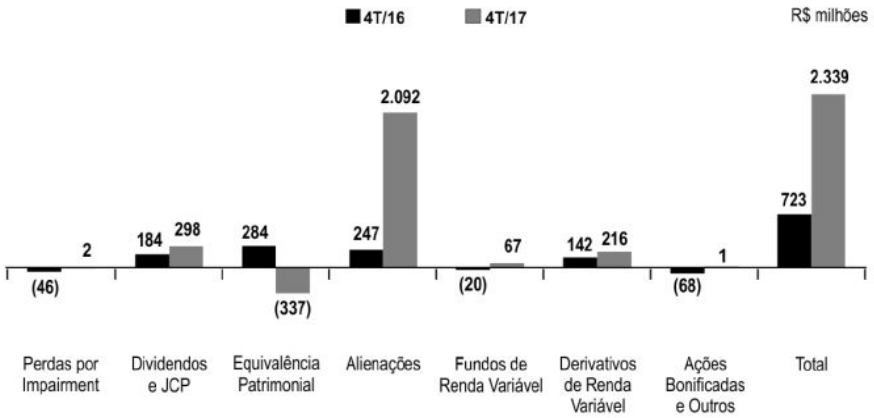
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

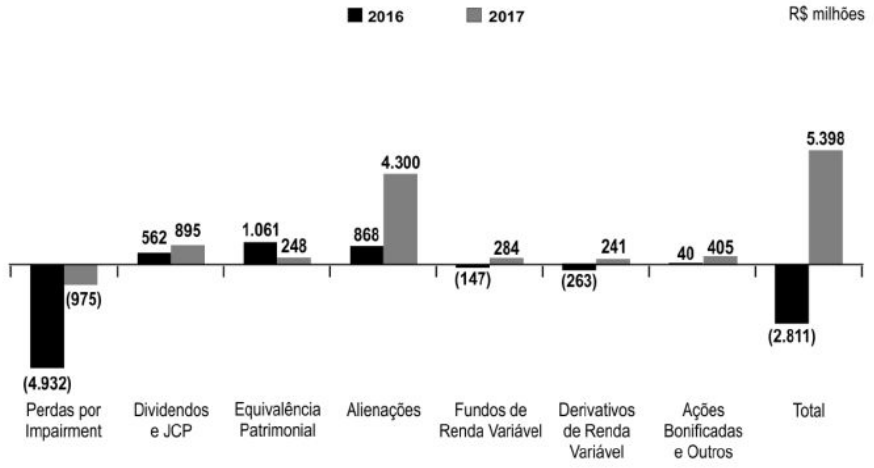
(continuação)

3.2. RESULTADO

Resultado de Participações Societárias

Reflete o desempenho das empresas da carteira de renda variável da BNDESPAR e, como tal, é sensível a mudanças nos mercados de capitais brasileiro e internacional.





Exceto pela queda de R$ 621 milhões (218,7%) do resultado de equivalência patrimonial entre os trimestres, o resultado com participações societárias apresentou melhora de todas suas rubricas no 4T17, com destaque para o crescimento de R$ 1,845 bilhão (747,0%) do resultado com alienações de investimentos.

Assim como no resultado trimestral, o resultado de participações societárias de 2017 também foi marcado pela queda do resultado com equivalência patrimonial e pela melhora das demais rubricas, especialmente, pela redução de R$ 3,957 bilhões (80,2%) das perdas por *impairment* e pelos crescimentos de R$ 3,432 bilhões (395,4%) do resultado com alienações de títulos de renda variável e de R$ 504 milhões (191,6%) do resultado com derivativos de renda variável.

As perdas por *impairment*, que registraram queda de 80,2% no exercício, são constituídas em consonância com o CPC 01 (R1) – Redução no valor recuperável de Ativos e CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, como resultado da análise das evidências de *impairment* identificadas. Do total de R$ 975 milhões de perdas registradas em 2017, 98% se referem a investimentos em sociedades coligadas e o restante, a sociedades não coligadas, diferentemente do que ocorreu em 2016, quando da perda de R$ 4,932 bilhões, 87% se referiam a sociedades não coligadas.

A receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) reflete o desempenho das empresas que compõem a carteira de sociedades não coligadas, avaliadas ao valor justo. Em 2017, Vale, Valepar, AES Tietê e CEG responderam por 78,8% da receita total, enquanto em 2016 o destaque foi a AES Tietê, que contribuiu com 41,5% da receita total.

A queda de R$ 813 milhões (76,6%) do resultado de equivalência patrimonial em 2017 reflete a queda dos resultados com a Fibria e com a COPEL e o resultado negativo com a Marfrig, que em 2016 não fazia parte da carteira de participações em coligadas.

As alienações de participações societárias na Petrobras, CPFL Energia, Vale e Rumo S.A. realizadas em 2017 geraram resultado de R$ 3,848 bilhões, correspondente a 89,5% do resultado com alienações nesse período. Com essas alienações, a participação da BNDESPAR no capital total e votante da Petrobras ficou em 9,67% e 0,16%, respectivamente, e de 7,60% no capital total e votante da Vale. As ações da CPFL Energia e da Rumo S.A. foram alienadas em sua totalidade no 4T17 e 3T17, respectivamente, passando a BNDESPAR a não mais participar do capital dessas companhias. Em 2016, as principais alienações foram de ações da Braskem, Klabin e Petrobras, que responderam por 88,1% do resultado com alienações.

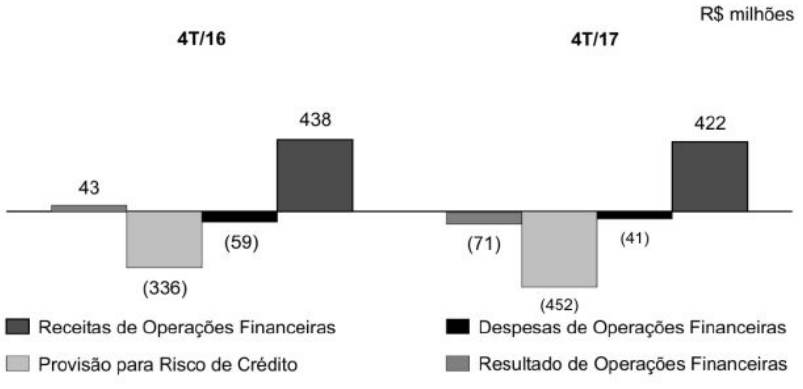
Os desinvestimentos visam reciclar a carteira de renda variável da BNDESPAR após sua atuação no desenvolvimento econômico e de governança no ativo, e contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, por meio do aumento da liquidez dos papéis e da ampliação e diversificação da base de investidores.

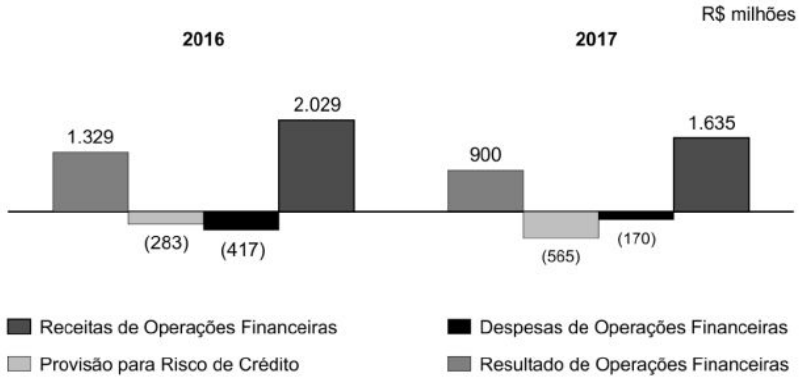
O resultado com derivativos de renda variável reflete a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos isolados vinculados a participações societárias e embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis. A melhora em 2017 foi impulsionada, principalmente, pela recuperação do resultado com derivativos embutidos em debêntures, que passou de um prejuízo de R$ 244 milhões em 2016 para um lucro de R$ 163 milhões em 2017.

O crescimento de R$ 365 milhões do resultado com ações bonificadas e outros em 2017 é decorrente, basicamente, do ganho de R$ 308 milhões oriundo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil das ações da Marfrig apurado na reclassificação do investimento de participações em sociedades não coligadas para sociedades coligadas, motivada pelo reconhecimento de influência significativa da BNDESPAR na Marfrig.

Resultado com Operações Financeiras

O resultado com operações financeiras é composto pelas receitas com títulos e valores mobiliários, especialmente debêntures, com recursos disponíveis aplicados e com operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e de direitos recebíveis, deduzidas das despesas financeiras dos empréstimos com o BNDES e dos encargos sobre as debêntures emitidas.





(continua)

(continuação)

A queda de R$ 114 milhões do resultado com operações financeiras no 4T17 decorreu basicamente do aumento da despesa com provisão para risco de crédito no período.

Apesar da redução de 59,2% das despesas com operações financeiras em 2017, provocada pela queda nas obrigações com emissões de debêntures e pela liquidação integral dos repasses com o BNDES no 2T17, o resultado com operações financeiras apresentou queda de R$ 429 milhões (32,3%) devido ao crescimento da despesa com provisão para risco de crédito e à queda na receita com juros e atualização monetária de debêntures decorrente do decréscimo da respectiva carteira.

3.2. POSIÇÃO FINANCEIRA

Disponibilidades

As disponibilidades alcançaram R$ 11,188 bilhões em 31/12/17, um crescimento de R$ 7,226 bilhões (182,4%) no ano, explicado, principalmente, pelo aumento do retorno das operações, sobretudo das alienações de títulos de renda variável, cujos recursos foram aplicados em operações compromissadas com o BNDES.

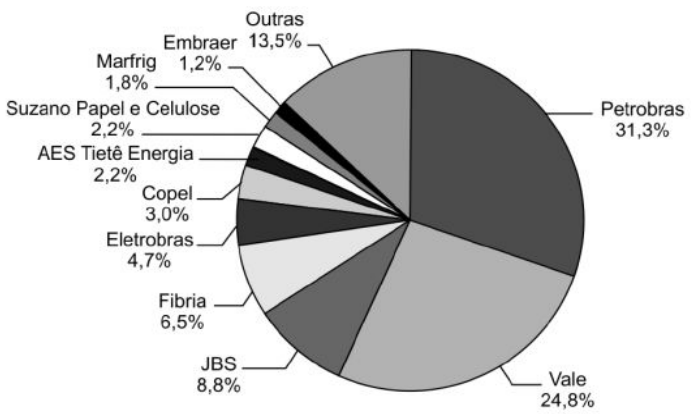
Carteira de Participações Societárias

Principal ativo da BNDESPAR, a carteira de participações societárias totalizou R$ 66,501 bilhões em 31/12/17, equivalentes a 74,6% do ativo total na mesma data.

A carteira de participações societárias compreende investimentos em sociedades coligadas e não coligadas, realizados por meio de investimento direto no âmbito de oferta pública ou emissão privada ou pela transferência de ações pelo BNDES à BNDESPAR decorrentes da integralização de capital do BNDES pelo Tesouro Nacional no início dos anos 80 e em 2009, e fundos de investimento em participações societárias administrados por gestores de mercado escolhidos através de rigoroso processo de seleção.

Carteira de Participações Societárias*

Em 31 de dezembro de 2017



* Exceto fundos de investimentos em participações. Líquida de provisão para perdas.

Participações em Sociedades Coligadas

Investimentos em sociedades coligadas são aqueles nos quais a BNDESPAR possui influência significativa, ou seja, poder de influenciar as políticas operacional e/ou financeira da companhia investida, sem controlar de forma individual ou conjunta. São avaliados contabilmente pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos em coligadas atingiram R$ 15,152 bilhões em 31/12/17, sem variação relevante no ano. No entanto, cabe destaque para o investimento na Marfrig (R$ 1,172 bilhão), que passou a compor a carteira após a conversão de debêntures da companhia pela BNDESPAR, para a provisão para perdas por *impairment*, que atingiu R$ 953 milhões, e para a receita com equivalência patrimonial de R$ 248 milhões no período.

Outro fator que merece destaque é que o relatório do auditor independente relativo às Demonstrações Financeiras da BNDESPAR de 31 de dezembro de 2017 apresentou opinião com ressalva a respeito do investimento na JBS.

Desde a data-base de 30 de setembro de 2017, a investida JBS não divulga demonstrações financeiras auditadas. O último relatório do auditor independente da JBS foi emitido com abstenção de opinião face às incertezas que envolvem a companhia no momento atual. Esse contexto motivou a referida ressalva do auditor independente.

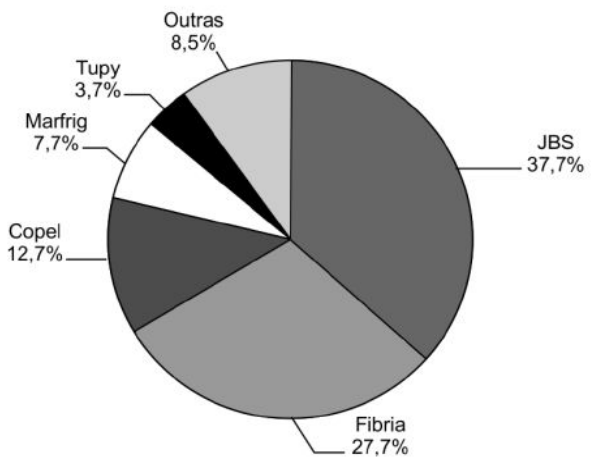
Vale ressaltar que, no terceiro trimestre de 2017, apesar das incertezas envolvendo a JBS, a Administração da BNDESPAR efetuou uma estimativa do valor recuperável do seu investimento na Companhia, com o consequente reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável de R$ 218 bilhões. Esse montante foi apurado com base no valor em uso obtido através do fluxo de caixa descontado construído pela projeção do fluxo de caixa livre da firma ("FCFF"), através da consolidação dos fluxos projetados de diferentes segmentos de negócio.

Em 31 de dezembro de 2017, apesar de o valor em uso do investimento na JBS ter apresentado recuperação, não houve alteração no valor da provisão constituída anteriormente, uma vez a Administração entende que o cenário atual ainda apresenta um grau de incerteza que justifica a manutenção da provisão reconhecida, tais como: incertezas financeiras de curto prazo, incertezas sobre gestão, governança, qualidade e imagem dos produtos, bem como fatos relacionados ao *funding* e plano de desinvestimentos e os possíveis impactos das delações na Companhia, conforme acordo de leniência celebrado com o Ministério Público.

Por fim, destaca-se que o valor contábil do investimento da BNDESPAR na JBS, em 31 de dezembro de 2017, era de R$ 5,714 bilhões.

Carteira de Participações em Sociedades Coligadas*

Em 31 de dezembro de 2017



* Líquida de provisão para perdas.

Participações em Sociedades Não Coligadas

Investimentos em sociedades não coligadas são aqueles nos quais a BNDESPAR não possui poder de influenciar as políticas operacional e/ou financeira da companhia investida. São contabilmente avaliados a valor justo, que pode ser o valor correspondente à última cotação média em bolsa, no caso de ações negociadas em bolsa, ou o valor apurado por modelos de precificação, no caso de ações não negociadas em bolsa.

(continua)

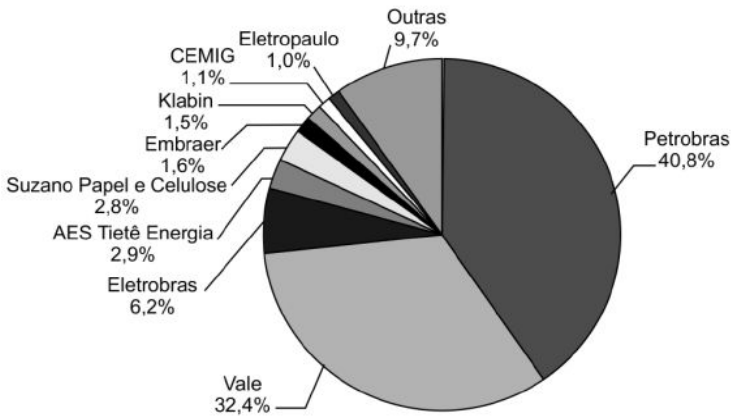
(continuação)

As participações em sociedades não coligadas cresceram R$ 2,669 bilhões (5,7%) em 2017 como resultado da valorização, principalmente, dos investimentos na Petrobras e Vale, parcialmente atenuada pela desvalorização dos investimentos na Eletrobras e pela alienação de ações da CPFL Energia, Vale e Petrobras.

Cabe destacar ainda a troca da totalidade das ações da Valepar por ações da Vale, decorrente do processo de reestruturação societária do Grupo, que incluiu a incorporação reversa da controladora Valepar pela controlada Vale em agosto de 2017. Como consequência, a BNDESPAR não possui mais ações da Valepar; apenas da Vale.

Carteira de Participações em Sociedades Não Coligadas*

Em 31 de dezembro de 2017



* Líquida de provisão para perdas.

Carteira de Debêntures

A fim de apoiar o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro e complementar as opções de financiamento às empresas brasileiras, a BNDESPAR conta com produtos e programas que incentivam a emissão de títulos corporativos de renda fixa, tais como debêntures.

A carteira de debêntures totalizou R$ 8,226 bilhões em 31/12/17 (9,2% do ativo total na mesma data), uma redução de R$ 1,387 bilhão (14,4%) no ano, provocada basicamente pela conversão de debêntures da Marfrig (R$ 986 milhões) em ações da companhia conforme explicado acima, e pelo crescimento de R$ 282 milhões da despesa com provisão para risco de crédito no período.

Debêntures Designadas

São debêntures com cláusula de conversão ou permuta (derivativos embutidos) e representam 42,3% do saldo da carteira de debêntures em 31/12/17. São avaliadas contabilmente a valor justo, cujas variações impactam diretamente o resultado.

Debêntures - Empréstimos e Recebíveis

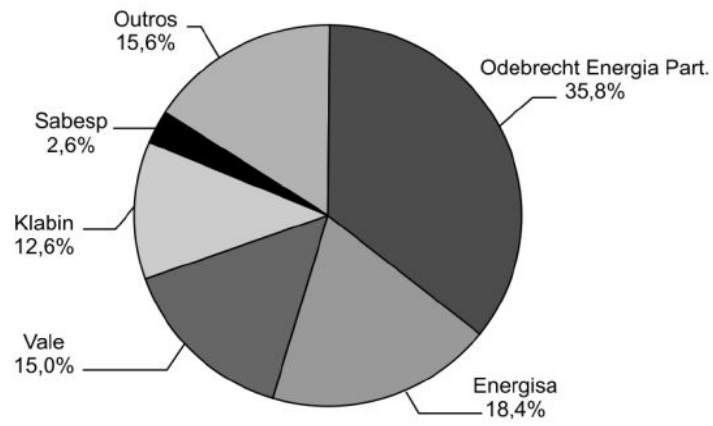
Devido à característica de dívida, são avaliadas contabilmente pelo custo amortizado. Representam 53,4% do saldo da carteira em 31/12/17.

Debêntures Disponíveis para Venda

São avaliadas contabilmente a valor justo, cujas variações impactam o patrimônio líquido e só afetam o resultado na baixa do investimento, geralmente por alienação. Representam 4,3% do saldo em 31/12/17.

Carteira de Debêntures*

Em 31 de dezembro de 2017



* Líquida de provisão para perdas.

Gerenciamento da Carteira de Investimentos

O gerenciamento da carteira da BNDESPAR enfatiza a diversificação e o giro de ativos. Em 31 de dezembro de 2017, tal carteira compreendia títulos de emissão de 129 empresas (incluindo ações em 99) e de 42 fundos, com valores concentrados principalmente nos setores de petróleo e gás, mineração, energia elétrica, papel e celulose, alimentos e bebidas e bens de capital, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Distribuição setorial da Carteira de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2017

Setor	Ações	Debêntures	Fundos	Derivativos Isolados	Total
Petróleo e Gás	31,2%	0,0%	0,0%	0,0%	**27,3%**
Mineração	23,6%	17,4%	0,0%	0,0%	**22,3%**
Energia Elétrica	11,6%	62,5%	0,0%	97,2%	**16,7%**
Papel e Celulose	14,4%	14,5%	0,0%	0,0%	**14,0%**
Alimentos/Bebidas	10,5%	0,0%	0,0%	0,0%	**9,2%**
Fundos de Investimentos	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	**2,1%**
Bens de Capital	1,7%	0,0%	0,0%	2,7%	**1,5%**
Tecnologia da Informação	1,3%	2,3%	0,0%	0,0%	**1,3%**
Logística/Transporte	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%	**1,2%**
Cadeia Automobilística	1,1%	1,2%	0,0%	0,1%	**1,1%**
Sucroalcooleiro	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%	**1,1%**
Outros	2,1%	2,1%	0,0%	0,0%	**2,2%**
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Em 31 de dezembro de 2017, a BNDESPAR tinha representantes em 16 Conselhos Fiscais e em 47 Conselhos de Administração no universo de 99 empresas em que mantinha participação acionária. Adicionalmente, tinha Acordo de Acionistas em 49 dessas empresas.

Outros Ativos

Compreendem os créditos a receber referentes à venda a prazo de títulos e valores mobiliários, dividendos e juros sobre capital próprio a receber, e créditos tributários.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A queda de R$ 541 milhões (14,5%) em 2017 reflete basicamente a redução de R$ 412 milhões nos impostos e contribuições diferidos.

Fontes de Recursos

As principais fontes de recursos da BNDESPAR são provenientes dos retornos e rendimentos de seus investimentos (notadamente, juros de debêntures, dividendos e juros sobre capital próprio de participações acionárias e desinvestimentos). Adicionalmente, a BNDESPAR tem como fonte de recursos complementar as debêntures emitidas no mercado local e os mútuos com o BNDES.

A gestão financeira da BNDESPAR é feita de forma integrada à gestão das demais empresas do Sistema BNDES (FINAME e BNDES), sendo política do BNDES suprir suas subsidiárias com os recursos necessários à execução de suas atividades de apoio financeiro às empresas brasileiras.

Obrigações de Mútuos com o BNDES

Em 31/12/17, não há saldos de mútuos da BNDESPAR com o BNDES devido à liquidação integral antecipada pela BNDESPAR no 2T17, no valor de R$ 571 milhões.

Obrigações por Emissão de Debêntures

As debêntures emitidas pela BNDESPAR representam 2,1% de seu *funding* em 31/12/17. São debêntures simples, da espécie quirografária, realizadas no âmbito de três Programas de Emissão de Debêntures e seis emissões.

As emissões públicas da BNDESPAR têm como principais objetivos:

- atrair pequenos investidores de renda fixa para um tipo de mercado até então acessado apenas por grandes instituições; e
- contribuir para o desenvolvimento do mercado secundário, estimulando a negociação dos papéis em circulação.

A redução de R$ 784 milhões (29,3%) em 2017 decorre basicamente da liquidação, no vencimento, de 525.000 debêntures simples (série indexada ao IPCA) da Primeira Oferta no âmbito do Terceiro Programa (2010), no total de R$ 835 milhões.

Outras Obrigações

As outras obrigações cresceram R$ 2,728 bilhões (86,2%) em 2017 devido ao crescimento do saldo de tributos diferidos constituídos sobre o ajuste a valor justo positivo da carteira de participações em não coligadas.

Patrimônio Líquido

O crescimento de R$ 7,324 bilhões (9,9%) do patrimônio líquido em 2017 é formado pelo ajuste de avaliação patrimonial positivo, de R$ 3,546 bilhões, líquido de tributos, decorrente, especialmente da valorização da carteira de participações em sociedades não coligadas, e do lucro líquido de R$ 3,778 bilhões em 2017.

Destinação do Resultado de 2017

O lucro líquido de R$ 3,778 bilhões registrado em 2017 foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados de R$ 5,121 bilhões referentes aos exercícios de 2016 e 2015. Não foram constituídas reservas nem foi provisionado o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio ao BNDES.

4. GESTÃO DE PESSOAS

A última contratação de funcionários feita diretamente pela BNDESPAR ocorreu em 1987. Desde 1992, novas contratações são feitas exclusivamente pelo BNDES, mediante concurso público, e alocadas às operações da BNDESPAR conforme a necessidade.

Em 31 de dezembro de 2017, a BNDESPAR contava com 42 profissionais (52 em 31 de dezembro de 2016) em seu quadro próprio, remanescente das contratações realizadas até 1987. Em 2017, a Área de Mercado de Capitais, que desempenha atividades exclusivas da BNDESPAR, foi dividida em duas Áreas, de maneira a possibilitar o aperfeiçoamento da distribuição de suas atribuições: Área de Investimento no Mercado de Capitais (AIMC) e Área de Acompanhamento do Mercado de Capitais (AAMC). Ambas reuniam, em 31 de dezembro de 2017, 122 profissionais, sendo 105 de nível superior, 15 de nível médio e dois de nível fundamental.

5. CONTROLES INTERNOS

O ambiente de controle da organização é pautado pelas disposições constantes na Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno do Sistema BNDES (PROCI), a qual estabelece o conjunto de princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades relativos ao tema.

Esta Política, alinhada aos requerimentos legais e as boas práticas aplicáveis, estabelece, dentre outros dispositivos, a observância do conceito das três linhas de defesa ou camadas de controle. Neste sentido, a primeira camada é constituída pelos gestores dos processos que são responsáveis por gerir riscos e manter controles adequados. A Área de Integridade e Gestão de Riscos (AGR) atua como segunda camada, apoiando os gestores em suas atribuições relacionadas a riscos e controles. A terceira camada é formada pela Auditoria Interna que atua de forma independente, avaliando a efetividade deste processo e reportando-se ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Durante o exercício 2017, foi realizada a avaliação da qualidade do sistema de controle interno com base nos requisitos definidos na metodologia emitida pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), bem como a identificação dos principais riscos e controles internos dos processos. Em linhas gerais, o resultado permitiu verificar que o sistema de controle interno das empresas do Sistema BNDES é condizente com a complexidade dos processos da Instituição, contribuindo para a mitigação de riscos e para a conformidade dos processos aos normativos internos e externos.

6. INSTRUÇÃO CVM 381/2003

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, a BNDESPAR vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

7. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota explicativa	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		**13.319.268**	**8.741.380**
Caixa e equivalentes de caixa	12.1	**11.188.408**	**3.961.872**
Títulos e valores mobiliários		**1.036.704**	**3.098.717**
Debêntures	5	861.840	1.041.477
Ações e certificados de depósito de ações	4.2	174.489	2.057.240
Instrumentos financeiros derivativos	3.2.1	375	–
Outros créditos		**1.093.157**	**1.679.792**
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	19.194	272.665
Direitos recebíveis	7	22.681	1.286
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	3.1	275.229	161.700
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	11.1.3	237.073	648.687
Devedores por depósitos em garantia	8	4.730	14.235
Diversos		534.250	581.219
Outros valores e bens		**999**	**999**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**75.795.056**	**71.657.716**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**60.642.566**	**57.048.473**
Títulos e valores mobiliários		**58.938.557**	**55.311.208**
Debêntures	5	7.364.648	8.571.186
Ações e certificados de depósito de ações	4.2	49.523.080	44.971.353
Cotas de fundos de investimento	6	1.651.337	1.446.304
Instrumentos financeiros derivativos	3.2.1	399.492	322.365
Outros créditos		**1.704.009**	**1.737.265**
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	768.153	745.272
Direitos recebíveis	7	24.057	127.747
Incentivos fiscais		214.194	214.194
Devedores por depósitos em garantia	8	697.030	649.647
Diversos		575	405
Investimentos	4.3	**15.152.490**	**14.609.243**
Participações em coligadas		15.152.490	14.609.243
TOTAL DO ATIVO		**89.114.324**	**80.399.096**
PASSIVO CIRCULANTE		**480.499**	**1.160.592**
Obrigações por emissão de debêntures	10.1.1	**61.731**	**878.039**
Obrigações por repasses	10.1.2	**–**	**41.574**
Outras obrigações		**418.768**	**240.979**
Impostos e contribuições sobre o lucro	11.1	264.880	93.681
Outros impostos e contribuições		54.422	29.393
Passivo atuarial	12.3 e 13.1	32.075	25.071
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		3.011	–
Diversas		64.380	92.834
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**7.303.696**	**5.232.491**
Obrigações por emissão de debêntures	10.1.1	**1.829.644**	**1.796.765**
Obrigações por repasses	10.1.2	**–**	**511.719**
Outras obrigações		**5.474.052**	**2.924.007**
Passivo atuarial	12.3 e 13.1	728.320	654.558
Provisões trabalhistas e cíveis	11.2	1.293.960	1.207.019
Tributos diferidos	11.1	3.451.772	1.056.777
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		–	5.653
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	**81.330.129**	**74.006.013**
Capital social		60.344.504	60.344.504
Ajustes de avaliação patrimonial		22.328.830	18.782.761
Próprios		22.173.020	18.642.976
De coligadas		155.810	139.785
Prejuízos acumulados		(1.343.205)	(5.121.252)
TOTAL DO PASSIVO		**89.114.324**	**80.399.096**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS		**10.307.598**	**5.807.816**
De participações societárias		8.672.401	3.778.479
Receita de equivalência patrimonial	4.3.2	2.546.527	2.718.528
Resultado com alienações de títulos de renda variável		4.300.464	867.933
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		240.523	(263.130)
Juros sobre o capital próprio	4.2.3	651.921	161.716
Dividendos	4.2.3	243.097	400.266
Outras receitas com participações societárias		406.332	40.081
Resultado com fundos de investimento		283.537	(146.915)
De operações financeiras		1.635.197	2.029.337
Receitas de operações de crédito		124.958	130.374
Títulos e valores mobiliários		1.510.239	1.898.963
DESPESAS OPERACIONAIS		**(4.008.874)**	**(7.289.427)**
De participações societárias		(3.274.029)	(6.588.989)
Despesa de equivalência patrimonial	4.3.2	(2.298.954)	(1.657.142)
Constituição de provisão para perdas em investimentos	4.1, 4.2.2 e 4.3.4	(975.075)	(4.931.847)
De operações financeiras		(734.845)	(700.438)
Encargos financeiros sobre obrigações:			
• Emissão de debêntures		(152.709)	(368.722)
• BNDES		(17.477)	(48.683)
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	9	(564.659)	(283.033)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		**(565.214)**	**(606.965)**
Despesas com tributos		(295.261)	(169.046)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(701)	(578)
Despesas com pessoal		(178.588)	(304.149)
Reversão (constituição) de provisão trabalhistas e cíveis		(94.779)	(115.533)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		55.855	66.986
Despesas administrativas		(40.412)	(77.369)
Diversas		(11.328)	(7.276)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**5.733.510**	**(2.088.576)**
Imposto de renda	11.1	(997.581)	(452.692)
Contribuição social	11.1	(361.499)	(167.261)
Tributos diferidos	11.1	(559.406)	1.750.805
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		**3.815.024**	**(957.724)**
Participação nos resultados		(36.977)	(44.580)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**3.778.047**	**(1.002.304)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		**3.778.047.000**	**(1.002.304.499)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.778.047	(1.002.304)
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários - próprios, líquido de efeitos tributários	6.228.965	15.211.042
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda de coligadas	(40.283)	73.832
Realização do ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários - próprios, líquido de efeitos tributários	(2.657.791)	(747.160)
Ajuste acumulado de conversão de coligadas	102.209	(825.877)
Outros resultados abrangentes de coligadas	(45.901)	61.310
Ganhos ou perdas atuariais, líquido de efeitos tributários	(41.130)	(198.082)
Total do resultado do exercício abrangente	**7.324.116**	**12.572.761**
Ajustes de avaliação patrimonial - Próprio	3.530.044	14.265.800
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligadas	16.025	(690.735)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados	Total
		Próprios	De coligadas		
Em 1º de janeiro de 2016	**60.344.504**	**4.377.176**	**830.520**	**(4.118.948)**	**61.433.252**
Ajustes de avaliação patrimonial	–	14.265.800	(690.735)	–	13.575.065
Prejuízo do exercício	–	–	–	(1.002.304)	(1.002.304)
Em 31 de dezembro de 2016	**60.344.504**	**18.642.976**	**139.785**	**(5.121.252)**	**74.006.013**
Mutações no exercício	–	14.265.800	(690.735)	(1.002.304)	12.572.761
Em 1º de janeiro de 2017	**60.344.504**	**18.642.976**	**139.785**	**(5.121.252)**	**74.006.013**
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n.º 14)	–	3.530.044	16.025	–	3.546.069
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.778.047	3.778.047
Em 31 de dezembro de 2017	**60.344.504**	**22.173.020**	**155.810**	**(1.343.205)**	**81.330.129**
Mutações no exercício	–	3.530.044	16.025	3.778.047	7.324.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2017		2016	
RECEITAS	**6.988.239**		**1.746.304**	
Intermediação financeira	1.635.197		2.029.337	
Outras receitas	5.353.042		(283.033)	
DESPESAS	**(342.619)**		**(841.247)**	
Intermediação financeira	(170.186)		(417.405)	
Outras despesas	(172.433)		(423.842)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(1.572.488)**		**(4.125.780)**	
Materiais, energia e outros	(4.205)		(7.710)	
Serviços de terceiros	(28.549)		(52.210)	
Perda de valores ativos	(1.539.734)		(4.065.860)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**5.073.132**		**(3.220.723)**	
RETENÇÕES	**(2.772)**		**(5.094)**	
Depreciação	(2.772)		(5.094)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**5.070.360**		**(3.225.817)**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**1.142.591**		**1.623.368**	
Resultado de equivalência patrimonial	247.573		1.061.386	
Dividendos e juros sobre capital próprio	895.018		561.982	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**6.212.951**	100,0%	**(1.602.449)**	100,0%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**6.212.951**	100,0%	**(1.602.449)**	100,0%
Pessoal e encargos	152.449	2,5%	261.379	-16,3%
- Remuneração direta	91.435		162.035	
- Benefícios	52.407		85.439	
- FGTS	8.585		13.859	
- Outros	22		46	
Participação nos resultados	36.977	0,6%	44.580	-2,8%
Impostos, taxas e contribuições	2.240.588	36,1%	(918.459)	57,3%
- Federais	2.239.654		(920.059)	
- Estaduais	2		5	
- Municipais	932		1.595	
Aluguéis	4.890	0,1%	12.355	-0,8%
Lucros (prejuízos) retidos	3.778.047	60,7%	(1.002.304)	62,6%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2017	2016
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	5.733.510	(2.088.576)
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	871.143	4.677.475
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	564.659	283.033
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	94.779	115.533
Resultado de participações em coligadas	(247.573)	(1.061.386)
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	(308.245)	(159.618)
Juros e atualização monetária e juros das obrigações por emissão de debêntures	152.228	368.092
Depreciação	2.772	5.094
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos	975.075	4.931.847
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(240.523)	263.130
Ganho na compra vantajosa de investimentos	(122.029)	(68.250)
Variação de ativos e obrigações	1.307.990	128.151
• (Aumento) / redução líquido em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis	(251.775)	(711.399)
• (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	3.012.057	1.728.018
• (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	304.235	(217.114)
• Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(553.293)	52.798
• Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(794.562)	(439.194)
• IR e CSLL pagos	(408.672)	(284.958)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	**7.912.643**	**2.717.050**
Atividades de investimentos		
• Venda de investimentos	(41.988)	463.461
• Compra de investimentos	(8.294)	(90.939)
• Recebimento de dividendos de coligadas	299.833	530.118
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	**249.551**	**902.640**
Atividades de financiamentos		
• Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(935.658)	(1.247.586)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	**(935.658)**	**(1.247.586)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**7.226.536**	**2.372.104**
Modificação na posição financeira		
Início do exercício	**3.961.872**	**1.589.768**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.961.872	1.589.768
Final do exercício	**11.188.408**	**3.961.872**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	11.188.408	3.961.872
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	7.226.536	2.372.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A empresa

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Sul, Centro Empresarial Parque Cidade, Quadra 09, Torre C, 12º andar, constituída em 1974, controlada integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Sua ação é pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Concretiza–se, principalmente, por meio de participações societárias de caráter minoritário e transitório e, ainda, pelo fortalecimento e modernização do mercado de valores mobiliários.

Em 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR obteve junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta, o que permite à instituição negociar títulos de sua emissão no mercado de balcão organizado.

Para mais informações sobre a BNDESPAR, sua operação e seu controlador, visite o sítio www.bndes.gov.br.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo.

2.1. Aprovação para emissão e moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da BNDESPAR referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 26 de fevereiro de 2018. O Conselho de Administração da BNDESPAR manifesta-se posteriormente a emissão das demonstrações financeiras e possui o poder de alterá-las.

A moeda funcional e de apresentação da BNDESPAR é o Real (R$), e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e de acordo com as práticas contábeis internacionais ("IFRS"), conforme aprovado pelo *"Internacional Accounting Standard Board"* ("IASB").

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas demonstrações financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão da BNDESPAR.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional da BNDESPAR, uma vez que a Administração está convencida de que esta possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as informações no exercício corrente

– Crescimento das operações compromissadas proveniente da aplicação dos recursos disponíveis oriundos, basicamente, da alienação de títulos de renda variável;

– Redução da carteira de debêntures devido ao complemento de provisão para redução ao valor recuperável e à conversão de debêntures em ações da carteira de sociedades coligadas;

– Crescimento da carteira de ações e certificados de depósito de ações em razão da valorização de participações em sociedades não coligadas, parcialmente atenuado pela alienação de certas ações;

– Queda das obrigações por emissões de debêntures em razão do pagamento de principal e juros relativos às debêntures simples (série indexada ao IPCA) da Primeira Oferta no âmbito do Terceiro Programa (2010) no primeiro trimestre de 2017;

– Liquidação antecipada integral dos repasses do BNDES no primeiro semestre de 2017;

– Crescimento dos impostos e contribuições diferidos passivos pelo reconhecimento de tributos diferidos sobre o ajuste a valor justo positivo da carteira de participações em não coligadas;

– Aumento do patrimônio líquido decorrente basicamente do resultado do exercício e do ajuste de avaliação patrimonial positivo, reflexo da mencionada valorização da carteira de participações em sociedades não coligadas;

– Crescimento do resultado com participações societárias no exercício, devido, em especial, à elevação do resultado com alienações de títulos de renda variável, à queda na despesa com provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos (*impairment*) e ao aumento da receita com dividendos e juros sobre capital próprio;

– Queda do resultado com operações financeiras no exercício em função do aumento da despesa com provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e da redução da receita com juros e atualização monetária da carteira de debêntures;

– Redução da despesa com pessoal no exercício em consequência da diminuição do percentual de participação da BNDESPAR no rateio das despesas administrativas do BNDES entre 2016 e 2017; e

– Elevação das despesas tributárias no exercício devido ao aumento do resultado com participações societárias.

Informações adicionais estão divulgadas no Relatório da Administração da BNDESPAR.

2.4. Critérios de relevância da Administração

As notas explicativas incluem informações necessárias para o entendimento das demonstrações financeiras da BNDESPAR, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

– O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza, quando comparado ao conjunto das demonstrações financeiras;

– É importante para a compreensão dos resultados da BNDESPAR; ou

– Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios da BNDESPAR.

2.5. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As notas explicativas da BNDESPAR, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (CODIM) estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

Informações sobre práticas contábeis e estimativas gerais significativas podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 21 deste relatório.

3. ATIVOS FINANCEIROS

A BNDESPAR possui ativos financeiros avaliados ao valor justo ou ao custo amortizado.

A classificação depende das características dos ativos e da finalidade para a qual foram adquiridos, conforme política apresentada na Nota Explicativa n.º 21.7.1. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

3.1. Classificação

Classificação dos ativos financeiros por categoria

	2017				
	Avaliados ao valor justo			Avaliadas ao custo amortizado	
	Títulos mantidos para negociação	Títulos designados por meio do resultado	Títulos disponíveis para venda	Emprés-timos e recebíveis	Saldo contábil
Aplicações em operações compromissadas	–	–	–	11.188.408	11.188.408
Títulos e valores mobiliários					
Debêntures	–	3.480.699	349.254	4.396.535	8.226.488
Ações	–	–	49.697.569	–	49.697.569
Cotas de fundos de investimento	–	–	1.651.337	–	1.651.337
Instrumentos financeiros derivativos	399.867	–	–	–	399.867
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	–	–	–	787.347	787.347
Direitos recebíveis	–	–	–	46.738	46.738
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	–	–	–	275.229	275.229
Devedores por depósitos em garantia	–	–	–	701.760	701.760
Total	**399.867**	**3.480.699**	**51.698.160**	**17.396.017**	**72.974.743**
Circulante	375	658.246	260.566	11.627.759	12.546.946
Não circulante	399.492	2.822.453	51.437.594	5.768.258	60.427.797

	2016				
	Avaliados ao valor justo			Avaliadas ao custo amortizado	
	Títulos mantidos para negociação	Títulos designados por meio do resultado	Títulos disponíveis para venda	Emprés-timos e recebíveis	Saldo contábil
Aplicações em operações compromissadas	–	–	–	3.961.872	3.961.872
Títulos e valores mobiliários					
Debêntures	–	4.093.937	317.116	5.201.610	9.612.663
Ações	–	–	47.028.593	–	47.028.593
Cotas de fundos de investimento	–	–	1.446.304	–	1.446.304
Instrumentos financeiros derivativos	322.365	–	–	–	322.365
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	–	–	–	1.017.937	1.017.937
Direitos recebíveis	–	–	–	129.033	129.033
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	–	–	–	161.700	161.700
Devedores por depósitos em garantia	–	–	–	663.882	663.882
Total	**322.365**	**4.093.937**	**48.792.013**	**11.136.034**	**64.344.349**
Circulante	–	985.636	2.110.526	4.414.313	7.510.475
Não circulante	322.365	3.108.301	46.681.487	6.721.721	56.833.874

Não houve reclassificações entre categorias de ativos financeiros no exercício.

3.2. Títulos avaliados ao valor justo

3.2.1. Títulos Mantidos para Negociação – Derivativos

A BNDESPAR é signatária de contratos de opções estruturadas nas operações de investimentos em renda variável, conforme demonstrado a seguir. Conforme determinado pelas normas contábeis, estes ativos são avaliados a valor justo, com contrapartida no próprio resultado do exercício em que o ganho ou a perda vierem a ocorrer.

Derivativos	Tipo	Metodologia de precificação	Vencimento	2017	2016
Opções de venda de ações (ativo)	Opção europeia	Simulação de Monte Carlo	mar/19	388.771	309.240
Opções de compra e subscrição de ações (ativo)	Opção europeia	*Black & Scholes* e Árvore Binomial	abr/18 a jun/21	11.096	13.125
				399.867	**322.365**
Circulante				375	–
Não circulante				399.492	322.365

3.2.2. Títulos Disponíveis para a Venda

Para maiores detalhes sobre os ativos financeiros classificados como títulos disponíveis para a venda, vide Notas Explicativas n.º 21.2, 21.6 e 21.7.

3.2.3. Títulos designados ao valor justo através do resultado

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos em determinados contratos de debêntures. Como tais derivativos embutidos (opção de conversão ou permuta em ações) alteram de forma significativa os fluxos de caixa, optou–se pela designação no reconhecimento inicial de todo o instrumento ao valor justo por meio do resultado, implicando na não segregação dos respectivos derivativos embutidos.

Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial (*hedge*) e nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos, constituindo–se de opções de conversão ou permuta daquelas debêntures em ações, não oferecendo nenhum risco de perda por alavancagem à BNDESPAR. O quadro a seguir apresenta o detalhamento das debêntures designadas ao valor justo:

	2017	2016
Debêntures designadas ao valor justo através do resultado		
Conversíveis / permutáveis em ações listadas em bolsa	1.936.857	2.719.010
Conversíveis / permutáveis em ações não listadas em bolsa	1.543.842	1.374.927
Total	**3.480.699**	**4.093.937**
Circulante	658.246	985.636
Não circulante	2.822.453	3.108.301

3.2.4. Valor dos ativos financeiros mensurados ao valor justo, por nível de hierarquia

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a BNDESPAR leva em consideração o nível de hierarquia destes ativos, conforme prática contábil descrita na Nota Explicativa n.º 21.7.1.6.

	2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures – designadas por meio do resultado	–	3.480.699	–	3.480.699
Debêntures – disponíveis para venda	86.077	263.177	–	349.254
Ações	47.657.959	1.293.164	746.446	49.697.569
Cotas de fundos de investimento	–	–	1.264.828	1.264.828
Instrumentos financeiros derivativos	–	399.867	–	399.867
Total	**47.744.036**	**5.436.907**	**2.011.274**	**55.192.217**

	2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures – designadas por meio do resultado	–	3.996.641	97.296	4.093.937
Debêntures – disponíveis para venda	–	317.116	–	317.116
Ações	41.216.694	5.080.232	635.687	46.932.613
Cotas de fundos de investimento	668	–	–	668
Instrumentos financeiros derivativos	–	322.365	–	322.365
Total	**41.217.362**	**9.716.354**	**732.983**	**51.666.699**

(continua)

(continuação)

O total dos ativos financeiros dos quadros acima não considera o valor das ações e das cotas de fundos de investimento mensuradas ao custo de aquisição acrescidos das mutações patrimoniais, apresentados a seguir:

	2017	2016
Ações:		
Avaliadas a Valor Justo, níveis 1, 2 e 3	49.697.569	46.932.613
Mensuradas ao custo de aquisição	–	95.980
Total das Ações	**49.697.569**	**47.028.593**
Cotas de Fundos de Investimento:		
Avaliadas a valor justo, níveis 1, 2 e 3	1.264.828	668
Mensuradas ao custo de aquisição	386.509	1.445.636
Total das Cotas de Fundos de Investimento	**1.651.337**	**1.446.304**

3.3. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado

Para os ativos financeiros regidos por contratos com características de empréstimos ou recebíveis (operações compromissadas, debêntures sem opção de permuta e/ou conversão, venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis, juros sobre capital próprio e dividendos a receber e devedores por depósitos em garantia) a avaliação se dá pelo custo amortizado.

Como não existe mercado secundário para estes ativos, o seu valor justo é igual ao valor contábil. Para mais detalhes, vide Nota Explicativa n.º 21.7.

	2017		2016	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Aplicações em operações compromissadas	11.188.408	11.188.408	3.961.872	3.961.872
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures (empréstimos e recebíveis) (1)	4.396.535	4.396.535	5.244.834	5.244.834
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários (1)	787.347	787.347	1.336.371	1.336.371
Direitos recebíveis (1)	46.738	46.738	171.576	171.576
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	275.229	275.229	161.700	161.700
Devedores por depósitos em garantia	701.760	701.760	663.882	663.882
Total	**17.396.017**	**17.396.017**	**11.540.235**	**11.540.235**

(1) Valores líquidos da provisão para redução ao valor recuperável.

4. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A principal atividade da BNDESPAR é o apoio de longo prazo, em sintonia com as políticas operacionais do BNDES, via participação societária. O tratamento contábil das participações societárias da BNDESPAR está disposto na Nota Explicativa n.º 21.6.

A participação em empresas avaliadas ao valor justo está apresentada no subgrupo "Títulos e Valores Mobiliários", na rubrica "Ações e certificados de depósito de ações", na categoria "Disponíveis para Venda" e a participação societária em empresas coligadas está apresentada no subgrupo "Investimentos", na rubrica "Participações em coligadas".

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, os itens a seguir apresentam a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias.

4.1. Composição dos saldos

Balanço patrimonial	2017	2016
Títulos e Valores Mobiliários – Ações e certificados de depósito de ações – Circulante	174.489	2.057.240
Títulos e Valores Mobiliários – Ações e certificados de depósito de ações – Não circulante	49.523.080	44.971.353
Investimentos – Participações em Coligadas	15.152.490	14.609.243
Total da carteira de participações societárias	**64.850.059**	**61.637.836**

Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações – DRE	2017	2016
Disponíveis para venda, nota explicativa n.º 4.2.2	(21.629)	(3.969.015)
Coligadas, nota explicativa n.º 4.3.2 e 4.3.4	(953.446)	(962.832)
Total	**(975.075)**	**(4.931.847)**

4.2. Títulos e Valores Mobiliários – Ações e certificados de depósito de ações

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações classificadas como disponíveis para venda, contendo a abertura das participações em empresas listadas em bolsa, as quais representam cerca de 94% do total da carteira classificada nesta categoria.

Empresas Investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas em 31/12/2017 Ordinárias	Preferenciais	% de participação no capital total em 31/12/2017	2017	2016
NÍVEL 1 – Empresas Listadas					
PETROBRAS	11.700	1.250.053	9,67	20.298.246	19.758.427
VALE (1)	401.458	–	7,60	16.114.514	6.894.376
ELETROBRAS	141.758	18.691	11,86	3.077.453	3.713.159
AES TIETÊ ENERGIA (ex. Brasiliana) – UNITS	111.478	445.910	28,33	1.430.258	1.561.801
SUZANO	75.910	–	6,86	1.403.576	1.060.462
EMBRAER	39.762	–	5,37	802.805	630.633
KLABIN – UNITS	42.573	170.292	4,45	750.564	746.307
CEMIG	54.343	26.221	6,40	528.777	630.162
AES ELETROPAULO (2)	31.350	–	18,73	509.443	205.391
LIGHT	19.141	–	9,39	317.546	330.179
GERDAU	–	24.926	1,45	307.335	256.415
ECORODOVIAS	21.000	–	3,76	259.770	171.360
TOTVS	7.445	–	4,49	223.201	178.977
ENGIE BRASIL ENERGIA (ex Tractebel)	6.225	–	0,95	222.362	217.382
LINX	9.675	–	5,82	208.488	166.790
COPASA	4.387	–	3,46	189.717	158.660
OURO FINO SAÚDE ANIMAL	6.657	–	12,34	158.640	186.670
OI	38.255	–	4,63	140.395	100.227
IOCHPE–MAXION	695	–	0,50	15.848	100.385
CPFL ENERGIA (3)				–	1.731.265
MARFRIG (4)				–	675.558
RUMO (3)				–	650.118
LOJAS AMERICANAS (3)				–	191.643
EQUATORIAL ENERGIA (3)				–	178.512
BRASKEM (3)				–	141.723
Subtotal Nível 1				**46.958.938**	**40.636.582**
Outras empresas – Nível 1				699.021	580.112
Total Nível 1				**47.657.959**	**41.216.694**
NÍVEL 2 – Empresas listadas, mas com cotação ajustada e empresas *holdings* não listadas (1)				**1.293.164**	**5.080.232**
NÍVEL 3 – Empresas não listadas (Valor Justo)				**746.446**	**635.687**
Custo – Empresas não listadas (Valor de Custo)				**–**	**95.980**
TOTAL				**49.697.569**	**47.028.593**
Circulante				**174.489**	**2.057.240**
Não circulante				**49.523.080**	**44.971.353**

(1) Em agosto de 2017 a Vale incorporou a Valepar, empresa na qual a BNDESPAR também possuía investimento classificada no Nível 2.

(2) Em 31 de dezembro de 2016 as ações ordinárias da Eletropaulo sofreram ajuste de liquidez e por isso o investimento estava demonstrado no Nível 2. Já as ações preferenciais estavam apresentadas no Nível 1. Em novembro de 2017 as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias, como parte do plano da empresa que consiste em migrar para o Novo Mercado, e em 31 de dezembro de 2017 todas as ações da Eletropaulo estão classificadas como Nível 1.

(3) Ações alienadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(4) Em janeiro de 2017 o investimento na Marfrig foi reclassificado da categoria de disponível para venda para investimento em coligada. A BNDESPAR passou a exercer influência significativa após a conversão em ações das debêntures da 5ª emissão, que elevou sua participação no capital votante da empresa de 19,61% para 33,81%.

Para detalhes da classificação da carteira em níveis, vide Nota Explicativa n.º 21.6.

4.2.1. Movimentações entre níveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a BNDESPAR efetuou reclassificações do Nível 2 para o Nível 1 referente a investimento em ações de empresas listadas que apresentaram maior liquidez do ativo e em decorrência da reestruturação societária do Grupo Vale. A seguir são apresentadas as movimentações do Nível 2:

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

	2017	2016
Saldos no início do exercício Nível 2 (*)	5.080.232	2.540.433
Transferência do Nível 2 para Nível 1 (*) – empresas com aumento de liquidez	(138.969)	–
Transferência do Nível 2 para Nível 1 (*) – reestruturação do Grupo Vale	(4.308.628)	–
Transferência do Nível 1 para Nível 2 (*) – empresas com ajuste de liquidez	–	136.617
Ajuste ao valor justo	660.529	2.403.182
Saldos no final do exercício Nível 2 (*)	**1.293.164**	**5.080.232**

(*) Valores líquidos de provisão para redução ao valor recuperável.

A movimentação do saldo do investimento em ações avaliadas ao valor justo classificadas no Nível 3 é apresentada a seguir:

	2017	2016
Saldos no início do exercício	635.687	396.074
Aquisições	13.688	29.781
Transferência do "Custo" para Nível 3, líquido de provisão para redução ao valor recuperável.	95.980	221.175
Impairment	(6.339)	–
Ajuste ao valor justo	7.430	(11.343)
Saldos no final do exercício	**746.446**	**635.687**

4.2.2. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda

As participações societárias da BNDESPAR são submetidas ao teste para verificação de eventuais perdas, conforme política descrita na Nota Explicativa n.º 21.6.1.1. Estas perdas verificadas podem ser diretamente reconhecidas no resultado ou no grupo "Outros Resultados Abrangentes – ORA". Caso sejam reconhecidas no ORA, tais perdas são transferidas para o resultado do exercício sempre que atingem os critérios para que a perda seja considerada "permanente". A seguir, são apresentados os efeitos destas perdas reconhecidos na rubrica "Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos" na demonstração do resultado:

	2017	2016
Movimentação resultado do trimestre findo em 31de março:		
. Ajuste de reclassificação de ORA para resultado	–	(157.644)
. Perda reconhecida diretamente no resultado	(10.429)	(2.977.624)
	(10.429)	**(3.135.268)**
Movimentação resultado do trimestre findo em 30 de junho:		
. Ajuste de reclassificação de ORA para resultado	(6.339)	–
. Perda reconhecida diretamente no resultado	(4.861)	(788.026)
	(11.200)	**(788.026)**
Movimentação resultado do trimestre findo em 30 de setembro:		
. Ajuste de reclassificação de ORA para resultado	–	(1)
. Perda reconhecida diretamente no resultado	–	(1)
	–	**(2)**
Movimentação resultado do trimestre findo em 31 de dezembro:		
. Perda reconhecida diretamente no resultado	–	(45.719)
	–	**(45.719)**
Total de provisão para perdas constituída no exercício – ações DPV	**(21.629)**	**(3.969.015)**

4.2.3. Outros resultados com investimentos em ações disponíveis para venda

No exercício findo em 31 dezembro de 2017, a BNDESPAR apurou um resultado com alienações de títulos de renda variável no valor de R$ 4.300.464 mil (R$ 867.933 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). Deste total, 99% correspondem ao resultado com alienação de ações classificadas como "Disponível para Venda".

Além de ganhos econômicos com a valorização de mercado das ações disponíveis para a venda e a equivalência patrimonial das coligadas, a BNDESPAR realiza ganhos quando estes investimentos remuneram o acionista na forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Apresentamos a seguir a abertura das receitas com Dividendos e Juros sobre o capital próprio referente a empresas listadas em bolsa evidenciadas na Demonstração do Resultado:

	2017		2016	
	Dividendos	JSCP	Dividendos	JSCP
AES Tietê Energia	76.281	14.072	216.812	16.444
BRASKEM	–	–	26.575	–
CEG	43.802	28.042	12.303	26.649
CEMIG	6.386	–	27.786	24.330
CPFL	14.945	–	13.842	–
ECORODOVIAS	8.869	–	5.530	–
ELETROBRAS	–	30.536	–	–
ENGIE BRASIL ENERGIA (ex Tractebel)	12.861	–	–	–
KLABIN	23.577	–	21.700	–
SUZANO	26.585	13.892	21.543	–
VALE [1]	–	540.369	–	72.668
Subtotal	**213.306**	**626.911**	**346.091**	**140.091**
Outras empresas	29.791	25.010	54.175	21.625
Total	**243.097**	**651.921**	**400.266**	**161.716**

[1] Em 31/12/2017 inclui R$ 124.966 de JSCP destinados pela Valepar, empresa incorporada pela Vale em agosto de 2017 (R$ 27.342 em 31/12/2016).

4.3. Investimentos – Participações em Coligadas

O quadro a seguir apresenta informações detalhadas das participações relevantes, as quais representam cerca de 93% do saldo de investimentos em coligadas em 31/12/2017:

	Investimentos									
	2017 [3]								2016	
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação sobre o capital [3]		Valor patrimonial do investimento	Ágio expectativa de rentabilidade futura	Provisão para perdas	Total	Total	Natureza das atividades do negócio da coligada
Coligadas [2]	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante						
COPEL	38.299	27.282	23,96	26,41	3.685.639	–	(1.768.610)	1.917.029	2.274.020	Setor elétrico
Fibria	161.083	–	29,12	29,12	4.196.966	–	–	4.196.966	4.186.573	Setor de papel e celulose
Granbio	15.094	–	15,00	15,00	94.101	469.806	(54.743)	509.164	570.273	Setor de energia (etanol e química verde)
JBS	581.661	–	21,48	21,48	5.452.084	479.821	(217.786)	5.714.119	5.695.291	Setor de alimentos
Marfrig (4)	209.648	–	33,76	33,76	1.171.934	–	–	1.171.934	–	Setor de alimentos
Tupy	40.645	–	28,20	28,20	567.433	–	–	567.433	637.270	Setor de metalurgia e siderurgia
Subtotal					**15.168.157**	**949.627**	**(2.041.139)**	**14.076.645**	**13.363.427**	
Outras coligadas					1.097.972	402.937	(425.064)	1.075.845	1.245.816	
Total					**16.266.129**	**1.352.564**	**(2.466.203)**	**15.152.490**	**14.609.243**	

[1] A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é de 31/10/2017.
[2] Empresas com sede no Brasil.
[3] % de participação sobre o capital – ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.
[4] Valor patrimonial apresentado líquido de provisão para perdas apurada quando o investimento estava classificado como Disponível para Venda.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

4.3.1. Base para Equivalência Patrimonial – Participações em Coligadas

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

	Valor Contábil – Data base: 31/10/2017										31/12/2017
Coligadas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Lucros (prejuízos) de operações em descontinuidade	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total	Valor de mercado (2)
COPEL (1)	645.590	17.594.325	1.182.118	1.678.359	15.379.438	1.292.188	932.295	–	(112.485)	819.810	1.494.656
Fibria	5.285.422	27.978.435	3.413.481	15.439.393	14.410.983	6.982.039	452.239	–	(23.883)	428.356	7.709.417
Granbio	291.265	464.922	16.572	112.277	627.338	558	(131.176)	–	5.052	(126.124)	–
JBS	8.325.985	44.995.041	12.594.449	15.349.673	25.376.904	27.141.291	995.548	–	622.365	1.617.913	5.682.829
Marfrig	4.317.401	14.637.900	3.175.117	12.308.910	3.471.274	5.894.626	(590.848)	(9.229)	(159.488)	(759.565)	1.517.855
Tupy (1)	1.340.507	2.933.313	691.316	1.570.282	2.012.222	2.015.819	144.651	–	10.224	154.875	740.559
Subtotal	**20.206.170**	**108.603.936**	**21.073.053**	**46.458.894**	**61.278.159**	**43.326.521**	**1.802.709**	**(9.229)**	**341.785**	**2.135.265**	
Outras coligadas	2.358.405	7.419.049	2.899.556	2.369.452	4.508.446	1.717.926	305.861	195.798	33.996	535.655	
Total	**22.564.575**	**116.022.985**	**23.972.609**	**48.828.346**	**65.786.605**	**45.044.447**	**2.108.570**	**186.569**	**375.781**	**2.670.920**	

(1) Os Lucros e Prejuízos foram ajustados para refletir a parcela da realização dos Outros Resultados Abrangentes (Adoção Inicial CPC) reconhecidos pela coligada em Lucros Acumulados.

(2) Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

4.3.2. Movimentação dos investimentos em coligadas

Os quadros abaixo mostram, por coligada, as principais movimentações ocorridas na carteira da BNDESPAR para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Coligadas	Saldo em 01/01/2017	Aquisições (3)	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial (1)	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas (2)	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de/para TVM	Saldo em 31/12/2017
COPEL	2.274.020	–	(113.681)	232.816	–	(26.957)	(449.169)	–	1.917.029
Fibria	4.186.573	–	(114.423)	129.248	2.517	(6.949)	–	–	4.196.966
Granbio	570.273	–	–	(7.124)	–	758	(54.743)	–	509.164
JBS (5)	5.695.291	–	(19.182)	105.373	14.901	135.522	(217.786)	–	5.714.119
Marfrig (3)	–	122.029	–	(218.291)	(38.571)	(53.852)	–	1.360.619	1.171.934
Tupy	637.270	–	(42.288)	(30.387)	(45)	2.883	–	–	567.433
Subtotal	**13.363.427**	**122.029**	**(289.574)**	**211.635**	**(21.198)**	**51.405**	**(721.698)**	**1.360.619**	**14.076.645**
Outras coligadas (2)	1.245.816	8.294	(10.259)	68.032	(10.896)	6.606	(231.748)	–	1.075.845
Total	**14.609.243**	**130.323**	**(299.833)**	**279.667**	**(32.094)**	**58.011**	**(953.446)**	**1.360.619**	**15.152.490**

Coligadas	Saldo em 01/01/2016	Aquisições (4)	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas (2)	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Vendas/ Resgate de ações / Redução de Capital	Entrada (baixa) por cisão realizada por coligada (5)	Efeitos transferência de/ para TVM	Saldo em 31/12/2016
Brasiliana Part.	363.527	–	(23.354)	97.746	31.917	417.060	–	(869.656)	–	17.240
COPEL	3.342.065	–	(147.976)	365.169	34.203	(1.319.441)	–	–	–	2.274.020
Fibria	3.527.663	–	(87.293)	748.808	(2.605)	–	–	–	–	4.186.573
Granbio	577.592	–	–	(848)	(6.471)	–	–	–	–	570.273
JBS	6.683.574	–	(235.840)	(27.543)	(724.900)	–	–	–	–	5.695.291
Tupy	673.538	–	(28.292)	31.085	(39.061)	–	–	–	–	637.270
Subtotal	**15.167.959**	**–**	**(522.755)**	**1.214.417**	**(706.917)**	**(902.381)**	**–**	**(869.656)**	**–**	**13.380.667**
Outras coligadas	1.237.589	159.189	(7.362)	(153.031)	(180.955)	(60.451)	(44.122)	118.101	159.618	1.228.576
Total	**16.405.548**	**159.189**	**(530.117)**	**1.061.386**	**(887.872)**	**(962.832)**	**(44.122)**	**(751.555)**	**159.618**	**14.609.243**

(1) Inclui os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas e da amortização da Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ocorreu realização por venda de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido de R$ 41.989 devido a alienação de coligada 100% provisionada, sem efeito na movimentação do ativo, cujo investimento se encontrava na linha de Outras coligadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a realização por venda do Ajuste de Avaliação Patrimonial totalizou R$ 3.525, cujo efeito está incluído na coluna "Vendas/ Resgate de ações / Redução de Capital".

(3) O valor de R$ 122.029 se refere ao ganho na compra vantajosa apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R$ 68.250 em 31 de dezembro de 2016).

(4) Inclui realização de ORA no valor de R$ 193.612.

(5) O resultado de equivalência patrimonial da JBS inclui a movimentação da reserva de capital reconhecida pela coligada em decorrência de transações de capital.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

4.3.3. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	2017	2016
Passivo a descoberto nas coligadas - % BNDESPAR	205.362	332.928
Perdas não reconhecidas no resultado do exercício	**7.581**	**63.529**

4.3.4. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Em 31 de dezembro de 2017 a BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os efeitos desse procedimento foram reconhecidos na rubrica "Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos" na demonstração do resultado e estão demonstrados nos quadros da Nota Explicativa n.º 4.3.2.

	2017	2016
Principais perdas por redução ao valor recuperável para um ativo individual no exercício:		
Ativo 1 [1]		
Valor contábil do investimento (sem provisão para redução ao valor recuperável)	3.639.561	3.593.461
Valor recuperável apurado	1.870.951	2.274.020
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.768.610)	(1.319.441)
Provisão para redução ao valor recuperável constituída no exercício	(449.169)	(1.319.441)
Ativo 2 [2]		
Valor contábil do investimento (sem provisão para redução ao valor recuperável)	6.272.878	5.695.291
Valor recuperável apurado	6.055.092	6.653.538
Provisão para redução ao valor recuperável constituída no exercício	(217.786)	–

[1] Os valores apesentados referentes a exercício de 2017 referem-se a data-base de 30 de setembro de 2017. Para 31 de dezembro de 2017 não houve alteração no valor recuperável nem na provisão reconhecida.

[2] Provisão constituída em de 30 de setembro de 2017, conforme item "Análise do valor recuperável da JBS S/A" a seguir.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o cálculo do valor em uso do Ativo 1 foi efetuado com base nas demonstrações contábeis de 31 de março de 2017, atualizadas para setembro de 2017. A análise qualitativa do investimento não indicou a necessidade de atualização do valor em uso para 31 de dezembro de 2017, tendo em vista a ausência de evidências objetivas de perdas que justificassem uma nova avaliação do valor justo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o cálculo utilizou as demonstrações de setembro, atualizadas para dezembro de 2016.

Para a apuração do valor em uso do Ativo 1 foi utilizado o método de Soma das Partes, calculados por unidade de negócio, no qual se busca apurar o valor do *equity* (ações) de uma Companhia através da soma dos valores das divisões/subsidiárias que a compõem. Foram considerados os seguintes segmentos: distribuição, geração e transmissão de energia elétrica, e telecomunicações. Em 30 de setembro de 2017 no seguimento de geração foram considerados na projeção do fluxo de caixa tanto as usinas hidroelétricas como as termoelétricas e as eólicas, representando um detalhamento em relação ao cálculo de 31 de dezembro de 2016 que considerada das térmicas e eólicas como ativos acessórios. Os fluxos de caixa livres da firma foram projetados para períodos específicos para cada unidade de negócio, sendo os principais projetados até 2045, 2046 e 2050, não sendo considerada perpetuidade, e descontados com base no custo médio ponderado de capital estimado em 11,39% em 30 de setembro de 2017 (11,04% em 31 de dezembro de 2017). As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando-se principalmente premissas baseadas em dados observáveis no mercado, desempenho histórico da investida e expectativas econômicas futuras.

Para a unidade de negócio de Distribuição, foi calculada a elasticidade-renda do consumo do setor no período de 2004 a 2014 e a partir desta elasticidade, aplicou-se a variação esperada do PIB pelo BNDES (Área de Pesquisa Econômica). Na unidade de negócio da Geração, a projeção dos fluxos de caixa observou a garantia física de cada ativo até a data de vencimento de cada concessão, obtendo-se, assim, a energia disponível para comercialização no período projetado, considerando-se um índice de perdas técnicas para cada unidade geradora.

Análise do valor recuperável da JBS S/A

No terceiro trimestre de 2017 a Administração da BNDESPAR entendeu que houve uma redução das principais incertezas que a impediram de no trimestre anterior efetuar uma estimativa confiável do valor recuperável do seu investimento na JBS, e o valor recuperável desse investimento foi estimado em R$ 6.055.092, com o consequente reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável de R$ 217.786. Esse montante foi apurado com base no valor em uso obtido através do fluxo de caixa descontado construído pela projeção do fluxo de caixa livre da firma ("FCFF"), através da consolidação dos fluxos projetados de diferentes segmentos de negócio. Para descontar o fluxo de caixa da firma, estimou-se o custo médio ponderado de capital ("WACC") em três moedas: Reais nominais, Dólares nominais e Libras nominais, em uma média de 11,5%, 6,0% e 5,2%, respectivamente. A estrutura de capital utilizada no modelo foi variável ano a ano no período da projeção (de 2017 a 2025), refletindo a geração de caixa da Companhia ao longo desse período.

As projeções de receita foram realizadas utilizando-se principalmente premissas baseadas em previsões de variação de volume dos produtos elaborados pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, FIESP e pelo *U.S. Department of Agriculture* e premissas macroeconômicas; a projeção dos custos e despesas se baseou em uma análise vertical histórica por unidades de negócios, refletindo os ciclos de cada unidade de negócio; o capex se baseou tanto na reposição da depreciação e amortização quanto em investimento por expansão; e o investimento em capital de giro se baseou em uma análise dos prazos médios operacionais históricos.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor em uso do investimento foi atualizado para R$ 6.281.940, calculado considerando as demonstrações financeiras auditadas da JBS e atualização de premissas, sem alteração no valor da provisão dado que: (i) o mesmo é superior ao valor do investimento em 31 de dezembro de 2017; e (ii) apesar do aumento no valor recuperável em relação ao terceiro trimestre, há incertezas que justificam a manutenção da provisão, conforme descrito no parágrafo a seguir.

A Administração da BNDESPAR entende que o cenário atual ainda apresenta um grau de incerteza que justifica a perda por redução a valor recuperável reconhecida no montante de R$ 217.786 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, relacionada a diversos fatos tais como: incertezas financeiras de curto prazo, incertezas sobre gestão, governança, qualidade e imagem dos produtos, bem como fatos relacionados ao *funding* e plano de desinvestimentos e os possíveis impactos das delações na Companhia, conforme acordo de leniência celebrado com o Ministério Público.

5. DEBÊNTURES

A tabela a seguir demonstra os saldos brutos das debêntures por categoria e vencimento:

	2017			
	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado	
	Títulos designados por meio do resultado	Títulos disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil
A vencer:				
2018	658.246	86.077	118.007	862.330
2019	152.648	263.177	-	415.825
2020	1.881.243	–	2.153.490	4.034.733
2021	436.757	–	294.324	731.081
2022	351.805	–	646.488	998.293
Após 2022	–	–	1.768.890	1.768.890
Total	**3.480.699**	**349.254**	**4.981.199**	**8.811.152**
(–) Provisão para redução ao valor recuperável	–	–	(584.664)	(584.664)
Circulante	658.246	86.077	117.517	861.840
Não circulante	2.822.453	263.177	4.279.018	7.364.648

	2016			
	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado	
	Títulos designados por meio do resultado	Títulos disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil
A vencer:				
2017	985.636	53.286	2.568	1.041.490
2018	918.997	–	237.122	1.156.119
2019	176.508	263.830	–	440.338
2020	1.546.740	–	2.060.122	3.606.862
2021	232.311	–	384.391	616.702
Após 2021	233.745	–	2.560.631	2.794.376
Total	**4.093.937**	**317.116**	**5.244.834**	**9.655.887**
(–) Provisão para redução ao valor recuperável	–	–	(43.224)	(43.224)
Circulante	985.636	53.286	2.555	1.041.477
Não circulante	3.108.301	263.830	5.199.055	8.571.186

(continua)

(continuação)

5.1. Conciliação da movimentação da provisão para redução ao valor recuperável das debêntures:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	(43.224)	(46.908)
Reversão (constituição) líquida (1)	(541.440)	3.684
Saldo no final do exercício	**(584.664)**	**(43.224)**

(1) O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 9.

5.2. Movimentação do saldo de debêntures avaliadas ao valor justo classificadas no nível 3 da hierarquia de valor justo:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	97.296	36.215
Reclassificações de níveis	(97.296)	107.990
Ganhos e perdas reconhecidos:		
No resultado do exercício	–	(46.909)
Saldo no final do exercício	**–**	**97.296**

6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data-base das demonstrações financeiras.

Fundo	Administrador	2017	2016
- Fundo de Invest. em Part. Brasil Energia	Banco Bradesco S.A.	323.819	345.313
- Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	Banco Bradesco S.A.	145.326	138.097
- Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	102.405	39.573
- FIP Brasil Sustentabilidade	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	143.928	102.656
- Pátria Infraestrutura III - FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	125.669	39.349
- Fd. Infra Brasil Fundo de Investimentos em Participações	Mantiq Investimentos Ltda.	81.848	98.271
- Capital Tech II - Fundo de Investimento em Participações	Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	55.033	30.772
-Brasil Agronegócio - Fd. de Investimento em Participações	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	96.386	77.041
- FIP Performa Key de Inovação em Meio Ambiente	Lions Trust Administradora de Recursos Ltda.	101.027	38.341
- Fundo BBI Financial I - FMIEE	BBI Financial Gestão de Recursos S.A.	60.304	27.357
Outros		415.592	509.534
Total		**1.651.337**	**1.446.304**
Circulante		–	–
Não circulante		1.651.337	1.446.304

6.1. Movimentação do saldo de cotas de fundos de investimentos classificadas no nível 3 da hierarquia de valor justo:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	–	–
Reclassificações de níveis	1.264.828	–
Saldo no final do exercício	**1.264.828**	**–**

7. VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DIREITOS RECEBÍVEIS

As informações das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis estão assim sumarizadas:

	2017	2016
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.105.587	1.336.371
Provisão para redução no valor recuperável	(318.240)	(318.434)
	787.347	**1.017.937**
Direitos recebíveis	71.642	171.576
Provisão para redução no valor recuperável	(24.904)	(42.543)
	46.738	**129.033**
Total	**834.085**	**1.146.970**
Circulante	41.875	273.951
Não circulante	792.210	873.019

7.1. Distribuição da carteira bruta das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis por setor de atividade e por vencimento

	2017	2016
Setor Público	–	117.948
Setor Privado		
Indústria	968.461	1.065.700
Outros serviços	208.768	324.299
	1.177.229	1.389.999
Total	**1.177.229**	**1.507.947**

2017		2016	
Vencido	–	Vencido	32.887
A vencer:		A vencer:	
2018	61.719	2017	326.830
2019	59.565	2018	19.118
2020	19.517	2019	55.864
2021	18.925	2020	19.507
2022	16.619	2021	43.908
Após 2022	1.000.884	Após 2021	1.009.833
Total	**1.177.229**	**Total**	**1.507.947**

7.2. Conciliação da movimentação da provisão para redução ao valor recuperável sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

	Venda a prazo de títulos e valores mobiliários		Direitos recebíveis	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(318.434)	(7.848)	(42.543)	(65.306)
(Constituição) reversão líquida (1)	(95.552)	(405.172)	17.639	22.763
Baixas contra provisão	95.746	94.586	–	–
Saldo no final do exercício	**(318.240)**	**(318.434)**	**(24.904)**	**(42.543)**

(1) O efeito no resultado de 2017 está apresentado na Nota Explicativa n.º 9.

8. DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIA

Refere-se principalmente a processos administrativos instaurados pela Receita Federal, nos quais a BNDESPAR é parte, e que questionam, em sua maioria, a exclusão de receitas originadas na alienação de participações societárias (ações) das bases de cálculo de PIS e COFINS, ocorridas em 2005. Em todos os casos foram apresentadas impugnações ainda pendentes de julgamento definitivo. Tais processos se encontram com probabilidade de perda classificada como possível. Não obstante terem sido integralmente depositados, seus valores atualizados pela SELIC totalizam R$ 697.030 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 658.751 em 31 de dezembro de 2016).

O saldo total de devedores por depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 701.760 (R$ 663.882 em 31 de dezembro de 2016).

9. RESULTADO DE PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	2017	2016
Reversão (constituição) líquida:		
Debêntures	(541.440)	3.684
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(95.552)	(405.172)
Direitos recebíveis	17.639	22.763
Recuperação de créditos baixados do ativo	54.694	95.692
Receita (despesa) líquida apropriada	**(564.659)**	**(283.033)**

10. PASSIVOS FINANCEIROS

O tratamento contábil dos passivos financeiros da BNDESPAR está disponível na Nota Explicativa n.º 21.7.2.

10.1. Classificação

A BNDESPAR somente possui passivos financeiros classificados na categoria "mensurados ao custo amortizado".

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

10.1.1. Emissão de debêntures

O quadro abaixo apresenta as operações a vencer relativos às emissões públicas de debêntures realizadas pela BNDESPAR, na data-base de 31 de dezembro de 2017.

Ano	Programa	Oferta	Série	Remuneração	Valor unitário	Valor principal	Vencimento	Atualização monetária e juros	Datas de pagamento dos juros
2012	Terceiro	Sexta	Terceira	Indexada ao IPCA	1	1.289.000	15/05/2019	IPCA + 5,3999%	15/05/2014; 15/05/2015; 15/05/2016; 15/05/2017; 15/05/2018; e 15/05/2019

As escrituras de emissão dessas debêntures preveem algumas cláusulas restritivas (covenants) de caráter não financeiro, cujo descumprimento pode acarretar vencimento antecipado. O cumprimento dessas cláusulas é acompanhado permanentemente, e em 31 de dezembro de 2017 todas as cláusulas foram atendidas.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

	Vencimentos	2017	2016
1º distribuição – Terceiro Programa			
3ª série (1)	15/01/2017		
Principal corrigido (IPCA)		–	787.816
Juros provisionados (6,2991% a.a.)		–	47.598
		–	835.414
2º distribuição – Terceiro Programa			
3ª série	15/05/2019		
Principal corrigido (IPCA)		1.829.644	1.778.984
Juros provisionados (5,3999% a.a.)		61.731	60.406
		1.891.375	1.839.390
Total		**1.891.375**	**2.674.804**
Circulante		61.731	878.039
Não circulante		1.829.644	1.796.765

(1) Liquidada na data do vencimento

10.1.2. Obrigações por Repasses

Composição

	2017	2016
BNDES	–	553.293
Total	**–**	**553.293**
Circulante	–	41.574
Não circulante	–	511.719

A BNDESPAR liquidou antecipadamente o passivo com o BNDES durante o exercício de 2017. O prazo máximo de vencimento dessa obrigação estava estipulado para o ano de 2039.

10.2. Valor justo dos passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017, a BNDESPAR não possuía saldos de passivos financeiros avaliados ao valor justo. O valor dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, comparados com seu valor justo, é o seguinte:

	2017		2016	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Obrigações por emissão de debêntures (1)	1.891.375	1.939.674	2.674.804	2.632.586
Obrigações por repasses	–	–	553.293	553.293
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários	3.011	3.011	5.653	5.653
Total	**1.894.386**	**1.942.685**	**3.233.750**	**3.191.532**

(1) O valor de justo das debêntures emitidas pela BNDESPAR foi obtido com base em preços divulgados pela ANBIMA e pela CETIP.

11. OUTROS PASSIVOS

11.1. Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. A BNDESPAR está sujeita às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
Contribuição para o PIS/PASEP (1)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (1)	7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) Para as receitas financeiras e as decorrentes de alienação de participação societária a alíquota do PIS/PASEP é de 0,65%, e da COFINS é de 4%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

Detalhes sobre os aspectos tributários a que a BNDESPAR está sujeita encontram-se na Nota Explicativa n.º 21.10.

11.1.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	2017	2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**5.733.510**	**(2.088.576)**
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 34%	(1.949.393)	710.116
Ajustes	**30.907**	**420.736**
. Equivalência Patrimonial Líquida	127.483	392.296
. Dividendos de investimentos avaliados a custo ou valor justo	83.205	146.232
. Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos (1)	(158.456)	(69.191)
. Outros (2)	(21.325)	(48.601)
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	**(1.918.486)**	**1.130.852**
. Tributos Correntes	(1.359.080)	(619.953)
. Tributos Diferidos	(559.406)	1.750.805
Alíquota Efetiva	**33,5%**	**54,1%**

(1) Decorrem, principalmente, de mudanças na expectativa de realização de diferenças temporárias dedutíveis de anos anteriores.

(2) Refere-se, principalmente, a outras diferenças permanentes.

11.1.2. IR e CSLL Diferidos

(a) Saldo dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	2017	2016	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado			
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	8.473.853	8.984.202	Alienação dos títulos
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	439.946	410.386	Decisão judicial definitiva
. Ágio amortizado	47.589	113.281	Alienação dos títulos
. Provisão para risco de crédito	338.986	110.534	Reversão da provisão ou efetivação da perda
. Outros	44.372	43.898	
Subtotal	**9.344.746**	**9.662.301**	
Contrapartida no patrimônio líquido			
. Perda atuarial – FAMS	18.406	14.299	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	**18.406**	**14.299**	
Total dos créditos tributários diferidos	**9.363.152**	**9.676.600**	

Passivo	2017	2016	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado			
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(444.508)	(215.770)	Alienação dos títulos
. Ganho por compra vantajosa	(770.441)	(728.951)	Alienação dos títulos
. Outros	(5.977)	(34.354)	
Subtotal	**(1.220.926)**	**(979.075)**	
Contrapartida no patrimônio líquido			
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - disponíveis para venda	(11.593.998)	(9.754.302)	Alienação dos títulos
Subtotal	**(11.593.998)**	**(9.754.302)**	
Total dos débitos tributários diferidos	**(12.814.924)**	**(10.733.377)**	

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

(b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	31/12/2016	Constituição	(Realização)	31/12/2017
Contrapartida no resultado:				
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	8.984.202	342.358	(852.707)	8.473.853
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	410.386	50.195	(20.635)	439.946
. Ágio amortizado	113.281	–	(65.692)	47.589
. Provisão para risco de crédito	110.534	643.971	(415.519)	338.986
. Outros	43.898	18.721	(18.247)	44.372
Subtotal	**9.662.301**	**1.055.245**	**(1.372.800)**	**9.344.746**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Perda atuarial – FAMS	14.299	4.107	–	18.406
Subtotal	**14.299**	**4.107**	**–**	**18.406**
Total dos créditos tributários diferidos	**9.676.600**	**1.059.352**	**(1.372.800)**	**9.363.152**

Passivo	31/12/2016	(Constituição)	Realização	31/12/2017
Contrapartida no resultado:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(215.770)	(477.546)	248.808	(444.508)
. Ganho por compra vantajosa	(728.951)	(41.490)	–	(770.441)
. Outros	(34.354)	–	28.377	(5.977)
Subtotal	**(979.075)**	**(519.036)**	**277.185**	**(1.220.926)**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(9.754.302)	(1.839.696)	–	(11.593.998)
Subtotal	**(9.754.302)**	**(1.839.696)**	**–**	**(11.593.998)**
Total dos débitos diferidos	**(10.733.377)**	**(2.358.732)**	**277.185**	**(12.814.924)**

(c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos

	31/12/2016	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/12/2017
Créditos tributários diferidos	9.676.600	(317.555)	4.107	9.363.152
Débitos tributários diferidos	(10.733.377)	(241.851)	(1.839.696)	(12.814.924)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	**(1.056.777)**	**(559.406)**	**(1.835.589)**	**(3.451.772)**

	31/12/2015	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/12/2016
Créditos tributários diferidos	9.002.332	660.208	14.060	9.676.600
Débitos tributários diferidos	(4.372.883)	1.090.597	(7.451.091)	(10.733.377)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	**4.629.449**	**1.750.805**	**(7.437.031)**	**(1.056.777)**

(d) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2017, não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R$ 474.410 (R$ 291.803 em 31 de dezembro de 2016), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

(e) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários diferidos

	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2018	901.337	9,6%	(1.312.045)	10,2%	(410.708)
2019	1.033.552	11,1%	(1.268.025)	9,9%	(234.473)
2020	918.062	9,8%	(1.340.108)	10,4%	(422.046)
2021	917.666	9,8%	(1.304.582)	10,2%	(386.916)
2022	1.378.757	14,7%	(1.304.582)	10,2%	74.175
2023 a 2027	4.205.373	44,9%	(5.686.192)	44,4%	(1.480.819)
Após 2027 [1]	8.405	0,1%	(599.390)	4,7%	(590.985)
Total	**9.363.152**	**100%**	**(12.814.924)**	**100%**	**(3.451.772)**

[1] Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.355/2006.

11.1.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ/CSLL a compensar	148.475	576.347
Imposto de renda retido na fonte	86.213	71.164
Outros	2.385	1.176
Total no Circulante	**237.073**	**648.687**

11.2. Provisões trabalhistas e cíveis

A BNDESPAR é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e política da BNDESPAR para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa nº 21.11.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas estão apresentadas, segregadas por natureza, a seguir:

	2017	2016
Processos trabalhistas	7.898	15.213
Processos cíveis	1.286.062	1.191.806
Total	**1.293.960**	**1.207.019**
Circulante	–	–
Não Circulante	1.293.960	1.207.019

Cronograma esperado de realização destas provisões em 31 de dezembro de 2017:

	Processos trabalhistas	Processos cíveis
2018	–	–
2019	7.255	–
2020	414	2.478
2021	200	28
2022	29	1.283.556
Total	**7.898**	**1.286.062**

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre oito processos judiciais em andamento, que se referem, basicamente, a processos relativos a horas extras pré-contratadas (extintas quando do advento da Lei n.º 10.566/2002) e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Collor).

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas nos exercícios:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	15.213	13.531
Pagamentos	(7.838)	(343)
Constituições	2.957	3.400
Reversões	(2.434)	(1.375)
Saldo no final do exercício	**7.898**	**15.213**

Em 31 de dezembro de 2017 existiam 23 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 2.699, que versam sobre complementação de aposentadoria, reforma administrativa do Governo Collor e hora extra.

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre seis processos, sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a alienações do controle de empresas no âmbito do Programa Federal de Desestatização ou privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do PND, além daquelas acerca de questões contratuais.

Um dos principais pleitos refere-se a uma ação ajuizada em 1995, decorrente de um leilão de privatização ocorrido em 1989, onde a sentença de 1º grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.

Movimentação das provisões cíveis nos exercícios:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	1.191.806	1.078.299
Constituições	144.675	117.595
Reversões	(50.419)	(4.088)
Saldo no final do exercício	**1.286.062**	**1.191.806**

Em 31 de dezembro de 2017 existiam 17 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 1.327.284, dentre os quais 16 processos no valor de R$ 1.324.166 se referem a questões tributárias e versam sobre cobrança de PIS e COFINS sobre venda de participações societárias, cobrança de IPTU e questões contratuais.

(continua)

(continuação)

12. PARTES RELACIONADAS

A BNDESPAR tem relacionamento e transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento CPC n.º 05, aprovado pela Deliberação CVM n.º 560/2008.

12.1. Transações com o controlador

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e as condições descritas na Nota Explicativa n.º 10.1.2:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações em operações compromissadas [1]	11.188.408	3.961.872
Passivo		
Operações de repasses	–	(553.293)
Receitas:		
Aplicações em operações compromissadas	573.231	382.434
Despesas:		
Operações de repasses	(17.477)	(48.683)

[1] As aplicações em operações compromissadas com o controlador são consideradas como caixa e equivalentes de caixa, conforme política descrita na Nota Explicativa nº 21.9.

12.2. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a BNDESPAR mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, tais como Banco do Brasil, Eletrobras e Petrobras. Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	2017	2016
Ativos		
Fundos, operações compromissadas, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e dividendos e JSCP a receber	11.199.436	3.221.069
Provisão para risco de crédito	(110)	(1.393)

A BNDESPAR também investe em ações de algumas dessas Companhias conforme demonstrado na Nota Explicativa n.º 4.2.

12.3. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

As transações com o plano de aposentadoria e pensões e com o plano de assistência e saúde, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na Nota Explicativa n.º 13.1:

	2017	2016
Passivo		
Passivo atuarial - Plano Básico de Benefícios (PBB)	418.202	382.782
Passivo atuarial - Plano de Assistência e Saúde (PAS)	342.193	296.847
Patrimônio líquido		
Outros resultados abrangentes - PBB	(226.215)	(207.904)
Outros resultados abrangentes - PAS	(125.169)	(98.242)
Despesas:		
Plano Básico de Benefícios – PBB	(27.168)	(33.359)
Plano de Assistência e Saúde – PAS	(18.418)	(13.201)

12.4. Transações com coligadas

A BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 4.3. Além dos aportes de capital nas investidas e o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, a BNDESPAR tem outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes, em relação às demais, nos resultados e na posição financeira da Sociedade.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	2017	2016
Ativos		
Direitos Recebíveis	–	165.939
Provisão	–	(165.939)
Dividendos a receber de coligadas	–	99.239

12.5. Remuneração de empregados e dirigentes

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração da BNDESPAR (membros dos Conselhos de Administração e Fiscal):

	2017	2016
Benefícios de curto prazo:		
Salários e encargos	841	693

Estão destacadas abaixo as informações relativas às maiores e menores remunerações pagas a administradores e empregados (salário mensal, sem encargos) da BNDESPAR nos exercícios:

	2017		2016	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	8,09	69,07	8,09	67,23
Menor Salário	8,01	3,68	7,08	3,40
Salário Médio	8,07	32,23	7,81	30,82

A BNDESPAR não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração.
Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da BNDESPAR.

A BNDESPAR não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos resultados de empregados, decorrentes de pagamentos, ajustes e novos provisionamentos:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	5.573	8.415
Ajuste do valor provisionado	255	51
Pagamentos realizados	(5.828)	(8.466)
Provisão do exercício	7.293	5.573
Saldo no fim do exercício	**7.293**	**5.573**

13. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica e outros benefícios concedidos aos empregados da BNDESPAR podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 21.12.

13.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

	2017	2016
Passivo atuarial - Plano Básico de Benefícios (PBB)	418.202	382.782
Passivo atuarial - Plano de Assistência e Saúde (PAS)	342.193	296.847
Total do passivo atuarial	**760.395**	**679.629**
Circulante		
Passivo atuarial – PBB	16.836	12.352
Passivo atuarial – PAS	15.239	12.719
	32.075	**25.071**
Não Circulante		
Passivo atuarial – PBB	401.366	370.430
Passivo atuarial – PAS	326.954	284.128
	728.320	**654.558**

13.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, com base nos dados de agosto de 2017 e atualizada até 31 de dezembro de 2017:

	2017	2016
Valor presente da obrigação atuarial	1.886.759	1.814.749
Valor justo dos ativos do plano	(1.468.557)	(1.431.967)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	418.202	382.782

(continua)

(continuação)

Em 29/12/2016, foi validado pelo Conselho Deliberativo da FAPES, após aprovação pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), o Plano de Equacionamento do Déficit do PBB. O valor a ser equacionado é de R$ 953,5 milhões (R$ 57,9 milhões referentes à BNDESPAR) e serão pagos 50% pelos Patrocinadores e 50% pelos participantes ativos e assistidos. O pagamento será através de contribuição extraordinária, que teve seu início a partir de março de 2017 e duração prevista de 25 anos.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	2017	2016
Valor presente no início do exercício	1.814.750	1.566.397
Custo do serviço corrente	1.386	1.806
Custo dos juros da obrigação	193.742	219.592
Contribuições dos participantes do plano	1.314	1.373
Benefícios pagos	(117.408)	(114.309)
Perdas (Ganhos) atuariais	(7.025)	139.890
Mudança de premissas (tabuas atuariais)	664	–
Mudança de premissas (crescimento salarial)	–	273
Mudança de premissas (taxa de desconto)	84.498	184.948
Ajuste de experiência	(92.187)	(45.331)
Valor presente no final do exercício	**1.886.759**	**1.814.749**

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	2017	2016
Valor justo no início do exercício	1.431.967	1.312.498
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(25.336)	23.565
Contribuições recebidas do empregador [1]	25.144	24.842
Contribuições recebidas dos participantes	1.314	1.373
Benefícios pagos	(117.408)	(114.309)
Receita dos juros	152.876	183.998
Valor justo no final do exercício	**1.468.557**	**1.431.967**

[1] Correspondem a contribuições para ativos, assistidos e contrato de dívida.

A BNDESPAR espera contribuir com o PBB, para o próximo ano, em aproximadamente R$ 26.275.

A duração média da obrigação atuarial é de 17,89 anos em 31 de dezembro de 2017 (17,27 anos em 31 de dezembro de 2016).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2017 para os próximos anos:

Plano PBB	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDESPAR	137.031	137.651	415.317	3.102.877	3.792.876

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e taxa de crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente) utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(172.180)	(9,13%)
Redução de 1% a.a.	204.238	10,82%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	31.471	1,67%
Redução de 1 ano na idade	(32.496)	(1,72%)
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	1.266	0,07%
Redução de 1% a.a.	(1.219)	(0,06%)

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Resultado	2017	2016
Custo do serviço corrente	1.386	1.806
Custo dos juros da obrigação	193.743	219.592
Receita de juros dos ativos	(152.876)	(183.998)
Total	**42.253**	**37.400**

Patrimônio Líquido - Outros resultados abrangentes	2017	2016
Saldo do início do exercício	207.904	91.579
Perdas (Ganhos) atuariais	(7.025)	139.890
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	25.336	(23.565)
Saldo no final do exercício	**226.215**	**207.904**

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	2017				2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	291.623	512.837	530.922	1.335.382	259.038	518.826	507.279	1.285.143
Ações	249.471	–	–	249.471	225.376	–	–	225.376
Multimercado	42.152	512.837	479.782	1.034.771	33.662	518.826	462.392	1.014.880
Empresas emergentes	–	–	2.550	2.550	–	–	1.660	1.660
Participações	–	–	48.590	48.590	–	–	43.227	43.227
Imóveis [1]	–	107.175	–	107.175	–	117.513	–	117.513
Locados a terceiros	–	101.309	–	101.309	–	111.089	–	111.089
Locados aos Patrocinadores	–	5.866	–	5.866	–	6.424	–	6.424
Empréstimos e Financiamentos	–	–	49.865	49.865	–	–	52.438	52.438
Subtotal	**291.623**	**620.012**	**580.787**	**1.492.422**	**259.038**	**636.339**	**559.717**	**1.455.09**
Outros ativos (passivos) não avaliados a valor justo [2]				8.553				8.379
Outras deduções [3]				(32.053)				(31.506)
Total 30/11/2017				**1.468.922**				**1.431.967**
Atualização de data base [4]				(365)				–
Total 31/12/2017				**1.468.557**				**1.431.967**

[1] O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R$ 3.669 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 3.999 em 31 de dezembro de 2016).

[2] Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis

[3] Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos

[4] Projeção do valor justo dos ativos do plano para 31/12/2017. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Taxa Selic vigente em 31/12/2017.

Contas a Pagar FAPES - Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	2017	2016
Contratos de 2002 (a)	127.751	121.923
Contratos de 2004 (b)	11.618	14.007
Total	**139.369**	**135.930**

(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Por decisão do Tribunal de Contas da união - TCU (TC-029.845/2016-5), de 18 de julho de 2017, encontram-se suspensos, junto à FAPES, os pagamentos das contribuições correspondentes aos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004.

A FAPES, através de pleito administrativo, solicitou junto aos patrocinadores do PBB o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes em função de interpretação e reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30 de dezembro de 2014, a Administração manifestou-se em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Planejamento.

Em 21 de julho de 2016, a FAPES ingressou, na Justiça Federal do Rio de Janeiro, com ação de cobrança. Em 26 de julho de 2016, o SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

O BNDES, e por decorrência a BNDESPAR, classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e nesse sentido o valor em litígio não foi provisionado.

13.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS (FAMS)

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	2017	2016
Valor presente das obrigações	342.193	296.847
Passivo líquido	**342.193**	**296.847**

A movimentação no saldo da obrigação durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	296.847	187.830
Custo do serviço corrente	1.771	1.584
Custo dos juros da obrigação	31.288	26.332
Benefícios pagos	(14.640)	(14.715)
Perdas (Ganhos) atuariais	26.927	95.816
Mudança de premissas (taxa de desconto)	14.079	42.196
Ajuste de experiência	12.848	53.620
Saldo no final do exercício	**342.193**	**296.847**

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e patrimônio líquido são:

Resultado	2017	2016
Custo do serviço corrente	1.771	1.584
Custo dos juros da obrigação	31.288	26.332
Total	**33.059**	**27.916**

Patrimônio Líquido - Outros resultados abrangentes	2017	2016
Saldo do início do exercício	98.242	2.426
Perdas (Ganhos) atuariais	26.927	95.816
Saldo no final do exercício	**125.169**	**98.242**

A BNDESPAR espera contribuir com a concessão de benefício pós-emprego de assistência e saúde para o próximo ano, em aproximadamente R$ 17.105.

A duração média da obrigação atuarial é de 24,63 anos em 31 de dezembro de 2017 (21,04 anos em 31 de dezembro de 2016).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base em 31 de dezembro de 2017 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDESPAR	17.105	18.236	60.418	829.881	925.640

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(38.767)	(11,33%)
Redução de 1% a.a.	47.839	13,98%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	12.528	3,66%
Redução de 1 ano na idade	(12.379)	(3,62%)
Taxa de aumento dos custos médicos		
Aumento de 1% a.a.	47.557	13,90%
Redução de 1% a.a.	(39.251)	(11,47%)

13.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2017	2016
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000 basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30%	Álvaro Vindas
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,36% a.a	3,36% a.a.
Grupo Apoio	3,34% a.a	3,34% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	8,01% a.a.	10,08% a.a.
Grupo Apoio	7,99% a.a.	10,06% a.a.
Taxa de desconto nominal	10,18% a.a.	12,79% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	6,50 % a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,18%a a.	12,79% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00 % a.a.	5,00 % a.a.

13.1.4. Processos Judiciais e Contingências

		PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	16.510	–
	Quantidade	9	–
Classificação: Possível	Valor	87.796	233
	Quantidade	97	15

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R$ 16.510 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas-extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista.

Conforme Resolução CMN n.º 3.823/2009, para as perdas possíveis a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R$ 87.796 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria relacionados ao Regulamento do Plano Básico de Benefícios, especialmente interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS esses processos totalizam R$ 233 e referem-se a inclusão de dependente; atendimento Home Care e cancelamento do Plano de saúde.

13.2. Benefícios de rescisão

A BNDESPAR reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

13.3. Participação nos lucros

A BNDESPAR reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível ao acionista único, BNDES, após certos ajustes. A BNDESPAR reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada.

O detalhamento desta despesa pode ser encontrado na Nota Explicativa n.º 12.5.

13.4. Outros benefícios

	2017	2016
Vale-transporte	419	647
Vale-refeição	6.718	11.085
Assistência educacional	2.396	3.703
Total	**9.533**	**15.435**

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 60.344.504, e está representado por uma única ação ordinária nominativa, sem valor nominal, pertencente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

14.1. Ajustes de avaliação patrimonial

	2017	2016
Ajuste – acumulado de conversão – reflexo de coligada	145.752	43.542
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	10.455	158.925
Ajuste – outros resultados abrangentes – próprios	(332.978)	(291.848)
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda [1]	22.505.601	18.872.142
De títulos próprios	22.505.998	18.934.824
De ativos de empresas coligadas [1]	(397)	(62.682)
Total	**22.328.830**	**18.782.761**

[1] Ajuste ao valor de mercado da carteira de participações acionárias classificadas como disponível para venda conforme pronunciamento contábil n.º 38, emitido pelo CPC.

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos das empresas do BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos.

Compõem a estrutura de gerenciamento de risco e de controles internos do Sistema BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; Comitê de Gestão de Riscos; Subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional e Controles Internos; e unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos da BNDESPAR encontra-se na Nota Explicativa nº 21.13.

Risco Operacional

A parcela requerida para risco operacional passou de R$ 32.338.860, em 31 de dezembro de 2016, para R$ 35.384.881, em 31 de dezembro de 2017. O aumento da parcela ocorreu principalmente pela alteração do Fator F de 9,875%, em dezembro/2016, para 9,250%, em dezembro/2017. Esta alteração foi efetivada de acordo com o Artigo 4º da Resolução CMN n.º 4.193/2013.

Risco de Mercado

Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Exposição em 31/12/2017	Exposição em 31/12/2016
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	1.299.221	2.374.928
Juros	TJLP	(204.595)	536.837
Juros	Prefixado	6.499.021	227.033
Juros	IGPM	86.077	219.492
Juros	IPCA	3.689.287	2.936.586
Juros	TR	(1.293.960)	(1.207.019)
Câmbio	Moeda Estrangeira	131.828	149.364
Operações de renda variável			
Preços	Ações	49.697.568	47.028.593
Preços	Debêntures Conversíveis em ações	1.384.312	1.628.649
Preços	Opções de ações	126.463	186.259

Análise de sensibilidade

Sob orientação da Instrução CVM n.º 475/2008, apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros presentes nas operações da BNDESPAR, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras/econômicas para a Companhia. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerou o efeito tributário incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa e variável.

Os cenários II e III aplicam os choques de 25% e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado. As tabelas a seguir apresentam os resultados desse exercício para a posição de 31 de dezembro de 2017.

			2017		
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Queda da Selic / DI	(761)	(11.782)	(19.636)
Juros	TJLP	Queda da TJLP	–	(2.279)	(4.557)
Juros	Prefixado	Alta da taxa Prefixada no momento da reprecificação	(115.139)	(81.202)	(135.336)
Juros	IGPM	Queda do IGPM	417	(415)	(692)
Juros	IPCA	Queda do IPCA	(3.621)	(19.084)	(31.806)
Juros	TR	Alta na TR	1.274	(22)	(44)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda do câmbio BRL/USD	674	(17.401)	(29.002)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	4.279.711	(8.200.099)	(16.400.198)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	–	(335.972)	(609.090)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	–	(46.730)	(146.483)

			2016		
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Queda da Selic / DI	4.927	(36.161)	(60.268)
Juros	TJLP	Queda da TJLP	–	(5.315)	(8.858)
Juros	Prefixado	Alta da taxa Prefixada no momento da reprecificação	17.755	–	–
Juros	IGPM	Queda do IGPM	306	(1.411)	(2.351)
Juros	IPCA	Queda do IPCA	(4.409)	(19.100)	(31.834)
Juros	TR	Alta na TR	(8.020)	(227)	(454)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda do câmbio BRL/USD	6.086	(19.716)	(32.860)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	5.567.520	(7.759.718)	(15.519.436)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	–	(391.192)	(740.215)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	–	(57.081)	(141.855)

As perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco consideradas na análise de sensibilidade, em cumprimento da Instrução CVM n.º 475/2008, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originados naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por

(continua)

(continuação)

intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem adequadamente a percepção dos riscos de mercado da BNDESPAR no âmbito da estruturação e contratação das operações; não correspondem a prováveis ônus financeiros e econômicos da Instituição; e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES.

Risco de Liquidez

O Sistema BNDES realiza a gestão de risco de liquidez de forma agregada, não o fazendo de forma individualizada por empresa. O Sistema BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando 3 indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o Liquidity Coverage Ratio (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa em um cenário de estresse de 30 dias corridos. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o LCR3, estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 3 meses. Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, replica-se a metodologia do Net Stable Funding Ratio (NSFR), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

Complementando a informação anterior, a tabela a seguir apresenta os fluxos financeiros dos passivos da BNDESPAR e respectivos prazos de vencimento. Apesar de a maior parte do passivo contrato ter prazo de vencimento inferior a 5 anos, a BNDESPAR possui ativos líquidos suficientes para cobrir as saídas de caixa programadas.

	2017		
Vencimentos	**Repasses – BNDES**	**Debêntures**	**Outras obrigações (*)**
2017	–	–	3.011
2018	–	97.120	–
2019	–	1.813.320	–
2020	–	–	–
2021	–	–	–
Após 2021	–	–	–
Total	**–**	**1.910.440**	**3.011**

	2016		
Vencimentos	**Repasses – BNDES**	**Debêntures**	**Outras obrigações (*)**
2017	41.574	932.723	–
2018	–	95.281	5.653
2019	27.422	1.874.265	–
2020	63.894	–	–
2021	–	–	–
Após 2021	–	–	–
Total	**132.890**	**2.902.269**	**5.653**

(*) Inclui: Instrumentos financeiros derivativos, aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários e dividendos a pagar.

Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, passou de R$ 59.746.527, em 31 de dezembro de 2016, para R$ 60.519.879, em 31 de dezembro de 2017. Destacou-se no semestre uma redução de 23,9% no valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento.

	2017	2016
Itens On Balance		
Ativos financeiros disponíveis para venda	51.698.160	48.792.012
Ativos financeiros designados a valor justo pelo resultado	3.480.699	4.093.937
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.831.331	5.035.446
Outros	1.177.230	1.502.071
Itens Off Balance		
Compromissos a Liberar	332.459	323.061
Total	**60.519.879**	**59.746.527**

16. GESTÃO DE CAPITAL

Os principais objetivos do BNDES e de suas controladas relacionados ao gerenciamento de capital encontram-se na Nota Explicativa nº 21.14.

17. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As políticas observadas pela BNDESPAR na apuração das informações por segmento encontram-se na Nota Explicativa n.º 21.15.

As informações por segmento operacional foram analisadas e são demonstradas a seguir:

	2017				
	Renda Fixa	**Renda Variável**	**Outros Segmentos**	**Não alocado**	**Totais**
RECEITAS OPERACIONAIS	**1.061.966**	**5.885.351**	**573.231**	**–**	**7.520.548**
Receitas de juros + atualização monetária + variação cambial	998.619	–	573.231	–	1.571.850
Resultado com fundos de investimentos	–	283.537	–	–	283.537
Resultado com alienação de títulos de renda variável	–	4.300.464	–	–	4.300.464
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	895.018	–	–	895.018
Outras receitas	63.347	406.332	–	–	469.679
DESPESAS OPERACIONAIS	**(411)**	**–**	**(17.477)**	**–**	**(17.888)**
Despesa de juros + atualização monetária + variação cambial	–	–	(17.477)	–	(17.477)
Outras despesas	(411)	–	–	–	(411)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**–**	**2.964**	**–**	**(473.399)**	**(470.435)**
Despesas com pessoal	–	–	–	(178.588)	(178.588)
Despesas tributárias	–	–	–	(295.261)	(295.261)
Despesas administrativas	–	–	–	(37.640)	(37.640)
Atualização monetária de ativos e passivos	–	2.964	–	52.891	55.855
Depreciação	–	–	–	(2.772)	(2.772)
Outras receitas/despesas operacionais	–	–	–	(12.029)	(12.029)
ITENS NÃO CAIXA SIGNIFICATIVOS	**(716.957)**	**(486.979)**	**–**	**(94.779)**	**(1.298.715)**
Reversão (constituição) da provisão para redução no valor recuperável	(564.659)	–	–	–	(564.659)
Reversão (constituição) das provisões trabalhistas e cíveis	–	–	–	(94.779)	(94.779)
Resultado de equivalência patrimonial	–	247.573	–	–	247.573
Atualização monetária e juros das obrigações por emissão de debêntures	(152.298)	–	–	–	(152.298)
Reversão (constituição) da provisão para perdas em investimentos	–	(975.075)	–	–	(975.075)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	–	240.523	–	–	240.523
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	**344.598**	**5.401.336**	**555.754**	**(568.178)**	**5.733.510**
Tributos sobre o lucro	–	–	–	(1.918.486)	(1.918.486)
Participação dos Empregados	–	–	–	(36.977)	(36.977)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**344.598**	**5.401.336**	**555.754**	**(2.523.641)**	**3.778.047**
ATIVOS EM 31/12/2017	**8.535.538**	**67.701.526**	**11.188.408**	**1.688.852**	**89.114.324**
Investimentos em coligadas em 31/12/2017	–	15.152.490	–	–	15.152.490

(continua)

(continuação)

	2016				
	Renda fixa	Renda Variável	Outros Segmentos	Não alocado	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	**1.646.904**	**1.323.081**	**382.433**	**–**	**3.352.418**
Receitas de juros + atualização monetária + variação cambial	1.618.099	–	382.433	–	2.000.532
Resultado com fundos de investimentos	–	(146.915)	–	–	(146.915)
Resultado com alienação de títulos de renda variável	–	867.933	–	–	867.933
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	561.982	–	–	561.982
Outras receitas	28.805	40.081	–	–	68.886
DESPESAS OPERACIONAIS	**(640)**	**–**	**(48.683)**	**–**	**(49.323)**
Despesa de juros + atualização monetária + variação cambial	–	–	(48.683)	–	(48.683)
Outras despesas	(640)	–	–	–	(640)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**–**	**74**	**–**	**(491.488)**	**(491.414)**
Despesas com pessoal	–	–	–	(304.131)	(304.131)
Despesas tributárias	–	–	–	(169.046)	(169.046)
Despesas administrativas	–	–	–	(72.275)	(72.275)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	–	74	–	66.912	66.986
Depreciação	–	–	–	(5.094)	(5.094)
Outras receitas/despesas operacionais	–	–	–	(7.854)	(7.854)
ITENS NÃO CAIXA SIGNIFICATIVOS	**(651.115)**	**(4.133.591)**	**–**	**(115.533)**	**(4.900.239)**
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	(283.033)	–	–	–	(283.033)
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	–	–	–	(115.533)	(115.533)
Resultado de equivalência patrimonial	–	1.061.386	–	–	1.061.386
Atualização monetária e juros de emissões de debêntures	(368.082)	–	–	–	(368.082)
Constituição (reversão) da provisão para perdas em investimentos	–	(4.931.847)	–	–	(4.931.847)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	–	(263.130)	–	–	(263.130)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	**995.149**	**(2.810.436)**	**333.750**	**(607.021)**	**(2.088.558)**
Tributos sobre o lucro				1.130.852	1.130.852
Participação nos resultados	–	–	–	(44.598)	(44.598)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**995.149**	**(2.810.436)**	**333.750**	**479.233**	**(1.002.304)**
ATIVOS EM 31/12/2016	**11.897.865**	**62.429.973**	**3.961.872**	**2.109.386**	**80.399.096**
Investimentos em coligadas (MEP) em 31/12/2016		14.609.243			14.609.243

18. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não houve atividades não envolvendo caixa.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes entre a data das demonstrações financeiras e a autorização para sua emissão.

20. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A BNDESPAR

20.1. Objetivos e atuação

- Fortalecer as estruturas de capital das empresas e apoiar novos investimentos na economia;
- Apoiar o desenvolvimento de empresas emergentes;
- Apoiar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas;
- Desenvolver a indústria de fundos fechados de "*private equity*"; e
- Contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais.

21. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis adotadas pela BNDESPAR são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDESPAR.

21.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a BNDESPAR opera.

b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista da moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem quando da liquidação de saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

21.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Ativos contabilizados pelo custo amortizado

A BNDESPAR avalia, em cada data de balanço, a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros, contabilizados pelo custo amortizado, possam ser reduzidos ao valor recuperável.

Um ativo ou um grupo de ativos financeiros é reduzido ao valor recuperável, e são incorridas perdas por redução ao valor recuperável, caso haja evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

A BNDESPAR considera os seguintes itens como evidências objetivas de perdas no valor recuperável:

- Inadimplemento igual ou maior que 90 dias;
- Falência ou concordata do cliente; e
- Recuperação judicial.

Além disso, os seguintes itens qualitativos devem ser monitorados, pois podem indicar uma evidência de redução ao valor recuperável:

- Deterioração de classificação de risco elaborada internamente;
- Fraude;
- Renegociação que afete o fluxo de caixa original da operação (redução); e
- Perda das garantias contratuais.

O exercício estimado entre a ocorrência do evento de perda e sua identificação é definido pela Administração em função da relevância do crédito, sendo de seis meses para créditos significativos e doze meses para créditos não significativos, considerando inclusive qualquer evento extraordinário no mercado, em que a Administração julgue como perda no valor recuperável do ativo.

A BNDESPAR avalia primeiramente se existe evidência objetiva de perda sobre ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de perda, estes são incluídos em um grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente e para os quais haja perda por redução ao valor recuperável não são incluídos na avaliação coletiva.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro, para o qual exista garantia, reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia, menos os custos para obter e vender a garantia, caso a execução da garantia seja provável ou remota.

Os fluxos de caixa futuros do grupo de ativos financeiros que são coletivamente avaliados para fins de redução ao valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

histórica é ajustada para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o exercício em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela BNDESPAR para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Se o montante de perda por redução ao valor recuperável for diminuído em um período subsequente, e a diminuição estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorra após seu reconhecimento, a perda reconhecida anteriormente é revertida, com o montante de reversão reconhecido na demonstração do resultado.

(b) Ativos categorizados como disponíveis para venda

A BNDESPAR avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros disponíveis para venda esteja sujeito à perda em seu valor recuperável.

Para os títulos de dívida, a BNDESPAR utiliza os mesmos critérios definidos para ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado.

Para os títulos patrimoniais, além dos critérios definidos para ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado, as evidências objetivas de perdas no valor recuperável incluem também o declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título abaixo do seu custo. A determinação do que é considerada uma queda "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. No âmbito do Sistema BNDES, a definição de "declínio significativo ou prolongado do valor justo abaixo do custo" leva em consideração as características de atuação da BNDESPAR e o perfil da sua carteira de participações acionárias, compatíveis com seu papel institucional de subsidiária de um banco de desenvolvimento, que normalmente a distingue das demais organizações por fatores como longo prazo de maturação dos investimentos, ausência de pressão para liquidação (estabilidade do seu *funding*), atuação anticíclica em momentos de maior aversão ao risco e operações de apoio via instrumentos de renda variável, em linha com as diretrizes e políticas institucionais do BNDES. Adicionalmente, o julgamento também considera informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, tais como desempenho do setor, mudanças na tecnologia, fluxo de caixa operacional e financeiro, liquidez das ações e volatilidade.

Quando tal evidência objetiva existe para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo na data-base, menos qualquer perda por redução no valor recuperável reconhecida anteriormente para esse mesmo ativo financeiro – é reciclada do patrimônio líquido para o resultado do período, ressaltando-se que essas perdas não poderão ser revertidas subsequentemente.

A análise do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais, efetuada pela BNDESPAR em 31 de dezembro de 2017, está descrita nas Notas Explicativas n.º 3 e 4.

21.3. Redução no valor recuperável de ativos não-financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de redução ao valor recuperável. Estes ativos também são revisados quanto à verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O ágio, quando apurado na aquisição de coligada, é testado por redução ao valor recuperável juntamente com o investimento avaliado pela equivalência patrimonial.

O valor da provisão para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros, exceto o ágio, é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras.

21.4. Reconhecimento de Receita

(a) Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de operações financeiras" e "despesas de operações financeiras" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros, exceto aqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Receita de honorários e comissões

Receita de honorários e comissões é geralmente reconhecida conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de originação de instrumentos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos de instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de seu recebimento é estabelecido.

21.5. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração da BNDESPAR entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do exercício e dos fluxos de caixa da BNDESPAR para o exercício apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota Explicativa
Valor justo de ativos e passivos financeiros	n.º 3 e 10
Provisão para redução no valor recuperável	n.º 9
Provisão para perdas em investimentos	n.º 4
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 11.1
Provisões trabalhistas e cíveis	n.º 11.2
Benefícios a empregados	n.º 13

21.6. Participações Societárias

A carteira de participações societárias é composta, em sua maior parte, por ativos classificados como instrumentos financeiros, representados por ações de emissão de empresas sobre as quais a BNDESPAR não exerce influência significativa, sendo avaliadas por seus valores justos. Sua composição também inclui investimentos em empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa.

Influência significativa é definida como o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

Os ativos da carteira de participações societárias da BNDESPAR são oriundos, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

21.6.1. Títulos e Valores Mobiliários – Ações disponíveis para venda

Os Pronunciamentos Técnicos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários, alinhados às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS prescrevem que as participações societárias em entidades que não sejam controladas, controladas em conjunto ou coligadas devem ser tratadas como instrumento financeiro, aplicando-se o conceito de valor justo como base de avaliação.

Quando inicialmente reconhecidas, a BNDESPAR classifica as participações societárias nas quais não exerce influência significativa na categoria "disponível para venda" e mensura o investimento pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na alienação. As mudanças no valor justo das participações societárias são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido da BNDESPAR, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicas ainda não realizadas, registrados na Demonstração do Resultado Abrangente. Quando o investimento é alienado ou apresenta evidência de perda sobre seu valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente e reconhecidos no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como "disponível para venda", a BNDESPAR leva em consideração o nível de hierarquia conforme descrito na Nota Explicativa n.º 3.2.4.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Adicionalmente, em algumas poucas situações, o investimento é mensurado pelo custo ("Valor de Custo"). É o caso de empresas cujas ações não são listadas em bolsa e que apresentam um intervalo amplo de valores justos possíveis de serem aceitos para a data de referência no âmbito do esforço de avaliação estabelecido no Nível 3, sem que se possa determinar a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, para as quais é mantido o custo de aquisição.

21.6.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda

A BNDESPAR realizou análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, baseando-se em (i) informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, (ii) características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, (iii) além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos.

Com base nessa avaliação, a Administração identificou que alguns investimentos passaram a apresentar declínio significativo ou prolongado em relação ao seu custo de aquisição, configurando assim uma evidência objetiva de perda. Combinada com uma análise qualitativa desses ativos, ajustes negativos até então registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes (ORA) foram reclassificados para o resultado como "constituição de provisão para perdas em investimentos". As perdas por redução ao valor recuperável para determinado investimento apuradas após tal reclassificação são reconhecidas diretamente no resultado.

21.6.1.2. Outros resultados com investimentos em ações disponíveis para venda

O resultado com alienação de títulos de renda variável é apurado pela receita de vendas deduzida de custos e despesas incorridas.

21.6.2. Investimentos – Participações em Coligadas

Coligadas são todas as investidas sobre as quais a BNDESPAR exerce "influência significativa". A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que em alguns casos cujas participações acionárias detidas pela BNDESPAR representam mais de 20% do capital votante, tal presunção de influência significativa não se verifica em termos concretos, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julga exercer influência significativa em determinadas entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, o qual determina o reconhecimento inicial do investimento pelo seu valor de aquisição e o posterior aumento ou redução do valor contábil pelo reconhecimento da participação nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação da BNDESPAR nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida no resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa, diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação são reconhecidos no resultado do período em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição, apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do período em que ocorrem.

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para a BNDESPAR na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial a BNDESPAR utiliza as demonstrações financeiras das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de demonstrações financeiras de mesma data-base. Tal fato decorre das coligadas serem independentes da BNDESPAR, possuindo contabilidade não integrada, e, consequentemente, cronogramas diversos de elaboração das demonstrações financeiras, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas.

21.6.2.1. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia, em cada coligada, a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido, incluindo eventual parcela de ágio. Esta avaliação se dá por meio da comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, sendo realizada semestralmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado pelo maior valor entre: i) o preço de cotação da B3, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa e ii) o valor obtido por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

21.7. Ativos e passivos financeiros

21.7.1. Ativos financeiros

21.7.1.1. Classificação

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo através do resultado (*Fair Value Option*).

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando (i) adquiridos, principalmente, com o objetivo de negociação no curto prazo, (ii) no reconhecimento inicial forem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros administrados em conjunto e para os quais exista evidência recente de obtenção de lucros a curto prazo, ou (iii) ainda forem um derivativo que não tenha sido designado como instrumento de *hedge* contábil.

Um ativo financeiro pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos e/ou passivos financeiros, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da BNDESPAR, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Incluem-se nessa categoria, principalmente, cotas de fundos de investimento, ações de companhias abertas e fechadas e debêntures.

Os ganhos e as perdas oriundos de mudanças no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários, com exceção da perda por redução no valor recuperável, juros calculados pelo método de juros efetivos e ganhos e perdas cambiais calculados sobre ativos monetários, que são reconhecidos diretamente no resultado. Quando o investimento é alienado ou apresenta problemas de recuperação, o ganho ou a perda acumulado anteriormente no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado.

Os dividendos de instrumentos de patrimônio disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando é estabelecido o direito da BNDESPAR de recebê-los.

(c) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seria imaterial. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Algumas debêntures, classificadas como designadas a valor justo, possuem opções de conversibilidade ou permuta em ações de companhias fechadas. A precificação desses derivativos embutidos ou dos derivativos isolados, ligados a ações não cotadas em bolsa, envolve aspectos/dificuldades relacionados à iliquidez dos mesmos. Assim, por serem títulos conversíveis ou permutáveis em ações de empresas fechadas e, adicionalmente em alguns casos, condicionados a um percentual futuro do capital social de uma entidade ainda não operacional, não possuem referências de preços no mercado, cujo esforço de valoração desses derivativos apresenta um intervalo amplo de valores possíveis sem que se possa determinar, de forma confiável, a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, sendo válida a adoção do seu custo, conforme determinado no item AG81 do Pronunciamento Técnico CPC 38.

Adicionalmente, no que se refere à parcela de crédito dessas debêntures, a possibilidade de cálculo do valor presente dos fluxos descontados não se torna confiável devido à ausência de parâmetros confiáveis de mercado, quer pela inexistência de referências válidas de preços ou de *spreads* de risco, dados necessários para o desconto a valor presente, segundo os modelos adotados atualmente.

Em função dos fatores mencionados, gerados pela especificidade das operações do Sistema BNDES, conclui-se que a premissa mais confiável é a mensuração do título pela sua curva, visto que o intervalo de estimativas razoáveis do valor justo é significativo e as probabilidades das várias estimativas não podem ser razoavelmente avaliadas.

Os empréstimos e recebíveis compreendem as vendas a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples. Tais instrumentos representam apoio financeiro e são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração, quanto ao nível de risco, considerando-se a conjuntura econômica, experiências passadas e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

21.7.1.2. Reconhecimento e mensuração inicial

Os Ativos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transação, na qual a BNDESPAR se compromete a comprar ou vender o instrumento, exceto para empréstimos, adiantamentos e transações regulares de compra e venda que requerem a entrega em data estabelecida por convenção de mercado, cujo reconhecimento se dá na data de liquidação.

Os ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são inicialmente mensurados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação e receitas de originação reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os demais ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos de transação e das receitas de originação.

21.7.1.3. Mensuração subsequente

Ativos financeiros classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "mensurados ao valor justo através do resultado" são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ativos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e para alocar a receita ou a despesa de juros ao período de competência. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a BNDESPAR estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui os eventuais custos de transação, receitas de originação e outros prêmios ou descontos.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência de perda por redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa efetiva de juros, utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução ao valor recuperável.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo dos ativos financeiros classificados na categoria "mensurados ao valor justo através do resultado" são incluídos no resultado do período quando ocorrem.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros classificados na categoria "disponíveis para venda" são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, até o ativo financeiro ser baixado ou provisionado por perda ao seu valor recuperável.

Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido deve ser transferido para o resultado do período. Contudo, os juros calculados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros e os ganhos e perdas de variação cambial de ativos monetários classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Os dividendos de títulos patrimoniais classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado no momento em que é estabelecido o direito da entidade de recebê-los.

21.7.1.4. Baixa

Ativos financeiros são baixados quando os direitos sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando a BNDESPAR transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro.

21.7.1.5. Reclassificações de ativos financeiros

Uma vez feita a classificação de um ativo financeiro em uma categoria específica quando do seu reconhecimento inicial, o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração restringe as circunstâncias nas quais seja permitida ou necessária a transferência de determinado ativo para outra categoria. À exceção da reclassificação da categoria "disponíveis para venda" para a categoria "mantidos até o vencimento", geralmente mudanças entre categorias somente podem ser feitas em raras circunstâncias, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação inicial.

21.7.1.6. Valor justo dos ativos financeiros

Ao determinar e divulgar o valor justo dos ativos financeiros a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua;

Nível 2 – Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1; e

Nível 3 – Técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem (i) preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares; fluxo de caixa descontado, *Black-Scholes-Merton* (para opções do tipo europeia cujos ativos-objeto são negociados em bolsa) e Simulação de *Monte Carlo* (para opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores).

As principais premissas utilizadas quando da utilização da técnica *Black-Scholes-Merton* são as seguintes:

- Data inicial: refere-se à data da avaliação, ou seja, a data final de cada semestre;
- Data final: data de vencimento;
- Preço do ativo: última cotação média do ativo objeto observada até o final da primeira quinzena do mês de referência, podendo ser ajustado nos casos em que há oscilação significativa das cotações na data-base;
- Preço alvo (*strike price*): projeção do preço de exercício da opção na data final, de acordo com as condições contratuais;
- Taxa livre de risco: taxa nominal pré-fixada de título público emitido pelo Tesouro Nacional que tiver prazo compatível ao do ativo sob avaliação;
- *Dividend yield*: calculado caso a caso, mas geralmente, definido como a média dos últimos anos;
- Volatilidade: adotou-se como padrão a volatilidade anualizada com base na oscilação diária do ativo-objeto ao longo dos últimos 4 anos.
- As principais premissas utilizadas quando da utilização da técnica "Simulação de Monte Carlo" são as seguintes:
- O valor justo das demais opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores é calculado pela apuração do valor justo da opção com base na diferença entre o valor econômico do ativo objeto, determinado a partir de modelos de precificação baseado em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, e o saldo devedor do contrato da debênture na data de referência;
- O valor justo de opções do tipo americana cujos ativos objetos não são negociados em bolsa de valores é calculado com base em modelo de avaliação de portfólio.

21.7.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, adicionados os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, o saldo é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

21.7.2.1. Classificação

A BNDESPAR somente possui passivos financeiros classificado na categoria "mensurados ao custo amortizado".

Estão inclusas: as obrigações por debêntures emitidas, empréstimos e repasses e outros valores a pagar.

21.7.2.2. Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros classificados na categoria "mensurados ao valor justo através do resultado" são inicialmente registrados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos diretamente no resultado.

Os passivos financeiros classificados na categoria "mensurados ao custo amortizado" são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos/deduzidos dos custos de transação e de prêmios e descontos.

21.7.2.3. Mensuração subsequente

Passivos financeiros classificados na categoria "mensurados ao valor justo através do resultado" são subsequentemente mensurados ao valor justo, enquanto os passivos financeiros classificados na categoria "mensurados ao custo amortizado" são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

21.7.2.4. Baixa

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

21.7.3. Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando a BNDESPAR tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

21.7.4. Derivativos

A BNDESPAR, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

Adicionalmente, a BNDESPAR utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo, opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em instrumentos jurídicos ligados à carteira de aplicações financeiras. Assim, quando aplicável, podem ser segregados dos contratos principais e classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, ou todo o contrato é classificado nesta categoria.

21.8. Patrimônio líquido

21.8.1. Pagamento de dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da BNDESPAR, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para compatibilização de práticas contábeis. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

21.8.2. Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/2007 passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros.

21.8.3. Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo.

21.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significante de mudança de valor.

Nestas demonstrações financeiras somente as aplicações em operações compromissadas são consideradas como "caixa e equivalentes de caixa", cujos vencimentos se darão em três meses ou menos a contar da data da aquisição e registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

21.10. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

(a) Tributos correntes sobre o lucro

Os tributos correntes sobre o lucro (IRPJ e CSLL) representam o montante a pagar ou a recuperar.

(b) Tributos diferidos sobre o lucro

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias da companhia referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor justo de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, exceto para os créditos fiscais constituídos anteriormente à Resolução CMN n.º 3.059/2002, que são reconhecidos independentemente de possuírem expectativa de realização acima de 10 anos.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com as determinações da Instrução CVM n.º 371/2002. A companhia também observa os preceitos da Resolução CMN n.º 3.059/2002, seguindo as regras adotadas pelo seu controlador, BNDES, para fins de consolidação de demonstrações financeiras.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

21.11. Provisões trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009 e na Deliberação CVM n.º 594/2009, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil n.º 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Basicamente, o Pronunciamento requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

(continua)

(continuação)

Provisão: são obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

Risco Mínimo – são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo Banco com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
Risco mínimo	Remota	Sem exigência de divulgação e provisionamento
Risco médio	Possível	Divulgação
Risco máximo	Provável	Provisionamento e divulgação

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da BNDESPAR, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

21.12. Obrigações de benefícios a empregados

21.12.1. Plano de aposentadoria complementar - Plano Básico de Benefícios - PBB

A BNDESPAR oferece plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido. Em maio de 2017 foi iniciado o processo de fechamento do Plano a novas adesões.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre a BNDESPAR e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

O plano de aposentadoria complementar oferecido pela BNDESPAR é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, instituída em 1975 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, hoje BNDES.

A FAPES é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A gestão e a fiscalização da FAPES são realizadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FAPES, responsável pela política geral de administração da Entidade, seus planos de benefícios, orçamento anual e suas alterações e planos de aplicação do patrimônio. É constituído de seis membros, sendo três indicados pelos patrocinadores e três eleitos pelos participantes ativos e assistidos, conforme estabelece o Estatuto.

A FAPES opera um plano de benefício definido e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios – PBB é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido que objetiva conceder aos seus participantes a complementação vitalícia do benefício básico concedido pela Previdência Social (INSS).

É prevista a concessão dos seguintes benefícios:

a) complementação de aposentadoria;
b) complementação de pensão;
c) complementação de auxílio-reclusão;
d) complementação de abono anual (13º salário);
e) complementação de auxílio-doença; e
f) pecúlio por morte.

Estrutura regulatória na qual o plano opera

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria SPC n.º 2.598, de 06 de novembro de 2008, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução MPS/CNPC n.º 8 de 31/10/2011**, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa resolução.
- **Resolução CGPAR 9, de 10/05/2016**, que estabelece as diretrizes e estratégias relacionadas à atuação de estatais patrocinadoras de planos de benefícios; e
- **Resolução CGPC nº 26/2008**, e suas alterações, que dispõem sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas EFPCs na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-á de forma paritária entre participantes e patrocinador.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 28 de dezembro de 2017, com vencimento em 2035, que correspondeu a 5,44% ao ano.

A Resolução MPS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004. Em agosto de 2008, foram celebrados instrumentos particulares de retificação e aditamento a esses contratos, que sanaram pendências existentes desde as celebrações originais em novembro de 2004.

21.12.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS (FAMS)

A BNDESPAR oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

O PAS é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e tem como beneficiários empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do beneficiário titular, direito ao Plano por um período de até 25 meses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2017, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de novembro 2017 e atualizada até 31 de dezembro de 2017, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro são reconhecidos no resultado do período.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela BNDESPAR com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS, aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

21.13. Gerenciamento de Riscos

Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A gestão de risco operacional no Sistema BNDES contempla o desempenho das atividades de identificação, avaliação e monitoramento de riscos, controles, de gestão da continuidade de negócios, de cálculo do capital regulamentar e do processo contínuo de comunicação.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional provê as metodologias para o desempenho dessas atividades, amparada pelas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno e de Gestão de Continuidade de Negócios, que estabelecem o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos aos temas no Sistema BNDES.

Exposição ao Risco Operacional

O valor da parcela do capital mínimo exigido referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}) é calculado conforme estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.640/2013, com base nas informações do Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e a Política Corporativa de Gestão de Riscos de Mercado do Sistema BNDES e de suas subsidiárias define o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos da Instituição, a fim de buscar o adequado gerenciamento dos riscos.

Risco de câmbio

A BNDESPAR está exposta aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio decorrentes de operações em moedas estrangeiras. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial do Sistema BNDES. As estratégias de *hedge* são feitas para o Conglomerado Prudencial, através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

Risco de taxas de juros

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem devido a mudanças nas taxas de juro de mercado. O risco de juros é controlado para o Sistema BNDES. Adicionalmente, o risco de descasamento entre indexadores e taxas é monitorado mensalmente e está sujeito a limites aprovados pela Diretoria. Os limites são estabelecidos para cada uma das empresas do Sistema BNDES e também para Conglomerado Prudencial.

Risco de preços

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem como resultado de alterações nos preços de mercado, quer sejam essa alteração por fatores específicos do instrumento financeiro, ou fatores que afetam todos os instrumentos financeiros semelhantes negociados no mercado.

Instrumentos financeiros

A unidade responsável pela gestão de risco de mercado do Sistema BNDES acompanha diariamente informações relativas a carteira de instrumentos financeiros da BNDESPAR. Essa carteira é formada por: participações societárias em companhias abertas listadas na Bovespa e em empresas fechadas, cotas de fundos de investimentos em participações, debêntures com e sem opcionalidades, captações e outros títulos que apresentem algum dos riscos de mercado listados anteriormente.

Métricas de risco e governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros da BNDESPAR é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira de negociação da BNDESPAR, atualmente, não possui instrumentos financeiros.

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). As medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade, a Companhia adota as seguintes premissas, definidas na Instrução Normativa CVM n.º 475/2008:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável, nos termos da Deliberação CVM n.º 604/2009, do comportamento do risco que é referenciado por fonte externa independente para o prazo de 1 ano;
- Definição de dois cenários adicionais, nos termos da Instrução CVM n.º 475/2008, com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III);
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e seus reflexos no resultado e no patrimônio líquido; e
- O cenário provável e os de estresse (II e III) foram comparados com o cenário atual para cada tipo de instrumento financeiro.

Para o cálculo da análise de sensibilidade das operações em renda fixa e de taxa de câmbio, o cenário provável, avaliado internamente, considera a expectativa de comportamento das taxas nos próximos 12 meses, podendo ocasionar ganhos ou perdas para a Instituição.

O cenário provável para as operações de renda variável (ações) é calculado com base no beta de cada uma das ações que compõem a carteira da BNDESPAR e em avaliações internas para determinação da taxa livre de risco de um ano e do prêmio de risco de mercado, utilizando para tal o modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*). O valor da carteira de ações em 31 de dezembro de 2017 foi utilizado como base do cenário atual. São excluídas da análise as ações que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Para os derivativos analisados, o risco de preço do ativo subjacente a tais instrumentos financeiros pode ser considerado como o mais relevante, cuja variação pode responder pela maior parcela de alteração do valor justo desses instrumentos de renda variável em determinado período. Para fins da Deliberação CVM n.º 604/2009 e da Instrução CVM n.º 475/2008, na análise de sensibilidade dos derivativos, é considerado como cenário provável o próprio valor justo já registrado, uma vez que esse valor já reflete a expectativa da administração e se baseia em fontes externas de dados acerca das variáveis de risco que fazem parte dos modelos de precificação adotados para o cálculo do valor justo. Esse cenário é base para os cenários de deterioração de 25% e 50% da principal variável de risco considerada, o preço à vista da ação objeto. O risco associado à alta ou queda no preço do ativo objeto depende do tipo do derivativo.

Outro ponto relevante sobre os derivativos é que algumas dessas operações (opções de venda detidas ou opções de compra de ações cedidas) foram realizadas em conjunto com a aquisição de seu ativo objeto, o que, sob o ponto de vista de portfólio, implica em mitigação de risco. Sob a ótica de balanço, essa redução de risco nem sempre é aparente, pois variações no valor desses instrumentos podem causar impacto em contas diferentes (resultado ou Patrimônio Líquido) a depender de sua classificação contábil. Além disso, a BNDESPAR não adota a prática de *hedge accounting* para tais instrumentos, o que poderia evitar esse tipo de conflito no balanço patrimonial da Instituição.

Em relação aos derivativos que constam da presente análise, é importante notar a diferença do impacto econômico entre dois horizontes de tempo: (i) no período completo de vigência do derivativo; e (ii) nos períodos intermediários compreendidos no prazo de vigência do derivativo citado no item (i). No caso do período completo, entre a data de aquisição do derivativo e o seu vencimento (item i), não há risco de perda acumulada no resultado, uma vez que, no momento inicial, esse instrumento possui valor justo igual a zero, sem qualquer desembolso correspondente a título de prêmio. Já no caso dos períodos intermediários (item ii), existe o risco de perda de valor dos derivativos em decorrência de eventuais variações negativas no valor justo destes instrumentos. Tais variações nestes períodos geram impacto no resultado e no patrimônio da Instituição.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Sistema BNDES não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; da desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; da redução de ganhos ou remunerações; das vantagens concedidas nas renegociações; e dos custos de recuperação.

O objetivo primordial da gestão de risco de crédito é a mensuração adequada do risco de perdas financeiras na carteira. As empresas do Sistema BNDES utiliza a metodologia padronizada para o cálculo do Capital Regulamentar conforme normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional. Os ativos da BNDESPAR, incluindo derivativos, provisionam capital regulamentar, respeitando as regras definidas na Circular BACEN n.º 3.644/2013.

A unidade responsável pela gestão do risco de crédito do Sistema BNDES realiza estimativas para os diferentes componentes de risco dos ativos inseridos na parcela regulamentar de capital, além de modelagens de capital econômico por meio de metodologias analíticas e por simulação. Tais análises são desenvolvidas com vistas à implementação futura do modelo avançado conforme diretrizes de Basileia. Desse modo, o risco da carteira é avaliado por meio da obtenção de estimativas para os seguintes componentes: (i) a probabilidade de inadimplência do tomador ou contraparte (PD); (ii) a exposição com o tomador ou contraparte no momento da inadimplência (EAD); (iii) as perdas decorrentes da inadimplência (LGD); e (iv) a maturidade ou prazo efetivo de vencimento dos contratos.

Entretanto, merece ser destacado que, para a obtenção de estimativas em conformidade com as diretrizes de Basileia, as mensurações devem refletir as perspectivas de perdas (modelo de perdas esperadas), enquanto que as estimativas com vistas ao atendimento do CPC 38 devem evidenciar perdas incorridas. Por esta razão, a unidade responsável pela gestão do risco de crédito trabalha atualmente com bancos de dados e análises segregadas para Basileia e CPC. Particularmente em relação às estimativas exigidas pelos novos padrões contábeis, são efetuadas diversas segmentações e tratamentos específicos entre os quais se encontram o cálculo e a análise dos parâmetros de risco verificados isoladamente para a carteira da BNDESPAR.

Exposição ao Risco de Crédito

As exposições a risco de crédito são calculadas conforme estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.644/2013. O valor da parcela RWA_{CPAD} é calculado mensalmente com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

21.14. Gestão de Capital

Os principais objetivos, das empresas do Sistema BNDES, relacionados ao gerenciamento de capital são os seguintes:

- Manter uma sólida base de capital que suporte de forma efetiva o desenvolvimento de seus negócios;
- Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados bancários onde opera; e
- Assegurar rentabilidade compatível com os riscos assumidos pelo BNDES e por suas empresas controladas.

A adequação da estrutura de capital e o monitoramento dos limites relacionados ao capital regulatório são realizados pelo BNDES por meio da implementação de processos, métodos e procedimentos originados das diretrizes definidas pelo Comitê de Basileia, na forma implementada pelo Banco Central do Brasil. Desse modo, a autoridade monetária exige que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN mantenham, permanentemente:

- Um Patrimônio de Referência (PR) compatível com o risco de suas atividades e apurado segundo a Resolução CMN nº 4.192/2013; e
- Requerimentos Mínimos de Capital em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), apurados em conformidade com os artigos 6º ao 9º da Resolução CMN nº 4.193/2013.

Dessa forma, com o objetivo de assegurar a compatibilidade entre o capital mantido pela instituição e o capital requerido para fazer frente aos riscos incorridos em suas atividades, todas as exposições a risco provenientes das operações da BNDESPAR estão inseridas nas parcelas componentes do capital regulamentar do BNDES conforme determinado pela legislação vigente. Por outro lado, os ativos da BNDESPAR são considerados, pelo Método de Equivalência Patrimonial, parte integrante do capital mantido pelo BNDES e reportado em suas demonstrações consolidadas.

Adicionalmente, cabe destacar que todos os limites regulamentares apurados pelo BNDES, notadamente àqueles relacionados às exposições aos diferentes riscos, incluem as operações realizadas pela BNDESPAR. De modo semelhante, os indicadores gerenciais monitorados mensalmente para o acompa-

(continua)

(continuação)

nhamento das exposições permitem tanto a avaliação por empresa do conglomerado econômico financeiro quanto às análises em bases consolidadas.

21.15. Informações por segmento

O relatório de Informações por Segmento de Negócios segue as premissas utilizadas no relatório interno fornecido ao "principal gestor das operações", responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. Na BNDESPAR, "o principal gestor das operações" é sua Diretoria, que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos operacionais, conforme previsto no Pronunciamento CPC 22.

Na identificação de seus segmentos divulgáveis, a BNDESPAR organiza suas operações em dois segmentos, em linha com os produtos e serviços que viabilizam seu apoio financeiro: "Renda Fixa", apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa; e "Renda Variável", apoio financeiro através de instrumentos de renda variável. O apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa compreende basicamente as operações de aquisição/subscrição de debêntures e as de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, enquanto o apoio financeiro através de instrumentos de renda variável inclui basicamente a aquisição de participações societárias e de cotas de fundos de participações. Os recursos excedentes, após aplicação nos segmentos de renda fixa e de renda variável, representam as disponibilidades e compõem "Outros Segmentos".

A alocação do custo do *funding* aos segmentos operacionais obedece às seguintes premissas: (i) "Renda Variável": alocação, primeiramente, de recursos próprios, fonte não onerosa, e, caso estes sejam insuficientes, são alocados recursos menos onerosos; (ii) "Outros Segmentos": alocação das fontes de recursos mais onerosas; e (iii) "Renda Fixa": o custo alocado é a diferença entre o custo de captação total e os custos de captação alocados ao segmento de renda variável e aos outros segmentos.

As práticas contábeis adotadas na elaboração da informação por segmentos operacionais estão em linha com as práticas contábeis adotadas na apuração das demonstrações contábeis, não sendo necessária qualquer conciliação entre as práticas.

A BNDESPAR avalia o desempenho de seus segmentos com base no lucro operacional líquido. Os tributos sobre o lucro e as despesas tributárias são monitorados de forma centralizada, sem alocação aos segmentos. As receitas operacionais se originam integralmente de clientes externos, não havendo operações entre os segmentos.

21.16. Pronunciamentos e Interpretações (normas) emitidos pelo CPC – Novos e/ou alterações de normas já existentes

(a) Normas contábeis emitidas e aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Não houve emissão de novas normas contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(b) Normas contábeis emitidas e/ou revisadas e ainda não adotadas

As seguintes novas normas e/ou revisões de normas foram emitidas e não adotadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

- CPC 06 (R2): Operações de Arrendamento Mercantil;
- CPC 47: Receita de Contratos com Clientes;
- CPC 48: Instrumentos Financeiros;
- Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos n.º 12; e
- Interpretação Técnica ICPC 21: Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento.

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Este Pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil, bem como a ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRIC 4, SIC-15 e SIC-27). As principais alterações dizem respeito à eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

Este Pronunciamento é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Não são esperados impactos significativos quando da adoção desta norma na BNDESPAR.

CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes

Este Pronunciamento substitui e revoga os seguintes documentos: (i) CPC 17 – Contratos de Construção, (ii) CPC 30 – Receitas, (iii) Interpretação A – Programa de Fidelidade com o Cliente, anexa ao CPC 30, (iv) ICPC 02 – Contrato de Construção do Setor Imobiliário, (v) ICPC 11 – Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes e (vi) Interpretação B – Receita – Transação de Permuta envolvendo Serviços de Publicidade, anexa ao CPC 30.

O CPC 47 requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de receber em troca os direitos desses bens ou serviços.

Este Pronunciamento é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Não são esperados impactos significativos quando da adoção desta norma na BNDESPAR.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em novembro de 2016, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a norma CPC 48 – Instrumentos Financeiros, referendada pela Comissão de Valores Mobiliários por meio da Deliberação CVM 763/16. Elaborada a partir da IFRS 9 – *Financial Instruments*, substituirá a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, revogando também a ICPC 06 – *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior e a OCPC 03 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. O CPC 48 estabelece novos requerimentos de (i) reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros, (ii) modelo de provisão de perda para risco de crédito e (iii) *hedge accouting*, entrando em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

Com o apoio de uma consultoria externa, ao longo de 2017 foram fomentadas discussões internas no âmbito do Projeto IFRS 9 ("Projeto"), com o intuito do mapeamento da situação atual e das ações necessárias para fins de adequação aos requerimentos da nova norma de instrumentos financeiros, apresentando-se seus resultados à Alta Administração. Atualmente o Projeto encontra-se em fase de implementação.

Tendo em vista as discussões já iniciadas, consideram-se como mais sensíveis os seguintes assuntos:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

Uma das novidades trazidas pelo CPC 48 é a determinação de que a classificação dos ativos financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para a gestão dos fluxos de caixa contratuais bem como da análise das características de "somente principal e juros" (teste SPPI) associadas a esses fluxos de caixa.

Em decorrência disso, os ativos financeiros poderão ser classificados e mensurados como (i) ao custo amortizado (Modelo de Negócios I), (ii) ao valor justo através outros resultados abrangentes (Modelo de Negócios II) ou (iii) ao valor justo através do resultado (Modelo de Negócios III).

A análise inicial dos principais ativos do Sistema BNDES aponta para o seguinte:

- Os ativos financeiros anteriormente classificados como Empréstimos e Recebíveis atendem aos requisitos do Modelo de Negócios I e, dessa forma, serão classificados e mensurados ao custo amortizado, salvo se forem identificadas características em seus fluxos de caixa inconsistentes com um arranjo básico de empréstimo;
- Os instrumentos de dívida anteriormente classificados como disponíveis para a venda atendem aos requisitos do Modelo de Negócios II e, dessa forma, serão classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes, salvo se forem identificadas, para alguns destes, características em seus fluxos de caixa inconsistentes com um arranjo básico de empréstimo;
- Com relação aos instrumentos de patrimônio, classificados anteriormente como disponíveis para a venda (participações sem influência significativa e também os investimentos em fundos de participação), será feita uma escolha irrevogável pela classificação como subsequentemente mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes;

(continua)

(continuação)

• Os instrumentos financeiros de renda fixa que possuem derivativos embutidos (debêntures conversíveis), classificados anteriormente como designados ao valor justo através do resultado, serão classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo através do resultado, por não atenderem aos requisitos dos Modelos de Negócios I e II.

Com relação aos passivos financeiros, a classificação continuará sem alteração em relação à norma anterior.

Cabe ressaltar que a Administração está concluindo os trabalhos de análise dos ativos financeiros e aprovação dos Modelos de Negócios da BNDESPAR.

Provisão para perda para risco de crédito (*impairment*)

O CPC 48 introduz um novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, o qual requer o reconhecimento das perdas de crédito esperadas (ECL), em contraponto ao modelo anterior de perdas incorridas. Atualmente, as perdas são reconhecidas se, e somente se, houver evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos. Assim, as perdas incorridas são medidas incorporando-se informações razoáveis, suportadas por eventos passados e também pelas condições atuais. Entretanto, de acordo com a nova norma, as condições econômicas futuras, bem como a expectativa de determinados eventos, também devem ser considerados.

Escopo de aplicação

O modelo de *impairment* de ativos financeiros do CPC 48 teve seu escopo de aplicação ampliado em relação ao modelo anterior de perda incorrida, devendo também ser aplicado sobre ativos financeiros classificados na categoria "custo amortizado", aos instrumentos de dívida classificados na categoria "valor justo valor através de outros resultados abrangentes", bem como à contraprestação de arrendamento e riscos e compromissos contingentes.

Classificação de ativos financeiros sujeitos a *impairment* por estágios

A carteira de ativos financeiros sujeitos a *impairment* será dividida com base nos estágios de cada instrumento em relação ao seu nível de risco de crédito, a saber:

Estágio 1:

Serão classificados neste estágio aqueles ativos financeiros que não apresentarem aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante da possibilidade do não cumprimento financeiro (*default*) nos próximos 12 meses da data de reporte;

Estágio 2:

Serão classificados como estágio 2 aqueles ativos financeiros para os quais seja identificado um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por *default* refletirá a perda estimada para toda a vida do ativo (*life time*). Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas; e

Estágio 3:

Serão classificados como estágio 3 aqueles ativos financeiros que demostrarem sinais de deterioração, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializaram em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas refletirá as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Metodologia de estimativa da provisão de perdas para risco de crédito

A mensuração da perda esperada se realiza através dos seguintes fatores:

- Exposição ao *Default* ou EAD: é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderia ser fornecida no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam suposições sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

- Probabilidade de *Default* (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte não possa cumprir suas obrigações financeiras estipuladas contratualmente. Para efeitos do CPC 48 serão considerados ambos: PD-12 meses, que é a probabilidade de que o ativo financeiro entre em *default* durante os próximos 12 meses, bem como a PD - *Lifetime*, que considera a probabilidade de que a operação entre em *default* entre a data de reporte e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimação desses parâmetros devem ser consideradas.

- Perda por Default (LGD): é a perda resultante no caso de descumprimento, ou seja, a porcentagem de exposição que não será recuperada em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como elementos de mitigação dos riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Também devem ser levadas em conta informações futuras para sua estimação.

- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro ao seu valor contábil. Em geral, não se deve levar em conta, quando do cálculo da taxa de desconto, as perdas esperadas por *default* quando da estimativa de fluxos de caixa futuros, exceto nos casos em que o ativo é considerado não recuperável, no qual a taxa de juros aplicada levará em consideração tais perdas, ajustando-se a taxa efetiva de juros ao risco de crédito.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, será aplicada a experiência interna da entidade no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros, tanto para fins do ambiente regulatório bem como para gestão interna, incorporando assim vários cenários. A este respeito, a experiência na gestão de informações futuras será importante, mantendo-se assim a consistência com as informações usadas em outros processos.

Com base nos modelos a serem adotados, a Administração está finalizando suas análises, ainda não podendo afirmar a magnitude de seus impactos.

Contabilização de *Hedge*

O CPC 48 introduz novos requerimentos para a contabilização de *hedge*, cujo duplo objetivo é simplificar os requisitos atuais e alinhar a contabilidade de *hedge* com a gestão de risco, permitindo uma maior variedade de instrumentos financeiros derivativos que podem ser considerados como instrumentos de *hedge*.

Historicamente, a entidade não apresenta "contabilização de *hedge*" para nenhum de seus instrumentos financeiros. Portanto, não é esperado impacto sobre esse tema em suas demonstrações financeiras.

Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos n.º 12

Em dezembro de 2017 a CVM aprovou e tornou obrigatório, para as companhias abertas, o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos n.º 12 referente aos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1), CPC 01 (R1), CPC 02 (R2), CPC 04 (R1), CPC 07 (R1), CPC 10 (R1), CPC 11, CPC 15 (R1), CPC 16 (R1), CPC 18 (R2), CPC 20 (R1), CPC 21 (R1), CPC 23, CPC 24, CPC 25, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 31, CPC 32, CPC 37 (R1), CPC 39, CPC 40 (R1), CPC 41, CPC 45 e CPC 46 e às Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1), ICPC 03, ICPC 13, e ICPC 16 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Com vigência a partir de 10 de janeiro de 2018, este documento estabelece alterações em diversos Pronunciamentos Técnicos em decorrência da edição do CPC 47, do CPC 48, da permissão para as seguradoras não aplicarem o CPC 48 até 2021 e da alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10, na transferência de propriedade para investimento do CPC 28 e nas alterações anuais do Ciclo 2014 – 2016.

Interpretação Técnica ICPC 21

Também com vigência a partir de 10 de janeiro de 2018, esta interpretação trata de como determinar a data da transação com o objetivo de designar a taxa de câmbio que deve ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) e no desreconhecimento de ativo ou passivo não monetário, decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado em moeda estrangeira.

Ao aplicar os itens 21 e 22 do CPC 02, a data da transação, para efeitos da determinação da taxa de câmbio, que deve ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele), é a data em que a entidade reconhecer, inicialmente, o ativo ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Conclui ainda que, se houver vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento antecipado.

Não são esperados impactos quando da adoção desta Interpretação na BNDESPAR.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Antônio Ribeiro Soares - Presidente
Antônio Carlos Paiva Futuro
Cleiton dos Santos Araújo
George Alberto de Aguiar Soares
Hailton Madureira de Almeida
Luciana Pires Dias

CONSELHO FISCAL

José Franco Medeiros de Morais
Luís Eduardo Salem
Mariângela Fialek
Adriano Pereira de Paula - Suplente
Antônio Sávio Lins Mendes - Suplente

DIRETORIA

Paulo Rabello de Castro – Diretor - Presidente
Carlos Alexandre Jorge da Costa
Carlos Thadeu de Freitas Gomes
Cláudia Pimentel Trindade Prates
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
Marcelo de Siqueira Freitas
Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos
Ricardo Luiz de Souza Ramos

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Vânia Maria da Costa Borgerth - CRC-RJ 064817/O-3

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELATÓRIOS SOCIETÁRIOS

Alexandre Cordeiro de Andrade - CRC-RJ 080694/O-0

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos: Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BNDES Participações S.A.
Brasília – DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR ou Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto ao assunto descrito na "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

As demonstrações contábeis da JBS S.A. ("JBS") para o período findo em 31 de outubro de 2017, utilizadas pela BNDESPAR para fins da aplicação do método de equivalência patrimonial, não foram auditadas por nós ou outro auditor independente. Como consequência, não nos foi possível concluir quanto à adequação dos valores representativos de tal investimento naquela data no montante de R$ 5.714.119 mil e do correspondente ganho de equivalência patrimonial no montante de R$ 120.725 mil registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com base no patrimônio líquido dessa investida, como divulgado na Nota 4.3.2. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor recuperável dos ativos financeiros

Conforme detalhado na Nota 4.2., a BNDESPAR possui investimentos em ações de companhias de capital aberto e fechado que totalizam R$ 49.697.569 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$ 47.028.593 mil em 31 de dezembro de 2016). Estes ativos estão classificados como "Instrumentos financeiros disponíveis para venda" e, desta forma, o ajuste a valor de mercado para as companhias abertas e o valor em uso para as companhias fechadas destas ações são contabilizados em "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido. A Companhia possui um acompanhamento detalhado dessa carteira e, embasado em estudos técnicos, atribui limites máximos de declínio e tempo de desvalorização para definição quanto à análise do valor recuperável dos ativos. Atingido o conjunto de parâmetros estabelecidos pela área técnica da Companhia e havendo evidência de perda, os ajustes decorrentes dessas perdas são reconhecidos no resultado do exercício. Para os instrumentos financeiros que são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado estão disponíveis, existe um nível maior de objetividade na determinação dos valores de mercado. No entanto, quando os preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado e/ou valores em uso estão sujeitos a um nível maior de incerteza, na medida em que a Companhia efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria devido ao alto grau de julgamento no processo de avaliação do valor recuperável desses ativos disponíveis para venda.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, efetuamos a análise da política contábil e, com base em amostragem, selecionamos alguns estudos para avaliar a razoabilidade dos julgamentos exercidos pela área técnica da BNDESPAR no que tange a aspectos qualitativos que impactam o reconhecimento de eventuais perdas. Acompanhamos o valor de mercado dos ativos financeiros para verificar a adequação da aplicação dos limites de declínio e tempo de desvalorização, quando aplicáveis. Adicionalmente, testamos o cálculo do valor de mercado desses ativos financeiros disponíveis para venda e a adequação da contabilização com base nas normas contábeis em vigor. Realizamos a leitura das divulgações efetuadas pela Companhia vislumbrando verificar a conformidade e detalhamento de informações conforme requerido pelas regras contábeis.

Com base na abordagem e procedimentos de auditoria acima descritos, obtivemos evidência de auditoria apropriadas e suficientes com relação a adequação do uso pela Administração da Companhia da base contábil para a mensuração do valor recuperável dos ativos financeiros na elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Mensuração do valor recuperável dos investimentos em companhias coligadas

A Companhia detinha investimentos em empresas nas quais possui influência significativa. De acordo com as normas em vigor, esses investimentos são classificados como "Investimentos -Participações em coligadas" e totalizam R$ 16.266.129 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$ 14.609.243 mil em 31 de dezembro de 2016), conforme detalhado na Nota 4.3. Esses investimentos são registrados inicialmente ao custo e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tendo seus resultados auferidos (ganhos ou perdas) na demonstração do resultado do exercício. A BNDESPAR elabora estudos para determinar quando há indícios de perdas e, dessa forma, realiza teste de redução ao valor recuperável dessas coligadas. Essa avaliação tem como base, o desenvolvimento de modelos de avaliação econômico financeiro que contemplam: (a) o plano de negócios da investida para os anos subsequentes; (b) informações de mercado que possam impactar o modelo de negócio da investida, e; (c) elaboração do fluxo de caixa projetado trazido ao valor presente pela taxa de desconto calculada com base em práticas usuais de mercado. Como o processo de elaboração desse estudo econômico financeiro faz uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas que podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Para as investidas com mercados ativos e regulados, comparamos o valor contábil do investimento com o valor realizável menos os custos de venda desse ativo e, caso esse valor fosse menor, avaliamos se esse indicativo já era forte evidência de perda. Com o auxílio de especialistas, selecionamos uma amostragem para avaliar de forma independente os modelos econômico financeiros apresentados pela área técnica da BNDESPAR e, caso nossa conclusão apontasse evidência de perdas, solicitamos à Companhia esclarecimentos sobre os julgamentos e premissas utilizadas, bem como evidências qualitativas para a manutenção do valor em uso. Os procedimentos dos especialistas envolveram: (a) análise da razoabilidade das premissas

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

e julgamentos exercidos pela área técnica da Companhia; (b) verificação dos modelos matemáticos e se foram elaborados nos padrões de mercado aceitos, e; (c) conclusão dos resultados obtidos nas projeções de fluxo de caixa. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela BNDESPAR nas demonstrações contábeis descritas nas Notas 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3 e 4.3.4.

Com base na abordagem e procedimentos de auditoria acima descritos, obtivemos evidência de auditoria apropriadas e suficientes com relação a adequação do uso pela Administração da Companhia da base contábil para a mensuração do valor recuperável dos investimentos em companhias coligadas na elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstração intermediária do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 06 de março de 2017 sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive das eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 08 de março 2018.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" – DF

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – DF

PARECER N.º 01/2018 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (CNPJ: 00.383.281/0001-09 e NIRE 533.0000.2371) , consoante o artigo 23 do Estatuto Social, c/c Art. 163, II, III, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o Relatório da Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/17 e o Parecer dos Auditores Independentes GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES, de 08/03/18, emitido com ressalva por limitação de escopo relacionada ao investimento mantido em JBS, tendo em vista que as Demonstrações Financeiras da investida utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial não foram revisadas por eles e nem por outros auditores independentes. Com base nesse exame, o Conselho Fiscal é de opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral da BNDESPAR.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou e não se opôs à utilização do lucro do exercício, de R$ 3.778.046.536,69 (três bilhões, setecentos e setenta e oito milhões, quarenta e seis mil, quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos), para compensação de prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.

Rio de Janeiro (RJ), 09 de março de 2018

José Franco Medeiros de Morais

Luiz Eduardo Salem

Mariângela Fialek

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

CNPJ Nº 33.660.564/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

1. FINAME

A FINAME, criada em 1966, é uma empresa pública federal, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dedicada ao financiamento à produção e comercialização de máquinas e equipamentos.

A FINAME atua através de repasse de seus recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas com o objetivo de atender às exigências financeiras da crescente comercialização de máquinas e equipamentos fabricados no País, concorrer para expansão da produção nacional de máquinas e equipamentos, mediante facilidade de crédito aos respectivos produtores e aos usuários, financiar a importação de máquinas e equipamentos industriais não produzidos no País e financiar e fomentar a exportação de máquinas e equipamentos industriais de fabricação brasileira.

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O cenário internacional continua mostrando um quadro bastante benigno para o nível de atividade, tanto para economias avançadas, quanto para emergentes. Esse fato vem tendo consequências positivas nos influxos de capitais líquidos para economias emergentes. Os preços de *commodities* continuam se comportando de maneira favorável aos exportadores, com destaque para a recuperação no preço do petróleo. Enquanto isso, os prêmios de risco vêm apresentando queda em todo o mundo, inclusive em países emergentes, como o Brasil.

O cenário doméstico caracterizou-se, ao longo do segundo semestre do ano, pela recuperação da atividade econômica. O PIB apresentou crescimento de 0,1% no 3º trimestre em relação ao 2º trimestre de 2017, na série com ajuste sazonal. Foi a terceira alta consecutiva do PIB na margem. Embora a taxa tenha sido menor do que nos dois trimestres anteriores, o resultado se destacou pelo crescimento da demanda doméstica: marcou, por exemplo, a primeira alta do investimento em 15 trimestres. O consumo das famílias também cresceu mais do que o PIB, mantendo a recuperação observada desde o início do ano, baseada fortemente na melhora do mercado de trabalho.

A taxa de desemprego passou a cair, atingindo 11,8% nos dados de dez/17 (a nona queda seguida), embora a maioria dos empregos gerados seja de pior qualidade (setor informal). A queda da inflação trouxe impactos positivos no rendimento real, elevando a massa salarial e, consequentemente, o poder de compra das famílias. A continuidade da recuperação, no entanto, passa pela melhoria das condições no mercado de crédito, o que vem acontecendo lentamente.

A inflação corrente, bem como as expectativas inflacionárias para 2018 e para os próximos anos, foi beneficiada, no curto prazo, tanto pelo choque positivo de oferta advindo dos preços dos alimentos, como também pelo comportamento dos preços mais sensíveis ao ciclo econômico (preço dos serviços). Nesse sentido, o Banco Central deu continuidade, em 2017, ao ciclo de flexibilização monetária iniciado em 2016, com uma redução total de 725 pontos básicos da taxa básica de juros, entre outubro de 2016 e dezembro de 2017. As expectativas indicam que a taxa de juros ficará em baixo patamar por um tempo razoável, favorecendo a continuidade da recuperação econômica.

No cenário fiscal, a Reforma da Previdência, vital para sustentação do teto de gastos, continua no centro das atenções. Após as sucessivas tentativas de aprovação em 2017, a matéria ficou para 2018, fato que deverá provocar grande volatilidade nos mercados. Do ponto de vista conjuntural, a arrecadação federal iniciou recuperação no fim de 2017, enquanto as despesas continuam pressionadas por gastos com aposentados e funcionários públicos. A dívida bruta do governo geral encerrou o ano em 74,0% do PIB, ante 70,0% em dez/16.

Por fim, as contas externas continuam a mostrar um bom desempenho, especialmente no que tange à balança comercial, que fechou 2017 com um superávit recorde, de US$ 67 bilhões. Os investimentos diretos no país são mais que suficientes para o financiamento do déficit em conta corrente, tornando negativa a necessidade de financiamento externo do país.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Principais Indicadores

Resultado (R$ milhões)	**2017**	**2016**	**Δ (%)**
Produto de Intermediação Financeira	2.264	2.719	(16,7)
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	36	(172)	(120,9)
Despesas Administrativas e Gerais	(300)	(323)	(7,1)
Despesas Tributárias	(107)	(130)	(17,7)
Tributação sobre o Lucro	(848)	(747)	13,5
Participação dos Empregados no Lucro	(34)	(28)	21,4
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	**1.011**	**1.319**	**(23,4)**

Posição Financeira (R$ milhões)	**Dez/17**	**Dez/16**	**Δ (%)**
Ativo Total (AT)	**118.724**	**145.110**	**(18,2)**
Carteira de Créditos e Repasses, líquida	115.533	136.046	(15,1)
Disponibilidades	349	5.002	(93,0)
Créditos perante o Tesouro Nacional	2.489	3.682	(32,4)
Outros Ativos	353	380	(7,1)
Mútuos BNDES	103.005	129.539	(20,5)
Outras Obrigações	1.758	2.017	(12,8)
Patrimônio Líquido (PL)	13.961	13.554	3,0

Índices Financeiros (%)	**Dez/17**	**Dez/16**
Índice de Inadimplência (30 dias) 1/	0,00%	0,00%
Provisão / Carteira Total 1/	0,54%	0,48%
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	11,76%	9,34%

Rentabilidade (%) 2	**2017**	**2016**
Retorno s/ Ativos (LL / ATmédio)	0,77%	0,83%
Retorno s/ PL (LL / PLmédio)	7,35%	9,91%

1/ Inclui operações de crédito e repasses interfinanceiros
2/ O cálculo do retorno considera como média dos ativos e do patrimônio líquido a soma dos saldos iniciais e finais dos respectivos períodos dividida por 2.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

3.2. Resultado

A FINAME registrou lucro líquido de R$ 1,011 bilhão em 2017, o que representou uma redução de R$ 308 milhões (23,4%) em relação a 2016 provocada basicamente pela queda de 16,7% do **produto da intermediação financeira.**

O impacto negativo do **produto de intermediação financeira**, que passou de R$ 2,719 bilhões em 2016 para R$ 2,264 bilhões em 2017, decorreu da queda no resultado com operações de crédito, reflexo da redução gradual da carteira de crédito e repasses, da redução do volume das disponibilidades, pela utilização dos recursos financeiros disponíveis para pagamento antecipado de mútuos com o BNDES, e pela redução da taxa Selic, referencial para a remuneração das disponibilidades.

A reversão de parte da **provisão para risco de crédito**, que passou de uma despesa de R$ 172 milhões em 2016 para uma receita de R$ 36 milhões em 2017, foi influenciada pelas liquidações de operações de repasses em montante superior às novas contratações realizadas em 2017 e pela melhora na classificação de risco de alguns clientes.

A queda de R$ 23 milhões (17,7%) das **despesas tributárias** entre os exercícios acompanha a redução do produto de intermediação financeira.

O aumento de R$ 101 milhões (13,5%) nos **tributos sobre o lucro** entre os exercícios foi decorrente basicamente da redução dos tributos diferidos, provocada pela variação do resultado com provisão para risco de crédito.

3.3. Posição Financeira

O **ativo total** alcançou R$ 118,724 bilhões em 31/12/17, registrando queda de R$ 26,386 bilhões (18,2%) em relação à 31/12/16 decorrente da redução da carteira de crédito e repasses e dos créditos vinculados ao Tesouro Nacional.

A carteira de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito, alcançou R$ 115,533 bilhões em 31/12/17, dos quais R$ 101,843 bilhões (88,2%) são representados por operações indiretas, cujo risco de crédito é assumido pelos agentes financeiros repassadores de recursos, e R$ 13,690 bilhões (11,8%), por operações diretas, com risco da FINAME.

A queda de R$ 20,513 bilhões (15,1%) da carteira em 2017 é reflexo do maior volume de liquidações ocorridas nesse ano, que superou as liberações de crédito realizadas no período em R$ 21,165 bilhões, em razão do desaquecimento da economia e consequente redução da demanda de recursos para novos investimentos.

Reflexo do compromisso e zelo na aplicação dos recursos públicos, a carteira de operações de crédito e repasses da FINAME apresenta excelentes indicadores. Do total da carteira, 99,04% estão classificados entres os níveis AA e C, considerados de baixo risco. Essa posição é superior à média de 89,8% do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para 30/11/17, última data disponível. Destaca-se que, em 31/12/17 , a FINAME não apresenta créditos inadimplentes em sua carteira.

Para preservação de valor dos recursos financeiros disponíveis, são realizadas operações compromissadas lastreadas em títulos públicos com o BNDES. A redução de R$ 4,653 bilhões (93,0%) nas **disponibilidades** em 2017 reflete a liquidação antecipada de mútuos com o BNDES.

Os **direitos vinculados ao Tesouro Nacional (TN)** representam valores a receber do TN referentes à equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal, entre eles Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e, principalmente, PSI. A redução de R$ 1,193 bilhão (32,4%) em 2017 reflete o pagamento de R$ 6,096 bilhões realizado pelo Tesouro Nacional no exercício, parcialmente atenuado pelo reconhecimento de direitos a receber de R$ 4,903 bilhões.

Quanto às **fontes de recursos**, em 31/12/17 os mútuos com o BNDES representavam a única dívida onerosa da FINAME. A redução de R$ 26,534 bilhões (20,5%) do saldo em 2017 reflete a liquidação antecipada de mútuos no valor de R$ 47,741 bilhões, possibilitada pela queda na demanda por recursos para novos investimentos em 2017, atenuada pela apropriação de encargos no período.

O **patrimônio líquido** atingiu R$ 13,961 bilhões em 31/12/17, um crescimento de R$ 407 milhões (3,0%) no ano, atribuído, basicamente, ao lucro líquido de R$ 1,011 bilhão em 2017, parcialmente atenuado pelo provisionamento de dividendos mínimos obrigatórios (R$ 240 milhões) relativos ao lucro de 2017 e de dividendos complementares (R$ 336 milhões) relativos ao lucro de 2016. Destaca-se ainda em 2017, a capitalização de reservas de lucros de R$ 1,702 bilhão, que elevou o capital social para R$ 12,834 bilhões, um aumento de 15,3%.

A distribuição do lucro líquido de 2017 contempla:

(i) constituição da reserva legal (R$ 51 milhões);

(ii) provisionamento de dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado (R$ 240 milhões);

(iii) provisionamento de dividendos complementares, equivalentes a 35% do lucro líquido ajustado (R$ 336 milhões); e

(iv) retenção do lucro líquido ajustado remanescente, como fortalecimento da estrutura de capital (R$ 384 milhões).

4. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo indispensável apoio e confiança.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		**34.214.562**	**43.993.649**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	7	**349.044**	**5.002.411**
Aplicações em operações compromissadas		349.044	5.002.411
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3	**32.121.914**	**36.908.494**
Repasses interfinanceiros		32.273.311	37.066.477
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(151.397)	(157.983)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3	**1.631.970**	**1.964.972**
Operações de crédito		1.649.467	1.985.629
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(17.497)	(20.657)
OUTROS CRÉDITOS		**111.634**	**117.772**
Créditos tributários	9.2	88.372	93.228
Devedores por depósitos em garantia		6.816	6.568
Pagamentos a ressarcir		261	209
Diversos		16.185	17.767
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**84.509.475**	**101.116.690**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**84.509.475**	**101.116.690**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	8	**28.576**	**34.656**
Ações		28.576	34.656
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3	**69.721.323**	**84.576.087**
Repasses interfinanceiros		70.049.932	84.932.708
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(328.609)	(356.621)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3	**12.057.541**	**12.596.665**
Operações de crédito		12.186.811	12.720.885
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(129.270)	(124.220)
OUTROS CRÉDITOS		**2.702.035**	**3.909.282**
Créditos tributários	9.2	194.824	203.507
Direitos vinculados ao Tesouro Nacional	4	2.488.794	3.682.125
Incentivos fiscais		18.117	23.439
Diversos		300	211
TOTAL DO ATIVO		**118.724.037**	**145.110.339**

	Nota Explicativa	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE		**2.965.690**	**3.667.929**
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	5	**1.514.349**	**1.914.896**
Repasses com o BNDES		1.514.349	1.914.896
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**1.451.341**	**1.753.033**
Fundos financeiros e de desenvolvimento		33.400	30.279
Passivo atuarial - FAMS	11	6.342	5.017
Dividendos a pagar	6	576.482	751.657
Impostos e contribuições sobre o lucro	9	696.750	848.469
Outros impostos e contribuições		10.958	11.207
Passivo atuarial - FAPES	11	6.018	4.440
Vinculadas ao Tesouro Nacional	12.2	2.611	890
Depósitos a apropriar		48.083	28.774
Diversas		70.697	72.300
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**101.797.109**	**127.888.707**
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	5	**101.490.414**	**127.624.134**
Repasses com o BNDES		101.490.414	127.624.134
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**306.695**	**264.573**
Passivo atuarial - FAPES	11	149.276	138.377
Provisões trabalhistas e cíveis	10	2.688	5.323
Passivo atuarial - FAMS	11	154.731	120.873
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6	**13.961.238**	**13.553.703**
Capital social		12.833.987	11.131.591
Aumento de capital em curso		885.425	2.203.501
Reservas de lucros		373.210	322.642
Reserva legal		351.676	301.108
Reserva de incentivos fiscais		21.534	21.534
Ajustes de avaliação patrimonial		(131.384)	(104.031)
Próprios		(131.384)	(104.031)
TOTAL DO PASSIVO		**118.724.037**	**145.110.339**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	2º semestre de 2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**4.527.944**	**9.979.563**	**10.503.786**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros				
. Moeda nacional		2.108.425	4.157.126	4.177.050
. Moeda estrangeira		175.445	690.199	(1.964.634)
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	12.2	2.185.803	4.904.658	7.291.611
Resultado com títulos e valores mobiliários		58.271	227.580	999.759
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(3.437.411)**	**(7.680.026)**	**(7.956.303)**
Empréstimos do BNDES				
. Moeda nacional		(3.412.122)	(7.345.182)	(10.059.252)
. Moeda estrangeira		(25.425)	(368.150)	2.268.260
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(3.276)	(4.980)	(965)
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.7	3.574	35.882	(171.750)
Reversão (constituição)		790	32.668	(176.571)
Recuperação de créditos baixados		2.784	3.214	4.821
Resultado da carteira de câmbio		(162)	2.404	7.404
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**1.090.533**	**2.299.537**	**2.547.483**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(184.969)**	**(407.211)**	**(453.728)**
Reversão (Constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	10	(195)	(1.258)	(1.059)
Despesas tributárias		(50.793)	(106.772)	(129.739)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio - SELIC		555	(41.582)	(30.926)
Despesas com pessoal		(90.503)	(174.590)	(209.183)
Despesas administrativas		(18.335)	(38.341)	(58.341)
Outras despesas operacionais		(26.308)	(46.763)	(33.979)
Outras receitas operacionais		610	2.095	9.499
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**905.564**	**1.892.326**	**2.093.755**
Imposto de renda	9	(221.855)	(457.192)	(558.325)
Contribuição social	9	(184.363)	(372.639)	(453.207)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	9	17.037	(17.510)	264.630
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		**516.383**	**1.044.985**	**1.346.853**
Participação nos resultados		(33.615)	(33.615)	(28.156)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		**482.768**	**1.011.370**	**1.318.697**
Quantidade de Ações		589.580.236	589.580.236	589.580.236
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		**0,818833**	**1,715407**	**2,236671**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial: De ativos próprios	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2016	**11.131.591**	**1.702.396**	**235.173**	**21.534**	**(35.790)**	**–**	**13.054.904**
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	(68.241)	–	(68.241)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	1.318.697	1.344.698
Destinação do resultado (Nota 6)							
. Reserva legal	–	–	65.935	–	–	(65.935)	–
. Dividendos	–	–	–	–	–	(751.657)	(319.366)
. Aumento de capital	–	501.105	–	–	–	(501.105)	–
Em 31 de dezembro de 2016	**11.131.591**	**2.203.501**	**301.108**	**21.534**	**(104.031)**	**–**	**13.553.703**
Mutações no exercício	–	501.105	65.935	–	(68.241)	–	498.799
Em 1º de janeiro de 2017	**11.131.591**	**2.203.501**	**301.108**	**21.534**	**(104.031)**	**–**	**13.553.703**
Aumento de capital	1.702.396	(1.702.396)	–	–	(27.353)	–	(27.353)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	1.011.370	1.011.370
Destinação do resultado (Nota 6)							
. Reserva legal	–	–	50.568	–	–	(50.568)	–
. Dividendos	–	–	–	–	–	(576.482)	(576.482)
. Aumento de capital	–	384.320	–	–	–	(384.320)	–
Em 31 de dezembro de 2017	**12.833.987**	**885.425**	**351.676**	**21.534**	**(131.384)**	**–**	**13.961.238**
Mutações no exercício	1.702.396	(1.318.076)	50.568	–	(27.353)	–	407.535
Em 1º de julho de 2017	**12.833.987**	**501.105**	**301.108**	**21.534**	**(119.253)**	**528.602**	**14.067.083**
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	(12.131)	–	(12.131)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	482.768	482.768
Destinação do resultado (Nota 6)							
. Reserva legal	–	–	50.568	–	–	(50.568)	–
. Dividendos	–	–	–	–	–	(576.482)	(576.482)
. Aumento de capital	–	384.320	–	–	–	(384.320)	–
Em 31 de dezembro de 2017	**12.833.987**	**885.425**	**351.676**	**21.534**	**(131.384)**	**–**	**13.961.238**
Mutações no semestre	–	384.320	50.568	–	(12.131)	(528.602)	(105.845)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2º semestre de 2017	2017	2016
Atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social e participação no semestre/exercício	905.564	1.892.326	2.093.755
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades	(2.106)	(32.104)	176.026
Constituição (reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.574)	(35.882)	171.750
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	195	1.258	1.059
Depreciação	1.273	2.520	3.217
Variação de ativos e obrigações	(1.457.533)	(5.719.638)	(2.233.824)
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	9.226.016	20.549.353	27.215.484
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	528.774	1.197.326	593.756
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(11.044.982)	(26.350.874)	(28.781.469)
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(59.166)	46.381	26.400
. Juros pagos - de repasses	(38.740)	(180.273)	(308.756)
. IR e CSLL pagos	(69.435)	(981.551)	(979.239)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	**(554.075)**	**(3.859.416)**	**35.957**
. Dividendos pagos	–	(793.951)	(350.292)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	**–**	**(793.951)**	**(350.292)**
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(554.075)**	**(4.653.367)**	**(314.335)**
Modificação na posição financeira			
Início de semestre/exercício			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	903.119	5.002.411	5.316.746
Final de semestre/exercício			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	349.044	349.044	5.002.411
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(554.075)**	**(4.653.367)**	**(314.335)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2º semestre de 2017		2017		2016	
RECEITAS	**4.352.683**		**9.975.958**		**10.310.609**	
Intermediação financeira	4.527.944		9.979.563		10.503.786	
Outras receitas	1.165		(39.487)		(21.427)	
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.574		35.882		(171.750)	
DESPESAS	**(3.467.489)**		**(7.763.929)**		**(7.819.591)**	
Intermediação financeira	(3.440.985)		(7.715.908)		(7.784.553)	
Outras despesas	(26.504)		(48.021)		(35.038)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(14.950)**		**(30.642)**		**(46.637)**	
Materiais, energia e outros	(1.884)		(3.823)		(4.871)	
Serviços de terceiros	(13.066)		(26.819)		(41.766)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**1.050.244**		**2.181.387**		**2.444.381**	
RETENÇÕES	**(1.273)**		**(2.520)**		**(3.217)**	
Depreciação	(1.273)		(2.520)		(3.217)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**1.048.971**		**2.178.867**		**2.441.164**	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**1.048.971**	100,0%	**2.178.867**	100,0%	**2.441.164**	100,0%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**1.048.971**	100,0%	**2.178.867**	100,0%	**2.441.164**	100,0%
Pessoal e encargos	77.690	7,4%	150.929	6,9%	182.489	7.5%
- Remuneração direta	48.292		95.461		119.745	
- Benefícios	25.438		47.643		53.962	
- FGTS	3.948		7.805		8.753	
- Outros	12		20		29	
Participação nos resultados	33.615	3,2%	33.615	1,5%	28.156	1,2%
Impostos, taxas e contribuições	453.142	43,2%	978.512	44,9%	904.019	37,0%
- Federais	453.054		977.426		902.385	
- Estaduais	2		2		3	
- Municipais	86		1.084		1.631	
Aluguéis	1.756	0,2%	4.441	0,2%	7.803	0,3%
Dividendos	576.482	55,0%	576.482	26,5%	751.657	30,8%
Lucros retidos	(93.714)	-9,0%	434.888	20,%	567.040	23,2%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, com sede em Brasília, Distrito Federal, controlada integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, foi instituída pelo Decreto n.º 59.170, de 2 de setembro de 1966, e pelo Decreto-Lei n.º 45, de 18 de novembro de 1966, para gerir o fundo criado pelo Decreto n.º 55.275, de 22 de dezembro de 1964. Posteriormente, com o advento da Lei n.º 5.662, de 21 de junho de 1971, foi transformada em empresa pública. Em 1º de abril de 2014, pelo Decreto n.º 8.222, passou a ser constituída sob a forma de sociedade anônima.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização, no Brasil e no exterior, de máquinas e equipamentos fabricados no país, a FINAME atua através de repasse de seus recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas.

Informações sobre os programas através dos quais a FINAME executa seus objetivos podem ser acessados na Nota Explicativa n.º 13.1 ou por meio do site www.bndes.gov.br.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Aprovação para emissão e moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da FINAME referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas para emissão, pela Diretoria-Executiva, em 26 de fevereiro de 2018. O Conselho de Administração da FINAME manifesta-se posteriormente a emissão das demonstrações financeiras e possui o poder de alterá-las.

A moeda funcional e de apresentação da FINAME é o Real (R$), e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, Lei n.º 13.303/2016, Decreto n.º 8.945/2016, normas do Banco Central do Brasil – BACEN, do Conselho Monetário Nacional – CMN – e subsidiariamente as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN. Essas demonstrações estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, apesar da homologação para tornar-se instituição financeira estar em processo de aprovação.

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas demonstrações financeiras intermediárias são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão da FINAME.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional da FINAME, uma vez que a Administração está convencida de que esta possui recursos para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as demonstrações financeiras no exercício corrente

– Redução das operações compromissadas devido basicamente ao pagamento antecipado de contratos de mútuos com o BNDES;
– Queda da carteira de crédito e repasses, especialmente da carteira de repasses, provocada pelas liquidações de operações contratadas, que superaram os desembolsos no período;
– Redução dos direitos vinculados ao Tesouro Nacional (TN) decorrente do recebimento de equalização de programas criados pelo Governo Federal pago pelo TN, parcialmente atenuado pelo reconhecimento de direitos a receber;
– Queda dos mútuos com o BNDES decorrente de liquidação antecipada;
– Aumento do capital social com a utilização parcial do saldo de "Aumento de capital social em curso";
– Declínio do produto da intermediação financeira decorrente da queda no resultado com operações de crédito e de operações vinculadas ao TN, reflexo da redução gradual da carteira de crédito e repasses e dos direitos a receber relativos à equalização de programas, respectivamente, e do menor volume aplicado em operações compromissadas no período devido à utilização de recursos para pagamento antecipado de mútuos com o BNDES; e
– Menor constituição de provisão para risco de crédito no período.

Informações adicionais estão divulgadas no Relatório da Administração da FINAME.

2.4. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento das Demonstrações financeiras intermediárias da FINAME, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

– O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza, quando comparado ao conjunto das demonstrações financeiras;
– É importante para a compreensão dos resultados da FINAME; ou
– Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios da FINAME.

2.5. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da FINAME, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

Informações de caráter geral e políticas contábeis podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 14 deste relatório.

3. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSES INTERFINANCEIROS

O tratamento contábil das operações de crédito e repasses interfinanceiros e da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD segue os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999. Para detalhes, vide Nota Explicativa n.º 14.5.

3.1. Composição das operações

	2017	2016
Operações de crédito	13.836.278	14.706.514
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(146.767)	(144.877)
Total de Operações de Crédito - líquidas de PCLD	**13.689.511**	**14.561.637**
Repasses interfinanceiros	102.323.243	121.999.185
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(480.006)	(514.604)
Total de Repasses Interfinanceiros - líquidas de PCLD	**101.843.237**	**121.484.581**
Total de Operações de Crédito e Repasses - líquidas de PCLD	**115.532.748**	**136.046.218**
Circulante	33.753.884	38.873.466
Não circulante	81.778.864	97.172.752

3.2. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	2017	2016
Setor Público		
Administração pública	3.325	70.545
Atividades empresariais		
Intermediação financeira	27.023.861	33.786.044
Outros serviços	47	46
Total da carteira - Setor Público	**27.027.233**	**33.856.635**
Setor Privado		
Intermediação financeira	75.299.335	88.144.875
Outros serviços	13.832.953	14.704.189
Total da carteira - Setor Privado	**89.132.288**	**102.849.064**
Total da carteira de Operações de crédito e Repasses antes da PCLD	**116.159.521**	**136.705.699**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(626.773)	(659.481)
Total da carteira de Operações de créditos e Repasses líquida da PCLD	**115.532.748**	**136.046.218**

(continua)

(continuação)

3.3. Distribuição da carteira bruta por vencimento

2017		2016	
Vencido:	16.771	Vencido:	–
A vencer:		A vencer:	
2018	33.906.007	2017	39.052.106
2019	25.131.119	2018	30.045.605
2020	18.321.155	2019	21.745.134
2021	13.726.606	2020	14.946.196
2022	10.364.144	2021	10.705.694
Após 2022	14.693.719	Após 2021	20.210.964
Total	**116.159.521**	**Total**	**136.705.699**

3.4. Concentração da carteira bruta

	2017				2016			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	7.209.817	52,1%	19.774.495	19,3%	6.184.348	42,1%	24.765.182	20,3%
10 seguintes maiores clientes	6.626.417	47,9%	63.592.969	62,1%	8.516.553	57,9%	74.050.632	60,7%
20 seguintes maiores clientes	44	0,0%	17.786.920	17,4%	5.613	0,0%	21.576.589	17,7%
50 seguintes maiores clientes	–	–	1.168.859	1,1%	–	–	1.606.782	1,3%
Total	**13.836.278**	**100,0%**	**102.323.243**	**99,9%**	**14.706.514**	**100,0%**	**121.999.185**	**100,0%**

3.5. Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

a) Repasses interfinanceiros

Nível de risco	Situação	Repasses interfinanceiros 2017	Repasses interfinanceiros 2016	% Provisão	Provisão 2017	Provisão 2016
AA	Adimplente	33.814.610	44.029.313	–	–	–
A	Adimplente	63.024.903	61.582.668	0,5	315.125	307.913
B	Adimplente	3.994.433	14.575.856	1,0	39.944	145.759
C	Adimplente	377.011	1.786.918	3,0	11.310	53.608
D	Adimplente	1.100.294	23	10,0	110.029	2
E	Adimplente	11.992	24.407	30,0	3.598	7.322
Total		**102.323.243**	**121.999.185**		**480.006**	**514.604**
Circulante		32.273.311	37.066.477		151.397	157.983
Não circulante		70.049.932	84.932.708		328.609	356.621

b) Operações de crédito

Nível de risco	Situação	Operações de crédito 2017	Operações de crédito 2016	% Provisão	Provisão 2017	Provisão 2016
AA	Adimplente	3.944	35.987	–	–	–
A	Adimplente	654.859	1.025.937	0,5	3.274	5.130
B	Adimplente	12.848.198	13.638.977	1,0	128.482	136.389
C	Adimplente	323.986	2.325	3,0	9.720	70
H	Adimplente	5.291	3.288	100,0	5.291	3.288
Total		**13.836.278**	**14.706.514**		**146.767**	**144.877**
Circulante		1.649.467	1.985.629		17.497	20.657
Não circulante		12.186.811	12.720.885		129.270	124.220

3.6. Movimentação da provisão sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

	2017			2016		
	Operações de crédito	Repasses interfinanceiros	Total	Operações de crédito	Repasses interfinanceiros	Total
Saldos no início do período	(144.877)	(514.604)	(659.481)	(67.471)	(415.450)	(482.921)
(Constituição) reversão líquida	(1.930)	34.598	32.668	(77.415)	(99.156)	(176.571)
Baixas contra provisão	40	-	40	9	2	11
Saldos no final do período	**(146.767)**	**(480.006)**	**(626.773)**	**(144.877)**	**(514.604)**	**(659.481)**

3.7. Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º semestre 2017	2017	2016
Reversão (constituição) líquida sobre operações de crédito	20.394	(1.930)	(77.415)
Reversão (constituição) líquida sobre operações de repasses interfinanceiros	(19.604)	34.598	(99.156)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.784	3.214	4.821
Receita (despesa) líquida apropriada	**3.574**	**35.882**	**(171.750)**

4. OUTROS CRÉDITOS – OPERAÇÕES VINCULADAS AO TESOURO NACIONAL

São valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários).

Para detalhes sobre estes créditos, vide Nota Explicativa n.º 14.11.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016 a composição dos saldos é a seguinte:

	2017	2016
Valores Apurados em:		
2017	2.185.826	–
2016	213	3.379.344
2015	221	284
2014	222	219
2013	227	224
2012	227	224
Anteriores a 2012	301.858	301.830
Total	**2.488.794**	**3.682.125**

A movimentação desta rubrica em 2017 e 2016 foi a seguinte:

	2017		
	PSI	Demais programas	Total
Saldos no início do exercício	3.209.057	473.068	3.682.125
.Valores apurados no período	4.505.539	397.109	4.902.648
. Atualização Monetária	–	294	294
. Recebimentos	(5.734.007)	(362.474)	(6.096.481)
. Outras	–	208	208
Saldos no fim do exercício	**1.980.589**	**508.205**	**2.488.794**

	2016		
	PSI	Demais programas	Total
Saldos no início do exercício	3.852.029	438.820	4.290.849
.Valores apurados no exercício	6.981.172	301.370	7.282.542
. Atualização Monetária	7.709	1.361	9.070
. Recebimentos	(7.631.853)	(268.695)	(7.900.548)
. Outras	–	212	212
Saldos no fim do exercício	**3.209.057**	**473.068**	**3.682.125**

Outras operações da FINAME com o Tesouro Nacional podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 12.2.

5. OBRIGAÇÕES POR REPASSES

5.1. Composição

As obrigações por repasses perante o BNDES em moeda nacional estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da TJLP e juros de até 0,5% a.a. e prazo máximo de vencimento estipulado para 2039. Os repasses em moeda estrangeira são atualizados com base na variação cambial do dólar americano e prazo máximo de vencimento estipulado para o ano de 2039.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

	2017			2016		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
BNDES	89.125.034	13.879.729	103.004.763	114.831.496	14.707.534	129.539.030
Total	**89.125.034**	**13.879.729**	**103.004.763**	**114.831.496**	**14.707.534**	**129.539.030**
Circulante			1.514.349			1.914.896
Não circulante			101.490.414			127.624.134

5.2. Vencimento das obrigações por repasses

2017		2016	
A vencer:		A vencer:	
2017	1.514.349	2016	1.914.896
2018	5.511.981	2017	1.280.111
2019	5.867.035	2018	6.647.008
2020	5.772.986	2019	7.113.794
2021	5.751.953	2020	7.014.097
Após 2021	78.586.459	Após 2020	105.569.124
Total	**103.004.763**	**Total**	**129.539.030**

Demais informações sobre as dívidas da FINAME junto ao seu controlador podem ser obtidas na Nota Explicativa nº 12.1.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DESTINAÇÃO DO RESULTADO

6.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito da FINAME está representado por 589.580.236 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A Diretoria do BNDES, por meio da Decisão nº 195/2017, de 19 de abril de 2017, aprovou o aumento do capital social na FINAME, no valor de R$ 1.702.396, passando de R$ 11.131.591 para R$ 12.833.987, sem emissão de ações, mediante a capitalização de lucros apurados nos exercícios de 2014 e de 2015.

6.2. Dividendos

Os dividendos do exercício de 2016, atualizados pela taxa Selic, no valor de R$ 793.951 foram pagos em março de 2017, conforme abaixo:

2017				
Evento	Valor declarado	Valor pago (*)	Data do pagamento	Meio de pagamento
Dividendos Obrigatórios	313.190	330.813	29/06/2017	Moeda nacional
Dividendos complementares	438.467	463.138	29/06/2017	Moeda nacional

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

6.3. Destinação do resultado

	2017	2016
Resultado do exercício	1.011.370	1.318.697
Destinação do resultado		
Reserva legal - 5% (1)	50.568	65.935
Dividendos	576.482	751.657
Incorporação ao capital	384.320	501.105

(1) Limitado a 20% do capital social, ou, a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O tratamento contábil do caixa e equivalentes de caixa da FINAME segue os critérios descritos na Nota Explicativa n.º 14.6.

	2017	2016
Aplicações em operações compromissadas	349.044	5.002.411
	349.044	**5.002.411**

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O tratamento contábil dos títulos e valores mobiliários da FINAME segue os critérios estabelecidos na Circular BACEN n.º 3.068. Para detalhes, vide Nota Explicativa n.º 14.7.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a carteira de títulos e valores mobiliários era composta por ações, de emissores privados, classificadas na categoria disponíveis para venda. Seu valor era de R$ 28.576 em 31 dezembro de 2017 (R$ 34.656 em 31 de dezembro de 2016).

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a FINAME não apresentava saldos em aberto de operações realizadas no mercado de derivativos, assim como não realizou operações ao longo dos exercícios findos naquelas datas.

9. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. A FINAME está sujeita às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00 % + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (1)	20%
Contribuição para o PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota aplicada às instituições financeiras, desde 01.09.2015 (até 31.08.2015 a alíquota era de 15%). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando às alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Detalhes sobre os aspectos tributários a que a FINAME está sujeita encontram-se na Nota Explicativa n.º 14.8.

9.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	2º semestre de 2017	2017	2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro	905.564	1.892.326	2.093.755
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20%	(407.504)	(851.547)	(942.190)
Ajustes			
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos (1)	(139)	(7.132)	182.192
· Participações no resultado	15.133	15.133	12.670
· Majoração da alíquota da CSLL	(4.377)	(6.485)	–
· Outros (2)	7.706	2.690	426
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na DRE	**(389.181)**	**(847.341)**	**(746.902)**
· Tributos Correntes	(406.218)	(829.831)	(1.011.532)
· Tributos Diferidos	17.037	(17.510)	264.630
Alíquota Efetiva	**43%**	**45%**	**36%**

(1) Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

(2) Refere-se, principalmente, a outras diferenças permanentes.

(continua)

(continuação)

9.2. IR e CSLL Diferidos

a) Saldo dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

	2017	2016	Fundamento para realização
Ativo			
Contrapartida no resultado:			
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	240.520	261.227	Recebimento ou efetivação da perda
. Participação dos empregados no lucro	14.991	12.532	Pagamento
. Passivo atuarial FAMS	16.578	14.527	Pagamento das despesas médicas
. Outros	1.075	2.388	
Subtotal	**273.164**	**290.674**	
Contrapartida no patrimônio líquido:			
. Perda atuarial – FAMS	10.032	6.061	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	**10.032**	**6.061**	
Total dos créditos diferidos	**283.196**	**296.735**	
Curto prazo	88.372	93.228	
Longo prazo	194.824	203.507	

b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

	2016	Constituição	Realização	2017
Contrapartida no resultado:				
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	261.227	74.053	(94.760)	240.520
. Participação dos empregados no lucro	12.532	14.991	(12.532)	14.991
. Passivo atuarial FAMS	14.527	4.751	(2.700)	16.578
. Outros	2.388	100	(1.413)	1.075
Subtotal	**290.674**	**93.895**	**(111.405)**	**273.164**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Perda atuarial – FAMS	6.061	3.971		10.032
Subtotal	**6.061**	**3.971**		**10.032**
Total dos créditos diferidos	**296.735**	**97.866**	**(111.405)**	**283.196**

c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos:

	2016	Efeito no Resultado	Efeito no PL	2017
Créditos tributários diferidos	296.735	(17.510)	3.971	283.196
Débitos tributários diferidos	–	–	–	–
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	**296.735**	**(17.510)**	**3.971**	**283.196**

	2015	Efeito no Resultado	Efeito no PL	2016
Créditos tributários diferidos	26.618	264.630	5.487	296.735
Débitos tributários diferidos	–	–	–	–
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	**26.618**	**264.630**	**5.487**	**296.735**

d) Créditos tributários diferidos não reconhecidos:

Em 31 de dezembro de 2017, não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R$ 83.082 (R$ 70.547 em 31 de dezembro de 2016), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

e) Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos:

	Créditos tributários	%
2018	88.372	31,2%
2019	51.512	18,2%
2020	38.971	13,8%
2021	30.247	10,7%
2022	23.929	8,4%
2023 a 2027	50.165	17,7%
Total	**283.196**	**100,0%**
Valor Presente	**233.154**	

10. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

A FINAME é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e política da FINAME para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 14.9.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

	2017	2016
Processos trabalhistas	2.582	5.223
Processos cíveis	107	100
Total	**2.689**	**5.323**
Curto prazo	–	–
Longo prazo	2.689	5.323

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	Processos trabalhistas	Processos cíveis
2018	–	–
2019	2514	–
2020	26	–
2021	25	–
2022	17	107
Total	**2582**	**107**

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre quatro processos judiciais em andamento que se referem, principalmente, à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do ex-presidente Collor) e a horas extras pré-contratadas.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas no período:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	5.223	4.174
Pagamentos	(3.892)	–
Constituições	1.251	1.049
Saldo no final do exercício	**2.582**	**5.223**

Em 31 de dezembro de 2017, existia 1 processo judicial em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado abaixo de mil reais.

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre um processo que versa sobre questões contratuais.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões cíveis no trimestre:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	100	90
Constituições	7	10
Saldo no final do exercício	**107**	**100**

Em 31 de dezembro de 2017, existiam 2 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 34.

11. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica e outros benefícios concedidos aos empregados da FINAME podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 14.10.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

11.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

	2017	2016
Passivo atuarial - FAPES	155.294	142.817
Passivo atuarial - FAMS	161.073	125.890
Total	**316.367**	**268.707**
Circulante	**12.360**	**9.457**
Passivo atuarial - FAPES	6.018	4.440
Passivo atuarial - FAMS	6.342	5.017
Não circulante	**304.007**	**259.250**
Passivo atuarial - FAPES	149.276	138.377
Passivo atuarial - FAMS	154.731	120.873

11.1.1. Plano de aposentadoria complementar – Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, com base nos dados de Novembro de 2017 e atualizada até 31 de dezembro de 2017:

	2017	2016
Valor presente da obrigação atuarial	713.901	674.862
Valor justo dos ativos do plano	(558.607)	(532.045)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	155.294	142.817

Em 29/12/2016 foi validado pelo Conselho Deliberativo da FAPES, após aprovação pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), o Plano de Equacionamento do Déficit do PBB. O valor a ser equacionado é de R$ 953.523 (R$ 24,1 milhões referentes à FINAME) e serão pagos 50% pelos Patrocinadores e 50% pelos participantes ativos e assistidos. O pagamento será através de contribuição extraordinária, que teve o seu início a partir de março de 2017 e duração prevista de 25 anos.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	2017	2016
Valor presente no início do período	674.862	570.907
Custo do serviço corrente	4.850	4.784
Custo dos juros da obrigação	72.048	80.035
Contribuições dos participantes do plano	1.312	1.290
Benefícios pagos	(36.655)	(35.805)
Perdas (Ganho) atuariais	(2.516)	53.651
Mudança de premissas (crescimento salarial)	–	1.037
Mudança de premissas (tábuas atuariais)	121	–
Mudança de premissas (taxa de desconto)	34.021	72.863
Ajuste de experiência	(36.658)	(20.249)
Valor presente no fim do período	**713.901**	**674.862**

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	2017	2016
Valor justo no início do exercício	532.045	478.368
Receita dos juros	56.801	67.062
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(4.099)	11.770
Contribuições recebidas do empregador*	9.203	9.360
Contribuições recebidas dos participantes do plano	1.312	1.290
Benefícios pagos	(36.655)	(35.805)
Valor justo no fim do exercício	**558.607**	**532.045**

*Correspondem a contribuições para ativos, assistidos e contrato de dívida.

A FINAME espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para o próximo ano, em aproximadamente R$ 9.616.

A duração média da obrigação atuarial é de 17,89 anos em 31 de dezembro de 2017 (17,27 anos em 31 de dezembro de 2016).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2017 para os próximos anos:

Plano PBB	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
FINAME	46.382	47.995	149.765	1.321.321	1.565.463

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(69.143)	(9,69%)
Redução de 1% a.a.	82.927	11,62%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	11.564	1,62%
Redução de 1 ano na idade	(11.939)	(1,67%)
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	4.079	0,57%
Redução de 1% a.a.	(3.888)	(0,54%)

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido:

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

Resultado	2017	2016
Custo do serviço corrente	4.850	4.784
Custo dos juros da obrigação	72.048	80.035
Receita de Juros	(56.801)	(67.062)
Total	**20.097**	**17.757**

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

Outros resultados abrangentes	2017	2016
Saldos do início do período	73.030	31.149
Perdas (Ganhos) atuariais	(2.516)	53.651
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	4.099	(11.770)
Saldos no final do período	**74.613**	**73.030**

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

	2017				2016			
Ativos por categoria	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Fundos de investimento	110.786	194.824	201.694	507.304	96.245	192.769	188.479	477.493
Ações	94.773	–	–	94.773	83.738	–	–	83.738
Multimercado	16.013	194.824	182.266	393.103	12.507	192.769	171.801	377.077
Empresas emergentes	–	–	969	969	–	–	617	617
Participações	–	–	18.459	18.459	–	–	16.061	16.061
Imóveis [1]	–	40.716	–	40.716	–	43.662	–	43.662
Locados a terceiros	–	38.487	–	38.487	–	41.275	–	41.275
Locados aos Patrocinadores	–	2.229	–	2.229	–	2.387	–	2.387
Empréstimos e Financiamentos	–	–	18.944	18.944	–	–	19.483	19.483
Subtotal	**110.786**	**235.540**	**220.638**	**566.964**	**96.245**	**236.431**	**207.962**	**540.638**
Outros ativos não avaliados a valor justo [2]				3.249				3.113
Outras Deduções [3]				(12.178)				(11.706)
Total 30/11/2017				**558.035**				**532.045**
Atualização de data-base [4]				572				–
Total				**558.607**				**532.045**

[1] O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R$ 1.394 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 1.486 em 31 de dezembro de 2016)
[2] Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis
[3] Somatório das contas exigível operacional + exigível contigencial + fundos
[4] Projeção do valor justo dos ativos do plano para 31/12/2017. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Taxa Selic vigente em 31/12/2017

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Contas a Pagar FAPES - Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	2017	2016
Contratos de 2002 (a)	45.098	43.040
Contratos de 2004 (b)	4.220	5.087
Total	**49.318**	**48.127**

(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) (TC-029.845/2016-5), de 18 de julho de 2017, encontram-se suspensos, junto à FAPES, os pagamentos das contribuições correspondentes aos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004.

A FAPES pleiteia junto ao patrocinador do plano (FINAME) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2013 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30 de dezembro de 2014, a Administração se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Planejamento.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou, na Justiça Federal do Rio de Janeiro, com ação de cobrança. Até 31 de dezembro de 2016 não houve manifestação do SEST acerca do pleito, desta forma nenhum passivo adicional foi reconhecido.

O BNDES, e por decorrência a FINAME, classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e nesse sentido o valor em litígio não foi provisionado.

11.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS (FAMS)

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	2017	2016
Valor presente das obrigações	161.073	125.890
Passivo líquido	161.073	125.890

A movimentação no saldo da obrigação durante o semestre é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	125.890	84.698
Custo do serviço corrente	1.998	1.562
Custo de juros da obrigação	13.269	11.874
Perdas (Ganhos) atuariais	23.661	31.847
Benefícios pagos	(3.745)	(4.091)
Saldo no final do exercício	**161.073**	**125.890**

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

Resultado	2017	2016
Custo do serviço corrente	1.998	1.562
Custo de juros da obrigação	13.269	11.874
Total	**15.267**	**13.436**

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados

Outros resultados abrangentes	2017	2016
Saldo do início do exercício	37.063	5.216
Perdas (Ganhos) atuariais	23.661	31.847
Saldo no final do exercício	**60.724**	**37.063**

A FINAME espera contribuir com a concessão de benefício pós-emprego de assistência e saúde para o próximo ano em aproximadamente R$ 7.163.

A duração média da obrigação atuarial é de 24,63 anos de 31 de dezembro de 2017 (21,04 anos em 31 de dezembro de 2016).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base em 31 de dezembro de 2017 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
FINAME	7.163	7.510	26.470	441.070	482.213

Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábua de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(19.325)	(12,00%)
Redução de 1% a.a.	24.208	15,03%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	5.465	3,39%
Redução de 1 ano na idade	(5.399)	(3,35%)
Taxa de aumento dos custos médicos		
Aumento de 1% a.a.	24.064	14,94%
Redução de 1% a.a.	(19.564)	(12,15%)

11.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2017	2016
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000 basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49M A100%
Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30%	Álvaro Vindas
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,36% a.a	3,36% a.a.
Grupo Apoio	3,34% a.a.	3,34% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	8,01% a.a	10,08% a.a.
Grupo Apoio	7,99% a.a.	10,06% a.a.
Taxa de desconto nominal	10,18% a.a	12,79% a.a.
Taxa de inflação	4,5% a.a.	6,50% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,18% a.a	12,79% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a	5,00% a.a.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

11.1.4. Processos Judiciais e Contingências

		2017	
		PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	16.510	–
	Quantidade	9	–
Classificação: Possível	Valor	87.796	233
	Quantidade	97	15

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R$ 16.510 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas-extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista.

Conforme Resolução CMN n.º 3.823/2009, para as perdas possíveis a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R$ 87.796 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria relacionados ao Regulamento do Plano Básico de Benefícios, especialmente interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS esses processos totalizam R$ 233 e referem-se a inclusão de dependente; atendimento Home Care e cancelamento do Plano de saúde.

11.2. Outros benefícios a empregados

	2º Semestre de 2017	2017	2016
Vale-transporte	204	381	297
Vale-refeição	3.137	6.108	3.597
Assistência educacional	1.114	2.178	2.750
Total	**4.455**	**8.667**	**6.644**

12. PARTES RELACIONADAS

A FINAME tem relacionamento e realiza transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento CPC n.º 05, aprovado pela Resolução BACEN n.º 3.750/2009.

12.1. Transações com o controlador – BNDES

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e suas condições estão descritas nas Notas Explicativas n.º 5 e n.º 6:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações em operações compromissadas	349.044	5.002.411
Passivo		
Operações de repasses		
Moeda nacional	89.125.035	114.831.496
Moeda estrangeira	13.879.728	14.707.534
	103.004.763	**129.539.030**
Dividendos a pagar	576.482	751.657
Total Passivo	**103.581.245**	**130.290.687**

	2º semestre de 2017	2017	2016
Receitas			
Aplicações em operações compromissadas	59.571	230.636	1.003.474
Despesas			
Operações de repasses			
Moeda nacional	(2.928.618)	(6.276.906)	(8.525.620)
Moeda estrangeira	(25.424)	(368.149)	2.268.260
Operações de repasses com recursos do PIS/PASEP			
Moeda nacional	(483.505)	(1.068.277)	(1.533.632)
Total de despesas	**(3.437.547)**	**(7.713.332)**	**(7.790.992)**

12.2. Transações com o Tesouro Nacional – acionista único do BNDES

Os outros créditos com a STN estão apresentados na Nota Explicativa nº 4 e resumidos nos quadros a seguir.

As outras obrigações com o Tesouro Nacional são valores a pagar a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e Programa de Sustentação do Investimento - PSI) cuja taxa fixa do mutuário final é maior que o somatório do custo da fonte de recurso e da remuneração do BNDES, conforme as portarias do Gabinete do Ministério da Fazenda, sendo o excesso devolvido ao Tesouro Nacional. O saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2017, é de R$ 1.276 (R$ 890 em 31 de dezembro de 2016).

	2017	2016
Ativo		
Outros créditos com STN	2.488.794	3.682.125
Passivo		
Outras obrigações com STN	2.611	890

	2º semestre de 2017	2017	2016
Resultado:			
Receitas com outros créditos – equalização	2.185.803	4.904.658	7.291.611
Despesas com outras obrigações – equalização	(3.276)	(4.980)	(965)

12.3. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a FINAME mantém transações com outras entidades governamentais federais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	2017	2016
Ativo		
Fundos, operações de crédito e repasses	22.070.415	28.176.106
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.135	(2.633)
Passivo		
Fundos	33.400	29.282

12.4. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

As transações com o Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na Nota Explicativa n.º 11:

	2017	2016
Passivo		
Contas a pagar – FAPES – Previdência	155.294	142.817
Passivo atuarial – FAMS – Assistência	161.073	125.890
Patrimônio líquido		
Outros resultados abrangentes – FAPES - Previdência	(74.613)	(73.030)
Outros resultados abrangentes – FAMS - Assistência	(60.724)	(37.063)

	2º semestre de 2017	2017	2016
Despesas			
Plano de Previdência	(5.463)	(14.489)	(15.830)
Plano de Assistência	(5.507)	(11.523)	(9.345)

(continua)

(continuação)

12.5. Remuneração de empregados e dirigentes

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração da FINAME (membros dos Conselhos de Administração e Fiscal):

	2017	2016
Benefícios de circulante:		
Salários e encargos	886	820

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações pagas a administradores e empregados (salário mensal, sem encargos) da FINAME no exercício:

	2017		2016	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	8,09	64,98	8,09	63,24
Menor Salário	8,01	3,68	7,08	3,24
Salário Médio	8,07	32,98	7,79	30,76

A FINAME não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração.

Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da FINAME.

A FINAME não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos resultados de empregados, decorrentes de pagamentos, ajustes e novos provisionamentos:

	2017	2016
Dirigentes (Remuneração Variável Anual - RVA)	303	318
Provisão antes do rateio entre empresas do Sistema BNDES	–	–
Rateio entre empresas do Sistema BNDES (1)	303	318
Empregados	33.312	27.838
Provisão antes do rateio entre empresas do Sistema BNDES	7.242	5.083
Rateio entre empresas do Sistema BNDES (1)	26.070	22.755
Total	**33.615**	**28.156**

	2017	2016
Saldo no início do exercício	5.083	6.598
Ajuste do valor provisionado	182	(73)
Pagamentos realizados	(5.265)	(6.525)
Provisão do exercício	7.242	5.083
Saldo no fim do exercício	**7.242**	**5.083**

13. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A FINAME

13.1. Objetivos e atuação

Suas operações caracterizam-se pela capilaridade, simplicidade e agilidade operacional, atendendo praticamente todos os segmentos produtivos.

A FINAME atua por intermédio de quatro programas operacionais:

a) FINAME – apoia a aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao mercado interno, dando condições de financiamento mais favorecidas para micro-empresas e empresas de pequeno porte, concorrência internacional e programas de desenvolvimento regional.

b) FINAME Agrícola – tem por finalidade apoiar especificamente a aquisição de máquinas e equipamentos novos voltados para a produção agropecuária. Sua maneira de atuação busca incentivar a mecanização agrícola e o aumento da produtividade no campo.

c) BNDES - EXIM – o Programa de Crédito ao Comércio Exterior dedica-se às indústrias brasileiras exportadoras de bens e serviços nacionais. Começou a operar em 1990 com o financiamento pré-embarque, que corresponde a um adiantamento de recursos ao fabricante para fazer frente aos custos correntes da produção voltada ao mercado externo. A partir de 1991, entrou em operação a modalidade pós-embarque, refinanciando o exportador, mediante desconto de títulos cambiais ou cessão de direitos de cartas de crédito. Em 1997, começou a operar o pré-embarque especial, que se destina a financiar, na fase pré-embarque, a produção de bens a serem exportados, sem vinculação com o embarque específico.

d) FINAME LEASING – tem por finalidade financiar, por intermédio de agentes financeiros, a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais destinados a operações de arrendamento mercantil.

14. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis adotadas pela FINAME são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da FINAME:

14.1. Regime de apuração do resultado

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

14.2. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício.

14.3. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, apurado pelo maior valor entre: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou; (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, deve ser reconhecida uma perda no resultado do período.

14.4. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração da Finame entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do exercício e dos fluxos de caixa da FINAME para o exercício apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota explicativa
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	n.º 3
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 9
Provisões trabalhistas e cíveis	n.º 10
Benefícios a empregados	n.º 11

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

14.5. Operações de crédito e repasses interfinanceiros e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e repasses interfinanceiros são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerados a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, e observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito e repasses interfinanceiros vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas por, no mínimo, cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
A provisão para crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

14.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa da FINAME, correspondem a operações compromissadas de curto prazo.

As Aplicações Interfinanceiras de liquidez correspondem a operações compromissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

14.7. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados e contabilizados de acordo com o estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.068/2001 e pela Lei n.º 11.638/2007. Existem três classificações permitidas pelas normas do BACEN: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. A FINAME tem um único tipo de valor mobiliário, ações, que é classificado como disponível para venda.

14.8. Aspectos Tributários

a) Tributos correntes sobre o lucro

Os tributos correntes sobre o lucro (IRPJ e CSLL) representam o montante a pagar ou a recuperar.

b) Tributos diferidos sobre o lucro

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias da FINAME referem-se a provisões não dedutíveis.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, exceto para os créditos fiscais constituídos anteriormente à Resolução CMN n.º 3.059/2002, que são reconhecidos independentemente de possuírem expectativa de realização estimada acima de 10 anos.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os critérios para constituição, manutenção e baixa determinados pela Resolução CMN n.º 3.059/2002.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Em função da majoração da alíquota da CSLL, para as instituições financeiras e equiparadas, a partir de setembro/2015, vigente até dezembro de 2018, a FINAME registrou esse acréscimo nos seus ativos e passivos fiscais diferidos, considerando as diferenças temporárias realizáveis no período de vigência da alíquota majorada.

A demonstração da despesa de IRPJ e CSLL, a origem e previsão de realização dos tributos diferidos, bem como o montante dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota Explicativa nº 9.

14.9. Provisões Trabalhistas e Cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil n.º 25, emitido pelo CPC.

Assessores jurídicos internos e externos avaliam a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável, fase processual, e a possibilidade de ocorrência de perdas para a classificação dos processos em três categorias de risco:

Risco Mínimo – classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas com decisão favorável em primeira ou em segunda instância;

Risco Médio – classificadas nesta categoria as ações com decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado; e

Risco Máximo – classificadas nesta categoria as ações com decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pela FINAME com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
Risco mínimo	Remota	Sem exigência de divulgação e provisionamento
Risco médio	Possível	Divulgação
Risco máximo	Provável	Provisionamento e divulgação

Os ativos contingentes são divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

14.10. Obrigações de benefícios a empregados

14.10.1. Plano de aposentadoria complementar - Plano Básico de Benefícios – PBB

A FINAME oferece aos seus empregados um plano de aposentadoria complementar financiado por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos a um fundo fiduciário. O plano é de benefício definido. Em maio de 2017 foi iniciado o processo de fechamento do Plano a novas adesões.

A Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, instituída em 1975, é uma entidade fechada de previdência complementar. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A gestão e a fiscalização da FAPES são realizadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FAPES, responsável pela política geral de administração da Entidade, seus planos de benefícios, orçamento anual e suas alterações e planos de aplicação do patrimônio. É constituído de seis membros, sendo três indicados pelos patrocinadores e três eleitos pelos participantes ativos e assistidos, conforme estabelece o Estatuto.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Entre os riscos relevantes associados ao plano, tem-se:

- a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 5.531,31 por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano; e
- a possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o plano de benefício, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os patrocinadores a um risco concentrado.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios – PBB é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício.

É prevista a concessão dos seguintes benefícios:

a) complementação de aposentadoria;

b) complementação de pensão;

c) complementação de auxílio-reclusão;

d) complementação de abono anual (13º salário);

e) complementação de auxílio-doença; e

f) pecúlio por morte.

Estrutura Regulatória do plano

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria SPC n.º 2.598, de 06 de novembro de 2008, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **A Resolução MPS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011**, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução;
- **Resolução CGPAR 9, de 10/05/2016**, que estabelece as diretrizes e estratégias relacionadas à atuação de estatais patrocinadoras de planos de benefícios; e
- **Resolução CGPC nº 26/2008, e suas alterações**, que dispõem sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas EFPCs na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-á de forma paritária entre participantes e patrocinador.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente pelo Regime de Capitalização. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 28 de dezembro de 2017, com vencimento em 2035, que correspondeu a 5,44% ao ano.

A Resolução MPS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente por atuários consultores, usando o Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre a FINAME e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do exercício.

14.10.2. Plano de assistência médica – PAS (FAMS)

A FINAME oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

O PAS é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e tem como beneficiários empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do beneficiário titular, direito ao Plano por um período de até 25 meses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2017, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de novembro de 2017 e atualizada até 31 de dezembro de 2017, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O Plano de Assistência e Saúde – PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDES-PAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela FINAME com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS, aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

14.10.3. Benefícios de rescisão

A FINAME reconhece os benefícios de rescisão quando estão comprometidos contratualmente com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

14.10.4. Participação nos lucros

A FINAME reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "Participação dos Empregados no Lucro" na demonstração do resultado). A FINAME registra uma provisão quando está contratualmente obrigada.

O detalhamento desta despesa pode ser encontrado na Nota Explicativa n.º 12.5.

14.11. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros

São valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários). Trata-se da diferença entre o custo de captação em TJLP mais remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final. De acordo com a Portaria nº 950, de 24 de dezembro de 2015 os valores de equalização serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Luiz de Souza Ramos
Arnaldo Barbosa de Lima Junior
Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari
Marcio Leão Coelho
Gleisson Cardoso Rubin
Carlos Buch Pastoriza

CONSELHO FISCAL

Marcos Jorge de Lima
Julio Cesar de Araújo Nogueira
Paula Bicudo de Castro Magalhães
Aline Ribeiro Dantas de Teixeira Soares
Joelma Medeiros Henriques
Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira

DIRETORIA-EXECUTIVA

Paulo Rabello de Castro - Presidente
Carlos Alexandre Jorge da Costa
Carlos Thadeu de Freitas Gomes
Cláudia Pimentel Trindade Prates
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
Marcelo de Siqueira Freitas
Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos
Ricardo Luiz de Souza Ramos

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Vânia Maria da Costa Borgerth - CRC-RJ 064817/O-3

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELATÓRIOS SOCIETÁRIOS

Alexandre Cordeiro de Andrade - CRC-RJ 080694/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao acionista e Diretores da
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ("Agência"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência em 31 de dezembro de 2017, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Agência, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de

(continua)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Agência. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Agência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos existência de incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL – N.º 01/2018

O Conselho Fiscal da Agência Especial de Financiamento Especial – FINAME (CNPJ: 33.660.564/0001-00 e NIRE: 333.0000.4877-4), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 11-A, do Decreto 59.170, de 02/09/66, c/c Art. 163, II, III, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/17 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Independentes KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 02/03/18, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FINAME em 31/12/17, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou e manifestou-se favoravelmente à seguinte proposta de destinação do lucro do exercício, de R$ 1.011.369.876,93 (um bilhão, onze milhões, trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e três centavos), já contemplada nas Demonstrações Financeiras:

a) Reserva Legal: 5%, correspondente ao valor de R$ 50.568.493,85 (cinquenta milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos);

b) Dividendos Mínimos: 25%, após a constituição da Reserva Legal, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R$ 240.200.345,77 (duzentos e quarenta milhões, duzentos mil, trezentos e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos);

c) Dividendos Complementares: 35%, após a constituição da Reserva Legal, a título de dividendos complementares, no montante de R$ 336.280.484,08 (trezentos e trinta e seis milhões, duzentos e oitenta mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oito centavos); e

d) Aumento de Capital: R$ 384.320.553,23 (trezentos e oitenta e quatro milhões, trezentos e vinte mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos), correspondentes ao saldo remanescente do lucro do exercício.

Rio de Janeiro (RJ), 12 de março de 2018

Aline Ribeiro Dantas de Teixeira Soares

Julio Cesar de Araújo Nogueira

Paula Bicudo de Castro Magalhães

SECRETARIA DE GESTÃO

PORTARIA Nº 1.352, DE 9 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre o Comitê Consultivo da Carreira de Infraestrutura.

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEGES nº 2.091, de 1º de março de 2018, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Consultivo da carreira de Analista de Infraestrutura - AIE e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior - EIS, instância de assessoramento do Órgão Supervisor da Carreira em assuntos julgados pertinentes pela Secretaria de Gestão - SEGES/MP.

Art. 2º Compete ao Comitê Consultivo:

I - manifestar-se previamente à publicação de atos normativos pertinentes à carreira;

II - manifestar-se a respeito de estratégias e ações de condução da carreira de infraestrutura promovidas pela SEGES/MP; e

III - auxiliar a SEGES/MP na divulgação de informações relativas às normas e procedimentos submetidos à sua análise.

§ 1º O Comitê Consultivo terá um prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para realizar a análise e apresentar as manifestações formais relativas ao inciso I do caput.

§ 2º Em situações excepcionais, dependendo do teor, dimensão ou urgência da proposta, o prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser menor, mediante solicitação formalmente motivada pelo Órgão Supervisor.

§ 3º A SEGES/MP apresentará ao Comitê Consultivo justificativa formal escrita nos casos de rejeição das alterações propostas pelo colegiado, observado o escopo da matéria analisada.

Art. 3º O Comitê será composto por:

I - 4 (quatro) servidores pertencentes à carreira de Analista de Infraestrutura - AIE ou ao cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior - EIS, indicados pela SEGES/MP;

II - 1 (um) servidor da carreira de infraestrutura, representante da Associação Nacional dos Analistas e Especialistas de Infraestrutura - ANEINFRA; e

III - 1 (um) servidor representante da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

§ 1º O presidente do Comitê Consultivo será designado dentre os membros definidos no inciso I do caput.

§ 2º Os membros do Comitê Consultivo serão designados em ato do Secretário de Gestão.

§ 3º O mandato de cada membro terá duração de dois anos, prorrogáveis por até um ano.

Art. 4º Compete ao presidente do Comitê Consultivo:

I - conduzir as reuniões;

II - estabelecer o cronograma dos trabalhos do colegiado; e

III - proferir voto de qualidade.

Art. 5º As reuniões ordinárias do Comitê Consultivo serão realizadas uma vez a cada trimestre, podendo o seu Presidente ou a SEGES/MP convocar, sempre que necessário, reuniões extraordinárias.

§ 1º Os trabalhos do Comitê Consultivo serão realizados, preferencialmente, na sede da SEGES/MP, em Brasília-DF, em dias e horários fixados pela unidade de gestão da carreira, após consulta aos seus membros, com antecedência mínima de cinco dias úteis.

§ 2º O membro do Comitê Consultivo que não puder comparecer na data designada deverá comunicar a sua ausência previamente à Secretaria de Gestão.

§ 3º A falta injustificada de um membro a mais de uma reunião, consecutiva ou não, implicará na sua substituição pela SEGES/MP.

§ 4º Os trabalhos do Comitê Consultivo serão iniciados com o quórum mínimo de dois terços de seus membros.

§ 5º As decisões ou recomendações do Comitê Consultivo serão definidas por consenso.

§ 6º Na hipótese de que não seja possível o consenso, as decisões serão tomadas por maioria simples.

§ 7º O Presidente do Comitê poderá solicitar a presença do Secretário de Gestão ou de um dos Secretários-Adjuntos, quando o tema a ser discutido for de maior relevância.

§ 8º Anualmente, na primeira reunião trimestral, o Comitê Consultivo e a SEGES/MP definirão uma proposta de agenda comum de trabalho.

Art. 6º A unidade de gestão da carreira de infraestrutura, da Secretaria de Gestão, atuará como secretaria-executiva do Comitê Consultivo da Carreira, competindo-lhe:

I - apresentar as propostas de atos a serem analisados pelo Comitê Consultivo;

II - prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos membros do colegiado;

III - acompanhar as reuniões; e

IV - propiciar apoio para o adequado funcionamento do Comitê.

Parágrafo único. O acompanhamento a que ser refere o inciso III do caput deverá ocorrer com a participação do chefe da unidade de gestão da carreira, ou de seu substituto, e de, pelo menos, um servidor da equipe, que realizará o apoio operacional e o registro das discussões.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALINE RIBEIRO DANTAS DE TEIXEIRA SOARES



Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:
1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.004216/2013-10	200003887	Comercial de Alimentos Flamboyant Ltda - ME	AL
2	46201.004225/2013-01	200003844	Comercial de Alimentos Flamboyant Ltda - ME	AL
3	46201.006515/2013-81	201670135	Maria Suzi Dias Lima Gaia - ME	AL
4	47904.013763/2012-42	24834785	Fixar Industrial Ltda	BA
5	47904.010774/2013-51	201006251	Viacao Cidade Industrial Transportes e Servicos Ltda	BA
6	46208.002869/2014-77	203016742	CGO - Centro Goiano de Oncologia Ltda	GO
7	46208.002870/2014-00	203016777	CGO - Centro Goiano de Oncologia Ltda	GO
8	46208.002871/2014-46	203017757	CGO - Centro Goiano de Oncologia Ltda	GO
9	46208.005706/2014-46	203420233	CGO - Centro Goiano de Oncologia Ltda	GO
10	46311.001458/2014-87	204709326	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	MA
11	46223.004164/2014-04	203436911	Obradeq Construções Ltda	MA
12	46223.004165/2014-41	203437292	Obradeq Construções Ltda	MA
13	46223.006224/2014-15	203972511	Obradeq Construções Ltda	MA
14	46223.006225/2014-60	203971370	Obradeq Construções Ltda	MA
15	46223.006226/2014-12	203971965	Obradeq Construções Ltda	MA
16	46223.006227/2014-59	203971442	Obradeq Construções Ltda	MA
17	46223.006228/2014-01	203971540	Obradeq Construções Ltda	MA
18	46223.006229/2014-48	203972350	Obradeq Construções Ltda	MA
19	46223.006230/2014-72	203972538	Obradeq Construções Ltda	MA
20	46223.006231/2014-17	203972309	Obradeq Construções Ltda	MA
21	46223.006232/2014-61	203972431	Obradeq Construções Ltda	MA
22	46249.002159/2014-61	203989406	Linde Gases Ltda	MG
23	46249.002160/2014-95	203989473	Linde Gases Ltda	MG
24	46249.002161/2014-30	203989368	Linde Gases Ltda	MG
25	46222.012749/2014-08	203276523	Dandolini & Peper Ltda	PA
26	46222.012750/2014-24	203276591	Dandolini & Peper Ltda	PA
27	46222.012751/2014-79	203283881	Dandolini & Peper Ltda	PA
28	46222.012752/2014-13	203286251	Dandolini & Peper Ltda	PA
29	46222.012753/2014-68	203286341	Dandolini & Peper Ltda	PA
30	46222.012754/2014-11	203286375	Dandolini & Peper Ltda	PA
31	46222.012755/2014-57	203291646	Dandolini & Peper Ltda	PA
32	46222.012756/2014-00	203292341	Dandolini & Peper Ltda	PA
33	46222.012757/2014-46	203292782	Dandolini & Peper Ltda	PA
34	46222.004395/2015-09	206457308	FCK Engenharia Ltda - ME	PA
35	46222.004396/2015-45	206457766	FCK Engenharia Ltda - ME	PA
36	46222.008977/2015-56	206801491	Hospital Porto Dias Ltda	PA
37	46222.012960/2015-01	208421858	Joao Paulo Feitosa de Oliveira	PA
38	46222.012962/2015-92	208420827	Joao Paulo Feitosa de Oliveira	PA
39	46222.005294/2015-47	207304769	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
40	46222.005296/2015-36	207304505	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
41	46222.005298/2015-25	207304483	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
42	46222.005300/2015-66	207304424	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
43	46222.005302/2015-55	207304386	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
44	46222.005304/2015-44	207304335	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
45	46222.005584/2015-91	207317682	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
46	46222.005585/2015-35	207317666	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
47	46222.005586/2015-80	207317658	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
48	46222.005587/2015-24	207317674	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
49	46222.005588/2015-79	207317739	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
50	46222.005614/2015-69	207317691	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
51	46222.005771/2015-74	207317747	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
52	46222.005772/2015-19	207317704	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
53	46222.005774/2015-16	207317721	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
54	46222.005775/2015-52	207354529	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
55	46222.005777/2015-41	207354561	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
56	46222.005779/2015-31	207354758	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
57	46222.005781/2015-18	207354073	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
58	46222.005783/2015-07	207353981	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
59	46222.005785/2015-98	207353565	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
60	46222.005787/2015-87	207354499	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
61	46222.005788/2015-21	207354782	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
62	46222.005790/2015-09	207354626	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
63	46222.005792/2015-90	207354502	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
64	46222.005794/2015-89	207354766	Porte Engenharia Ltda. EPP	PA
65	46213.000754/2014-79	202640108	Construtora Executive Eireli - EPP	PE
66	46213.000760/2014-26	202640175	Construtora Executive Eireli - EPP	PE
67	46213.000755/2014-13	202640116	Construtora Executive Eireli - EPP	PE
68	46213.000756/2014-68	202640124	Construtora Executive Eireli - EPP	PE
69	46213.000757/2014-11	202640132	Construtora Executive Eireli - EPP	PE
70	46213.000758/2014-57	202640191	Construtora Executive Eireli - EPP	PE
71	46213.000759/2014-00	202640183	Construtora Executive Eireli - EPP	PE
72	46213.000761/2014-71	202640141	Construtora Executive Eireli - EPP	PE
73	46213.000763/2014-60	202640167	Construtora Executive Eireli - EPP	PE
74	46916.000696/2014-66	205449263	Usina Uniao E Industria S.A	PE
75	46215.469405/2009-91	15295711	Transportes Paranapuan S/A	RJ
76	46274.002378/2015-13	207466335	Alisul Alimentos S.A	RS
77	46274.002379/2015-68	207466262	Alisul Alimentos S.A	RS
78	46274.002380/2015-92	207465525	Alisul Alimentos S.A	RS
79	46274.002381/2015-37	207466203	Alisul Alimentos S.A	RS
80	46274.002382/2015-81	207465673	Alisul Alimentos S.A	RS
81	46274.002383/2015-26	207465916	Alisul Alimentos S.A	RS
82	46274.002384/2015-71	207465762	Alisul Alimentos S.A	RS
83	46274.002385/2015-15	207464529	Alisul Alimentos S.A	RS
84	46274.002386/2015-60	207465126	Alisul Alimentos S.A	RS
85	46274.002493/2015-98	207552487	Alisul Alimentos S.A	RS
86	46274.002494/2015-32	207550697	Alisul Alimentos S.A	RS
87	46274.002495/2015-87	207550760	Alisul Alimentos S.A	RS
88	46275.003233/2015-20	208022881	Cha Prenda do Brasil Industria e Comercio Ltda.	RS
89	46275.003234/2015-74	208025014	Cha Prenda do Brasil Industria e Comercio Ltda.	RS
90	47191.000531/2015-51	207840075	Claci Salete Polese Cozer - Eireli - ME	RS
91	47191.000479/2015-32	207748381	Claci Salete Polese Cozer - Eireli - ME	RS
92	47157.002107/2015-67	208606807	Jasot Ind e Com de Maquinas e Equipamentos Ltda	RS
93	47157.002108/2015-10	208606696	Jasot Ind e Com de Maquinas e Equipamentos Ltda	RS
94	47157.002109/2015-56	208606688	Jasot Ind e Com de Maquinas e Equipamentos Ltda	RS
95	47157.002110/2015-81	208606670	Jasot Ind e Com de Maquinas e Equipamentos Ltda	RS
96	46617.010080/2011-25	23696400	Martins Assessoria e Auditoria Fiscal Ltda	RS
97	46617.010082/2011-14	23696311	Martins Assessoria e Auditoria Fiscal Ltda	RS
98	46272.000024/2016-35	208494375	Pradozem Comercio, Servicos e Transporte Ltda	RS
99	46272.000025/2016-80	208494383	Pradozem Comercio, Servicos e Transporte Ltda	RS
100	46272.000028/2016-13	208494421	Pradozem Comercio, Servicos e Transporte Ltda	RS
101	46271.002376/2015-54	207200297	Renato Cavion & Cia. Ltda.	RS
102	46271.002377/2015-07	207168300	Renato Cavion & Cia. Ltda.	RS
103	46273.001538/2015-17	208013717	Rodrigo Moraes Goncalves - ME	RS
104	46273.001552/2015-11	208014101	Rodrigo Moraes Goncalves - ME	RS
105	46273.001537/2015-72	208013474	Rodrigo Moraes Goncalves - ME	RS
106	46385.000044/2013-96	024713864	BV Financeira S.A. - Crédito Financiamento e Investimento	SP
107	46428.000403/2015-23	207483141	Granfort Comercial Automotivos Ltda	SP
108	46269.003749/2015-53	207568782	Jaragua Equipamentos Industriais Ltda	SP
109	46269.004101/2015-02	207800634	Portaria e Limpeza Sao Geraldo Ltda - EPP	SP
110	46265.001786/2011-33	21769931	Raizen Energia S.A (Nova Denominação de Cosan S.A. Açúcar e Alcool)	SP
111	46265.001787/2011-88	21769940	Raizen Energia S.A (Nova Denominação de Cosan S.A. Açúcar e Alcool)	SP
112	46267.001003/2015-25	206800690	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
113	46267.001004/2015-70	206799551	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
114	46267.001005/2015-14	206794843	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
115	46267.001006/2015-69	206799896	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
116	46267.001007/2015-11	206800266	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
117	46267.001008/2015-58	206799624	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
118	46267.001009/2015-01	206799411	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
119	46267.001011/2015-71	206793227	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
120	46267.001012/2015-16	206793057	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
121	46267.001013/2015-61	206792611	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
122	46267.001014/2015-13	206792425	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
123	46267.001015/2015-50	206792093	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
124	46267.001016/2015-02	206792280	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
125	46267.001017/2015-49	206801114	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
126	46267.001018/2015-93	206800924	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
127	46267.001019/2015-38	206801840	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
128	46267.001020/2015-62	206801521	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
129	46267.001021/2015-15	206801262	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
130	46267.001022/2015-51	206801025	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
131	46267.001277/2015-14	207039313	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
132	46267.001278/2015-69	207038414	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
133	46267.001279/2015-11	207039330	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
134	46267.001280/2015-38	207039348	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
135	46267.001551/2015-55	207433721	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
136	46267.001552/2015-08	207433747	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
137	46267.001553/2015-44	207433763	Supermercado Elias e Moreira Ltda	SP
138	46265.002987/2015-81	207723788	Vale do Parana S/A - Alcool e Acucar	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46218.012764/2011-64	506.539.211	Martins Assessoria e Auditoria Fiscal S/C Ltda.	RS

1.2 Pela improcedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46311.001457/2014-32	204714711	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	MA

1.2 Pela procedência parcial do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47998.006830/2015-13	207966397	Worktec Comércio e Operações Ltda.	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.011752/2016-46	210754567	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	GO
2	46264.002307/2014-59	205147032	NSF - Indústria e Comércio de Equipamentos para Instalações Comerciais Ltda.	SP

2.2 Pela procedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46212.005805/2016-21	209063904	Livraria Cultura S.A.	PR

3- Pele sobrestamento dos processos
3.1 - Não conhecimento do recurso e procedência do auto de infração pois há Decisão Judicial suspendendo a exigibilidade dos débitos fiscal sem trânsito em julgado.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.009168/2014-74	204000289	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
2	47904.009169/2014-19	204000181	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
3	47904.009170/2014-43	204000351	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
4	47904.009171/2014-98	204000432	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
5	47904.009172/2014-32	204000254	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
6	47904.009173/2014-87	204000157	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
7	47904.010016/2014-14	204079331	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
8	47904.010017/2014-69	204079322	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA
9	47904.010019/2014-58	204079349	MRV Engenharia e Participacoes S.A	BA

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 183/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve:

ARQUIVAR o Pedido de Alteração Estatutária 46212.015883/2012-18, de interesse do STR JAGUAPITA - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JAGUAPITA, CNPJ 78.263.860/0001-05, com respaldo no artigo 27, inciso IV da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 182/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve:

ARQUIVAR o processo de Pedido de Registro Sindical 46206.024845/2012-27, de interesse do SINPEDEF - SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO FISICA, INCLUINDO OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FISICA, DANCAS E LUTAS DO DF - SINPEDEF/BRASILIA E ENTORNO NO DF, CNPJ 17.250.828/0001-09, com fundamento no artigo 27, inciso III, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 193/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical n.º 46223.006338/2012-01 (SC13687), CNPJ n.º 15.340.093/0001-70, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Zé Doca e Araguanã, nos termos do art. 27, inciso IV, da Portaria n.º 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no Art. 27 c/c Art. 12, §3º da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR os autos do processo administrativo referente à solicitação de pedido de registro sindical do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46224.002212/2015-92
Entidade	Sindicato do Comércio Varejista de Campina Grande e Região - SINDIVAREJISTA
CNPJ	22.197.108/0001-59
Fundamento	NT 171/2018/CGRS/SRT/MTb

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo na Portaria 326/2013 e tendo em vista o Parecer nº. 00007/2018/CONJUR-MTB/CGU/AGU, sugerindo que a Secretaria de Relações do Trabalho aguardasse a manifestação da Procuradoria-Regional da União- PRU sobre a exequibilidade do julgado protocolado nos autos do processo judicial nº 0011148-64.2015.5.15.0058, procedente da Vara do Trabalho de Bebedouro, Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, resolve SUSPENDER a análise do pedido de alteração estatutária nº 46252.001291/2015-87, do SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEICULOS RODOVIARIOS DE BEBEDOURO, CNPJ nº 50.721.109/0001-96, até que seja realizada nova manifestação da Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho, a respeito da força executória da decisão judicial prolatada nos autos.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 184/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR a impugnação nº 46000.004603/2017-38, com fulcro no art. 18, inciso II da Portaria 326/2013 e REMETER para o procedimento de mediação as seguintes entidades: 1) SISEMA - Sindicato dos Servidores Municipais de Araçatuba, CNPJ 55.753.826/0001-13, Processo de Alteração Estatutária 46265.003702/2013-68; 2) SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MONTE APRAZIVEL, CNPJ 63.893.150/0001-91, Processo 24000.006891/92-31, Impugnação 46000.003785/2017-20; 3) SISEG - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guararapes, CNPJ 55.753.875/0001-56, Processo 46265.003717/2013-26, Impugnação 46000.003905/2017-99; nos termos do art. 20 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, em cumprimento à Decisão Judicial prolatada nos autos do processo n.º 0000595-15.2016.5.10.0008, procedente do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, que determinou a análise e a decisão relativa ao pedido de alteração estatutária do impetrante no prazo 60 (sessenta) dias, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 198/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR as Impugnações n.º 46000.006776/2017-91 e nº 46000.006837/2017-10, apresentadas, respectivamente, pelo SINDIMOV - Sindicato da Indústria do Mobiliário de São Paulo, CNPJ: 47.463.005/0001-14; e pelo SIPATESP - Sind da Ind de Perf e Artigos de Toucador no Est de SP, CNPJ: 62.635.644/0001-03, nos termos do art.18, inciso III, da Portaria 326/2013; e, ainda, REMETER para o procedimento de mediação as seguintes entidades: 1) SINDITÊXTIL - SP - Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral; de Tinturaria, Estamparia e Beneficiamento; de Linhas de Artigos de Cama, Mesa e Banho; de Não-Tecidos e de Fibras Artificiais e Sintéticas do Estado de São Paulo, CNPJ nº. 62.636.253/0001-03, Processo nº 46219.026187/2014-21; 2) SIETEX - SINDICATO DA INDÚS. DE ESPECIALIDADES TEXTEIS DO EST DE SP, CNPJ 62.649.645/0001-07, Processo L001 P085 A1941; nos termos do art. 20 da Portaria 326/2013. Ademais, informa ao SINDITÊXTIL - SP - Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral; de Tinturaria, Estamparia e Beneficiamento; de Linhas de Artigos de Cama, Mesa e Banho; de Não-Tecidos e de Fibras Artificiais e Sintéticas do Estado de São Paulo, CNPJ nº. 62.636.253/0001-03, sobre a necessidade de encaminhar, anexo aos autos do processo nº 46219.026187/2014-21, a retificação do seu estatuto social, registrado em cartório da comarca sede da entidade, constando a exclusão de anotação em sua representação, realizada no DOU, em 13/10/2015, Seção 1, pág. 63, nº 195.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46736.005397/2013-55
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados, do Açúcar e de Torrefação, Moagem e Solúvel de Café e do Fumo dos Municípios de São Paulo (Capital), Mogi das Cruzes, São Roque e Cajamar
CNPJ	62.806.575/0001-53
Abrangência	Intermunicipal
Fundamento	NT 178/2018/CGRS/SRT/MTb

Base Territorial: *São Paulo*: São Paulo (Capital), Mogi das Cruzes, São Roque, Araçariguama, Itapevi, Jandira, Carapicuíba, Osasco, Barueri, Cajamar, Santana de Parnaíba, Santa Isabel, Arujá, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Suzano, Guararema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, Diadema, São Bernardo do Campo, Biritiba-Mirim, Cotia, Embu das Artes, Itapecirica da Serra, Salesópolis e Taboão da Serra.

Categoria Profissional: Trabalhadores das indústrias de Laticínios e Produtos Derivados, do Açúcar e de Torrefação, Moagem e Solúvel de Café e do Fumo. O Sindicato representará todos os trabalhadores: I- das indústrias de laticínios e produtos derivados; II- das indústrias de açúcar refinado e cristal; III- das indústrias de torrefação e moagem de café; IV- das indústrias de café solúvel; V- das empresas de locação de serviços a terceiros, cujos empregados trabalham nas indústrias de laticínios e produtos derivados, do açúcar refinado e cristal, torrefação, moagem e solúvel de café, depósitos, comércio e distribuição dos referidos produtos; VI- depósitos, distribuições e comércio de laticínios e produtos derivados, açúcar refinado e cristal, torrefação, moagem e solúvel de café; VII- os trabalhadores que exercem as funções de promotoras, demonstradoras, repositoras, não comissionistas, operadores em microcomputadores e informáticas que trabalham nas indústrias e comércio de laticínios e produtos derivados, do açúcar refinado e cristal, torrefação, moagem e solúvel de café, sendo que no Município de Cajamar representará somente os trabalhadores na Indústria do Fumo, cigarros, charutos e cigarrilhas e pessoal administrativo das indústrias do fumo, cigarros, charutos e cigarrilhas.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46226.003740/2014-68
Entidade	Sindicato Rural de Abreulândia - TO
CNPJ	07.931.098/0001-40
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Tocantins*: Abreulândia
Categoria Econômica	Empresários, empregadores ou produtor rural pessoa física ou jurídica que empreende atividade econômica rural inclusive de agroindústria no que se refere às atividades primárias, proprietário ou não, mesmo em regime de economia familiar.
Fundamento	NT 174/2018/CGRS/SRT/MTb.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 187/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR as impugnações 46000.015181/2005-92 e 46000.014507/2005-64 nos termos do art. 18, inciso IX c/c Art. 51, da Portaria 326/2013, e deferir o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santa Filomena - PE, CNPJ 02.594.533/0001-74, Processo 46000.014525/2004-65, para representação da Categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Santa Filomena, Estado de Pernambuco, com fundamento no inciso II do art. 25 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, em cumprimento a Decisão Judicial, Processo n.º 0000658-07.2016.5.10.0019, procedente da 22ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em que, por meio do Memorando n.00585/2017/COTRAB/PRU1R/PGU/AGU foi solicitada a análise do pedido de registro e eventuais impugnações, no prazo de 120 dias, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e, na Nota Técnica 195/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR a Impugnação n.º 46000.007325/2017-71, apresentada pelo SIMECLODIF - SINDICATO DOS MOTORISTAS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS, LOGISTICA EM TRANSPORTE E DIFERENCIADOS DE BELO HORIZONTE E REGIAO, CNPJ: 18.134.667/0001-42, nos termos do art. 18, inciso II, da Portaria 326/2013; e, por conseguinte, DEFERIR o Registro Sindical n.º 46211.001410/2015-88 ao Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Transporte de Cargas, Passageiros Urbano, Semi Urbano, Metropolitano, Rodoviário, Intermunicipal, Interestadual, Internacional, Fretamento, Turismo e Escolar da Região Metropolitana de Bhte - MG, CNPJ: 21.996.555/0001-05, para representar a categoria Profissional dos trabalhadores com vinculo empregatício em empresas de transportes rodoviários, do 2º grupo de trabalhadores em transportes rodoviários e anexos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em transportes Terrestres, previsto no quadro de atividades e profissões a que se refere o anexo do artigo 577, da Consolidação das Leis do Trabalho, incluídos no âmbito da representação do Sindicato, nos termos deste artigo, nas empresas de transportes rodoviários, em especial os motoristas, condutores de veículos e demais empregados das empresas de transportes de passageiros urbano, carga seca e líquida, inclusive os empregados que operam com o sistema de bilhetagem eletrônica, na cobrança de tarifas, na compra e venda de cartões inteligentes e eletrônicos, liberação de catracas, operação de validadores e demais atividades da bilhetagem eletrônica, nas empresas de transporte de passageiros semi-urbano, rodoviário, fretamento, turismo, escolares, municipal, intermunicipal, estadual, interestadual, nacional, internacional, metropolitano, inclusive em automóvel de aluguel, taxi, guardadores de automóveis, empregados de agências e estações rodoviárias, inclusive os que fazem prestação de serviços e/ou terceirizados, bem como os motoristas e condutores de veículos urbano e de carga, inclusive como categoria profissional diferenciada, motoristas e condutores de veículos profissionais habilitados nas categorias A, AB, B, C, D e E, e outras categorias que porventura sejam estabelecidas a teor do artigo 143, do Código Brasileiro de Trânsito, bem como os trabalhadores que exercem as seguintes atividades: Cobradores, Agentes de Bordo e/ou Auxiliar de Viagens, Fiscais, Despachantes, Controlador de Trafego, Manobristas, Ajudante/Auxiliar, Lavador, Lubrificador, Borracheiro, Faxineiro, Eletricista, Auxiliar de Escritório, Auxiliar de Departamento de Pessoal, Acertador, Auxiliar de Serviços Gerais, Mecânico, Lanterneiro, Gerentes, Administradores, Subgerentes e Funileiro, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Confins, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano - MG, no estado de Minas Gerais, nos termos do art. 25, inciso II, da Portaria 326/2013. Para fins de Anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), resolve EXCLUIR da representação do STTRBH - Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Belo Horizonte - MG, CNPJ n° 17.437.757/0001-40, Processo L020 P019 A1950, os municípios de Confins, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano - MG, no estado de Minas Gerais, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do Processo n.º0001254-81.2017.5.10.0010, procedente da 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que determinou a conclusão do processamento do pedido de registro sindical do impetrante no prazo de 30 (trinta) dias, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES nº 191/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Municipais de Patrocínio Paulista - SSEPMP, CNPJ 14.870.940/0001-46, Processo 46267.003215/2016-28, para representar a Categoria profissional dos servidores e empregados públicos municipais da prefeitura municipal, da Câmara Municipal, das autarquias municipais e fundações públicas municipais, ativos e inativos, com abrangência municipal e base territorial no município de Patrocínio Paulista, no estado de São Paulo, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria profissional dos servidores e empregados públicos municipais da prefeitura municipal, da Câmara Municipal, das autarquias municipais e fundações públicas municipais, ativos e inativos, com abrangência municipal e base territorial no município de Patrocínio Paulista, no estado de São Paulo; B) SINDCÂMARA - Sindicato dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Interior de São Paulo, CNPJ 08.643.515/0001-11, Processo 46268.000438/2007-32; excluindo o município de Patrocínio Paulista-SP da sua base territorial, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES nº 190/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINDCONAM-AC - Sindicato dos Condutores de Ambulância do Estado do Acre, CNPJ 21.746.203/0001-00, Processo 46200.003399/2015-10, para representar a Categoria Profissional dos Condutores de Ambulância, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Acre - AC, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 13 DE MARÇO DE 2018

Tendo em vista à Decisão prolatada no Processo Judicial 0010132-07.2017.5.03.0069 oriunda da Vara do Trabalho de Ouro Preto - MG do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a Portaria Ministerial n.º 326/2013 e a Nota Técnica n.° 014/2018/CIP/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve restabelecer o curso do Processo Administrativo nº 46.2111.002384/2015-13 de pedido de registro sindical do Sindicato dos trabalhadores na industria de beneficiamento e pesquisas na extração de ferro e metais básicos de São Gonçalo do Rio Abaixo, CNPJ 19.889.882/0001-05.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 179/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve RETIFICAR a publicação do pedido de alteração estatutária (PAE) disposta no DOU de 28/07/2017, n.º 144, seção I, pág. 88, de interesse do STIG-LAGES - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos de Lages e Região, processo n.º 46220.007334/2014-24 (SA02311), CNPJ n.º 78.478.302/0001-67, para que ONDE SE LÊ: "Base Territorial - *Santa Catarina*: Lages" ; LEIA-SE: "Base Territorial: *Santa Catarina*: Bocaína do Sul, Campo Belo do Sul, Campos Novos, Capão Alto, Correia Pinto, Curitibanos, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta do Sul, Ponte Alta do Norte, São Joaquim, São José do Cerrito e Urupema"; abrindo-se o prazo de 30 dias para apresentação de impugnação somente aos novos municípios.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, na Lei 9.784/1999 e na Nota Técnica 185/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ACOLHER PARCIALMENTE as impugnações: 46000.003472/2017-71, 46000.003473/2017-16, 46000.003474/2017-61 e 46000.003475/2017-13; bem como ARQUIVAR as impugnações 46000.003476/2017-50 e 46000.003477/2017-02, nos termos dos incisos IX e VII, do art. 18, da Portaria 326/2013, respectivamente. E, em ato contínuo, REVOGAR o ato publicado no DOU de 19/04/2017, Seção 1, Página 174, n.º 75, referente ao Processo 46204.008516/2013-30 de interesse do Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista e Atacadista, Bens e Serviços do Oeste da Bahia - SINDLOJAS OESTE, CNPJ 18.448.897/0001-86; nos termos dos artigos 53 e 54 da Lei 9.784/1999 e, por conseguinte, RETORNAR ao status de indeferimento do citado processo, publicado no DOU de 07/02/2017, nos termos do NT 2239/2016/CGRS/SRT/MTb.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, dando continuidade ao cumprimento a Decisão Judicial exarada nos autos do Processo n.º 0000954-49.2017.5.10.0001 em trâmite na 1ª Vara do Trabalho de Brasília-DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Portaria 326/2013, na Lei 9.784/1999 e na Nota Técnica 197/2018/CGRS/SRT/MTb, determina a adoção das seguintes medidas, nos autos do Processo 46211.003899/2013-61 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Creches e Entidades de Educação Infantil no Estado de Minas Gerais - SINDICRECHRS/MG, CNPJ 17.976.001/0001-79: REVOGAR o ato publicado no DOU de 17/01/2018, Seção 1, Página 165, n.º 12; (e todos os atos decorrentes) com respaldo nos art. 53 e 54 da Lei 9.784/1999. E, em ato contínuo, ARQUIVAR o referido processo, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, e, em continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo n.º 0000292-56.2016.5.10.0022, em trâmite perante a 22ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 186/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve SUSPENDER o Pedido de Registro Sindical nº 46212.010921/2015-81, de interesse do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviário de Cargas de Astorga e Região, CNPJ 22.822.732/0001-08; nos termos do art. 23, § 9º, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 181/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve SUSPENDER o Pedido de Registro Sindical n.º 46208.003438/2013-47, de interesse do Sindicato do Comércio Varejista de Formosa e Região - SINCOFOR, CNPJ 17.572.674/0001-63, nos termos do art. 23, § 9º, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 177/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve SUSPENDER o processo de pedido de registro n.º 46245.005183/2012-20 (SC14728), CNPJ n.º 16.839.372/0001-46, de interesse do SINDIMA - Sindicato dos Trabalhadores no Instituto Mineiro de Agropecuária (impugnado), nos termos do art. 23, § 9º da Portaria n.º 326/2013 (alterado pela Portaria n.º 1.043, de 04 de setembro de 2017).

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 175/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: SUSPENDER o Pedido de Registro Sindical 46203.005948/2012-18, de interesse do Sindicato dos (as) Trabalhadores (as) em Empresas de Radiodifusão, Cabodifusão, Televisão, Televisão por Assinatura, Televisão a Cabo, Mmds, Distv, Produtoras de Áudio e Vídeo, Produtoras Audiovisual, Rádio Web e TV Web no Estado do Amapá - SINRADAP, CNPJ 16.927.457/0001-86; nos termos do art. 23, § 9º, da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, e na Nota Técnica 196/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ANULAR o ato de publicação do pedido de registro sindical n° 46212.011149/2012-71, de interesse do SINDESPOL - PR - Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado do Paraná, CNPJ: 77.824.167/0001-00, publicado no DOU de 29/11/2016, Seção 1, Página 45, n°. 228, nos termos dos arts. 53 e 54 da Lei 9.784/99; retornando o status de INDEFERIMENTO do Processo de Pedido de Registro Sindical n° 46212.011149/2012-71, nos termos do art. 26, inciso I, da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46223.004239/2015-20
Entidade	SINATESMA - Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem de São Luís - Maranhão
CNPJ	22.415.989/0001-37
Fundamento	NT 173/2018/CGRS/SRT/MTb.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 189/2018/CGRS/SRT/MTb RESOLVE conhecer do Recurso Administrativo 46000.001192/2018-18, interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Serviços de Revenda de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Montes Claros e Regiões - SINTRAPOSTOS SERTÕES (CNPJ 18.874.481/0001-20), para REVOGAR, com respaldo no art. 53 da Lei 9.784/1999 e nas Súmulas 346 e 473 do STF, a NT 88/2018/CGRS/SRT/MTb, veiculada em 26/02/18 no DOU, Seção 1, nº 38, pág. 212 e, por conseguinte, para remeter os autos do Processo 46246.003223/2015-31 à Divisão de Análise de Impugnação - DIAI, visando o prosseguimento regular do aludido pedido de registro.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 176/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: TORNAR SEM EFEITO o ato publicado, primeira publicação (PAE), no Diário Oficial da união (DOU), seção 1, pág. 94 e 95, n.º 210, de 01/11/2017, e INDEFERIMENTO do processo de Alteração Estatutária n.º 46220.003915/2014-97 (SA01970), CNPJ n.º 76.599.810/0001-78, de interesse do Sindicato Intermunicipal dos Empregados Securitários do Estado de Santa Catarina - Sindicato dos Securitários/SC, nos termos dos artigos 53 e 54 da Lei 9.7984/99 e art 26, inciso II e III, da Portaria n.º 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 45, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre cursos de ensino à distância desenvolvidos pelo Ministério do Turismo na Plataforma de Engajamento e Aprendizagem - PEA.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, inciso XIX, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Os cursos de ensino à distância desenvolvidos pelo Ministério do Turismo - MTur com o objetivo de promover a qualificação profissional no turismo serão ofertados para o público interessado, mediante cadastro e acesso à Plataforma de Engajamento e Aprendizagem - PEA, disponível no Portal do Ministério do Turismo, no endereço <www.turismo.gov.br>.

Art. 2º Os representantes legais dos entes federados interessados em promoverem o turismo em seus territórios deverão realizar o cadastro do Estado ou Município no sítio eletrônico do MTur, disponível para o respectivo curso e, em seguida, indicar um servidor efetivo para atuar como gestor na execução do curso.

Art. 3º Os cronogramas com os prazos de execução dos respectivos cursos serão divulgados no sítio eletrônico do MTur.

§ 1º Os alunos cadastrados poderão iniciar o curso logo após a inscrição e deverão observar os prazos estabelecidos no cronograma de cada curso.

§ 2º Os certificados de participação poderão ser emitidos diretamente na Plataforma de Engajamento e Aprendizagem - PEA, após concluídos 100% de cada curso.

Art. 4º Fica revogada a Portaria MTur nº 46, de 04 de abril de 2017, publicada no D.O.U. do dia subsequente, e suas alterações posteriores.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARX BELTRÃO

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 872, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, incisos X, XI e XIII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 181, de 25 de janeiro de 2011, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.006072/2018-33, resolve:

Art. 1º Designar como internacional, o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo/SP (SBSP).

§ 1º A designação se dá por tempo determinado, com vigência até o dia 18 de março de 2018.

§ 2º O período de abertura ao tráfego aéreo internacional será das 10h00h às 20h00h, horário local.

§ 3º As operações internacionais estão restritas aos serviços aéreos privados e aos serviços aéreos públicos não regulares de passageiros.

§ 4º O responsável pela administração do aeroporto, a fim de alcançar e manter a boa qualidade operacional do aeroporto, coordenará as atividades dos órgãos públicos que, por disposição legal, nele devam funcionar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do, resolve:

Nº 644 - Alterar a inscrição do heliponto privado Banco Santander (SP) (código OACI: SDNR) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.171722/2015-88. A inscrição tem validade até 24 de setembro de 2023. Fica revogada a Portaria nº 2.475/SIA, de 23 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2013, Seção 1, Página 3.

Nº 647 - Inscrever o heliponto privado VOCP (SP) (código OACI: SILV) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00058.002491/2018-03. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 728, DE 2 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do processo nº 00065.570340/2017-03, resolve:

Inscrever o heliponto privado Barroco Lopes (RJ) (código OACI: SIBQ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 772, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do processo nº 00065.573149/2017-13, resolve:

Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Campo Alto (MT) (código OACI: SJNU) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 13 de junho de 2022. Fica revogada a Portaria nº 1161/SIA, de 12 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2012, Seção 1, Página 14.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 7 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 790 - Inscrever o heliponto privado All Park Polo Empresarial (GO) (código OACI: SIRP) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00058.004085/2018-77. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 792 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda São Miguel (MT) (código OACI: SSMI) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.569539/2017-81. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos

Nº 795 - Inscrever o heliponto privado ITC Central Park I (CE) (código OACI: SITZ) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00067.501612/2017-05. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 796 - Inscrever o heliponto privado Igarashi 3 (GO) (código OACI: SWIG) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.008350/2018-05. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 839, DE 9 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.010577/2018-11, resolve:

Art. 1º Prorrogar para dia 19 de dezembro de 2020 a validade da Portaria nº 386/SIA, de 5 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2018, Seção 1, página 58.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 833, DE 9 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.541664/2017-26, resolve:

Art. 1º Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2011-12-0IEA-01-02, Revisão 02, emitido em 7 de março de 2018, em favor da sociedade empresária POTÊNCIA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, enviado à interessada em 7 de março de 2018 pelo Ofício nº Ofício nº 703/2018/GTCE/GOAG/SPO-ANAC, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Rua Everardo Santana Vevé, 519, Bairro Paracatuzinho, Paracatu/MG, CEP: 38.600-000

II - Tipo de operador: Aeroagrícola;

III - Tipo de operação: Operações aeroagrícolas comerciais; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 137.

Art. 2º Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto os seguintes documentos estiverem válidos:

I - Autorização para operar, emitida pela Diretoria e publicada no Diário Oficial da União - DOU; e

II - Registro de estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GERÊNCIA-GERAL DE OPERAÇÕES DE TRANSPORTE AÉREO

GERÊNCIA TÉCNICA DE ARTIGOS PERIGOSOS

PORTARIA Nº 832, DE 9 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE ARTIGOS PERIGOSOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.2.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.844/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Seção 175.29 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 175 (RBAC nº 175) e na Instrução Suplementar nº 175-002 (IS nº 175-002), e considerando o que consta do processo nº 00066.526543/2017-44, resolve:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, o funcionamento como entidade de ensino de artigos perigosos da BRAVSEC - SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO EIRELI, CNPJ nº 04.080.421/0005-54, com sede em São Paulo / SP.

Parágrafo único. As categorias homologadas e os instrutores credenciados para ministrar os cursos de artigos perigosos em nome da entidade de ensino estão especificados no respectivo Certificado de Credenciamentos e Homologações de Entidade de Ensino - CHE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO MACEDO RODRIGUES CASCARDO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.975, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.012436/2017-91 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 439ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Rerratificar a Resolução nº 5.968-ANTAQ, de 12 de março de 2018, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Expedir Termo de Autorização em favor da empresa CARGILL AGRÍCOLA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o 60.498.706/0001-57, com sede à Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1.240, 6º ao 9º andar, Vila São Francisco - São Paulo/SP, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de cargas de granel sólido, na navegação interior de percurso longitudinal, na Região Hidrográfica Amazônica, sobre os rios Madeira e Amazonas e nas rotas interestaduais de competência da União, nos termos da norma aprovada pela Resolução nº 1.558-ANTAQ, de 11 de dezembro de 2009, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.529-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Extinguir o Termo de Autorização nº 1.088-ANTAQ, de 19 de novembro de 2014."

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DE SALVADOR-BA

DESPACHO Nº 27, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.007116/2017-10. Fiscalizada: Internacional Serviços Marítimos Ltda., CNPJ nº 16.337.131/0001-07. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), pelo cometimento das infração capituladas nos incisos XV e XVI do art. 32 da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

ALFEU PEDREIRA LUEDY
Chefe

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DESPACHOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Nº 651 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/55852 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, de 08/08/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: CASTELO BORGES VIGILÂNCIA & SEGURANÇA LTDA., CNPJ Nº 03.740.325/0001-07

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.251 UFIR, com fulcro no Parecer nº 38065/2017-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 663 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/28828 - DPF/JFA/MG, de 11/05/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: SHIELD SEGURANÇA - EIRELI, CNPJ Nº 15.252.971/0002-87

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.251 UFIR, com fulcro no Parecer nº 2503/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 664 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/31837 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, de 23/05/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: S/A O ESTADO DE SAO PAULO , CNPJ Nº 61.533.949/0001-41

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 4240/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 693 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/88800 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, de 01/11/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: SEGIL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA. , CNPJ Nº 40.170.029/0001-36

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 1739/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

FERNANDO QUEIROZ SEGOVIA OLIVEIRA
Diretor-Geral

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 945, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/63899 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa MINERAÇÃO TERRA BRANCA, CNPJ nº 02.865.476/0001-10, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 2582/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.093, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/68307 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PLANVIL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.837.257/0001-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2054/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.164, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13225 - DPF/SJK/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SHOPPING PATIO PINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ nº 11.158.171/0001-60 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.198, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7750 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESATE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 18.854.220/0001-48, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 428/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.261, DE 1º DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/8273 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEPTRON VIGILANCIA LTDA., CNPJ nº 08.406.147/0001-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 453/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.300, DE 2 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/14603 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESC FONSECCAS SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 05.408.389/0001-22, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

11 (onze) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.309, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/109031 - DPF/CXS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PETTENATI S A INDUSTRIA TEXTIL, CNPJ nº 88.613.658/0001-10 para atuar no Rio Grande do Sul com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 479/2018 (CNPJ nº 88.613.658/0001-10) e nº 158/2018 (CNPJ nº 88.613.658/0026-78).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.312, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/11812 - DPF/SCS/RS, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMPRESA DE VIGILÂNCIA CINDAPA DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 05.454.403/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 483/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.365, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/102116 - DPF/NIG/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FIRMIANO SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, CNPJ nº 19.907.785/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 510/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.376, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/936 - DPF/NRI/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOOD SECURITY VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 18.244.613/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 358/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.377, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/2258 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KIOMA SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 02.609.148/0001-53, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 363/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.396, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15803 - DPF/SNM/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FORTESAN VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.863.219/0001-29, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.406, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13352 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING PARQUE DOM PEDRO, CNPJ nº 04.895.134/0001-79 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.414, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16091 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO TREPTOW DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 05.142.133/0001-16, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2000 (duas mil) Munições calibre 12
40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38
10000 (dez mil) Gramas de pólvora
40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38
7858 (sete mil e oitocentas e cinquenta e oito) Espoletas calibre .380
3000 (três mil) Estojos calibre .380
4166 (quatro mil e cento e sessenta e seis) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.435, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/8558 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FAMILY INTERNATIONAL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 13.851.758/0001-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 505/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.440, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16336 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa REFUGIO - CENTRO DE TREINAMENTO DE SEGURANÇA FÍSICA E PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 85.262.277/0001-45, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Da empresa cedente CEFAP - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 95.805.818/0001-98:
7 (sete) Revólveres calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.444, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/14782 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SECURITY TRAINING CENTER - CENTRO DE TRIENAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.781.749/0001-37, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38
1000 (um mil) Estojos calibre 38
20000 (vinte mil) Gramas de pólvora
40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38
15000 (quinze mil) Espoletas calibre .380
1000 (um mil) Estojos calibre .380
15000 (quinze mil) Projéteis calibre .380
2500 (duas mil e quinhentas) Buchas calibre 12
60 (sessenta) Quilos de chumbo calibre 12
2500 (duas mil e quinhentas) Espoletas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.446, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/12973 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S/A, CNPJ nº 17.359.233/0001-88 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 531/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.447, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13859 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GOIAS VERDE ALIMENTOS LTDA , CNPJ nº 24.866.741/0001-18, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (um) Revólver calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.449, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16643 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa IBL TRANSPORTES DE VALORES LTDA., CNPJ nº 26.729.300/0001-08, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 57.574.154/0001-04:
11 (onze) Revólveres calibre 38
2 (duas) Espingardas calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
198 (cento e noventa e oito) Munições calibre 38
42 (quarenta e duas) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO DE 5 DE MARÇO DE 2018

Procedimento de Gestão Administrativa 1.00.000.018862/2016-17
Interessado: Cicero Augusto Pujol Correa

A Procuradora-Geral da República, considerando os elementos constantes dos autos do PGEA 1.00.000.018862/2016-17, decide:

Negar provimento ao recurso administrativo interposto pelo Procurador Regional da República Cicero Augusto Pujol Correa, nos termos do art. 11 da Portaria PGR/MPU 92/ 2013.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECISÃO DE 5 DE MARÇO DE 2018

Procedimento de gestão administrativa 1.00.000.003672/2016-97. Interessado (S): Ministério Público Federal

A Procuradora-Geral da República, considerando os elementos constantes do PGEA 1.00.000.003672/2016-97, decide:

Dar provimento ao recurso do servidor Gustavo Ferreira de Souza, para dispensá-lo de ressarcir à Administração o valor de R$ 1.024/75.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

3ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2018

Aos vinte e sete dias de fevereiro de dois mil e dezoito às treze horas e vinte minutos, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Oitava (8a) Sessão Ordinária da 3ª Subcâmara de 5Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, 16º Andar, Edifício CNC, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, em exercício, Procuradora Regional do Trabalho, Júnia Bonfante Raymundo, a Procuradora Regional do Trabalho Márcia Campos Duarte e o Procurador do Trabalho Rodrigo de Lacerda Carelli, suplente convocado. Presente para deliberar os feitos remanescentes o Subprocurador-Geral do Trabalho André Luís Spies. Ausente justificadamente a Dra. Maria Aparecida Gugel. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-000138.2008.16.000/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, INQUIRIDO: TCM - TRANSPORTES COLETIVOS MARANHENSE LTDA - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002032.2009.15.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: PETROBRÁS PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - REFINARIA DE PAULINA (REPLAN), NOTICIANTE: SINDICATO UNIFICADO DOS PETROLEIROS DO ESTADO DE SAO PAULO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PA-PROMO-000013.2011.16.003/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, REQUERIDO: CERÂMICA CIGANA LTDA - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000425.2012.14.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO (artigo 2º, § 6º da Resolução n. 69/2007, do CSMPT), INQUIRIDO: IMMA - INDÚSTRIA METALÚRGICA E MECÂNICA DA AMAZÔNIA LTDA. - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000011.2013.16.002/0 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE-100 - DISQUE DIREITOS HUMANOS DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, INQUIRIDO: LEO DA RUA SANTA LUZIA, N/I - CENTRO - BURITI BRAVO/MA - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000190.2013.17.003/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, INQUIRIDO: WEG LINHARES EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001416.2015.09.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: LUIZ M. PAULISTA & CIA LTDA - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001371.2015.11.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO NO ESTADO DO AMAZONAS, NOTICIANTE: BRUNO VINICIUS BATISTA BASTOS - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-004980.2016.01.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A (FURNAS - SEDE - ESCRITÓRIO CENTRAL), NOTICIANTE: ANÔNIMO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000201.2016.01.004/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: JUÍZO DA 3A VARA DO TRABALHO DE DUQUE DE CAXIAS, INQUIRIDO: VIA VAREJO S/A - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-004211.2016.03.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE ANÔNIMO, INQUIRIDO: PROEVI PROTEÇÃO ESPECIAL DE VIGILÂNCIA LTDA - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001027.2016.07.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: OLIVEIRA, AUGUSTO, MAAZE ADVOGADOS - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento quanto aos temas Nível: 1...03. FRAUDES TRABALHISTAS, Nível: 2.....03.01. FRAUDES PARA DESCARACTERIZAR A RELAÇÃO DE EMPREGO, Nível: 3.....03.01.03. Desvirtuamento da Condição de Sócio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000103.2016.09.004/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: QUALITY BIO - GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA. - ME, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000197.2016.09.009/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S/A, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000104.2016.18.001/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: GELPS ADMINISTRADORA DE HOTÉIS LTDA. - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001475.2016.21.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: JOSÉ ROBERTO MOREIRA DA SILVA, INQUIRIDO: EOLICABRAS S.A. - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000159.2017.01.001/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, TRANSPORTE DE VALORES E SIMILARES DE VOLTA REDONDA E REGIÃO SUL FLUMINENSE, NOTICIANTE: ANÔNIMO - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, devendo a PRT de Origem encaminhar cópia dos autos ao MPE local para os devidos fins, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000830.2017.01.004/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO-PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, INQUIRIDO: RENALDUC - INSTITUTO DE TERAPIA RENAL LTDA, INQUIRIDO: SINDICATO EMP EM ESTAB DE SERV DE SAUDE DE NOVA IGUAÇU - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002154.2017.02.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), INQUIRIDO: ORGANIZAÇÃO LEVIN DO BRASIL LTDA - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004576.2017.02.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), NOTICIADO: COMÉRCIO DE TECIDOS CENTRAL DO PANO LTDA EPP (CENTRAL DO PANO) - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-003194.2017.03.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 2.CONAETE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS -ALEMG, INQUIRIDO: EUSEMIR EUZEBIO - ME, INQUIRIDO: EUSEMIR EUZEBIO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002553.2017.04.000/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: JOB SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - COORDENADORIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES (COORDIGUALDADE) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001975.2017.05.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: RADIO TERRA NOVA FM , NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIOFUSÃO E PUBLICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000190.2017.07.000/4 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, NOTICIANTE: SINDICATO NACIONAL DOS AEROVIÁRIOS - DELEGACIA DE FORTALEZA, INQUIRIDO: BRAVSEC - SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO EIRELI - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000049.2017.09.008/0 - Assunto: 3.CONAFRET, 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: 1ª VARA DO TRABALHO DE PONTA GROSSA, INQUIRIDO: BRF - BRASIL FOODS S/A - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000169.2017.09.010/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: C A PADOVA CONFECÇÕES EIRELI - EPP, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000443.2017.15.003/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: MATHEUS MARFIS, NOTICIADO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

2) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-000012.2014.10.000/8 - Assunto: 3.CONAFRET, 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: UNIÃO - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, NOTICIANTE: SIGILOSO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001741.2016.01.000/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-006387.2017.02.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS, NOTICIADO: BRAVO HELICÓPTEROS ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA ME - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, dar provimento ao recurso e não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo NF-006863.2017.02.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE INSTITUTO ADOLFO LUTZ, NOTICIANTE: VICENTE DE PAULO BARROSO BORGES BICUDO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo NF-007828.2017.02.000/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DR JOÃO AMORIM (ORGANIZAÇÃO SOCIAL M BOI MIRIM PMSP - CEJAM), NOTICIANTE: OFÉLIA SOUZA DO NASCIMENTO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-009071.2017.02.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), NOTICIADO: PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO (ASSISTÊNCIA SOCIAL PAULUS), NOTICIADO: PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO (CCA DE OLHO NO FUTURO), NOTICIADO: PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO (CCA FORMANDO CIDADÃOS), NOTICIADO: PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO (CCA PAULUS) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-009108.2017.02.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), NOTICIADO: CAKORMAN ARQUITETURA LTDA ME, NOTICIADO: SIK ARQUITETURA LTDA EPP - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-009446.2017.02.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA, NOTICIADO: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-009643.2017.02.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: BLOOOMBERG DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (BDB COMÉRCIO / BLOOMBERG BRASIL COMÉRCIO), NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004380.2017.03.000/3 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: ESTADO DE MINAS GERAIS (POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS)..., NOTICIANTE: LILIANE SILVA DE JESUS - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe parcial provimento para deixar de homologar o arquivamento do procedimento e pela sua devolução à Unidade de origem para prosseguimento das investigações apenas quanto à investigação do assédio moral noticiado, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-003077.2017.04.000/5 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO, INVESTIGADO: ESSENZA BELEZA E BEM ESTAR LTDA ME , INVESTIGADO: REFUGIO CENTRO DE BEM ESTAR, INVESTIGADO: MATTOS ESTETICA LTDA - ME , INVESTIGADO: SILVANA GENI BARCELLOS REBELLO NUNES - ME - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003791.2017.04.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: PAULO CEZAR CANABARRO UMPIERRE, NOTICIADO: HDI SEGUROS S A - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001926.2017.05.000/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ALEXSANDRO ANTONIO PEREIRA DE SOUZA E OUTRO, NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM LIMPEZA PÚBLICA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO, JARDINAGEM E CONTROLE DE PRAGAS INTERMUNICIPAL SINDILIMP - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000257.2017.08.001/7 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: SENAI/AP - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL NO ESTADO DO AMAPÁ, NOTICIANTE: SENALBA/AP - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO AMAPÁ - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000345.2017.09.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL CAPIVARI LTDA - EPP , NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000719.2017.10.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: REAL JG SERVIÇOS GERAIS LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002098.2017.15.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A., NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar provimento ao recurso e converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000328.2017.15.002/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: GOSHME SOLUCOES PARA A INTERNET LTDA - ME, NOTICIANTE: *DENUNCIANTE SOB SIGILO* - Relator: Dr. André Luís Spies.

Retirado de pauta a pedido do Relator.

Processo NF-000999.2017.15.002/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SEAAC - SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO E EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO, NOTICIADO: URBAM URBANIZADORA MUNICIPAL - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000384.2017.15.006/8 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE RIBEIRAO PRETO, INQUIRIDO: COMED - CORPO MÉDICO LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000315.2017.24.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: VIAÇÃO SÃO FRANCISCO LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000383.2017.24.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: JBS S/A(UNIDADE:ANASTÁCIO), INVESTIGADO: LDJ INOX LTDA ME - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe parcial provimento para, não homologando a promoção de arquivamento quanto à Investigada JBS S/A, converter o julgamento em diligência, devolvendo o processo à PRT de origem para a continuidade das investigações, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo IC-000305.2014.06.002/5 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE BEZERROS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar o arquivamento do Inquérito Civil e referendar o Declínio de Atribuição parcial, com a determinação para que a PRT de Origem remeta cópia dos autos ao MPE/PE para investigação sobre o desrespeito à lei municipal regente da jornada de trabalho dos motoristas de ambulância, sem prejuízo da possibilidade de retorno do feito ao MPT, se identificada a violação à saúde e à segurança dos servidores, além do desrespeito à disciplina estatutária, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000718.2015.15.006/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MPT - PRT 15ª REGIÃO, INQUIRIDO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRETOS (UNIFEB) - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000394.2016.01.006/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: CLÉLIO CONSTRUÇÃO - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000254.2016.10.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDICATO DOS ODONTOLOGISTAS DO DISTRITO FEDERAL , NOTICIANTE: BRENNER ALVES COPPOLA, NOTICIANTE: GIOVANNA BISSACOT, NOTICIANTE: THABATA DIAS - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000282.2017.09.003/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE GUARACI , NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000068.2017.10.002/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: AUTO POSTO CONFIANÇA LTDA - ME, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar o arquivamento quanto ao tema "06.01. ASSÉDIO MORAL E DISCRIMINAÇÃO A TRABALHADORES", na forma do Enunciado n.14/CCR, e não referendar o declínio de atribuição quanto ao tema "09.14.07. Seguro-desemprego", homologando-o por ausência de repercussão social significativa, nos termos do voto do(a) relator(a).

4) REMESSA NÃO CONHECIDA

Processo IC-000300.2011.05.001/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CASA DE SAÚDE SANTO ANTÔNIO LTDA. - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO, NOTICIANTE: SINTESI - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE DE ITABUNA E REGIÃO - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001339.2014.04.000/0 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: 2ª VARA DO TRABALHO DE ESTEIO, INQUIRIDO: DEONÉSIO PICOLLI - ME (MERCADO SÃO MIGUEL) - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002407.2016.15.000/9 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO - PROMOTORIA DE JUSTICA DO CONSUMIDOR, INQUIRIDO: WORKANA SERVICOS DE INTERNET BRASIL LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001582.2016.18.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MULTIFLORA PLANTAS E JARDINS EIRELI - ME , NOTICIADO: BÁRBARA PRADO CARDOSO, NOTICIADO: WALTER CARDOSO SOBRINHO - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-005217.2017.04.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002730.2017.06.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: FORTALTEC-FORTALEZA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA - ME, NOTICIANTE: ANONIMO - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000261.2017.06.002/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: PROVIDER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.., NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo NF-001322.2017.07.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICIPIO DE PENTECOSTE, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000326.2017.09.007/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: SANTA MARIA CIA DE PAPEL E CELULOSE, NOTICIANTE: ARTUR BITTENCOURT JUNIOR - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000418.2017.11.000/8 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA INTERSINDICAL DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DO AMAZONAS, NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO, RESTAURANTES, RESTAURANTES COLETIVOS, CHURRASCARIAS PIZZARIAS, LANCHONETES, PASTELARIAS, SORVETERIAS, BARES, CASAS DE DRINK'S, CASA DE SHOWS, MÓTEIS, COZINHAS E SIMILARES DO ESTADO DO AMAZONAS - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001428.2017.13.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: DEPYL ACTION, NOTICIANTE: PRT 13ª REGIÃO (PAULO GERMANO COSTA DE ARRUDA) - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001358.2017.16.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: COLÉGIO MONTE SINAI - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000269.2017.16.001/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: COELHO E FERNANDES LTDA - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001186.2017.18.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: GRAN-ELITE SERVICOS LTDA - ME - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001211.2017.18.000/6 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: HIPER MOREIRA AUTO POSTO LTDA - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001291.2017.23.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: POLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIBRA DE VIDROS - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

5) CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA

Processo IC-000767.2016.14.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM RONDÔNIA, INQUIRIDO: TRANSBIRD TRANSPORTES EIRELI - ME - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000078.2016.15.002/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: *DENUNCIANTE SOB SIGILO*, INQUIRIDO: BASF S A (JACAREI) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000873.2016.23.000/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: ATACADÃO S.A., NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000151.2017.12.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO, INQUIRIDO: INSTALADORA PINHO LTDA - EPP - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000123.2017.16.002/0 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COELHO NETO, NOTICIADO: MARIA EVA CRUZ DOS SANTOS E SANDRO - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

6) DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

Processo IC-001305.2016.20.000/2 - Assunto: 3.CONAFRET, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS JORNALISTAS DO ESTADO DE SERGIPE - SINDIJOR, INQUIRIDO: TV Alese (TV Assembléia de Sergipe) - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-005664.2017.01.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA TERCEIRA REGIAO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-009539.2017.02.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE ANÔNIMO), NOTICIADO: MESO SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA EPP - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio,com destaque para a necessidade do Órgão Oficiante, doravante, deixar de propor o arquivamento em casos idênticos e passe a averbar declínio a outro ramo do Ministério Público, com ou sem necessidade de referendo do Órgão Superior nos termos da Resolução CNMP n° 174/2017, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000886.2017.03.001/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MUNICIPIO DE UBERABA (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO) - Relator: Dr. André Luís Spies.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não referendar o declínio de atribuições, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003771.2017.04.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO , NOTICIADO: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Relator: Dr. André Luís Spies.

Retirado de pauta a pedido do Relator.

Processo NF-003996.2017.06.000/0 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIADO: A INVESTIGAR, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, referendar o declínio de atribuições, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000383.2017.09.004/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MTE-GRTE-FOZ DO IGUAÇU, NOTICIADO: TRANS-SCHWIN LTDA. - ME - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio, com destaque para a necessidade do Órgão Oficiante, doravante, deixar de propor o arquivamento em casos idênticos e passe a averbar declínio a outro ramo do Ministério Público, com ou sem necessidade de referendo do Órgão Superior nos termos da Resolução CNMP n° 174/2017, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000325.2017.12.004/1 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: PAULO RAMOS & CIA. LTDA. EPP - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003819.2017.15.000/5 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE LEME, NOTICIANTE: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LEME - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, e determinar a retificação da autuação da presente NF para a inclusão do tema "6.1. ASSÉDIO MORAL E DISCRIMINAÇÃO A TRABALHADORES" e do subtema "6.1.1 Assédio Moral", nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000611.2017.15.007/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE POTIRENDABA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio, com destaque para a necessidade do Órgão Oficiante, doravante, passe a averbar declínio a outro ramo do Ministério Público, com ou sem necessidade de referendo do Órgão Superior, nos termos da Resolução CNMP n° 174/2017, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001650.2017.17.000/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS), NOTICIANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - NÚCLEO DE EXECUÇÃO PENAL - NEPE - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001461.2017.23.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: OBSERVATÓRIO N BAR LTDA - ME - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio, com destaque para a necessidade do Órgão Oficiante, doravante, deixar de propor o arquivamento em casos idênticos e passe a averbar declínio a outro ramo do Ministério Público, com ou sem necessidade de referendo do Órgão Superior nos termos da Resolução CNMP n° 174/2017, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001473.2017.23.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL/MT, NOTICIANTE: DANIEL WANDERSON FERREIRA BEZERRA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000557.2018.02.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: EVALDO LAGE DE COUTO, NOTICIANTE: MM JUÍZA DA 31ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio, e com destaque para a necessidade do Órgão Oficiante, doravante, deixar de propor o arquivamento em casos idênticos e passe a averbar declínio a outro ramo do Ministério Público, com ou sem necessidade de referendo do Órgão Superior nos termos da Resolução CNMP n° 174/2017, nos termos do voto do(a) relator(a).

Também foi deliberado, por unanimidade, referendar o declínio de atribuição dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - NF-005451.2017.01.000/3, PP-000773.2017.01.006/9, NF-000010.2018.01.002/1 - PRT 2ª Região-SP - NF-000852.2017.02.002/4, NF-001047.2017.02.002/5, NF-000649.2017.02.003/6, NF-000688.2018.02.000/9, NF-000019.2018.02.001/8, NF-000010.2018.02.003/6 - PRT 3ª Região-MG - IC-002200.2017.03.000/9, NF-004527.2017.03.000/8, IC-000169.2017.03.004/2, PP-000394.2017.03.006/0, NF-000615.2017.03.007/4, NF-000676.2017.03.007/4 - PRT 4ª Região-RS - PP-003566.2017.04.000/0, NF-000042.2018.04.001/2, NF-000021.2018.04.007/4 - PRT 5ª Região-BA - IC-001292.2016.05.000/9, NF-002118.2017.05.000/3, NF-003532.2017.05.000/0, NF-000248.2017.05.001/0, IC-000064.2017.05.007/8, NF-000214.2017.05.007/9, NF-000015.2018.05.005/4 - PRT 6ª Região-PE - PP-001533.2017.06.000/0, NF-003940.2017.06.000/6, NF-003980.2017.06.000/1, PP-000258.2017.06.001/0, NF-000670.2017.06.002/7 - PRT 7ª Região-CE - IC-000099.2014.07.002/4 - PRT 8ª Região-PA - NF-001752.2017.08.000/4, IC-000092.2017.08.002/8, NF-000158.2018.08.000/7, NF-000217.2018.08.000/0 - PRT 9ª Região-PR - NF-003160.2017.09.000/3, PP-003782.2017.09.000/0 - PRT 10ª Região-DF - NF-002988.2017.10.000/2, PP-000161.2017.10.001/2, NF-000310.2017.10.001/6, NF-000360.2017.10.001/2 - PRT 11ª Região-AM - IC-000054.2011.11.001/7 - PRT 12ª Região-SC - IC-000303.2017.12.000/1 - PRT 13ª Região-PB - NF-000113.2017.13.002/0 - PRT 16ª Região-MA - NF-000753.2017.16.000/4, NF-001337.2017.16.000/2 - PRT 17ª Região-ES - NF-001520.2017.17.000/0, NF-001583.2017.17.000/5, NF-001657.2017.17.000/5, NF-000003.2018.17.000/4, NF-000007.2018.17.000/7 - PRT 18ª Região-GO - NF-001203.2017.18.000/0, NF-002205.2017.18.000/0 - PRT 19ª Região-AL - NF-001890.2017.19.000/3 - PRT 20ª Região-SE - NF-001971.2017.20.000/0 - PRT 21ª Região-RN - IC-001235.2017.21.000/4, NF-001914.2017.21.000/7 - PRT 22ª Região-PI - NF-000156.2017.22.001/0 - PRT 23ª Região-MT - NF-000656.2017.23.000/4, NF-001529.2017.23.000/8.

7) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-001942.2004.01.001/6, IC-000021.2008.01.000/9, IC-004189.2009.01.000/7, IC-001561.2009.01.006/4, IC-002929.2010.01.000/7, IC-000018.2010.01.003/2, IC-000041.2010.01.007/3, IC-000426.2011.01.000/5, IC-000656.2011.01.000/3, IC-000176.2011.01.007/3, IC-000352.2012.01.000/6, IC-002529.2012.01.000/1, IC-003735.2012.01.000/9, IC-004479.2012.01.000/2, IC-004647.2012.01.000/7, IC-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

004815.2012.01.000/1, IC-004829.2012.01.000/0, IC-
000573.2012.01.004/7, IC-000110.2013.01.000/0, IC-
001282.2013.01.000/3, IC-001623.2013.01.000/0, IC-
002820.2013.01.000/6, IC-003997.2013.01.000/4, IC-
000572.2013.01.006/5, IC-000047.2013.01.007/8, IC-
000417.2014.01.000/2, IC-001804.2014.01.000/9, IC-
002024.2014.01.000/1, IC-003037.2014.01.000/2, IC-
003550.2014.01.000/3, IC-003848.2014.01.000/2, IC-
003965.2014.01.000/6, IC-004197.2014.01.000/6, IC-
004358.2014.01.000/0, IC-000150.2014.01.001/3, IC-
000554.2014.01.001/1, IC-000263.2014.01.004/0, IC-
000020.2015.01.000/5, IC-000176.2015.01.000/8, IC-
000805.2015.01.000/8, IC-001115.2015.01.000/1, IC-
001580.2015.01.000/8, IC-001737.2015.01.000/9, IC-
002206.2015.01.000/6, IC-002596.2015.01.000/5, IC-
002643.2015.01.000/4, IC-003289.2015.01.000/1, IC-
003298.2015.01.000/2, IC-003881.2015.01.000/1, IC-
004202.2015.01.000/0, IC-004627.2015.01.000/0, IC-
004869.2015.01.000/0, IC-005345.2015.01.000/8, IC-
005442.2015.01.000/9, IC-000113.2015.01.004/9, IC-
001006.2015.01.004/6, IC-000164.2015.01.006/3, IC-
000238.2015.01.007/6, IC-000331.2016.01.000/6, IC-
000377.2016.01.000/3, IC-000513.2016.01.000/0, IC-
000677.2016.01.000/8, IC-001148.2016.01.000/9, IC-
001565.2016.01.000/4, IC-001994.2016.01.000/7, PP-
002026.2016.01.000/6, IC-002041.2016.01.000/1, IC-
002568.2016.01.000/9, IC-002915.2016.01.000/0, IC-
002990.2016.01.000/3, IC-003054.2016.01.000/2, IC-
003388.2016.01.000/5, IC-003415.2016.01.000/1, IC-
003599.2016.01.000/1, IC-003845.2016.01.000/0, IC-
003880.2016.01.000/8, IC-003961.2016.01.000/8, IC-
004120.2016.01.000/7, PP-004733.2016.01.000/3, PP-
004735.2016.01.000/4, IC-004808.2016.01.000/9, IC-
004996.2016.01.000/2, IC-005165.2016.01.000/8, IC-
005270.2016.01.000/4, IC-005489.2016.01.000/4, IC-
005557.2016.01.000/1, IC-006224.2016.01.000/2, IC-
006354.2016.01.000/9, IC-000021.2016.01.001/8, IC-
000110.2016.01.001/0, IC-000465.2016.01.001/2, IC-
000309.2016.01.003/8, IC-000104.2016.01.004/0, IC-
000211.2016.01.004/7, IC-000935.2016.01.004/4, IC-
001078.2016.01.004/3, IC-000037.2016.01.005/7, IC-
000234.2016.01.005/1, IC-000507.2016.01.005/3, IC-
000514.2016.01.005/1, IC-000604.2016.01.005/2, IC-
000256.2016.01.006/0, IC-000129.2016.01.007/0, IC-
000393.2017.01.000/5, IC-000587.2017.01.000/0, IC-
001256.2017.01.000/3, NF-001552.2017.01.000/3, NF-
002009.2017.01.000/1, IC-002073.2017.01.000/3, IC-
002366.2017.01.000/5, IC-002559.2017.01.000/0, IC-
002620.2017.01.000/9, IC-002967.2017.01.000/4, IC-
003005.2017.01.000/8, NF-003409.2017.01.000/9, NF-
003418.2017.01.000/0, IC-003755.2017.01.000/0, NF-
004823.2017.01.000/6, IC-004959.2017.01.000/5, IC-
005013.2017.01.000/0, IC-005033.2017.01.000/2, NF-
005180.2017.01.000/5, PP-005348.2017.01.000/8, NF-
005965.2017.01.000/8, NF-006471.2017.01.000/4, NF-
007028.2017.01.000/0, IC-000112.2017.01.001/5, IC-
000137.2017.01.001/8, IC-000224.2017.01.001/3, IC-
000286.2017.01.001/0, IC-000311.2017.01.001/5, IC-
000012.2017.01.004/6, IC-000085.2017.01.004/5, IC-
000267.2017.01.004/4, IC-000363.2017.01.004/7, IC-
000046.2017.01.005/1, IC-000286.2017.01.005/3, NF-
000463.2017.01.005/6, IC-000525.2017.01.005/8, IC-
000644.2017.01.005/4, IC-000463.2017.01.006/7, PP-
000680.2017.01.006/9, PP-000709.2017.01.006/6 - PRT 2ª Região-SP - IC-000771.2010.02.000/3, IC-000414.2012.02.000/0, IC-
000455.2012.02.000/5, IC-000314.2012.02.003/4, IC-
003296.2013.02.000/9, IC-001667.2014.02.000/0, IC-
002724.2014.02.000/3, IC-003926.2014.02.000/7, IC-
005045.2014.02.000/5, IC-000312.2014.02.002/6, IC-
000037.2014.02.004/0, IC-000220.2015.02.000/3, IC-
000257.2015.02.000/0, IC-003164.2015.02.000/5, IC-
006176.2015.02.000/7, IC-006504.2015.02.000/0, IC-
006507.2015.02.000/7, IC-006823.2015.02.000/0, IC-
008517.2015.02.000/0, IC-009416.2015.02.000/5, IC-
009607.2015.02.000/9, IC-001234.2016.02.000/9, IC-
002038.2016.02.000/4, IC-002166.2016.02.000/0, IC-
002526.2016.02.000/3, IC-005372.2016.02.000/3, IC-
006799.2016.02.000/1, IC-007881.2016.02.000/7, IC-
008450.2016.02.000/1, IC-000463.2016.02.005/7, IC-
000542.2016.02.005/2, IC-000138.2017.02.000/9, IC-
000180.2017.02.000/4, IC-000222.2017.02.000/1, IC-
000692.2017.02.000/5, IC-001085.2017.02.000/3, IC-
001133.2017.02.000/8, IC-001146.2017.02.000/0, IC-
002112.2017.02.000/8, IC-002739.2017.02.000/2, IC-
003081.2017.02.000/8, IC-003212.2017.02.000/3, IC-
003497.2017.02.000/6, IC-003717.2017.02.000/7, PP-
003996.2017.02.000/7, IC-004020.2017.02.000/2, IC-
004105.2017.02.000/4, PP-004873.2017.02.000/9, PP-
005337.2017.02.000/7, PP-005902.2017.02.000/4, PP-
006181.2017.02.000/0, PP-006396.2017.02.000/8, PP-
006465.2017.02.000/0, NF-006545.2017.02.000/5, IC-
006786.2017.02.000/0, PP-006818.2017.02.000/4, PP-
006957.2017.02.000/1, NF-007029.2017.02.000/6, NF-
007089.2017.02.000/4, PP-007227.2017.02.000/0, IC-
007339.2017.02.000/4, PP-007709.2017.02.000/4, NF-
008372.2017.02.000/0, IC-008461.2017.02.000/5, NF-
009013.2017.02.000/3, NF-009294.2017.02.000/4, NF-
009356.2017.02.000/7, NF-009637.2017.02.000/1, IC-
000124.2017.02.001/7, IC-000150.2017.02.001/3, PP-
000645.2017.02.001/9, IC-000652.2017.02.001/7, IC-
000984.2017.02.001/6, IC-000141.2017.02.002/3, NF-
000697.2017.02.002/9, NF-000749.2017.02.002/3, NF-
000764.2017.02.002/6, NF-000780.2017.02.002/5, NF-
000807.2017.02.002/0, NF-000809.2017.02.002/2, NF-
000822.2017.02.002/2, NF-000835.2017.02.002/9, NF-
000841.2017.02.002/0, NF-000887.2017.02.002/8, NF-
001009.2017.02.002/0, NF-001045.2017.02.002/4, NF-
001138.2017.02.002/1, NF-001173.2017.02.002/0, PP-
000355.2017.02.003/3, PP-000509.2017.02.003/9, PP-
000621.2017.02.003/0, NF-000151.2017.02.004/2, IC-
000131.2017.02.005/9, IC-000293.2017.02.005/3, NF-
000200.2018.02.000/7, NF-000274.2018.02.000/3 - PRT 3ª Região-MG - IC-000073.2008.03.002/3, IC-000101.2010.03.005/0, IC-
000146.2011.03.001/0, IC-000266.2011.03.002/3, IC-
000060.2011.03.004/6, IC-000069.2011.03.010/6, IC-
000047.2012.03.005/6, IC-000626.2013.03.002/2, IC-
000155.2013.03.004/9, IC-003491.2014.03.000/9, IC-
000768.2014.03.001/4, IC-000132.2014.03.005/9, IC-
000396.2014.03.007/6, IC-000152.2014.03.008/6, IC-
000286.2014.03.010/5, IC-001913.2015.03.000/0, IC-
002283.2015.03.000/2, IC-003936.2015.03.000/6, IC-
000791.2015.03.002/8, IC-000068.2015.03.004/9, IC-
000398.2015.03.010/6, IC-000453.2016.03.000/5, IC-
002683.2016.03.000/3, IC-003722.2016.03.000/5, IC-
004490.2016.03.000/5, IC-000688.2016.03.001/6, IC-
000047.2016.03.004/9, IC-000117.2016.03.004/0, IC-
000237.2016.03.004/3, IC-000296.2016.03.004/0, IC-
000141.2016.03.006/6, IC-000409.2016.03.006/2, IC-
000412.2016.03.006/5, IC-000341.2016.03.007/3, IC-
000347.2016.03.007/1, NF-001453.2017.03.000/3, IC-
002008.2017.03.000/8, NF-002458.2017.03.000/9, IC-
002731.2017.03.000/0, IC-002755.2017.03.000/4, IC-
002779.2017.03.000/9, PP-002872.2017.03.000/8, NF-
003060.2017.03.000/0, NF-003276.2017.03.000/4, PP-
003910.2017.03.000/4, NF-004257.2017.03.000/5, NF-
004978.2017.03.000/4, IC-000336.2017.03.001/5, IC-
000385.2017.03.001/5, IC-000392.2017.03.001/3, IC-
000424.2017.03.001/3, IC-000527.2017.03.001/0, IC-
000455.2017.03.002/2, IC-000461.2017.03.002/4, IC-
000544.2017.03.002/7, PP-000814.2017.03.002/0, IC-
000036.2017.03.004/7, IC-000040.2017.03.004/1, IC-
000153.2017.03.004/7, PP-000154.2017.03.004/3, IC-
000184.2017.03.005/6, NF-000419.2017.03.005/1, IC-
000225.2017.03.006/8, IC-000318.2017.03.006/8, NF-
000496.2017.03.007/2, NF-000499.2017.03.007/1, NF-
000502.2017.03.007/0, NF-000587.2017.03.007/0, IC-
000244.2017.03.009/9, IC-000391.2017.03.010/7 - PRT 4ª Região-RS - IC-000740.2006.04.000/1, PP-000375.2010.04.000/0, IC-
000223.2010.04.007/9, IC-000373.2011.04.006/5, IC-
001876.2012.04.000/3, IC-001558.2013.04.000/1, IC-
002351.2013.04.000/7, IC-000174.2013.04.001/6, IC-
000163.2013.04.006/7, IC-001978.2014.04.000/4, IC-
002060.2014.04.000/7, IC-003316.2014.04.000/8, IC-
000344.2014.04.001/5, IC-000056.2014.04.004/5, IC-
000472.2014.04.006/5, IC-000492.2014.04.006/0, IC-
000600.2014.04.006/8, IC-000643.2014.04.006/6, IC-
000016.2014.04.007/8, IC-000127.2015.04.000/0, IC-
001839.2015.04.000/9, IC-002009.2015.04.000/0, IC-
002239.2015.04.000/3, IC-002281.2015.04.000/1, IC-
002859.2015.04.000/0, IC-003071.2015.04.000/9, IC-
003219.2015.04.000/0, IC-003225.2015.04.000/3, IC-
003400.2015.04.000/9, IC-000157.2015.04.003/8, IC-
000239.2015.04.004/5, IC-000104.2015.04.005/8, IC-
000242.2015.04.006/9, IC-000284.2015.04.006/1, IC-
000438.2015.04.006/6, IC-000578.2015.04.006/4, IC-
000670.2015.04.006/1, IC-000692.2015.04.006/9, IC-
000379.2015.04.008/0, IC-000395.2015.04.008/0, IC-
000493.2015.04.008/5, IC-000430.2016.04.000/3, IC-
000655.2016.04.000/6, IC-001899.2016.04.000/9, PP-
002543.2016.04.000/0, IC-002850.2016.04.000/2, IC-
002880.2016.04.000/2, IC-003141.2016.04.000/9, IC-
003345.2016.04.000/5, IC-003400.2016.04.000/0, IC-
003451.2016.04.000/7, IC-003829.2016.04.000/0, IC-
003961.2016.04.000/0, IC-004105.2016.04.000/4, IC-
004155.2016.04.000/6, IC-004685.2016.04.000/0, IC-
005010.2016.04.000/3, IC-000207.2016.04.001/2, IC-
000133.2016.04.002/0, IC-000012.2016.04.005/4, IC-
000151.2016.04.006/4, IC-000213.2016.04.006/7, IC-
000516.2016.04.006/0, IC-000751.2016.04.006/4, IC-
000764.2016.04.006/0, IC-000358.2016.04.007/4, IC-
000103.2016.04.008/3, IC-000455.2016.04.008/1, IC-
000013.2017.04.000/4, IC-000021.2017.04.000/8, IC-
000204.2017.04.000/3, IC-000358.2017.04.000/0, IC-
000543.2017.04.000/7, IC-000612.2017.04.000/7, PP-
000614.2017.04.000/3, IC-000650.2017.04.000/3, IC-
000682.2017.04.000/8, NF-000806.2017.04.000/1, IC-
000907.2017.04.000/0, IC-001049.2017.04.000/0, IC-
001073.2017.04.000/7, PP-001100.2017.04.000/3, IC-
001291.2017.04.000/3, NF-001583.2017.04.000/0, IC-
001694.2017.04.000/9, IC-001774.2017.04.000/3, IC-
001837.2017.04.000/1, PP-002065.2017.04.000/0, PP-
002132.2017.04.000/1, IC-002238.2017.04.000/2, IC-
002358.2017.04.000/1, IC-002385.2017.04.000/4, NF-
002413.2017.04.000/6, PP-002450.2017.04.000/5, IC-
002458.2017.04.000/9, IC-002492.2017.04.000/2, NF-
002663.2017.04.000/2, IC-002747.2017.04.000/9, IC-
002754.2017.04.000/9, IC-002824.2017.04.000/7, NF-
003125.2017.04.000/0, IC-003267.2017.04.000/3, PP-
003326.2017.04.000/0, PP-003445.2017.04.000/5, PP-
003448.2017.04.000/1, IC-003502.2017.04.000/0, NF-
003509.2017.04.000/8, IC-003606.2017.04.000/9, PP-
003663.2017.04.000/0, PP-003693.2017.04.000/0, NF-
003701.2017.04.000/0, IC-003828.2017.04.000/8, PP-
003887.2017.04.000/0, NF-003891.2017.04.000/3, NF-
003924.2017.04.000/2, NF-003994.2017.04.000/7, NF-
004083.2017.04.000/9, NF-004151.2017.04.000/5, NF-
004156.2017.04.000/2, NF-004279.2017.04.000/9, NF-
004294.2017.04.000/4, PP-004333.2017.04.000/8, NF-
004559.2017.04.000/8, NF-004614.2017.04.000/2, NF-
004723.2017.04.000/1, NF-004792.2017.04.000/0, NF-
004819.2017.04.000/5, NF-004935.2017.04.000/3, NF-
004937.2017.04.000/4, IC-000189.2017.04.001/0, NF-
000240.2017.04.001/8, IC-000197.2017.04.002/2, IC-
000209.2017.04.002/8, PP-000236.2017.04.002/0, PP-
000357.2017.04.002/0, IC-000028.2017.04.004/6, IC-
000103.2017.04.004/2, IC-000184.2017.04.004/7, PP-
000266.2017.04.004/3, IC-000271.2017.04.006/0, IC-
000537.2017.04.006/4, IC-000556.2017.04.006/2, IC-
000242.2017.04.007/3, IC-000300.2017.04.007/2, PP-
000354.2017.04.007/1, PP-000371.2017.04.007/7, IC-
000458.2017.04.007/5, IC-000056.2017.04.008/2, IC-
000115.2017.04.008/0, IC-000149.2017.04.008/8, IC-
000224.2017.04.008/0, IC-000259.2017.04.008/3 - PRT 5ª Região-BA - IC-000204.2011.05.005/3, IC-002079.2012.05.000/0, IC-
002394.2012.05.000/8, IC-000205.2012.05.004/1, IC-
000280.2012.05.004/8, IC-001878.2013.05.000/7, IC-
000658.2013.05.006/4, IC-000462.2014.05.000/4, IC-
001463.2014.05.000/6, IC-002058.2014.05.000/6, IC-
000164.2014.05.006/8, IC-000438.2014.05.006/6, IC-
000594.2015.05.000/0, IC-000667.2015.05.000/5, IC-
001107.2015.05.000/0, IC-001995.2015.05.000/4, IC-
002909.2015.05.000/7, IC-000053.2015.05.002/6, IC-
000025.2015.05.004/0, IC-000043.2015.05.004/1, IC-
000245.2015.05.004/4, IC-000361.2015.05.004/6, IC-
000189.2015.05.006/7, IC-000421.2015.05.006/7, IC-
001891.2016.05.000/7, IC-002429.2016.05.000/5, IC-
002585.2016.05.000/9, IC-002630.2016.05.000/7, IC-
002683.2016.05.000/5, IC-002925.2016.05.000/0, IC-
003080.2016.05.000/3, IC-000296.2016.05.001/1, IC-
000042.2016.05.002/4, IC-000162.2016.05.002/7, IC-
000209.2016.05.002/6, IC-000179.2016.05.004/0, IC-
000607.2016.05.006/0, IC-000026.2017.05.000/7, IC-
000150.2017.05.000/8, IC-000185.2017.05.000/1, PP-
000415.2017.05.000/5, IC-000557.2017.05.000/5, IC-
000956.2017.05.000/1, NF-001134.2017.05.000/6, IC-
001207.2017.05.000/0, IC-001271.2017.05.000/2, IC-
001343.2017.05.000/1, IC-001569.2017.05.000/1, IC-
001763.2017.05.000/3, IC-001773.2017.05.000/0, IC-
001839.2017.05.000/4, NF-001846.2017.05.000/4, IC-
001923.2017.05.000/2, IC-001930.2017.05.000/2, IC-
002006.2017.05.000/9, IC-002124.2017.05.000/8, IC-
002141.2017.05.000/4, NF-002207.2017.05.000/9, IC-
002266.2017.05.000/1, PP-002334.2017.05.000/9, NF-
002401.2017.05.000/0, NF-002592.2017.05.000/0, IC-
002700.2017.05.000/7, NF-002940.2017.05.000/7, IC-
003051.2017.05.000/1, NF-003230.2017.05.000/8, NF-
003249.2017.05.000/3, NF-003262.2017.05.000/8, NF-
003268.2017.05.000/0, NF-003289.2017.05.000/9, NF-
003322.2017.05.000/0, NF-003445.2017.05.000/6, NF-
003515.2017.05.000/4, NF-003528.2017.05.000/7, NF-
003590.2017.05.000/8, IC-000103.2017.05.002/2, IC-
000144.2017.05.002/8, IC-000173.2017.05.002/3, NF-
000244.2017.05.002/6, IC-000027.2017.05.005/3, NF-
000289.2017.05.005/0, IC-000437.2017.05.006/8, IC-
000462.2017.05.006/8, IC-000072.2017.05.007/1, PP-
000209.2017.05.007/3 - PRT 6ª Região-PE - IC-
002479.2014.06.000/4, IC-000103.2015.06.000/7, IC-
001397.2015.06.000/2, IC-000227.2015.06.001/6, IC-
000510.2016.06.000/0, IC-001055.2016.06.000/6, IC-
001259.2016.06.000/2, IC-001620.2016.06.000/3, IC-
002819.2016.06.000/9, PP-000021.2017.06.000/3, IC-
000356.2017.06.000/4, PP-000370.2017.06.000/0, IC-
000703.2017.06.000/1, IC-001372.2017.06.000/6, IC-
001410.2017.06.000/4, IC-001595.2017.06.000/0, IC-
001845.2017.06.000/0, IC-001905.2017.06.000/1, IC-
002180.2017.06.000/5, IC-002220.2017.06.000/4, IC-
002652.2017.06.000/3, IC-003274.2017.06.000/6, NF-
003365.2017.06.000/2, IC-003377.2017.06.000/0, IC-
000018.2017.06.001/8, NF-000036.2017.06.001/0, IC-
000186.2017.06.001/0, PP-000383.2017.06.002/9, IC-
000437.2017.06.002/6, PP-000441.2017.06.002/5, IC-
000463.2017.06.002/2, NF-000526.2017.06.002/0, NF-
000543.2017.06.002/6, NF-000620.2017.06.002/0, IC-
000682.2017.06.002/7, NF-000743.2017.06.002/2, NF-
000748.2017.06.002/4 - PRT 7ª Região-CE - IC-
000213.2013.07.002/0, IC-001231.2014.07.000/4, IC-
001291.2014.07.000/1, IC-000521.2015.07.000/3, IC-
001243.2015.07.000/3, IC-001737.2015.07.000/5, IC-
000246.2016.07.000/1, IC-000548.2016.07.000/9, IC-
000563.2016.07.000/1, IC-000754.2016.07.000/7, IC-
001342.2016.07.000/7, IC-001460.2016.07.000/6, PP-
002239.2016.07.000/0, IC-000067.2016.07.001/3, IC-
000342.2016.07.001/2, IC-000369.2016.07.001/1, IC-
000559.2017.07.000/5, IC-001016.2017.07.000/0, PP-
001265.2017.07.000/0, IC-001404.2017.07.000/1, PP-
001496.2017.07.000/0, PP-002070.2017.07.000/3, PP-
002242.2017.07.000/0, PP-002378.2017.07.000/9, PP-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

002498.2017.07.000/9, IC-000085.2017.07.001/9, IC-000100.2017.07.001/7, PP-000191.2017.07.001/8, PP-000200.2017.07.001/5, PP-000214.2017.07.001/7, PP-000218.2017.07.001/3, NF-000319.2017.07.001/8 - PRT 8ª Região-PA - IC-000104.2010.08.002/0, IC-000354.2012.08.003/9, IC-000333.2014.08.000/9, IC-000572.2014.08.000/5, IC-000887.2014.08.000/1, IC-000925.2014.08.000/0, IC-001182.2014.08.000/4, IC-000092.2014.08.001/6, IC-000328.2014.08.003/3, IC-000145.2015.08.003/0, IC-000157.2015.08.003/0, IC-000033.2016.08.000/0, IC-000317.2016.08.000/2, IC-000578.2016.08.000/1, IC-000633.2016.08.000/6, IC-000718.2016.08.000/1, IC-000887.2016.08.000/4, IC-001204.2016.08.000/5, IC-001232.2016.08.000/3, IC-001764.2016.08.000/0, IC-001803.2016.08.000/3, IC-000410.2016.08.002/8, IC-000015.2017.08.000/0, IC-000553.2017.08.000/5, IC-000565.2017.08.000/5, PP-000581.2017.08.000/4, NF-000664.2017.08.000/7, IC-000668.2017.08.000/5, NF-000820.2017.08.000/1, IC-000853.2017.08.000/0, IC-000908.2017.08.000/3, IC-000962.2017.08.000/9, IC-001004.2017.08.000/2, PP-001027.2017.08.000/1, IC-001063.2017.08.000/3, IC-001090.2017.08.000/8, IC-001137.2017.08.000/5, PP-001149.2017.08.000/2, PP-001150.2017.08.000/0, IC-001289.2017.08.000/5, PP-001296.2017.08.000/5, NF-001311.2017.08.000/2, PP-001334.2017.08.000/3, PP-001358.2017.08.000/8, IC-001389.2017.08.000/2, IC-001615.2017.08.000/8, IC-001792.2017.08.000/0, IC-000017.2017.08.001/6, PP-000122.2017.08.001/1, IC-000046.2017.08.002/6, PP-000171.2017.08.002/6, IC-000208.2017.08.002/5 - PRT 9ª Região-PR - IC-000619.2012.09.000/0, IC-001305.2012.09.000/1, IC-001791.2012.09.000/6, IC-000159.2013.09.007/8, IC-000532.2014.09.000/8, IC-002520.2014.09.000/3, IC-002531.2014.09.000/5, IC-000384.2014.09.001/8, IC-000203.2014.09.003/0, IC-000216.2014.09.003/7, IC-000548.2014.09.003/6, IC-000205.2014.09.005/5, IC-000277.2014.09.005/9, IC-000227.2014.09.007/4, IC-000217.2014.09.009/9, IC-001129.2015.09.000/7, IC-001388.2015.09.000/4, IC-000411.2015.09.001/2, IC-000483.2015.09.001/6, IC-000601.2015.09.001/1, IC-000633.2015.09.003/8, IC-000220.2015.09.007/2, IC-000246.2015.09.007/5, IC-000298.2015.09.009/6, IC-000067.2016.09.000/4, IC-000114.2016.09.000/9, IC-000159.2016.09.000/0, IC-000320.2016.09.000/7, IC-000402.2016.09.000/3, IC-000646.2016.09.000/4, IC-000686.2016.09.000/3, IC-000872.2016.09.000/7, IC-002913.2016.09.000/6, IC-003234.2016.09.000/1, IC-003328.2016.09.000/4, IC-003505.2016.09.000/0, IC-003768.2016.09.000/9, IC-003986.2016.09.000/5, IC-004150.2016.09.000/3, IC-000150.2016.09.001/3, IC-000237.2016.09.001/1, IC-000416.2016.09.001/7, IC-000670.2016.09.001/9, IC-000446.2016.09.003/0, IC-000533.2016.09.003/2, IC-000591.2016.09.003/3, IC-000612.2016.09.003/0, IC-000230.2016.09.004/0, IC-000059.2016.09.005/0, IC-000132.2016.09.005/5, IC-000101.2016.09.006/8, IC-000265.2016.09.006/5, IC-000019.2016.09.007/0, IC-000330.2016.09.007/0, IC-000129.2016.09.009/6, IC-000181.2017.09.000/3, PP-000191.2017.09.000/0, IC-000400.2017.09.000/3, IC-000432.2017.09.000/8, IC-000444.2017.09.000/8, IC-000474.2017.09.000/0, IC-001042.2017.09.000/8, IC-001249.2017.09.000/0, PP-001341.2017.09.000/4, PP-001432.2017.09.000/0, PP-001471.2017.09.000/0, IC-001492.2017.09.000/9, PP-001552.2017.09.000/0, IC-001647.2017.09.000/9, PP-001722.2017.09.000/6, PP-001740.2017.09.000/8, PP-001742.2017.09.000/9, PP-001870.2017.09.000/4, PP-002113.2017.09.000/0, PP-002367.2017.09.000/8, PP-002377.2017.09.000/4, PP-002509.2017.09.000/5, NF-002614.2017.09.000/1, PP-002707.2017.09.000/9, PP-002803.2017.09.000/4, PP-002890.2017.09.000/5, PP-002933.2017.09.000/0, IC-002989.2017.09.000/5, NF-003019.2017.09.000/3, PP-003114.2017.09.000/3, NF-003308.2017.09.000/3, PP-003349.2017.09.000/4, PP-003364.2017.09.000/0, IC-003399.2017.09.000/6, NF-003417.2017.09.000/1, NF-003463.2017.09.000/1, NF-003489.2017.09.000/7, PP-003562.2017.09.000/3, PP-003564.2017.09.000/4, PP-003580.2017.09.000/5, NF-003737.2017.09.000/6, NF-003754.2017.09.000/2, NF-003758.2017.09.000/4, NF-003787.2017.09.000/8, PP-003794.2017.09.000/8, IC-000079.2017.09.001/2, IC-000278.2017.09.001/0, IC-000335.2017.09.001/0, IC-000477.2017.09.001/0, PP-000009.2017.09.003/7, IC-000059.2017.09.003/0, IC-000057.2017.09.004/7, IC-000189.2017.09.004/8, IC-000340.2017.09.004/8, IC-000050.2017.09.006/0, IC-000012.2017.09.007/3, IC-000194.2017.09.007/6, IC-000235.2017.09.007/7, PP-000270.2017.09.007/4, IC-000292.2017.09.007/1, PP-000404.2017.09.007/5, IC-000164.2017.09.008/5, IC-000196.2017.09.008/0, IC-000234.2017.09.008/1, IC-000287.2017.09.008/7, IC-000087.2017.09.009/0, IC-000102.2017.09.009/0, IC-000185.2017.09.009/7, IC-000226.2017.09.009/8, NF-000152.2017.09.010/9 - PRT 10ª Região-DF - IC-000222.2013.10.002/5, IC-000314.2014.10.000/5, IC-000597.2014.10.000/9, IC-000146.2014.10.003/8, IC-000944.2015.10.000/9, IC-000123.2015.10.001/0, IC-000060.2015.10.003/0, IC-000049.2016.10.000/0, IC-001136.2016.10.000/1, IC-001274.2016.10.000/3, IC-001534.2016.10.000/0, IC-001636.2016.10.000/8, IC-001728.2016.10.000/0, IC-001741.2016.10.000/4, IC-002000.2016.10.000/0, PP-002373.2016.10.000/3, IC-000180.2016.10.002/6, IC-000069.2016.10.003/0, IC-000125.2017.10.000/0, IC-000206.2017.10.000/0, IC-000269.2017.10.000/3, IC-000276.2017.10.000/1, IC-000496.2017.10.000/2, IC-000556.2017.10.000/1, IC-000648.2017.10.000/5, IC-000764.2017.10.000/2, IC-001106.2017.10.000/4, IC-001271.2017.10.000/9, IC-001364.2017.10.000/6, IC-001415.2017.10.000/7, NF-001966.2017.10.000/0, IC-002079.2017.10.000/6, IC-002123.2017.10.000/9, IC-002152.2017.10.000/2, PP-002277.2017.10.000/0, PP-002378.2017.10.000/2, PP-002480.2017.10.000/2, IC-000086.2017.10.001/6, IC-000142.2017.10.001/4, NF-000289.2017.10.001/6, NF-000024.2018.10.000/5 - PRT 11ª Região-AM - IC-000326.2008.11.000/3, IC-000579.2010.11.000/7, IC-000810.2010.11.000/0, IC-001351.2012.11.000/2, IC-001459.2012.11.000/3, IC-000440.2013.11.000/8, IC-000534.2013.11.000/4, IC-000645.2013.11.000/6, IC-000918.2013.11.000/8, IC-000006.2014.11.000/4, IC-000134.2014.11.000/4, IC-000492.2014.11.000/0, IC-000560.2014.11.000/3, IC-001090.2014.11.000/4, IC-000149.2015.11.000/6, IC-000835.2015.11.000/0, IC-001022.2015.11.000/2, IC-001292.2015.11.000/1, IC-001332.2015.11.000/0, IC-001535.2015.11.000/1, IC-001593.2015.11.000/9, IC-000353.2016.11.000/4, IC-000482.2016.11.000/8, IC-000652.2016.11.000/2, NF-000905.2016.11.000/0, IC-001290.2016.11.000/2, NF-001309.2016.11.000/1, IC-000001.2016.11.001/4, IC-000154.2016.11.001/2, IC-000161.2016.11.001/0, IC-000259.2016.11.001/2, IC-000273.2016.11.001/9, IC-000446.2017.11.000/7, IC-000703.2017.11.000/3, IC-000826.2017.11.000/5, NF-000902.2017.11.000/3, NF-001116.2017.11.000/9 - PRT 12ª Região-SC - IC-000050.2011.12.004/2, IC-000045.2012.12.000/0, IC-000717.2012.12.000/3, IC-000317.2013.12.000/3, IC-000518.2013.12.000/6, IC-001088.2013.12.000/8, IC-000093.2013.12.005/5, IC-000252.2013.12.005/3, IC-000877.2014.12.000/0, IC-000096.2014.12.003/9, IC-000571.2015.12.001/9, IC-000683.2015.12.001/7, IC-000150.2015.12.002/3, IC-000189.2015.12.003/0, IC-000112.2015.12.005/1, IC-000263.2015.12.005/3, IC-000128.2015.12.006/5, IC-000513.2016.12.000/2, IC-001055.2016.12.000/8, IC-001451.2016.12.000/5, IC-000682.2016.12.001/3, IC-000122.2016.12.003/5, IC-000120.2016.12.005/0, IC-000425.2016.12.005/6, IC-000098.2017.12.000/1, IC-000101.2017.12.000/2, IC-000169.2017.12.000/7, IC-000454.2017.12.000/2, IC-000536.2017.12.000/9, PP-000684.2017.12.000/0, IC-000793.2017.12.000/0, PP-000934.2017.12.000/9, PP-001136.2017.12.000/0, PP-001141.2017.12.000/9, PP-001445.2017.12.000/2, IC-000706.2017.12.001/1, IC-000011.2017.12.002/7, IC-000102.2017.12.002/5, IC-000157.2017.12.004/0, IC-000248.2017.12.004/7, IC-000273.2017.12.004/7, PP-000335.2017.12.005/7, NF-000539.2017.12.005/9, NF-000561.2017.12.005/0, PP-000069.2017.12.006/0, PP-000105.2017.12.006/7, PP-000106.2017.12.006/3, IC-000009.2018.12.001/1 - PRT 13ª Região-PB - IC-019412.2010.13.000/3, IC-000798.2011.13.000/6, IC-001163.2012.13.000/1, IC-001220.2012.13.000/7, IC-000634.2013.13.000/4, IC-000790.2013.13.000/0, IC-000907.2013.13.000/6, IC-001575.2014.13.000/1, IC-000040.2015.13.000/7, IC-000096.2015.13.002/3, IC-000110.2015.13.002/5, IC-000055.2016.13.000/5, IC-000158.2016.13.000/1, IC-000950.2016.13.000/6, IC-001224.2016.13.000/6, IC-001705.2016.13.000/5, IC-000409.2017.13.000/9, NF-000429.2017.13.000/3, NF-001250.2017.13.000/5, PP-000091.2017.13.002/4 - PRT 14ª Região-RO - IC-000841.2013.14.000/0, IC-000255.2013.14.002/0, IC-000435.2014.14.000/8, IC-000908.2014.14.000/6, IC-000112.2014.14.001/8, IC-000163.2014.14.002/9, IC-000216.2014.14.002/0, IC-000010.2015.14.000/4, IC-000053.2015.14.000/9, IC-000370.2015.14.002/6, NF-000383.2015.14.002/2, IC-000232.2016.14.001/6, IC-000061.2016.14.002/8, IC-000143.2016.14.002/0, IC-000316.2016.14.002/3, IC-000424.2017.14.000/2, NF-000224.2017.14.002/2, IC-000001.2018.14.002/3 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-001136.2012.15.000/5, IC-001182.2013.15.000/7, IC-002681.2013.15.000/6, IC-000424.2014.15.000/5, IC-000958.2014.15.000/3, IC-001389.2014.15.000/1, IC-001429.2014.15.000/0, IC-001692.2014.15.000/1, IC-002977.2014.15.000/6, IC-000424.2014.15.007/2, IC-000452.2014.15.007/1, IC-000600.2014.15.007/9, IC-000093.2015.15.000/3, IC-000285.2015.15.000/1, IC-000526.2015.15.000/9, IC-000753.2015.15.000/8, IC-001344.2015.15.000/0, IC-001376.2015.15.000/0, IC-001901.2015.15.000/2, IC-001937.2015.15.000/4, IC-001952.2015.15.000/0, IC-002804.2015.15.000/0, IC-003119.2015.15.000/0, IC-003481.2015.15.000/3, IC-000506.2015.15.001/2, IC-000090.2015.15.002/3, IC-000637.2015.15.002/7, IC-000041.2015.15.007/4, IC-000451.2015.15.008/6, IC-000510.2015.15.008/4, IC-000538.2015.15.008/0, IC-000578.2016.15.000/0, IC-000914.2016.15.000/4, IC-001021.2016.15.000/1, IC-001030.2016.15.000/2, IC-001232.2016.15.000/8, IC-001395.2016.15.000/0, IC-001638.2016.15.000/0, IC-001665.2016.15.000/2, IC-002049.2016.15.000/6, IC-002053.2016.15.000/0, IC-002086.2016.15.000/5, IC-002124.2016.15.000/3, IC-002369.2016.15.000/0, IC-002422.2016.15.000/4, IC-002545.2016.15.000/0, IC-002583.2016.15.000/5, IC-002730.2016.15.000/1, IC-002791.2016.15.000/5, IC-003312.2016.15.000/9, IC-003473.2016.15.000/0, IC-003529.2016.15.000/8, IC-003951.2016.15.000/2, IC-004069.2016.15.000/5, IC-004077.2016.15.000/0, IC-000437.2016.15.002/3, IC-000589.2016.15.002/0, IC-000608.2016.15.002/4, IC-000638.2016.15.002/6, IC-000770.2016.15.002/2, IC-000798.2016.15.002/8, IC-000899.2016.15.002/2, IC-000005.2016.15.004/3, IC-000060.2016.15.004/4, IC-000374.2016.15.005/0, IC-000386.2016.15.005/0, IC-000768.2016.15.006/9, IC-000793.2016.15.006/9, IC-000861.2016.15.006/2, IC-000160.2016.15.007/7, IC-000226.2016.15.007/4, IC-000403.2016.15.007/7, IC-000081.2017.15.000/8, NF-000208.2017.15.000/8, IC-000330.2017.15.000/7, IC-000554.2017.15.000/3, PP-000775.2017.15.000/0, IC-000895.2017.15.000/3, IC-001114.2017.15.000/0, IC-001239.2017.15.000/8, IC-001350.2017.15.000/9, IC-001433.2017.15.000/0, IC-001658.2017.15.000/4, IC-001716.2017.15.000/5, PP-001824.2017.15.000/8, PP-001849.2017.15.000/8, IC-001965.2017.15.000/6, IC-002217.2017.15.000/2, PP-002385.2017.15.000/3, PP-002500.2017.15.000/0, IC-002721.2017.15.000/2, PP-002774.2017.15.000/0, IC-002784.2017.15.000/7, IC-002819.2017.15.000/7, IC-003016.2017.15.000/0, PP-003180.2017.15.000/0, NF-003296.2017.15.000/6, IC-003437.2017.15.000/8, PP-003624.2017.15.000/0, PP-003646.2017.15.000/3, PP-003717.2017.15.000/7, PP-003824.2017.15.000/4, PP-003850.2017.15.000/1, PP-003989.2017.15.000/7, IC-000008.2017.15.001/7, IC-000278.2017.15.001/7, IC-000397.2017.15.001/3, PP-000458.2017.15.001/9, PP-000659.2017.15.001/1, PP-000736.2017.15.001/6, PP-000820.2017.15.001/9, PP-000847.2017.15.001/8, IC-000038.2017.15.002/0, IC-000217.2017.15.002/5, PP-000518.2017.15.002/6, IC-000528.2017.15.002/3, IC-000783.2017.15.002/1, PP-000370.2017.15.003/0, PP-000430.2017.15.003/0, PP-000495.2017.15.003/5, NF-000538.2017.15.003/9, NF-000409.2017.15.005/1, IC-000272.2017.15.006/0, IC-000352.2017.15.006/3, IC-000561.2017.15.006/0, IC-000675.2017.15.006/1, IC-000689.2017.15.006/4, IC-000702.2017.15.006/0, IC-000703.2017.15.006/6, NF-000717.2017.15.006/9, PP-000256.2017.15.007/9, IC-000427.2017.15.007/0, PP-000470.2017.15.007/1, IC-000055.2017.15.008/0, IC-000089.2017.15.008/3, IC-000102.2017.15.008/7, IC-000319.2017.15.008/5, IC-000436.2017.15.008/9, IC-000476.2017.15.008/8, IC-000639.2017.15.008/4, NF-000158.2018.15.000/9 - PRT 16ª Região-MA - IC-000138.2006.16.000/6, IC-000222.2009.16.000/7, IC-000173.2010.16.000/0, IC-000125.2013.16.001/3, IC-000064.2013.16.002/2, IC-000055.2013.16.003/2, IC-000203.2013.16.003/0, PP-000382.2014.16.000/9, IC-000263.2014.16.001/0, IC-000060.2015.16.000/9, IC-000595.2015.16.000/4, IC-000708.2015.16.000/4, IC-000107.2015.16.001/7, IC-000204.2015.16.001/6, IC-000270.2015.16.001/1, IC-000120.2015.16.002/5, IC-000526.2016.16.000/2, IC-000886.2016.16.000/0, NF-000135.2017.16.000/3, NF-000148.2017.16.000/0, NF-000508.2017.16.000/3, NF-000533.2017.16.000/3, NF-000540.2017.16.000/1, IC-000720.2017.16.000/3, NF-000734.2017.16.000/6, NF-000748.2017.16.000/9, NF-000806.2017.16.000/5, NF-000843.2017.16.000/5, NF-000850.2017.16.000/3, NF-000898.2017.16.000/3, NF-000901.2017.16.000/1, NF-001053.2017.16.000/1, NF-001079.2017.16.000/7, NF-001087.2017.16.000/2, NF-001091.2017.16.000/6, NF-001099.2017.16.000/0, IC-001215.2017.16.000/1, NF-001232.2017.16.000/8, NF-001287.2017.16.000/7, NF-001360.2017.16.000/3, IC-000032.2017.16.001/7, IC-000076.2017.16.001/9, NF-000078.2017.16.001/3, NF-000152.2017.16.001/7, NF-000220.2017.16.001/0, NF-000261.2017.16.001/6, NF-000279.2017.16.001/4, NF-000338.2017.16.001/7, NF-000089.2017.16.002/0 - PRT 17ª Região-ES - IC-000654.2010.17.000/4, IC-001302.2011.17.000/3, IC-000434.2013.17.000/1, IC-000190.2014.17.000/8, IC-000446.2014.17.000/4, IC-001364.2014.17.000/8, IC-000404.2014.17.003/7, IC-000065.2015.17.000/7, IC-000537.2015.17.000/4, IC-000783.2015.17.000/1, IC-000989.2015.17.000/6, IC-001316.2015.17.000/9, IC-001373.2015.17.000/0, IC-000201.2015.17.003/4, IC-000015.2016.17.000/0, IC-000119.2016.17.000/2, IC-000734.2016.17.000/4, IC-000736.2016.17.000/7, IC-000758.2016.17.000/4, PP-000808.2016.17.000/6, IC-001264.2016.17.000/4, IC-001360.2016.17.000/0, IC-000080.2016.17.002/2, IC-000081.2016.17.002/0, IC-000176.2016.17.002/0, IC-000063.2016.17.003/9, IC-000237.2017.17.000/5, IC-000347.2017.17.000/0, IC-000505.2017.17.000/5, IC-000534.2017.17.000/0, IC-000657.2017.17.000/2, PP-000679.2017.17.000/0, IC-000725.2017.17.000/6, PP-000848.2017.17.000/8, PP-000894.2017.17.000/9, PP-000909.2017.17.000/3, PP-000947.2017.17.000/0, PP-001013.2017.17.000/4, PP-001024.2017.17.000/6, PP-

001051.2017.17.000/9, PP-001066.2017.17.000/2, PP-001068.2017.17.000/3, PP-001080.2017.17.000/2, PP-001139.2017.17.000/7, PP-001236.2017.17.000/8, PP-001268.2017.17.000/8, PP-001310.2017.17.000/0, PP-001336.2017.17.000/5, PP-001380.2017.17.000/4, IC-000118.2017.17.001/7, IC-000206.2017.17.001/5, IC-000209.2017.17.001/4, IC-000007.2017.17.002/6, IC-000106.2017.17.002/5, IC-000037.2017.17.003/7, IC-000156.2017.17.003/0 - PRT 18ª Região-GO - IC-000820.2013.18.000/2, PP-000434.2014.18.000/5, IC-000750.2014.18.000/9, IC-000815.2014.18.000/0, IC-001474.2014.18.000/0, IC-000034.2014.18.003/6, IC-000053.2015.18.000/6, IC-001482.2015.18.000/7, IC-001628.2015.18.000/6, IC-000334.2016.18.000/2, IC-000477.2016.18.000/9, IC-000705.2016.18.000/0, IC-000891.2016.18.000/8, IC-001271.2016.18.000/2, IC-001787.2016.18.000/8, IC-000022.2016.18.002/0, IC-000158.2016.18.002/2, IC-000240.2016.18.002/2, IC-000293.2016.18.002/8, IC-000110.2016.18.003/0, IC-000246.2016.18.003/9, IC-000292.2016.18.003/0, IC-000323.2016.18.003/3, IC-000962.2017.18.000/3, IC-001268.2017.18.000/6, NF-001326.2017.18.000/7, PP-001550.2017.18.000/8, NF-001613.2017.18.000/6, NF-001626.2017.18.000/9, NF-001643.2017.18.000/5, PP-001696.2017.18.000/3, NF-001723.2017.18.000/0, IC-001794.2017.18.000/0, NF-001897.2017.18.000/3, NF-001911.2017.18.000/7, NF-002017.2017.18.000/2, NF-002161.2017.18.000/9, NF-002262.2017.18.000/1, IC-000044.2017.18.002/4, IC-000151.2017.18.002/0, IC-000254.2017.18.002/8, IC-000272.2017.18.002/0, IC-000007.2017.18.003/0, IC-000039.2017.18.003/3, IC-000096.2017.18.003/0, IC-000210.2017.18.003/1, IC-000214.2017.18.003/7, IC-000277.2017.18.003/0, NF-000103.2018.18.000/3 - PRT 19ª Região-AL - IC-000419.2015.19.000/6, IC-000096.2015.19.001/3, IC-000458.2016.19.000/1, IC-001489.2016.19.000/5, IC-000324.2017.19.000/9, IC-000376.2017.19.000/8, IC-000740.2017.19.000/0, NF-001002.2017.19.000/9, IC-001050.2017.19.000/0, IC-001119.2017.19.000/0, PP-001578.2017.19.000/2, PP-000063.2017.19.001/4, IC-000081.2017.19.001/6, PP-000111.2017.19.001/4, IC-000233.2017.19.001/0, NF-000373.2017.19.001/7 - PRT 20ª Região-SE - IC-000576.2014.20.000/0, IC-001359.2014.20.000/2, IC-001957.2014.20.000/5, IC-000504.2015.20.000/9, IC-001046.2015.20.000/0, IC-000166.2016.20.000/5, IC-001756.2016.20.000/9, IC-000602.2017.20.000/0, PP-000740.2017.20.000/4, NF-000779.2017.20.000/3, PP-000832.2017.20.000/8, IC-001142.2017.20.000/9, NF-001228.2017.20.000/6, IC-001304.2017.20.000/9, IC-001512.2017.20.000/9, NF-001527.2017.20.000/2 - PRT 21ª Região-RN - IC-000009.2010.21.002/8, IC-000128.2014.21.002/0, IC-000768.2015.21.000/5, IC-000991.2015.21.000/9, IC-001085.2015.21.000/8, PP-001284.2015.21.000/7, IC-001294.2015.21.000/3, IC-001592.2015.21.000/4, IC-001660.2015.21.000/1, IC-000263.2015.21.001/0, IC-000167.2016.21.000/2, IC-000170.2016.21.000/5, IC-000330.2016.21.000/2, IC-000510.2016.21.000/4, IC-000780.2016.21.000/1, IC-000947.2016.21.000/3, IC-001232.2016.21.000/6, IC-001412.2016.21.000/8, IC-001435.2016.21.000/7, IC-001449.2016.21.000/5, IC-001476.2016.21.000/8, IC-001560.2016.21.000/6, IC-001656.2016.21.000/0, IC-001725.2016.21.000/2, IC-001755.2016.21.000/1, IC-000196.2016.21.001/6, IC-000003.2016.21.002/6, IC-000057.2016.21.002/0, PP-000079.2016.21.002/1, IC-000258.2017.21.000/2, IC-000273.2017.21.000/5, IC-000361.2017.21.000/3, PP-000483.2017.21.000/9, PP-000671.2017.21.000/5, IC-000757.2017.21.000/7, IC-000856.2017.21.000/9, PP-001024.2017.21.000/8, PP-001043.2017.21.000/5, IC-001198.2017.21.000/1, NF-001214.2017.21.000/6, IC-001215.2017.21.000/1, NF-001265.2017.21.000/3, PP-001389.2017.21.000/5, IC-001632.2017.21.000/7, IC-000218.2017.21.001/1, IC-000292.2017.21.001/1, IC-000325.2017.21.001/8, IC-000024.2017.21.002/8, IC-000178.2017.21.002/5, IC-000186.2017.21.002/0 - PRT 22ª Região-PI - IC-000179.2010.22.000/7, IC-000530.2010.22.001/1, IC-000669.2013.22.000/9, IC-000698.2013.22.000/4, IC-000751.2013.22.000/9, IC-000908.2013.22.000/3, IC-001019.2013.22.000/0, IC-000488.2014.22.000/3, IC-001008.2015.22.000/1, IC-001317.2015.22.000/4, IC-000243.2015.22.001/7, IC-000333.2015.22.001/8, IC-000695.2016.22.000/3, IC-001430.2016.22.000/8, IC-001540.2016.22.000/1, IC-001933.2016.22.000/0, IC-001941.2016.22.000/6, IC-002007.2016.22.000/6, IC-000151.2016.22.001/6, IC-000210.2016.22.001/9, IC-000293.2017.22.000/0, IC-000371.2017.22.000/1, IC-000994.2017.22.000/4, IC-001353.2017.22.000/1, IC-001468.2017.22.000/2, PP-001544.2017.22.000/5 - PRT 23ª Região-MT - IC-000210.2012.23.004/3, IC-000390.2013.23.004/2, IC-000191.2014.23.000/2, IC-000148.2014.23.005/1, IC-000444.2015.23.000/2, IC-000500.2015.23.000/6, IC-000795.2015.23.000/0, IC-000304.2015.23.001/3, IC-000118.2015.23.003/6, IC-000120.2015.23.003/2, IC-000201.2015.23.004/0, IC-000093.2016.23.000/6, IC-001168.2016.23.000/7, IC-001235.2016.23.000/9, IC-000311.2016.23.001/2, IC-000211.2016.23.003/2, IC-000319.2016.23.004/0, IC-000293.2017.23.000/1, IC-000395.2017.23.000/2, IC-000605.2017.23.000/1, IC-000857.2017.23.000/7, IC-000875.2017.23.000/9, PP-000907.2017.23.000/9, IC-001123.2017.23.000/6, NF-001267.2017.23.000/0, IC-001325.2017.23.000/1, NF-001399.2017.23.000/8, NF-001456.2017.23.000/3, IC-000027.2017.23.001/2, IC-000150.2017.23.001/3, IC-000196.2017.23.001/0, IC-000429.2017.23.001/3, IC-000464.2017.23.001/0, IC-000634.2017.23.001/5, IC-000637.2017.23.001/4, IC-000659.2017.23.001/1, IC-000074.2017.23.003/3, IC-000259.2017.23.003/5, NF-000308.2017.23.003/0 - PRT 24ª Região-MS - IC-000393.2013.24.000/0, IC-000456.2015.24.000/3, IC-000688.2015.24.000/4, IC-000723.2016.24.000/0, IC-000309.2017.24.000/3, IC-000452.2017.24.000/3, IC-000481.2017.24.000/9, IC-000640.2017.24.000/0, IC-000666.2017.24.000/2, IC-000737.2017.24.000/5, NF-001053.2017.24.000/6, IC-000123.2017.24.001/1, IC-000093.2017.24.002/3.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às 17:40 horas.

JÚNIA BONFANTE RAYMUNDO
Coordenadora
Em exercício

MÁRCIA CAMPOS DUARTE
Membro

RODRIGO DE LACERDA CARELLI
Membro Suplente

ANDRÉ LUÍS SPIES
Subprocurador-Geral do Trabalho

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CORREGEDORIA-GERAL

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamento do dia 22 de março de 2018, quinta-feira, às 14:30 horas, na sede da Seção Judiciária de Pernambuco, sito à Avenida Recife, 6250, 3º andar do Anexo II (auditório da sala de treinamento), na cidade de Recife-PE, podendo, entretanto, nesta Sessão ou nas Sessões subsequentes, serem julgados os processos adiados ou remanescentes.

SISTEMA EPROC

0000001 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5022993-57.2016.4.04.7108/RS

RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA

REQUERENTE: JOSE ROQUE ALMEIDA DE SIQUEIRA

ADVOGADO: MARCIA JULIANA FLECK

ADVOGADO: LISIANE MADRUGA LEAL

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

0000002 RECLAMAÇÃO Nº 0015114-40.2017.4.90.0000/DF

RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA

RECLAMANTE: LEVY NEIVERTH

ADVOGADO: OLINDO DE OLIVEIRA

RECLAMADO: JUÍZO A DA 3ª TR DO PARANÁ

RECLAMADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

0000003 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0502187-24.2016.4.05.8200/PB

RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA

REQUERENTE: JOALISSON OLIVEIRA DA SILVA

ADVOGADO: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

0000004 MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000031-47.2018.4.90.0000/MG

RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA

IMPETRANTE: CARLOS ROBERTO TOSTES (REPRESENTADO - ART. 10, LEI 10.259/2001)

ADVOGADO: KEYNER FELISBERTO DE ALMEIDA E SILVA

IMPETRADO: PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - BRASÍLIA

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

0000005 RECLAMAÇÃO Nº 0000009-86.2018.4.90.0000/DF

RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA

RECLAMANTE: HAMILTON MACHADO DOMINGUES

ADVOGADO: WILLYAN ROWER SOARES

RECLAMADO: JUÍZO A DA 2ª TR DO PARANÁ

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

0000006 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5014702-66.2014.4.04.7002/PR

RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA

REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO: LEANDRO CADENAS PRADO

ADVOGADO: CAIO SALGADO SAGUIE

0000007 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0512672-11.2015.4.05.8300/PE

RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA

REQUERENTE: MANOEL SEVERINO DUDU

ADVOGADO: CLAUDIONOR BARROS LEITAO (DPU)

REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

0000008 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5006182-48.2013.4.04.7004/PR

RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA

REQUERENTE: GREICIELE SOUZA DE JESUS

ADVOGADO: DENNIS OTTE LACERDA

ADVOGADO: JOAO PAULO GONDIM PICANCO (DPU)

REQUERENTE: GISLAINE MAGALHAES DE JESUS

ADVOGADO: DENNIS OTTE LACERDA

ADVOGADO: JOAO PAULO GONDIM PICANCO (DPU)

REQUERENTE: MICHELE MAGALHAES DE JESUS

ADVOGADO: DENNIS OTTE LACERDA

ADVOGADO: JOAO PAULO GONDIM PICANCO (DPU)

REQUERENTE: GLEDSON MURILO SOUZA DE JESUS

ADVOGADO: DENNIS OTTE LACERDA

ADVOGADO: JOAO PAULO GONDIM PICANCO (DPU)

REQUERENTE: KATIA CILENE CAETANO

ADVOGADO: FABIANA FELIPE GERALDI REZENDE

REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

0000009 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5000520-20.2015.4.04.7203/SC

RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA

REQUERENTE: LUIZ DE OLIVEIRA

ADVOGADO: GERUZA IRECILA MENDES

REQUERENTE: ROBSON DE OLIVEIRA

ADVOGADO: GERUZA IRECILA MENDES

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

0000010 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0001991-48.2012.4.01.4002/PI

RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA

REQUERENTE: FRANCISCA MENDES DOS SANTOS

ADVOGADO: JOSE RIBAMAR RIBEIRO DA SILVA

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

0000011 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0500115-19.2016.4.05.8312/PE

RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA

REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

REQUERIDO: MARIO JOSE RAMOS

ADVOGADO: CAIO GEYSON ALMEIDA BARROS

0000012 MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0015095-34.2017.4.90.0000/MG

RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA

IMPETRANTE: ERROL FLYN SANCHO

ADVOGADO: CLAUDIONOR BARROS LEITAO (DPU)

IMPETRADO: PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - BRASÍLIA

IMPETRADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000013 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5005560-70.2016.4.04.7001/PR
RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA
REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: MOISES CLAUDIO DA SILVA
ADVOGADO: JOAO PAULO GONDIM PICANCO (DPU)
REQUERIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
0000014 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0514868-35.2016.4.05.8100/CE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: VERA LUCIA FARIAS DA SILVA
ADVOGADO: FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA
0000015 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0501825-26.2015.4.05.8404/RN
RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA
REQUERENTE: JOSÉ BENTO NETO
ADVOGADO: MARCIEL ANTONIO DE SALES
ADVOGADO: ADRIANO JAMES FONTES
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000016 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0501274-94.2016.4.05.8312/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JOSE DORGIVAL DA SILVA BISPO
ADVOGADO: GIVALDO CANDIDO DOS SANTOS
0000017 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0000020-08.4000.7.10.7341/PI
RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA
REQUERENTE: MARIA GLORIA FERREIRA
ADVOGADO: GERMANO CÉSAR CARDOSO PIRES REBÊLO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000018 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5003488-65.2016.4.04.7113/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA
REQUERENTE: NOELI LONDRE
ADVOGADO: DIRCEU VENDRAMIN LOVISON
ADVOGADO: AVELINO BELTRAME
ADVOGADO: THAMARA PASOLIN BELTRAME
ADVOGADO: VOLNEI PERUZZO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000019 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0035839-25.2013.4.03.6301/SP
RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA
REQUERENTE: PEDRO ALVES FERREIRA
ADVOGADO: GABRIEL YARED FORTE
ADVOGADO: KARLA NEMES
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000020 RECLAMAÇÃO Nº 0000023-70.2018.4.90.0000/DF
RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA
RECLAMANTE: MERCEDES POSSAVATI REZENDE
ADVOGADO: ALICE ARRAES DE SOUZA RODRIGUES (DPU)
RECLAMADO: JUÍZO A DA 3ª TR DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000021 RECLAMAÇÃO Nº 0000037-54.2018.4.90.0000/DF
RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA
RECLAMANTE: MARILENE MARIA DIAS
ADVOGADO: WILLYAN ROWER SOARES
RECLAMADO: JUÍZO A DA 3ª TR DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000022 RECLAMAÇÃO Nº 0000047-98.2018.4.90.0000/DF
RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA
RECLAMANTE: NEIVA DALL AGNOL TABORDA
ADVOGADO: GISELE CRISTINA SANTINI
RECLAMADO: JUÍZO A DA 3ª TR DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000023 RECLAMAÇÃO Nº 0000042-76.2018.4.90.0000/DF
RELATORA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA
RECLAMANTE: SEBASTIANA APARECIDA MARTINS
RECLAMADO: JUÍZO A DA 2ª TR DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000024 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0500774-49.2016.4.05.8305/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL FERNANDO MOREIRA GONCALVES
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JOSE ERIBERTO DA SILVA
ADVOGADO: DIEGO BRANDAO BEZERRA
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AMICUS CURIAE: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PREVIDENCIARIO (IBDP)
ADVOGADO: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN
ADVOGADO: ANDRE LUIZ MORO BITTENCOURT
0000025 MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0015087-57.2017.4.90.0000/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL FERNANDO MOREIRA GONCALVES
IMPETRANTE: HAMILTON JOSE FERREIRA BUENO
ADVOGADO: IGOR JOSÉ TROJAN
ADVOGADO: OLINDO DE OLIVEIRA
IMPETRADO: PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - BRASÍLIA
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000026 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0009718-88.2012.4.03.6302/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL FERNANDO MOREIRA GONCALVES
REQUERENTE: JOSE THOME NETO
ADVOGADO: ANA PAULA ACKEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: GUSTAVO CABRAL DE OLIVEIRA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000027 MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0010009-19.2016.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
IMPETRANTE: MARIA EUZEBIO DE JESUS
ADVOGADO: ROGERIO FERRAZ BARCELOS
IMPETRADO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
IMPETRADO: PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - UNIAO FEDERAL (AGU)
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000028 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5002686-14.2014.4.04.7121/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: JOAO ALBERTO GARCIA
ADVOGADO: TULIO POERSCHKE
0000029 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5050146-26.2015.4.04.7100/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: MARIA EDITH DE SOUZA
ADVOGADO: JOAQUIM FAVRETTO
0000030 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5050414-80.2015.4.04.7100/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: JOAO GOMES MARIANTE
ADVOGADO: CELSO SIMÕES DA CUNHA
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
0000031 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5010059-05.2013.4.04.7001/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: MARIO VARGAS CONDE
ADVOGADO: ANDRE BENEDETTI DE OLIVEIRA
0000032 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5005070-95.2014.4.04.7105/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: CLOTILDE PERTILE
ADVOGADO: TULIO POERSCHKE
0000033 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5050142-86.2015.4.04.7100/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: MIRIAM ISABELLA BELLAGUARDA CORREA
ADVOGADO: JOAQUIM FAVRETTO
0000034 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0502309-43.2016.4.05.8101/CE
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: FRANCISCO OSMAR NOGUEIRA
ADVOGADO: OSILENE FERREIRA CASTRO
ADVOGADO: DINA ERICA FERREIRA VIEIRA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000035 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5010348-79.2011.4.04.7009/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: LUANA TAINA CARNEIRO GONCALVES ROSA
ADVOGADO: MARCIO FABIANO DE ARAUJO
REQUERIDO: KAUAN LEMES RODRIGUES
ADVOGADO: LAIS DE SOUZA GONCALVES
0000036 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5001558-92.2014.4.04.7012/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: ODETE ANTONIA DELLANI XAVIER RODRIGUES
ADVOGADO: VANESSA MAZORANA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000037 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0014124-17.2010.4.01.3801/MG
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES DA COSTA
ADVOGADO: ALICE ARRAES DE SOUZA RODRIGUES (DPU)
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000038 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0001929-08.2012.4.01.4002/PI
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: MARIA OLIVEIRA PEREIRA
ADVOGADO: ADAILTON DE OLIVEIRA SILVA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000039 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5001009-47.2017.4.04.7119/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: LIRA FRANCISCA PUNTEL
ADVOGADO: ALESSANDRA GRUENDLING
ADVOGADO: EDUARDO FERREIRA FISCHER
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000040 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0505735-54.2016.4.05.8201/PB
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: AGDA DOS SANTOS PESSOA
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000041 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0502738-26.2015.4.05.8204/PB
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: FRANCISCO CLEMENTINO DA SILVA
ADVOGADO: HUMBERTO DE SOUSA FELIX
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000042 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5001027-35.2016.4.04.7206/SC
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: LOURDES MARIA SOARES FERREIRA
ADVOGADO: JAIR FRANCISCO VERDI
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: LENI BARBOSA TORRES
ADVOGADO: PRISCILLA GERBER
0000043 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5048334-17.2013.4.04.7100/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: JUCARA APARECIDA DA SILVA VIEIRA
ADVOGADO: LUCIANA DUTRA LAGUE
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000044 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0087285-33.2014.4.03.6301/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: JOSE MARIA DA SILVA
ADVOGADO: PAULO CESAR DA COSTA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000045 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5039564-30.2016.4.04.7100/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: MARIANE BANDEIRA ROMUALDO
ADVOGADO: RICARDO LUNKES PELIZZARO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000046 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5005945-16.2015.4.04.7207/SC
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): DOMINGOS MARTINS MARCELINO
ADVOGADO: FABRIZIO COSTA RIZZON
0000047 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5000143-80.2015.4.04.7031/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO(A): VILMA DE PAULA FERREIRA
ADVOGADO: ANA PAULA DARIO VENDRAMETTO
ADVOGADO: MARCIA CRISTINA DOS SANTOS
ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE WALDRICH NICASTRO
0000048 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5004491-93.2013.4.04.7102/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: DIEGO NASCIMENTO ALVES
ADVOGADO: GUILHERME ZIEGLER HUBER
ADVOGADO: ALAN TOLFO BITENCOURT
ADVOGADO: VALERIA QUEVEDO GARCIA
ADVOGADO: ALEXANDRE JAENISCH MARTINI
REQUERIDO: JAIR BEHR IMOVEIS LTDA - EPP
REQUERIDO: TERRA NOVA RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIARIA - SANTA MARIA III - SPE LTDA
REQUERIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
0000049 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0504875-69.2015.4.05.8401/RN
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: MARIA SUELI MOREIRA ROSADO
ADVOGADO: VENICIO BARBALHO NETO
REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
0000050 RECLAMAÇÃO Nº 0000015-93.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: MERCEDES MARIA PRECHLAK KLEIN
ADVOGADO: MARCO AURÉLIO HLADCZUK
RECLAMADO: JUÍZO A DA 3ª TR DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000051 RECLAMAÇÃO Nº 0000039-24.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: MARIA GRACIELA RIBEIRO BARBOSA
ADVOGADO: DEOCLECIO SCHULTZ SZWESM
RECLAMADO: JUÍZO A DA 3ª TR DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000052 RECLAMAÇÃO Nº 0000048-83.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: PAULINA KRUQUEVISKI DE LIMA
ADVOGADO: PAULA REGINA DISCINI CORTELLINI
ADVOGADO: MARCELA CRISTINA MARTINS ALMEIDA
RECLAMADO: JUÍZO A DA 4ª TR DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000053 RECLAMAÇÃO Nº 0000052-23.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: DALILA CIPOLA
ADVOGADO: WILLYAN ROWER SOARES
RECLAMADO: JUÍZO A DA 2ª TR DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000054 RECLAMAÇÃO Nº 0015148-15.2017.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: MILTON APARECIDO PINTO DE CAMPOS
ADVOGADO: DEOCLECIO SCHULTZ SZWESM
RECLAMADO: JUÍZO A DA 2ª TR DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000055 RECLAMAÇÃO Nº 0000034-02.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: JOSE CALIXTO DE AZEVEDO
ADVOGADO: WILLYAN ROWER SOARES
RECLAMADO: JUÍZO A DA 2ª TR DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000056 RECLAMAÇÃO Nº 0000010-71.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: FRANCISCO ANTUNES PEREIRA
ADVOGADO: WILLYAN ROWER SOARES
RECLAMADO: JUÍZO A DA 3ª TR DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000057 RECLAMAÇÃO Nº 0000020-18.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: MARIA DAS DORES MACHADO ANDRADE
ADVOGADO: LEONARDO FRANCO DE BRITO
RECLAMADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
RECLAMADO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000058 RECLAMAÇÃO Nº 0015134-31.2017.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: JOSE CARVALHO COSTA
ADVOGADO: ALAN AMORIM DIAS
RECLAMADO: JUSTIÇA FEDERAL OUTRAS REGIÕES
RECLAMADO: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000059 RECLAMAÇÃO Nº 0015137-83.2017.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: FABIANA CAMPOS MOREIRA
ADVOGADO: JOAO PAULO GONDIM PICANCO (DPU)
RECLAMADO: JUSTIÇA FEDERAL OUTRAS REGIÕES
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000060 RECLAMAÇÃO Nº 0000005-49.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: ANTONIO JOSE DIAS DE CARVALHO
ADVOGADO: PEDRO PAULO RAVELI CHIAVINI (DPU)
RECLAMADO: JUSTIÇA FEDERAL OUTRAS REGIÕES
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000061 RECLAMAÇÃO Nº 0011163-38.2017.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: PEDRO NOLASCO EVARISTO DOS SANTOS
ADVOGADO: ANILDO IVO DA SILVA
RECLAMADO: 3ª TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA
RECLAMADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000062 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0000486-12.2013.4.03.6304/SP
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: DORIVAL PETEAN
ADVOGADO: EVANETE GENI CONTESINI NIVOLONI
0000063 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0501580-15.2015.4.05.8307/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: ERINALDO MANOEL DO CARMO
ADVOGADO: JOAO CAMPIELLO VARELLA NETO
0000064 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5000940-63.2013.4.04.7213/SC
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: MARLI EOLETE WERLICH MACHADO
ADVOGADO: WENFRID GIESE
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000065 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0512047-74.2015.4.05.8300/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JOSÉ HUDSON BRAGA
ADVOGADO: JOSE MARCOS DO ESPIRITO SANTO
0000066 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0525128-66.2010.4.05.8300/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JOSE LOPES DO NASCIMENTO "SUCEDIDO"
ADVOGADO: MARTA VELOSO DE MENEZES (DPU)
0000067 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0507343-70.2014.4.05.8100/CE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: MARIA DO NASCIMENTO DA SILVA
ADVOGADO: MARCIA MARIA SOUSA E SILVA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000068 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5001309-71.2014.4.04.7100/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: GERCY MOREIRA MACHADO
ADVOGADO: ANDIARA MACIEL PEREIRA
ADVOGADO: LAUREN DE VARGAS MOMBACK
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000069 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0030414-31.2015.4.02.5151/RJ
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REQUERENTE: OLDEGAN LUCAS
ADVOGADO: CLAUDIONOR BARROS LEITAO (DPU)
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000070 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0510539-93.2015.4.05.8300/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
REQUERIDO: JOSE VICENTE DE FREITAS
ADVOGADO: WALDEMIR FERREIRA DA SILVA
0000071 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0520553-73.2014.4.05.8300/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL FERNANDO MOREIRA GONCALVES
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERENTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
REQUERIDO: JOSÉ DE BRITO SOBRINHO
ADVOGADO: FRANCISCO PIRES BRAGA FILHO
0000072 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5027816-35.2015.4.04.7100/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: ADILES VIEIRA CASSAFUZ
ADVOGADO: IVI ANDRÉIA PORTO DOS SANTOS
0000073 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0514989-97.2015.4.05.8100/CE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JOSÉ SEGUNDO DE SÁ
ADVOGADO: RODRIGO DA PAIXAO SANTOS
REQUERIDO: JOSÉ SEGUNDO DE SÁ
0000074 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5012423-46.2015.4.04.7205/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: VERA HARBS DOS SANTOS
ADVOGADO: JORGE LUIS DO AMARAL JUNIOR
ADVOGADO: MICHELY MARA TONINI
0000075 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0505008-32.2015.4.05.8201/PB
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: IGO EMANUEL DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000076 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0515778-78.2015.4.05.8300/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: ALBERTO KEVEN FLORENTINO DOS SANTOS
ADVOGADO: CLAUDIONOR BARROS LEITAO (DPU)
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000077 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0501491-77.2015.4.05.8311/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: ANTONIO CORDEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
0000078 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0003474-92.2016.4.03.6306/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: ELIAS SANTIAGO
ADVOGADO: KARINA BONATO IRENO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000079 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0500842-90.2016.4.05.8307/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: REGINALDO LOURENCO DA SILVA
ADVOGADO: FERNANDO LUIS TENORIO MASCARENHAS
0000080 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0530823-35.2009.4.05.8300/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA ARAUJO MARTINS RIBEIRO DO NASCIMENTO
ADVOGADO: BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA
ADVOGADO: VICTOR YURI BREDERODES DA ROCHA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000081 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5001259-71.2016.4.04.7004/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: NEIVALDO MOSCARDINI
ADVOGADO: ERIKA SILVANA SAQUETTI MARTINS
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000082 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0001801-21.2008.4.03.6314/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: SIDNEI PESSINI
ADVOGADO: BENEDITO APARECIDO GUIMARAES ALVES
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000083 MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000028-92.2018.4.90.0000/RO
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
IMPETRANTE: MARCIANO PINTO DA CUNHA
ADVOGADO: ANA PAULA MORAIS DA ROSA
IMPETRADO: PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - BRASÍLIA
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
0000084 RECLAMAÇÃO Nº 0000043-61.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
RECLAMANTE: MIRIAN DINIZ DE SOUZA
ADVOGADO: ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE
RECLAMADO: JUSTIÇA FEDERAL OUTRAS REGIÕES
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
0000085 RECLAMAÇÃO Nº 0000044-46.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
RECLAMANTE: LIDIA MILCZVSKI
ADVOGADO: INGO RUSCH ALANDT
RECLAMADO: JUÍZO A DA 2ª TR DE SANTA CATARINA
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000086 RECLAMAÇÃO Nº 0000021-03.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
RECLAMANTE: MARIA DA SILVA BARBOSA
ADVOGADO: MARTA VELOSO DE MENEZES (DPU)
RECLAMADO: JUÍZO DA PRESIDÊNCIA DA 3ª TR DO PARANÁ
RECLAMADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000087 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0501768-13.2016.4.05.8100/CE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: FRANCISCA ANETE VIEIRA DE SOUSA
ADVOGADO: LEONARDO DE ARAUJO LANDIM NOGUEIRA ALVES
0000088 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0503544-12.2016.4.05.8500/SE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: JOSE RICARDO DE ALMEIDA ARAUJO
ADVOGADO: ALESSANDRO DE ARAUJO GUIMARAES
0000089 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5026999-93.2014.4.04.7200/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: ANA MOREIRA DA SILVA
ADVOGADO: MARTA VELOSO DE MENEZES (DPU)
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS0503544-12.2016.4.05.8500
0000090 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5000375-07.2014.4.04.7006/PR
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: ALTAMIRO SILVA
ADVOGADO: KEDIMA ALCANTARA
0000091 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5004893-18.2011.4.04.7112/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: MANOEL ADELINO DE CARVALHO
ADVOGADO: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000092 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0501309-27.2015.4.05.8300/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: FLÁVIO HONÓRIO DA SILVA
ADVOGADO: PAULIANNE ALEXANDRE TENORIO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000093 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0502546-80.2016.4.05.8100/CE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: FRANCISCO MARCELO FERREIRA DA COSTA
ADVOGADO: FLAVIO HENRIQUE PONTES PIMENTEL
0000094 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5000298-57.2013.4.04.7127/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: AMELIA DO AMARAL PEREIRA
ADVOGADO: RODRIGO LORINI
ADVOGADO: ANDRÉIA LORINI
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000095 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5076345-22.2014.4.04.7100/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: FERNANDA DA SILVA HAAS
ADVOGADO: MELINA VELHO DE AGUIAR
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000096 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5002555-82.2013.4.04.7118/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: JOSE BERTOLDI
ADVOGADO: EDMILSO MICHELON
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000097 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0500615-79.2015.4.05.8002/AL
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JOSÉ FIRMINO DA SILVA
ADVOGADO: CARLA COTRIM UCHOA CAJUEIRO ALMEIDA
0000098 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0010688-54.2013.4.03.6302/SP
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: ANA CLAUDIA DA SILVA
ADVOGADO: HILÁRIO BOCCHI JUNIOR
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

0000099 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0147776-88.2014.4.02.5151/RJ
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: ALBA VALERIA OLIVEIRA MENEZES
ADVOGADO: MARTA VELOSO DE MENEZES (DPU)
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000100 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5004150-98.2012.4.04.7006/PR
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: ORIDES BATISTA
ADVOGADO: WILLIAN VAN ERVEN DA SILVA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000101 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0002253-33.2009.4.02.5050/ES
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: MARILZA FRONTINO BATISTA
ADVOGADO: RAMON FERREIRA COUTINHO PETRONETTO
0000102 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0009615-57.2007.4.02.5050/ES
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JUADIR MUNIZ
ADVOGADO: HENRIQUE SOARES MACEDO
0000103 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5009858-58.2014.4.04.7104/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: MARIA THEREZA DE JESUS FREITAS GARCIA
ADVOGADO: THIAGO SILVA CORDEIRO
REQUERENTE: PAULO RICARDO FREITAS GARCIA
ADVOGADO: THIAGO SILVA CORDEIRO
REQUERENTE: LINDAURA GARCIA NUNES
ADVOGADO: THIAGO SILVA CORDEIRO
REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
0000104 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5010031-10.2013.4.04.7107/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: ROBERTO INACIO DEIMLING
ADVOGADO: IARA SOLANGE DA SILVA SCHNEIDER
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000105 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0010029-73.2017.4.90.0000/DF
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: MARIA DAS GRACAS DE QUEIROZ NOGUEIRA
ADVOGADO: ADRIANO PEIXOTO FRANCO
0000106 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5000717-22.2013.4.04.7113/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO(A): MARISETE FATIMA MACIOSCIK ROSSONI
ADVOGADO: YASSUO FERRARESE DE LIMA
0000107 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5005300-98.2014.4.04.7215/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: ALISSON ANTONIO PARRA
ADVOGADO: FÁBIO MOISÉS SCHLINDWEIN
0000108 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0506249-98.2016.4.05.8300/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: ERALDO ALVES DA SILVA
ADVOGADO: DIOGO ROGERIO FERREIRA DA COSTA
0000109 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0504155-48.2014.4.05.8107/CE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: FRANCISCO DE ASSIS BATISTA
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA
0000110 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0502437-67.2015.4.05.8402/RN
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: FRANCISCO MAXIMINO DA SILVA
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000111 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0510993-10.2014.4.05.8300/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: WELLINGTON ALEXANDRINO DA SILVA
ADVOGADO: ROSETE DE OLIVEIRA RODRIGUES SOARES
0000112 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5016868-56.2014.4.04.7201/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: WILY NEIHUES
ADVOGADO: JOSÉ AUGUSTO PEDROSO ALVARENGA
REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
0000113 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0003705-39.2013.4.02.5050/ES
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: ROBERT DA SILVA COELHO
ADVOGADO: ALICE ARRAES DE SOUZA RODRIGUES (DPU)
0000114 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0010353-97.2016.4.90.0000/DF
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: ALOISIO MANOEL DE SANTANA
ADVOGADO: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000115 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5014633-03.2015.4.04.7001/PR
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: NATAL LOPES BRAZAO
ADVOGADO: THIAGO BUENO RECHE
ADVOGADO: CLAUDIO ITO
ADVOGADO: ROGERIO ZARPELAM XAVIER
REQUERENTE: ANTONIO DOS SANTOS FRANÇA
ADVOGADO: THIAGO BUENO RECHE
ADVOGADO: CLAUDIO ITO
ADVOGADO: ROGERIO ZARPELAM XAVIER
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000116 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5005466-46.2012.4.04.7104/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: JORGE LUIZ VIEIRA AZAMBUJA
ADVOGADO: LÚCIO FERNANDES FURTADO
0000117 RECLAMAÇÃO Nº 0010069-89.2016.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
RECLAMANTE: JOAO BATISTA DO NASCIMENTO FILHO
ADVOGADO: ERNANI JOSE PERA JUNIOR
RECLAMADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000118 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0010011-52.2017.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
REQUERENTE: MARQUILEI VARGAS DA SILVA
ADVOGADO: MURILO GURJÃO SILVEIRA AITH
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000119 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5069880-94.2014.4.04.7100/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: LEILA MARIA CUNHA E SILVA
ADVOGADO: TULIO POERSCHKE
REQUERIDO: HAROLDO DE SOUZA SILVA
ADVOGADO: TULIO POERSCHKE
REQUERIDO: MARIA DE LOURDES CUNHA DA SILVA
ADVOGADO: TULIO POERSCHKE
REQUERIDO: HAROLDO DE SOUZA SILVA FILHO
ADVOGADO: TULIO POERSCHKE
0000120 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0001158-61.2016.4.01.4302/TO
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
REQUERENTE: MARIA DA CONCEICAO PEREIRA BARROS
ADVOGADO: LEONARDO LUCENA SIQUEIRA CAMPOS
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000121 MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0011149-54.2017.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
IMPETRANTE: JANDIR SABINO MENDES
ADVOGADO: LEANDRO EMILIO RAUBER
IMPETRADO: PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - UNIAO FEDERAL (AGU)
IMPETRADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000122 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0002050-95.2014.4.01.3604/MT
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: LUCINDA DA CONCEICAO QUEROBINO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MIZAEL DE SOUZA
0000123 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0010198-60.2017.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: ADILSON DE SOUSA
ADVOGADO: CARLOS HERNANI DINELLY FERREIRA
0000124 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5004313-37.2015.4.04.7115/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
REQUERENTE: NELI SCHEDLER
ADVOGADO: FÁBIO GUSTAVO KENSY
ADVOGADO: VANUSA GERVASIO DA SILVA
ADVOGADO: JANE LUCIA WILHELM BERWANGER
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000125 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5003082-69.2015.4.04.7116/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
REQUERENTE: CLOVIS SIQUEIRA COURTES
ADVOGADO: LIVIA DANIELE BILIBIO
ADVOGADO: JANE LUCIA WILHELM BERWANGER
ADVOGADO: PATRICIA REGINA DE OLIVEIRA GANDON
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000126 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5005706-14.2016.4.04.7001/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
REQUERENTE: JOSE BUENO
ADVOGADO: WILLYAN ROWER SOARES
ADVOGADO: ALINE FERNANDA RODRIGUES
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000127 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0505625-65.2015.4.05.8500/SE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
REQUERENTE: EWERTON GOMES DE ARAUJO
ADVOGADO: ANDRESS AMADEUS PINHEIRO SANTOS
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000128 RECLAMAÇÃO Nº 0015060-74.2017.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
RECLAMANTE: JOSE BENTO
ADVOGADO: TÂNIA PIAZZA
RECLAMADO: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000129 RECLAMAÇÃO Nº 0000032-32.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
RECLAMANTE: FRANCISCA BERNARDINO SOMERA
ADVOGADO: WILLYAN ROWER SOARES
RECLAMADO: GABINETE DE ADMISSIBILIDADE DO PARANÁ
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000130 RECLAMAÇÃO Nº 0015034-76.2017.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
RECLAMANTE: MIRTES SIMAS CORREIA
ADVOGADO: SILVIO SCHMIDT
RECLAMADO: JUÍZO DA PRESIDÊNCIA DA 2ª TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000131 RECLAMAÇÃO Nº 0000045-31.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
RECLAMANTE: MARIA DE LOURDES MILANESI
ADVOGADO: JOSÉ FRANCISCO DO PRADO JÚNIOR
RECLAMADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000132 RECLAMAÇÃO Nº 0000038-39.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
RECLAMANTE: TEREZA KAIZER GRIN
ADVOGADO: DEOCLECIO SCHULTZ SZWESM
RECLAMADO: JUÍZO DA PRESIDÊNCIA DA 3ª TR DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000133 RECLAMAÇÃO Nº 0000050-53.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
RECLAMANTE: VALDIR MARIANI
ADVOGADO: LUCAS DE COSTA ALBERTON
ADVOGADO: ROBINSON CONTI KRAEMER
RECLAMADO: JUÍZO A DA 1ª TR DE SANTA CATARINA
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000134 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5003213-33.2013.4.04.7110/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: MARIA REGINA MALLMANN ROTTA
ADVOGADO: TIAGO GORNICKI SCHNEIDER
ADVOGADO: ANDREA BUENO MAGNANI MARIN DOS SANTOS
ADVOGADO: RAFAELA POSSERA RODRIGUES
0000135 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5008318-19.2012.4.04.7112/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: EZIO BITENCOURTE PEREIRA
ADVOGADO: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000136 RECLAMAÇÃO Nº 0011124-41.2017.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
RECLAMANTE: ALVO JACINTO
ADVOGADO: MARCIO TIMOTHEO LENZI
RECLAMADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000137 RECLAMAÇÃO Nº 0010226-62.2016.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
RECLAMANTE: APARECIDA DE FATIMA MORO
ADVOGADO: LUIZ LOPES BARRETO
RECLAMADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000138 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0518244-45.2015.4.05.8300/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: SONIA MARIA JANUÁRIO
ADVOGADO: ALICE ARRAES DE SOUZA RODRIGUES (DPU)
REQUERIDO: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO - CRC/PE
0000139 RECLAMAÇÃO Nº 0010049-98.2016.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
RECLAMANTE: JAIME FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO: DAZIO VASCONCELOS
RECLAMADO: PRESIDENTE DA 2ª TURMA RECURSAL DE SP -
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000140 RECLAMAÇÃO Nº 0010050-83.2016.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
RECLAMANTE: ADEMIR RAMOS
ADVOGADO: DAZIO VASCONCELOS
RECLAMADO: PRESIDENTE DA 2ª TURMA RECURSAL DE SP -
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000141 RECLAMAÇÃO Nº 0010821-27.2017.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
RECLAMANTE: MARIA KELLER DE OLIVEIRA
ADVOGADO: TÂNIA PIAZZA
RECLAMADO: PRESIDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DE SANTA CATARINA - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000142 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5066162-89.2014.4.04.7100/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: PATRICIA FRANZ
ADVOGADO: GLÊNIO LUIS OHLWEILER FERREIRA
REQUERENTE: LUIS ALBERTO FRANZ
ADVOGADO: GLÊNIO LUIS OHLWEILER FERREIRA
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
0000143 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5022450-69.2016.4.04.7200/SC
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: JUÍZO FEDERAL DA 2ª VF DE CRICIÚMA
REQUERIDO: ERILDA FATIMA ELIZIA
RELAÇÃO DE PROCESSOS COM PEDIDOS DE VISTA DE SESSÕES ANTERIORES À SESSÃO DE FEVEREIRO-2018 - VIRTUS:
PROCESSO: 5067487-36.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EGON EISENHARDT
PROC./ADV.: ZILA MARIA DOS SANTOS SILVEIRA
OAB: RS-42238
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
LITISCONSORTE : JUIZ FEDERAL DA VARA DO JEF CÍVIL DE SANTA CRUZ DO SUL - RS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
ASSUNTO: LIQUIDAÇÃO/CUMPRIMENTO/EXECUÇÃO - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
RELATOR: JUIZ FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
PEDIDO DE VISTA: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
PROCESSO: 0509874-73.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): WILTON GOMES DA COSTA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA
OAB: RN-491
ASSUNTO: PROMOÇÃO/ASCENSÃO - REGIME ESTATUTÁRIO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DO DIREITO PÚBLICO
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
PEDIDO DE VISTA: GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA
PROCESSO: 0502399-95.2014.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ADALBERTO BATISTA DE SIQUEIRA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
OAB: PE-20418
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
ASSUNTO: AVERBAÇÃO/CONTAGEM DE TEMPO ESPECIAL - TEMPO DE SERVIÇO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DO DIREITO PÚBLICO
RELATOR: JUIZ FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
PEDIDO DE VISTA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA
PROCESSO: 0500897-68.2012.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA LUIZA LEITE DE SOUZA
PROC./ADV.: VALDENICE RODRIGUES DE ANDRADE VILELA
OAB: PE 16.358
ASSUNTO: PENSÃO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DO DIREITO PÚBLICO
RELATOR: JUIZ FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
PEDIDO DE VISTA: JUÍZA FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCANTARA
PROCESSO: 0520372-72.2014.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES BEZERA DE CASTRO
PROC./ADV.: ANTÔNIO ALMIR DO VALE REIS JÚNIOR
OAB: PE-27 685
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE (ART. 74/9) - BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE - DIREITO PREVIDENCIÁRIO
RELATOR: JUIZ FEDERAL ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES
PEDIDO DE VISTA: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA
PROCESSO: 0007900-50.2011.4.03.6104
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NEURACI DOS SANTOS
PROC./ADV.: LUCIANE DE CASTRO MOREIRA
OAB: SP-150011
ASSUNTO: APOSENTADORIA - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DO DIREITO PÚBLICO
RELATOR: JUIZ FEDERAL MÁRCIO RACHED MILLANI
PEDIDO DE VISTA: GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
PROCESSO: 5060628-04.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARMEN HEBERLE
PROC./ADV.: FÁBIO STEFANI
OAB: RS-46571
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
RELATORA: JUÍZA FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI
PEDIDO DE VISTA: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
PROCESSO: 5002967-86.2012.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALAIR DE QUADROS E OUTROS
PROC./ADV.: VINICIUS DOS SANTOS MORAES
OAB: RS-54 176

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROC./ADV.: DERCI DA SILVA MORAES
OAB: RS-14901
REQUERIDO(A): SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
PROC./ADV.: CARLA PINTO DA COSTA
OAB: RS-61655
PROC./ADV.: PAULO ANTÔNIO MÜLLER
OAB: RS-13449
PROC./ADV.: MARCO AURÉLIO M. MOREIRA
OAB: RS-35572
ASSUNTO: RESPONSABILIDADE CIVIL - DIREITO CIVIL
RELATOR: JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
PEDIDO DE VISTA: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
PROCESSO: 5005113-66.2013.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CATARINA MONTEIRO PEDROSO
PROC./ADV.: VINICIUS DOS SANTOS MORAES
OAB: RS-54 176
REQUERIDO(A): SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
PROC./ADV.: DEBORA OLIVEIRA BARCELOS
OAB: RS-43524
ASSUNTO: SEGURO - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - ESPÉCIES DE CONTRATO - OBRIGAÇÕES - DIREITO CIVIL
RELATOR: JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
PEDIDO DE VISTA: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
PROCESSO: 5010527-84.2014.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CRISTOFER DE LIMA VARGAS
PROC./ADV.: CÉSAR TOMASI
OAB: RS-83 242
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB: BB-0000000
ASSUNTO: FINANCIAMENTO DE PRODUTO - CONTRATOS DE CONSUMO - DIREITO DO CONSUMIDOR
RELATOR: JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
PEDIDO DE VISTA: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
PROCESSO: 5005183-83.2013.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: AMANTINO ALAIR MOURA DE SOUZA E OUTROS
PROC./ADV.: DERCI DA SILVA MORAES
OAB: RS-14901
REQUERIDO(A): SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
ASSUNTO: SALÁRIO/DIFERENÇA SALARIAL - REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS - DIREITO DO TRABALHO
RELATOR: JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
PEDIDO DE VISTA: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
DEMAIS PROCESSOS DA PAUTA DO SISTEMA VIRTUS:
PROCESSO:2009.51.51.017907-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: OLGA PRISCILA MATOS FERREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RELATOR(a): SÉRGIO DE ABREU BRITO
ASSUNTO: Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisa - Ensino Superior - Serviços - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5060628-04.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARMEN HEBERLE
PROC./ADV.: FÁBIO STEFANI
RELATOR(a): JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:2012.51.51.026559-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: NILO FERREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): RONALDO JOSÉ DA SILVA
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5004340-41.2011.4.04.7121
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ASELLA CECILIA ROCHA
PROC./ADV.: LUCIANA RAMBO
RELATOR(a): LUISA HICKEL GAMBA
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5043719-47.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MEIRSON STOLNIK
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
RELATOR(a): LUISA HICKEL GAMBA
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5057009-66.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): KÁTIA NOGUEIRA DA ROCHA
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
PROC./ADV.: CHAIENNE POGANSKI
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT
PROC./ADV.: MARIANA MORAES CHUY
RELATOR(a): JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0508623-15.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GISELDA MARIA DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
ASSUNTO: Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0508614-53.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSEFA ALVANITA SILVA DE MACEDO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
ASSUNTO: Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0055132-13.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSE ARLINDO PEREIRA MOTA
PROC./ADV.: ROBERTO GOMES FERREIRA
RELATOR(a): FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
ASSUNTO: Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0002654-70.2015.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: OLDIMAR LOUZADA SPINELLI
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
REQUERIDO(A): UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
ASSUNTO: Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0063547-89.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUIS FERNANDO JOAQUIM
PROC./ADV.: HAMIR DE FREITAS NADUR
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): LUISA HICKEL GAMBA
ASSUNTO: Servidor Público Militar - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5000335-42.2012.4.04.7120
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ETORI BONI
PROC./ADV.: RONY PILLAR CAVALLI
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
ASSUNTO: Servidor Público Militar - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0500202-41.2007.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AURI PEIXOTO DE MENEZES
PROC./ADV.: JOATAN BOMFIM LACERDA
RELATOR(a): LUISA HICKEL GAMBA
ASSUNTO: Prescrição e decadência - Fatos jurídicos - Direito Civil
PROCESSO:5005113-66.2013.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CATARINA MONTEIRO PEDROSO
PROC./ADV.: VINICIUS DOS SANTOS MORAES
REQUERIDO(A): SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
PROC./ADV.: DEBORA OLIVEIRA BARCELOS
RELATOR(a): JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
ASSUNTO: Seguro - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Direito Civil
PROCESSO:5002967-86.2012.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALAIR DE QUADROS E OUTROS
PROC./ADV.: VINICIUS DOS SANTOS MORAES
PROC./ADV.: DERCI DA SILVA MORAES
REQUERIDO(A): SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
PROC./ADV.: MARCO AURÉLIO M. MOREIRA
PROC./ADV.: PAULO ANTÔNIO MÜLLER
PROC./ADV.: CARLA PINTO DA COSTA
RELATOR(a): JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
ASSUNTO: Responsabilidade civil - Direito Civil
PROCESSO:5033841-15.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: BINOTTO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
PROC./ADV.: DANIELA RACHE GEBRAN
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(a): CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
ASSUNTO: IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO:5000075-83.2013.4.04.7134
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NADIR MOURA DA SILVA
PROC./ADV.: NELMO JOSÉ BECK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO:0502534-41.2013.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GENILSON REGO DIOGENES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0061650-87.2008.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OTAVIO ELIAS DE LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(a): JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
ASSUNTO: Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000109-46.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: ENEDINA SEVERO
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RECLAMADO(A): 1° TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0009405-45.2008.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA INES DOMINGOS ALEXANDRE
PROC./ADV.: MARIA CRISTINA DEGASPARE PATTO
RELATOR(a): FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0507511-03.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE FATIMA BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIA JOELMA CESAR CABRAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001565-98.2011.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ VALDENEI RODRIGUES DA ROSA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): SÉRGIO DE ABREU BRITO
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0008400-75.2009.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DERNEVAL DA COSTA CARDOSO
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RONALDO JOSÉ DA SILVA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5054621-30.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA LOURDES FINKLKER DA FONSECA
PROC./ADV.: GABRIEL DORNELLES MARCOLIN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RONALDO JOSÉ DA SILVA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0504112-76.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA CPELIA DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000097-32.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
INTERESSADO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECLAMANTE: ADEMIR DE ALMEIDA
PROC./ADV.: JOÃO FRANCISCO ZANOTELLI
RECLAMADO(A): 1° TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
ASSUNTO: Auxílio-Acidente (Art. 86) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0003127-13.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: RICARDO CLEMENTE DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500771-85.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ROSENILDA PEREIRA DA SILVA ROCHA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): SÉRGIO DE ABREU BRITO
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0002387-20.2006.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ADHEMAR FRANCISCO DA SILVA
PROC./ADV.: WILSON MIGUEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): SÉRGIO DE ABREU BRITO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:5002671-95.2011.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CARLOS AUGUSTO TAVARES
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): SÉRGIO DE ABREU BRITO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500222-69.2014.4.05.9820
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA EMÍLIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): SÉRGIO DE ABREU BRITO
ASSUNTO: Reajustamento pelo INPC - Reajustes e Revisões Específicas - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:5000378-21.2012.4.04.7106
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LEOPOLDINA BARBOSA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MIRIÃ AVILA RIBEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RONALDO JOSÉ DA SILVA
ASSUNTO: Perda da qualidade de segurado - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0001432-58.2011.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUZIA VIEIRA GARCIA
PROC./ADV.: MARIA ISABEL OLYMPIO BENEDITTINI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): LUISA HICKEL GAMBA
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000972-61.2013.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO GONCALVES
PROC./ADV.: GUSTAVO DE CARVALHO MOREIRA
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0089904-14.2006.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EDIMUNDO ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: FABIO FREDERICO DE FREITAS TERTULIANO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5010527-84.2014.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CRISTOFER DE LIMA VARGAS
PROC./ADV.: CÉSAR TOMASI
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RELATOR(a): JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
ASSUNTO: Financiamento de Produto - Contratos de consumo - Direito do Consumidor
PROCESSO:5005183-83.2013.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: AMANTINO ALAIR MOURA DE SOUZA E OUTROS
PROC./ADV.: DERCI DA SILVA MORAES
REQUERIDO(A): SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
ASSUNTO: Salário/Diferença Salarial - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Direito do Trabalho

Brasília, 13 de março de 2018.
MINISTRO RAUL ARAÚJO
Presidente da Turma

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária da Turma

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 463, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando a decisão do Plenário na 332ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2018; resolve:

Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária do Conselho Regional de Biologia da 3ª Região - CRBio-03 para o exercício de 2018, conforme abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 3ª Região

RECEITAS		DESPESAS	
Rec. Correntes	6.592.968,00	Desp. Correntes	5.726.968,00
Rec. de Cap.	-X-	Desp. de Cap.	866.000,00
TOTAL	6.592.968,00		6.592.968,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI

RESOLUÇÃO Nº 464, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando a decisão do Plenário na 332ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2018; resolve:

Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região - CRBio-04 para o exercício de 2018, conforme abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 4ª Região

RECEITAS		DESPESAS	
Rec. Correntes	6.027.000,00	Desp. Correntes	5.649.000,00
Rec. de Cap.	3.000,00	Desp. de Cap.	381.000,00
TOTAL	6.030.000,00		6.030.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 491, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Regulamenta o uso pelo terapeuta ocupacional das Práticas Integrativas e Complementares de Saúde, e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, no exercício de suas atribuições, nos termos das normas contidas no artigo 5º, inciso II, da Lei Federal nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e na Resolução-COFFITO nº 413, de 19 de janeiro de 2012, em sua 279ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 20 de outubro de 2017, na subsede do COFFITO, situada na Rua Padre Anchieta, 2285, 8º andar, salas 801/802, Bairro Bigorrilho, Curitiba-PR;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969;

CONSIDERANDO a institucionalização pelo Ministério da Saúde das Práticas Integrativas e Complementares de Saúde;

resolve:

Art.1º Autorizar a prática pelo terapeuta ocupacional dos atos complementares ao seu exercício profissional regulamentado, nos termos desta Resolução e das portarias do Ministério da Saúde:

a) Arteterapia;
b) Auriculoterapia;
c) Dança circular/Biodança;
d) Fitoterapia;
e) Hipnose;
f) Magnetoterapia;
g) Medicina antroposófica;
h) Meditação;
i) Oficina de massagem/Automassagem;
j) Práticas corporais, manuais e meditativas;
k) Reiki;
l) Shantala;
m) Terapia comunitária integrativa;
n) Terapia floral;
o) Yoga.

Parágrafo único. Considerar-se-á também autorizada ao terapeuta ocupacional a prática de todos os atos complementares que estiverem relacionados à saúde do ser humano e que vierem a ser regulamentados pelo Ministério da Saúde por meio de portaria específica.

Art. 2º O disposto nesta Resolução não se aplica aos atos profissionais reconhecidos como especialidades terapêuticas ocupacionais por meio de instrumentos normativos específicos do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Art. 3º O terapeuta ocupacional deverá comprovar, perante o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, a certificação de conhecimento das práticas integrativas e complementares. Será habilitado, nos termos desta Resolução, o terapeuta ocupacional que apresentar títulos que comprovem o domínio das Práticas Integrativas de Saúde objetos desta Resolução. Os títulos aos quais alude este artigo deverão ter como origem:

a) Instituições de Ensino Superior;
b) Instituições especialmente credenciadas pelo MEC;
c) Entidades nacionais da Terapia Ocupacional que possuam, entre suas missões institucionais, o reconhecimento ou defesa das práticas autorizadas por esta Resolução.

Parágrafo único. Os cursos concedentes dos títulos de que trata este artigo deverão observar uma carga horária mínima, devidamente determinada pelo COFFITO, que consultará as entidades associativas, de âmbito nacional, da Terapia Ocupacional que sejam intimamente relacionadas às práticas autorizadas por esta Resolução, por meio dos seus respectivos departamentos.

Art. 4º Os casos omissos deverão ser deliberados pelo Plenário do COFFITO.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÃO

No D.O.U. nº 49, de 13 de março de 2018, seção 1, pág. 168, onde se lê: "RESOLUÇÃO Nº 488, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017", leia-se: RESOLUÇÃO Nº 491, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS DE 9 DE MARÇO DE 2018

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9872/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Processo nº 0009/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo recorrente, mantendo a decisão da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do CFM, que manteve a penalidade imposta pelo Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de janeiro de 2018. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente; CELSO MURAD, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3100/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9.457-449/10). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando, por maioria, a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na letra "e" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por unanimidade por infração aos artigos 80, 104, 131, 132 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 51, 75, 111, 112 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 26 de janeiro de 2018. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente; DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Relatora.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL

DECISAO Nº 80, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera o Plano de Cargos, Carreiras e Salarios no ambito do Coren-DF e da outras providencias.

O Presidente de Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal - Coren-DF, no uso de suas atribuicoes consignadas no Regimento Interno e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, II e V, da Constituicao Federal de 1988, que, respectivamente, excepciona a regra da previa aprovacao em concurso publico para a investidura em emprego publico em comissao, de livre nomeacao e exoneracao, e estabelece que parte destes deva ser preenchida por servidores de carreira nos casos, condicoes e percentuais minimos previstos em lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 39, paragrafo 1, I, II e III, da Constituicao Federal de 1988, que estabelecem, respectivamente, que os padroes de vencimento e demais componentes do sistema remuneratorio devem observar a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade; os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos;

CONSIDERANDO os principios constitucionais a que se subordina a Administracao Publica em geral, principalmente os da moralidade, da impessoalidade e da eficiencia. E, tambem, o principio da proporcionalidade que deve ser observado na criacao do emprego publico de livre nomeacao e exoneracao, guardada a relacao aos cargos efetivos;

CONSIDERANDO a possibilidade do Coren-DF, na qualidade de Conselho Regional de Fiscalizacao Profissional, criar, por meio de Decisao, empregos em comissao;

CONSIDERANDO os artigos 36 a 38 do Regimento Interno do Coren-DF;

CONSIDERANDO que o emprego em comissao, de livre nomeacao e exoneracao, e preenchido com o pressuposto da temporalidade e ocupado por pessoa que desfruta da confianca daquele que nomeia ou propoe a sua nomeacao;

CONSIDERANDO a jurisprudencia do TST no sentido de ser indevido o pagamento de aviso previo e multa de 40 por cento sobre o FGTS aos ocupantes de empregos em comissao, de livre nomeacao e exoneracao;

CONSIDERANDO Processo Administrativo Coren-DF n 019/2012 que cria a estrutura organizacional no ambito do Coren-DF e PAD Coren-DF n 120/2015;

CONSIDERANDO Processo Administrativo n 019/2012, PAD Coren-DF n 120/2015 e PAD n 214/2017 que estabelece o Plano de Cargos, Carreiras e Salarios;

CONSIDERANDO o memorando n 013/208-GAB que solicita alteracao do Anexo VII do Plano de Cargos, Carreiras e Salarios - PCCS em especial no nivel salarial do Cargo em Comissao da Secretaria de Gabinete;

CONSIDERANDO que ha dotacao orcamentaria e disponibilidade financeira.

CONSIDERANDO Aprovacao da alteracao do Plano de Cargos, Carreiras e Salarios do Coren-DF na 502 Reuniao Ordinaria de Plenaria;

DECIDE:

Art. 1 . Alterar o anexo VII do Plano de Cargos, Carreiras e Salarios no ambito do Coren-DF.

Paragrafo primeiro. A alteracao ocorrera no nivel Salarial do Cargo em Comissao Secretaria de Gabinete que e de livre nomeacao e exoneracao, alterando do DAS III para DAS VIII;

Paragrafo segundo. O ocupante do referido cargo obedecera as atribuicoes contidas na Ficha de identificacao e descricao de cargos e devera ser enquadrado no nivel salarial de Direcao e Assessoramento - DAS nivel VIII da tabela do anexo VII da adequacao do PCCS.

Paragrafo terceiro. O preenchimento das vagas para os referidos cargos dar-se-a mediante Portaria.

Art. 2. Esta Decisao entra em vigor a partir do dia 1 de marco de 2018, revogando-se as disposicoes em contrario.

MARCOS WESLEY DE SOUSA FEITOSA

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DELIBERAÇÃO Nº 11, DE 2 DE MARÇO DE 2018

Estabelece as condições de ressarcimento de despesas aos Voluntários das Comissões de Ética do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo em caso de tramitação de processos ético-disciplinares, e dá outras providências.

A Diretoria do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3.820, de 11/11/60, e pelo seu Regimento Interno, consoante trecho de 2ª Reunião Plenária Extraordinária nº 1.8, de 05.03.2018, DECIDE:

Artigo 1º - Os Voluntários das Comissões de Ética do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, quando não convocados pela Diretoria, em atividades relativas ao trâmite de processos ético-disciplinares, terão o ressarcimento de suas despesas nos moldes descritos nesta Deliberação.

Artigo 2º - Os Voluntários mencionados no artigo 1º poderão, mediante autorização prévia, utilizar o serviço da empresa de taxi conveniada ao CRF-SP ou de suas associadas, para deslocamento dentro do próprio município, com utilização de boleto próprio, caso em que o CRF-SP realizará o pagamento direto à empresa.

§ 1º - Caso o boleto utilizado não seja adequadamente preenchido pelo usuário, este deverá ressarcir os custos ao CRF-SP.

§ 2º - Será autorizada a utilização do serviço de táxi na região metropolitana de São Paulo, quando a distância percorrida se limite ao máximo de 50 (cinquenta) quilômetros.

§3º - Não estão autorizados os deslocamentos intermunicipais, excetuando-se os casos previstos no parágrafo anterior.

Artigo 3º - Em caso de utilização de transporte intermunicipal, serão ressarcidas aos voluntários de que trata essa Deliberação, quando em atividade de tramitação de processos éticos do CRF-SP, despesas de passagens rodoviárias e respectivos seguros, considerando-se a categoria econômica.

§ 1º - As despesas mencionadas no caput deverão ser comprovadas mediante apresentação do original da passagem, devidamente preenchido, acompanhado do comprovante de seguro.

§ 2º - O uso de táxi para deslocamento até o terminal de embarque, nos casos do caput estará liberado por meio da empresa conveniada com o CRF-SP e suas associadas, respeitando-se todas as condições descritas no artigo 2º.

Artigo 4º - As despesas com Alimentação serão ressarcidas até o limite do valor equivalente ao montante pago aos funcionários do CRF-SP a título de vale-refeição, descontada a parcela contributiva. Caso o valor seja fracionado, será considerado o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Único - As despesas referidas no "caput" deverão ser comprovadas mediante apresentação de nota/cupom fiscal contendo, sem rasuras, o número do CPF/MF do voluntário e a descrição como refeição, lanches ou qualquer outra denominação referente à alimentação, sempre excetuado o consumo de bebidas alcoólicas.

Artigo 5º - O voluntário poderá optar pela utilização do veículo próprio, observado o procedimento abaixo:

I - Haverá pagamento correspondente à proporção de 08 km/L (oito quilômetros por litro de combustível), sendo utilizados como referência o endereço residencial ou comercial do voluntário, bem como outro ponto definido por este, até o limite de 50 Km para distância total percorrida. Deverá ser declarado, ainda, o endereço do local onde serão desenvolvidas as atividades relativas ao trâmite de processos ético-disciplinares, caso em que a comprovação das despesas realizadas será através da apresentação das respectivas Notas Fiscais, devidamente preenchidas sem emendas, rasuras ou borrões, contendo 1) data; 2) nome do beneficiário, quando houver campo próprio para inserção; 3) quantidade e identificação do combustível.

II - Ocorrerá ressarcimento do valor eventualmente despendido a título de pedágio, mediante a apresentação do comprovante original ou extrato do serviço contratado, tais como "Sem Parar", "ConectCar", dentre outros, nos termos da do artigo 18, inciso II, da Resolução nº 598/2014, do Conselho Federal de Farmácia, ou outra que vier a substituí-la.

III - O voluntário se responsabiliza totalmente pela utilização de seu veículo próprio, inclusive quanto a possíveis despesas com gastos extras, seguros e eventuais acidentes ou avarias no percurso, exceto estacionamento.

IV - No caso de utilização de estacionamento, o ressarcimento do voluntário ocorrerá mediante apresentação de recibo devidamente preenchido, sem emendas, borrões ou rasuras, datado, nominal ao executor da despesa, contendo discriminação detalhada do serviço a que se refere, valores despendidos, número do CPF/MF do voluntário e assinatura do representante do estabelecimento.

§1º - Para possibilitar o cálculo do valor a ser ressarcido, previsto no inciso I deste artigo, o voluntário deverá elaborar um relatório a ser enviado à Secretaria Central das Comissões de Ética, juntamente com as notas fiscais, informando o local de início de seu deslocamento, o local das atividades desenvolvidas (relativas ao trâmite de processos ético-disciplinares) e o local do término de seu deslocamento, identificando as distâncias percorridas.

§2º - Para a confecção de cálculo da proporção referida no inciso I, do "caput", o CRF-SP observará o Ato COTEPE do Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que estipula o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF), correspondente ao período de utilização, prevalecendo o valor do litro de combustível indicado no documento fiscal caso seja inferior ao PMPF.

Artigo 6º - Dúvidas ou omissões serão decididas pela Diretoria, ficando os voluntários, em caso de inobservância, sujeitos às penalidades administrativas e cíveis cabíveis.

Parágrafo único - Em caso de convocações pela Diretoria do CRF-SP, o procedimento seguirá normativa própria, com eventual custeio por meio do regime de diárias.

Artigo 7º - Este Regulamento entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, especialmente a Deliberação nº 20/2016.

São Paulo, 2 de março de 2018.
MARCOS MACHADO FERREIRA
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031400210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.